

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 116.º



COIMBRA

1954

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Presidente</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM . . .	<i>Vice-Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
FRANCISCO REBELO GONÇALVES . . .	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . .	»
JOSÉ CAMPOS DE FIGUEIREDO . . .	<i>Tesoureiro</i>
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES	<i>Director da 1.^a classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS . . .	» » 2. ^a »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA . . .	» » 3. ^a »
Coronel BELISÁRIO PIMENTA . . .	<i>Director da Biblio- teca</i>

O INSTITUTO

VOLUME 116.º

INSTITUTO

VOLUME

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 116.º



COIMBRA


1954

OTUTITZANO

ALBERTO DE ALMEIDA TRIVEL

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS
MANUEL LOPES DE ALMEIDA



REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha n.º 1

COIMBRA

UMA DATA NOTÁVEL NOS ANAIS
DE PORTALEGRE (1)

A NOVA CIDADE — A NOVA DIOCESE

(SÉCULO XVI)

EX.^{MO} SENHOR GOVERNADOR CIVIL

EX.^{MO} E REV.^{MO} SENHOR BISPO DA DIOCESE

EX.^{MO} SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DAS
COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

EX.^{MO} SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

EX.^{MOS} SENHORES DEPUTADOS

AUTORIDADES CIVIS E MILITARES

MINHAS SENHORAS

MEUS SENHORES:

Devo mais uma vez agradecer à Comissão Executiva das Festas Centenárias desta cidade o amável convite que o seu ilustre presidente me dirigiu para vir aqui fazer uma conferência que se relacionasse com as comemorações que, com tanto brilho, se estão a realizar.

Aceitei gostosamente esse confiado e honroso convite, que V. Ex.^a, Sr. presidente, fez acompanhar de tão benévolas, tão generosas mas imerecidas palavras que muito me desvanecem, que muito me cativam; além de que uma conjunção de circunstâncias pessoais me impunha também o dever de estar aqui convosco, portalegrenses, e de me associar, por uma forma mais directa, às festivas galas com que esta linda e graciosa cidade de Portalegre comemora o

(1) Conferência proferida no Salão Nobre do Governo Civil de Portalegre na tarde do dia 1 de Junho de 1950, a convite da Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário da Cidade de Portalegre.

iv aniversário de um dos acontecimentos de mais alto relevo do livro de ouro dos seus Anais.

Quero referir-me, em primeiro lugar, à circunstância de ser natural de uma vila deste distrito, Castelo de Vide, terra que hoje já mostrou, pela voz autorizada e representativa do ilustre presidente do seu município, que os castelovidenses acompanham calorosamente o júbilo de Portalegre, capital do nosso distrito.

Em segundo lugar a circunstância de ter iniciado nesta cidade e precisamente nesta casa, breves dias após a minha saída da Universidade de Coimbra, os primeiros e ainda incertos passos da minha vida pública, se bem que numa passagem bem rápida e por sinal bem apagada. Só não foi apagada nas recordações que essa curta passagem vincou na minha alma, na lembrança de tantas figuras de Portalegre que já não vejo, que já tombaram e que apenas vivem na minha imarcessível saudade! Quão longe isso já vai! Sabem os velhos, rapazes do meu tempo, que as recordações da mocidade longínqua são como as profundas cicatrizes, indeléveis, inapagáveis.

A terceira circunstância a que desejo referir-me é ao facto desta cidade ter sido uma generosa, leal e dedicada colaboradora da longa carreira política e parlamentar do único irmão de minha mãe: — O Doutor José Frederico Laranjo, — que por tantos anos teve a honra de representar na Câmara dos Deputados este círculo.

Por todo este conjunto de circunstâncias, pois, eu visito sempre Portalegre assim como se visita uma casa de pessoa muito querida e com aquela enternecida emoção com que se vêem sítios ligados às recordações, ao enlevo, ao encanto da nossa vida espiritual.

Estou portanto hoje aqui cumprindo um dever grato ao meu espírito e ao meu coração, associando-me ao regosijo de vós, portalegrenses, de nós todos os que amamos esta linda cidade, — a nossa cidade, — nas tradições do seu passado, nos progressos, no ressurgimento que observo na actual e crescente grandeza e prosperidade da sua vida

presente, de nós todos finalmente que a acompanhamos nas legítimas aspirações e anseios do seu futuro.

Viva pois Portalegre, merecidamente, esta data que com tanto júbilo comemoramos, e viva cada vez mais do que nunca na legítima aspiração desse futuro, caminhando para ele com ardor, com a audácia dos fortes porque unidos, com carinho, com fé viva e confiante, para que o futuro de Portalegre seja assim a continuação, o prolongamento do seu passado glorioso.

Estes são os meus votos mais sinceros e cordiais.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Encontro-me, ao começar, no mesmo embaraço em que se viu o meu célebre conterrâneo Garcia d'Orta, autor da notável obra — *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* —.

Como V. Ex.^{as} sabem e o título indica a obra é dialogada e nela figuram, como interlocutores, Orta e um Dr. Ruano, muito conhecido do famoso médico, botânico e naturalista desde o tempo de escolares em Salamanca e Alcalá de Henares. Ruano, que fora também para a Índia com um cunhado, feitor de uma nau, pede a Orta notícia das drogas medicinais (a que chamam em Portugal da botica), dos frutos das terras, em todas as línguas, mèsinhas simples e como usam delas os físicos indianos, alguns costumes das terras ou coisas que nela aconteceram, etc., etc.

Orta responde, um tanto embaraçado, o seguinte:

«— Em todas estas cousas vos servirei e vos direi a verdade, mas temo que as cousas que eu dixer não sejam dinas de notar, porque a hum tam grande letrado, e que tanto soube no especulativo nam lhe contentam senam cousas raras

Digo, Senhor, que pois vós quereis saber, com vossa curiosidade, o pouquo e mal rezoado que qua soube eu volo direy : . . . ».

Ora, para definir a situação embaraçosa em que me encontro perante V. Ex.^{as}, eu não podia encontrar, em verdade, mais expressivos, mais apropriados dizeres.

O que de raro, ou com mais propriedade, o que de novo se poderá descobrir nas considerações que vou fazer são alguns subsídios que me passaram pelas mãos no contacto que tenho tido com os núcleos documentais do nosso primeiro arquivo, pequenas achegas, digamos, alguns pormenores ainda inéditos, que não será inútil conhecer. Em história não há coisas fúteis, nem inúteis, por mais simples que seja um pormenor, ou o suposto valor de uma informação documental. É isto axioma reconhecido de há muito.

Com efeito, os documentos inéditos em que se baseiam as minhas considerações, quando outro mérito não tenham, servir-nos-ão, ao menos, pela transparente luz que projectam, para avivar os traços, para fazer realçar as feições, a fisionomia moral das personagens a que me vou referir. Muito embora sejam figuras discretas e escondidas na perspectiva de segundo plano do quadro de que rapidamente vou fazer compreensível esboço, todavia para nós é redobrado o interesse em melhor as conhecer ou rememorar, já pelo importante papel que desempenharam no desenrolar de alguns sucessos da vida da corte portuguesa e castelhana na época coeva da data que comemoramos, já também e principalmente pela íntima ligação que essas personagens e esses acontecimentos têm com a história de Portalegre.

Desse friso de figuras seja a primeira a esboçar e como principal protagonista dos factos que vamos expor, a do piedoso varão e austero sacerdote Julião d'Alva, que havia de ser depois o primeiro bispo desta diocese.

A esta figura juntaremos a do fidalgo portalegrense, tão galhardo e benquisto na corte de D. João III e que em certa altura da sua vida troca os trajos de gala, as louçanias palacianas, pelo pobre hábito de monge, pela vida austera, calma e recolhida de frade da Ordem da Piedade: — Fr. António de Portalegre —.

Antes, porém, de abordarmos este assunto, 2.º capítulo da nossa palestra, cumpre-nos desenvolver a epígrafe a que subordinamos as nossas considerações:

A NOVA CIDADE — A NOVA DIOCESE

Formularemos desde já uma pergunta:
Como e porque se criaram uma e outra?

Analisemos, num rápido e fugitivo esboço, as fontes documentais destes dois importantes factos da vida portalegrense.

É facto sabido, mas que oportuno será recordá-lo agora como preliminar elucidativo, que o pensamento da criação da diocese de Portalegre, além da imperiosa necessidade de tornar mais eficiente o múnus episcopal em relação a povoações muito distanciadas da velha diocese da Guarda, obedeceu também ao propósito e vivo desejo do monarca D. João III, afervorado pelo empenho e pelas instantes solicitações da rainha sua mulher, D. Catarina, de galardoar, com a dignidade de seu primeiro bispo, os bons e leais serviços do seu confessor e compatriota Julião d'Alva.

Temos pois aqui no confronto destes sucessos e a explicá-los uma causa próxima, directa, e uma causa remota, indirecta.

O empenho do monarca evidencia-se na documentação diplomática que se guarda nos importantes corpos históricos da Torre do Tombo, principalmente na colecção denominada — *Gavetas* —.

Vamos, porém, rememorar, em rápida síntese, os termos em que era feito o pedido de D. João III para a criação de um bispado em Portalegre: para o constituir pedia este monarca que se desmembrassem as terras ao sul do Tejo que pertenciam ao bispo da Guarda, e bem assim a vila d'Arronches, com seu termo, igrejas, jurisdição e rendas, que pertenciam ao priorado do mosteiro de Santa Cruz de

Coimbra. Para que o novo prelado melhor sustentasse a dignidade episcopal pedia também ao pontífice que a favor dele estabelecesse mil reais de pensão nas rendas da mesa episcopal de Lamego e setecentos e cinquenta reais nas rendas da mesa episcopal da Guarda, para o que davam o seu consentimento os respectivos prelados daquelas dioceses.

Em Roma puseram-se dificuldades nos termos em que era feito o pedido. Não queriam dar a el-rei o padroado da vigairaria e benefícios do priorado d'Arronches por não constar que lhe pertencesse tal padroado, mas apenas o do priorado. Também lhe recusavam o padroado nos canonicatos e benefícios da sé de Portalegre. Finalmente recusavam-lhe o padroado da nova diocese com o fundamento de que El-Rei dava do seu apenas mil e novecentos cruzados, dos dois mil e quinhentos que se aplicavam ao bispo (1).

D. João III, por intermédio do seu embaixador em Roma, Baltasar de Faria, procurava desfazer, com interessado empenho e solícita diligência, todas as dúvidas e dificuldades que se levantassem ao bom conseguimento desse fim.

Deixemos, porém, falar o próprio documento, fiel e autêntico intérprete do pensamento de D. João III:

«Doutor Baltasar de Faria etc. Vi as cartas que me escrevestes acêrca da erecção do Bispado de Portalegre em que me dizeis que vos poêm dificuldades por não ir nomeada a igreja que peço que se crie e levante em igreja cathedral. Eu queria que os executores da bula vissem as igrejas que ha em Portalegre e delas tomassem a que melhor e mais apta parecesse para sé; parece que se devia assim de conceder e confiar que os executores o farão bem, pois hade ser com meu parecer e conselho; e quanto a querer-se saber o que rende a igreja e beneficiados, todas elas são de tão pouca renda que parecia escusado querer-se saber isso, pois pouco pode importar, maiormente porque o que a igreja agora

(1) Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, parte I, pág. 29, Coimbra, 1915.

rende ha-de ficar em sua vida ao prior e beneficiados que nela agora estão; porém, se for tão necessário declarar-se a igreja, nomeai a igreja da Madalena, a qual tem somente um prior; ela terá de renda até 30.000 reais e é ela da apresentação do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, de cónegos regulares de Santo Agostinho; pedireis que se derogue esta apresentação que importa pouco ao dito mosteiro, porque o prior e cónegos dele poucas vezes cu nunca apresentam o prior e a renda desta igreja ficará para o cabido; que quando pedirdes que se anexem outras igrejas paroquiais á igreja catedral não insistireis por ora nisso, por que as igrejas todas que há em Portalegre são das Ordens de Christo, de Santiago, d'Aviz e de S. João, e isto se poderá fazer com tempo. E quanto ao que dizeis que se põe duvida a concederme o padroado e apresentação do bispado, para tal duvida não ha razão, pois que os reis destes reinos têm direito de apresentação e nomeação e provimento de todos os bispados, porque todos os reis meus antecessores fundaram e dotaram igrejas catedrais e ganharam esta terra aos mouros e na posse dela estão; e neste novo bispado corre mais outra razão, que é dotar-se a mesma episcopal com as rendas d'Arronches, que é do meu padroado; porém, quando tanto insistirem em se não declarar nas bulas que é de meu padroado, passarás por isso com dissimulação, porque de um modo e do outro fica da minha nomeação e apresentação, como são os outros bispados do reino; e quanto á apresentação, pela minha parte, das dignidades, conesias e beneficios da sé, tambem pela mesma razão se não deverá por em duvida a serem do meu padroado; e porém, quando volo não quizerem conceder esses poderes, fiquem somente da minha apresentação e de meus sucessores as dignidades e conesias que se pedem para os letrados; e fareis expedir as bulas da erecção deste bispado como ora vos escrevo e nas outras vos tenho escrito; e se caso for que o Santo Padre não haja por bem dispensar S. Christovão, sem embargo do que ora lhe escrevo e vós da minha parte lhe disserdes, por isso não deixareis de fazer expedir com bre-

vidade as bulas do bispado de Portalegre; e se vos for posto alguma duvida á dita erecção de Portalegre por dizerem que se não provê o bispado da Guarda, o que creiu que vos não porão, respondereis que qualquer pessoa que for por mim nomeada e apresentada o bispo da Guarda consentirá na dita erecção, quanto mais estando agora vago este bispado e sobre ele não tem adquirido direito pessoa alguma. Sua Santidade, a minha petição, pode muito bem fazer a dita erecção e divisão, pois com isso se não prejudica pessoa alguma e, quem for nomeado e apresentado, já o ha-de ser com o bispado da Guarda dividido do de Portalegre, e por isso não é necessário seu consentimento /. O doutor João Monteiro a fez /. São Christovão de Nogueira vale 70.000 reais, pagos vinte ao vigário.» (1)

Em outro documento da mesma colecção, sem data, o rei, reforçando as razões para a criação do novo bispado, mandava informar o Pontífice de que era muito extensa a área do bispado da Guarda e com muitos lugarejos remotos da sede deste bispado e muito trabalhosos de visitar, além das muitas ribeiras que de inverno engrossavam e de muitas e ásperas serras que dificultavam o andar, acrescentando ainda a circunstância de entre essas terras afastadas se meter de permeio o rio Tejo. Acrescentava mais, como motivo e razão para se criar uma nova diocese, o facto de ser Portalegre um lugar nobre, de mui grande povoação, com igrejas paroquiais com muita cleresia, mosteiros de frades e de monjas, muitos fidalgos, cavaleiros e outra gente honrada, muitos oficiais e muito povo; que era lugar cercado e com castelo, muito viçoso e abastado de mantimentos, o qual lugar fazia cidade por ser lugar nobre; pedia também o monarca no mesmo documento que se podessem anexar uma ou duas igrejas paroquiais da dita vila à Sé Catedral para que a paróquia ficasse maior, e as rendas da dita igreja

(1) Torre do Tombo, *Gaveta 15, maço 24, doc. 1.*

ou igrejas que assim fossem anexas se applicariam à mesa capitular; que na nova diocese se deviam criar quatro concessões e prebendas que se chamariam de letrados; finalmente indicavam-se as vilas e lugares que haviam de pertencer à nova diocese a criar, pedindo-se que ao novo bispo se dessem também as rendas do priorado d'Arronches, que eram do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1).

Em outra carta, também sem data, cuja minuta se guarda na mesma colecção, el-rei pede ao cabido de Évora o seu consentimento para a divisão de algumas das suas terras, que ficariam a fazer parte da nova diocese, compensando-o da perda da renda que o dito cabido tinha na igreja d'Arronches com a renda equivalente de outra igreja que se escolhesse. O seu teor é o seguinte:

«Daỹão e cabido etc. por allgũas causas e Rezões de grande seruiço de nosso senhor desejo que o bispado da guarda se deuida em dous bispados e que se faça em portalegre jgreja cathedral e se lhe dee por Dioceze os lugares do bispado da guarda que estão do tejo pera portallegre a administraçam daRonches que era do priorado do moesteiro de santa cruz de cojmbra por nesta egreja daRonches ter ese cabỹdo certa Renda que segundo tenho por enformaçam sera ate contia de 1x rs; e sendo aRonches do bispado de portalegre sera jnconveniente grande ter na egreja daRonches ese cabỹdo a dita Renda vos encomendo muito que queiraes dar consentimento pera que esta Renda se applique ao bispo que for de portallegre a quem se hão de aplicar a jurdiçam e Renda que até ora teue o prior mor de santa cruz na egreja daRonches / e eu ordenareỹ como vos seja dada outra tanta Renda e folgareỹ de me espreverdes onde e como quereỹs que esta Renda se vos de pera logo niso prouer e este negocio auerseha com breuydade; e porque eu por seruiço de deos e bem do pouo e clerezia dos ditos lugares queria logo prouer dos ditos dous bispados da

(1) Torre do Tombo — *Gaveta 17, maço 8, doc. 3.*

guarda e portalegre vos encomendo muyto que por este me enuÿeÿs huu consentÿmento voso confforme a menuta que com esta vos enujo e eu tanto que vÿr vosa Resposta provereÿ na satisfação da Renda que se vos hade dar.» (1)

Além das informações que estas cartas nos fornecem justificativas do grande empenho que mostravam os soberanos portuguezes na criação da nova diocese não são menos elucidativas as razões apontadas em outros documentos da Torre do Tombo (2).

Finalmente, depois de muitas diligências, o monarca D. João III via coroados de bom êxito os seus esforços e realizados os seus desejos com a expedição da bula do Papa Paulo III criando a nova diocese de Portalegre — «*Pro Excellentia Apostolicae*» — *Datum Romae apud Sanctum Marcum anno Incarnationis Dominicae millesimo quingentesimo quadragesimo nono. duodecimo Kalendas septembris. Pontificatus nostri anno quinto decimo.* (Ou seja 21 de Agosto de 1549 — Ano décimo quinto do Pontificado de Paulo III) (3).

Como o Papa Paulo III falecesse, pouco depois, sem ter nomeado os bispos que deviam dar execução às determinações exaradas na referida bula, o Papa seu sucessor no Pontificado, Júlio III, encarregou desta missão os bispos de Angra e S. Tomé, pelo breve «*Dudum felicitatis recordationis*».

«*Datum Romae apud Sanctum Petrum sub Annulo Piscatoris di 11 Aprilis M. D. L. Pontificatus nostri Anno Primo.*» (2 de Abril de 1550) (4).

(1) Torre do Tombo — Gaveta 20, maço 7, n.º 33.

(2) Torre do Tombo — Gaveta 17, maço 8, doc. n.º 3.

(3) Torre do Tombo — Maço 23 de Bulas, número 26. Publicada no *Corpo Diplomático Português*, tomo VI, págs. 324, 331 e na cit.^a *História da Igreja em Portugal*, por Fortunato de Almeida, apêndices à parte I do tomo III, págs. 888-900.

(4) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Maço 6 de Bulas, número 4 — Sobrescrito: *Venerabilibus fratribus Angrensis et Sancti Thomae episcopis* — Publicado no *Corpo Diplomático Português*, tomo VI, págs. 362-363.

Estes dois importantes diplomas de tão alto relevo na história de Portalegre davam também aos monarcas portugueses a íntima satisfação de verem escolhido e confirmado na dignidade de primeiro bispo da nova diocese o seu protegido e muito estimado sacerdote Julião d'Alva.

Eis os termos em que a bula se lhe refere:

« — E sendo o nosso amado filho Julião de Alva, conego da igreja de Lisboa, pessoa que pelos seus méritos é bem aceita de Nós e dos nossos irmãos cardeaes, por conselho d'estes e em virtude de auctoridade apostolica, propomo-nos provêr nelle á igreja de Portalegre, vaga desde esta sua primitiva erecção, e designá-lo como bispo e pastor para governar a mesma igreja de Portalegre — ».

Já em 3 de Janeiro de 1533 reconhecendo D. João III a importância da vila de Portalegre pelo desenvolvimento da sua indústria, população e luzida nobreza, havia escolhido a vila para sede de uma nova correição, provendo nela o respectivo corregedor ⁽¹⁾.

Na própria bula se diz e reconhece que « — a população da vila ia em manifesto aumento — ».

« Que é muito opulenta e notavel pela fertilidade dos seus campos, pela multidão, nobreza e affluencia do clero e do povo, e que nella se encontram diversas igrejas parochiaes e vários mosteiros de ambos os sexos, de modo que justificadamente podem e devem decorar-se a povoação de Portalegre, com o nome, titulo e prerogativa de cidade, e um dos seus templos com o nome, titulo e prerogativa de cathedral, e sendo isto muito desejado pelo nosso carissimo filho em Christo João, illustre rei de Portugal e dos Algarves, que assim humildemente no-lo pediu por escripto, determinados pelas considerações expostas e outros motivos

(1) João Pedro Ribeiro — *Memória sobre a sub-divisão das correições no reinado do Senhor D. João III.*

attendiveis, havendo oportuna deliberação a este respeito com os nossos irmãos cardeaes, etc.»

Com efeito, quem se der ao trabalho de colher notícias da vida histórica de Portalegre nas fontes documentais que se guardam, principalmente no nosso primeiro arquivo, além das informações que as Crónicas e outras fontes impressas nos fornecem, poderá ver confirmados os expressivos dizeres, as fortes e eloquentes razões que o monarca D. João III alegava, nos diplomas que acabamos de ler, para justificar a criação da nova diocese com sede em Portalegre e, como sua consequência, a elevação da antiga vila à dignidade e honra de cidade. Fazer aqui a análise das notícias e informações que nos oferecem essas fontes documentais seria tarefa demorada que nem se compraz com o limitado tempo que nos é lícito dispor nesta palestra, nem com o propósito que orienta as considerações que vamos esboçar. Bastará apenas dizer, em brevíssima e rápida síntese, em traços fugitivos, que o embrião, o primitivo e escasso burgo medieval de Portalegre, se começa a desenvolver lentamente na dinastia afonsina, ocupados como estavam os monarcas nas lutas para a consolidação e fixação do território nacional, nas lutas com clero para o obrigar à sujeição das leis civis e com os donatários por meio das inquirições e confirmações régias; mas este desenvolvimento adquire tal pujança e vigor na 2.^a dinastia que quando surpreendemos a vila de Portalegre, em todos os múltiplos aspectos da sua actividade social, ao atingir o reinado de D. João III, nós já a podemos ver no crescente florescimento, na fecunda prosperidade com que este monarca a viu e considerou para a galardoar com a elevada dignidade e a honra que lhe concedeu. Assim no-lo atestam as fontes de autêntica informação que nos oferecem, entre outras, principalmente algumas que se guardam no nosso arquivo nacional: — *livros das Chancelarias Reais* —; livros da antiga comarca de — *Odiana* —, que fazem parte da famosa colecção de 61 códices da chamada — *Leitura Nova* —, colecção que

monarca venturoso mandou formar com o luxo e sumptuosidade das suas preciosas iluminuras; na variada e importante colecção denominada — *Corpo Chronologico* —, no corpo histórico, — *Gavetas* —, nos requerimentos, propostas, agravamentos ou — *capítulos de cortes* —; nos livros de rendimento das alfândegas e almoxarifados do reino; quanto a estes devemos observar que o caderno do almoxarifado de Portalegre oferece-nos curiosos elementos de informação sobre o seu rendimento e sua aplicação nos primeiros anos do século xv e xvi: — (1497, 1520, 1521, 1538, 1539). Assim: por carta de quitação de D. Manuel, passada em Évora a 13 de Dezembro de 1497, mandava-se tomar conta a Antão Tavares, cavaleiro da casa real e almoxarife de Portalegre da receita do dito almoxarifado no ano de 1495 na importância de 1.489:275 reais e 300 galinhas (1).

Em 1518 foi dada quitação ao almoxarife Jorge Vaz pela quantia de dois contos quinhentos cinquenta e sete mil reais. (2.557:000 reais) (2).

Na carta de quitação dada ao mesmo almoxarife Jorge Vaz, em 1520, mostra-se ter sido o rendimento do mesmo almoxarifado nos dois anos de 1518 e 1519 na quantia de sete contos 319.748 reais, (7.319:748), incluindo a quantia de 123.000 reais do rendimento dos *panos* (3).

A receita do mesmo almoxarifado em 1520 e 1521 foi de 7.433:226 (4).

Nos cadernos de assentamento do ano de 1521 consta que o almoxarifado estivera arrendado no dito ano por 2.187:000 reais e mais 1%, 28,170 reais, mais 1% dos *panos*

(1) Torre do Tombo — *Chancelaria de D. Manuel*, livro 28.º, fl. 56; liv.º 1.º de *Odiana*, fl. 252.

(2) Torre do Tombo — *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 44, fl. 5 v; liv. 6.º de *Místicos*, fl. 160 v.

(3) Id. — *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 35, fl. 131 v; liv., 7.º de *Odiana*, fl. 196.

(4) Id. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 12.º de *Doações*, fl. 42.

da terra e 30 arrobas de cera. Mais consta que dessa receita se haviam pago ordinárias: ao Convento de S. Francisco, ao Convento de Santa Clara e ao de N.^a S.^a da Estrela.

Além destas verbas registam-se também tenças devidas ao Conde de Portalegre, a Isabel de Lemos, ao Conde da Vidigueira, o almirante, a Frei João, vigário de Santa Maria Maior, aos Juizes de Portalegre e Castelo de Vide, etc. (1). No ano de 1538 uma carta régia passada em Lisboa, a 14 de Junho, mandava distribuir as rendas do almoxarifado de Portalegre na importância de 3.833:345 reais por diversas pessoas, entre as quais: ao Juiz de fora, meirinho e carcereiro da dita vila de Portalegre, de Castelo de Vide, Arronches e respectivos alcaides; para pagamento de tenças ao Duque de Bragança, a Violante Tavares, filha de João Tavares, a Nuno da Fonseca, a Manuel de Sousa, alcaide-mor d'Arronches e a D. Isabel, sua mulher; a D. Fernando de Noronha, filho do Conde de Farã; ao Conde da Vidigueira, a António d'Azambuja; a Bastião Tavares, a Tomás Tavares, a D. Gaspar de Sousa, etc. (2).

Em 1539 o rendimento do mesmo almoxarifado fora de 2.985:200 reais, com mais 28.852 reais dos panos da terra, 756.000 reais e do 1^o/₀ por cento sobre eles. Desta receita se pagaram ordinárias ao Juiz, meirinho e carcereiro de Portalegre e de Castelo de Vide; ao Conde de Portalegre; ao Duque de Bragança; a Violante Tavares; ao dito alcaide-mor d'Arronches, Manuel de Sousa; ao Conde de Vimioso; aos Condes da Vidigueira; ao Conde de Portalegre; ao Duque de Bragança; a Frei João Rodrigues, vigário de Santa Maria a Grande.

Além destas outras despesas se pagaram como: para a pessoa que matasse lobo grande, 500 reais por cada um; pelos pequenos e ninhada a 100 reais por cabeça (3).

(1) Id. — *Corpo Chronologico*, parte 1.^a, maço 61, doc. 127.

(2) *Corpo Chronologico*, parte 1.^a, maço 61, doc. 127.

(3) *Corpo Chronologico*, parte 1.^a, maço 65, doc. 24. Alguns destes cadernos de assentamento foram publicados por Braamcamp Freire no «*Archivo Histórico Português*», vols. 9.^o e 10.^o

Outra fonte documental de informação referente a Portalegre é o censo da população organizado em 1422, calculado, como primeira tentativa, proporcionalmente sobre o número de besteiros em que era colectado cada concelho.

Em 1527 foram expedidas cartas régias aos corregedores das comarcas do reino para cada um deles na sua correção mandar proceder ao arrolamento das cidades e vilas nelas existentes, e bem assim dar notícia sumária das dimensões e confrontações dos respectivos termos. Assim pelo que respeita a Portalegre dizia-se o seguinte:

«— Achouse na villa de Portallegre dentro da cerca e arrebaldes mille duzentos e vinte e quatro fogos, entrãdo nelles vīte e nove creligos de missa e duzentos e trinta e quatro viuvas 1224

Achouse no termo da dita cento e noventa e cinco fogos, entramdo nelles nove viuvas 193

Da dicta villa a Castello da Vide ha duas leguas, tem de termo legoa e meya.

Da dicta villa ao Crato ha tres legoas e partem os termos per meyo — da dicta villa ao Açumar ha tres legoas e meya.

Da dicta villa a Allegrete ha duas legoas, e tem de termo hūna legoa.

Da dicta villa a villa de Marvam ha duas legoas, parte o termo por meyo.

(Soma). 1419

Item — esta villa nãm parte com os termos dos lugares de Castella, porque se mete em meyo o termo d'Alegrete e o de Marvam — Item, tem fronteyro Albuquerque, e sam desta villa para la, onde he a raia, tres legoas. E sam Alboquerque seys, passando termo de Alegrete e Arronches — Item, tem fronteyro a Codeseyra, e sam la quatro legoas Item, tem fronteyro Valença d'Alcantara; sam desta villa ao extremo da raya tres legoas; e sam a Valença, quatro,

passando o termo de Marvam — sam d'Alegrete a Portalegre.» (1)

Outra fonte documental com preciosos elementos informativos são os que nos fornecem os tombos e toda a importante documentação das ordens militares de cavalaria que no território do actual distrito de Portalegre tão notável papel desempenharam na sua conquista, povoamento e acção civilizadora, e nos nobiliários e registo do bracejar heráldico das suas famílias nobres, das suas casas brasonadas, das suas pitorescas e belas quintas solarengas. No reinado de D. Manuel a vila tem o seu primeiro Conde titular e alcaide-mor D. Diogo da Silva e Menezes, 4.º filho do heróico governador de Ceuta D. Duarte de Menezes, escrivão da puridade de D. Manuel (2).

Em conclusão: todo este conjunto de informações projectam um intenso clarão de luz que nos ilumina, no seu já mais amplo contorno, a vila de Portalegre ao dealbar do primeiro quartel do século XVI. Sim e em verdade Portalegre era já então uma vila florescente e importante no escol da sua governança, dos seus homens de prol, na sua evolução demográfica, na importância das suas indústrias, uma das quais, a de lanifícios, era já famosa e em franco e notável grau de prosperidade. É o que nos mostra, entre várias referências feitas a Portalegre nos registos dos livros das *Chancelarias Reais*, uma carta de quitação passada a Jorge Vaz, cavaleiro da casa real e almoxarife do almoxarifado de Portalegre, da qual consta ter sido o rendimento dos panos da terra, no ano de 1519, incluindo o imposto de 1 0/10 que sobre eles recaia, na importância de 404.000 reais. Em 1520 a receita dos mesmos panos foi de 123.300 reais. Em 1521 foi de 389.860 reais. Em 1539 essa receita foi

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Tombo da Comarca do Alentejo* — Antigo 17 do interior da casa da coroa, liv. 48, hoje n.º 84. Publicado por A. Braamcamp Freire *Archivo Histórico Portuguez*, vol. IV, págs. 95 e 361.

(2) Id. — Livro 5.º de *Místicos*, fl. 14.

de 756.000 reais, com mais 7.560 reais do referido imposto de 1%. O código da Torre do Tombo — *Rendimento das Alfandegas, do Algarve, Funchal e Marvão* —, correspondente ao ano de 1535, mostra-nos que entre as diversas mercadorias que nos registos do referido manuscrito são *alealdadas*, por indivíduos moradores em Castelo de Vide e Portalegre, figuram, como principais: lãs, cardas, sumagre, ruiva, panos de linho, burel, pês, barretes de cordova, etc. (1).

Estava igualmente desenvolvida e em grande incremento a indústria de criação de gado, o que faria dizer a um dos procuradores do concelho nas cortes que se realizaram em Évora ou Montemor-o-Novo — «que os gados eram a maior riqueza do lugar» —; a carta de coutadas de várias herdades (D. Duarte, D. Afonso v, D. João II), assim no-lo confirma; a existência na vila de um coudel mostra-nos também o cuidado com que aqui se atendia à criação e apuramento de cavalos; a frequência no concelho de contratos enfitêuticos em duas ou três vidas denotam igualmente como se cuidava de promover a exploração agrícola, como a frequência de aforamentos de casas, principalmente a partir do reinado de D. Duarte, igualmente nos mostram, com decisiva evidência, o progressivo desenvolvimento urbano que a vila ia adquirindo; a concessão de vários privilégios aos moradores do concelho são também provas evidentes dos perigos a que Portalegre e demais vilas fronteiriças estiveram sempre expostas com os azares da guerra que em diferentes ocasiões escolheram como denodado campo de liça esta região da fronteira. Todo este conjunto de circunstâncias, todos os sacrifícios dos seus moradores, toda a valorosa contribuição que muitos dos seus soldados e homens de prol deram à defesa da Pátria na metrópole e nas conquistas, navegações e consolidação dos domínios de além mar, em África e Brasil, tudo isto certamente se devia

(1) P. M. Laranjo Coelho — *Os Cardadores de Castelo de Vide* (Subsídios para a etnografia, indústria, do distrito de Portalegre) — Porto, 1921.

impor ao ânimo e clarividência de D. João III para dar a Portalegre a honrosa carta régia que publicamos a seguir, não sem primeiramente me permitir lembrar que diplomas solenes desta natureza expedidos pela chancelaria real deviam ser proclamados e lidos pelo rei de armas de Portugal em alta e sonora voz que chamando previamente a atenção do povo repetia três vezes as palavras do ritual protocolar: — Ouvide! Ouvide! Ouvide!

O alferes-mor, por sua vez, levantava a sua voz gritando: — Arraial! Arraial! Arraial!, pelo muito alto D. João III, nosso Senhor, Rei de Portugal —.

Palavras repetidas depois, com grande alegria e alarido pelos reis de armas, arautos e passavantes ao som e tocando sem cessar todos os instrumentos usados nesses actos: charamelas, trombetas e atabales. Palavras que nós glosaremos repetindo perante vós neste dia festivo, como outrora o alferes-mor:

Arraial! Arraial! Arraial!

Por Portalegre — Nova Cidade de Portugal —!

1 5 5 0

PORTALEGRE

«Dom Johão etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu pedy ao Sancto padre que quisesse criar e alevantar em see cathedral hũa Igreja das da villa de Portalegre, ou dar licença que se fizesse nouamente a dita see cathedral em hũu lugar da dita villa que aos executores da bulla, que pera isso sua samtidade passasse, bem parecesse; E asy que apartasse do bispado da Guarda a dita villa de Portalegre, e asy certas villas outras e luguares do dito bispado da Guarda e do arcebispado d'Evora e as desse por diocese aa dita Igreja cathedral de Portalegre; E asy apartasse certas Rendas do dito bispado da Guarda e arcebispado d'Evora e as applicasse á mesa do bispo de Portalegre. E asy

que applicasse as Rendas ecclesiasticas da villa d'Arronches á mesa do bispo e cabido de Portalegre, do que aprouue a sua Sanctidade, como larguamente se conthem na bulla da ereição e criação do dito bispado de Portalegre. E querendo eu ora fazer graça e merçe aa villa de Portalegre, assy pellos dittos Respeitos como por seus merecimentos e serviços que a mim e aos Reis meus antecessores tem feitos e espero que ao diante fação a mym e a meus sobcessores, de meu proprio moto e livre vontade. Me apraz de acrescentar e aleuantar a dita villa de Portalegre em dignidade e honra e a faço cidade e lhe concedo todas as honras priuilegios e liberdades que per direito ella como cidade deve ter e têm as outras cidades de meus Reinos e senhorios, e que daquy por diante se nomee por cidade. E por esta mando a todas minhas Justiças e officiaes e pessoas de meus Reinos e Senhorios que daquy por diante se nomee por cidade e se intitule e nomee por cidade, e por esta mando a todas minhas justiças e pessoas de meus Reinos e senhorios e tenham e ajão por cidade e por tall a nomeem e lhe guardem todas as honrras priuilegios e liberdades que as cidades por direito em minhas ordenações têm, asy e do modo que lhe pertencem e as têm as outras cidades de meus Reynos e senhorios. Dada em a cidade de Lixboa a XXIII dias do mes de mayo. Antonio Ferraz a fez Ano do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil b^c L^a anos.» (1)

Quais foram, porém, os serviços de Julião d'Alva, causa indirecta da erecção da diocese, que tanto o impunham ao interesse dos monarcas portugueses e tanto ligaram a sua figura ao desenrolar de importantes acontecimentos do reinado de D. João III e de sua mulher, a rainha D. Catarina?

(1) Torre do Tombo — *Privilégios de D. João III*, liv. 4.º, fl. 117. Publicada no Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa, vol. x (1915-1916), pág. 944.

Quando se iniciaram as negociações para o casamento de D. Catarina d'Áustria com o príncipe português, o futuro rei D. João III, Julião d'Alva havia já alcançado em Castela, apesar de muito novo ainda, a reputação e justificada fama de sacerdote de austeras virtudes, de grande prudência e de possuir um espírito de sólida cultura e devotada afeição às belas letras.

Julião d'Alva, escolhido, ainda muito novo, por moço pagem de D. Joana, a infeliz rainha denominada a «Louca», casada com Filipe I, pai do imperador Carlos V e de D. Catarina, foi desde logo indicado para fazer parte da casa desta princesa, na qualidade de seu confessor, quando ela veio para Portugal, após o seu casamento em Burgos, por procuração, a 18 de Agosto de 1524 e depois, por palavras do presente, em Lisboa, a 5 de de Fevereiro de 1525.

Tal prestígio conseguiu logo grangear Julião d'Alva na corte portuguesa, especialmente na roda íntima das pessoas que compunham a casa de D. Catarina, já então rainha, que em breve o nomeava seu esmoler e, pouco depois, sacristão-mor da sua capela. Assim o testemunha um dos primeiros documentos que encontramos na Torre do Tombo relativos a Julião d'Alva. Trata-se de um alvará da rainha D. Catarina, datado de Coimbra a 29 de Julho de 1527, concedendo ao piedoso sacerdote a pensão de 12\$000 reais, destinada a galardoar os seus bons serviços na corte. Neste diploma encontra-se lançado um recibo com a assinatura do próprio agraciado. O documento a que aludimos guarda-se na importante colecção da Torre do Tombo denominada *Corpo Chronológico*, parte 1.^a, maço 22, documento n.º 48.

Já anteriormente a esta data o nome de Julião d'Alva nos aparece num recibo datado de Lisboa a 4 de Setembro de 1526 pelo qual declara ter recebido do tesoureiro Diogo Salema os objectos ali relacionados e que se destinavam ao culto da capela da rainha.

Eis o texto do referido documento que, como os dessa recuada época, não peca por falta de interesse litúrgico e curiosidade:

« — Digo yo Juliam dalua, sacristam mayor de la Reyna nuestra senõra que es verdad que rreçebi del tesorero Diogo Çálema las cosas aqui en baxo declaradas pera el serviçio de la capilla de su alteza / a saber: / — en quatro de setiembre de 1526 rreçebi una estante de ferro plateado y en los pies y parte delantera dorado el qual fue servir en altar / .

/ . Vna caixa de cuero pera vna piedra ara / .

/ . Dos caxas pequenas pera los corporales y vna caixa pera tener ostias las quales caxas foron de bordo / .

/ . En postrero de Otubre de 1526 rreçebi vnos ferros de fazer ostias / .

/ . En ocho dias de Abril de 1527 rreçebi dos caxas la vna de vna en carga y la otra de duas en cargas para tener los ornamentos / .

/ . Cinco varas de navalga fundas a los ornamentos de carmesi pelo / .

/ . Ocho sobrepelliçes pera los moços de capilla, las quales se le entregaron luego / .

/ . Vna tabla de mesa pera ena qual se dizer misa a sua alteza / .

/ . Vna piedra ara / .

/ . Vn misal / .

/ . Vna funda de pãno verde pera vn libro de canto / .

/ . En 11 de Julio de 1529 seys sobrepelliçes pera serviçio da capilla con que seruem los moços de capilla / .

E porque rreçebi lo suso dicho pero el serviçio de la capilla de sua alteza lo firme de my nombre en Lixboa primero de Março — (1).

a) *Juliam
Dalua*

(1) Torre do Tombo — *Corpo Chronológico*, parte 2.^a, maço 135, doc. 132.

Neste mesmo ano de 1526 a munificência régia agracia Julião d'Alva com a rendosa mercê da igreja de S. Cris-tóvão de Vila Chã, em terra de Miranda do Douro, por carta datada de Almeirim a 16 de Maio desse ano, que se encontra registada na Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III. Livro 12.º, fl. 59 v.

Em 1528 um outro alvará da rainha, dirigido ao referido tesoureiro Diogo Salema, datado de Lisboa a 2 de Junho, manda entregar a Julião d'Alva a quantia de 8\$800 reais em que montava o vestido que havia de haver Fernão Pais, seu moço de estribeira, e que se finara antes de a ter recebido. Autorizava-se o mesmo Julião d'Alva a dispender esta soma em descargo da alma do dito moço. No mesmo diploma passa Julião d'Alva, na qualidade de sacristão-mor da capela da rainha, o recibo, por ele assinado, da mesma quantia, documento que se encontra na citada colecção do *Corpo Chronológico*, parte 1.ª, maço 4.º, n.º 19.

Mais tarde, em 1543, uma carta régia confirmava Julião d'Alva no priorado e reitoria da igreja de Santa Maria de Sintra.

Passemos agora a referir o papel de importância diplomática que Julião d'Alva começou a desempenhar na corte portuguesa.

Como se sabe em Janeiro de 1540 iniciaram-se com o embaixador castelhano em Portugal, Luis Sarmiento de Mendoza, as negociações para o casamento de dois filhos dos monarcas portugueses, o príncipe D. João com D. Joana, pais do nosso malogrado rei D. Sebastião, e o da infanta portuguesa D. Maria com o príncipe D. Filipe, futuro rei, segundo do nome (1).

Quando se tratou de escolher e organizar a lista das pessoas que deviam compor a casa da princesa e acompanhá-la a Castela, um dos primeiros nomes lembrados foi o

(1) A infanta D. Maria nascera em Coimbra, a 15 de Outubro de 1527. Contava, portanto, 13 anos de idade.

de Julião d'Alva. O seu valimento junto dos monarcas portugueses, longe de ter declinado, crescera e chegara a tal ponto que a ele foi confiada a importante missão de acompanhar a nossa princesa na qualidade de seu preceptor espiritual, ou seja seu mentor, seu mestre. Esta qualidade escondia e disfarçava também ainda outra missão muito importante e delicada, tal era a de agente secreto da rainha D. Catarina. Se a esta interessava, como mãe extremosa, ter alguém de confiança e de avisado conselho que a informasse dos passos de sua filha, moça inexperiente, apenas com 16 anos, na severa corte de Castela, não menos a interessava saber também o que ali se passava nos bastidores da política e da corte por intermédio de um tão experiente, tão discreto e hábil informador. O encargo não era fácil pela responsabilidade moral e dificuldades que o acompanhavam, mas, como iremos ver, dele se desempenhou cabalmente Julião d'Alva.

Era nesse tempo a corte de Castela uma das mais exigentes entre as demais cortes da Europa, tão impregnada de rígidas pragmáticas, tão cercada de rigorosas etiquetas, enfim tão complicada no seu intransigente cerimonial que procurando defini-la um historiador coevo serve-se das seguintes expressões: — «a vida cortezã gelava até os próprios instintos, além de ser altamente nociva á saúde do corpo e do espirito».

Com efeito, a etiqueta era tão inflexível que penetrava até à própria alcova da moça princesa.

Podemos hoje apreciar a severidade desta etiqueta e o rigor com que era mantida na Corte de Castela graças a alguns interessantes trabalhos e curiosas informações. O mais antigo é o que em 1875 publicou, em Madrid, D. António Rodrigues Villa, intitulado — *Etiquetas de la Casa de Austria* —.

Um outro escritor, David Loth, no curioso livro que em 1933 publicou em Paris sob o título de — *Philippe II* —, diz, com certo humorismo, que a ascendência burgonhesa de Carlos v havia transmitido aos Habsburgs, casa de Áus-

tria, não somente a proeminência do queixo, mas um complicado sistema de etiqueta e de inflexíveis cerimónias; assim os duques passavam a camisa ao monarca; um marquês servia-lhe o vinho; os condes consideravam uma honra oferecer-lhe as viandas ou ajudá-lo a montar e todos estes cortezãos eram ainda ajudados por farto e numeroso pessoal.

Finalmente o escritor La Varende, no seu livro mais recente intitulado — *Anne d'Autriche* — bisneta de Carlos v, casada com Luís XIII, de França, alude também à etiqueta castelhana e ao famoso lábio austríaco, cheio de arrogância, de gulodice e eloquência.

A inquietação da pobre mãe, D. Catarina, era pois justificada e a comprovar esses extremos de preocupada afeição e os cuidados pela sorte da filha está toda a sua interessantíssima correspondência cujas minutas se guardam e vimos na Torre do Tombo e que aqui publicaríamos se não fosse tão longa (1).

Com que insistência ela pede novas da filha a D. Aleixo de Meneses, mordomo-mor da casa da princesa, ao nosso embaixador Dr. Gaspar de Carvalho, ao embaixador de Castela em Portugal, Luis Sarmiento de Mendoza, ao Conde de Cifuentes, ao Bispo de Osma, a D. Margarida de Mendonça, aia da princesa, a D. Guiomar, à Condessa de Farão, a Frei António de Portalegre, também na corte de Castela, e finalmente a Julião d'Alva (2).

Como é porém este último personagem que para o nosso caso especial agora nos interessa vamos procurar saber como Julião d'Alva se ia desempenhando da sua delicada missão.

(1) *Colecção de S. Vicente*, vol. IV.

(2) Esta D. Guiomar suponho ser D. Guiomar de Melo, casada com Alvaro Mendes de Vasconcelos, senhor do morgado do Esporão, do conselho de D. João III e seu embaixador, durante muitos anos, junto de Carlos v, a quem acompanhou em muitas das suas empresas. Consta ter sido ele quem alcançou do papa Paulo III, em 1536, a bula de instituição do Santo Officio em Portugal, a quem fora enviado para esse fim pelo nosso piedoso monarca. — A. Braamcamp Freire — *Brasões da Sala de Cintra*, 1.^a ed., vol. 1.^o, pág. 193.

Servir-nos-emos, para o nosso propósito, de uma longa carta que o bom sacerdote dirige a D. Catarina, datada de Valladolid a 29 de Maio (1).

Esta carta, como é vulgar em documentos similares da época, não faz referência ao ano, mas supomos que tivesse sido escrita no ano de 1544, pois que tendo-se realizado o casamento da princesa D. Maria na cidade de Salamanca, a 14 de Novembro de 1543, ratificado pelo Imperador Carlos v em Bruxelas, a 22 de Novembro do mesmo ano, e tendo falecido a malograda princesa, na mesma cidade de Valladolid a 12 de Julho de 1545, apenas com 18 anos incompletos, dando à luz o príncipe D. Carlos, a referida carta não podia, evidentemente, deixar de ser escrita na data a que aludimos (2).

Este longo documento que tivemos ensejo de encontrar na Torre do Tombo guarda-se ali em uma das suas mais importantes colecções históricas. É muito interessante não só pelas notícias que nos fornece acerca da vida da princesa na corte de Castela, mas também porque nos mostra o cuidadoso zelo e a forma como o seu preceptor se ia desempenhando da missão de confiança em que os soberanos portugueses o haviam investido. Merece pois este documento ser analisado em todos os seus pormenores, com os necessários comentários que nos sugerem alguns dos seus mais curiosos passos.

Nessa missiva começa Julião d'Alva por aludir à chegada a Valladolid de Rodrigo d'Arguelho, criado e correio dos príncipes, portador de novas de Portugal, cuja tardança muito inquietava o espírito saudoso da princesa, inquietação que se converteu em grande alegria ao receber notícias dos pais. Compreende-se, em verdade, quão fundas saudades de Portugal não envolveriam o entristecido e nublado espírito da moça, ela tão alegre e buliçosa, como é descrita,

(1) Publicamos este interessante documento em apêndice.

(2) Torre do Tombo — *Corpo Chronológico*, parte 1.^a, maço 74, documento n.º 109.

mergulhada na atmosfera fria e monacal da corte castelhana, aprisionada nas estreitas e complicadas redes de uma pragmática tão severa que até o rir franco e aberto de outrora lhe era defeso.

Essa gravidade, tão desproporcionada para os seus verdes anos, tão incompatível com o desabrochar da sua fresca e ridente mocidade, primavera a florir saudades dos pais ausentes, como toda esta mudança deveria impressionar o seu juvenil espírito voltando-o saudosamente para o seu querido Portugal. Como ela passaria pela sua nostálgica lembrança a sua vida de juventude, esses alegres serões do paço real de Sintra, tão aureolado de tradições de cultura e poesia, dos seus descuidados e aprasíveis passeios pelas ensombradas e pitorescas quintas desse privilegiado canto, dessa formosa Sintra de onde a moça infanta respondia, em 19 de Junho e 29 de Julho de 1543, às cartas do seu enamorado noivo, meses antes da jornada que a havia de levar para Castela!

Não é pois de estranhar que para a moça princesa, pobre ave engaiolada, as saudades fossem profundas e quase doentias e as novas da pátria lhe tardassem sempre tanto, por muito anciosamente esperadas, por muito ardentemente desejadas.

A princesa era alegre e graciosa, como nos confirma o retrato que dela nos dá Florez, no tomo II das suas — *Memórias de las Reynas Catholicas* —, quando nos descreve o romântico quadro do príncipe Filipe, impaciente de ver a sua noiva e, sem que ela o pressentisse, se disfarça de caçador aguardando o séquito da princesa, duas jornadas antes de Salamanca, — «no pera herir alguna fiéra, sinõ pera ser herido del Amor, que en su esposa venia disparando flechas —». E noutro passo acrescenta — «Era la Princesa muy bonita: mediana de cuerpo: cumplida en la proporcion de las facciones: algo mas gruessa que delgada: el rostro lleno de gracia: el todo de donayre. El Principe era gallardo jóven: la edad de uno y otro de diez y siete años —».

Uma circunstância curiosa, observa Danvila y Burguero, reportando-se a um documento do Arquivo de Simancas, era o cuidado com que D. Filipe atendia à formosura da Infanta que havia de ser sua esposa.

Havendo-lhe dito alguém que ela engordava mais do que era razão, o embaixador Luis Sarmiento de Mendoza dá-lhe a este respeito todas as informações, e para tranquilizar o moço e enamorado príncipe, faz-lhe, ao mesmo tempo, o seguinte retrato de D. Maria:

« — La Señora Infanta es tan alta y mas que su madre, es muy bien despuesta, mas gorda que flaca, y no de manera que no lo este muy bien: quando era mas muchacha era maa gorda; en Palacio, donde ay damas de buenos gestos, ninguna es mejor que ella, dicen todos que es un angel de condicion y muy liberal, y es muy galana y muy amiga de vestir-se bien, dança muy bien y sabe mas del canto que un maestro de Capilla, y tambien sabe latin, y sobre todo es muy cristiana, y segun sus mujeres es en extremo sana y muy concertada en venille su camisa despues que tuvo tiempo pa ello que dicen que es lo que mas va para tener hijos — » (1).

A tela da infanta que se encontra no « Museu de Chantilly » assim no-la faz parecer e permite-nos confirmar este retrato.

O príncipe andava, na verdade, enamorado da princesa e a comprova-lo está aquela divulgada e romântica espionagem que, sendo ainda noivo, mandava fazer desde a

(1) Don Alfonso Danvila y Burguero — *Don Cristobal de Moura — Primero Marques de Castel Rodrigo* — pág. 16 — Madrid, 1900.

As danças que entravam no rol das prendas e qualidades que exornavam a educação da infanta portuguesa deviam ser a arrastada *pavana* e a ceremoniosa *galharda*, únicas permitidas na corte de D. João III; sua mulher D. Catarina havia desterrado dos serões palacianos os bailes pulados. (Conde de Sabugosa — *Neves de Antanho*, pág. 100). Lisboa.

entrada de D. Maria em Castela, naquele outono de 1543. É já conhecido o curioso diário da longa jornada da princesa desde Lisboa até Valhadolid, publicado na « — História Genealógica da Casa Real — » sob o título « — Lembrança da ida que fez o muito illustre o Rev.^o Senhor D. Fernando de Menezes e Vasconcelos, arcebispo de Lisboa, com a muita esclarecida Infanta D. Maria filha de ... levando-a ao Principe de Castela, seu marido, no mez de Outubro de 1543 — » (1).

A princesa, então de 16 ridentes primaveras, era acompanhada nessa jornada pela sua camareira mor D. Margarida de Mendonça e pelo mordomo-mor D. Aleixo de Menezes. Apesar da confiança que D. Catarina depositava nestas duas pessoas, tão estimadas na corte, não dispensou ela os serviços de Julião d'Alva, então moço sacerdote de 27 anos, que acompanhava também a princesa como seu capelão e preceptor. A este mandava a rainha escrever fazendo-lhe as apertadas e insistentes recomendações seguintes:

«Mucho os encargos que me escribais como están y se hallan despues de su llegada y de lo que en su camino pasó, aunque y a tengo por muy cierto que, sin recordaroslo, lo habreis hecho ya como de vos confio.» (2)

Estas recomendações se por um lado atestam o extremo carinho da mãe pela filha em querer ter informações de todas as particularidades da jornada, por outro lado mostram-nos também a confiança muito especial que D. Catarina depositava em Julião d'Alva, a quem escolhia para a delicada missão de ser em Castela o preceptor da princesa, conquanto o virtuoso sacerdote fosse ainda um moço de 27 anos. Já noutro passo dessas recomendações ela lhe diz que deseja ser informada de todos os aspectos da vida de sua filha na corte de Castela, tanto material, como moral

(1) D. António Caetano de Sousa — *História Genealógica da Casa Real — Provas*, Tomo III, pág. 111.

(2) Torre do Tombo — *Colecção de S. Vicente*, vol. v, fol. 40.

e social, tal era pois a segurança que D. Catarina tinha no avisado e prudente conselho do que mais tarde havia de ser primeiro bispo de Portalegre.

Vamos agora procurar seguir o interessantíssimo diário dessa lenta e penosa jornada que durou quase um mês e que deixaria, certamente, estenuada a pobre moça, não tanto pela extensão da longa caminhada, mas pela sumptuosidade das festas, torneios, cavalhadas, touradas, serões, banquetes, cerimónias religiosas, cortejos e mais diversões que se celebrarão em quase todas as povoações que atravessou e onde se aposentava por alguns dias.

Para Julião d'Alva, seu preceptor, à fadiga da jornada deve acrescentar-se a responsabilidade do encargo em que ia investido.

No dia 7 do referido mês de Outubro de 1543, em um domingo de manhã, saiu o arcebispo de Lisboa com a sua gente das suas pousadas de S. Vicente de Fora em direcção à Sé e daí pela porta de ferro abaixo, pela corredoura de S. Nicolau, rua dos Picheleiros, até à rua Nova, onde estava Afonso Botelho, meirinho da corte, com os seus homens, todos vestidos de libré, com pelotes e gorras verdes, calças brancas e alabardas pintadas de verde com franjas da mesma cor; o sumptuoso cortejo, já engrossado com a comitiva de fidalgos e cortezãos, foi daí até ao Paço, onde estava o rei a uma das janelas. Na terça-feira, dia 9, passava o séquito da princesa por Aldeia Galega, dia 10, por Alcochete, dia 11, por Alandeira e dia 13, um sábado, chegava a Montemor-o-Novo, onde ficou até sexta-feira, 15, dia em que partiu para Évora; no dia 17 partia o séquito para Extremoz e no dia 19 partia para Elvas em direcção a Badajoz, onde era aguardada, com pomposas festas, por uma delegação da corte castelhana. No sábado, 27, partia de Badajoz para Albuquerque, em cujos arrabaldes lhe saíram ao encontro as velhas desta povoação em bando, salmodiando em coro o seguinte:

Nora buena vengá
la Princesa nueva:
nora buena vengá.

No dia 29, uma segunda-feira, passava o séquito a ponte de Alcântara em direcção a Sarça, onde chega no dia 31; no dia 3 passava por Vila del Campo e no dia 12, em uma segunda-feira, entrava a princesa na velha cidade universitária de Salamanca, onde professores e escolares, em que entrava um escolar português de nome Guterres, lhe fizeram grande recepção.

No dia seguinte, na presença de uma esplêndida assembleia de grandes de Espanha, de eminentes personalidades da igreja e do Estado celebrou-se o casamento, a que se seguiram pomposas festas, justas, torneios, jogos de canas e touradas. Tão sumptuosas foram estas festas que durante muito tempo não se falou noutra coisa.

No dia 22, quinta-feira, entra em Medina del Campo, no sábado 24 passa por Tordesilhas, onde visita sua avó, a rainha viúva D. Joana, a pobre Louca.

Finalmente no dia 26, ao sol posto, entravam em Valladolid, entre os clamores de alegria do povo e ali homenageados pelos mais laureados poetas que saudaram os enamorados noivos.

Nesta cidade organizou-se uma tertúlia com alegres e graciosos epitalâmios em que entravam figuras representando o *Sol*, a *Fortaleza* e a *Fama*.

Dizia a Fama:

Quien publicará la fama
De tal Dama
Quien publicará el valor
Del Principe mi Señor
Y de aquella que mas ama
De tal Dama.

A fama continua a apregoar as virtudes da Princesa e termina por um vilancete que o Sol entoia:

Que luna y que princesa
Castellana y portuguesa
Con que luz de viva llama

Que de virtudes derrama
Para que cualquiera dama
Si las traja por impresa
Castellana y portuguesa
Qué marido y qué doncel!
Qué mujer y qué doncella!
Tal es ella cual es él (1).

Voltemos, porém, aos comentários que vínhamos fazendo à carta de Julião d'Alva, que, após a chegada da princesa a Castela, começa logo por se desempenhar da missão que D. Catarina tanto lhe havia recomendado.

Julião d'Alva é minucioso nas suas informações e continua na referida carta a dar notícia de todos os passos da princesa com o intuito de a desculpar de não ter despachado logo o mesmo correio com a sua resposta; esses motivos são os seguintes: 1.º — audiência à Duqueza d'Alba; 2.º — uma demorada visita ao mosteiro de S. Bento, a pedido dos seus monges, onde a pobre princesa teve de assistir a uma sessão do capítulo e ouvir as monótonas resoluções que nele se haviam tomado; a esta sessão seguiram-se vésperas solenes, findas as quais se deu um largo passeio pelo mosteiro e sua horta, onde os frades tinham preparado uma farta e succulenta merenda para a princesa e comitiva composta das: Duqueza d'Alba, D. Maria de Mendonça, Condessa do Forno, D. Estefânia, D. Margarida de Mendonça e outras damas. Exercia esta última dama na corte o cargo de camareira-mor da princesa e era filha de Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, viúva de Jorge de Melo, fidalgo que havia sido monteiro-mor do monarca D. Manuel, o venturoso; 3.º — em vésperas da festa da Ascensão, prossegue Julião d'Alva na minuciosa narração dos passos da sua pupila, visitara-se o mosteiro de Santa Catarina de Sena para ganhar o jubileu que o Papa concedera a esta casa religiosa em acção de graças pelo nascimento do príncipe D. Filipe; no dia seguinte

(1) D. Feliz de Llanos y Torriglia, *D. Catarina de Austria*, Madrid, 1923.

a solenidade da Ascensão e ainda outras visitas tinham igualmente absorvido todo o tempo.

Da leitura dos vários passos desta curiosa missiva uma conclusão se pode desde já tirar a respeito da vida que a princesa D. Maria levava na austera corte de Castela: — quase todo o seu tempo se ocupava em práticas e diversões religiosas e conventuais, com as quais muito e principalmente se aprazia o moço príncipe, seu marido e primo, quando rei, em exaltado e crescente misticismo tornando-o tão austero e taciturno que ficou conhecido pelo cognome de «homem negro do Escorial». O seu carácter fúnebre transformou a corte, que ali se fixou, a partir de certa época, numa triste mansão onde duas coisas eram proibidas, no dizer de Júlio Dantas «o rir e o ar vivicante e tonificador» que não entravam nas escuras abóbadas desse palácio monumental.

Um outro escritor, referindo-se também ao Escorial, diz, muito apropriadamente, que essa grandiosa mole não era somente um lugar de sepultura, mas um símbolo. Assim como Versalhes é um símbolo da grandeza, do brilho, da magnificência do rei-sol, — Luís XIV —, assim o Escorial é um símbolo de Filipe e evoca não um palácio, mas uma arquitectura entre mosteiro e fortaleza. Nessa residência austera e nos seus sombrios aposentos de onde, por oculta fresta, podia ouvir a sua missa diária, vivia Filipe mais familiarizado com a morte do que com as alegrias de viver (1).

Há certas anedotas, com foros de históricas, que definem um personagem; razão têm, pois, os franceses na inclinação que manifestam por todo o anedótico na história, causa de neste país abundarem tanto os diários e memórias (2).

Está neste caso a que vamos narrar e que vem aqui

(1) Dr. Cabanés — *Le Mal Héritaire*, Paris.

(2) Don Elias Tormo — *En las Descalzas Reales*, Madrid, 1915-1917.

muito a propósito porque eloquentemente confirma o que se tem dito acerca do carácter sombrio e taciturno do rei Filipe II, já por disposição ingénita do seu temperamento, já também por influência da vida austera da corte dos soberanos, seus pais.

Muito cioso, pois, dessa austeridade e dos costumes severos da corte, pouco inclinado a reuniões fora das horas marcadas pelo protocolo, conta-se que ele próprio vigiava durante a noite a boa observância desta pragmática. Filipe era pois inexorável no que dizia respeito a galanteios, aventuras amorosas, e casos de paixão ardente. Neste ponto parecia-se com sua tia e sogra D. Catarina (1).

Ora succedeu que em certa noite algumas damas do paço, quebrando esta tradição, furtivamente se reuniam, em alegre e despreocupado serão, com outros não menos alegres fidalgos e veadores de serviço, entre os quais se encontravam o célebre Duque d'Alba e o galanteador Conde de Miraflores. Quando essa tertúlia madrighalesca estava na sua maior animação, já noite alta, pressentem-se, amortecidos pelas fofas alcatifas dos corredores, os passos cadenciados e já conhecidos do rei.

Calcule-se o pânico das confundidas e perturbadas damas que, como um bando de assustadas pombas, esvoaçam e procuram fugir; não o fizeram, porém, tão depressa sem que o rei adivinhasse o que se passava pelo ruído característico do roçar dos amplos vestidos de seda e veludo das fugitivas; felizmente para elas, quando o rei chega à porta da sala, surpreende apenas os dois aludidos fidalgos, — Duque d'Alba e Conde de Miraflores —, que, sem perderem a serenidade e o seu palaciano aprumo, ouvem do rei as seguintes palavras encolerizadas:

— «Mas que és esto?» —. O Conde de Miraflores, respeitoso, sorridente, com aquela arte subtil do seu fino espírito de galanteador, responde: — *Es alba que dice a las estrellas, que entra el sol y si van nellas* —.

(1) Conde de Sabugosa — *Neves de Antanho*, pág. 100.

O espirituoso e solerte epigrama devia ter reprimido a ira do sisudo e grave monarca, tão fino e malicioso era o atrevido e requintado galanteio de Miraflores.

É curioso notar, como observa P. de Saint Victor, citado pelo mesmo escritor Cabanés, que uma das bizarras da devoção castelhana era esta mistura de austeridade com o galanteio licencioso, da voluptuosidade com a intolerância. Este dualismo de sentimentos, afinal, este combate de ideias não era somente característico de Castela, era um fenómeno comum a quase toda a Europa: de um lado a vida pagã, de outro lado a vida cristã; o gozo da vida e a renúncia a ela, como eloquentemente exprime Antero de Figueiredo, — «o grego Homero degladiava-se com S. Francisco d'Assis» — (1).

Julião d'Alva passa agora na sua carta a dar a D. Catarina informações do príncipe seu genro, dizendo que costumava ir folgar a uma casa de campo, distante da cidade umas três léguas, onde caçavam peças de grossa montaria; que numa dessas caçadas havia morto um veado que galantemente mandara de presente à princesa.

Noutro passo da carta refere-se à saúde da pupila que tantas preocupações lhe dá e de tal forma o interessa, que pede aos monarcas, seus pais, que com ela insistam para que os cuidados que deve ter sejam respeitados e seguidos como seria para desejar, informando-os também de que a princesa se encontrava já melhor das orelhas e da sarna. À etiologia desta doença não era estranha a influência nociva e anti-higiénica da vida que a princesa levava na corte, cuja etiqueta severa e rigorosa predispunha a essa e outras enfermidades.

O Dr. Cabanés referindo-se no seu já citado livro ao filho dos dois cônjuges, o príncipe D. Carlos, de tão celebrada e triste memória, assim se expressa:

— «une étiquete aussi rigoureuse que celle de la cour d'Espagne ne pouvait qu'influer sur la santé de l'enfant

(1) Antero de Figueiredo — *D. Sebastião* — Lisboa, 1924.

royal: dès les premiérs mois, il eut des fievres éruptives et resta longtemps chetif et fragile» —.

Já sua mãe, a rainha D. Catarina, havia também sofrido da mesma doença da sarna, durante mais de três meses, supondo-se que a tivesse contraído pela familiaridade que era obrigada a manter, para não contrariar sua mãe, Joana a Louca, «*con gentes de escalera*», uma das manias e excêntridades da infeliz rainha.

D. Catarina fora educada junto de sua desgraçada mãe e certa vez que pretenderam dar fuga à torturada princesa pela abertura de um muro a mãe obstinadamente se recusou a comer enquanto, em grande desespero, lhe não restituíram a filha.

Como se sabe a infeliz rainha quando o marido, Filipe o Belo, morreu, andou durante um mês com o cadáver por todo o reino sem querer separar-se dele e quando, finalmente, foi obrigada a fazê-lo para ser enterrado, a pobre D. Joana tinha perdido a razão; assim esteve quase meio século encerrada no solitário castelo de Tordesilhas, intratável, sórdida, desobediente aos mais elementares preceitos de higiene.

O nosso saudoso amigo e confrade espanhol Llanos y Torriglia, no seu erudito estudo sobre D. Catarina, alude a umas interessantes recomendações de Carlos v feitas ao Marquês de Denia, D. Bernardo y Sandoval, governador da casa de sua mãe, para este transmitir a D. Catarina, cujos dizeres vêm também dar-nos curiosas e elucidativas informações sobre a doença da irmã: — «por mi amor digais a la Marquesa que en ninguna manera consienta que le laven a mi hermana el rostro con ninguna cosa, ni se le ponga color ni otro afete sino que la muestren a lavar con agua clara del rio sin mezcla de otra cosa» —.

D. Catarina sofreu desta doença da sarna durante a adolescência e sua filha D. Maria durante o período da gravidez, como observa Julião d'Alva em outro passo da sua curiosíssima carta.

Liianos y Torriglia cita ainda as palavras de uma carta que publicou, de D. Catarina, que dizem o seguinte a respeito da doença da sarna — «quando yo me case la tuve muy grande y no si me curo con templarme la sangre lo mejor que pudieron» — (1).

Entre vários assuntos de sòmente importância, Julião d'Alva, na sua longa carta, entre outras curiosas informações que dá aos soberanos portuguezes, alude à substituição da aia D. Antónia, que era velha e por isso não podia já servir, bem e a contento, o seu officio, por uma outra dama, irmã de Manuel d'Oliveira, pessoa que reunia as qualidades de prudência e discrição indispensáveis a esse cargo de confiança junto da princesa; refere se depois ao projecto de casamento de D. Mécia d'Albuquerque, dama da mesma princesa sua pupila, acerca do qual se levantara uma polémica que ia degenerando em pendência de difícil e complicada resolução diplomática. O caso merece ser aqui contado como típico do orgulhoso protocolo da corte. A princesa exigia para a sua dama um dote igual ao que as outras damas da corte castelhana costumavam receber, facto a que se opunha o camareiro-mor, que propositadamente prote-lava a resolução do caso sob pretexto de ter primeiramente que consultar o imperador, Carlos v, e aguardar a sua determinação a esse respeito. A princesa, muito agastada, queixa-se, por sua vez, ao príncipe, seu marido, da teimosia do camareiro-mor em pretender reduzir o dote da sua dama a metade do que se costumava dar às damas da imperatriz, alegando que as suas damas eram pessoas de muita qualidade e que muito lhe pesaria que ficassem assim numa situação inferior às outras damas da corte; acrescentava ainda a enérgica princesa que visse ele príncipe o que fazia neste caso pois que devia ter em consideração que o que ela tocava também e principalmente tocava a ele.

(1) D. Feliz Liianos y Torriglia, *ob. cit.*

Tinha razão a princesa, mas evidentemente que entre os bastidores estava o zeloso preceptor Julião d'Alva a incitá-la, munido com as informações secretas que a respeito do caso lhe fornecia Luis Sarmiento de Mendoza, embaixador castelhano em Portugal, como já dissemos.

Apesar da enérgica reclamação da princesa, secundada pela intransigência do príncipe, seu marido, junto do pai, ao apoia-la, o imperador não defere o caso, alegando, por intermédio do camareiro-mor, estar muito necessitado e escarmentado dos grandes dotes para casamentos que dera às damas da imperatriz, nomeadamente para o casamento dos duques de Gandia; que por isso ninguém deveria *maravilhar-se* de que ele quisesse estreitar e reduzir os dotes, além de que nem o príncipe ainda era rei, nem a princesa rainha.

Julião d'Alva, cioso das prerrogativas reclamadas pela princesa, sua pupila, não se conforma e procura refutar todas as alegações em que se baseava o camareiro-mor, informando de tudo D. João III, a quem juntamente envia a minuta da carta que sobre este tão curioso assunto de pragmática cortesã a intransigente princesa havia mandado ao imperador, seu sogro. Nessa carta a princesa dignamente reivindica para as suas damas as regalias que na corte eram concedidas às outras, quanto à dotação para seus casamentos.

Mas quem era esta D. Mécia d'Albuquerque, causa involuntária e protagonista desta pendência palaciana que ia quase degenerando num *casus bellico* na orgulhosa e altiva diplomacia castelhana?

D. Mécia d'Albuquerque era filha de Jorge d'Albuquerque, fidalgo da casa de D. João III e do seu Conselho, que casara com D. Francisco de Farão, a favor de quem se passa a tença de 40\$000 reais, como já tinha seu pai, por carta datada de Lisboa, a 19 de Março de 1545, registada no livro 25.º, fl. 72, da Chancelaria de D. João III.

Os cuidados e a solicitude de Julião d'Alva, como preceptor da princesa, revelam-se também em outro passo da carta que vimos analisando quando informa acerca dos erros de ortografia que cometia a pupila e para os quais o vigilante mentor chama a atenção do soberano português. Leiam-se as próprias e curiosas palavras do piedoso e santo varão:

«Tambem disse á Princesa que olhasse no escrever, que partia en syllabas no fim de hũas regras e o principio doutras/e diz que o emendara e já escreve mais á pressa e com menos preguiça que soya/e pareceme que Vossa Alteza lhe devia escrever que trabalhasse antes por escrever á pressa que bem, porque a letra de príncipes basta que seja legivel/e vay mais em que despache e escreua á pressa que não em que a letra seja boa/e desta maneira poderá escrever a Vossa Altezas mais vezes e mais largo/e com menos tempo e com menos trabalho/e isto não lhe tirará quando quizer fazer algũa carta de melhor letra fazela, aynda que seja com mais vagar».

Noutro passo da carta, aludindo Julião d'Alva ao confessor da princesa, informa que ele havia partido para os banhos e que no caminho se detivera em Tordesillas, em cujo convento lhe haviam dispensado muita honra e bom acolhimento; que ali fora o dito confessor examinado por um bom físico da rainha, o qual lhe aconselhava a não partir para os banhos, sem que primeiro cobrasse mais forças.

Quem era o confessor da princesa a que se faz alusão na carta de Julião d'Alva e de quem ele dá notícias a D. Catarina com tanto interesse?

Era Frei António de Portalegre, de ilustre geração, pertencente a uma das mais nobres famílias desta cidade e de tão fidalga genealogia que se dizia terem como ascendentes dois reis: — D. Afonso Henriques e D. Afonso III, o Bolonhês —. Esta família era a dos Sousas, que depois se

ligou a outras nobres famílias de Portalegre, como a dos Chichorros, Tavares e Juzartes. Os Sousas, pela sua heráldica ascendência de que tanto se ufanavam, usavam, por isso, no seu brasão as armas reais, constituído da forma seguinte. — Esquartelado, o I e IV de prata, cinco escudos de azul em cruz, cada um carregado de cinco besantes de prata, leão de púrpura, armado e liguado de azul. Timbre o leão. Frei António era filho de Pedro Tavares, alcaide-mor de Portalegre, de Assumar e Alegrete e de D. Isabel de Sousa, filha de Gonçalo Rodrigues de Sousa, capitão de ginetes del rei D. Afonso V (1).

Este nobre portalegrense foi particular amigo de D. João III que muito o estimava, fidalgo da sua casa e do seu conselho e a quem prestou relevantes serviços. Depois de uma vida de político, de cortezão galanteador e loução abandona todos os prazeres mundanais e faz-se monge professando no pitoresco e calmo mosteiro da ordem da Piedade, de Santo António dos Olivais, em Coimbra.

Frei António de Portalegre que se deixou seduzir pelas manifestações literárias dos escritores místicos e ascéticos desse tempo, como o beato Juan d'Avila, Frei Luis de Granada, S. João da Cruz e a fidalga espanhola Santa Teresa de Jesus, escreveu no seu mosteiro a obra mística, em estilo metrificado, intitulada: — *Meditaçã da inôcētissima morte e payxã de nosso senõr* —, obra que depois verteu para castelhano e que publicou com o título de:

— «Meditacion de la passion de Christo nuestro Senõr metrificada por un frayle portuguez de la provincia de la Piedade» — (2).

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Diccionario Geographico do P.º Luiz Cardoso*, vol. 29. (Memórias Paroquiais do Cura da Sé, o Padre Manuel Gonçalves Boroa — Maio de 1758).

(2) Existe um exemplar desta raríssima obra, impressa em Coimbra [J. de Barreira e J. Alvares], 1548, no Museu-Biblioteca do palácio ducal de Vila Viçosa. Este exemplar vem incluído no catálogo que el-rei D. Manuel organizou no seu exílio dos arredores de

Pouco mais ou menos na época em que viveu Frei António há notícia da existência em Portugal de um nobre fidalgo de bom entendimento, chamado Manuel de Sousa, que foi alcaide-mor da vila de Arronches. Pereira Sotto Maior informa-nos que este fidalgo possuía nos arrabaldes de Portalegre uma quinta —:

— «de tanto artificio e fartura, como ainda hoje mostram suas ruinas, que algũs snõres e principes deste Reino, vinham, a passar nella os verões» —.

mais abaixo acrescenta:

— «porem oje está arruinada porq. se vão as cousas con seu dono, soamente está hu Jardim já meo acabado, com hũa fonte de pedra marmore de maravilhoso feito que val mais de duzentos cruzados; he quasi da feitura de hua que oje estaa no pateo de S. Bernardo, mas he muito maior e de differentes lauores; não tem já agoa, porque ãs Arcos e — Aquae Ductus — por onde lhe vinha a Agoa estam em m.^{tas} partes quebrados. Dizem algũs homes velhos, que a virão florecente, que era a mais populosa cousa que auia em Portugal, e chegou el Rei a mandar dizer ao Snõr della [que era Manuel de Sousa] q. não fizesse mais obra nella: porq. compitia ou quasi leuaua ventagem a algumas que os

Londres, vivenda em — Fullwel Park — sob o título de: *Livros Antigos Portugueses* e título inglês de — *Early portuguese Books*—, edição realizada com primores de impressão nas oficinas da Universidade de Cambridge.

Como se sabe esta preciosa colecção de incunábulos e livros raros, no valor de alguns milhares de contos, foi generosamente doada pelo último rei de Portugal ao seu país, para a biblioteca do palácio ducal dos seus ascendentes, os Duques de Bragança.

(Sant'Anna Dionisio — *Museu Biblioteca de Vila Viçosa* — *Fundação da Casa de Bragança*, 1947).

Reis tinham feito. O fidalgo era muito rico e de muitas rendas; e por isso podia fazer tam soberba cousa»: — (1).

D. Manuel, o rei venturoso, que visitara Portalegre a pedido de um fidalgo que solicitava dele o título de Conde de Portalegre, ainda então vila, parece que visitara esta mesma quinta ficando deslumbrado com a vista e o panorama que, detrás do sítio onde agora está Santo António, se disfrutava.

As informações que a respeito desta quinta nos dá Sotó Maior são confirmadas por um documento que vimos e que se guarda na Torre do Tombo, na colecção: — *Cartas Missivas* —, maço 11, n.º 310.

O documento, que não é datado, referindo-se às fortalezas e casas que se derribarão em Portalegre, quando se celebrarão as pazes com Castela, diz o seguinte: — «na serra de S. Mamede fez Diogo d'Azambuja em hũa quinta, hũas casas muito fortes; André de Sousa, na serra de Portalegre, em outra quinta, outras casas muito fortes» —.

A que pazes e consequentemente a que lutas pretende aludir o curioso documento?

O tratado de pazes com Castela a que este documento se refere foi, evidentemente, o que se firmou na vila das Alcáçovas, em 4 de Setembro de 1479, e que pôs termo à desastrosa guerra que D. Afonso v sustentou contra Castela para fazer valer os seus direitos ao trono do país vizinho, por morte de Henrique iv.

Recapitulemos, para mais elucidativo esclarecimento, este pouco feliz episódio da história pátria e das lutas que se lhe seguiram, que chegaram a ter por teatro algumas terras do nosso distrito. Como se sabe Henrique iv de Castela casára com a infanta portugueza D. Joana, filha del rei D. Duarte e portanto irmã do nosso rei D. Afonso v, que enviuvando da sua primeira mulher D. Isabel casára,

(1) Diogo Pereira Sotó Maior — *Tratado da Cidade de Portalegre* — Elvas, 1919.

por sua vez, com sua sobrinha D. Joana, denominada a Beltraneja, filha dos monarcas de Castela. Julgava assim o nosso monarca D. Afonso v realizar o sonho de vir um dia a cingir a coroa dos dois reinos. Falecido, porém, Henrique IV, sua irmã D. Isabel, casada com Fernando de Aragão, faz-se proclamar rainha de Castela. D. Afonso v para fazer valer os direitos de sua mulher e sobrinha D. Joana determina invadir Castela no princípio de Maio de 1475, marcha para Arronches e ali faz concentrar todos os seus magnates e partidários. Formado o seu exército atravessa com eles o território castelhano até Touro, de que se apodera, onde o numeroso exército de D. Fernando trava com o nosso a indecisa mas para nós ruínosa batalha de Touro. Entretanto forças castelhanas invadiam a comarca de Elvas, onde tomaram as vilas de Ouguela e Noudar, chegando até Alegrete, de que se apoderaram (1).

Reatando o fio das considerações que vínhamos fazendo acerca da nobre família portalegrense dos Sousas, a que pertencia Frei António de Portalegre, diremos que Manuel de Sousa, a que aludimos, foi um fidalgo muito da estima e consideração de D. João III, e a testemunhá-lo estão os três documentos que encontramos na Torre do Tombo; são os seguintes:

Provisão deste monarca, dirigida ao almoxarife de Portalegre para dar a Manuel de Sousa, alcaide-mor de Arronches, do rendimento do almoxarifado do ano de 1524, a quantia de 20.000 reais, da sua tença. Outra provisão para o almoxarife pagar ao mesmo fidalgo 15.000 reais. Ainda outra provisão para se lhe pagarem mais 8.000 reais (2).

Esta nobre família portalegrense estava ligada à família dos Tavares e foi nesta época, reinado de D. João III,

(1) Fortunato de Almeida — *História de Portugal*, tomo II, pág. 124.

(2) Torre do Tombo — *Corpo Chronológico*, parte II, maço III, doc. 96; id. maço 117, docs. 119 e 120.

pessoa de governança de Portalegre e um dos seus homens de prol, Pero ou Pedro Tavares.

Em provisão de D. João III dirigida ao almoxarife manda-se pagar a Catarina de Sousa, filha do referido Pedro Tavares, a tença de 5.000 reais e igual quantia se manda pagar noutra provisão a outra sua filha, Aldonça de Sousa.

Por outra provisão se manda pagar, nos mesmos termos, a Violante Tavares, filha de João Tavares, igual quantia de 5.000 reais (1).

Pelo menos dois destes membros da família dos Sousas Tavares, por vagas informações que colhi, deviam ter a sua sepultura no velho mosteiro de S. Francisco desta cidade. Lembramos-nos que no ano de 1926 procurando recolher as inscrições tumulares de algumas das terras do nosso distrito pedimos ao distinto professor Angelo Monteiro que desse algumas informações das sepulturas existentes neste convento; apesar da boa vontade e dos benévolo esforços do Sr. Professor Angelo Monteiro não foi possível recolher essas inscrições por estar a pedra mármore que cobria as sepulturas muito partida ou mutilada.

A esta família dos Sousas Tavares pertenceu o célebre médico e elegante poeta, natural desta cidade, Manuel Tavares Cavaleiro, autor da obra poética intitulada «Ramallete Juvenil», publicada em Lisboa na oficina de Miguel Deslandes, no ano de 1687, ornamentada, no anterrosto, com um brasão de armas gravado em cobre, dos Sousas de Arronches e dos Tavares, respectivamente figurados da forma seguinte: Escudo esquartelado. Ao primeiro, as armas dos Sousas de Arronches, que são; ao primeiro, as armas reais portuguesas; ao segundo, em campo de goles, uma quaderna de meias-luas de prata, e assim os contrários. Ao segundo, as armas dos Tavares, que são, em campo de ouro, cinco estrelas vermelhas de seis pontas em aspa; e assim o contrário. Ao quarto, as armas dos Cavaleiros, que são: — em

(1) Torre do Tombo — *Corpo Chronológico*, parte II, maço 117, docs. 17, 19 e 24.

campo vermelho, leão de ouro; chefe azul com três flores de liz do mesmo metal. Elmo e paquife; e por timbre um castelo de ouro (1).

Alguns outros portalegrenses, contemporâneos de Frei António, seguiram, como ele e na mesma ordem, a corrente de atracção para as consolações da vida mística e espiritual, como: Frei Tomé de Portalegre, pregador, mestre de noviços, falecido em 1550, nesta cidade, com fama de santo por ter sido o seu corpo, anos depois da sua morte, encontrado incorrupto, ainda com todas as suas vestes em bom estado.

Frei Marcos e Frei Afonso, ambos de Portalegre, Frei Anjo de Portalegre, por alcunha o Contemplativo, e Frei Martinho de Portalegre, falecido pelos anos de 1595. Foi provincial desta Ordem Frei Manuel de Castelo de Vide, monge que, a 25 de Julho de 1693, nomeava os censores que deviam apreciar a *Chronica da Provincia da Piedade* de Frei Manuel de Monforte.

Demos agora a palavra a este piedoso e autorizado cronista que nos faz de Frei António de Portalegre, o fidalgo e galanteador cortezão da casa de D. João III, o seguinte curioso e interessante retrato biográfico:

«Era de galhardo parecer, de gentil e bem proporcionado corpo, grandemente avisado e finalmente dotado de todas as partes que o mundo requer em um politico cortezão e por esta causa andou nos olhos não só do rei como de toda a corte. Nos primeiros anos da sua mocidade vendo-se

(1) Xavier da Cunha — *Impressões Deslandesianas* — Lisboa, Imp. Nac. O Conde de Ficalho, no seu livro *Garcia da Orta e o seu tempo*, dá-nos preciosas informações acerca do célebre governador da Índia — Martim Afonso de Sousa, natural de Vila Viçosa, protector de Garcia da Orta, que aquele titular liga ao ramo dos Sousas e Sousas Chichorros, do norte do Alentejo. A esta família se refere o laborioso investigador elvense A. Thomaz Pires, no fascículo VIII (2.^a edição) dos seus *Estudos e notas elvenses* consagrado a *Garcia da Orta*.

tão estimado do rei e aplaudido dos cortezãos por favorecido da natureza, seguiu a corte com suas demasias (1). Chegou-se o tempo de tomar estado e consultando consigo qual seria determinou entrar na religião, escolhendo a Provincia da Piedade. Edificou grandemente a corte com esta repentina mudança; foi muito bom religioso, tratando o corpo com grande rigor e penitencias; chegou esta fama ao rei, o qual, depois de se realizar o casamento da princesa D. Maria com D. Filipe, o mandou para confessor e conselheiro de sua filha. Esteve algum tempo na côrte de Castela, até que sentindo-se doente voltou ao convento de Santo António de Coimbra, onde morreu por volta do ano de 1593».

De Frei António de Portalegre encontramos na Torre do Tombo duas curiosas cartas cujos textos são dignos de serem lidos e conhecidos, não só pela raridade de documentos relativos a Frei António, como também porque eles constituem um interessante elemento biográfico deste illustre portalegrense, afamado fidalgo da corte de D. João III.

Na primeira carta, dirigida de Busto, pequena vila próxima de Burgos, a este monarca, em 21 de Agosto de 1542, Frei António manifesta ao rei o sentimento que ele e os outros padres, seus confrades, tiveram com a notícia de haver sido sangrada a rainha, (D. Catarina), por cuja saúde se tinham rezado missas em louvor da Conceição da Virgem, informando-o também de que a todas as horas se faziam seis comemorações no coro com a mesma intenção. Por último a carta alude à notícia que tivera de que sua Alteza queria fazer abadessa de Santa Clara, de Portalegre, uma sua irmã, freira deste mosteiro, pedindo ao rei com

(1) Demasias da corte?

Não nos diz o piedoso cronista em que consistiam essas demasias, mas é de supor que tendo sido Frei António, antes da sua entrada para o mosteiro, cortezão galanteador, favorecido da fortuna, de galhardo parecer e muito das simpatias da corte, fosse bem aceite das açafatas e cuvilheiras palacianas, cultivando ali com perícia, como dizia Francisco Manuel de Melo, toda a casta de *damarias* e *matronerias*.

manifesta insistência e empenho — «por amor de Deus» —, acrescentava, que tal não fizesse.

A segunda carta, datada do mosteiro de S. Francisco de Valhadolid, em 31 de Outubro, não tem referência ao ano, mas aludindo nela Frei António, em um dos seus passos, à princesa D. Maria, sua confessada, e aos serviços que os seus achaques e enfermidades o impediam de lhe prestar, supponho, com bons fundamentos, ter sido esta carta mandada escrever, ele já o não podia fazer por sua mão e disse se desculpa, entre os anos de 1543 a meados de 1545, porque, em Julho deste último ano, falecia a princesa, como já anteriormente dissemos.

Eis o texto das duas missivas:

1.^a

Senhor

Depojs que say do ventre da balea desta corte pela misericordia de Deus aynda viuo / recolho-me a este buraco como moucho ./ . porque as aves noturnas, como somos os que trazemos este fato, estam majs seguras na toca do moyseyro que no campo do paço .//. aqui nos buracos da pedra divina que he Jeshu Christo /, que ya fazem o njnho de santus pensamentos ./. , aquj querjam criar filhos de seus desejos ./. , nam como pomba branca mas como corvo negro .//. aquj nam poso aynda estar tão escondido que nam sayba novas do mundo / porque num sou de todo a elle isento .//. digo, senhor, isto porque vymdo de pregar dia do nosa senhora das Neves me encontrou no camjnho Escunhega, mantieyro da raynha nosa senhora, e me deu muitas novas da saúde de V. A. e de sua alteza, e dahi a muitos poucos dias mas tornou a dar bem contrayras / porque veyo a este Bosto a me dizer como sua alteza estava muito doente / e que era já duas vezes sangrada / noso senhor sabe o sentimento que diso todos tivemos e o cuydado de ho servir com ha pobreza de nosas oreções .//. disemos lhe logo ix missas á conceyçam da virgen glo-

rjosa ./ e a todas as oras se fazião seis comemorações no coro pela saude de sua alteza .//. isto nem ela nem V. A. nam nolo agradeça, porque sua reale virtude obriga aos estranhos ao majs que a isto .//. quanto majs a nós, seus vasalos e caseyros .//. prouve a piedade de Jeshu Christo que nos ouvio por seus merecimentos e virtudes e nam pelos nosos .// ele seja sem fim louvado por esas e por outras esmolos que nos faaz .//. Senhor, a mym me veyo ter aas orelhas que vosa alteza tinha dicto a frey Joham ceyteyro que quando fose tempo lhe lembrase mjnha jrmãa, frejra abadessa ./ eu lhe beyjarey as mãaos pela sua temçam com que a disse, muito majs lhas beyjarey por nam na mandar pôr em obra .//., porque «suficit dici malitia sua» .//. y no basta loco sino ereje // bem tem mall que lha baste em ser claustrall; / nam lhe [mande] vosa alteza por amor de deus lançar aas costas as carregas de tantas claustrajs //, porque o pastor, diz a escritura, que hade dar conta das ovelhas pele por pele / ora pera isto, pera mjnha jrmãa, sendo abadessa, dar conta com entrega, aviamos mester de mandar á ylha de Joham da fonseca caregar huns navios de peles por que lla nam tem majs de o que huã ssoo .//. por isõ me fara vosa alteza muito asinada esmola em nam me querer fazer esta, que cujdar quanto me faaz .//. Tambem soube, Senhor, que ese comisayro dos claustrajs que fora confirmar a abadesa de Portalegre por outros tres anos, se nam fora meu jrmãao e alguns outros seus parentes que lhe foram aa mão com lhe dizerem que vosa alteza as mandara fazer terceyras e tirar de perpetuas / e que sua reall vontade era que asi ho fosem sempre / por amor de Jeshu christo que vosa alteza tenha muito forte muito há mão porque serja grande mall a molheres de samta Clara dar lhe comenda .//. tambem lembro a vosa alteza, porque sey que católico zelo tem do aproveytamento da sagrada religiam de sam Francisco, que por amor de deus aguora neste capitolo lhe dee ministro de que ajam medo pois al contrario tem tudo perdido / e pera isto aponto dous / o hu he Frey Joham Ceyteyro e o outro Frey Simão de Sousa / como

dum destes escapar o officio tudo he estornado. // Beyjo as reais m. de vosa alteza como seu verdadeiro capelam portugues // desta casa de Bosto onde tenho todo aparelhado o tempo pera encomendar ha Deus vosas altezas e verdadeiramente que com mjnha pobreza o faço ho mjlor que posso // 21 d'Agosto de 1542.

(a) — *frey António de portalegre.*

No princípio desta carta alude-se a um indivíduo de nome Escunhega, mantieiro da rainha, ou seja o official da Casa Real que tinha a seu cargo os manteis, a roupa, as pratas e outras alfaias de mesa. A alusão deve referir-se, sem dúvida, a João de Estúnhiga, cavaleiro do hábito de Santiago, que com Mr. de la Chaux e Carlos Popet vieram a Torres Novas, onde se reuniam as Cortes para rematarem por escrituras a prática que corria do casamento da infanta portuguesa, D. Isabel, com Carlos v (1).

2.^a

Senhor

espreuo a Vossa allteza tam tarde por mão alhea porque me dessimganey que o nam poderja ffazer pella mynha tam cedo / ate quy me trouveram ffissycos emganado / que como sse a ffebre acabasse sse acabarja tambem coella alleyjam das mãos e dos braços / porque çessando ha caussa çessarja sseu effeyto / agora ha xxbj djaz que aa ffebre he despedyda e alleyjam ffica, tam jmteyra como no tempo que a ffebre ffoy majs jmtemssa /, e porque o mal he de quem no tem, n̄ygem nam no ssabe tambem como quem padece /. a prova djsso he questando a prynçessa tam perto e mandamdo quasi cada dja vessytar me / a ssaber como estou / preguntamdo cada dja ao ssecretarjo e a meu jrmão por mym / estava tam

(1) Frei Luiz de Sousa — *Anais de D. João III*, tomo 1.º, pág. 200.

ignorante da rraveza de mynha doemça que me mandou vespora de pascoa á tarde qua Estuniga a dizerme que sse podesse chegar a confressalla, ssem me ffazer mal, que Receberya disse grande conssollaçam; estando eu ajmda tam ffraco que sse nam me Revollar outrem na cama, nam me Revolluo / e majs com ambollas mãos e braços alleyjados que pouco nem muito nam nos mando nem bullo / ora sse a prynçessa estando tam perto e tendo tam contjnua emfformaçam de meu mal a tjnha delle escuza / que sse pode presumyr de vossa A. que tam llomje /, e de mym nunca teve nenhũa / e alguma que meus amiguos de mynha doemça lhe mandaram, porque ssabem que por ssua muita uertude lhe avija de passar co as maas novas que della lha vyam de mandar sse lhas mandassem uerdedeyras; creio eu que lhas nam mandaryam tam cru as mas hũ pouco ou muito temperadas / e disse podera V. A. ssospeytar como poderey eu já estar em despossyçam pera compryr sseu mandamento / e puder mandar allgũa pequena des culpa porque o nam ffaço / e pera da cuáll culpa dysto nam achey outro mylhor Remedeo que mandarme descullpar a V. A. por meu jrmão Pero de Ssoussa, o qual he boa testemunha de vysta de mynha doemça / e [bem a ssua carta] porque mais de quarenta nojtes dormyo ssobre hũ banco ou, para ffallar vardade, nam dormiyo pouco nem muito / elle dyra a V. A. / qual estive e qual estou / e quam jmpossyvel he, sse nam for myllagrossamente, chegar neste tempo a ssua Real pressemça / a elle me Remeto nesta cllausulla quanto a mynha desculpa / quanto a outra que me a mym majs doy e majs me toqua nam me parece Rezam nem poderya acabar com mjnha concjencia a dessymullalla porque me parece que offendia a deos e a V. A. / e a mym ssobretudo / esta, Senhor, que eu faço nesta cama passado trez messes tam ffrauco e tam allejjado como açyma diguo / e á quatro que nam uiy a prijcessa nem lhe ffalley nem ssey quando noso senhor querera dar-me ssaude pera a ver / porque nenhũ Remedeo te quiy me tem aproveytado pera este alleyjam das mãos e braços e me tendo nesta cama como entrevado nem posso

ffazer meu offycio nem siruo V. A. nem a prynçessa em lhe dijzer as coussas que me parece que comprem a vosso e a seu sservyço / de ffeyçam que me parece que outra nenhũa cousa nam ffaço sse nam pejar e ocupar hũ llugar muito bom e muito proveytosso, em especial neste tempo pera serujço de V. A. / e da prynçessa / pelo qual me parece que V. A. deve de prover doutro majs ssoffecyemte e mjlor desposto e que possa ffazer mjlor este meu offçijio / pois eu mal nem bem nam posso / e ssobre jsto dessemca Reguo mjnha concjencia djante de V. A. / e lhe juro pella verdade que devo a meu Rej e meu Senhor que nenhũa ssaudade nem dessejo de Portugal me move a jssso sse nam ssomente ffazello que devo / escrupollo que ssobre jssso tenho comjguo mesmo / e no majs que njsto poderja djzer, a meu jrmão me Remeto / porque elle vaj a V. / A. / e he pessoa que, sse a ffeyçam me nam emgana, lhe pode dar uerdadejra conta de qualquer coussa que pera ssua consollaçam ou avjssso lhe quysser preguntar; pareceo-nos bem ao ssecretaryo e a mym pratjcarmos cõ elle allguãs coussjnas que elle tam-bem ssabe como nós / pois as ve com sseus olhos pera que sse V. A. nam estivesse muito enffastjado de as ouvjr as qujssesse tornar ouvjr, de ssua boca lhas dyssesse, coforme ao que dellas ssentjmos eu e o ssecretarjo / o qual verdadeiramente as ssente e trabalhe pellos em mendar com todas ssuas fforças como muito verdadeyro e muito Real cryado de vossas alltezas / e já de tanto preço como elle he / assjm nysto como em tudo majs que V. A. / qujsser ssaber de qua nos Remetemos a meu jrmão / e pedjmos a V. A. que lhe quejra dar jmteyro credyto em tudo / e a muito grande esmolla e carydade que por amor de nosso senhor peço a V. A. / he que me despache lloguo / porque por de Radejro Remedeo me mandam os ffjssjcos hjr aos banhos e tenho muita necessarydade delle por oulhar por mjm lla, porque me ssabe ja o feito / e tambem porque nam querya que ffosse lla vysto porque lloguo que hede sser ssabjdo / e nam querja meter allguãs pessoas em cuydado / bejjo as mãos a V. A. e por amor de jhesu christo lhe peço que mallcançe

perdam da Rajnha, Nosa senhora, porque allejjam de mjnhas mãos de descullpa de nam esprever a sua allteza / e desprever a V. A. por mão alhea jmda que a carne della sseja mjnha //. De ssam Francisco de Valhadollyd o deRadejro doutubro (1).

Reatando o fio da análise da carta de Julião d'Alva, mais uma vez interrompido pelos comentários que fizemos acerca de Frei António de Portalegre, vamos agora referir-nos às informações que ele dá acerca dos físicos da corte de Castela, servindo-nos, para mais saborosa curiosidade, dos seus próprios dizeres:

«Tambem disse á Princesa o que Vossa Alteza me escreueo do fisico, e até agora não ho tomou porque os que sam pera isso não querem deixar seus assentos e partidos muyto mores que os que ella lhes pode dar / e outros nam são pera isso nem teem as qualidades que conuem. Ao Principe serue hũ que foy ou ainda he do Emperador / e ha dias que tomarão pera elle hũ fisico que se chama o doctor Bilches que vivia em Jaem / o qual veyo agora e antes que uyesse dezia o Principe que como uyiesse lhe mandaria que teuesse cuydado do serviço da Princesa / e assi creyo sera / e fazendo-se se podera yr o doctor Francisco Martyns e aynda que não se faça tenho tam pouco deuocão nelle por ser da casta que he e por auer feyto sangrar e purgar a Prinçesa tantas vezes em tam pouco tempo e com tam piquena causa, que desejei que se fosse antes oje que amanhã / e a informação que elle pode dar ao que vier da comtrissão e disposição da Princesa melhor a poderá dar per escrito mestre Diogo que elle de palavra / e aynda que ele a dê de palaura, me parece que sera bem mester que mestre Diogo ha de por escrito / a Vosa Alteza lho deue mandar / o fisico pera a casa não se pode escusar porque se os do Principe hauerem de curar a Princesa, não quererão curar mais que a Sua Alteza e as damas, e tambem porque

(1) Torre do Tombo — *Cartas Missivas*, maço 1, n.º 243.

o costume de qua não sofre que o fisico que visita os criados, visite tambem a Princesa e as damas, manda-me a Princesa que escrevesse a Vossa Alteza pera que lhe haja de o mandar, se o tomara qua. E a isto mande Vosa Alteza responder com o primeiro que vier porque ha já necessidade de se tomar.»

Seguem se depois na mesma carta noticias e informações interessantes acerca do cozinheiro, do sapateiro e barreteiro da princesa.

Como esta não pudesse acostumar se ao paladar dos adubados e picantes manjares da cozinha castelhana manifesta ao preceptor o desejo de que lhe mandassem um cozinheiro de Portugal; Julião d'Alva não é do mesmo aviso e informava a rainha de que não havia grande necessidade de cozinheiro e que devia, pois, dilatar-se a sua vinda, visto a princesa comer bem — «louvores ao Senhor» — e não precisar de guisados que lhe despertassem o apetite.

Nova pendência de pragmática se levantou por um novo incidente e pelo motivo expresso na informação que Julião d'Alva dá na sua referida carta. Costumava a princesa ouvir missa e a respectiva homilia de uma pequena tribuna que dava sobre a capela, tão estreita, porém, que nela mal cabia com as damas, ficando a princesa em lugar reservado, separado apenas por umas cortinas, e as damas um pouco mais desviadas, a um canto. Como houvesse necessidade, durante os officios da Semana Santa, de tirar essas cortinas, ficando a princesa assim privada do seu lugar reservado e a descoberto, ordenara que as damas não continuassem ali, mas sim em um outro compartimento que ficava debaixo da dita tribuna. Transmitida esta ordem pelo camareiro-mor recusaram-se as damas a cumpri-la, uma das quais, Joana de Guevara, permitiu se mesmo a ousadia de entrar, sem licença, na mesma tribuna. Julião d'Alva, apesar de castelhano, revela-se, tanto neste caso como em muitos outros, tão cioso e estrénuo defensor das honras e prerroga-

tivas devidas à alta estirpe da sua pupila que a aconselha a não consentir desobediências às suas ordens; tanto mais num caso em que toda a razão lhe assistia; deste incidente informa, como sempre, seus pais; logo a seguir dá-lhe conhecimento do grande interesse que a princesa tinha no deferimento da pretensão de Manuel de Melo, que muito recomendava a seu pai.

Quem era este personagem por quem tanto se interessava D. Maria? Supomos, com bons fundamentos, ser Manuel de Melo Coutinho, a quem a rainha D. Catarina havia de confiar, mais tarde, em Março e Abril de 1555, a missão de ir visitar seu irmão, o imperador Carlos v, entregando-lhe, para seu bom cumprimento, as instruções que se guardam na Torre do Tombo, na chamada *Colecção de S. Vicente*, vol. v, fl. 27 (1).

Destas instruções interessa-nos principalmente a sua parte final onde se fazem elogiosas referências a Julião d'Alva, já então nomeado bispo de Portalegre.

Eis o que diz a rainha D. Catarina a respeito do novo bispo:

— «Eu escrevi d'aqui ha dias ao Imperador, meu senhor, por intermédio do seu embaixador nesta corte, que por minha intercessão quizesse fazer mercê a D. Julião d'Alva, bispo de Portalegre o deão da minha capela, que por sua morte pudesse repartir entre dois sobrinhos seus cincoenta mil reis de pensão que a Princesa minha filha, que em Santa glória esteja, deixou. E tambem que fizesse mercê a um seu cunhado do hábito de Santiago e lhe diga a muita razão que tenho em pedir a S. M. esta merce para o bispo, que ha muito tempo me serve, e pela boa conta que deu sempre de si nas coisas em que ele me quiz servir e por ser esta em si tão pequena, não parece ser necessário fazer-me esperar a consulta; e pro-

(1) Publicadas, em tradução espanhola, na obra citada de F. de Llanos y Torriglia, pág. 95.

curareis, quanto de vós dependa, que S. M. o faça e tome em resolução sem esperar consulta por ser coisa tão pouca e qual eu com tanta instancia, pelas muitas razões que para isso tenho, pergunto a S. M. se pode e deve excusar consulta, e do que S. M. responder me avisareis . . . » —

A outro personagem se faz também referênciã na carta de Julião d'Alva, é Gaspar de Teive. Este fidalgo, muito ligado à casa de D. Maria, havia sido nomeado para o recebimento desta princesa com o príncipe das Astúrias e para o acto solene da entrega do respectivo dote e enxoval. As pessoas que compunham a honrosa delegação para assistirem a este acto eram, além de Gaspar de Teive, que nela desempenhava o cargo de tesoureiro, o arcebispo de Lisboa, o mordomo-mor D. Aleixo de Menezes e Gaspar de Carvalho, chanceler-mor do reino, embaixador do rei de Portugal e uma das testemunhas do seu testamento.

Gaspar de Teive, que ficou em Castela fazendo parte da casa da princesa, prestou-lhe sempre ali dedicados serviços, que a rainha D. Catarina agradece na carta cuja minuta se lê no livro III, fl. 195 da citada *Colecção de S. Vicente*. Nessa carta a ternura da mãe pela filha ausente a cada passo se revela e ressalta nas suas comovidas expressões de saudade e amor, nos seus cuidados, nestes pequenos nada, que mostram a enternecida solicitude da bondosa mãe em satisfazer todos os pedidos e desejos da filha, como por exemplo o envio, pelo primeiro correio, da água de canela para o principesinho, seu neto e outros mimos.

Do mesmo Gaspar de Teive encontramos ainda, na já citada colecção — *Corpo Chronológico*, parte 1.^a, maço 73, n.º 23 —, uma outra carta que dirige a D. João III, na qualidade de tesoureiro da casa da princesa, dando-lhe conta do empréstimo de várias parcelas de dinheiro que os comendadores-mores de Leão e Castela, o Cardeal de Toledo e outras pessoas haviam feito à dita princesa, sua filha.

A lista completa das pessoas que compunham a casa da princesa D. Maria pode ver-se junto às recomendações

que os reis, seus pais, lhe fizeram por ocasião do seu casamento, publicadas por Costa Lobo no *Archivo Histórico Portuguez*, tomo I, págs. 131 e 177. Na *Coleccion de documentos inéditos para la historia de España*, tomo III, pág. 361, publica-se também a lista das pessoas que formavam a casa dos dois príncipes sob o título «*Relacion del recebimento que se hizo a D. Maria, infante de Portugal, hija de D. Juan III e de D. Catalina*».

A respeito desta lista devemos aqui mencionar a recomendação que D. João III faz a Julião d'Alva para que transmita à princesa o desejo que ele tem de que ela admita e aceite, entre as damas de sua casa, uma filha de Afonso Pacheco, por quem muito se empenhara, junto do monarca, o Marquês de Tarifa.

A carta é do seguinte teor:

«Juliam dalua etc. o Marques de Tarifa me mandou pedir os dias passados, estando ainda a caa a princesa minha filha, que lhe quisesse tomar pera dama de sua casa huma filha de Alonso Pacheco e eu me escusei diso entaão dizendo que depois que a princesa fose em castela eu lhe pediria que a quizesse tomar, sendo o principe diso contente / e agora me tornarão a falar niso de sua parte, pelo que vos encomenda muyto que deis diso conta á princesa e lhe digaes de minha parte que por isto que eu tenho mandado dizer ao marquez / e principalmente por esta mulher ser filha de dom Alonso Pacheco e neto de Dom Alvaro de Crasto, governador que foy da casa do ciuel da cidade de Lixboa, pessoa de muytos merecimentos e serviços, eu receberia contentamento de ela a querer tomar por sua dama, sendo o principe contente de o ela fazer, e que lhe peço muyto que lhe queira loguo njsto falar, e querendo elle que ela o faça vos dee a resposta diso para a vós dardes a quem laa por parte do marques o requerer, e folguarey de vós tomardes cuydado de o lembrardes á princesa. (minuta s. d.).

Outra referência muito curiosa se faz na carta de Julião d'Alva a uma pretensão da Duquesa de Gândia, pretensão que D. João III, seu pai, recomendara à filha.

A Duquesa de Gândia a que se alude é D. Leonor de Castro, mulher do IV Duque de Gândia que, como é sabido, desempenhou na corte portuguesa uma missão de grande importância como embaixador de Carlos V, sendo já religioso professo e prepósito geral da Companhia de Jesus com o nome de Francisco de Borja, canonizado em 1671.

Abramos aqui mais um parêntesis para lembrarmos que tão importante era, com efeito, a missão de Francisco de Borja, como agente de Carlos V e portador de uma carta de crença do imperador, que este nome era cifrado no de Francisco Morales, para que o negócio que ele propunha à irmã, a rainha D. Catarina, fosse *absolutamente secreto*.

O importante caso a que se alude consistia em negociar um tratado em que se firmasse o nítido compromisso político relativo aos direitos de Castela, no caso de falecer o reisinho português, D. Sebastião. Diz-se que D. Catarina ouviu o padre, que já estimava desde 1553 quando ele pela primeira vez viera a Portugal, e ficou aterrada!

Que seria dela, se pela cabeça do povo português passasse a sombra da suspeita de semelhante conluio, comenta Antero de Figueiredo! — «y nos apedrerian á mi y a vos» — murmurou ela ao ouvido do provincial. Nem pensar nisso!» (1)

Este escritor, continuando no seu expressivo comentário, acrescenta: — «o jesuita, em pé, mudo, petrificou se. Descreve-o como um homem alto, de ampla fronte precocemente calva, barba negra em face doentia de amarelo mate, molares salientes e olhar macerado nas órbitas cavadas.

(1) Diogo Barbosa Machado — *Memórias para a História de El-Rei D. Sebastião*, parte I, liv. C. I. — Citação de Antero de Figueiredo — in *D. Sebastião*.

Linhas duras, sua expressão era a do pensamento profundo e obstinado» (1).

D. Julião d'Alva não seria estranho a estes segredos dos bastidores da política e da diplomacia entre os dois países. Era tal a confiança que a rainha D. Catarina nele depositava que certamente o consultaria ou, pelo menos, com ele conversaria a respeito destes magnos e importantes assuntos. A prova dá-no-la a carta que Cristóvão de Moura, como se sabe agente de Filipe II em Portugal, escreve daqui a este monarca acerca do projectado casamento do moço rei D. Sebastião dizendo lhe que esperava falar a alguns ministros de influência, citando como principais «Pedro d'Alcaçova e D. Julião d'Alva» (2).

De facto Julião d'Alva, colocado sempre numa discreta penumbra, não ostentava a influência que tinha no ânimo dos monarcas portugueses.

Esta política dos casamentos era um traço característico dos Habsburgos a respeito dos quais corria o seguinte epigrama: — «Os outros podem conquistar reinos, mas a Casa d'Austria desposa-os» (3).

Fechemos o parêntesis para continuarmos o nosso comentário à longa carta de Julião d'Alva, que finalmente alude a um outro incidente, como os já anteriormente referidos, filiado na complicada etiqueta e severa pragmática da corte. Foi protagonista deste novo caso um filho de Luis Sarmiento de Mendoza, embaixador castelhano na corte portuguesa, na qual fora acreditado com poderes para realizar os desposórios do príncipe do Brasil com D. Joana, pais do malogrado D. Sebastião, e da infanta portuguesa D. Maria com o príncipe Filipe, depois rei, II desse nome, em Castela.

(1) Antero de Figueiredo — *ob. cit.*, pág. 41.

O Museu Nacional de Arte Antiga (Janelas Verdes), expõe um retrato de S. Francisco de Borja.

(2) Don Alfonso Danvila y Burguero — *D. Cristobal de Moura* — Madrid, 1900.

(3) David Llot — *Philippe II* — Paris, 1933.

O caso, conquanto de somenos importância, é todavia, interessante porque nos dá ideia, como outros já referidos, da prosápia da fidalguia castelhana, tão intransigente e ciosa das suas honras e prerrogativas.

Julião d'Alva dá-nos conta deste caso na maneira seguinte:

Fora um dia a princesa dar um passeio a pé acompanhada apenas dos seus oficiais de serviço e das damas de sua casa: — a Duquesa d'Alba, D. Maria de Mendonza, D. Estefânia, a camareira-mor, e D. Leonor Sarmiento, filha do embaixador Luis Sarmiento de Mendonza, a quem já anteriormente nos referimos. No regresso deste passeio permitiu-se o irmão desta última dama, D. António, juntar-se à comitiva sem o consentimento da princesa, procedimento que muito a desgostou a ponto de mandar retirar do séquito o insolente atrevido por intermédio de Manuel de Melo. António Sarmiento, advertido mais de uma vez, não somente se recusou a obedecer, como levou a sua teimosa ousadia em pretender transpor a porta do próprio Paço, o que Manuel de Melo impediu fechando-lha na cara. O Embaixador Luis Sarmiento de Mendonza, longe de repreender a incorreta atitude do filho, escandaliza-se e queixa-se aos monarcas portuguezes da suposta afronta feita a ele na pessoa do filho. Acaba o incidente pela intervenção do príncipe D. Filipe que, dando razão à sua consorte, repreende Luis Sarmiento de Mendonza, brandamente, informa a carta, para que se não ferissem as susceptibilidades do orgulhoso fidalgo, velho e prestimoso servidor da corte.

Razão tinha pois D. João III em dizer, nos conselhos que mandava apontar para sua filha levar para Castela, que uma das suas maiores preocupações, referindo se à orgulhosa fidalguia castelhana, era a etiqueta daquela corte, de tais exigências e complicações que a mais leve falta na sua observância podia originar «grandes desconsertos».

Assim terminou mais este *casus belli* da severa etiqueta da corte que, como os outros que já referimos, nos deu a conhecer, não somente curiosos aspectos da vida palaciana da corte de Castela, nesse tempo, como também e principalmente nos revelam a lealdade e dedicação com que Julião d'Alva, apesar de castelhano, procurava servir os interesses dos monarcas portuguezes e a solicitude e devoto carinho como soube cumprir a missão de preceptor da princesa D. Maria, sua jovem pupila.

Não nos surpreende, pois, que assim tivesse conquistado absolutamente o valimento régio e que bem merecesse o piedoso sacerdote, como largamente justificou, as diligências em que tanto se empenharam os reis de Portugal para conseguirem que, como prémio dos seus serviços, lhe fosse dado o alto e dignificante cargo de primeiro bispo da diocese de Portalegre.

Com efeito, e como já anteriormente dissemos, criada pelo Papa Paulo III esta diocese por bula *Pro excellenti apostolicae*, de 21 d'Agosto de 1549, e nomeado, pouco depois, por D. João III seu primeiro bispo, o ilustre sacerdote D. Julião d'Alva via confirmada essa nomeação por bula do Papa Júlio III de 2 d'Abril de 1550; neste mesmo ano o notário apostólico Sebastião d'Andrade dava posse do bispado ao novo prelado que governou até ser provido no bispado de Miranda, em 1557.

É sabido que um dos seus primeiros cuidados ao tomar conta da diocese foi a fundação da Sé Catedral, dedicada logo a Nossa Senhora d'Assumpção, tendo se lançado a primeira pedra desta obra a 14 de Maio de 1556. Foi a obra continuada depois pelo bispo D. André de Noronha e concluída pelo célebre autor dos *Diálogos*, o bispo Frei Amador Arrais, a quem tanto ficaram devendo as investigações e estudos arqueológicos da nossa região.

D. Julião d'Alva procurou logo formar o seu cabido com as leis e estatutos pelos quais se governasse a Sé, apontando-se, como pessoas da sua especial privança, entre outros bons letrados, o Dr. Frei João Pedraza, castelhano,

afamado e virtuoso teólogo, seu desembargador e pregador, e o Dr. Paulo Afonso.

D. Catarina trouxera consigo para Portugal algumas pessoas da sua estimação que muito considerava pelas suas qualidades de entendimento, discrição e prudência e que desempenharam depois no país elevados cargos, nomeadamente Julião d'Alva, Paulo Afonso, Rodrigo Sanches, Filipe d'Aguiar e outros. Mereceram a honra de serem incluídos na lista de seus criados, título que nesse tempo era nobiliárquico porque os reis criavam nos seus paços muitos jovens e moços nobres que assim se apelidavam ⁽¹⁾.

Será este Paulo Afonso o autor da carta que encontrámos na Torre do Tombo e que vamos ler, com quem o bispo comunicava todos os negócios tocantes ao bom governo da diocese?

Supomos que sim e que o mesmo usasse o apelido com que assina a curiosa carta que nos dá conta do seguinte:

Senhor

— «em hũa das de V. S. diz que tem feyto os estatutos no que toca ao choro pois se tem feyto mande-hos com breuidade por que isso de choro jnporta mais que tudo e já por mujtas uezes lhe tenho escripto quão necesarjo he auer leis pera se gouernar qualquer comunjdade; e como governarse este seu cabido ate aqui sem ellas foi «— donum dej —» e cada dia socedem cousas por falta de não aver Regimento dado por V. S. que estão muy perto de darem grandes desgostos; e ho que eu escreuj que entretanto mandase V. S. outros estatutos não era mal acertado e sempre me pareceo que V. S. ho fizesse: e por que isto lembrej já muitas uezes e sei que V. S. não deve poder mais não falo mais nesta matéria. O corregedor António Lopez adoeço e he partido pera Antre douro e mjnho, pera

(1) Frei Luiz de Sousa — *Anais de D. João III*, tomo I, pág. 198 (ed. Sá da Costa).

onde vaj proujdo; encomendou a vara a hũ Pereyra, juiz de fora de Campo Mayor, mancebo de pouca esperiencia e de menos asento, o qual tanto que teue a vara começou a correr os lugares? fora de ordem, que logo correo a fama por todos do grande erro que fez Antonio Lopes em lhe cometer a vara; ueio a esta cidade e começou logo a falar contra V. S. e contra seus officiaes palavras tão desencamjnhadas que he uergonha; e mandou noteficar ao vigajro, com grande estrondo de mejrinhos e tabeliães que não tomase a jurisdição del Rej, como era jnformado que fazia, se não que proueria logo niso com muito Rigor, como elle veria, porque o mejrinho de V. S. prendia leigos e lhes entrava em casa e andaua de nojte correndo a terra, o que não auja de consentir; o vigairo lhe respondeo que não tomava em nada a jurisdição de V. S., e que o mejrinho, se prendia leigos, seria em casos onde podia de direito, como erão herejes, e que estes auja de prender quando os achase culpados, e que se elle ho fosse que tão bem o prenderia; com esta Resposta se pos á janela dizendo que ao vigájro e prouisor mandaria em dous asnos presos á corte; e que as cousas de V. S. nesta terra erão muj sagradas que ho não aujão de ser contra destemperos, que V. S. uera em huũs apontamentos que com esta vão de que ouue grande escandalo nesta cidade; e despois disto se pos a tirar devasa se tomauão a jurisdição de S. A. e perguntou procuradores e officiaes; e ho ministro de V. S. se temeo que ho prendese e se quisera ausentar; e quando isto se passava estava eu doente e tudo me vinhão dizer e estive asas agastado e asi como estava quisera fazer autos e preceder contra elle, mas pareceome que era mjlor desimular e Reme dealo por outra via; [e também me ocorreo que como estes fundão tudo o que fazem contra a justiça eclesiastica que comtudo fazem e lhe socede ben e lembrou me o que fez o outro na ilha que mandou soltar os presos do bispo e que este era mais aparelhado pera fazer outro tanto que njnquem porque he doudo e atreujdo e que puderia fazer outro tanto nesta cadea majormente sendo como he delRey] e tam-

bem que os Autos que eu fizesse se aujão de ter por suspeitos na corte, e por todas estas Rezões e outras que me ocorrerão asentej desimular com elle e escreuer tudo a V. S. pera que neste caso faça dar o castigo que se mereçe e pera que a justiça ecclesiastica e seus officiaes não sejão enxovalhados de qualquer juiz ou corregedor, porque dahi virá a não se temer a justiça de V. S., e não se temendo bem não sei o que se pode seguir; e toda esta terra espera que este homem seja por isto castigado; e que se não fosse polo que toca a V. S. deuja ser polo serujço de deos e de S. A., porque eu affirmo a V. S. em mjnha consciencia que polo que conheço deste homem a sí de Cojnbra como do que aqui fez te qui não he pera ser juiz de hũa aldea quanto mais ter carrego de corregedor; e Resoluendo o que me parece que V. S. deue fazer he dar disto conta a S. A. e pidir-lhe que passe prouisão pera que não sirva de corregedor, pois não he pera isso, e que cometa ao juiz de fora desta cidade que pergunte as testemunhas que os officiaes de V. S. lhe Requererem, que perguntem polas palavras que contra elles dise e da devassa que tirava deles e os feitos e o mande á corte pera ser castigado, e que auendo culpa ho empraze logo, e pera isto se poder fazer he necesarjo que elle não tenha a vara, por que tendo-ha ninguem oussará dizer a verdade, majormente os officiaes da justiça que são as principaes testemunhas, e se a V. S. lhe parecer que he serujço de deos e de S. A. pera que saiba de quem se hade serujr que se perguntem polos mais excessos que elle fez que são os dos apontamentos todos se o provarão e muitos mais; isto parece cousa leue porque este homem não serve por prouisão delRey, se não por comisão de António Lopes, e enquanto se prouê a comarca de corregedor pódese encomendar a vara a outro, e seria Rezão que fosse o juiz de fora desta cidade, pois he homem que já serujo o mesmo cargo muito tempo e tem experiencia e não parece bem que este cargo se dee ao juiz de Campo Major, onde ha juiz de Portalegre, e a bem desto he elle muito serujdor de V. S. e ho mostra em tudo quanto elle pode, e verdadeiramente

que lhe deue V. S. favorecelo e ajudalo em tudo e todos njsso Receberemos merce; e porque o que até aqui tenho escripto e os apontamentos que vão bastão pera jnformação deste caso não alargo mais, somente tornar a lembrar a V. S. que não deixe pasar isto sem castigo porque sera muito desserujço de deos e seus; não ha outra cousa de que V. S. deva ser aujsado. Noso senhor Sua Rainha e muito jlustre pessoa tenha de sua santa mão. de Portalegre a 15 de nouembro de 1557.

Paulo Rabelo (1).

Na mesma colecção do arquivo deparou-se nos uma carta do bispo D. Julião, dirigida a D. Catarina, também relativa a assunto da diocese, como mostra o seu texto:

Senhora

depois de ter mandado hum criado meu a Afonso de çuniga pera que me avisase da saude de vosas altezas, soube a queda que V. A. dera, de que recebi a pena que todos temos rezam de ter de qualquer indisposição de V. A. e dou graças a n. s. que não foy mais, e de saber que não fora neçesaria sangria e que ficaua já com saude, seja elle louuado por todo; bejarey as mãos a V. A. mandar a Afonso de çunjga que me escreva como se achou V. A. de poes; praza a n. s. seja sempre como seus criados e vasallos deseijamos. Por que não soube se proveyo el Rey n. s. a igreja de Monforte de rio libre que vagou por falleçimento de Pero Truxilho, que sua A. queria dar a hum criado do mestre de santiago, pera que alargase outras que tinha em Portalegre, bejarey as mãos a V. A. que lembre a el Rey n. s. que se nam esta proveida proveja logo nella a pessoa suficiente que a vaa residir, a qual pasa de çem mjl reis de

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico*, Parte 1.^a, maço 102, Doc. 23.

remda y está depositada a renda de hum anno. Guarde n. s. a v. a. por largos tempos pera seu serujço. de Arronches. 4 de mayo

(O Bispo de Portalegre) (1)

Outra circunstância, além dos mencionados serviços que prestou aos soberanos portuguezes, impõe D. Julião d'Alva ao reconhecimento de todos os que se interessam pela história das terras do distrito; queremos referir-nos aos impulsos que soube dar à exploração da indústria mineira que, em certos lugares, uma recuada tradição proto-histórica havia deixado já marcados vestígios. A este respeito vem a propósito e será oportuno lembrar o que tivemos ensejo de escrever em — *Terras de Odiana* —. Ali dizíamos nós, relativamente a Marvão, o seguinte:

— «Podemos verificar em diferentes livros das antigas vereações que tiveram a seu cargo a governança do concelho, que neles se encontram vários termos relativos ao registo de minas de: prata, cobre, chumbo, sulfato de ferro, estanho, enxofre e antimónio.» —

Em 15 de Novembro de 1558 obtém o bispo de Portalegre D. Julião d'Alva uma carta de privilégio do rei D. Sebastião para explorar as ferrarias que encontrasse não só no termo desta cidade como das vilas de Niza, Castelo de Vide, Marvão e Alegrete. O mesmo diploma concedia-lhe a importante mercê da isenção do pagamento de quaisquer direitos, em respeito aos muitos gastos e despesas que havia de fazer, não só com os engenhos que eram necessários para beneficiar o ferro extraído, como também com os mestres e oficiais que para isso havia de mandar vir de Biscaia e doutras longínquas partes. Na curiosa carta a que aludimos estabelecem-se depois as condições dessa exploração, providenciando-se também acerca do carvão necessário aos

(1) Torre do Tombo — *Gaveta 19, maço 8, n.º 8.*

engenhos, o qual poderia ser feito em quaisquer matas que houvesse nos termos das ditas vilas, contanto que se cortassem para esse fim somente as ramas das árvores de forma a poupar os seus braços principais, que deveriam ser respeitadas.

Eis o texto do curioso documento:

« — Dom Sebastiam & aos que esta minha carta virem faço saber que don Julião dAllua, bispo do bispado da cidade de Portalegre, do meu concelho, me dyse que elle tynha sabydo que no termo da dyta cidade de Portalegre e nos termos das vyllas de Nisa, Castello da Vjde, Maruão e Alegrete, avya veas de que se podya tirar ferro e pello proveyto que meus Reynos receberião em nelles aver ferro pela necesydade que nelles delle havya queria ordenar como se o dito ferro tyrasse das dytas veas e se beneficiasse em maneira que se podese delle aproveytar no que fosse necessario, me pedy a que lhe fizesse merce de todas as veas de ferro que nos termos da dita cidade e das ditas villas ouese pera sempre sem dellas pagar direitos alguñs, avendo respeito ao muyto guasto e despesa que avya de fazer nos emgenhos das ferraryas que herão necesarios pera beneficiar o dito ferro e como os mestres e outros officiaees que pera yso avya de mãdar vyr de Biscaya e doutras partes e asy em outras cousas que pera o dito neguocio erão necessarias e que pera se o dito neguocio fazer lhe comcedese as cousas abayxo declaradas: Primeyramente que os emgenhos das ditas ferrarias se posão fazer em quaees quer terras demtro dos ditos termos que pera iso forem convenientes posto que seja em herdades e outras propriydades de pessoas eclesiastycas ou secullares, de quallquer calydade e condição que seja paguamdo a seus donos toda a perda que nas ditas terras por iso receberem que seja estimada por pessoas sem suspeita, a que seja dado juramento dos santos evangelhos conforme ao Regymento dos mestres destes Reynos e que se podese cauar em tyrar das ditas veas como a madre dellas pellas pessoas que pera iso orde-

nase, posto que fosse nas ditas propriydades ou em outras, paguamdo a seus donos polla dita maneyra a perda que se nella fizese, e que sendo caso que os mestres ou outras pessoas que tyuer pera beneficiar o dito ferro fizessem pera iso novos emgenhos de que a maneyra e feyção delles não fosse feyta nestes Reynos ate o tempo em que ora sy fizessem que pessoa allgũa os não podese fazer sem sua licença ou da pessoa que elle pera iso ordenar e que nenhũa pessoa dentro nos ditos termos não fezese engenho allguũ pera beneficiar ferro / e que se pudese fazer o caruão que fosse necessario pera os ditos emgenhos em quaees quer matas que ouuese nos ditos termos comtamto que fosse da rama das arvores que nas ditas matas ouuese sem se cortar arvore allgũa pello pee e que as pessoas que fossem ordenadas ao seruiço das ditas ferrarias não fossem obriguadas nem comstramgydas a seruir nos officios e carregos dos concelhos, e que podese vender todo o ferro que se nas ditas ferrarias fizese a quaees quer pessoas com quem se concertassem ou pessoas que dyso per sua ordenança tiueerem carego, cõtamto que nam fosse pera fora do Reyno, e que fazemdohe eu merce das ditas veas pera sempre, como me pedya, e comcedemdohe as ditas cousas, elle se obriguava a fazer dentro de dous anos primeiros seguimtes hum êgenho ao menos pera se beneficiar ferro e fazer tirar das ditas veas ferro que continuamente se laurase no dito emgenho, o que todo visto per mim, avemdo / respeito ao proueyto que se seguyra a meus Reynos aver nelles ferro com que supra a necessidade que delle nelles ha, ey por bem fazer merce ao dito bispo lyuremente de todas as veas de ferro que ora ao presente ouuer e pello tempo em diamte se acharem e descobryrem nos termos da dita cidade de Portalegre e villas de Nisa, Castello da Vyde, Maruão e Alegrete pera sempre, pera elle e todos seus herdeiros, com todas as comdições, clausulas e lyberdades acima declaradas, com que mas elle bispo pedyo sem dellas em allgum tempo elle nem os ditos seus herdeiros pagarem direitos alguũs a mim nem a coroa de meus Reynos nem a outra pessoa allgũa, e alem diso me

praz que posa dar parte nas ditas veas a pessoas que lhe parecer necessarias pera se ellas melhor poderem beneficiar, e esto todo em comdição que elle seja obriguado a fazer um' engenho ao menos pera beneficiar ferro demtro em dous anos, que se começarão da feytura desta em diamte, e não no fazemdo no dito tempo, que as ditas veas se percão pera mim sem ser obriguado a pagar cousa allgũa do que nas ditas veas estyuer feyto pera nas ditas veas prouer como for meu seruiço, iso mesmo se perderão as ditas veas pera mim polla dita maneyra deyxamdose de tyrar dellas e beneficiar o dito emgenho o dito ferro tempo de dous anos primeyros seguymtes depois que se nas ditas veas trabalhar e se no dito emgenho beneficiar o dito ferro não havemdo pera iso lycita causa. E por tamto mãdo a todos os corregedores, ouidores de meus Reynos, juizes e justiças das cidades, vilas e lugares delles a que esta minha carta ou o trellado della em publica forma for mostrada e o conhecimento della com direito pertencer que em todo a cumprão e guardem a fação dar toda ajuda e fauor que for necisaria e lhes por parte do dito bispo ou seus herdeiros, que por vertude desta dita carta tyuerem e posuyrem as ditas veas tyrar o dito ferro e se fazer ou fazerem o / dito emgenho ou emgenhos e todo o mais que pera ellas e pera elles for necisarias e comprir. E asy mãdo ao barão dAlluito, vedor da minha fazenda, que faça regystar esta carta no liuro das minas e metaes de meus Reynos, que esta em poder de Alluero Pirez, fidallguo de minha casa, esprivam de minha fazemda, e outro sy mamdo ao prouedor e feytor moor das ditas minas e metaees dos ditos meus Reynos que dee a pose ao dito bispo das ditas veas do dito ferro que nos ditos termos da dita cidade de Portalegre e das ditas villas ouuer, asy das que ao presente ouuer notycia como de todas as outras que pello tempo em diamte nos ditos termos se descobrirem, de que fara assemto nas costas desta, que lhe em todo guardara e fara imteyramento comprir e guardar como se nella conthem, a quall, pera firmeza de todo lhe mãdey dar por mim hasynada e assellada com o meu

sello pendemte. Dada na cidade de Lixboa a xb dias do mez de nouembro — p.^o Cubas a fez — ano do nacimiento de nosso Senhor Ihesu Xpo de jbl^cbii^cj. E eu Alluero Pirez o fiz espreuer — ». (1)

Têm attribuído a D. Julião d'Alva naturalidades diferentes, pretendendo uns que nascera em Madrilejos, outros em Madrigalejo, povoação da província de Cáceres, e ainda outros em Madrigal, opinião esta que nos parece mais verosímil. É uma povoação da província de Avila, notável por ter nascido, no velho palácio que ali existe, a rainha Isabel, a Católica. De Madrigal era também o célebre pasteleiro, aquele aventureiro que se queria fazer passar por el-rei D. Sebastião, depois da batalha de Alcácer-Kibir.

D. Julião d'Alva faleceu em Lisboa, sendo o seu corpo d'ali trasladado e sepultado, por determinação sua, em sepultura rasa, na capela-mor da sé, ao lado do evangelho, com o seguinte epitáfio:

— «Aqui jaz D. Julião d'Alva, primeiro bispo deste Bispado, Capellão mór d'El-Rei D. Sebastião, feitura da Rainha D. Catarina sua Avó; faceleu aos 13 de Fevereiro de 1570» —.

Foi D. Julião d'Alva um erudito e essa qualidade muito teria contribuído para o impor à estima de D. Catarina, considerada no tempo uma das mais inteligentes princesas da Casa d'Áustria e possuidora de uma livraria composta dos mais belos livros de literatura castelhana. O seu catálogo foi publicado por Sousa Viterbo. Ora é de supor que tendo vivido Julião d'Alva no Paço dos reis de Castela desde muito novo, onde servira já como pagem de D. Joana,

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 2, fl. 252 v. — Sousa Viterbo — *Artes e Industrias Metallicas em Portugal — Minas e Mineiros*, pág. 36.

mãe de D. Catarina, o erudito e estimado sacerdote não fosse estranho ao gosto e inclinação desta princesa pelos bons livros. Esse gosto soube ela depois transmitir aos filhos, D. Maria, pupila de Julião d'Alva e a D. João, pai do malogrado rei D. Sebastião. Ambos viveram nessa época de pleno renascimento que foi o reinado de D. João III e da sua inteligente mulher.

Todos nós sabemos que esplendor atingiu e logrou ter a corte portuguesa nesse reinado onde fulguraram em torneios de poesia, em representações teatrais, em saraus, os mais notáveis espíritos da época; onde se liam os famosos autos de Gil Vicente, os mais notáveis clássicos de literatura grega e latina, finalmente período em que a arte floresceu na maravilha das suas telas preciosas, dos seus códices iluminados, dos sem belíssimos e rendilhados livros de Horas.

Lembraremos também que D. Julião d'Alva foi amigo de literatos e poetas, muito íntimo e das relações do antiquário André de Resende que a ele e a Pedro Sanches dedicou uma ode convidando-os para uma ceia que principia — «Vivamus hodie, nam cras redemur amaris Aulae tumultibus gravis» —.

Numa epístola escrita ao referido Pedro Sanches, falando de D. Julião d'Alva, Resende faz-lhe o seguinte elogio:

— «Albius una etiam, vir quo non natus Iberã in terrã melior, nec amari dignior alter» — (1).

Já é tempo de concluirmos este embrechado de desataviadas notícias e informações e de terminarmos o esboço deste quadro onde vimos mover, como realidade existente, figuras tão ligadas a Portalegre e a um dos capítulos mais

(1) A. Braamcamp Freire — in, *Archivo Histórico Portuguez*, tomos 8.º e 9.º [Juntamente com Albius varão melhor do que aquele nenhum outro nasceu em terra Ibérica, nem mais digno de ser amado].

notáveis da sua história. Não desejamos, porém, findar as nossas considerações sem ler, como epílogo e louvor à primeira figura desse quadro, que foi o 1.º bispo desta diocese, a ode existente em um manuscrito raro da Biblioteca Nacional de Madrid (R, 11358), que diz o seguinte:

«En su muy tierna hedad y hufana,
siendo muchacho su patria dejando
fué dado por paje de doña Juana
madre de César, a quin muy de gana
servió, mas en cosa ninguna faltando.
Donde alli vino con la alta y benigna
mujer del Gran rey don Juan el tercero
reyna heroica doña Cathalina
que reyna y gobierna por graça divina
debaxo el amparo de Dios verdadero.
El rey don Juan mucho le queria
por verle tan bueno, tan claro y sin mella,
y quando casó la princesa Maria
con el rey Philippe con ella se embia
y hasta la muerte no se partió della.

.....

Por sus virtudes y gracia tamaña
los Reyes e Reynas le tienen amor
y es conocido en los reynos de Hespanha,
en Francia, en Italia y en toda Alemaña
por muy generoso y bendito Pastor.» (1)

APÊNDICE

«CARTA DE JULIÃO D'ALVA»

Senhora

Rodrigo d'Arguelho criado de Vossa Alteza chegou aqui terça-feira a noyte treze dias deste mes com cuja vinda a princeza folgou mais do que se pode dizer por as cartas

(1) Excerpto publicado no opúsculo cit. de Llãnos y Torriglia.

e novas que de Vossas Altezas lhe deu as quais dezeitava tanto que nunca em outra cousa fallava senão na tardança de seu correo / seja nosso Senhor louvado que a causa disso nam era falta de saude / a elle praza dalla a Vossas Altezas por tantos anos como pera sua salvação e bem de seus Reynos he necessaria. Não despachou logo o dito Rodrigo d'Arguelho porque aynda que o quisera fazer e o começo nunca lhe faltou impedimento que o estorvou porque hũ dia começando a escrever foy vela a duquesa d'Alua a cuja causa o dexou / e outro dia foy ao mosteiro de Sam Bento por lho auer pedido os frades que agora fazem aqui capitulo ouviu la vespas e acabadas esteue hũ pouco ás concrusões que se sustentauam / e depois foy a ver a casa e horta / tinham os frades prestes muyto boa merenda que deram a sua alteza e a duquesa d'Alua, e Dona Maria de Mendõça, e Dona Margarida e a condessa do Forno e Dona Estefânia, e as damas que forão com sua alteza em vespera da Açensão foy ao mosteiro de Santa Catharina de Sena a ganhar o Jubileo que se ganha cada ano na dita casa em outro tal dia como no que nação o Principe, porque por esta causa o concedeo o Papa / em o dia da Ascensão não escreueo por outras visitações e por ser o dia que era e depois a canunca? outras visitações / polo qual não despachou antes ao dito Rodrigo de Arguelho como Vosa Alteza o mandava. O Principe e a Princesa estam a Noso Senhor graças de saude e o Principe foy a folgar como escreui a Vosa Alteza hũa casa de prazer tres ou quatro leguas daqui onde ha monteria, matou hũ veado que mandou a princesa / e foy domingo a tarde e tornou quinta feria a noyte. A princesa esta já bem de suas orelhas e sarna / e em seus vagares anda assy, hũ dia o faz bem e outro nunca falta hũa acha que pera tornar a seu costume assaz de lembranças lhe tenho feytas sobre isso, Deos sabe a pena que me dá nam ver tanta emenda como pera seu seruiço seria necessaria mostre lhe o que el Rey Nosso Senhor e Vosa Alteza sobre isso me escreuiam e disse-lhe o que no caso conuinha, prometeo me que auia de emendar-se em tudo, e que nenhũa cousa nem

acha que aueria pera o deixar de fazer / espero em Nosso Senhor que assy sera / e eu nam cansarey de lhe fazer essa lembrança, e as mais que vir que são de seu serviço e de Vossas Altezas /. No negocio da irmã de Manoel de Oliveira falley a Princesa e lhe ley a carta que el Rey Nosso Senhor pera isso me escreuia, e ella sabe bem o cuydado que Vossas Altezas tem de seu descanso e contentamento e quanto lho procuram, como uisto e em todas as cousas se vee, e he em muyto conhecimento disse e visto que Dona Antonia he velha e não pode servir o officio que tem folga muyto com a vinda de estoutra e mais com as condições que vem se se contentar della / e prazera a Deos que sera tal que se possa contentar dela com rezão / o qual seria grande açerto porque ha muyta necessidade pera o serviço de Vossas Altezas e seu de hũa pessoa de sua qualidade discreta e de recado alli dentro / Assi que a Princesa ha tomado muy bem isso, e lhe parece muy bem, como cuydo escreverá a Vossas Altezas e todo o que el Rey Noso Senhor manda que se faça pera isto vir a effeito se fara da mesma maneira e com o segredo que conuem. No negocio do casamento de Dona Meçia de Albuquerque como a Princesa soube a vontade del Rey Noso Senhor e de Vosa Alteza fallou ao Principe dando lhe conta do dito negocio e de quem ella era e como a auia seruido la em Portugal e que por isto e por ser a primeira dama que casaua / e por tornar pera la e casar com filho do mordomo mór de Vosa Alteza e por que as outras lhes ficasse mais esperança desejaua que se lhe fizesse merçe e que assi pedia a Sua Alteza lha fizesse em todo o que lugar ouuesse / o principe mostrou boa vontade e disse que responderia a Sua Alteza depois disto fallou a Princesa ao camareiro mór de Lião por os mesmos termos e encomendando lhe o bom despacho / o qual respondeo a Sua Alteza que o emperador que não deixara assentado o casamento que se denia a suas damas quando casarem e que era necessario escreuello pera saber sua vontade / A Princesa lhe perguntou que sobre que lhe auia de escrever sobre o casamento ordinario / ou

sobre merçe allem do conto ordinario que este
darse / respondeu o camareiro mór que nenhũa cousa se
podia dar qua sem vir determinado por Sua Magestade por
não o auer deixado assentado e que as damas da Emperatriz
se daua hũ conto porem que as suas parecia se deuia dar
menos / A Princesa respondeo que aynda que as suas damas
não se lhes fizessem as merçês que se faziam as da Empe-
ratriz sua Senhora que o ordinario e que era estilo que não
esperaua ella de Sua Magestade que lho tiraria senão que
lho daria e lhes faria outras merçes, e com isto se ale-
uantou o camareiro mor / e a Princesa ficou nam muy con-
tente de lhe auer dito que se deuia dar a suas damas
menos do conto que esta era costume dar se / . outro dia
seguinte Luis Sarmiento disse a Princesa como o cama-
reiro mór de Lião lhe contara a pratica que teuera sobre o
dito caso com Sua Alteza que lhe dissera que não lhe auia
ousado dizer como o Emperador auia praticado em que pois
as damas da Emperatriz se daua hũ conto que da Princesa
se deuia dar a metade, e que como não ho ousou dizer a ella
que o auia dito ao Principe, e isto lhe disse Luys Sarmiento
e que não lhe dissera o Camareiro mor pera que o dissesse
a Sua Alteza senão praticando com elle / e a Princesa agas-
tada disso, como se vio com o Principe contou-lhe em
segredo o que Luys Sarmiento lhe dissera / e que pois todo
o que toca a ella tocava principalmente a elle que visse o
que se deuia fazer, e se devia fallar ao Camareiro mor / e que
lhe pesaria muyto que suas damas que são pessoas de muyta
calidade soubessem que fallauam em lhes dar menos casa-
mento do que se deu aynda as moças de Camara da Empe-
ratriz. / o Principe respondeu a Princeza que o Camareiro
mór lhe auia fallado e que nam lhe dissera de meyo conto
senão que o Emperador não auia deixado assentado o que se
lhes auia de dar e que era necessario escrever lhe / e que
elle escreueria a Sua Magestade e fallaria ao Camareiro
mor e que ella tambem deuia de escreuer nisso tudo isto
sobredito me disse a Princesa pera que de sua parte o
escreuesse a Vosa Alteza / e depois disso quando se ouue

de despachar hũ fidalgo que veyo do Emperador e se tornou agora o camareiro mor me mandou chamar, e quando fuy, disse-me que me quisera dizer que dissesse a Princesa como se despachaua aquelle pera se quisesse escreuer ao Emperador / e que lhe parecia que deuia a Princeza escreuer sobre o negocio de Dona Mecia / e que elle escreueria tambem / e que como nam me acharão logo que já elle auia escrito hũ escrito a Princesa em que lhe lembrava isto e procedendo na pratica me disse que o Principe lhe dissera que a Princesa estaua descontente de lhe auer elle dito que a suas damas não se devia dar o casamento ordinario que se daua as damas da Emperatriz, e que elle que nam dissera aquillo pera deixar de fazer nisso todo o nelle possivel, senão por contar o que passaua que era verdade que o Emperador de desgustado de nam se fazer o que queria do Duque e Duquesa de Gandia que aynda que se praticou naquillo das damas que não quis tomar assento nisso nem em nenhũa outra cousa ate que se tomasse no da Duquesa / e que o Emperador estaua muy necessitado e escarmentado dos grandes casamentos que deu as damas da Emperatriz, e que por isso não se deuia ninguem marauilhar que se quisesse estreytar / e que auia dito que aynda nam era Rey nem sua molher Raynha e que emquamto nam heredauam que não se podia fazer com os seus o que poderiam fazer depois / e que elle que aynda que dizia isto, que nunca ninguem perdeo merçe por elle / e que antes foy sempre em acrescentar as merçes que a outras se fazia que em diminuytas, e que muyto melhor o auia de fazer nas cousas que eram da vontade e seruiço da Princesa / As quais praticas eu lhe respondi o que me pareceo que conuinha admitindo lhe hũas e reprimindo lhe a outras / e que quanto ao que dizia que os grandes casamentos que deu as damas da Emperatriz auiam escarmentado ao Emperador / que aquillo nam se devia entender por o conto ordinario senão por outras merçes disse me que era uerdade e que o Emperador aynda que dizia aquillo / que nas obras he largo e o faz melhor do que o diz e que assi esperaua que seria nisto. /

A Princesa me disse que escreueo nisso ao Emperador e que pera que Vossas Altezas o que escreueo lhes queria mandar a minuta da carta que escreueo pera que saybam tudo o que nisso passa / e a auizem se a excedeo ou errou em algo / por que ella não he que açerta em nada sanão no que fizer por mandado de Vossas Altezas ou for por elles / no qual esta tambem como em todas as outras cousas de seu serviço.

Eu disse a Princesa o que Vosa Alteza me escreueo que de sua parte lhe disese de como deuia fallar no Principe quando escreuesse a el Rey Nosso Senhor e a Vossa Alteza e disse-me que o fará assy pois Vossa Alteza lhe parece / mais que se ella deixaua de poer ao Senhor principe e punha / ao Principe meu irmão que lhe parecia que nisso acertaua mais / porque não lhe pode parecer bem dizer / al Senhor Rey / nem ao Senhor Principe mais cortesia dizer somente, Rey, e Principe, sem dizer Senhor, e que se lembra que na carta que escreueo do caminho a el Rey nosso Senhor fallando no Principe dissera / o Senhor Principe / porque vira que em hũa carta que o Principe lhe escreuera com Ruy Gomez dizia que o mandaua a visitar ao Senhor Principe / e que por isso o pos aquella vez / e que depois lhe parecia que era estranheza escreuer daquella maneira e punha o Principe meu irmão que lhe parecia mais familiaridade e amor / e que as suas Infantas suas cunhadas quando lhe escreuem a ella e fallam no Principe não lhe nomeiam o Senhor Principe, nem o Principe meu Senhor senão o Principe somente ou / o Principe meu irmão / ou meu irmão sem dizer Principe / Assi que por estas causas diz que o fazia / e que daqui adiante fara o que Vosa Alteza manda e Vosa Alteza faz muy bem de a auisar disso, e assy o deue fazer de qualquer outra cousa de mais ou menos substância de que se deue emendar / porque as vezes as pessoas cuydando que acertam, erram.

Tambem disse a Princesa que olhasse no escreuer que partia as syllabas no fim de huãs regras e o princípio doutras / e diz que o emendara e já escreue mais a pressa e com

menos prigiça que soya / e parece-me que Vossa Alteza lhe deuia escreuer que trabalhasse antes por escreuer a pressa que bem, porque a letra de príncipes basta que seja legiuel / e vay mas em que despache e escreua a pressa que não em que a letra seja boa / e desta maneira podera escreuer a Vossas Altezas mais vezes e mais largo / e com menos tempo e com menos trabalho / e isto não lhe tirara quando quiser fazer algũa carta de melhor letra fazela aynda que seja com mais vagar.

O confessor se partiu para os banhos a vera doze ou treze dias / e por que o tempo não era pera isso se deteve em tordesilhas no mosteiro onde lhe fazem muyta honrra / e elle me escreueo como se achaua alli melhor, e que andaua em pee polla casas e bulia já algo os braços / e que está alli hũ bom fisico da Rayna Nosa Senhora que ho visita e lhe aconselha que nam parta aos banhos ate cobrar mais forças. Tambem disse a Princesa o que Vossa Alteza me escreueo do fisico, e ate agora não ho tomou porque os que são pera isso não querem deixar seus assentos e partidos muyto mores que os que ella lhes pode dar / e outros nam são pera isso nem teem as qualidades que conuem. Ao Principe serve hũ que foy ou aynda he do Emperador / e ha dias que tomarão pera elle hũ fisico que se chama o doctor Bilches que viuia em Jaem / o qual veyo agora e antes que vyesse dezia o Principe que como viesse lhe mandaria que teuesse cuydado do seruiço da Princeza / e assi creyo sera / e fazendose se podera yr o doctor Francisco Martyns e aynda que não se faça tenho tam pouca deuocão nelle por ser da casta que he e por auer feyto sangrar e purgar a Princesa tantas vezes em tam pouco tempo e com tam piquena causa que deseijo que se fosse antes oje que amanhã, e a informação que elle pode ao que vier da comtrissão e disposição da Princesa melhor a podera dar per escrito mestre Diogo que elle de palaura / e aynda que elle a dê de palaura, me parece que sera bem mestre que mestre Diogo ha de por escrito / e Vosa Alteza lho deue mandar / o fisico pera a casa não se pode escusar porque se os do Principe ouuerem de

curar da Princeza, não quererão curar mais que a Sua Alteza e as damas, e também porque o costume de qua não sofre que o fisico que visita os criados, visite também a Princeza e as damas mandame a Princeza que o escreuesse a Vosa Alteza pera que lhe — — — — a mandar se o tomara qua. E a isto mande Vosa Alteza responder com o primeiro que vier porque ha já necessidade de se tomar.

O couzinheiro deseja a Princeza / porem ella come também loouores a Nosso Senhor que não tem necessidade de guisados nem manjares que lhe dem appetito / e por isso aynda que o aja Vossa Alteza dilate mandar lho porque não he tanta a necessidade delle.

Com o que Vossa Alteza escreue do barreteiro folgou a Princeza e muyto mais com os barretetes como creyo ella escreuera.

O que Vossa Alteza em uia mandar do çapateiro eu o disse a Princeza e mandou-me que eu falasse nisso ao filho de Thomas ao qual se lhe faz muy caro, e Tomas seu pay veuo a my que escreuesse a Vossa Alteza de sua parte lhe faça merçe que lho faça dar em outro tanto como elle deu o officio de Vossa Alteza que são cincoente mill reis, porque esta pobre e que não tem com que o pagar / e quando Vossa Alteza não ouer por seu seruiço isto, ou que lhe de cento e trynta cruzados / parece me que o deseja tanto que darão os cento e cincoenta, aynda que não disserão que o fariam, senão pedirãome termo de quinze dias para responder / e com o que Vosa Alteza ouer por seu seruiço mande a seu çapateiro que se tem aluara do dito officio que ho mande e procuraçam pera o renunçiar / a qual procuraçã venha a Oxorio, ou a Ximenez ou a algũ seu amigo.

Disse a Princeza que Vossa Alteza me escreueo do que faz com sua ama e do cuydado que tem do negocio de Joana Vaz / e folgou muito de o saber / e disse que ella pondera a Vossa Alteza a isso. Também lhe disse o que Vossa Alteza manda, de não dançar as damas muito as pessoas que são pera isso o qua tinha proueydo / e as vezes

que aconteceu o Reprehendeo, depois em sua casa / e creyo que não se fara mais.

Meia de Salzedo e as damas hiam a ouvir missa e pregação a nãa tribuna onde a Princeza ha ouue / e aynda que he algo piquena sofriasse porque a Princesa esta dentro de cortinas e ellas desuiadas a hã canto / porem nos officios da Semana Sancta os dias que não auia de auer cortinas mandou a Princeza que não fossem alli e que ouvissem os officios de outra casa que estava debaixo da tribuna e tambem lho mandou a camareira mor / e sem embargo disso não queriam obedecer / e Joana de Gueuara foy todauia a tribuna / e Joana de Fonseca não foy / porem dixo a Princesa que ella não auia de soffrer desonrras, e outras praticas escusadas sobre o qual éu falley a Princeza, pera que não soffesse que o que ella hãa vez mandasse não se obedecesse nem fosse necessario mandalo outra e que soubessem todas as que estauãm em sua casa que auião de fazer o que ella manda, ou yrse della, aynda que não fosse bem mandado quanto mais que Sua Alteza não quereria dellas nem de nenhum senão o que fosse rezão como o isto o era; e com o que Vossa Alteza agora escreue se remediará todo e assy pouco a pouco se assentaram todas as cousas no que deue ser como se ha feyto em algũas, e nas mais.

Dom Christouão de Castro e Manoel de Mello perguntarão a Princeza se lhe respondia Sua Alteza a seu requerimento, a Princesa lhes disse a resposta que Vossa Alteza escreueo, de que elles não ficarão nada contentes. Porem a Princeza uee que pois não se fez que seria por não auer disposição pera isso.

Com ser despachado seu irmão de Gaspar de Teues folgou a princeza e me mandou que de sua parte escrevesse a Vossa Alteza que lhe beijara as mãos que falle a el Rey Nosso Senhor pera que no que fica por fazer folgue de lhe fazer merçe porque o dito Gaspar de Teues não esta contente do despacho nem diz que o está o doutor seu irmão. O que passa no negócio da duqueza de Gandia me disse a Princeza que ella o escreue a Vossa Alteza / o qual / e o

que depois passou sobreisso eu escreuo a el Rey Noso Senhor por cuja carta Vossa Alteza o vera. Estoutro dia escreui a Vossa Alteza como Luys Sarmiento se agrauara porque não deixauam entrar a seu filho Dom António em casa da Princeza quando estauam outros officiaes / e tambem auisey da causa disso / ao qual nam me mandou Vossa Alteza responder nada este domingo passado foy a Princeza a huã horta a pee, e foy soo que nem mandou chamar ao cardial nem ao embaixador senam soos seus officiais e a Duquesa d'Alua e Dona Maria de Mendõça e Dona Estefania e camareira mór e damas / e o Duque d'alua foy hy tambem porque quando foram a paço a Duquesa e Dona Maria foy com ellas / A princeza quis yr assy soo, sem gente / e a volta achou-se hy Dom António filho de Luys Sarmiento e vinha com sua irmãa / A Princeza disse a Manoel de Melo que lhe dissesse que não viesse alli / o qual lho disse de sua parte / e era muy bem mandado / porque não ninhuã das outras damas pessoa ninhuã consigo não era bem que a leuasse Dona Lianor Sarmiento / e aynda que fora mal mandado elle ouuera de obedecer / o qual nam fez ate adiante que lho tornarão a dizer outras vezes, do qual se agastou / e passosse diante da Princeza donde hya Manoel de Mello / e disse lhe que era forte cousa despejallo, e não o deixar yr com sua irmãa / e Luis Sarmiento que alli hya em lugar do reprehender e deytar dalli, ajudou-o a se queixar ao qual todo Manoel de Melo não respondeo senão que se queixassem a Princeza que o mandaua / Depois disto quando chegarão a huã porta falsa do paço por onde a Princeza entrou posse Manoel de Melo a porta / e disse agora queiro ver se emtraram as pessoas que a Princeza não quer / e disse a Luys Sarmiento que ho ouuia, isto não se diz por vos senão por outros que não he bem que entrem / q. Luys Sarmiento pependolhe ou vindo que aquillo se dizia por seu filho scandalizosse / e tomou polla mão a seu filho e disse: Anda aca vamonos que esta gente me ha de hazer perder / e forão se a sua casa sem entrar per a dita porta. / Outro dia seguinte vierão me a dizer que os ditos Luys

Sarmento e seu filho se querião yr polla posta a queixarse a Vossas Altezas disto e do tratamento que dezia que se lhe fazia em casa da Princesa / e que era ydo a casa do comendador mor de Lião a lhe pedir licença pera isso / . e como eu o soube fuy em casa do comendador mór e achey ao dito Luys Sarmento que estaua esperando a que se leuantesse / e porque com paixão nam lhe dissesse algũas cousas que não seriã assy tyreyo dalli dizendo-lhe que lhe não fallasse nem curasse deyr a Vosas Altezas e sayrão de casa do dito comendador mor donde a hũ pouco topamos e embaixador que o hya a buscar sobre o mesmo / e fallamos-lhe ambos molo disso. / Aquella noyte que isto passo, a Princeza se informou de todo, e achou que Luys Sarmento tinha a culpa / e outro dia pola manhã foy Manoel de Melo ao Principe a lhe contar o que passaua e fazer queixume de Luys Sarmento nomeando lhe algumas pessoas que viram o que passara / e isto de se yr a queixar ao Principe podera elle bem escusar como eu lhe disse sendo ambos criados da Princeza e auemdo passado em sua presença e em sua casa /. O Principe respondeo boas palauras mostrando contentamento de sua pessoa e serviço, e que não eram mister outras testemunhas mais do que elle dezia / . e perguntou lhe se o auia dito a Princeza, disse que sy / . mandou lhe que se fosse a ella e lhe desse conta de tudo, e que ella reprehenderia a Luys Sarmento. / A Princeza o dia seguinte visto como Luys Sarmento tinha a culpa mandou-o chamar / e em sua camara o repreehendeu de não auer querido obedecer seu filho ao que lhe mandauam de sua parte / e que elle deuia dar exempro aos outros, e não fazer aquellas cousas / elle reprecou seus agrauos em que não tem ninhã razão / e a Princeza lhe respondeo a tudo bem / e significando lhe a vontade que tinha pera lhe fazer merce / . e o conhecimento que tinha seus seruiços e da obrigação que pera isso auia etc. de maneira que a Princeza lhe respondeo de maneira que elle não ficasse escandalizado, senam com mais obrigação de ha servir / . Manoel de Melo segundo me disse quisera que a Princeza mandara prender ao filho /

mais fora escandalo / e toda sua vida teuera de que se queixar pois sem causa se queixa / e pareceo-a Princeza que por isto / . e visto sua condição que bastaua isto com hum homem de sua ydade e caridade, e que a casou. Quis dar a Vosa Alteza esta conta pera que se laa ho ouuyrem saybam o que passa.

O doutor Gaspar de Carualho ha seruido muy bem a Vossas Altezas e a Princeza; é certo que he home muy sufficiente pera servir Vossas Altezas e digno de toda honrra e merçe que se fizer; e todos qua ficam bem com elle e o tem nesta conta. Nosso Senhor guarde a Vossa Alteza por largos tempos para seu seruiço, com acrecentamento de su real coroa /. De Valladolid a 29 de Mayo /.

Juliã d'Alua

(No verso) De Juliam d'Alua de 29 de Mayo de Valhadolid. Registada a 3 dias de Junho em Euora per Rodrigo d'Arguelha. A Rainha Nossa Senhora.

Torre do Tombo — *Corpo Cronológico*, Parte 1.^a,
Maço 74, Doc. 109.

(Ano de 1544)

P. M. LARANJO COELHO

PHYSIQUE ET BIOLOGIE

Au 19^{ème} siècle, c'était la physique classique qui dominait la conception que l'on se faisait de l'univers. La mécanique, basée sur les lois énoncées par Newton, marquait de son influence directe ou indirecte la pensée physique. Rien ne semblait plus solidement établi que cette conception et personne n'aurait osé penser qu'un jour les lois qui la régissent n'auraient plus une application illimitée. Le principe de causalité ou du déterminisme était un dogme intangible et, de nos jours encore, il est si fortement ancré en nous, dans sa forme primitive, qu'il paraît difficile de concevoir qu'un indéterminisme puisse exister. Ce principe qui semblait régir tous les phénomènes de la nature, fut l'objet de controverses philosophiques nombreuses.

Avant tout, il nous paraît nécessaire d'expliquer le principe classique de causalité du point de vue purement scientifique. Nous tenons toutefois à préciser que nous n'aborderons ni le côté philosophique de ce problème, ni son côté théologique, car ils dépassent le cadre de cet exposé. Nous prendrons comme point de départ la définition de Hume qui, à notre avis, est la plus claire de toutes: Si un fait A est toujours et obligatoirement suivi d'un fait B et que B ne peut survenir qu'après A, on appelle A la cause et B l'effet. Un exemple bien simple mais cependant très instructif est celui de l'éclair et du tonnerre. Chaque éclair a pour conséquence le tonnerre. L'éclair est la cause et le tonnerre l'effet. Dès que nous apercevons un éclair, nous savons avec une certitude absolue qu'un coup de tonnerre va lui succéder, même si nous ne devons pas l'entendre. Inversement si, sans avoir observé d'éclair, nous avons entendu le tonnerre, nous pouvons dire avec une certitude non moins absolue: un éclair l'a précédé. On dit alors qu'entre l'éclair et le tonnerre, c.à.d. qu'entre la cause et l'effet, il y a une relation causale.

Si nous continuons sur cette voie, nous pouvons affirmer que rien ne se produit par hasard. Une série de systèmes, au même état initial,

doit, dans les mêmes conditions, évoluer de la même manière: la mécanique classique peut le démontrer avec la plus extrême rigueur. Un astronome peut dire, par exemple, exactement à quel endroit du ciel une planète déterminée se trouvera à un moment déterminé, à condition naturellement qu'il connaisse et la position et la vitesse de cette planète en un moment déterminé antérieurement. Il s'agit-là d'établir certains calculs qui peuvent paraître bien compliqués aux non initiés mais qui, pour lui, sont relativement simples. La position d'une planète peut donc être indiquée causalement, à n'importe quel moment, à partir de ses positions précédentes.

La mécanique utilise pour la détermination de la position et du mouvement d'un corps un système approprié de coordonnées. Si, par exemple, nous désirons savoir avec précision la position d'une bille de billard, il nous suffira de connaître la distance qui la sépare des deux bandes de la table. L'orientation de la bille est donnée par des valeurs de 3 angles, si bien qu'il faudra, pour indiquer exactement la position d'une bille de billard au repos, $2 + 3$ coordonnées que nous désignerons par les lettres q_1, q_2, q_3, q_4 et q_5 . Si la bille se déplace, il est indispensable de connaître encore la variation de ces 5 coordonnées dans le temps. Cette variation, représentée par les différentielles $\frac{dq_1}{dt}, \frac{dq_2}{dt}$ etc., est l'expression de la vitesse. En mécanique, il est courant de remplacer la vitesse par le produit de la vitesse par la masse. Ce produit qu'on appelle l'impulsion est, en général, représenté par la lettre p . Pour déterminer la position d'une bille de billard, il faut donc 5 coordonnées q , et pour connaître son mouvement 5 coordonnées p . Le jeu de billard comportant 3 billes, il faut 30 coordonnées (15 p 's et 15 q 's) pour fixer leurs positions exactes sur le tapis. Dès lors, il est possible de calculer mathématiquement un jeu donné.

Permettez-moi de vous mentionner encore un autre problème bien ordinaire, celui du jeu de dés. Lorsqu'un dé est agité dans un cornet, puis jeté sur la table, personne ne peut savoir quel nombre se trouvera à la face supérieure. Théoriquement cependant, on pourrait calculer le déroulement complet de l'opération à condition de connaître toutes les coordonnées de ce dé sur sa trajectoire compliquée. L'objection que nous soyons incapables, comme du reste le plus fort mathématicien, d'entreprendre de tels calculs, est à côté de la question. Imaginons,

en prenant comme exemple Laplace, des génies ou démons, dont la culture mathématique serait suffisamment vaste, pour qu'ils puissent résoudre ce problème. Ces démons seraient capables, en utilisant le principe de causalité, de prévoir exactement, pour chaque instant et pour l'univers entier, à partir d'un état initial, la position et l'impulsion de tous les atomes. Il leur suffirait de pouvoir résoudre des équations les plus compliquées et comportant un nombre immense de p et q . Mais ce que les hommes sont incapables d'entreprendre, n'a rien à voir dans le cadre de notre exposé. Pour un démon de Laplace, l'univers se résumerait en un jouet mécanique, où les êtres vivants n'y seraient que des agglomérats de matière et qui, comme l'affirme March, ne feraient que remplir des rôles de marionnettes, sans aucun sens. Cette conception causale ou déterministe du monde est en fait monstrueuse. De plus, elle est en contradiction flagrante avec les résultats fournis par l'étude approfondie des êtres vivants.

Il est une vieille controverse qui met aux prises d'une part les partisans des lois de la physique et de la chimie, qui prétendent qu'elles seules peuvent expliquer la vie, et d'autre part les adeptes du vitalisme qui contestent à la chimie et à la physique cet apanage. La conception vitaliste ne fait qu'énoncer que des forces surnaturelles jouent un rôle. Elle exprime tout simplement qu'il faut renoncer aux principes de la pensée scientifique lorsque nous voulons explorer la vie. Si nous admettons que seules les lois physiques et chimiques peuvent expliquer la vie, nous sommes placés devant le fait que la physique classique strictement causale est inconciliable avec les phénomènes biologiques. Si nous nous en tenons au principe de causalité, nous ne sommes que des robots agissant aveuglément selon des directives données à l'avance, ce qui est naturellement absurde. La question suivante, considérée en étroite relation avec ce qui précède, formerait un chapitre à elle seule: le 2^e principe de la thermodynamique peut-il s'appliquer entièrement ou non à l'organisme vivant? D'après ce principe, la nature tend à passer d'un état ordonné à un état désordonné, autrement dit, il y a tendance à l'augmentation de l'entropie. Mais un enchaînement de faits, déterminé aussi strictement, n'est pas en accord avec les manifestations biologiques, car l'organisme vivant, en tant que système, n'a pas la moindre tendance vers un état désordonné. Bien au contraire, il est en lutte perpétuelle contre l'augmentation de l'entropie ou,

comme le dit Schrödinger, il lutte contre la mort par augmentation de l'entropie négative. En réalité, on ne peut considérer la stabilité d'un organisme vivant que comme le résultat d'une organisation ordonnée. Ainsi les gènes, qui sont peut-être les éléments de structure les plus importants du point de vue vital, et qui sont considérés actuellement comme des molécules, sont certainement la manifestation d'un ordre admirable, parfaitement établi, dont la durée est sans limite. Les gènes seraient continuellement perturbés par les molécules qui tourbillonnent autour d'eux, s'ils devaient réagir causalement à ces mouvements moléculaires, ce qui ne manquerait pas de modifier leur composition, mais ceci est exclu. Or, l'arrangement des gènes, comme celui des chromosomes, reste immuable. Leur entropie n'augmentant pas, il ne se comportent donc pas de façon causale.

Nous en arrivons à la conclusion provisoire suivante: d'une part le déterminisme qui régit les lois de la physique classique ne peut pas être valable pour les processus biologiques en général et, d'autre part, nous ne voulons rien savoir des conceptions vitalistes. Nous sommes ainsi placés devant un dilemme qui semble insoluble sauf si nous mettons en doute la validité de la physique classique.

Le développement de la physique moderne, depuis le début de ce siècle, a prouvé qu'en réalité les lois de la physique classique n'ont qu'une validité réduite. Si elles sont valables pour les processus macroscopiques, elles ne le sont plus dans le monde des dimensions atomiques. Il est nécessaire de distinguer aujourd'hui la macrophysique de la microphysique.

La mécanique classique, exemple représentatif de la macrophysique, est gouvernée par les lois de Newton. Dans une de ces lois, où la force est égale à la masse multipliée par l'accélération, le principe de causalité y est appliqué de la façon la plus précise. La force est la cause de l'accélération. Le principe de la continuité y est clairement exprimé. Une augmentation constante de la force a pour résultante une augmentation constante de l'accélération. En effet, la macrophysique classique a pour devise l'aphorisme de Leibniz: «*Natura non facit saltus*».

Nous savons aujourd'hui combien cette sentence est fautive, puisque, au contraire, la nature procède de préférence par bonds, à dire vrai non dans le domaine macrophysique mais bien dans le monde des petites dimensions.

Le développement de la physique ces 50 dernières années a mis en lumière la notion de discontinuité dans la nature. Non seulement la matière est un assemblage de petites particules, les atomes, mais nous savons aujourd'hui que les atomes eux-mêmes sont constitués de particules encore plus petites, les protons, les neutrons et les électrons. Les phénomènes électriques dépendent du comportement des électrons et, en fin de compte, l'énergie même ne peut être émise ou captée qu'en certaines quantités bien déterminées appelées quanta. Dans le monde des atomes, la discontinuité joue un rôle essentiel. La physique classique s'était fixée comme but de soumettre le comportement des atomes à des lois semblables à celles qui régissent un système planétaire. Pour elle, les électrons qui gravitent dans l'atome autour d'un noyau positif devraient être considérés au même titre que la bille roulant sur un billard ou que les planètes qui poursuivent leur ronde autour du soleil.

Mais on s'est rendu compte qu'il n'était pas possible d'appliquer les lois de la physique classique au comportement des atomes. Si, en macrophysique, nous sommes à même de déterminer exactement et à tout instant la position et l'impulsion d'un corps en mouvement, cela n'est pas possible en microphysique. Selon la mécanique quantique, la détermination, aussi bien de la position que de l'impulsion d'un électron en mouvement, est complètement irréalisable. Le principe de l'indéterminisme ou relation d'incertitude, introduit par Heisenberg, démontre l'impossibilité où nous sommes de procéder à des mesures exactes en-dessous d'une certaine limite. C'est la conséquence logique de l'architecture atomique du microcosme. L'astronome perçoit dans son télescope les quanta lumineux émanant du corps céleste qu'il observe. Par cette émission de quanta, le corps céleste subit des reculs. Ces réactions sont, cela va sans dire, infiniment petites, mais, pour l'électron, l'émission d'un quantum est une perturbation si importante que tant sa position que son impulsion en sont modifiées de façon considérable.

En microphysique, il ne peut plus être question de *processus objectifs* au sens habituel du terme. Alors qu'une planète suit une trajectoire objective, indépendante du moment et du lieu, où l'observation est faite ainsi que de l'instrument employé, il n'en est pas de même pour l'électron. Les lois de la nature, valables dans ce cas, ne nous permettent pas de déterminer cette trajectoire, car chaque tenta-

tive d'observation aurait pour conséquence immédiate une perturbation dans le sort futur de l'électron. Si nous désignons par Δp l'incertitude dans la détermination de l'impulsion p d'un électron en mouvement et par Δq l'incertitude dans la détermination de la position q , on peut démontrer que le produit de ces 2 incertitudes est égal à la constante de Planck h :

$$\Delta p \cdot \Delta q = h$$

La constante de Planck h , dont l'origine remonte à l'ancienne théorie quantique, établit un rapport entre le contenu énergétique d'un quantum et la fréquence de son rayonnement. Cette constante naturelle, qui est d'une importance capitale, est égale à $6,62 \cdot 10^{-27}$, nombre extraordinairement petit. Si l'incertitude dans la détermination de la position q est très grande, c.à.d. si Δq est grand, Δp sera relativement petit puisque h est très petit. Cela signifie que l'incertitude dans la détermination de l'impulsion de l'électron est faible et qu'il est alors possible de déterminer l'impulsion. Si, au contraire, Δp est grand, Δq sera petit. On peut en conclure qu'en microphysique, contrairement à ce qui se passe en macrophysique, on peut déterminer soit la position, soit l'impulsion d'un électron en mouvement, mais qu'il est exclu de connaître ces deux valeurs simultanément.

Admettons que la constante h soit nulle, il n'y aurait donc pas de quanta, et Δp aussi bien que Δq serait nul. Autrement dit, il n'y aurait aucune incertitude dans la détermination des coordonnées d'un électron et les lois de la mécanique classique seraient valables.

C'est en 1926 qu'Heisenberg avait émis son point de vue, alors que quelques années auparavant Louis de Broglie, par une intuition géniale, était parvenu à fondre en une seule conception l'ancienne théorie corpusculaire de la lumière et la théorie ondulatoire. Ces considérations conduisirent d'abord à la conception dualiste de la lumière, puis au fait que les particules matérielles en mouvement, par exemple les courants électroniques, sont également de nature ondulatoire. Cette mécanique ondulatoire, surtout approfondie par Schrödinger, est, de par son essence, l'équivalent de la mécanique quantique d'Heisenberg. Ces deux théories ne représentent que des aspects différents d'un même enchaînement de faits abstraits.

La formule de Louis de Broglie établit la relation entre la longueur d'onde et l'impulsion de particules en mouvement:

$$\lambda = \frac{h}{d}$$

Nous y retrouvons la constante de Planck. Un électron en mouvement est animé d'une très grande vitesse et, bien que la masse soit petite, son impulsion p est de l'ordre de 10^9 ; sa longueur d'onde sera par conséquent de l'ordre de 10^{-9} cm, ou de 0,1 Å. Rappelons que, pour la lumière visible, la longueur d'onde est comprise entre 4000 et 8000 Å. Pour les corps macroscopiques, qui sont doués d'une vitesse beaucoup plus faible, la longueur de l'onde associée sera, par conséquent, beaucoup plus petite. Une balle de fusil a une longueur d'onde de l'ordre de 10^{-23} Å. La nature ondulatoire des électrons et des atomes légers se démontre expérimentalement par des phénomènes de diffraction. Mais pour des objets d'une certaine grandeur, toute expérience serait impossible, car la longueur de l'onde associée est beaucoup trop petite.

Si nous supposons que $h = 0$, la formule de Louis de Broglie démontre aussitôt que la longueur d'onde est également nulle et nous retombons alors dans le domaine de la physique classique.

La microphysique est donc régie par la constante h et la macrophysique classique n'est plus qu'un cas particulier d'une physique d'application générale.

Revenons maintenant au principe de causalité et cherchons dans quelle mesure le déterminisme classique, qui régit la macrophysique, est aussi valable en microphysique.

Comme premier exemple nous choisirons les phénomènes radioactifs. Macroscopiquement, c'est la destruction de certains éléments sans l'intervention d'un facteur extérieur. Cette destruction se poursuit de telle manière qu'après un temps déterminé, constant pour chaque élément radioactif, la moitié de la quantité considérée est détruite. Après 1590 ans, il ne restera d'un mg. de radium, par exemple, que $\frac{1}{2}$ mg. et $\frac{1}{4}$ mg. après une nouvelle période de 1590 ans, etc. Cette désintégration s'effectue selon la loi exponentielle. Si nous la considérons ainsi, la désintégration radio-active est un enchaînement

causal: Connaissant une quantité de radium à un moment donné, nous pouvons savoir quelle quantité il en restera après un certain laps de temps et combien il y en avait auparavant.

Mais, par contre, si nous ne considérons qu'un seul des atomes de radium parmi les 3.10^{18} qui forment 1 mg., c.à.d. si nous isolons du processus macrophysique un seul processus microphysique bien déterminé, il est impossible d'attribuer à cet atome un comportement causal. La désintégration d'un seul atome est une manifestation typiquement microphysique. Le noyau atomique émet une particule α associé à un rayonnement δ . L'émission de cette particule peut survenir soit immédiatement ou dans 1 heure ou même dans 1000 ans. A un moment quelconque et imprévisible, la dissociation peut se déclencher indépendamment des antécédents de l'atome et toujours avec la même probabilité. La désintégration se déroulerait causalement si l'atome était semblable à un être vivant, c.à.d. vieillissait, voyait ses chances de survivre diminuer avec le temps, et par conséquent si la probabilité de sa désintégration augmentait avec le temps. Mais il n'y a pas d'atomes jeunes et vieux. Ils sont tous semblables entre eux et il n'existe aucune raison qu'ils se comportent différemment avec le temps. Il n'est donc pas possible d'appliquer ici notre conception habituelle d'un comportement causal. A la base du processus macrophysique causal de la radioactivité, se trouvent un très grand nombre de processus microphysiques indéterminés. Il existe ici un ordre *statistique*. Les atomes de radium ont une durée de vie moyenne. Les 3.10^{18} atomes formant 1 mg. de radium se désintègrent macroscopiquement de telle sorte que la moitié environ est détruite en 1590 ans. En raison du grand nombre d'atomes de radium, on peut donc établir une prévision statistique. Macroscopiquement il y a donc déterminisme, mais chaque atome en particulier jouit d'une liberté indéterminée. La causalité se manifeste statistiquement et doit donc être désignée comme: *causalité statistique*. Elle est totalement différente de la causalité de la physique classique que nous avons discutée au début de cet exposé. Le vieux principe de causalité, avec sa logique aveugle, n'a plus cours ici; il est remplacé par une conception plus rationnelle.

Mais on pourrait supposer que derrière le principe de l'indéterminisme des processus microphysiques, il existerait tout de même, une loi strictement causale que nous ne connaissons pas encore. Plus tard,

nous pourrons peut-être dire pourquoi un atome se désintègre immédiatement, un autre après 1000 ans et imaginer à nouveau des démons qui, comme pour le jeu de dés, pourraient effectuer certains calculs trop compliqués pour le cerveau humain. Mais cette objection doit être absolument rejetée. En l'occurrence, il ne s'agit pas d'une insuffisance de nos connaissances actuelles, mais au fait qu'on se heurte, dans le monde microphysique, à de nouvelles lois de la nature suscitées par la mécanique quantique. Même un démon de Laplace se heurterait à ces nouvelles lois. Pas plus que nous, il ne pourrait calculer à la fois la position et l'impulsion d'un électron et encore moins établir les calculs qui détermineraient l'avenir d'un électron, d'une particule α ou d'un noyau atomique. Le principe d'Heisenberg n'autorise pas plus ces opérations mathématiques que la loi de la gravitation ne permet pas qu'un corps lourd, se trouvant dans l'air, reste immobile, ou que le 2^e principe de la thermodynamique n'admet pas qu'un corps peut prendre de la chaleur à un corps plus froid. On ne peut concevoir de démons même très malins qui soient capables de résoudre de pareils problèmes, car cette supposition est aussi insensée que toute philosophie traitant d'êtres surnaturels qui pourraient se déplacer à des vitesses supérieures à celles de la lumière. La conception habituelle du démon de Laplace est raisonnable, car elle ne s'oppose pas aux lois de la nature. Ce serait toutefois un non-sens d'admettre un tel démon qui aurait la faculté de ne pas tenir compte des lois de la nature.

Dans un second exemple, nous allons examiner, sous un autre angle, et d'après Jordan, l'indéterminisme qui se manifeste en microphysique. Il s'agit d'un phénomène d'optique bien connu. Faisons passer un faisceau lumineux à travers un prisme de Nicol, nous obtenons une lumière polarisée linéaire. Si l'on place sur le trajet de ce rayon lumineux un second prisme de Nicol, dont le plan de polarisation forme un angle φ avec celui du premier, seule une partie de l'intensité lumineuse traversera ce second prisme. La partie réfracté $I_1 = \cos^2 \varphi$ continuera son chemin alors que la partie $I_2 = \sin^2 \varphi$ est réfléchi. La physique classique considère la lumière comme un déplacement d'ondes transversales alors que la physique moderne soutient que la lumière est émise par quanta. Si nous ne considérons qu'un seul quantum dans un faisceau lumineux, il n'a le choix qu'entre 2 possibilités: ou il traverse le 2^e prisme ou il est réfléchi; c.à.d. que le quantum

suivra ou le plan de polarisation du second prisme ou le plan de polarisation perpendiculaire qui est celui du rayon réfléchi. Nous ignorons ce que chaque quantum va faire; nous savons seulement, d'après la macrophysique, qu'il existe une probabilité statistique d'une réfraction égale à $\cos^2 \varphi$ ou d'une réflexion qui est égale à $\sin^2 \varphi$.

Nous retrouvons ici une causalité statistique qui cache un indéterminisme microphysique. Comme pour l'exemple de la radioactivité, nous pouvons soulever l'objection que nos connaissances actuelles ne nous permettent pas de savoir si, peut-être, chaque quantum ait une propriété cachée qui détermine le passage à travers le second prisme, oui ou non. Il faut encore ajouter que, par rotation, nous pouvons donner au second prisme, par rapport au premier, un nombre infini de positions, φ passant alors par une infinité de valeurs; $\cos^2 \varphi$ et $\sin^2 \varphi$ pourront donc varier à l'infini. Si l'objection signalée ci-dessus était justifiée, chaque quantum posséderait un nombre infiniment grand de ces propriétés cachées. Finalement, nous pourrions placer après le 2^e prisme un 3^e, un 4^e ou même un grand nombre des prismes. Le quantum se trouverait placé, lors de chaque passage, dans une alternative et chaque fois la probabilité d'une réfraction ou d'une réflexion dépendrait de son comportement devant le prisme précédent.

En optique classique, le rapport entre l'intensité de la lumière réfractée et celle de la lumière réfléchie peut prendre toutes les valeurs entre 0 et l'infini. Pour le quantum lumineux de la physique moderne, il n'existe plus que 2 possibilités: refraction ou réflexion, et pas d'intermédiaire. La loi du tout ou rien règne ici en maîtresse.

De toutes ces considérations, il ressort clairement qu'on doit rejeter dans ces exemples l'existence d'une relation causale. J. von Neumann a pu démontrer, par une analyse exacte, qu'il est impossible de ramener les lois statistiques découlant de la théorie quantique à un système fonctionnant de façon déterminée. Le déterminisme statistique doit être considéré comme quelque chose de primaire. Louis de Broglie dit très justement qu'il est impossible d'admettre que, derrière l'indéterminisme des lois de la physique quantique actuelle, se cache un déterminisme sous-jacent.

Voyons maintenant quelles sont les conséquences, pour la biologie, des théories que nous venons de rapporter. Nous avons déjà insisté sur le fait que le principe classique du déterminisme est inconciliable

avec nos opinions sur le principe de la vie. Jordan se demande si les processus biologiques subtils, sur lesquels repose, en fait, ce que nous nommons la vie, sont de nature microphysique. Si nous répondons négativement, la physique ne peut nous laisser alors aucune possibilité de surmonter des théories mécaniques-matérialistes en biologie et il serait justifié de comparer l'organisme vivant à une machine extrêmement compliquée. Mais si nous répondons affirmativement, des perspectives toutes nouvelles s'offrent à nous. Nous montrerons par la suite, à l'aide de quelques exemples, qu'il y a déjà une quantité de faits biologiques, dont des recherches approfondies montrent, sans discussion possible, que ce sont des processus élémentaires microphysiques qui sont à la base des phénomènes apparents. Il découle de ces recherches que les réactions biologiques peuvent être dirigées par un seul processus élémentaire microphysique. En d'autres termes, un seul fait microphysique peut provoquer, grâce à un mécanisme amplificateur, un enchaînement de phénomènes biologiques visibles, donc macrophysiques.

En 1922 déjà, Dessauer avait émis l'hypothèse que l'action biologique des rayons a pour cause initiale un processus élémentaire et qu'elle peut être traitée d'une façon statistique.

Si une grande quantité de bactéries semblables, des colibacilles par ex. sont soumises à une irradiation d'ultra-violet, après un temps déterminé un certain pourcentage seront tuées. La répétition de l'expérience donne toujours le même pourcentage de tués pour la même durée d'exposition aux rayons. C'est de nouveau la loi exponentielle qui est valable ici, comme pour la désintégration radioactive. Après 10 secondes, par ex. la moitié des bactéries sont encore ne vie, après 10 nouvelles secondes il en reste $\frac{1}{4}$, etc. Après chaque 10 secondes d'exposition aux rayons, la moitié de ces micro-organismes sont encore vivants et les autres sont morts. Il serait normal de penser que chaque bactérie possède une sensibilité particulière à l'égard du rayonnement ultra-violet qui permettrait de construire ainsi une courbe de Gauss où la majorité montrerait une sensibilité moyenne correspondant au maximum de la courbe. A gauche de ce maximum s'inscriraient donc les bactéries dont la sensibilité serait plus grande et à droite, celles dont la sensibilité serait moins grande. Mais ce n'est nullement le cas. Dans ces recherches et dans d'autres semblables, il ne s'agit pas de courbes de variation

de Gauss, mais de courbes exponentielles analogues à celles rencontrées dans la désintégration radioactive. Quels sont les phénomènes qui se déroulent lors de l'exposition des bactéries au rayonnement ultra-violet ? En quelques secondes, elles sont bombardées par un nombre incalculable de millions de quanta. Une bactérie survivante a conservé exactement la même sensibilité à l'égard des quanta qu'avant l'exposition, et le nombre considérable qu'elle en a absorbé ne l'a pas lésée. Mais, brusquement et tout à fait indépendamment des absorptions précédentes, il suffit pour la tuer qu'elle soit touchée par un seul quantum. Ce fait, extraordinaire à première vue, se laisse expliquer comme suit : Cet unique quantum « mortel », ou comme on le dit, ce coup au but, a provoqué, parmi les quelque 100.000 millions de molécules qui constituent la bactérie, une modification chimique d'une seule d'entre elles et cette perturbation a suffi à la tuer. Ici encore, c'est la loi du tout ou rien, car chaque bactérie ou meurt ou reste intacte. Le quantum est soit un coup au but, s'il tue la bactérie, soit inoffensif. Je me permets de vous rappeler aussi ce qui se passe dans le prisme de Nicol avec les quanta lumineux qui sont ou réfractés ou réfléchis.

Si un seul quantum suffit à tuer une bactérie, il ne peut donc s'agir que d'un processus microphysique quelque part dans la cellule, mais dont l'importance est décisive puisqu'il s'agit de la vie ou de la mort.

Des recherches analogues ont été entreprises avec certains poisons, comme le phénol par ex. Une fois de plus, nous retrouvons cette immuable et surprenante loi statistique puisqu'une seule molécule, parmi toutes celles du phénol, provoque une réaction chimique strictement microphysique qui tue la cellule. Les millions d'autres molécules du phénol n'avaient aucunement lésé la bactérie auparavant, il suffit d'un seul coup au but pour la tuer. En physique nucléaire, une bactérie, ou plus généralement une cellule vivante, représente une entité macroscopique gigantesque. L'action microphysique du coup au but, représentée par un seul quantum ou par une seule molécule toxique, déclenche un processus macrophysique qui aboutit à la mort de la bactérie.

L'élément dans lequel se produit le phénomène microphysique, est très certainement le noyau cellulaire, dont il faut considérer la présence dans les bactéries comme certaine. Mais qui dit noyau cellulaire pense aussitôt à la structure des chromosomes. La génétique

moderne a prouvé que les gènes doivent être considérés comme des molécules. La modification d'un gène, c.à.d. une *mutation*, peut être déclenché par les rayons X. Des recherches approfondies sur l'action des rayons capables de produire des mutations ont montré qu'ici aussi c'est le principe du coup au but qui entre en jeu. Par la seule ingérence microphysique d'un quantum, la mutation macrophysique visible est déclenchée.

En conclusion, nous pouvons dire que le noyau cellulaire est un centre microphysique directeur d'où, par un mécanisme amplificateur, se déclenche un phénomène macrophysique. La notion d'amplification est connue depuis le développement de la technique de la radio. Il s'agit d'une transformation de processus faibles en énergie, en d'autres processus plus puissants. Ainsi, la voix humaine, qui est faible, est grossie par un système d'amplification et d'un haut-parleur sans subir elle-même de modification. De même, il faut admettre qu'il existe dans l'organisme des mécanismes amplificateurs qui peuvent, à partir de processus microphysiques dus à quelques quanta seulement, provoquer des processus macrophysiques importants.

Les phénomènes photochimiques de l'oeil en constituent un exemple particulièrement intéressant. Le processus primaire de la vision est l'absorption d'un quantum lumineux par une molécule de pourpre rétinien. Le pourpre rétinien, qui est un chromoprotéide localisé dans les bâtonnets de la rétine, permet la vision *crépusculaire et non colorée*. Chaque bâtonnet contient environ 100 millions de molécules de pourpre rétinien et l'on a calculé que chacun d'eux n'absorbe qu'un seul quantum. La quantité d'énergie rayonnante minimum qui peut impressionner l'oeil humain correspond à environ 100 quanta de lumière bleu-vert; mais seuls quelques-uns de ces quanta, c.à.d. une infime quantité d'énergie, parviennent jusqu'à la rétine. La vision est un exemple frappant d'un processus microphysique qui, par amplification, provoque une excitation nerveuse macrophysique se propageant jusqu'aux centres visuels du cerveau.

Un autre exemple est la sensibilité de l'odorat. Les femelles de certains papillons, par exemple, attirent les mâles par l'émission d'une odeur particulière. Il suffit qu'une seule molécule de cette substance odorante atteigne les organes olfactifs du mâle pour qu'aussitôt ce dernier prenne son vol, phénomène appréciable macroscopiquement.

Si nous pensons qu'un millionième de mg d'un parfum contient encore mille milliards de molécules, il est tout simplement stupéfiant qu'il suffise d'une seule de ces molécules pour provoquer le vol d'un papillon.

Jordan présume aussi que dans les phénomènes de conduction de l'influx nerveux, les processus physicochimiques étudiés jusqu'à présent, sont secondaires, mais que le phénomène primaire est de nature microphysique. On pourrait ainsi considérer que le psychisme de l'homme n'est pas régi par la causalité macrophysique.

Parvenus au terme de notre exposé, nous tenons à en résumer brièvement les points principaux. Il convient de retenir que l'organisme vivant n'est pas une machine fonctionnant suivant le principe de cause à effet, au sens classique du terme, car le déterminisme statistique des phénomènes biologiques macrophysiques est basé sur un indéterminisme de la structure fine. En biologie, nous pouvons nous passer aussi bien du déterminisme classique, qui est inadmissible, que du vitalisme qui nous paraît incroyable et nous y sommes même contraints par les lois intangibles de la mécanique quantique. Nous devons admettre le nouveau déterminisme statistique comme un principe primaire qui ne dépend d'aucun autre principe. La causalité statistique ne couvre qu'une multitude de processus microphysiques particuliers qui eux se développent d'une façon tout à fait indéterminée.

Parmi ces processus particuliers, qu'il s'agisse de la désintégration d'un atome de radium ou d'un quantum lumineux dans un prisme de Nicol, on constate toujours une certaine liberté. Dans tous ces processus microphysiques qui se développent de façon discontinue, règne la loi du tout ou rien. Il semble que l'atome de radium puisse choisir lui-même le moment de sa désintégration et que le quantum lumineux décide s'il va se réfléchir ou se réfracter. March décrit l'atome comme l'image primaire de l'organisme. L'atome de mercure, constitué par un noyau de 80 électrons, est à même de montrer toutes les propriétés qui sont pour nous l'apanage du mercure; son spectre, par exemple, est tout à fait caractéristique. Nous pouvons irradier le mercure, dont l'atome peut absorber un, deux ou plusieurs quanta; nous pouvons l'ioniser en lui enlevant des électrons sans qu'il perde sa nature de mercure. Pendant des millions d'années, il a été constamment soumis à des perturbations. Ses électrons ont été ne perpétuel va et vient. Il a accepté et émis des quanta, mais son spectre montre

toujours que ce système compliqué de 81 particules reste toujours le même et ne se modifie pas. Nous trouvons donc ici la même stabilité que celle qu'on observe dans les gènes. En outre, nous constatons qu'il existe une certaine liberté. Cette liberté n'existe plus dans les corps plus grands, composés de nombreux atomes comme, par exemple, une goutte de mercure macroscopique, car ici, nous retrouvons le principe classique de causalité qui, comme nous l'avons vu, n'est qu'une illusion statistique. Il est toutefois à noter que ce concept d'une liberté microphysique rencontre encore beaucoup d'adversaires parmi les biologistes et les philosophes.

Si la physique classique n'a pu nous servir de guide dans l'exploration de l'organisme vivant, des perspectives particulièrement intéressantes nous sont offertes grâce aux lois de la microphysique. Une nouvelle branche de la recherche biologique s'est développée et Jordan, à qui nous devons beaucoup dans ce domaine, lui a donné le nom de *biologie quantique*. Il ne faut jamais jouer au prophète, mais il semble bien que la biologie quantique nous permettra de réaliser des progrès importants dans la résolution du plus grand de tous les problèmes, le problème de la vie.

W. BLADERGROEN

BIBLIOGRAPHIE

- L. de Broglie, *Physique et Microphysique*. Albin, Paris 1947.
- P. Jordan, *Das Bild der modernen Physik*. Stromverlag, Hamburg 1947.
- *Die Physik und das Geheimnis des organischen Lebens*. Vieweg, Braunschweig 1943.
- *Die Physik des 20. Jahrhunderts*. Vieweg, Braunschweig 1949.
- *Physik im Vordringen*. Vieweg, Braunschweig 1949.
- *Anschauliche Quantentheorie*. Springer, Berlin 1936.
- A. March, *Natur und Erkenntnis*. Springer, Wien 1949.
- *Quantum Mechanics of Particles and Wave Fields*. John Wiley, New York 1951.
- J. v. Neumann, *Mathematische Grundlagen der Quantenmechanik*. Springer, Berlin, 1932.
- E. Schrödinger, *What is Life?* Univ. Press, Cambridge 1944.
- N. W. Timoféeff-Ressovsky & K. G. Zimmer, *Das Trefferprinzip in der Biologie*. Hirzel, Leipzig 1947.

DE SESENTA CICLOS A LAS SUPERFRECUECIAS

El comportamiento de las microondas, y de las corrientes de frecuencias ultraaltas e hiperfrecuencias que a ellas corresponden, parece casi incomprensible cuando se comparan esos fenómenos con los de sesenta ciclos y los de la radiofrecuencia ordinaria. En realidad, las mismas leyes físicas fundamentales, aplicables a las frecuencias de energía y de la radio, explican los efectos de toda clase de frecuencia hasta el espectro o gama de radiofrecuencias, y sirven igualmente bien para explicar muchos de los fenómenos en las regiones infrarroja y óptica.

Muchas de las propiedades de las oscilaciones de hiperfrecuencias y sus circuitos, parecen extrañas solamente porque se han utilizado repentina e independientemente regiones aisladas, muy separadas en frecuencia, sin el desarrollo de grandes regiones intermedias del espectro de frecuencias. Por eso no se ha hecho patente la uniforme continuidad de los cambios que ocurren mientras se asciende por la escala de frecuencias electromagnéticas.

No solo existe una continuidad esencial dentro de la gama de radiofrecuencia, sino que también existe dicha continuidad a lo largo de toda la escala de las ondas electromagnéticas. Con el descubrimiento de las radiaciones hertzianas, infrarrojas, ultravioletas, rayos X, y cósmicos — cuyas frecuencias varían desde unos pocos kilociclos (digamos 10000 ciclos por segundo para la radiocomunicación de onda larga) hasta 10 cuatrillones (10^{24} ciclos por segundo para las componentes electromagnéticas de los rayos cósmicos) — ha sido posible trazar todo el alcance continuo del espectro de las frecuencias.

Todas estas radiaciones tienen en común el hecho de propagarse en el vacío, como ondas electromagnéticas, de velocidad constante ($c = 3 \cdot 10^{10}$ cm. por segundo o sea, 300.000 Km/s). Además, a cada frecuencia corresponde una longitud de onda determinada, de

modo tal que el producto de la frecuencia por la longitud de onda es igual a esa velocidad de propagación, es decir $c = f \lambda$.

Siempre que dichas radiaciones obren reciprocamente con la materia, se transmite energía a las partículas materiales solamente en «paquetes» de magnitud definida o *quanta*, igual al producto de una constante universal (Constante de Planck $h = 6,55 \cdot 10^{-27}$ ergio-segundo) por la frecuencia f . Cada quantum de energía tiene una inercia igual a $h f / c$.

A 60 c/seg la longitud de onda es $5 \cdot 10^8$ cm., o sea 5000 Km., lo cual es demasiado para uso práctico en radiotransmisión, porque la antena de un cuarto de onda tendría 1250 Km. de largo.

El quantum de energía a 60 ciclos es $2,46 \cdot 10^{-13}$ de electrón-voltio, energía tan pequeña comparada con la energía cohesiva que mantiene unidas las partículas características de la materia, que en toda medición de energía realizable en el laboratorio entran grandes números de quanta. Esto significa que toda absorción de energía electromagnética a esta frecuencia es un proceso continuo, en cuanto puede ponerse de manifiesto en un experimento. Esta situación subsiste en la región de las radiofrecuencias, y únicamente al emplearse las hiperfrecuencias pueden observarse los efectos estrictamente del quantum, cuando las radiaciones electromagnéticas actúan reciprocamente con la materia. Por ejemplo: a 30.000 megaciclos, donde la longitud de onda es de 1 cm., el quantum de energía es $1,2 \cdot 10^{-4}$ de electrón-voltio, o sea quinientos millones de veces mayor que a 60 ciclos. A estas frecuencias se ha observado recientemente la absorción en resonancia, por parte de moléculas gaseosas, de las ondas electromagnéticas generadas electrónicamente, demostrándose así la existencia de distintos estados de quanta de energía en moléculas separadas por esos valores pequeños de energía.

Las ondas electromagnéticas que forman una componente secundaria de los rayos cósmicos (no los mismos rayos primarios) tienen energía de miles de millones de electrónvoltios, o sea, frecuencias de 10^{24} (10 cuatrillones de ciclos por segundo) aproximadamente, y longitudes de onda de 10^{-14} cm. Podremos darnos una idea de la magnitud de esta longitud de onda, considerando que la mínima longitud visible en los mejores microscopios es de 10^{-6} cm., aproximadamente. Tal radiación de 10^{-14} cm., es producida por partí-

culas cargadas eléctricamente (rayos cósmicos primarios) que van a enormes velocidades al chocar con otras partículas de materia. Aún es desconocido su verdadero origen.

La gama de radiofrecuencias se extiende ahora desde frecuencias menores de 10^5 ciclos por segundo, empleadas en las comunicaciones comerciales trasatlánticas de onda larga, radioteléfonicas y radiotelegráficas, hasta casi 10^{11} ciclos, que se emplea para el radar de microonda; es decir, de 100 kilociclos hasta casi 100.000 megaciclos. Esto es una pequeña parte de la gama electromagnética entera, pero comprende la mayor parte del espectro, desde la frecuencia de la energía eléctrica hasta la radiación térmica o infrarroja.

Los fenómenos que se observan en la escala de la radiofrecuencia de esta gama electromagnética, pueden explicarse todos por la teoría electromagnética de Maxwell, que se resume en un sistema de ecuaciones llamadas las ecuaciones Maxwell del campo electromagnético. Todo estudio de la gama de radiocomunicación sería incompleto si no se menciona su significación física ni se discuten sus pronósticos, que explican la amplia variación de las oscilaciones a 60 c/s y, digamos, a $3 \cdot 10^{10}$ c/s. La teoría Maxwell del campo electromagnético comprende cuatro ecuaciones diferenciales básicas. Una de ellas se refiere al gradiente de cambio espacial del campo magnético en función del gradiente de cambio en tiempo del campo eléctrico y las constantes eléctricas del medio (dieléctricos o conductores). La segunda se refiere a la misma función del campo eléctrico en función del gradiente de cambio en tiempo del campo magnético y las características magnéticas del medio de que se trata (permeabilidad). La tercera ecuación establece que otra función del gradiente de cambio espacial de la inducción magnética es igual a cero; y la última ecuación expresa que esta misma función de la inducción eléctrica es proporcional a las cargas eléctricas en la región considerada. Estas cuatro ecuaciones resumen, en lenguaje matemático exacto y en una forma muy general, los descubrimientos experimentales básicos de la electrostática y la electrodinámica. Como son ecuaciones diferenciales, hay que obtener las soluciones que satisfacen dichas ecuaciones con respecto a las condiciones iniciales del problema particular, para hallar los campos reales magnéticos y eléctricos, o las corrientes y los voltajes correspondientes, como función de la posición y del tiempo.

Maxwell pudo deducir de esas ecuaciones fundamentales que a frecuencias suficientemente elevadas, como de 15 Kilociclos, la energía electromagnética en un circuito de alta frecuencia se desprende y recorre el espacio como onda electromagnética, con una velocidad igual a la de la luz. De hecho, Maxwell calculó que la velocidad de esas ondas electromagnéticas ha de ser igual a la relación entre la unidad electromagnética de corriente y la unidad electrostática de corriente. Esta velocidad calculada de las ondas electromagnéticas resultó ser idéntica a la velocidad media de la luz. Por consiguiente, Maxwell enunció que la luz misma era indudablemente radiación electromagnética de corta longitud de onda.

Unos 25 años después de las predicciones de Maxwell, Hertz generó ondas electromagnéticas en el laboratorio y demostró sus propiedades de acuerdo con lo pronosticado por Maxwell. Al hacerlo así, Hertz estableció los cimientos de la ciencia de la radiocomunicación.

La teoría Maxwell del campo electromagnético es completamente adecuada para explicar toda la escala de los fenómenos eléctricos desde la corriente continua hasta, digamos, 10^{11} ciclos (100.000 megaciclos). Los generadores y detectores de frecuencias más altas consisten en sistemas atómicos y moleculares, y para su descripción hay que recurrir a la teoría del quantum. Las frecuencias de la energía eléctrica y de la audiocomunicación pueden estudiarse mediante la definición de los elementos de inductancia, capacidad y resistencia de los circuitos, y trabajando con mediciones de voltajes e intensidades de corriente. Este procedimiento elimina prácticamente la necesidad de considerar los campos eléctricos y magnéticos en la descripción de los fenómenos eléctricos correspondientes; una vez enunciadas las definiciones de resistencia, inductancia y capacidad, puede concentrarse la atención en el circuito y en su distribución de voltaje y corriente. Y ya definidas las constantes del circuito, se prescinde de todo lo que trascienda en el espacio circundante. Este método llamado de «constante acumulada» puede extenderse bastante a la región de las radiofrecuencias, si se toman las precauciones adecuadas en el diseño de los elementos del circuito, en el apantallamiento y la disposición de éstos, e introduciendo concepto tales como la resistencia de las antenas a la radiación, etc.

Sin embargo, estos métodos apenas resultan cuando se trata de la región de las microondas. Ahora son de importancia primordial los

campos eléctricos y magnéticos. En lugar de circuitos resonantes que consisten en inductancias, capacidad y resistencia, se presentan cavidades resonantes que funcionan de modos — o en configuraciones del campo — específicos. Las líneas de transmisión se convierten en tuberías huecas, en vez de conductores paralelos e passes retorcidos. Su propio nombre — guías de ondas — aclara que su función primordial es contener y guiar los campos eléctricos y magnéticos que constituyen esas «ondas guiadas». Las antenas se asemejan más bien a reflectores de proyectores, que a la forma conocida de las antenas de las radioemisoras.

También son diferentes las magnitudes medidas. A frecuencias bajas, las mediciones de corriente, voltaje, inductancia, capacidad, resistencia y frecuencia, son de importancia primordial. En las microondas, es necesario medir la potencia, atenuación, longitud de onda, relación de onda estacionaria y la posición.

Tres fenómenos que pueden calcularse mediante la teoría de Maxwell son de fundamental importancia en la predicción de estos cambios a medida que aumenta la frecuencia, y son los factores determinantes en todas las consideraciones de diseño y cálculo:

1.º La radiación de energía por el circuito, en forma de ondas electromagnéticas, aumenta a medida que aumenta la frecuencia, a menos que se tomen precauciones especiales para impedir esta pérdida de energía.

2.º El efecto Kelvin o superficial confina las corrientes a una lámina cada vez más delgada, en los confines de los conductores, a medida que aumenta la frecuencia. Finalmente, la corriente se convierte en un fenómeno de la superficie.

3.º Las dimensiones de los circuitos se hacen cada vez mayores, en proporción a la longitud de onda, a medida que aumenta la frecuencia, de modo que no están simultáneamente en fase todas las porciones. A las frecuencias de megaciclos, las dimensiones se hacen limitadoras.

En una antena de radiocomunicación, la energía electromagnética radiada con un voltaje fijo de excitación aumenta como la cuarta potencia de la frecuencia, siendo iguales todas las demás circunstancias. También aumenta la radiación a medida que aumenta la longitud de la antena, hasta un punto en que llega a ser una fracción apreciable

del largo de la longitud de onda. De estas consideraciones se deduce que para utilizar con mejor rendimiento la potencia de un transmisor hay que recurrir a frecuencias mas altas. Esto es indudablemente cierto, dentro de las limitaciones de los fenómenos de propagación relacionados con la capa de la ionosfera y la absorción atmosférica. Además, como la antena debe ser una fracción razonable del largo de la longitud de onda para que la radiación sea eficiente, las frecuencias menores de 50 a 100 kilociclos no suelen resultar prácticas si se considera únicamente la longitud de la antena.

En cambio, a frecuencias superiores a 50 megaciclos (unos 6 metros de longitud de onda, los circuitos y sus componentes empiezan a alcanzar dimensiones del orden de la longitud de onda. Ciertamente suelen ser de muchas longitudes de onda en sus dimensiones físicas, en la región de las microondas (300 a 30.000 megaciclos). En estas circunstancias, la radiación inconveniente de los elementos resonantes, líneas de transmisión, etc., llega a hacerse tan grave que es necesario un diseño especial para hacer que esos elementos del circuito tengan autoprotección. Las líneas de transmisión de conductores desnudos han de substituirse por líneas coaxiales y guías de onda; en lugar de circuitos L C resonantes hay que emplear cavidades resonantes; y en la mayoría de los casos, los tubos del oscilador han de construirse como parte integrante de esas cavidades resonantes en lugar de ser una componente del circuito, cuya función puede considerarse principalmente como la de un interruptor o conmutador electrónico.

El fenómeno del efecto Kelvin, mediante el cual se hace mayor la resistencia de un conductor a medida que es mas alta la frecuencia, es conocido para todo electricista que trabaje con corrientes alternas. Este fenómeno tiene importancia aun a las frecuencias de la energía eléctrica, y se le tiene en cuenta en el cálculo de las líneas de transmisión de energía. La teoría de Maxwell muestra que los campos que oscilan rápidamente tienden a disminuir la densidad de corriente en el cuerpo de un conductor, y a aumentarla en las superficies de limitación, en contraste con la distribución uniforme de la corriente, por todo el volumen de un conductor, cuando la corriente es continua o de muy baja frecuencia. Esta situación se acentúa cada vez más a medida que aumenta la frecuencia, hasta que a las frecuencias ultraaltas e

hiperfrecuencias, sólo una capa superficial, cuyo espesor es una fracción de una centésima de milímetro, conduce toda la corriente.

Otra consecuencia del extremado efecto Kelvin a las frecuencias de las microondas, es el hecho de que pueden existir diferencias de voltaje relativamente grandes entre los límites opuestos de capas muy delgadas de materiales conductores. Por ejemplo, puede existir una diferencia de potencial de millares de voltios entre la superficie interna y externa de una guía de ondas de sólo unas centésimas de milímetro de espesor. Un dispositivo para alta frecuencia, sensible al voltaje y conectado entre las superficies internas superior e inferior de una guía de ondas, indica un fuerte voltaje; pero el mismo aparato conectado a las superficies externas superior e inferior, y sin enlazar por ninguna parte los campos interiores, no dá indicación alguna. Esto pudiera sorprender a los habituados a pensar que un conductor es una superficie equipotencial, como ocurre en los circuitos electrostáticos y de baja frecuencia. Sin embargo, se comprende fácilmente al considerar que los campos y las corrientes penetran solamente un poco en el metal; por consiguiente, el exterior de la guía de ondas está completamente libre de campos o corrientes, aunque la distancia de la superficie interna que conduce las corrientes sea sólo una pequeña fracción de la longitud de onda.

Los ingenieros especialistas en energía eléctrica, excepto aquellos que se ocupan de largas líneas de transmisión, están habituados a pensar que los cambios en los campos y las corrientes ocurren simultáneamente con las causas que los motiva. A frecuencias bajas, la rapidez de los cambios es bastante pequeña en comparación con la rápida propagación de los efectos electromagnéticos (la velocidad de la luz), para que se pueda suponer que los efectos aparecen simultáneamente con la causa. La velocidad de la luz, aunque muy rápida, no es infinita. Por lo tanto, a frecuencias ultraaltas o hiperfrecuencias, la rapidez de los cambios es tan grande que no puede prescindirse de la velocidad finita de la luz. Se suele tropezar con dificultades causadas por la diferencia de fase entre las diversas partes de la instalación.

Uno de los efectos es la producción de ondas fijas por cualquiera de las reflexiones que puede originar en la instalación. Esto llega a ser un problema de considerable proporciones en la región de las microondas. Por ejemplo, una onda fija introduce anormalmente alta

tensión en los puntos máximos para un nivel determinado de energía en la instalación, limitando por consiguiente la potencia máxima que puede emplearse sin falla dieléctrica. Como consecuencia, el arte de igualar — es decir, diseñar componentes de frecuencia ultraalta exentos de ondas fijas — es uno de los problemas principales en las instalaciones que funcionan a frecuencias superiores, digamos, de 300 megaciclos. Se deben tener en cuenta aun tratándose de frecuencias de la energía transmitidas por líneas de centenares de kilómetros.

Otro aspecto del problema de igualar, importante en la gama de las microondas, surge del hecho de que cualquier reflexión introducida en el equipo varía en fase y magnitud a medida que cambia la frecuencia. Como suele ser necesario emplear una instalación determinada en una cierta escala de frecuencias, mas bien que a una frecuencia específica predeterminada, hay que lograr una disposición que surta un efecto de igualamiento en la escala de frecuencia requerida. Esto puede hacerse agregando elementos que produzcan cambios en el reflexión a medida que cambia la frecuencia. Este procedimiento, llamado de «amplia banda», se aplica mucho en el arte de las microondas.

No hay un criterio absoluto sobre las dimensiones del circuito que han de alcanzarse para que esos tiempos de propagación lleguen a hacerse importantes, sino simplemente el de que las dimensiones físicas sean grandes en comparación con la longitud de onda a las frecuencias de que se trate. Por tanto, siempre que la longitud de onda llegue a ser sólo de pocos centímetros, se tropieza con problemas similares a los que se acaban de estudiar con componentes de dimensiones prácticas.

En el diseño de los elementos de un tubo electrónico para aplicación en osciladores, amplificadores, interruptores o conmutadores, etc., a frecuencias ultraaltas e hiperfrecuencias, se tropieza con una dificultad relacionada con el tiempo necesario para que los electrones se trasladen del cátodo a otros elementos del tubo, (tiempo de traslación), que se hace notable en relación al periodo de la oscilación. Lo mismo ocurre con el tiempo necesario para que los cambios en el campo producidos por la rejilla se propaguen a la región de carga especial cercana al cátodo, y origine un cambio en la corriente de la placa.

Para hacer un cálculo sencillo, supongamos que la tensión de placa sea 110. Esto corresponde a una velocidad de los electrones

de cerca de $6 \cdot 10^8$ cm. (6000 Km.) por segundo. Si la separación entre electrodos es de 1 cm., entonces el tiempo de traslación es de $1,6 \cdot 10^{-9}$ de segundo, o sea cerca de 2/1000 de microsegundo. Esto equivale al tiempo de un ciclo de una onda de 625 megaciclos. Aun el tiempo necesario para que un cambio en la intensidad de campo en la rejilla se propague a la carga espacial alrededor del cátodo, es como de 1/1000 de microsegundo (10^{-9} de segundo). Estas dificultades pueden salvarse únicamente mediante algún plan que ajuste las distancias y tensiones en el tubo para dar una sincronización con las oscilaciones que ocurren después de cierta fracción de periodo, determinada previamente, como en los osciladores llamados de tiempo de traslación.

Este tiempo de traslación, que es el tiempo necesario para que un electrón se traslade a una distancia determinada bajo la influencia de una diferencia de potencial, no tiene importancia a las frecuencias de la energía eléctrica. Ni los ingenieros que se dedican a los aparatos de radiocomunicación por onda larga lo toman en cuenta. Pero a frecuencias aun más elevadas se convierte en un estorbo que debe evitarse; por último, en la región de las microondas puede utilizarse muy bien como base de un generador de hiperfrecuencias. Por ejemplo, en el tubo Klistrón, un espacio abierto entre las dos cavidades resonantes permite que se agrupen los electrones. Se comprueba que ocurre ese agrupamiento por el hecho de que los electrones que pasan a través de la cavidad, cuando la tensión es en un sentido que reduce su velocidad, entran en el espacio abierto a velocidad relativamente baja. Los que entran medio ciclo después son acelerados y alcanzan al grupo lento si el espacio abierto es suficientemente largo. Para cada frecuencia determinada del campo oscilante en la cavidad de agrupación, hay una serie de longitudes de espacio abierto que proporcionan agrupamiento óptimo de los electrones en el haz. Este haz de electrones agrupados, por el hecho de consistir en grupos de electrones en movimiento, induce a su vez oscilaciones en la cavidad atrapadora. Mediante un acoplamiento externo de alta frecuencia entre ambas cavidades se consigue un efecto regenerador, y el tubo funciona como un oscilador de autoexcitación para convertir la corriente continua en energía a frecuencia ultraalta, estando determinada la frecuencia de resonancia de las cavidades agrupadora y atrapadora.

La propagación de las ondas electromagnéticas de frecuencias ultraaltas y superiores en nuestra atmósfera, y su reflexión de cuerpos sólidos, son importantes. En contraste con las frecuencias empleadas en la radiodifusión, donde se hace que las ondas sigan la curvatura de la Tierra mediante reflexión o refracción desde las capas de aire ionizado, que se llama la ionosfera, estas ondas muy cortas de radio-comunicación (de un metro o menos) se propagan en línea recta, como la luz. De hecho, tales ondas generadas eléctricamente pueden atravesar las capas de la ionosfera como lo hace la luz. A causa de esta propiedad, los científicos del Cuerpo de Señales de los Estados Unidos de América, hace cinco años poco más o menos lograron proyectar microondas hasta la Luna y recibir la señal reflejada como dos y medio segundos después. La importancia de esta característica se pone de manifiesto al considerar los problemas de mando a distancia por radio, para los cohetes proyectados que han de pasar mas allá de la atmósfera terrestre antes de retornar.

Para facilitar que estas magnitudes se hagan más concretas, consideremos como varían las propiedades de la radiación electromagnética, y también ciertos tipos de equipo, a medida que varía gradualmente la frecuencia desde las de la energía eléctrica industrial hasta las hiperfrecuencias.

A las frecuencias de la energía eléctrica, la longitud de onda es tan grande, y la energía necesaria en el circuito para producir radiación electromagnética es tanta, que dichas frecuencias no son utilizables para la radiocomunicación. Esta situación persiste hasta que se llega a frecuencias de 15 Kc. o mayores. Hasta llegar a esta región, los elementos del circuito, resistencia, inductancia y capacidad, están bien definidos. A las frecuencias de la energía eléctrica, las inductancias son grandes bobinas enrolladas generalmente sobre núcleos de hierro para aumentar el flujo magnético y mantener el tamaño lo mas pequeño posible, porque para obtener efectos inductivos utilizables se necesitan muchas espiras de alambre conductor. Los condensadores son también de tamaño grande y están rellenos de material dieléctrico para obtener las grandes capacidades necesarias. Las resistencias pueden hacerse sin muchas precauciones y, así y todo, estar exentas de efectos inductivos y de capacidad distribuida. Las líneas de transmisión pueden ser de conductor único, instalaciones de retorno por

tierra, o de dos conductores sin protección y muy separados, sin pérdidas de energía por inducción o radiación electromagnética.

A partir de las frecuencias de 15 Kc. puede radiarse una cantidad notable de energía electromagnética desde instalaciones de antenas, aunque deben ser grandes y disponer de mucha potencia. Las longitudes de ondas son grandes, como 10.000 metros, y las radiaciones siguen la curvatura de la Tierra porque realmente van guiadas entre la superficie terrestre y la capa de la ionosfera. Las inductancias, resistencias y condensadores variables continúan bien definidos. Sin embargo, ahora pueden hacerse inductancias de tamaño razonable sin necesidad de núcleo de hierro, pueden emplearse condensadores con aire como dieléctrico, y las resistencias han de estar enrolladas especialmente para eliminar los efectos inductivos y la capacidad distribuida. Las líneas de transmisión de conductor único o de conductores paralelos resultan prácticas porque, en comparación con la longitud de onda, aun pueden considerarse cortas o a poca separación.

Estas circunstancias continúan hasta las frecuencias de unos tres megaciclos, o sea longitudes de onda de 100 metros. A medida que las frecuencias se aproximan al extremo superior de esta región, el alcance de la onda de tierra se hace menor porque no queda tan bien confinada entre la tierra y la capa de la ionosfera. En la capa de la ionosfera se producen efectos de desvanecimiento a causa de la reflexión, y efectos de interferencias entre los sistemas de ondas reflejadas y de tierra. Los elementos del circuito aún están bastante bien definidos, pero son mucho menores, y hay que tener mucho cuidado con la orientación de las piezas y su apantallamiento, para impedir la acción mutua de los campos eléctricos y magnéticos de esos elementos diferentes. Las resistencias de tipo varilla o tira de carbón substituyen a los tipos de alambre enrollado, mientras que las líneas de transmisión de dos conductores retorcidos son mucho mejores que las de conductor único o de conductores paralelos.

Entre 3 y 100 megaciclos, la propagación se distingue por las características de capas múltiples de la ionosfera y sus fluctuaciones diarias o estacionales que originan los conocidos efectos de «saltos de distancia» y amplia variación del rendimiento de la radiocomunicación a larga distancia por alta frecuencia, según sea la hora del día y la estación del año. A unos 100 megaciclos, la propagación es casi

absolutamente en línea recta, como la de la luz. Las bobinas de inducción llegan a ser de sólo unas pocas espiras, del tamaño de un dedal y autosostenidas. Los condensadores son pequeños y de diseño especial para reducir al mínimo las pérdidas dieléctricas. Las resistencias son lo más pequeñas posible. Adquiere importancia excepcional el apantallamiento, la corta longitud de los conductores y la orientación de los componentes. Se necesitan líneas de transmisión de alambre doble retorcido o de conductores gemelos protegidos.

De 100 a unos 1000 mc., las características de la propagación son estrictamente en línea recta o visual, lo que ocurre también en el resto de la gama de las radiofrecuencias. Como la longitud de onda en esta región es de 3 metros a 30 cm., estas ondas pueden ser dirigidas cada vez más fácilmente en haces bien definidos por medio de estructuras de antenas de tamaño razonable. Por esta razón, el extremo de alta frecuencia de esta región puede utilizarse para el radar, especialmente en instalaciones terrestres y marinas para largos alcances. Los elementos del circuito resonante ya no pueden hacerse con bobinas de inducción y condensadores, sino con secciones de línea de transmisión de dos conductores o tipo coaxial, y se emplean grupos especiales que contienen la capacidad y la inductancia en forma integral. Las líneas de transmisión son casi exclusivamente líneas coaxiales.

En la porción del espectro de 1000 a 30000 megaciclos, que es la región de las microondas (longitudes de onda de 30 cm. a 1 cm.), la capacidad, la inductancia y la resistencia han dejado de ser entidades independientes, y los circuitos resonantes son, o bien porciones de líneas de transmisión coaxiales, o cavidades resonantes. Todos los elementos, desde los osciladores a las antenas, han de ser totalmente autoprotegidos. Las únicas líneas de transmisión utilizables son las coaxiales o las guías de ondas. Por encima de los 6000 megaciclos solo se emplean guías de ondas. Toda esta región se caracteriza por las antenas, que se asemejan cada vez más a proyectores ópticos y sistemas telescópicos del tipo de reflexión. Generalmente toman la forma de reflectores bipolares y parabólicos, dispuestos de diversas maneras. En la mayor parte de esta región no se pueden emplear tubos electrónicos ordinarios como detectores. Se emplean detectores de cristal, ya sea natural o sintético.

Se están explorando las frecuencias superiores a 30000 mc. Las técnicas actuales en esta región son semejantes a las que se acaban

de describir, pero los componentes, como osciladores, cavidades resonantes, etc., se van haciendo muy pequeños y los niveles de potencia son necesariamente mas bajos que en la región bastante bien desarrollada de las microondas, de 100 a 30000 megaciclos. Una guía de ondas solo tiene unos milímetros de diametro, y la atenuación por unidad de longitud se ha aumentado considerablemente, siendo proporcional a la raíz cuadrada de la frecuencia. A causa de esta dificultad, los progresos en estas líneas de transmisión pueden consistir en series de pares de antenas parabólicas, con la mayor parte de la trayectoria de transmisión a través de espacio vacío, en forma de haces exactamente dirigidos.

La región de las microondas ha estado en uso práctico casi enteramente desde el comienzo de la pasada guerra, consagrándose la mayor atención a las aplicaciones militares. Si se consideran bandas de 10 Kc. por canal, esta nueva región ha añadido 3 000 000 de canales a la gama de la radiocomunicación. Toda la gama disponible anteriormente, por debajo de 1000 megaciclos, podría acamodar solamente 100 000 canales de esa clase. La importancia de este progreso, 30 veces mayor, se pone de manifiesto inmediatamente.

Además de las aplicaciones mas obvias de estas nuevas técnicas de las hiperfrecuencias al radar, a televisión, estratovisión, etc., merece mención el que estos métodos tienen muchas aplicaciones interesantes en la investigación científica. Por ejemplo, el estudio de las descargas eléctricas en los gases, por medio de excitación con estas «superfrecuencias» ofrece esperanzas porque los materiales de los electrodos desempeñan un papel relativamente poco importante en esas descargas. Por lo tanto podran estudiarse las verdaderas propiedades de las descargas en gases sin que influyan los efectos derivados de los electrodos que se empleen.

Tambien podrán estudiarse las gamas de absorción de las moléculas que ocurren en esa región de frecuencias, con soluciones para frecuencias mucho mas altas, y con mucha mayor comodidad, que por las antiguas técnicas de rayos infrarrojos, lo cual proporcionará un nuevo y excelente instrumento para examinar la estructura de las moléculas.

Recientemente se han descrito métodos para utilizar técnicas de microondas par medir los momentos magnéticos de los núcleos, importantes en el estudio de los núcleos atómicos.

Como los periodos de las oscilaciones de superfrecuencias son tan sumamente pequeños, en realidad diez milésimas de microsegundo, estas técnicas se emplearán cada vez más como referencias de tiempo para los fenómenos que son extremadamente breves, como las chispas eléctricas, los fenómenos transitorios, etc.

Análogamente, esas oscilaciones pueden emplearse como marcadores de tiempo para medir las velocidades de las rápidas partículas atómicas y nucleares.

SIMION SANCHEZ

CARTAS DE EL-REI D. MANUEL II AO PROF. EDGAR PRESTAGE

PREFÁCIO

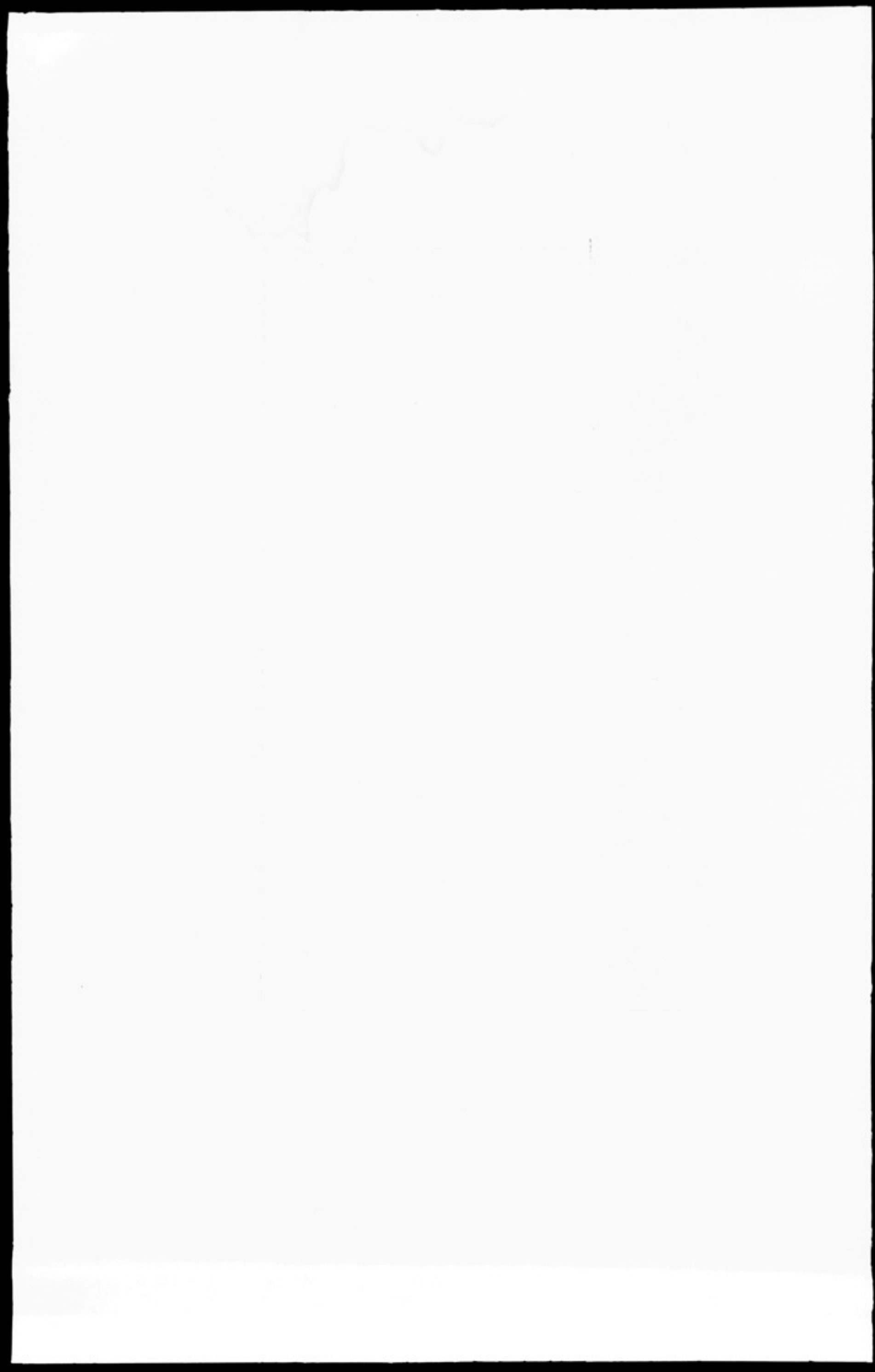
Não pode negar-se que, a despeito dos imensos progressos intellectuais e materiais operados no decurso deste século; apesar do enorme acervo de descobertas e aperfeiçoamentos levados a cabo no campo da técnica; não obstante o formidável impulso que as ciências sofreram nos últimos 50 anos, mais pròpriamente depois do início da primeira Guerra Mundial; não pode negar-se, dizíamos, que nos encontramos numa nova «idade de ferro», com todo o seu cortejo de malefícios e de horrores.

Inútil será determo-nos na especificação ou enumeração de tudo aquilo capaz de ilustrar e documentar a nossa asserção, por demasiado conhecido: basta circunvagiar a vista pelo vasto panorama atormentado e tormentoso que nos cerca, e apurar os ouvidos, para sentirmos imediatamente enegrecer-se-nos a alma com a multiplicidade de ruídos — trágicos ruídos! — que sobem dos quatro cantos da Terra. Inútil será, sim, apenas porque tais ruídos, de todos são perceptíveis. Julgamos, porém, não ser inútil relevar os aspectos, os mat's salientes, por que se pode classificar de nova idade de ferro este nosso conturbado século.

Se lançarmos os olhos ao passado, talvez não encontremos outra época menos agitada, menos convulsionada do que a nossa. Ao acaso recordamos esse extraordinário século V da nossa era, em que a humanidade pávida viu ruir com fragor o maior dos impérios até então conhecidos: a irrupção violentíssima dos povos do Norte trouxe à Europa convulsão muito mais extensa e profunda do que as duas recentes Guerras Mundiais. Recordamos ainda a profunda alteração política, social e económica originada nos formidáveis acontecimentos ocorridos entre a chegada dos Turcos à Europa no dealbar do



Sir Edgar Prestage



século XV e o final da Guerra dos Trinta Anos, nos meados do século XVII, dois séculos de lutas quase ininterruptas, que abalaram o Mundo até aos seus fundamentos, com repercussões até aos limites conhecidos da Terra. E, mais perto de nós no tempo, recordamos a crise profundíssima iniciada com a tomada da Bastilha, e cujas conseqüências se encadearam por tal modo que vieram a ser, por sua vez, causa de acontecimentos de que nós temos sido tristes testemunhas neste século.

Não vimos, portanto, como tantos *laudatores temporis acti*, fazer o elogio das épocas pretéritas, opondo-as aos nossos tempos com a sistemática obstinação dos que, de olhos postos no passado, esquecem o presente e desprezam o futuro. Salientamos tão-sòmente um aspecto deplorável da nossa era, que nos parece, que estamos convencidos de constituir notável retrocesso em relação aos séculos extintos: a inversão de valores e a decadência dos sentimentos humanos que, mesmo em eras profundamente convulsionadas, não faziam os intelectuais esquecer-se de que há alguma coisa mais elevada e transcendente, alguma coisa de superior aos particularismos locais ou ideológicos, que une os homens de pensamento por cima das fronteiras, numa fraternidade que abrange o Mundo inteiro: a tolerância.

Têm-se censurado com acrimónia muitas épocas do passado pela sua intolerância profunda, traduzida em actos da mais espantosa violência. Mas tantos daqueles que deixam extravazar essa acrimoniosa censura esquecem-se de pôr em paralelo essas épocas e a nossa. Eles lançam ainda no olvido as formidáveis conquistas espirituais e morais alcançadas desde o século XIII, pelo menos, como esquecem a obra dos filósofos, dos santos e dos sages que, em coro, se levantam hoje para nos acusarem a nós. Na sua intolerância, os homens do passado eram sinceros: o mal que faziam, faziam-no certos da verdade, da «sua» verdade. E era em holocausto a essa verdade limitada que se mostravam intolerantes; eles ignoravam o seu erro, ignoravam mesmo que essa ignorância era um erro. É essa sinceridade que os absolve aos olhos do filósofo, do santo e do sages, embora o filósofo, o santo e o sages dos nossos dias os não possam absolver in limine, colocados, como estão, acima das paixões do nosso tempo.

É que, do mesmo passo que as ciências físicas e exactas, a mecânica e a técnica receberam forte impulso progressivo, dando aos homens

recursos inesperados e jamais suspeitados, às conquistas morais estacionavam e começaram um movimento de recuo, como assustadas ante a vasta rede de mecanismos mortíferos que cobre o mundo de hoje. É esse retrocesso que originou a intolerância da nossa era, que pôs o Espírito ao serviço da Força e de alguns mitos, perigosos por já terem no passado demonstrado a sua actividade mortífera.

É de intolerância profunda a nossa época. Em nenhum campo, porém, tão nitidamente se nos mostra essa intolerância como no intelectual. Inchado com um saber vasto e com a posse de conquistas cujo acervo o deslumbra e, mais, o desvaira, o homem ergue-se sobre o Mundo como um deus do mal, pronto a destruí-lo em holocausto aos seus mitos, ignorante de que, a fazê-lo, se destruirá a si próprio. E, contrariamente às épocas do passado, é precisamente do sector dos intelectuais, dos clerics que Julien Benda, há bons 30 anos, acusou de traição, é da parte dos «letrados» que soam as vozes mais fortes contra tudo o que represente equilíbrio, serenidade, tolerância, amor. As poucas e tímidas vozes que se erguem, abafa-as o ruído clamoroso das propagandas e o entrechocar das armas, e os idealistas — espécie que teima em sobrenadar as águas revoltas do enxurro — quase soçobram ante a avalanche impetuosa que varre a Terra de lés-a-lés.

De que vale, pois, incriminarem-se os homens do Areópago por sentenciarem Sócrates? De que serve soltarem-se imprecações contra os Simão de Monfort que trucidavam albigenses? Para quê vociferar-se contra as queimas de Torquemada, ou as conversões forçadas dos nossos D. João II e D. Manuel I? Por que acusar Calvino da morte de Miguel Servet, «auto-de-fé» protestante, tão feroz como os outros? Com que intuitos se brada contra as prepotências dos Espanhóis na Flandres ou no México, ou as dos Franceses na Alemanha do século XVII? Acaso não temos no suicídio de Zweig e no de Jan Masaryk, salvaguardadas as proporções, dois símiles do de Sócrates? Nos morticínios da Bélgica em 1914 e de Ledice em 1939 não se encontra o mesmo espírito dos de Albi e de Carcassone? E que dizer da trucidação dos Judeus na Rússia imperial ou vermelha, da sua morte lenta em campos de concentração na Alemanha, na Áustria, na Sibéria, no Cáucaso? Serão, porventura, menos violentos, mais «humanos» do que as queimas de Genebra, de Sevilha, de Lisboa ou de Goa? Em que é que as destruições de Londres, de

Varsóvia, de Monte Cassino, de Berlim, de Hiroxima ou de Seul são inferiores em horror e em sadismo às truculências espanholas na Flandres ou no México, ou ainda ao ermamento do Palatinado no século XVII? Em suma, onde temos nós hoje a sinceridade capaz de justificar os nossos actos de violência, como os homens do passado? Fazemos o mal «conscientes» de que o fazemos; destruímos por mero sadismo, embora invoquemos os mitos que ainda nos encham o espírito, embora nos desculpemos com o interesse da colectividade.

Revertendo à nossa tese: a nossa época é uma nova «idade de ferro», porque o homem de pensamento põe este ao serviço das forças telúricas que tendem para a destruição de toda a civilização. É dessa traição que o acusamos. Fazêmo-lo, porém, em globo? Não haverá quem dê conta do mal e do errado caminho que a civilização está a seguir? Não. Entre a extensa hoste dos intelectuais que, nos últimos 50 anos, serviram as forças do Mal, muitos houve que ergueram as suas vozes para censurarem ou condenarem pura e simplesmente os que haviam traído. Esses puseram a sua pena ao serviço da civilização, desdenhosos da breve aura que emprestam aos seus servidores as turbas ignaras. Poucos foram, porém, os que desceram da sua torre à liça, a oporem à onda a coragem serena que lhes dava a verdade, tantas vezes com sacrifício das vidas. A grande massa dos intelectuais não-conformistas esconderam-se no remanso dos seus gabinetes e, à luz calma da lâmpada do estudo, trabalharam ou trabalham tranquilamente pelo aperfeiçoamento moral do homem, pela quebra definitiva dos elos de ferro que ainda o prendem a uma ancestralidade animalesca. É na palavra e na obra construtiva desses sages que a mocidade tem de ir haurir e colher a lição perene de como se pode construir um mundo de justiça social e de fraternidade humana, sem forçosamente o assentarem sobre alicerces de ódio, de rancor e de ruínas. É ainda nas relações desses intelectuais entre si que nos apraz encontrar lição oportuna que oferecemos aos jovens de hoje, cuja alma e cuja mente estão a ser formadas em toda a parte no ódio e no rancor, que levam inevitavelmente às ruínas. Depois de se terem estabelecido as «fronteiras estanques» para os Estados, quebrando-se todos os elos de uma fraternidade, de uma solidariedade, de uma colaboração absolutamente indispensáveis ao progresso espiritual das Nações, entrou-se na política do sequestro dos espíritos, dentro também de sectores estanques, impondo-se aos

jovens e aos adultos um ensimesmamento com seu quê de autolátrico, origem de tantos mal-entendidos por causa de que o Mundo hoje enferma. Não se entendem os Estados porque se não entendem os homens; estes não se entendem porque desde a primeira Guerra Mundial se entretiveram a cultivar a flor rubra do Ódio, e é este que hoje domina, senhor soberano, o Mundo inteiro!...

Preocupados com os ulteriores destinos da nossa Pátria, punge-nos o coração que Portugal fosse também tocado do «mal do século». Também aqui têm vindo embater essas ondas alterosas, restos das tormentas que rugem pelo Mundo além. E o velho espírito lusíada quinhentista, que fez da nossa Terra, por um breve século, o cadinho em que a civilização moderna se caldeou, esse velho espírito de compreensão e de colaboração, esse espírito aberto a todas as inovações e a todas as curiosidades, esse espírito parece não ter sido compreendido dos jovens portugueses de hoje. Permeável em excesso às novidades que vêm de fora, ainda as mais estranhas, ainda as mais ofensivas do senso comum, a mocidade portuguesa está a deixar-se penetrar de sentimentos e de ideias que podem ser fatais ao futuro da nossa Pátria pelos germes destruidores de que tais ideias e sentimentos vêm prenhes. O espírito belicoso, que paira sobre o Mundo desde o fim da primeira Guerra Mundial, também aqui se aclimatou, a despeito da nossa idiossincrasia não propender para as empresas bélicas de agressividade odienta. Parece-nos, pois, ser dever dos que pensam ou educam, contribuir para desviar os moços portugueses do caminho que se mostram dispostos a seguir.

Aos jovens de Portugal aconselhamos a leitura meditada das cartas que vão seguir-se, endereçadas pelo que foi o último Rei de Portugal, ao que foi o maior e mais ilustre dos lusófilos ingleses. Quando o espírito bélico dos nossos tempos impera, cominando toda a colaboração entre os povos e entre os homens, apraz-nos apresentar um dos mais formosos exemplos que conhecemos da lealdade dos clerics e da humanidade dos scholars em pleno século XX, belicista e agressivo.

Quiseram os Fados que o jovem Rei D. Manuel II — que, como o seu homónimo do século XVI, subiu ao trono em consequência de uma tragédia, e que, como ele também, usava o título de Duque de Beja — fosse obrigado a deixar o duro ofício de reinar quando nele

mal se iniciara ainda. Quase adolescente, com 21 anos incompletos, partiu para o exílio de que não regressaria senão morto. Mas em Inglaterra, em França ou na Alemanha, jamais esqueceu a terra em que nascera, jamais se lhe apagaram dos olhos as cores álacres da paisagem portuguesa, as tintas e matizes em que é fértil a terra de Portugal. Nas suas andanças pela Europa além, ou no remanso tranquilo de Fulwell Park, no bulício de Paris, na majestade tranquila de Versalhes, entre as paredes severas do castelo de Sigmaringen, tratando-se em Vichy ou repousando junto das águas azuis do Mar Tirreno, era sempre a imagem de Portugal quem acompanhava o Rei êxul, que constantemente se curvava ansioso sobre os destinos da sua Terra, «Embaixador de Portugal, nomeado por si mesmo, em Inglaterra», como com tanta justeza escreveu Aubrey F. C. Bell, outro lusófilo da linhagem dos maiores.

Impulsionado por esse amor à sua Terra, esse Rei exilado que, como seu primo D. Miguel I, com tanta dignidade o soube ser, quis ter sempre diante de si a corporização desse amor, em forma visível e palpável, que bem traduzisse num simples relancear de olhos, o amor a Portugal. Não bastavam à sua alma amorável os inegáveis serviços que tantas vezes, por detrás das Chancelarias, o Rei prestara à sua terra. Quis ir mais longe. Depois de a ter servido com a inteligência, quis servi-la com a pena, forma perene de fixar em letra de forma o servi-la com o coração. Daqui brotou a ideia, que se concretizou depois nos Livros Antigos Portugueses da Biblioteca de Sua Majestade Fidelíssima, que não chegou a concluir.

A justiça dos séculos demora; acaba, porém, sempre por chegar. E quem mais tem esperado por ela tem sido essa família ilustre de que os actos nobres e nobilitantes de alguns têm resgatado por completo as culpas ou delitos de outros: os Braganças. O enxerto de Saxe-Coburgo-Gotha no velho tronco brigantino teve, como nas espécies vegetais, o supremo condão de dar revivescência a muitas qualidades inatas na família, impulsionando outras latentes. É que, com D. Fernando, se inoculou na família o virus das curiosidades intelectuais, facto tanto mais curioso quanto o marido de D. Maria II era sobretudo um artista. Parecia que, pelos azares das alianças, a vis intelectual dos Príncipes da Casa de Avis voltara a frutificar nos seus remotos descendentes, despertando nos Reis Coburgo-Bragança pronunciadamente.

D. Pedro V, cujos escritos se encontram publicados, foi uma criança precoce, e os seus juízos dos 15 e 16 anos acerca dos homens e dos factos do seu tempo espantam mais pela precisão e ponderação do que pelo pessimismo romântico que os tinge. O romantismo da época e o que tinha no sangue herdado do pai e também do avô, o Rei Soldado, fazia-lhe ver o Mundo tal como o viam os grandes pintores românticos: as figuras destacavam-se em cores vivas e de semblante carregado, sobre fundos sombrios ou agitados por um vento de tragédia.

Seu irmão D. Luís I, antítese do romântico, comprazia-se na companhia do «romântico» Shakespeare, traduzindo algumas das suas obras, entre as quais o drama romântico por excelência desse génio bárbaro de além da Mancha: o Hamlet.

Seu pai, D. Carlos I, repartiu as suas curiosidades intelectuais pela arte e pela ciência, conseguindo na primeira impor-se a críticos virulentos como Fialho de Almeida, e na segunda ganhar a admiração de especialistas como o Príncipe de Mónaco.

O último da dinastia e no trono, reunia esse conhecido amor dos Braganças pela música — tão vincado no seu antepassado D. João IV—, ao das curiosidades intelectuais, à frente das quais se encontrava a história da sua Pátria.

Tendo sido primorosamente educado, recebeu a lição fecunda de mestres ilustres, como o Dr. José Maria Rodrigues, príncipe dos camonistas, e o Dr. Manuel de Oliveira Ramos, lente do Curso Superior de Letras, esse Curso que foi o sonho romântico do Rei Muito Amado, «de quem D. Manuel talvez se aproxime na doçura melancólica e na inclinação mental», como escreveu o Prof. Ricardo Jorge.

Ignoramos aonde o poderia levar essa curiosidade e esse amor, se o Rei se tivesse conservado no trono. Uma simples revolta de 24 horas transformou por completo os destinos dum homem e os de um povo. Cremos, porém, que sem o exílio não teria D. Manuel II planeado sequer a obra que o consagrou e pela qual os Portugueses lhe devemos gratidão exemplar. Foi a saudade da Pátria, mais do que tudo, o aguilhão que o levou a gizar o plano e a escrever os Livros Antigos. Continuasse o Rei a reinar, e as espécies bibliográficas, tantas delas únicas, continuariam também a enfileirar-se, nas suas

encadernações sumptuosas, nas prateleiras das estantes do Paço das Necessidades. Em Fulwell Park, o simples facto de, ao abrir a janela, ver o brando Tamisa a correr brandamente por entre renques de árvores tão diferentes das de Portugal, bastaria para encher ainda mais de melancolia o coração do exilado. E seria então que, com mais ternura, passaria a mão pálida pela lombada dessas mudas testemunhas dos séculos, repositórios do pensamento dos passados, tomaria um ao acaso, o folhearia, não para o ler, mas, por entre o marejar dos olhos turvos, para rever a paisagem portuguesa, o Tejo azul coalhado de barcos, o casario compacto de Lisboa, a própria aridez da terra saloia, em que se destaca o negrume esguio da serra de Sintra, coroada pelo romântico palácio, a espelhar ao Sol como jóia de alto preço.

Por isso quase não há página, nesses dois grossos volumes que publicou em vida; em que se não veja a expressão física da sua saudade da Terra Portuguesa, no desejo de «levantar a bandeira dos triunfos dela». Quando no verão de 1931, a meio ano da sua trágica morte, D. Manuel II esteve na igreja francesa de S. Maximino, que o venerável D. Fr. Bartolomeu dos Mártires tinha visitado no seu regresso de Trento, teve o Rei ocasião de conversar com um frade dominicano, que fazia então a sua lição de catequese:

«cheio de interesse, o religioso falou-nos de Portugal, e nós pensávamos no admirável Prelado que ali estivera, e certamente dissera Missa, rogando a Deus que abençoasse Portugal! Ajoelhámo-nos também junto à relíquia que D. Fr. Bartolomeu venerara, e, como sempre, pedimos ao Altíssimo, com o pensamento no Santo Arcebispo, que protegesse o nosso País!» (*Livros Antigos*, II, 689).

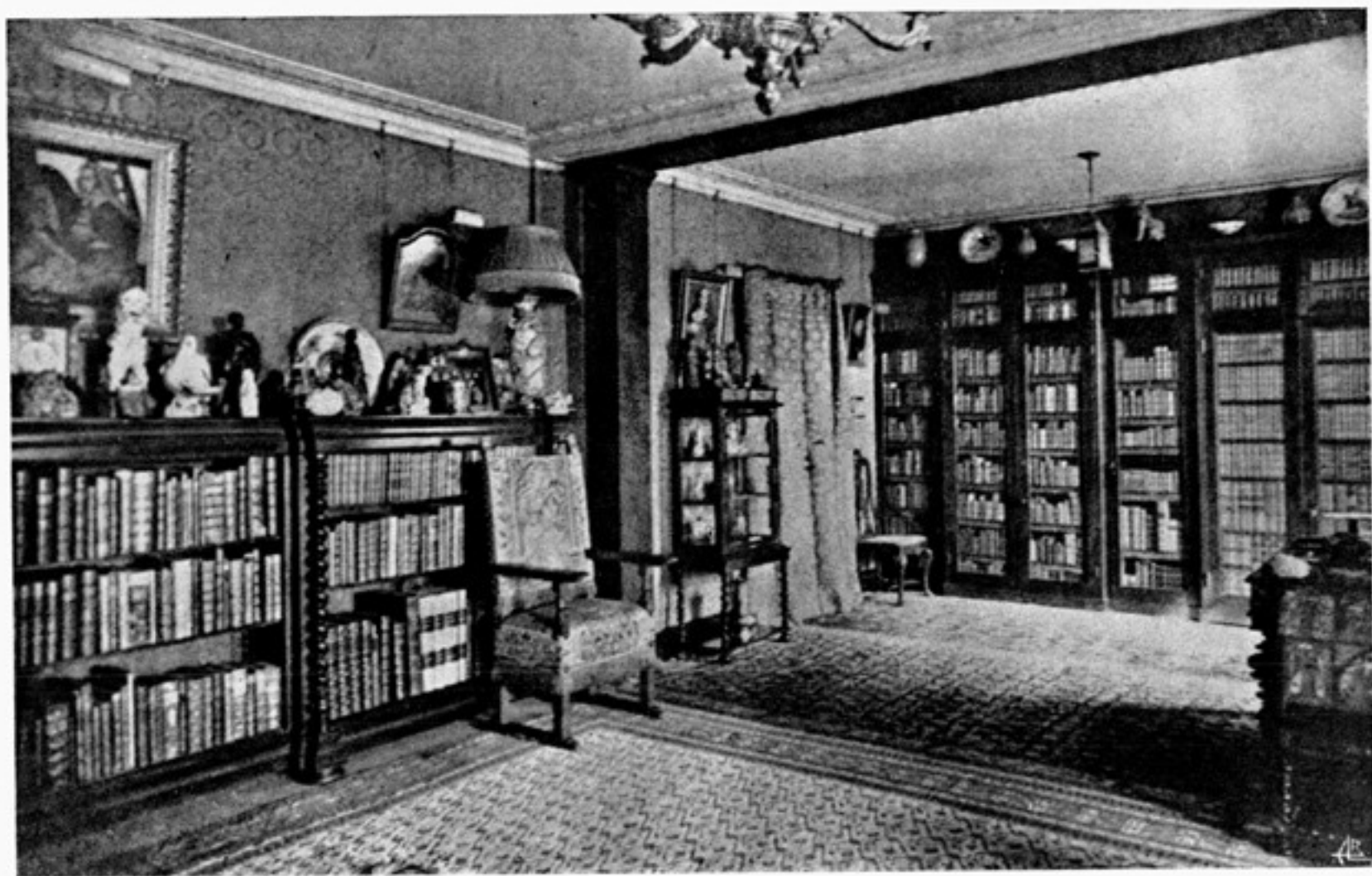
Mas é na Introdução ao vol. I da sua obra que o Rei dá largas a essa saudade que lhe enchia o coração e lhe dava, talvez, esse «ar mesto e dolente», de que fala o Prof. Ricardo Jorge. A concluir esse longo trabalho, escreve D. Manuel:

«Hoje, quando pensamos no Passado, e estudamos a época que intentámos descrever, parece-nos tudo um sonho, ao comparar, com mágua, a grandeza doutroa com a mesquinhez actual.

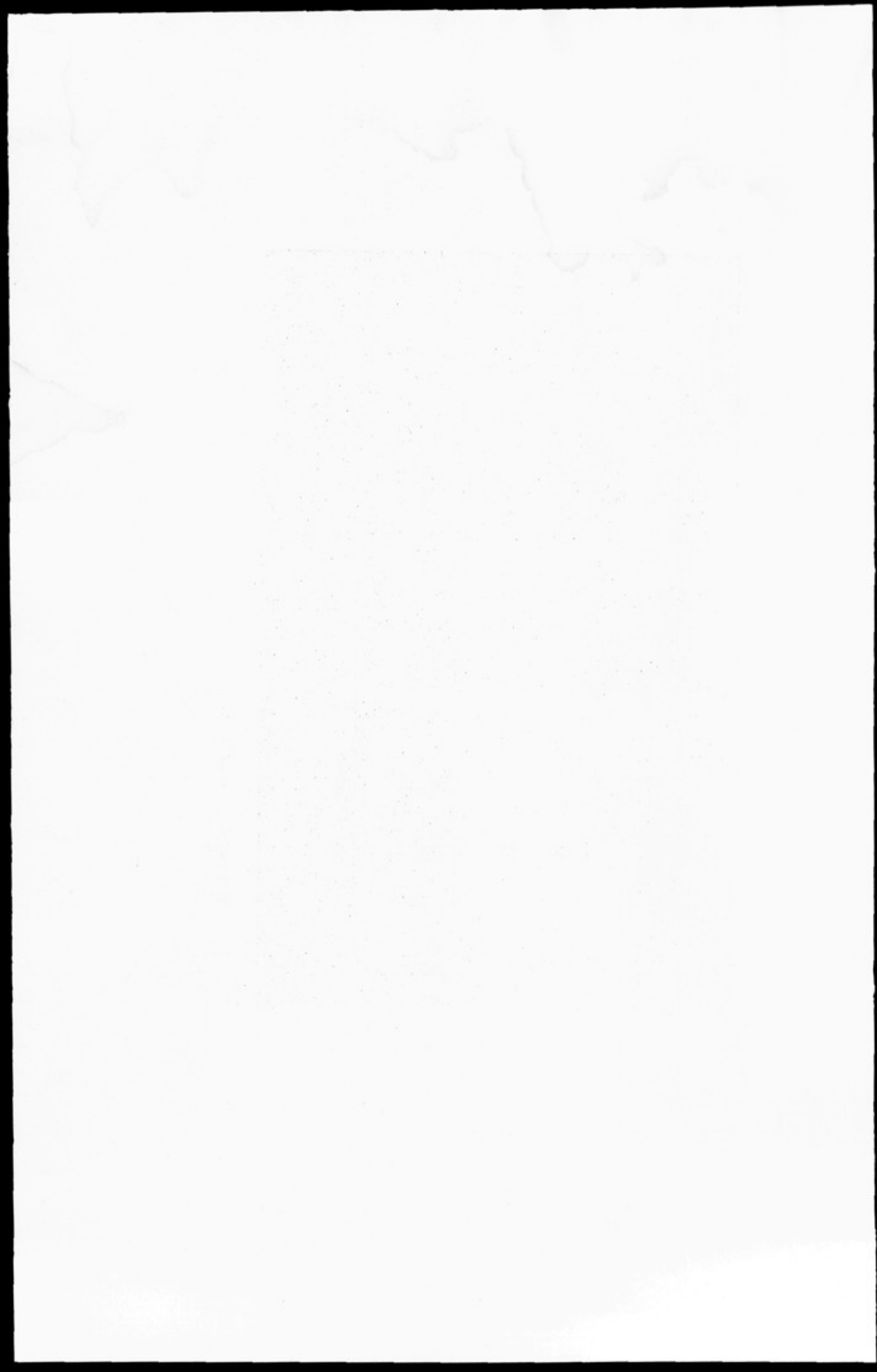
Portugal foi grande, porque, acima de tudo, havia Fé em Deus. Sem essa Fé, que cimentou todas as nossas empresas, nada se faz. Naqueles tempos, havia quem soubesse mandar e quem soubesse obedecer; existia uma admirável disciplina e um profundo amor da Pátria. Fomos felizes, sem dúvida, quando, obedecendo a um ideal, procurámos e descobrimos a via marítima do Oriente; alcançámos um fim grandioso, porque houve, do primeiro ao último dia, uma extraordinária preparação, uma tenacidade que nada fazia fraquejar e, sobretudo, um plano de continuidade que foi seguido e cumprido. Nessa época, as crenças religiosas estavam profundamente enraizadas; davam confiança aos nossos antepassados para empreenderem as grandes lutas, e a força necessária para vencerem as maiores dificuldades. Todos trabalhavam, pensando acima de tudo no país, no seu prestígio e na sua glória, e unidos, respeitando a autoridade, os Portugueses edificaram aquele Império gigantesco que assombrou o Mundo.

«Há muitos anos que um vento de insânia, aumentando de violência, tem soprado sobre o nosso país. A Fé diminuiu, as crenças afrouxaram, a confiança perdeu-se, os interesses individuais passam adiante do interesse do país, não há respeito pela autoridade — que muitas vezes não existe — todos mandam e ninguém sabe obedecer, os planos são tantos, que nenhum é seguido e ainda menos cumprido, a indiferença domina, e o velho Portugal sofre uma *modorra* moral, que lhe vai roendo todas as energias. O país não tem vigor para reagir, porque as suas forças estão gastas pelas lutas internas promovidas por ambições mesquinhas ou invejas lamentáveis. No princípio do século XVI, Afonso de Albuquerque, escrevia, já então, a Duarte Galvão: «Em tempo estamos que por nossos pecados Reina mais a inveja entre os portugueses e desejos de destruímos ho que nossos avoos sempre fizeram».

« A história repete-se, mas os tempos e os homens mudaram. O que escreveria agora o Gigante do Oriente? É melhor não pensar nisso, ou antes, pensemos, mas para aprender a grande lição do passado, tão-pouco conhecido e estudado. Esse Passado cobriu a nossa história de uma tal glória resplandecente, que essa



Gabinete de estudo de El-Rei D. Manuel II em Fullwel Park



luz aclara ainda a escuridão em que vivemos. O nosso Passado é o ensinamento mais útil e proveitoso das gerações novas, pois demonstra-lhes o amor da Pátria e o culto do Dever. Estudando o Passado, percebemos o que fomos, e sentimos um orgulho profundo em ser Portugêses. A leitura dos velhos livros onde aprendemos os feitos heróicos e as façanhas Portuguesas faz-nos vibrar de entusiasmo e sacode as nossas forças adormecidas. Por todos os meios, desenvolva-se o culto do Passado, que é o culto das grandezas da Pátria, e para bem sentir o amor dessa Pátria tão querida, é preciso, infelizmente, ser obrigado a viver longe dela, cheio de saudade e privado da sua atmosfera! A época dos descobrimentos e conquistas passou; mas, hoje, há a descobrir o bom senso — talvez mais difícil de achar do que a Índia e o Brasil — e a conquistar para Portugal, pelo nosso esforço, pela nossa união, pelo nosso patriotismo, pela nossa disciplina, e sobretudo pela nossa Fé, um nome novamente cheio de prestígio. Pensemos que somos a decana de todas as nações da Europa na sua actual configuração territorial; pensemos nas glórias d'antanho; pensemos que demos o exemplo ao mundo; pensemos na nossa Pátria! Somos crentes em Deus: essa Fé profunda alimenta a nossa Fé nos destinos do nosso país, que do sono letárgico em que dorme há-de acordar cheio de força. Com alegria e esperança, vemos, pouco a pouco, aparecer um esforço patriótico para a regeneração de Portugal; o nosso ardente desejo é que essa benfazeja actividade se mantenha e se desenvolva, e se o nosso modesto trabalho tiver contribuído, um nada que seja, para esse fim tão belo, teremos a consciência de ter servido a Pátria, porque levantámos «a bandeira dos triunfos dela!» (*Op. cit.*, I, XXXIV-V).

D. Manuel II curvou-se, portanto, sobre os seus livros, que amorosamente compulsou, não revendo-se neles como qualquer bibliófilo maníaco, mas revendo neles a sua Terra, ao serviço da qual pusera a sua inteligência e o seu saber. Herdeiro do romantismo sentimental de seu tio-avô, foi românticamente que ele viu a história de Portugal; foram os seus livros a matéria plástica que lhe permitiu erguê-la ante os olhos do leitor viva e palpitante. Tendo a rara fortuna de possuir,

ou de poder adquirir, os mais raros exemplares de incunábulo e de monumentos da «famosa arte impressória», o Rei de Portugal não pensou apenas em descrever friamente esses livros, como qualquer catalogador de espécies zoológicas ou botânicas quando descreve os caracteres que as distinguem. Muitos desses livros estão há muito incluídos em bibliografias especiais, com todos os pormenores que interessam aos bibliófilos. D. Manuel II quis fazer o que o ilustre Prof. Joaquim de Carvalho chamou a «biografia do Livro», integrando-o no seu tempo, considerando os factos ou os acontecimentos que criaram o ambiente em que a obra se gerou, ou que directamente influíram na sua gestação. E assim, depois da descrição técnica de cada espécie, o Rei entra em considerações de carácter histórico, quer quanto aos autores, quer quanto ao ambiente político ou social que provocou a obra, quer quanto ao acontecimento histórico que é objecto da mesma obra. Não sendo propriamente um historiador, mas um estudioso atento e curioso, D. Manuel II procurou documentar-se exaustivamente sobre todos os assuntos que tencionava versar, sendo verdadeiramente assombrosa a nota bibliográfica apensa aos dois primeiros volumes, os que se publicaram em sua vida.

Profundamente crente em Deus e na Monarquia (sem ser contudo Rei de direito divino, mas honradamente fiel à Carta Constitucional), é como católico e como Monarca que considera os factos da história portuguesa. Fá-lo, porém, com uma independência de espírito que causa espanto aos que estamos habituados à subserviência de tantos que escrevem história e no passado tudo lhes parece de louvar, ou, evitados de um negativismo tão anticientífico como as louvaminhas, consideram os tempos idos com olhos de iconoclastas. O leitor verá, adiante, nos largos excertos que em nota fazemos a alguns passos das cartas de D. Manuel II, a verdade do que avançamos. Essa independência de espírito fá-lo, por vezes, dissentir dos pareceres de um Herculano, de uma D. Carolina Michaëlis, de um Prof. Prestage, como se verá no decorrer da leitura das cartas a seguir publicadas. Não o faz, porém, com os ares superiores dos indivíduos balofos e infatuados, esses personagens importantes cuja importância alimentam os que os rodeiam, sem quererem ver a vacuidade dos ídolos. Ao acaso relevamos o passo em que o Rei discorda de Herculano (com quem se encontra com frequência em oposição) quanto ao juízo do

historiador acerca de Garcia de Resende e da sua Crónica del-rei D. João II:

«Herculano, mestre da arte e ciência de escrever a história, é duro para com Resende, rebaixando a sua figura, para levantar a de Fernão Lopes. Cada um tem, em épocas bem diferentes, o seu lugar na história. Humildemente, com o respeito pela autoridade do insigne escritor, diremos que Herculano não foi justo», etc. (*Op. cit.*, I, 329).

Não se dedigna mesmo de manejar a ironia com certo sabor, como, ao referir-se à origem lendária da cidade do Porto, a propósito das Constituições Sinodais do Bispado do Porto, de Fr. Baltasar Limpo, escreve, criticando os mitógrafos que atribuíam a fundação de Gaia a um Gatelo, rei dos Gregos:

«Este Gatelo, cunhado do Faraó, e contemporâneo de Moisés, saíra do país banhado pelo Nilo para escapar às pragas do Egipto. Como temos uma grande admiração pela imaginação humana, lamentamos que os descobridores dessas maravilhosas fontes de informação não tivessem achado que o primeiro Porto fora fundado por Adão após a expulsão do Paraíso!» (*Op. cit.*, II, 70).

Dois problemas fundamentais, porém, preocupam o Monarca: a defesa das Ordens Militares de Cavalaria e a reabilitação de D. Manuel I, que os autores portugueses trataram «de modo muito desleal» (V. carta 19.^a). Quer um, quer outro ponto encontram-se adiante suficientemente desenvolvidos para que neles insistamos neste passo. Não deixaremos, porém, de acentuar aqui que, embora se discorde do ponto de vista real, não se pode deixar de fazer justiça às intenções de D. Manuel II que procurou ser imparcial e não levar para o julgamento do passado os preconceitos e as ideias feitas do presente.

Para se desempenhar do grandioso plano, não se furtou ao trabalho mais violento, como algumas das suas cartas adiante publicadas testemunham com clareza. O sr. Stanley Morison, director da Imprensa

da Universidade de Cambridge, onde se imprimiram os Livros Antigos Portugueses, num artigo «El-Rei e os seus livros», que escreveu para o vol. III da obra, diz-nos qual foi o método de trabalho do Rei. Com aquela meticulosidade proverbial nos Braganças, levada ao requinte por D. Pedro V, D. Manuel II

«organizou um calendário e, procedendo com o maior método, sujeitava-se rigorosamente às datas em que tinha combinado entregar os seus trabalhos às oficinas de impressão. Nada era ditado porque o Rei gostava de escrever. Redigia com rapidez e, no entanto, sempre com boa construção e harmonia, servindo-se para isso da sua favorita caneta de tinta permanente. Trabalhando ordinariamente até às primeiras horas da madrugada, a sua única e constante companhia era o cigarro. Como a sua mesa de trabalho não era muito grande e estava sempre cheia de flores, era sobre o tapete da sala que se amontoavam, durante as horas de trabalho, as pilhas de livros que tinha de consultar» (Vol. cit., XXXVIII).

E o já citado Aubrey Bell, que com ele se correspondeu e cujos trabalhos acompanhou com interesse, informa-nos de que

«Era o seu grande deleite estudar os seus livros e muitos outros que se relacionavam com eles, e descrever os seus tesouros. Conservava-se completamente ao facto de todas as mais recentes informações literárias e bibliográficas, correspondendo-se com escritores e entrando com ardor na discussão de difíceis problemas históricos e literários, para o que a sua suma leitura e o seu profundo conhecimento lhe permitiam contribuir com autoridade e competência» (Loc. cit., XXXI).

E assim foi erguendo a sua obra, que infelizmente não pôde ver concluída. Por causa dela relacionou-se com o eminente Prof. Edgar Prestage, morto recentemente octogenário, depois duma vida inteiramente votada ao serviço de Portugal.

Nenhum português culto pode ignorar, sem desdouro, o nome de Edgar Prestage, porque se a nenhum português é permitido ignorar

a história da sua Terra; manuseando-a, a cada passo se lhe deparará o nome ilustre do notável lusófilo. Tendo vindo para Portugal em fins do século passado, por 1892 ou 1893, cremos que foi pela mão de Oliveira Martins que entrou em contacto com o mundo das letras de Lisboa. Por aqui se conservou largos anos, aqui casou em primeiras núpcias com uma filha de D. Maria Amália Vaz de Carvalho e do poeta dos Noturnos e das Miniaturas. O seu amor à terra de adopção levou-o a estudar a história e a literatura de Portugal, tendo acerca de uma e outra escrito muitas obras, em que se destaca a que redigiu na nossa Língua: D. Francisco Manuel de Melo. Foi sobretudo no período da Restauração que o notável lusófilo concentrou em especial as atenções. Ao Prof. Prestage deve a cultura portuguesa serviços que jamais pagará, por serem da espécie dos que não têm preço sequer. Independentemente dos livros e opúsculos escritos para levar Portugal ao conhecimento do vasto mundo anglo-saxão, tem o eminente inglês no seu activo algumas obras portuguesas que editou e anotou, como essa, infelizmente incompleta, correspondência diplomática de D. Francisco de Sousa Coutinho, embaixador do Restaurador às Províncias Unidas. O século XVII, ninguém o pode conhecer e compreender sem consultar a obra do autor do D. Francisco Manuel de Melo. E no que concerne à história dos descobrimentos, constitui espécie de alto merecimento os Portuguese Pioneers, já traduzidos e reeditados em português com o nome de Descobridores Portugueses, não tanto pelo que de novo diz, mas pela imparcialidade equilibrada da sua crítica. Esta obra aconselha-se, pois, não só aos espíritos eivados de hipercriticismo negativista, como ainda aos que, no polo oposto, se deixam arrastar por um nacionalismo narcisista.

Depois de voltar definitivamente à sua terra, o Prof. E. Prestage recebeu a consagração dos seus esforços por parte dos seus compatriotas com a criação da Cadeira de «Camões» no King's College da Universidade londrina, passando assim a influir directamente no espírito dos jovens ingleses intelectuais, completando a sua vasta obra escrita que, apesar disso, não interrompeu.

Ignoramos qual fosse a época em que D. Manuel II conheceu pessoalmente o ilustre Professor. Existe nos arquivos da Fundação da Casa de Bragança uma carta, em português, adiante publicada,

datada de 27 de Junho de 1924 e endereçada pelo secretário particular do Monarca ao eminente lusófilo, a quem responde em nome do Rei. O Prof. Prestage tivera conhecimento de que D. Manuel II adquirira havia, pouco cartas da rainha D. Luísa de Gusmão a Francisco de Melo, futuro conde da Ponte e marquês de Sande, o ilustre diplomata depois morto em trágicas circunstâncias, e escrevera ao secretário do Rei a pedir-lhe as cartas da ilustre viúva de D. João IV com vista à sua publicação, escusando-se D. Manuel II por ignorar qual o conteúdo da correspondência que era em cifra; «só depois de concluída a decifração — escrevia o secretário —, poderá julgar se convém ou não divulgar o texto de cartas confidenciais escritas por uma Rainha de Portugal e parenta de Sua Majestade».

O tom da carta, o facto de o Prof. Prestage se dirigir ao secretário e a polida recusa do Monarca levam-nos à conclusão de que este ainda não conhecia pessoalmente o historiador, por quem, poucos anos depois, viria a sentir tão profunda amizade e tão viva admiração. Como se verá adiante, a primeira carta endereçada pelo Rei ao Professor é datada de 27 de Outubro de 1926, e já escrita num tom de tão grande cordealidade, que pressupõe um conhecimento já longo, assinando-se D. Manuel «seu amigo sincero» a partir de então em todas as cartas.

Julgamos, portanto, não errar fazendo datar o conhecimento dos dois de fins de 1924 ou princípios de 1925. A morte do ilustre Professor impediu-nos de obter de fonte directa esta informação e outras, que muito nos auxiliariam no esclarecimento de passos da correspondência. Nesta data o Monarca, convidando-o a ir a Twickenham, dizia que teriam, ele e a Rainha, grande prazer em «de novo lhe darmos as boas vindas», pelo que o Prof. Prestage já teria ido a Fulwell Park, pelo menos uma vez.

Mas D. Manuel II já se encontrava então embrenhado em estudos históricos, um dos quais, ao que parece, acerca de D. Luísa de Gusmão e do marquês de Sande. É nesta primeira carta para o Prof. Prestage que o informa de estar «a preparar um trabalho que julgo será útil» e acerca de que gostaria de ouvir a opinião do notável lusófilo, sendo essa a razão por que o convida a ir a sua casa para almoçar e percorrer a biblioteca. O trabalho, como dizemos em nota a este passo, era o dos Livros Antigos Portugueses.

Estava iniciada a correspondência que o Prof. Prestage ofereceria depois à Fundação da Casa de Bragança, por cuja iniciativa ela vê hoje a luz da publicidade.

Como se verá, toda ela gira em volta do trabalho do Monarca até poucas semanas da sua morte, e através destas 26 cartas podemos acompanhar a elaboração da notável obra de D. Manuel II, as suas ansiedades e contrariedades, nunca, porém, o seu desânimo, pois se, por vezes, se declarava cansado, jamais falou de suspender um trabalho tão grato ao seu espírito e tão útil à sua Pátria. No último Rei de Portugal revelava-se a mesma tenacidade brigantina de D. João IV, de D. João V, de D. Maria II, de D. Pedro V, de seu avô e de seu pai, tenacidade que levou esses Monarcas a encarar por vezes os problemas políticos e os homens, de frente e sem vacilar, com sacrifício da própria vida no caso de D. Carlos I.

As cartas a seguir publicadas foram escritas em inglês, talvez por deferência para com o Prof. Prestage, que, aliás, redigia com fluência em português, língua em que, como acentuámos atrás, escreveu o seu primeiro livro acerca do autor da Carta de Guia de Casados. Lamentamos profundamente o extravio das cartas do Prof. Prestage a D. Manuel II, que completariam as do Monarca, constituindo assim o volume agora publicado obra sobremaneira interessante, atendendo a que, como se depreende do contexto das cartas do Rei, as do ilustre lusófilo encerrariam matéria histórica de importância, do mesmo passo que serviriam para documentar até que ponto contribuíra o eminente Professor para a redacção dos Livros Antigos. Ignoramos, por isso, se o Prof. Prestage se correspondera em português com o Rei, por requinte de gentileza vulgar nos lusófilos ingleses. As cartas que possuímos de quatro ilustres lusófilos — Prof. Edgar Prestage, Aubrey Bell, Prof. William Entwistle e Prof. C. R. Boxer — são todas em português, reveladoras de um amor pela nossa Língua que comove e causa admiração.

As cartas de D. Manuel II vai o leitor conhecê-las através da primorosa tradução do ilustre Professor e nosso distinto amigo sr. Dr. Luís Cardim. Nada mais diremos quanto ao seu conteúdo, suficientemente anotado e esclarecido nos passos que se julgou conveniente ou oportuno anotar e esclarecer.

Delas, porém, ressuma uma lição que, acima de tudo, queremos tirar e justifica este largo intróito: a da humildade intelectual.

Logo na carta 1.^a, ao dar parte ao Prof. Prestage do trabalho que julgava seria útil, o Rei escreve: «gostaria de sobre ele ouvir a sua opinião». Entretanto deve ter havido troca verbal de impressões, que levaram o eminente lusófilo a escrever a D. Manuel II uma carta, que ele diz tê-lo tocado profundamente, acrescentando:

«Muito me encoraja saber que tão largamente concorda com a minha ideia sobre a publicação de livros raros portugueses: o seu apoio será para mim de inestimável importância, tal como os seus conselhos e os seus conhecimentos» (carta 2.^a).

Quando o Prof. Prestage lhê envia a conferência realizada no King's College integrada no ciclo da Cavalaria, pedindo-lhe que lhe apontasse erros ou formulasse sugestões, D. Manuel pede-lhe licença para dizer que não merecia tão alto cumprimento, acrescentando: «Domine, non sum dignus!» E, logo abaixo, «humildemente e como estudante», emite a opinião de ela ser «uma obra notável, embora, ainda mais humildemente» declare não concordar com a opinião do autor quanto às Ordens Militares (carta 4.^a).

Na carta imediata volta a pedir-lhe que lhe perdoasse ter tomado a liberdade de expor a sua opinião pessoal sobre as Ordens, esclarecendo mais o seu pensamento.

Com o decorrer do tempo, o Monarca sugeriu aos editores Maggs que solicitassem do Prof. Prestage a revisão das provas, ao que este anuiu. Então o Rei declara-se «encantado» com a notícia que os editores lhe transmitiram. Depois acumulam-se os dados demonstrativos dos encontros frequentes do Rei com o Professor, que tomara pela obra do primeiro um interesse excepcional. E meses volvidos, D. Manuel II, comunicando ao amigo que iria escrever a Introdução à sua obra, diz-lhe que, uma vez pronta, lha mandaria com o pedido de «a examinar cuidadosamente» (carta 14.^a). Cerca de dois meses depois, escreve:

«Mais de metade da minha *Introdução* está escrita, mas necessito dos seus preciosos conselhos. Estou certo de que avalia bem a importância desta *Introdução*; sinto que é pesada a responsabilidade, e gostava de ter, não apenas o auxílio dos seus

grandes conhecimentos, mas, atrevo-me a dizê-lo, o seu apoio moral!»

E insiste por um encontro para quando tiver concluído a Introdução, que nem mesmo queria dactilografar sem ter previamente recebido a bênção do ilustre Professor (carta 15.^a).

Como, após a aparição do vol. I, o Prof. Prestage, desejoso de se entregar a um repouso completo, pedisse ao Monarca que o dispensasse da revisão das provas do vol. II, D. Manuel insiste por que, no regresso, volte a fazer a revisão. E, depois:

«A sua excepcional autoridade é, para mim, indispensável, e estou certo de que me prestará outra vez esse especial serviço (...) Bem pode calcular, e não lho digo por mero cumprimento, que saber eu que a revisão das provas do meu livro lhe será entregue, representa para mim não só conforto e auxílio, mas, permita-me que o diga, grande apoio moral!» (carta 17.^a).

Quando comunica ao amigo ter escrito o seu estudo acerca dos Judeus em Portugal, a propósito do livro célebre de Usque, conclui:

«Espero que o meu trabalho receba a sua aprovação e a sua bênção. Pus de parte o estúpido sentimentalismo que tem sido a ruína da nossa história, e procurei ser imparcial dizendo a verdade» (carta 18.^a).

E na carta imediata dizia-se «ansiosíssimo por ouvir o seu veredicto depois de ter lido todo o Usque».

Meses mais tarde, a propósito de quaisquer indicações que ao Rei o Professor pedira, provavelmente acerca dos Judeus, D. Manuel responde:

«Desvaneceu-me profundamente que se dirigisse a mim para informações acerca de alguns tópicos históricos (carta 22.^a).

A atitude do Rei para com o Professor era a homenagem de um estudioso à ciência e à cultura do mestre, que jamais o foi de

cátedra, antes sempre se conservou dentro da modéstia que é apanágio dos sages. Assim se compreende que, logo nas primeiras páginas da Introdução à sua obra, o Monarca prestasse pública e rendida homenagem ao mestre, escrevendo:

«O Professor Edgar Prestage, prestando-nos um relevante serviço, teve a gentileza de, não só ler de um cabo ao outro as provas da nossa obra, mas, com a sua excepcional autoridade, nos aconselhar em inúmeras matérias» (Vol. 1, pág. XI).

D. Manuel, filho segundo de um Rei, não fora educado para cingir uma coroa que maus fados lhe puseram, coberta de sangue e de crepes, na cabeça débil. Alçado ao trono, sempre se mostrou de modéstia exemplar, que não abandonava nem nas grandes solenidades a que, como Chefe do Estado, tinha de comparecer. Muito jovem, puseram-lhe sobre os ombros o pesado manto real, sob que tantos se sentem levados a usar e abusar de um poder que as Monarquias neste século já não podiam ter. D. Manuel II talvez se sentisse esmagado sob os arminhos da Realeza, tendo visto o pai e o irmão tombar à sua frente, às balas assassinas de dois desvairados.

Deflagrada a revolta que destruiu o trono, o Rei manteve a mesma atitude de serenidade, que só talvez o abandonasse quando o hiate Amélia meteu resolutamente a proa a Gibraltar e ao exílio. Aquele rapaz de 21 anos deve ter sentido dentro de si confrangerem-se as fibras da alma e as do coração ante as lágrimas das duas Rainhas que o acompanhavam, duas Rainhas que, em épocas diferentes, haviam entrado em Portugal radiantes de mocidade, de beleza e de ilusões e eram agora dois vultos cobertos de crepes a soluçar enquanto a costa portuguesa se esfumava no horizonte por entre as lágrimas que caíam.

E a alma quase feminina do Rei exilado deve ter sentido o golpe fundo da adversidade que, em menos de dois anos, lhe roubava um pai, um irmão, o trono e a Pátria. E talvez então se agravasse mais ainda a melancolia que lhe sombreava por vezes o olhar e que o tempo mais agravaria.

Dispondo de recursos materiais para viver no exílio sem preocupações, vota a sua fortuna ao bem-estar de instituições de caridade e à saudade da sua terra na aquisição dos monumentos da arte tipográfica,

que depois iria amorosamente descrever. Tendo prestado, em variadas conjunturas, inegáveis serviços ao seu país, jamais, por temperamento, por educação e por pudor compreensivo, os apregooou pelas tubas sonoras da chamada grande Imprensa, sendo apenas após a sua morte que todos os Portugueses tomaram conhecimento do que o Rei fizera por Portugal.

Privado de entrar para todo o sempre na Pátria que entranhadamente amara, D. Manuel II não podia impedir que no que dizia e no que escrevia a cada passo a voz se lhe embargasse de comoção, e que a pena, correndo sobre o papel, falasse também dessa saudade que o acompanhou até ao fim. O Prof. Ricardo Jorge, a quem o Rei quis ser apresentado em 1920, quando em Mônaco se realizava um Congresso Hidrológico, sentiu-se impressionado com a atitude do Monarca, escrevendo:

«Comoveram-me profundamente as suas palavras embargadas de saudade e o seu ar mesto e dolente; acudiu-me a imagem do jovem *Desterrado* de Soares dos Reis, de rosto crispado pelas mágoas do proscrito» (*Livros Antigos*, III, pág. XXV).

Talvez fosse esta melancolia e esta saudade perenes que deram ao estudioso aquela humildade intelectual a que acima aludimos. Talvez estivesse esta na idiossincrasia do Rei exilado. Talvez fossem a inconstância do tempo e a da fortuna as responsáveis por aquele despreendimento do Rei pelos bens terrenos, pelas atitudes teatrais, pelo requinte no vestir que impressionaram quantos com ele conviveram e trataram. A tudo isso, fumo que se evola rápido e rápido desaparece, preferiu o Rei de Portugal os «bens de alma, únicos que não mentem nem falecem, que adoçam o viver ao sabedor e o ajudam na hora extrema a bem morrer», para mais uma vez citarmos o mesmo eminente escritor e ilustre cientista.

E quando um dia, para melhor servir a sua Pátria e retemperar-se da saudade mergulhando no passado pelo estudo, tem de bater à porta de um mestre notável, fá-lo com aquela humildade de espírito com que Cristo pedia se aproximassem da sua doutrina.

Grande lição que aos homens deste nosso conturbado século ofereceu o último Rei de Portugal! Admirável lição que nós oferecemos, em seu nome, aos jovens portugueses do nosso tempo! Quando

em tantos países do Mundo, a tirania mais ou menos velada do Poder, procurou ou procura subjugar e dominar a Inteligência, acorrentando-a ao carro dos triunfadores, comprazendo-se e gloriando-se com as louva-minhas que os clerics vencidos, por cobardia, entoam em louvor dos seus opressores, este Rei, jovem, rico e sem ocupações prementes, põe a sua inteligência ao serviço da sua Pátria e vai bater à porta da Cultura para melhor servir a sua terra! Cegamente? Não. O Monarca tinha personalidade, aquela tenacidade já por nós oportunamente acentuada, e todas as curiosidades espirituais dos Coburgo-Braganças. Mas as suas discordâncias apresentava-as com isenção e com nobreza, dentro das normas mais elementares da ética, que hoje sábios e incultos parecem todos ignorar ou desprezar.

É tempo de concluir. O que o leitor acaba de ler é a interpretação muito pessoal de alguém que nunca falou ao Rei, que apenas o viu, fugidamente, há mais de 40 anos, quando ele atravessava, em carro descoberto, as ruas engalanadas do Porto, durante a sua viagem ao Norte do País; alguém de quem o Rei jamais suspeitou a existência; alguém que, longe dos homens e das suas paixões, procura simplesmente dizer com serenidade a verdade e fazer justiça aos que a merecem, servindo, como fez o Monarca, a sua Pátria com humildade, mas com dignidade e consciência. O que ficou dito não é um panegírico, a que se recusa a nossa pena, seja qual for o personagem a quem se deva endereçá-lo, mas somente a justiça prestada a alguém a cujas intenções nem sempre se fez justiça, cuja obra é conhecida apenas de raros.

Tirando desta correspondência a lição da humildade intelectual oferecida aos homens por um Rei, é aos jovens portugueses que a oferecemos, certo de que, mais do que de exemplos de proezas bélicas ou de feitos altissonantes, a nossa mocidade precisa dos que falam à alma e ao coração, dos que mais e melhor contribuam para a formação do carácter. E não damos novidade a ninguém quando dizemos que a crise, a grande crise, a crise temerosa dos nossos dias é, sobretudo, a do carácter, quebradas aquelas linhas tradicionais que fizeram grandes no passado as pátrias. E é ainda uma das mais salientes características desta nova «idade de ferro» o menosprezo ou a mofa dos valores éticos de que pode orgulhar-se um povo. Pense-se o que se pensar de D. Manuel como Rei (a despeito da brevidade do seu reinado, durante o qual apenas desabrocharam as qualidades que dele poderiam

ter feito um dos grandes Monarcas portugueses), ninguém poderá, sem injustiça, menosprezar ou menoscar o Homem, que, num período tão convulso como o que se seguiu à primeira Grande Guerra e antecedeu de perto a segunda, soube oferecer aos homens um alto padrão de dignidade pessoal, de amor pátrio activo e de humildade intelectual ao serviço duma obra de glorificação nacional.

Saibam os jovens recolher essa lição e, mais ainda, segui-la, porque as pátrias servem-se, não com cânticos ou com louvores, entoados em mais alto ou mais baixo tom, mas activamente e conscientemente trabalhando pelo seu progresso em qualquer dos campos. E isso foi o que fez El-Rei D. Manuel II.

Braga, Setembro de 1951.

ANTÓNIO ALVARO DÓRIA

AS CARTAS

A preciosa colecção epistolar oferecida pelo Professor Prestage à Fundação da Casa de Bragança compõe-se de 26 cartas manuscritas que lhe foram dirigidas por El-Rei D. Manuel II entre 27 de Outubro de 1926 e 8 de Maio de 1932, e dum singelo telegrama do dia 31 seguinte — o que leva a correspondência até cerca de um mês antes do seu falecimento, em 2 de Julho desse ano; figurando mais na colecção, à guisa de prólogo e de epílogo, duas outras cartas não da sua pena, e exteriores àquele período, a primeira das quais, datada de 27 de Junho de 1924, é escrita pelo secretário de D. Manuel, Francisco Quintela de Sampayo, e parece marcar o início das relações entre aquele e o Professor Prestage, enquanto a segunda, datada de 20 de Junho de 1932, é do punho da Rainha D. Augusta Victória, e agradece as condolências pelo recente passamento de seu marido.

A carta de Sampayo é em português, e nela transmite ao Professor Prestage, em nome de D. Manuel, a resposta a um pedido que este lhe fizera — resposta que, curiosamente, era uma recusa, aliás muito cortês e plenamente justificada. D. Manuel, com efeito, tinha adquirido uma colecção de cartas de D. Luísa de Gusmão, viúva de D. João IV e regente do Reino em nome de D. Afonso VI, a Francisco de Melo, embaixador em Londres; e o Professor Prestage, sabendo da compra, pedira para as compulsar. Ora D. Manuel responde, através de Sampayo, que as cartas são em cifra e estão a ser decifradas; que, deste modo, não se sabe o que dizem; e que, tratando-se duma Rainha de Portugal e duma sua avoenga, só depois de conhecer o seu teor é que poderá decidir se são susceptíveis, ou não, de se tornarem conhecidas. Mas Sampayo acrescenta ainda que, no caso afirmativo, «é muito provável e natural que deseje Ele próprio publicá-las».

Quanto às cartas de D. Manuel II, são, como dissemos, em número de 26, ou de 27 com o telegrama, estendendo-se entre as datas já referidas, e julgo que constituem uma *selecção* da correspondência trocada entre os dois, orientada pelo princípio de todas as cartas escolhidas conterem referências, maiores ou menores, à grande obra *Livros Antigos Portugueses*, a que D. Manuel deu início pelas alturas das primeiras, como nelas explicitamente declara. Repartem-se em dois grupos, indo o primeiro até meados de 1929, ao tempo em que sai a público o vol. I da obra e em que o Professor Prestage parte para um longo descanso fora de Inglaterra; e começando o segundo 19 meses mais tarde, com a carta datada de 17 de Janeiro de 1931, quando D. Manuel trabalha no vol. II — o qual devia estar pronto a vir a lume ano e meio depois, em 15 de Junho de 1932, segundo consta da última carta de D. Manuel ao Professor Prestage, datada de 8 de Maio do mesmo ano.

Não há assim carta alguma na colecção datada do período decorrido entre 13.VI.1929 e 17.I.1931; mas dum apontamento a lápis no verso do envelope contendo o telegrama já referido, em que se indicam as datas de todas as cartas da colecção (com esquecimento da de 12.XII.1928), está riscada a data de uma carta de 20.Oct.1930, que na colecção oferecida realmente não figura. Parece-me isto forte indício de que dum *selecção* se trata, como já ficou dito. Infelizmente resultaram inúteis as diligências feitas para ver se existiam em arquivo as cartas do Professor Prestage a D. Manuel, cuja recepção este tantas vezes agradece nestas suas 26 cartas e até no telegrama, pois que seria bem interessante reproduzir lado a lado, e em sequência, as cartas dos dois ilustres correspondentes.

AS CARTAS E A TRADUÇÃO

Caligrafia: é em geral muito legível, mas por vezes apressada, e com palavras reduzidas a linhas ondulantes, que só pelo contexto se decifram. Em todo o caso o tradutor está convencido de que as suas decifrações de tais palavras estão certas.

Ortografia: não se empregou a mesma que D. Manuel usa nos «*Livros Antigos Portugueses*», isto é, a anterior à primeira reforma

ortográfica, mas sim, em regra, a da reforma luso-brasileira de 1945. Em todo o caso manteve-se a ortografia antiga dos nomes próprios: Aviz, S. Thiago, Christo, etc., embora D. Manuel escreva, na carta 5.^a, «Santiago». E rectificaram-se pequenos e raros lapsos nos títulos das obras citadas, como *Consolacam as Tribulacoens de Israel*: nas cartas, a 2.^a palavra aparece uma vez como *das*, a 3.^a palavra duas vezes como *Tribulacoes*, e o *de* como *d* apóstrofe.

Pontuação: D. Manuel usa muito dos *dois pontos* (:) em vez de (;), e de pontos de exclamação, às vezes em grupo — !!!!. Conservou-se em regra a pontuação, alterando-a apenas em alguns casos, por motivo de maior clareza, e reduziram-se as exclamações múltiplas.

Finalmente salienta-se que D. Manuel encosta à margem esquerda do papel os inícios dos parágrafos, o que se manteve.

O inglês das cartas. É um ponto que não interessa senão muito indirectamente. A *construção* é boa, mas inteiramente despretensiosa e despreocupada; e o *estilo* é correntio e desataviado, por vezes com repetições próximas da mesma palavra, etc. Traduziu-se o mais possível à letra mas sem sacrifício do português, e sem tirar às cartas o seu aliás muito simpático carácter de singeleza e quase familiaridade.

A tradução de *you* é uma dificuldade que se contornou, pois não sei como D. Manuel II, em português, trataria um correspondente daquela categoria.

(NOTA DO TRADUTOR)

CARTA INICIAL DA COLECCÃO OFERECIDA
anterior às de El-Rei D. Manuel, e escrita, esta, em português

Fulwell Park,
Middlesex.
27 de Junho 1924.

Ex.^{mo} Snr. Edgar Prestage,

Tenho a honra de accusar recepção da carta de V. Ex.^a datada de 21 do corrente, cujo contheúdo communiquei immediatamente a Sua Majestade El-Rei.

Sua Majestade encarrega-me de lhe dizer que muito sente não poder acceder ao seu pedido relativo às Cartas da Rainha D. Luiza a D. Francisco de Mello, cartas recentemente adquiridas por El-Rei. E isto pelas razões que passo a expôr: Essas cartas que, como V. Ex.^a deve saber, são em cifra, estão agora sendo decifradas. Sua Majestade ignora, pois, o seu contheúdo e, só depois da concluida a decifração, poderá julgar se convém ou não divulgar o texto de cartas confidenciais escriptas por uma Rainha de Portugal e parenta de Sua Majestade.

No caso de El-Rei vêr utilidade em que as referidas Cartas sejam lançadas no domínio público, é muito provável e natural que deseje Elle mesmo publical-as.

Sou, com muita consideração,

De V. Ex.^a
m.^{to} att.^o ven.^{dor} obrig.^{do}

a) *F. Q. de Sampayo*

CARTAS DE EL-REI D. MANUEL II
AO PROFESSOR EDGAR PRESTAGE

CARTA PRIMEIRA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
27.x.1926

Meu caro Professor Prestage

Rogo me perdoe a demora em escrever-lhe a agradecer a grande gentileza de me enviar as suas obras (1). Um excesso de trabalho mo impediu.

Li com o maior interesse o «Frei Domingos do Rosário» (2), que é de alta importância para os meus próprios estudos sobre a Rainha D. Luiza e Francisco de Melo (3).

Estou-lhe muito grato, visto que as suas obras me vão ser de grande préstimo.

Infelizmente tenho tanto que fazer que não posso dedicar tempo bastante às minhas investigações históricas, e neste momento estou a preparar um trabalho que julgo será útil (4): gostaria de sobre ele ouvir a sua opinião.

Poderia vir almoçar à uma hora num dia da semana que vem, aqui em casa, de modo a percorrermos a biblioteca? Teríamos grande prazer, a Rainha e eu, em de novo lhe darmos as boas vindas. Convir-lhe-ia na quinta-feira 4?

Renovando os meus agradecimentos, peço me creia

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA SEGUNDA

Particular

Turf Club,
Piccadilly. W. 1
12-XI-1926

Meu caro Professor Prestage

Profundamente me tocou a sua mais que bondosa carta: de todo o coração lha agradeço. Muito me encoraja saber que tão largamente concorda com a minha ideia sobre a publicação de livros raros portugueses: o seu apoio será para mim de inestimável importância, tal como os seus conselhos e os seus conhecimentos. Vejo que mede bem o que pretendo fazer: é um trabalho árduo, mas tenho esperança de ser bem sucedido. E é claro que a minha biblioteca está e estará sempre ao seu dispor para qualquer estudo ou pesquisa.

Fiquei ansioso com o que me disse quanto à biblioteca P.! (5) Quem me dera poder obtê-la para completar a minha! Disse-lhe no outro dia o que tenho estado a fazer *indirectamente*: há mais alguma coisa que possa tentar-se?

Falei de novo a este respeito com os Snrs. Maggs (6). E agora que viu a minha biblioteca, que sabe as minhas ideias, que sente a importância do trabalho que trago entre mãos, estou certo de que me ajudará no meu empreendimento.

Creia-me, meu caro Professor Prestage,

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA TERCEIRA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
19-XI-1926

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua carta.

Estou-lhe gratíssimo por ver que se dispõe a auxiliar-me (um auxílio da mais alta importância) quanto à biblioteca P.

Gostaria pois de lhe falar sobre o assunto, visto que, como sabe, este é delicado. Não quero tomar-lhe muito do seu precioso tempo pedindo-lhe para vir aqui, mas talvez pudesse almoçar comigo em Londres no Hotel Claridge, ou na próxima segunda-feira 22 ou na quarta-feira 24, à 1-15. Poderia dar-me a resposta pelo telefone (Pope's Grove 1974)?

Quanto à miniatura de D. Sebastião (7), fica inteiramente ao seu dispor para a reproduzir no seu próximo livro sobre a Cavalaria em Portugal: terei muita satisfação em a ver numa obra sua. Não tencionava reproduzi-la no meu futuro trabalho.

O prospecto do meu livro deve estar pronto dentro em pouco: a impressão vai ficar tão dispendiosa (cerca de 700 reproduções) que terei infelizmente de recorrer a assinaturas. Estou-lhe gratíssimo por saber pelos Snrs. Maggs que o Snr. Professor já se tinha antecipadamente inscrito: é uma grande honra para mim.

Esperando tornar a vê-lo muito em breve, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA QUARTA

Fulwell Park,
Twickenham.
3.XII.1926

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosíssima carta e pela sua conferência «Chivalry in Portugal» (8).

Li-a com todo o cuidado e o maior interesse, depois de a ter ouvido no outro dia. Dê-me apenas licença para dizer que não mereço tão alto cumprimento como aquele que me dirige, ao pedir-me, na sua carta, para lhe apontar quaisquer erros ou lhe formular sugestões! «Domine non sum dignus»!

Considero a sua conferência, humildemente e como estudante, uma obra notável, embora, ainda mais humildemente, me permita não con-

cordar com a sua visão das ordens militares. Julgo-a perfeita até à «Conquista do Algarve»: mas a partir daí, não acha que é um pouco severo para com elas? (9)

Pela minha parte (perdoe a impertinência) creio que se não pode esquecer o papel desempenhado pelas ordens militares nas descobertas (a que eu chamo, na obra que estou preparando, a «segunda cruzada»): que Ceuta, onde o «Mestre de Christo», D. Lopo Dias de Sousa, estava em 1415, foi a primeira «Commenda» (fundada pelo Infante D. Henrique) fora de Portugal com o nome de Santa Maria de África, e que todas as expedições de Henrique o Navegador eram pagas pelas rendas da Ordem de Christo.

Se o espírito já não era o da *verdadeira* Cavalaria, era *ainda* uma cruzada (10). Afonso d'Albuquerque foi a enterrar com o «hábito» de S. Thiago.

Isto só para falar das descobertas. Mesmo no tempo de D. João I, foi da Ordem de que ele era Grão Mestre que veio o nome à gloriosa Dinastia de Aviz. Mem Rodrigues de Vasconcellos (11) era «Mestre» da Ordem de S. Thiago.

Julgo que, se as ordens militares foram um dos factores mais importantes da fundação da nacionalidade portuguesa, do mesmo modo, *sem* as ordens militares, e especialmente a Ordem de Christo, o nosso império nunca se podia ter fundado! Se a missão delas no próprio solo de Portugal já cessara, outra missão para elas começava. — É certo que o ouro do Oriente estragou muita coisa, mas nada sobre a terra tem sido perfeito!

Quanto à parte final da sua conferência, interessou-me particularmente a conclusão, em que chama a Alcacer Quibir «a última cruzada». Essa conclusão agrada-me extremamente, porque, no meu trabalho, lhe chamo «a terceira cruzada», com o espírito da Cavalaria dos «tempos d'antanho», baseados num admirável ideal (12).

Perdoar-me-á a sua bondade a extensão e porventura, como já disse, a impertinência desta carta? Só lhe peço que não julgue que pretendo «ensinar o Padre Nosso ao Vigário»!

Se tomei a liberdade de corresponder ao seu tão bondoso convite, suplico-lhe que veja nisso apenas o amor da minha Pátria e da sua maravilhosa história.

Espero poder enviar-lhe na semana próxima um prospecto do meu livro: revi as provas e ficou realmente muito bem. Trabalho por dia tantas horas quantas posso, mas devo dizer que, se a tarefa é muito pesada e dificultosa, é também altamente interessante.

Tendo alguma resposta de Lisboa, era grande favor dizer-me.

Renovando as minhas desculpas, rogo me creia, meu caro Professor Prestage,

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA QUINTA

Fulwell Park,
Twickenham.
12.XII.1926

Meu caro Professor Prestage

Incluo o prospecto do meu livro, que me parece ter um belo ar: espero que lhe agrade. Creio que também apresenta e explica de modo satisfatório o que a obra vai ser.

Se acaso desejar mais alguns, é favor dizer.

Tenho a agradecer-lhe a sua muito bondosa carta de 5, pedindo-lhe mais uma vez que me perdoe ter tomado a liberdade de expor a minha opinião sobre as ordens militares. Julgo porém que não a exprimi com inteira correcção: estou plenamente de acordo em que as ordens deixaram de desempenhar o seu papel depois de Ceuta, mas o que eu pretendia dizer era que teriam sido impossíveis as descobertas e conquistas sem a Ordem de Christo. Tinha havido evolução com a mudança dos tempos, mas apesar disto o seu papel foi muito importante. A Ordem de Christo era mais moderna que as de Aviz e Santiago: a grande obra destas duas foi dirigida contra os Mouros: a Ordem de Christo, a mais poderosa, acompanhou o curso dos tempos, em primeiro lugar com o Infante D. Henrique, depois com D. Manuel. Creio ter agora, em poucas palavras, explanado a minha ideia

Tenho estado ocupado com «De Bello Septensi» de Matheus de Pisano, e acabo justamente de terminar o meu estudo dessa obra, que me parece de interesse (13). Gostava que um dia o visse.

Renovando os meus agradecimentos, peço me creia

o seu amigo sincero e grato

a) *Manuel R.*

P. S.

Suponho que ainda não teve resposta de Lisboa? Era favor dizer-mo.

a) *MR.*

2.º P. S.

Digo «depois de Ceuta», porque, de certo modo, ainda considero Ceuta como «uma cruzada»; é o que deduzo de Zurara, Pisano, etc., e especialmente do «Leal Conselheiro» (14). É um ponto que menciono no meu estudo sobre o manuscrito de Pisano.

a) *MR.*

CARTA SEXTA

Particular

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
6.1.1927

Meu caro Professor Prestage

Os meus agradecimentos pela sua bondosa carta.

Por muitas razões que bem pode imaginar, preferia que o meu nome não fosse mencionado: *mas se o julga conveniente*, podia talvez dizer que sabe quanto eu me interesso por livros, acrescentando que conhece a minha biblioteca, e que, tendo eu sido informado de que eles, em certo momento, haviam pensado em vender a sua biblioteca, isso muito me preocupou, como sabe, e em conversa lhe disse que lhe agradecia

imenso (caso voltassem a pensar em vendê-la), se pudesse persuadi-los (D. Patrocínio) (15) a aceder a que eu fosse informado antes de qualquer outra pessoa excepto o meu caro Professor, que sabe como eu ficaria satisfeito não só em aumentar a minha já considerável biblioteca mas ainda em salvar os livros portuguezes de irem para a América, *conservando-se em mãos portuguezas!* (16). Espero ter com isto respondido à pergunta, mas sabe melhor do que eu o que deve dizer.

Renovando os meus agradecimentos, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA SÉTIMA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex
5.vi.1927

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua carta, em que me pede em nome da Comissão do Bazar das Obras de Caridade Católicas Associadas para abrir o mesmo em 3 de Nov^o, às 3 horas, na Casa da Câmara de Kensington. Os meus planos são sempre um tanto vagos, mas *se eu estiver em Inglaterra por essa altura*, certamente que terei muito prazer em abrir o Bazar, acompanhado pela Rainha.

O meu trabalho vai crescendo e progredindo: é na verdade uma empresa difícil. O meu querido amigo D. António de Lencastre (17) encontra-se agora aqui, ficando connosco cerca de uma semana; como pode calcular, isso nos dá a maior alegria.

Creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA OITAVA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
22.VI.1927

Meu caro Professor Prestage

Devido a um grande excesso de trabalho e a muitos compromissos, vi-me assoberbado! Rogo me perdoe a demora em responder à sua tão bondosa carta, esperando que compreenderá as razões deste longo silêncio.

O pequeno retrato de D. Sebastião está sempre ao seu dispor para reprodução no seu livro sobre A Cavalaria em Portugal. Não tem mais que mandá-lo buscar e conservá-lo pelo tempo necessário para se tirarem as fotografias. Espero que esteja bem assim. Se prevenisse o Sampayo de quando manda buscar o quadrinho, era talvez melhor, pois seria entregue ao portador do seu bilhete.

O meu livro está progredindo, agora estou à espera de algumas importantes espécies novas para a minha biblioteca.

De novo lhe peço para me perdoar a demora, e creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA NONA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
4.10.1927

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosa carta, que vim encontrar ontem à noite no meu regresso do continente. *Profundamente deploro* ter de lhe comunicar que não me será possível abrir o Bazar na Casa da Câmara de Kensington na quinta-feira 3 de Novembro! Temos de

partir de novo para o continente cerca do dia 25, para estarmos em Nápoles a 31, pois que as cerimónias do casamento do filho mais velho do Duque de Aosta se realizam a 3 e 5 de Novembro. Tenho imensa pena de me ver obrigado a dar causa a desapontamento, mas estou certo de que compreenderá, bem como a Comissão do Bazar, as razões que me levam a estar ausente.

Andei lá por fora muito mais tempo do que contava: foi-me dado ver muitos (livros?) e manuscritos nas bibliotecas de Munique e Augsburgo, mas, passando o tempo todo em viagem, não pude fazer nada. Agora, fico apenas três semanas aqui, o que não é bastante para me concentrar; no entanto, prepararei diversos artigos. Na volta de Nápoles, aí por 12 de Novº, lançar-me-ei então de novo ao trabalho, e espero terminar o 1º volume.

O seu livro sobre as Crónicas de Fernão Lopes e Zurara vai ser muito interessante (18). O retrato original de El-Rei D. João I está em Viena; tentei esta manhã descobrir em que Galeria, mas como estive fora mais de dois meses, os meus livros não estão em boa ordem. Mas o Dr. Reynaldo dos Santos (142, Avenida Antonio Augusto de Aguiar, Lisboa) podia, talvez melhor do que ninguém, dar-lhe todas as informações quanto ao retrato, pois me lembro de ter falado com ele, esta primavera, sobre o quadro de Viena (19).

Rogando-lhe o obsequio de transmitir à Comissão do Bazar a minha funda mágua, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA DÉCIMA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
19.X.1927

Meu caro Professor Prestage

Muito lhe agradeço a sua carta, e o exemplar, que teve a bondade de me oferecer, do livro «Letter of the Marquis of Santillana to Don Pedro, Constable of Portugal», que recentemente publicou de

colaboração com o seu colega do King's College, Dr. Paxtor (20). Já li parte da Introdução e das Notas: são muito interessantes.

Tenho igualmente a agradecer-lhe o ter comunicado o conteúdo da minha carta aos membros do Bazar.

Partimos a 25, mas esperamos estar de volta a 12 de Nov^o. Perguntar-lhe-ei então se não gostaria de ver algumas espécies novas, muito interessantes, da minha biblioteca.

Estou assoberbado com trabalho, mas julgo que o livro caminha bem.

Creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA UNDÉCIMA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
27.4.1928

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosa carta.

Se eu estiver em Inglaterra, certamente que terei grande prazer em abrir o Bazar na Casa da Câmara de Kensington em 13 de Novembro às 3 horas.

Confio em que a Comissão do Bazar das Obras de Caridade Católicas compreenderá ser-me impossível tomar um compromisso com tanta antecedência: se estiver em Londres em Novembro, abrirei o Bazar, e só terei muito gosto em ser de alguma utilidade.

Foi com muito agrado que soube que os Snrs. Maggs lhe pediram para corrigir as provas do meu livro, e *estou encantado* por me dizerem que aceitou.

O trabalho vai progredindo: mas creio ter-me abalançado a pesada tarefa!

Julgo que seria bom termos uma conversa a este propósito. Em 17 de Maio às 11 horas da manhã tenho de estar em Conduit St. 35 com

originais para entregar ao snr. Stanley Morison (21): poderia ir lá ter para discutir o assunto comigo, com o snr. Morison e com o Dr. Ettinghausen? (22). Julgo que seria muito útil.

Agradecendo-lhe penhoradamente o trabalho fadigoso que vai ter, e pedindo a sua indulgência, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA DUODÉCIMA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
24.VIII.1928

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua carta de 23 e pelas provas corrigidas e manuscrito original. Escrevi-lhe uma longa carta há 3 ou 4 dias, mas enderecei-a para Wissant — Hotel de la Digue. Espero que lhe seja reenviada e se não perca no correio. Ficava-lhe muito grato se mo fizesse saber quando a carta lhe chegar às mãos, pois que ela é, para mim, importante, acima de tudo por conter os meus mais que efusivos agradecimentos pela sua carta escrita de Wissant, e também as minhas desculpas por não o fazer mais cedo, o que era explicado pelo facto de ter andado um tanto indisposto desde o meu regresso. Estou agora assoberbado com trabalho! Muito gostaria de ter o prazer de o ver, e assim uma oportunidade para discutirmos várias questões respeitantes ao meu livro. Quer fazer-me o obséquio de me dizer se prefere vir aqui, ou se, como está provavelmente muito ocupado, prefere que nos encontremos na casa dos Snrs. Maggs, e quando?

Renovando os meus agradecimentos, creia-me, meu caro Professor Prestage,

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA DÉCIMA TERCEIRA

Particular

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
15.IX.1928

Meu caro Professor Prestage

Rogo me perdoe a demora em responder à sua bondosa carta do dia 3, mas, como sabe, estive indisposto e incapaz de trabalhar. A pressão, agora, tem sido terrível, pois me foi preciso escrever um trecho bastante complicado, que terminei hoje, sobre as *Constituições do Arcebispado de Lisboa*, 1537; espero que lhe interessará (23).

Quanto à expulsão dos Judeus (24), vou explicar-lhe as principais razões por que dela não tratarei *directamente* na minha *Introdução*. Receio envolver-me em muitos outros intrincados problemas se for a examinar *in extenso* essa muito importante questão, porque não devemos esquecer o papel de relevo desempenhado pelos Judeus nas descobertas, visto serem judeus Zacuto, Vizinho (25) e muitos outros. Mas em Outubro discutiremos o problema. Só me permito advertir que o Dr. Ettinghausen é judeu, mas os Snrs. Maggs o não são.

Quanto ao outro ponto que menciona, nada sei a respeito desse português que se diz filho do Duque de Saldanha. Usa o nome de *Martin Sebastian (?) de Saldanha Marquês de Saldanha*. Tudo isto soa bastante esquisito e muito pouco português. Não há nenhum Marquês de Saldanha (26), e o Sampayo, que serviu aqui na Legação com o Duque em 1876, nada sabe a respeito desse pretense filho do Marechal. O snr. F. F. Kear veio aqui há tempos falar ao Sampayo para saber o que havia sobre esse homem: o Sampayo disse-lhe tudo quanto sabia a respeito do falecido Duque e sua família, e que quanto ao homem não conhecia absolutamente nada.

Toda esta questão me parece extraordinária! E não posso perceber como este homem nunca se tenha dirigido ao Consul de Portugal, ou, se é filho do Duque, ao Embaixador General Garcia Rosado, meu muito querido Amigo. — É claro que lhe peço para guardar todas estas informações como confidenciais.

Vamos ao continente passar duas semanas com minha Mãe, mas esperamos estar de volta em 10 de Outubro.

Renovando as minhas desculpas e agradecimentos, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA DÉCIMA QUARTA

Fulwell Park,
Twickenham,
Middlesex.
16.X.1928

Meu caro Professor Prestage

Só voltei do continente há alguns dias, encontrando então a sua bondosa carta. Confio em que me perdoará não ter respondido logo, mas tenho andado assoberbado com trabalho, especialmente com a revisão das últimas provas. Espero estar em Inglaterra em 13 de Nov^o: pode portanto dizer ao Secretário do Bazar das Obras de Caridade Católicas que tenciono abrir o mesmo Bazar na Casa da Câmara de Kensington naquela data.

Tenho ainda que redigir alguns estudos (conto que breves) para acabar o 1.^o vol. do meu livro: e então — *in cauda venenum* — deitar-me-ei a escrever a *Introdução*, para a qual já tenho muitas notas. É uma tarefa árdua, porque muita gente há-de ir lá procurar as minhas opiniões sobre inúmeras coisas! Empenharei os meus melhores esforços, e os seus valiosíssimos conselhos serão necessários. Quando a tiver pronta, pedir-lhe-ei para a examinar cuidadosamente. Como creio que já lhe disse, tenho o meu plano.

Estou-lhe igualmente reconhecido pelas informações sobre o artigo do Snr. Bell e a obra do Snr. Boxer (27): já encomendei um e outra. Suponho que receberá em breve as 1.^{as} provas da *Constituição do Arcebispado de Lisboa* (28). Espero que a minha notazinha o interesse. Representa um grande trabalho de investigação.

Fico aguardando o livro da Cavalaria: lembro-me tão bem da sua conferência do King's College.

Renovando os meus agradecimentos pela sua carta e desculpas pela demora e também pela má caligrafia desta, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA DÉCIMA QUINTA

Fulwell Park,
Twickenham,
21.XII.1928

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosa carta. Sentimos imenso que não tivesse podido vir almoçar na quinta-feira, e particularmente pelo motivo que o reteve. Esperamos de todo o coração que já se encontre restabelecido.

O seu telegrama veio muito depressã, pois chegou aqui às 11 horas. Tive, é claro, muita pena, porque, à parte o prazer de o ver, estou ansioso por que possamos ter uma conversa tranquila. Mais de metade da minha *Introdução* está escrita, mas necessito dos seus preciosos conselhos. Estou certo de que avalia bem a importância desta *Introdução*; sinto que é de pesada responsabilidade, e gostava de ter, não apenas o auxílio dos seus grandes conhecimentos, mas, atrevo-me a dizê-lo, o seu apoio moral! Tenho por isso que pedir-lhe — perdoe a insistência — que me diga quando lhe será possível vir almoçar connosco, para em seguida lhe mostrar o que escrevi: talvez eu nessa altura já tenha acabado a *Introdução*, mas nem mesmo a quero dactilografar antes de ela ter recebido a sua benção!

A Rainha e eu pedimos-lhe para aceitar os nossos cordiais desejos dum Natal muito feliz, rogando queira apresentá-los a Mrs. Prestage.

Creia-me

o seu amigo sincero e grato

a) *Manuel R.*

CARTA DÉCIMA SEXTA

Fulwell Park,
Twickenham.
4.1.1929

Meu caro Professor Prestage

Acabo de receber a sua bondosa carta. De todo o coração espero que se sinta realmente melhor, mas este vento frio não deve ser-lhe propício. Eu estou gelado!

Muito folguei em saber que volta para Londres na semana próxima, pois estou ansioso por lhe falar a respeito da *Introdução* do meu livro. Já escrevi a maior parte e espero acabá-lo no domingo à noite, mas tenho dúvidas e hesitações, que estou certo compreenderá! Poderia avisar-me pelo telefone logo que esteja de novo em Londres, porque, com este tempo traiçoeiro, não seria talvez prudente vir aqui? E eu propunha simplesmente ir vê-lo a Holland St. em qualquer dia (o mais breve possível) e a qualquer hora que lhe conviesse. E levava o manuscrito. Creio que seria mais seguro.

Estou infelizmente em grande apêto, porque nos meados de Janeiro teremos que partir para o Continente para assistir, em Palermo, ao casamento de minha Prima a Princesa Ana de França, e estou ansioso por deixar tudo pronto aqui. Se a minha sugestão é aceitável, peço-lhe o obséquio de mo fazer saber.

Com os meus melhores votos e agradecimentos, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA DÉCIMA SÉTIMA

Fulwell Park,
Twickenham.
13.vi.1929

Meu caro Professor Prestage

Agradeço-lhe a sua bondosa carta.

Extremamente me penalizou saber que tanto o meu caro Professor como sua Esposa se não encontram bem, e que por isso vão partir,

para não regressarem, segundo todas as probabilidades, antes do Natal. Rogo aceite, bem como Mrs. Prestage, os meus melhores e mais sinceros votos de completo e rápido restabelecimento.

Tenho a agradecer-lhe também as suas felicitações pelo aparecimento do Vol. I (29). Conhece bem o esforço árduo que ele representa! Vou agora começar a escrever o vol. II.

Diz-me na sua carta que informou também os snrs. Maggs, para que eles, se for preciso rever quaisquer provas, possam com tempo arranjar-lhe um substituto para tal fim, visto que o seu descanso deve ser completo. Mas tenho em todo o caso que lhe pedir para, quando voltar, rever as provas do vol. II. A sua excepcional autoridade é, para mim, indispensável, e estou certo de que me prestará outra vez esse especial serviço. A redacção do vol. II levará longo tempo, como pode supor, e decorrerão muitos meses antes de a impressão começar; haverá diversas provas, como sucedeu com o vol. I; plenamente confio, portanto, em que há-de estar de volta, e completamente restabelecido, quando se tornar necessário que reveja essas provas. Bem pode calcular, e não lho digo por mero cumprimento, que saber eu que a revisão das provas do meu livro lhe está entregue, representa para mim não só conforto e auxílio, mas, permita-me que o diga, grande apoio moral! Peço-lhe por isso com o maior empenho que me prometa que, no seu regresso, retomará, por amor de mim, esse árduo e ingrato encargo!

Mais uma vez aproveito a oportunidade para lhe agradecer o seu inestimável concurso e conselho.

Acabo de terminar o meu estudo sobre o *Preste Joam* (30). Espero que lhe interesse. Mas talvez lhe interesse mais saber que fui encontrar entre os meus livros a 1.^a Parte da *Crónica de D. Manuel*, de D. de Goes, provavelmente o único exemplar em existência da pré-primeira edição, com as passagens que foram censuradas: é realmente um livro precioso! (31).

Renovando os meus agradecimentos e cordiais votos pela sua saúde e a de Mrs. Prestage, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

P. S.

Vou a Windsor na próxima segunda-feira entregar a Suas Magestades o exemplar n.º 1 da edição especial do meu livro. MR.

CARTA DÉCIMA OITAVA

Fulwell Park,
Twickenham.
17.1.1931

Meu caro Professor Prestage

Muito lhe agradeço a sua carta e bondosos votos de Ano Feliz, que a Rainha e eu retribuimos cordealmente.

Rogo me perdoe a demora em responder-lhe, mas além de muitos aborrecimentos e complicações que me transtornaram a vida, tenho andado assoberbado com trabalho, e trabalho muito difícil! Como se deve talvez lembrar, disse na *Introdução* da minha obra que trataria da questão dos Judeus em Portugal na *Consolacão as Tribulacoens de Israel*, Ferrara, 1553, de Samuel Usque (32). Fui obrigado a cumpri-lo e estive durante várias semanas mergulhado nesse extremamente delicado assunto. Já terminei e fica sem dúvida o trabalho mais longo e mais importante do meu livro. Posso afirmar-lhe que quase me pôs louco! E não desejo ao meu pior inimigo os dias que eu gastei a estudar o problema! Empreendi a defesa de El-rei D. Manuel, tão estupidamente atacado pelos nossos historiadores, especialmente por Oliveira Martins e semelhantes, Braamcamp, Mendes dos Remedios, Pinheiro Chagas, etc., etc., e até por Herculano (33). Tive por isso que apresentar muitos testemunhos e alguns factos cuidadosamente ignorados por aqueles autores. Não há dúvida que a História de Portugal está ainda por escrever: a que nós possuímos é simplesmente uma história *política*.

Espero que o meu trabalho receba a sua aprovação e a sua benção. Puz de parte o estúpido sentimentalismo que tem sido a ruína da nossa história, e procurei ser imparcial dizendo a verdade.

Creio que termino este longo estudo na semana corrente, e espero então que marque um dia para vir almoçar connosco.

Com reiterados votos para 1931, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA DÉCIMA NONA

Fulwell Park,
Twickenham.
9.v.1931

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosa carta. Era meu dever responder-lhe imediatamente, mas, devido a demoras e alguns mal-entendidos em Cambridge, estou no presente momento sob uma avalanche de provas — 1.^a, 2.^a e final! — e como nós dizemos em português, «não sei como hei-de dar conta do recado».

Estou muito satisfeito por ver que concordou com a primeira parte das provas: tenho a esperança de que manterá a mesma opinião até ao fim. Procurei ser correcto e leal dizendo a verdade, e especialmente mostrar a razão por que El-rei D. Manuel teve de expulsar os Judeus. Foi, posso afirmar-lhe, uma tarefa muito difícil, por causa das grandes injustiças dos autores portugueses que não estudaram cuidadosamente a questão, e trataram D. Manuel de modo muito desleal. Estou ansiosíssimo por ouvir o seu «veredicto» depois de ter lido todo o *Usque*.

Desculpe esta mal escrita carta, mas estou assoberbado com trabalho.

Creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA VIGÉSIMA

Fulwell Park,
Twickenham.
6.VI.1931

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosa carta e pelas últimas páginas das provas. Estava um tanto inquieto a respeito delas, e tinha mesmo telefonado aos Snrs. Maggs, julgando que se teriam esquecido de lhas mandar. Eu também estive fora uma semana: tive de ir a Versailles ver minha Mãe: sinto-me feliz em poder dizer-lhe que passa maravilhosamente bem.

Tenho estado a trabalhar «à haute pression», e vou-lhe sentindo os resultados! Entreguei a Stanley Morison mais sete originais, que se estão a compor em Cambridge, e espero «libertar-me» de mais uns poucos muito em breve. Mas receio não poder terminar agora o vol. II: quero ir para fora no fim de Julho: ando muito cansado e não tive um único dia de descanso desde o começo de Outubro!

Já encomendei um exemplar do livro das cartas de D. João III: reconheço com mágua que tem razão quanto à biblioteca Palha, se — e suponho que o farão — os Americanos continuam a imprimir o MS! (34).

Espero que lhe agrade o meu último original, especialmente a *Miscellanea* de Resende, a *Olissipo Descriptio* de Damião de Goes e a *Coronica do Condeestabre* (35).

Creia-me, meu caro Professor Prestage,

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Fulwell Park,
Twickenham.
19.VII.1931

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosa carta e pelas provas de págs. 395-459, com as suas sugestões. Deixei pronto todo o trabalho que

pude: no fim da semana entregarei sete originais, que representam qualquer coisa entre 70 a 100 págs.

Terá que rever novamente o *Livro de Antiguidades de Évora* de André de Resende: fiz-lhe importantes aditamentos: tirei da *Constituição do Bispado de Évora*, 1558, (ainda por imprimir) o que lá tinha escrito sobre as *Antiguidades* de Évora, e incluí-o no livro de Resende, por me parecer mais natural (36).

Muitos outros originais são importantes, como os *Commentários* de A. de Albuquerque (37). Infelizmente não pude ir mais longe: estou na realidade muito cansado e tenho de «me soigner» e repousar.

Partimos amanhã de manhã «Se Deus quiser» (em port. na carta) e creio que nos demoraremos lá por fora até ao princípio de Outubro. Espero ver agora a Exposição Portuguesa no Jeu de Paume (38): mas deixo para quando regressar da minha cura em Vichy a visita à Exposição Colonial.

Durante o tempo da minha ausência as provas para rever ser-me-ão enviadas.

Espero que de novo se sinta inteiramente bem, e com todos os melhores votos e vivos agradecimentos, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA VIGÉSIMA SEGUNDA

SCHLOSS

SIGMARINGEN

15.IX.1931

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosa carta de 12 de Agosto, e perdoe-me esta demora tão longa em responder-lhe. Mas saí de Vichy no dia 13 em busca de umas férias autênticas que eram absolutamente necessárias, e dei ordem para que toda a correspondência dirigida para Fulwell fosse mandada para Sigmaringen, onde cheguei no dia 4, encontrando montanhas de cartas, papéis e provas! Tenho tido que trabalhar como um moiro, já devolvi todos as provas revistas, e agora estou a responder a cartas.

Desvaneceu-me profundamente que se dirigisse a mim para informações acerca de alguns tópicos históricos. Permite-me que lhe sugira que peça aos snrs, Maggs Bros, para lhe mandarem uma colecção completa da última prova da *Consolacam as Tribulacoens de Israel* de Samuel Usque? Ali encontrará, segundo creio, os elementos que pede: tenho receio de os mandar de cor, de aqui.

Não há para mim qualquer dúvida sobre a atitude de D. João II quanto aos Judeus. Usque, quase contemporâneo dele, narra com pormenor, — e com um exagero compreensível — o envio das crianças judias para S. Thomé (39): como verá, Azevedo mostra como tal facto se deu (40). Pina não é favorável a D. João II, e os autores judaicos, como Keyserling, são-lhe ainda menos favoráveis. Resende, no seu entusiasmo pelo Príncipe Perfeito, tenta explicar muitas coisas, mas julgo que as suas explicações caem por terra (41). Parece-me que no meu pequeno trabalho achará os elementos que deseja.

Partimos hoje para Munique, e a 19 vamos para Versailles para estarmos com minha Mãe até 10 de Outubro. Voltaremos então para Fulwell Park.

Se eu estiver em Inglaterra a 23 de Novembro, terei muito prazer em abrir o Bazar na Câmara de Kensington.

Os Maggs têm sempre a minha direcção.

Renovando os meus agradecimentos, e esperando que tenha tido um bom descanso, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA VIGÉSIMA TERCEIRA

Fulwell Park,
Twickenham.
30.x.1931

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pelas suas bondosas cartas.

Como lhe disse, caso eu esteja em Inglaterra, — conforme espero — terei o maior prazer em abrir o Bazar em Kensington em 23 de Nov.º às 3 horas.

Tenho a agradecer-lhe agora o exemplar da sua edição das *Epanaphoras* que muito bondosamente me enviou (42): vejo claramente que teve o maior prazer em preparar esta obra e levá-la a cabo. Não há dúvida que os velhos clássicos deviam ser mais lidos, e que são mais saudáveis que os livros modernos! Compreendo que lhe façam *saudades!* Quanto mais leio e estudo os bons tempos antigos, mais sinto, eu também, *saudades* profundas.

Acabei o Bernardim Ribeiro e já escrevi outro trabalho sobre Fr. Luiz de Granada (43): passo a vida a «saltar» de assunto para assunto.

Renovando os meus agradecimentos, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA VIGÉSIMA QUARTA

Fulwell Park,
Twickenham.
12.II.1932

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pelas suas cartas, e perdoe não ter respondido antes. Estou-lhe muitíssimo grato pelo que me diz sobre o meu *Gil Vicente!* (44).

Acabei ontem o meu vol. II (45): «Te Deum laudamus»! Não posso dizer que me sinta extremamente cansado, e estou contente com ir para fora.

Parto, «S. Deus q.», amanhã de manhã para Paris, e de lá, a 19, para Nápoles. Todas as provas me são enviadas.

Espero estar de regresso no começo de Abril.

Renovando os meus agradecimentos, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA VIGÉSIMA QUINTA

REGGIA DI CAPODIMONTE
NAPOLI

22.III.32

Meu caro Professor Prestage

Muito obrigado pela sua bondosa carta, que me foi enviada de Fulwell. Estou-lhe infinitamente grato pelas suas felicitações por ter terminado o meu vol. II. Foi um trabalho árduo, e estou sentindo os efeitos dum esforço tão exaustivo! Infelizmente quase não tenho tido descanso algum aqui, e o tempo tem estado muito mau: em 32 dias, só quatro estiveram bonitos. Hoje — o primeiro dia de primavera — temos estado a «gozar» dum verdadeiro furacão, e faz, de novo, muito frio. Parto amanhã para Roma, e no dia 23 tenho a honra e a grande satisfação de ser recebido, ao meio-dia, pelo Santo Padre. Entre muitas outras coisas, estou certo de que falaremos de livros! (46) Ficarei em Roma até ao domingo de Páscoa, e partirei então para Paris, onde me demoro uns dias. Suponho que estarei de regresso a Inglaterra durante a 1.^a semana de Abril.

A minha visita ao Brasil, a respeito da qual se tem falado, é questão muito duvidosa! E *nada*, absolutamente, foi ainda resolvido.

Com os meus melhores votos para a Páscoa, e reiterados agradecimentos, creia-me, meu caro Professor Prestage,

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

CARTA VIGÉSIMA SEXTA

Fulwell Park,
Twickenham.
8.V.1932

Meu caro Professor Prestage

No meu regresso de Paris ontem à noite — fui lá por 3 dias para ver minha Mãe — encontrei a sua bondosa carta, e peço-lhe para aceitar

os meus mais vivos agradecimentos pela sua simpatia no desagradável transe por que passámos (47).

As perdas são infelizmente importantes e algumas nunca poderão ser reparadas: entre elas a da bela miniatura de D. Sebastião que reproduziu no seu livro sobre a Cavalaria! Além disso, alguns quadros — os dois pequenos Nuno Gonçalves!!! — pratas e bibelots, etc.! Graças a Deus, deixaram os meus livros em paz, o que parece provar que os ladrões não eram bibliófilos — como a maioria da Sociedade! Não tocaram no coronel, felizmente (48). Mas perdemos muitas coisas e a atmosfera que deixaram, especialmente na biblioteca, é difícil de respirar.

Como pode calcular, todos estes acontecimentos deixaram muito desagradável impressão. A vida torna-se cada dia mais diferente. Tendo perdido tanto na minha vida, esperava encontrar aqui alguma segurança: é um sentimento que desapareceu! E estando já cansadíssimo e não muito bem por excesso de trabalho, *tudo isto* é pouco de molde a favorecer-me!

Espero que o meu vol. II saia a lume cerca de 15 de Junho: em Julho vou para fora, e, depois da minha cura, procurarei ter um verdadeiro, completo e longo repouso que me é indispensável. Espero que se encontre bem, assim como Mrs. Prestage, e que tivesse tido bom tempo em Portugal.

Renovando os meus agradecimentos, creia-me

o seu amigo sincero

a) *Manuel R.*

N.º 27 — TELEGRAMA

Telegrama (49)

(De Twickenham, em 31.v.1932)

Professor Prestage. — 16 Holland St. LONDON

Muito obrigado bondosa carta quer almoçar comigo quinta-feira próxima 2 de Junho no Dorchester Hotel Park Lane à uma hora.

Manuel

CARTA FINAL DA COLECÇÃO OFERECIDA

Fulwell Park,
Twickenham.
Julho 20, 1932

Prezado Professor Prestage

Tocaram-me profundamente as suas tão bondosas palavras de simpatia pela perda atroz que sofri, e aprecio de todo o coração o seu generoso propósito ao escrever-me.

É para mim, nestes dias terríveis, verdadeiramente consolador ver que tenho tantos bons amigos, e verificar de novo que El-Rei se tinha tornado tão querido a todos quantos com ele estiveram em contacto.

Mais uma vez, os meus sentidos agradecimentos, e creia-me

sinceramente devotada

a) *Augusta Victoria*

ANOTAÇÕES

(1) — Será possível conjecturar quais seriam as obras do Professor Prestage que D. Manuel agradece, dizendo que lhe vão ser de grande préstimo? Como o opúsculo «Frei Domingos do Rosário» é edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, datada do mesmo ano que a carta, 1926, e como também da mesma Imprensa e ano há uma edição de «A Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Hollanda em 1641», dirigida pelo Professor Prestage e com uma Introdução da sua pena, parece natural ter sido este opúsculo um dos que acompanhavam o «Frei Domingos». Mas o Professor Prestage tem mais opúsculos de natureza idêntica, e alguns também publicados, em datas anteriores, pela Imprensa da Universidade; e afinal, não poderia ele ter-lhe então oferecido *todas* as suas obras aparecidas até 1926, de que possuísse separatas ou exemplares? Em face dos termos da própria carta, é esta a hipótese que nos parece mais provável.

Segundo informações que gentilmente nos forneceu o Ex.^{mo} Sr. Dr. João de Figueiredo, ilustre Conservador do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, os livros do Professor Edgar Prestage que ali existem, e com data de capa anterior à data da Carta Primeira, de 27.x.1926, são:

«D. Francisco Manuel de Mello» (Coimbra, 1914);

«Crítica contemporânea à Crónica de D. Manuel, de Damião de Goes» (Lisboa, 1914);
1925), e

«The Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668» (Watford, 1925) e

«Relação da Embaixada do Padre Mestre Inácio Mascarenhas à Catalunha em 1641» — Reimpressa da 1.^a edição de 1641 com introdução por Edgar Prestage (Coimbra, 1926).

Bastantes outros trabalhos de maior ou menor vulto, havia porém Edgar Prestage já publicado, entre 1915 e 1926, em Portugal e na Inglaterra, nas respectivas línguas. É possível, no entanto, que não possuísse exemplares nem separatas dos mesmos, ou que não tivessem vindo para Vila Viçosa depois do seu falecimento.

Além daqueles volumes existem ali «The Chronicle of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Azurara» (Watford, 1928) e «Chivalry» (Londres, 1928, ao próximo aparecimento das quais D. Manuel se refere nas cartas 9.^a, de 14.x.1927 e 14.^a, de 16.x.1927; «Afonso de Albuquerque, Governador of India (Watford, 1929); e as «Epanáforas» de D. Francisco Manuel de Melo (Coimbra, 1931), que é o volume cuja oferta D. Manuel agradece na sua carta 23.^a, de 30.x.1931. Só «Chivalry» tem dedicatória, mas sem data, e o mais curioso de tudo é que falta em Vila Viçosa o «Frei Domingos do Rosário», a única obra explicitamente indicada na carta 1.^a

- (2) — *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político (1595-1662)*, Coimbra, 1926. Frei Domingos do Rosário, ou seja o irlandês O'Dally, confessor de D. Luísa de Gusmão, foi em missão de D. João IV à Holanda em 1649, e à França em 1655 e 1656. O Prof. Prestage chama-lhe «homem de raro talento» (*As Relações Diplomáticas*, pág. 63).
- (3) — Francisco de Melo e Torres, conde da Ponte e futuro Marquês de Sande, foi um dos mais activos e felizes diplomatas do período da Restauração. Negociou o casamento da infanta D. Catarina, filha de D. João IV, e conseguiu ainda levar a bom termo, através das maiores dificuldades e oposições, o do rei D. Afonso VI com Mademoiselle d'Aumale, D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Foi embaixador à Inglaterra em 1657, 1660 e 1662. O célebre Clarendon, ministro de Carlos II, considerava-o «um perfeito gentil-

homem» e «pessoa de tão grande integridade, zelo e afeição pelo seu Rei e pelo seu país, que se me afigura em aptidão e competência para os servir superior a todos os mais da sua nação» — (V. Prestage, *ob. cit.*, pág. 169, nota 2).

O códice da correspondência, em grande parte cifrada, entre a Rainha D. Luísa e Francisco de Melo está em Vila Viçosa, e figurou na exposição, realizada no Porto em 1950, dos Livros de D. Manuel II, encontrando-se registado no respectivo Catálogo (para a sua descrição, v. nota (48)). E no livro que o Professor Prestage publicou no ano seguinte à carta de Sampayo, acima reproduzida, *Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668* (Londres, 1925), vem apenas, numa nota, que as «Cartas» foram incluídas na venda da livraria do Conde do Ameal, em Lisboa, em Abril de 1924, e que «pertencem agora a el-Rei D. Manuel». Ignoramos a existência de trabalhos de D. Manuel II acerca da Rainha e do Marquês de Sande.

(4) — O trabalho aludido é o que seria depois publicado com o nome de *Livros Antigos Portugueses da Biblioteca de Sua Majestade Fidelíssima* e a que adiante nos referiremos largamente. Mas para se avaliar qual fosse o pensamento do Rei, transcrevem-se desde já alguns passos da Introdução:

«Quisemos mostrar, ou antes, tornar conhecidos, os nossos livros. O nosso intuito é simples; tentando *dar vida* a esses livros, procuramos deixar ver a obra Portuguesa, especialmente nos séculos XV e XVI, através dos «livros de forma» que foram impressos em Portugal, acompanhando-os de alguns «de penna», e de outros escritos em linguagem, mas publicados fora do país. Os livros são amigos silenciosos e fiéis, junto dos quais se aprende a lição da vida. São o ensinamento, e em muitos casos a prova, da época que se deseja descrever; aqueles que são coevos desses tempos, podemos, certamente, considerá-los como a melhor documentação — exceptuando os manuscritos originais — para essas pesquisas. A meta do nosso esforço é erguer bem alto o nome do nosso país, demonstrar os feitos dos Portugueses e, ser-

vindo a nossa Pátria, «levantar a bandeira dos triunfos dela». É um trabalho sem pretensões, que nada vem dizer de novo, e que nada julga ensinar, mas que, esperamos, provará o nosso amor pela Pátria querida. E se alcançarmos esse fim ambicionado, teremos a consolação suprema de um dever cumprido» (*Livros Antigos*, vol. I, pág. XV).

- (5) — Referência à biblioteca do escritor e bibliófilo Fernando Palha Osório Cabral, autor dum ensaio valioso *O Conde de Castel-Melhor no exílio*. Possuidor de valiosíssima biblioteca e de preciosos MSS., pelos azares da herança essa biblioteca foi vendida em 1928 ao diplomata americano John B. Stetson J.^{or}, filho de mãe portuguesa e grande coleccionador de livros espanhóis e portugueses. J. Stetson J.^{or} ofereceu a biblioteca Palha à Universidade de Harvard, onde se encontra, e que editou alguns dos MSS. Da Biblioteca Palha, depois da morte do seu proprietário em 1896, editou-se um catálogo em língua francesa, em dois volumes, no mesmo ano da morte do seu dono. (Ver também as cartas 3.^a, 4.^a, 5.^a, 6.^a e 20.^a e a nota a esta última).
- (6) — Maggs Brothers, os conhecidos livreiros-antiquários de Londres, que depois editaram a obra de D. Manuel II.
- (7) — Magnífica cabeça de D. Sebastião, de pintor desconhecido, que representa o Rei no vigor da mocidade, com bigode descaído aos cantos da boca e pequena barba em bico. O Rei veste armadura. Esta bela miniatura foi roubada a D. Manuel II, juntamente com outros objectos de valor, poucas semanas antes do seu falecimento. O Prof. Prestage incluiu-a no volume de conferências *Chivalry*.
- (8) — Em 1925 realizou-se no *King's College*, de Londres, onde o Prof. Prestage era, como dissemos antes, professor da Cadeira de «Camões», uma série de conferências públicas sob o tema da Cavalaria, as quais, em 1928, o mesmo ilustre lusófilo reuniu em volume a que deu o título de *Chivalry*. Vários professores do mesmo estabelecimento de ensino escreveram ensaios sobre a Cavalaria em alguns países da Europa, tendo o Prof. Prestage escrito *A Cavalaria em Portugal*.

Como esta carta é de 3.XII.1926, e D. Manuel se refere a tê-la «ouvido no outro dia», é de supor que o Professor Prestage lha tivesse facultado em cópia.

O volume *Chivalry* encontra-se traduzido em português por nós, com o título *A Cavalaria Medieval*, tendo sido editado pela Livraria Civilização, do Porto.

- (9) — «A missão das Ordens militares, no seu conjunto, terminou com a conquista do Algarve. Em muitos casos, uma vida de conforto afrouxou os rigores da disciplina e da austeridade religiosa, o voto de pobreza tornou-se letra morta e, mais tarde, os Cavaleiros obtiveram licença para se casarem. Os homens procuravam ser ali admitidos como modo de vida e para fugirem à jurisdição civil, chegando o braço popular a afirmar nas Cortes de 1472 que até criminosos entravam para as Ordens com esse fim; nas Cortes de 1481 apresentaram-se queixas análogas. Já em 1361 as suas fortalezas se encontravam em ruínas e assim continuavam um século depois (...).

«As Ordens poderiam ter sido salvas desta *débâcle* se fosse possível empregá-las como corpos organizados nas conquistas de além-mar; mas as ideias tinham-se modificado. Em 1456 o papa Calisto III destinou-as a fornecer gente para residir em Ceuta e defendê-la contra os Infiéis, e Pio II repetiu a ordem em 1462, mas o infante D. Fernando, grão-mestre de Cristo e de Santiago, opôs-se à execução das Bulas. Os cavaleiros de categoria consideravam indigno de si passar os seus dias em África, não podendo esperar-se tal exílio voluntário de homens casados. Declararam, por isso, que dissuadiriam os aspirantes de entrarem nas Ordens se lhes fosse imposta essa obrigação, pelo que a lei foi revogada» (E. Prestage, *A Cavalaria Medieval*, pág. 168).

- (10) — «Se a Ordem de Cristo já não representava o papel que as Ordens de Cavalaria desempenharam, não se pode nunca esquecer que é graças aos rendimentos do Mestrado, que as expedições, conquistas e navegações, puderam ter lugar. Era uma outra cruzada. O génio de D. Henrique resolveu o problema como Mestre da Ordem, e se se deve ao Infante

o conhecimento de metade do globo, deve-se esse conhecimento, seguramente em grande parte, ao facto do Infante dispor dos enormes rendimentos da Ordem de Cristo, para fazer face às despesas colossais dos descobrimentos». (*Livros Antigos*, vol. I, pág. 12).

Mas a passagem mais completa dos *Livros Antigos* em que D. Manuel faz referência ao assunto vem no seu comentário histórico à Regra da Ordem de Cristo, vol. I, págs. 172-181.

- (11) — O comandante da célebre «Ala dos Namorados» de Aljubarrota.
- (12) — São estas as palavras com que o Prof. Prestage conclui o seu ensaio:

«A cavalaria em Portugal teve um florescimento tardio pelos fins do século XVI, na pessoa do rei D. Sebastião. D. João III (1521-1557) dedicara as suas energias antes a manter e desenvolver os seus domínios, do que a ampliá-los. Preferiu as empresas missionárias e a colonização do Brasil à guerra. Abandonara mesmo algumas fortalezas africanas, com o fundamento de não valerem a despesa que faziam e os esforços para as conservarem, mas a sua política pacífica não teve a aprovação geral, e o velho espírito cruzado reacendeu-se quando ele morreu.

«Dizia-se que a Índia era um sorvedouro de homens e de dinheiro. Para quê, pois, ir tão longe, quando o inimigo secular se encontrava ao pé da porta, e Marrocos produzia trigo bastante para compensar o déficit nacional? D. Sebastião foi educado nesta corrente de espírito e levou-a ao exagero. Desde a infância alimentara a ambição de ser capitão de Cristo, sentindo que fora chamado para ser o campeão da Cruz em África. Os homens de letras porfiavam em confirmar a sua ideia fixa, prometendo-lhe outra coroa naquelas terras. Entre eles encontrava-se Camões, que, apesar de velho e de saúde depauperada, ofereceu a espada ao jovem entusiasta. O rei esforçou-se imenso por se mostrar digno da sua vocação: exercitou o corpo com toda a espécie de exercícios rudes, afrontou perigos em terra e no mar, e,

como Galaaz, manteve-se casto até final. Têm-no comparado ao Santo Condéstavel, mas há uma diferença entre eles: este possuía as virtudes da humildade e da prudência, ao passo que D. Sebastião era vaidoso, imprudente e teimoso. O Papa, os parentes, prelados piedosos e padres, soldados experimentados e os representantes da cidade de Lisboa, todos se esforçaram por persuadi-lo de ser inoportuna uma expedição à África. Mesmo que Marrocos se conquistasse, não podia conservar-se, não havendo o direito de arriscar a sua vida antes de se casar e poder deixar um filho que lhe sucedesse se morresse na guerra. A estes conselhos não prestou atenção, apodando de cobardes os seus conselheiros, sentindo-se uma pessoa tentada a aplicar-lhe a sentença: «*Quem Deus vult perdere, prius dementat*». Mas nós, cristãos, não podemos responsabilizar Deus pelos nossos erros, e os Portugueses acharam que o desastre de Alcácer aconteceu por causa dos pecados da Nação. Os que se cometeram no Oriente são relatados com minúcia por S. Francisco Xavier nas suas cartas, e pelos escritores coevos, que não poupam os próprios compatriotas. Na oração fúnebre do rei, frei Miguel dos Santos disse, com verdade, que a responsabilidade tinha de ser partilhada por todos, não sendo expiação bastante perder Portugal as suas colónias mais ricas; só podia dar inteira satisfação com a perda da sua independência.

«No combate, D. Sebastião mostrou a bravura de um cavaleiro andante, morrendo como um herói de romance, mas total incapacidade de comando: em duas horas, a 4 de Agosto de 1578, o seu pequeno exército, cercado por hoste imensa de mouros, foi aniquilado. Pouco mais de 50 homens escaparam à morte ou ao cativoiro. Os Portugueses deram provas da sua lealdade sem paralelo ao seguirem tal chefe, pois muitos não tinham dúvidas quanto aos resultados. Tal foi o fim do que pode chamar-se a última Cruzada.

«Trinta anos antes o historiador João de Barros dissera que Deus dotara os seus compatriotas com o dom especial, acima de todas as nações, de defensores da Fé e da lealdade ao serviço dos seus reis» (*Ob. cit.*, págs. 182-3).

- (13) — O estudo acerca de Mateus de Pisano ocupa no vol. 1 dos *Livros Antigos* as págs. 1-13. Acompanha-o uma admirável reprodução da primeira página do MS., onde a capital inicial do texto é uma iluminura lindíssima, dentro da qual se abrem as armas de D. Afonso V, que eram as de D. João I, figurando a página dentro de uma cercadura do mais belo efeito e do mais fino gosto artístico.

D. Manuel resume o pouco que se sabe do autor, a quem Zurara chamou «hum dos suficientes Filósofos, e Ora-dores que em seus dias concorreram na Cristandade», fazendo depois a história da conquista de Ceuta.

Aventa o Rei a hipótese de que «este velho códice tenha sido oferecido por Pisano ao seu antigo discípulo (D. Afonso V), no qual talvez o Rei, a quem a história deu o cognome de «Africano», tenha lido em Latim e com entusiasmo, as façanhas da guerra e tomada de Ceuta!» (pág. 4).

- (14) — No *Leal Conselheiro* (ed. do Visconde de Santarém, Paris, 1842, pág. 105), escreveu D. Duarte:

«A guerra dos Mouros tenhamos que he bem de a fazer, pois que a Sancta Igreja assy o determina, e nom da lugar a fraqueza do coraçom que faça conciencia onde haver se nom deve. E sobre ella eu vy fazer hũa questom que por elles se dezia seer feita, em esta guisa. Diziam, por que razom fariamos contra elles pelleja, ou moveriamos guerra, pois soportavamos antre nos vyverem judeus e outros Mouros taaes como elles? Ca se todos aquelles primeiro matasemos ou tomasemos a nossa ley, razoado lhes parecia que os guerreassemos; mas soportar estes, e matar a elles, por lhes ocupar e filhar as terras, nom parecia justamente feita.

«A qual respondo, que assi como elles per poderio temporal e deliberaçom de suas vontades contradizem nossa fe, daquella guisa perteece aos Senhores contrariar ao temporal poderio, e poellos de so a obediencia da Sancta Igreja, em a qual ella nom os manda forçar pera filharem nossa ley, mas quer que sejam de tal guisa sogeitos que, se alguñs a ella se quizerem tornar, livremente o poderem fazer, e per os

outros aos xpaãos nojo ou mal se nom faça; e porem muy justamente nos e todos senhores catholicos lhe devemos fazer guerra pera tornar suas terras a obediência da Sancta madre Igreja, e poer em liberdade todos aquelles, que a nossa fe quizerem viir, que livremente os possam fazer, e os outros aos xpaãos nam façam empecimento; e desque som em nosso poder, nam he razom fazerlhes mais prema da que per o Sancto Padre for mandado. Porque assy como cada huñ dia contra os desobedientes aos mandados da Sancta Igreja somos chamados em ajuda de braço sagral, e desque os fazemos obedecer, a ella pertece determinar o que delles se faça; dessa guisa com muyto mayor rezom pera restituir as terras, em que o nome de Nosso Senhor Jhũ Xpõ foi louvado, que per os infiees per temporal poderio som forçosamente occupados, o Sancto Padre muy dereitamente nos requiere, e com prometymento de tantas perdoanças nos enduz pera fazermos tal guerra, da qual seer justa pessoa (*sic*) fiel contra seu mandado nom deve haver duvida, com tanto que o procedimento della seja com boa teençom, e justamente feito per taaes pessoas a que convenha».

- (15) — Trata-se de D. Maria do Patrocínio Van-Zeller Palha, sobrinha e herdeira de Fernando Palha, já falecida. Segundo o conceituado livreiro antiquário de Lisboa, Ex.^{mo} Snr. João da Silva Coelho, a venda da biblioteca Palha já se teria efectuado, talvez em 1925, ficando porém secreta. Mas a Ex.^{ma} Sr.^a D. Conceição Van-Zeller Borges Gil, outra sobrinha de Fernando Palha e ela própria grande bibliófila, que muito gentilmente nos atendeu, garantiu-nos que a venda tinha sido em 1928.
- (16) — O *itálico* é de D. Manuel, e é eloquentíssimo sobre a sua clarividência e acrisolado patriotismo.
- (17) — D. António Maria de Lencastre, antigo médico do Paço das Necessidades, lente da Escola Naval, professor do Instituto de Medicina Tropical e secretário geral da Assistência Nacional aos Tuberculosos, fundada pela Senhora D. Amélia de Orleães, rainha de Portugal. Foi notável cientista, de renome europeu.

- (18) — Referência à tradução inglesa que o Prof. Prestage fez dos nossos dois cronistas, publicada com introdução sua em Watford em 1928, com o título: *The Chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara*.
- (19) — É um busto do rei D. João I, representando o Monarca no vigor da vida, de face glabra, de mãos erguidas em atitude orante, com um barrete de copa alta e aba curta, de cor negra, apenas traçado a meio por uma estreita fita dourada. Acaba de ser adquirido para o Museu de Arte Antiga, de Lisboa.
- (20) — É a tradução inglesa da célebre carta do Marquês de Santilhana ao filho do infante-regente D. Pedro.
- (21) — Director da Imprensa da Universidade de Cambridge e autor do artigo *El-Rei e os seus livros*, inserto no vol. III dos *Livros Antigos Portugueses*. D. Manuel II reconhece-o «autoridade eminente sobre a *nobre arte impressoria*». (Vol. I, pág. XI — «Proemio de Louvores»).
- (22) — D. Manuel II, no mesmo «Proemio de Louvores» com que abre o vol. I dos *Livros Antigos*, refere-se-lhe nestes termos: «Ao mesmo tempo queremos manifestar o nosso reconhecimento ao Dr. Maurice L. Ettinghausen, cujos vastíssimos conhecimentos nos foram especialmente úteis e valiosos». Nascido em Paris em 1883, Maurice Léon Ettinghausen estudou em Oxford e na Sorbonne, doutorando-se em filosofia, e publicou valiosos estudos em inglês e alemão.
- (23) — O estudo acerca das *Constituições do Arcebispado de Lisboa* encontra-se a págs. 525-41. Depois de descrever a composição do volume, faz um resumo da história da diocese de Lisboa desde as suas origens nebulosas até ao cardeal-arcebispo D. Afonso, irmão de João III, com a enumeração dos mais importantes dos prelados lisbonenses.
- (24) — O problema dos Judeus preocupou muito D. Manuel II, que a cada passo, e sempre que tal vem a propósito, se lhe refere. Por falta das cartas do Prof. Prestage, ignoramos qual fosse o ponto de vista do ilustre lusófilo acerca dos Judeus. Todavia, pelo tom em que D. Manuel II lhe responde, verifica-se haver divergência de opiniões, divergência que o Monarca, aliás, procura justificar.

É ao referir-se ao livro célebre de Samuel Usque, *Conso-
lação às Tribulações de Israel*, obra raríssima editada em
Ferrara em 1553 (ou, segundo a cronologia hebraica, 5313
da criação do Mundo) por Abraão Usque, que D. Manuel
compendia tudo o que pôde apurar acerca dos Judeus e da
sua permanência em Portugal até à grande chacina de Lisboa
em 1506. Sinceramente crente, mas sem o fanatismo de que,
em anos ainda recentes, certa propaganda o acusava, mos-
tra-se, nesse longo estudo de 75 páginas, não só perfeitamente
ao par das vicissitudes do povo hebraico no decurso dos
séculos em Portugal, mas também imparcial em absoluto,
como verdadeiro historiador.

Apoiado em vasta bibliografia, não só nacional (Ribeiro
dos Santos, Herculano, Mendes dos Remédios e J. Lúcio
de Azevedo), como estrangeira (Kayserling, Steinschneider,
Wellhausen, Abraão Geiger e outros), acompanha o Rei
a vária fortuna dos Judeus desde a fundação de Portugal
até à época em que maior se tornou a má-vontade contra as
gentes «de nação», procurando justificá-la pelas violências,
extorsões e crimes dos judeus que desprezavam a legislação
que lhes dizia respeito e até a desrespeitavam, o que no decurso
dos séculos fez avolumar o ódio popular contra eles, tradu-
zido, primeiro, em queixas apresentadas aos Reis em Cortes,
as mais violentas das quais foram as de 1490; depois, em
motins que deixavam presagiar o extravazer dos ódios incon-
tidos nos morticínios de 1506.

Nota-se, da parte de D. Manuel II, o desejo de consi-
derar o problema com objectividade, o que nos parece ter
conseguido, porquanto, se explica as razões do ódio popular
aós Judeus, não só por motivos religiosos, mas também por
outros de ordem económica, por outro lado comina em lin-
guagem enérgica as violências cometidas para com os Hebreus,
cuja sorte lamenta. Evidentemente que aos olhos do historia-
dor de hoje, o problema dos Judeus não pode considerar-se
como no passado. Como D. Manuel II acentua, muito do
sentimentalismo meridional tem-se sobreposto à visão serena
dos factos. Não podemos transportar para o julgamento de

acontecimentos do passado os preconceitos ou as ideias dos nossos dias. Tampouco parece lícito encará-los unilateralmente, isto é, atacar ou defender as razões de um dos campos, sem se procurar estudar e compreender as do outro. D. Manuel II, espírito liberal e compreensivo, que viveu largos anos da sua vida em meios muito mais vastos e tolerantes do que o nosso, em particular na tolerante Inglaterra, recebeu disso forte influxo que lhe moldou a inteligência por forma a impedi-lo de pôr nos seus juízos a paixão, o calor e o sectarismo que são de uso, ainda hoje, em Portugal, embora, convenhamos, o nosso povo não tenha nada daquela paixão fortemente afirmativa que Oliveira Martins assinala nos Espanhóis, por oposição à nossa brandura e melancolia.

É interessante, portanto, salientar o modo como o último Rei de Portugal se refere aos seus antecessores que, na maior parte dos casos, desprezavam as queixas do povo contra os Judeus pelo facto de neles terem um auxiliar precioso a que recorrer nos embaraços financeiros, que sempre foram a grande chaga do nosso País até anos muito recentes. Evidentemente que tal atitude reveste aos nossos olhos um carácter de antipatia, porquanto os próprios Reis viam nos Judeus os inimigos da Religião Cristã, negadores sistemáticos da divindade de Cristo e historicamente responsáveis pela morte do «Filho do Homem». Tampouco lhes ignoravam as extorsões e vexames e até o desrespeito pelas leis correntes, que, entre outras obrigações (não interessa aqui se vexatórias), lhes impunham a de usarem sinais distintivos para se não confundirem com a população em cujo seio viviam.

E, apesar de tudo isso, escolhiam-nos para seus tesoureiros, para seus médicos, para seus astrólogos, sempre que as conveniências do momento lho aconselhavam. Salienta D. Manuel II as reclamações populares feitas em Cortes, a que os Reis às vezes faziam «ouvidos de mercador», o que contribuía mais ainda para avolumar o ódio do povo aos Judeus, por os julgar protegidos pelos Monarcas.

«A profunda inimizade contra os Hebreus em Portugal — escreve D. Manuel II — teve a sua origem na dife-

rença das raças e das religiões: a essa causa, juntou-se a malevolência devida à usura dos sectários da lei de Moisés na sua gerência das rendas públicas; e as vexações e os abusos por eles cometidos transformaram, fàcilmente, o aborrecimento do povo em ódio e num desejo ardente de vingança» (pág. 310).

De todo o largo período decorrido entre a fundação de Portugal e o estabelecimento da Inquisição — 4 séculos —, duas épocas houve em que o ódio ao Hebreu revestiu foros de sensacional. A primeira foi durante a crise do interregno por morte de D. Fernando, quando os Judeus puseram o seu dinheiro à disposição de D. Leonor Teles e do partido castelhano, o que não podia deixar de ter a sua contrapartida no ódio que a «arraia miúda» votava à «aleivosa» e aos «castelãos». Explica D. Manuel II as simpatias da Rainha pelos Judeus no facto de ela saber «que tanto ela como os Judeus eram odiados pelo povo», sendo, portanto, «natural que as suas simpatias se inclinassem para os inimigos dos seus inimigos, sobretudo quando eles eram ricos, e a podiam auxiliar. Pelas mesmas razões, pode-se calcular que os Judeus apoiavam a mulher de D. Fernando. Mas nesse pacto tácito entre D. Leonor (...) e os sectários do judaísmo, o povo via um novo motivo para odiar os Judeus» (pág. 313).

Está ainda por estudar em profundidade esta faceta da revolução popular dos fins do século XIV, de que, salvante pequenos estudos parcelares recentes, apenas se têm estudado as linhas gerais, com parcialidade e retórica. D. Manuel II dedica-lhe alguma atenção, sendo de lamentar que a escassez do espaço não lhe permitisse desenvolver o seu estudo. Todavia, a sua opinião é fundamentada por historiadores probos, como Mendes dos Remédios e J. Lúcio de Azevedo, que, em boa justiça, não podemos acusar de antipatia pelos Judeus. Estes, se não em globo, ao menos pela mão dos seus elementos mais categorizados, prestaram ajuda substancial a D. Leonor, que, como é sabido, quando o Rei de Castela, seu genro, a prendeu por tentativa de assassinio na sua pessoa, teve por cúmplice e por conselheiro um judeu, que,

como sempre em casos análogos os Judeus procederam, uma vez descoberto, se mostrou duma cobardia notável. «No estado de exaltação dos espíritos — escreve D. Manuel II — era natural que o povo, vendo a atitude desses Hebreus que considerava como os chefes da comunidade, pensasse, sinceramente, que todos os Judeus seguiam a mesma orientação. Por consequência, aos motivos tradicionais, juntava-se uma nova e importantíssima causa de rancor: o sentimento da defesa da nacionalidade» (pág. 317).

E, depois de se demorar a explicar as razões que levariam os Judeus a enfileirar no partido de D. Leonor (ou, pelo menos, a auxiliá-la financeiramente), — desculpando, de certo modo, esses estrangeiros com a atitude de tantos fidalgos portugueses que a apoiavam e ao Castelhana —, o Monarca prossegue:

«Os Judeus, pensando no interesse, e julgando o futuro assegurado, seguiram o partido que imaginaram ser o mais poderoso, lhes oferecer maior segurança, e lhes garantir melhores proveitos. As razões que apresentamos, mostram, a nosso ver, os motivos, até certo ponto plausíveis, da atitude dos Hebreus. Contudo, como é natural, esses argumentos não podiam desculpá-los perante os Portugueses, que ardentemente lutavam pela causa do Mestre de Avis. Os Judeus, habitualmente tão perspicazes, cometeram um erro grave, pois permitiram que entre o povo, se estabelecesse — com ou sem razão — a crença de que tinham sido contrários à fundação da dinastia de Avis — crença que acrescentou um novo e sólido motivo de ódio ao longo rol dos que já existiam. Certamente, aqueles que tudo tinham sacrificado para salvar o país do jugo de Castela, não esqueciam o attitude dos Judeus. E quem sabe as consequências que esse sentimento veio a ter para os Israelitas no futuro?

«A culpa foi toda dos Judeus? Não cremos: parte dela recai sobre os Portugueses, que apoiaram primeiro D. Leonor e depois o Castelhana. Mas os que tinham sofrido os vexames e as usuras dos Hebreus, não pensavam nas culpas dos compatriotas, e só se lembravam da attitude dos seus

opressores. A esse rancor vinha juntar-se mais um sentimento: o desprezo dos bons Portugueses pelo medo dos Judeus» (pág. 320).

Pareceria, depois de tudo isto, que, uma vez firmado no trono, D. João I seria um perseguidor dos Judeus. Mas, pelo contrário, ele «mostrou uma grande e inteligente tolerância» (pág. 323) e «promulgou medidas que protegiam o comércio e a indústria dos Judeus, e outras para reprimir o abuso das denúncias feitas contra eles por comprarem ouro, prata ou moedas, o que lhes era proibido sem licença régia» (pág. 325).

Daí o ressurgir a antiga prosperidade e, com ela, o abuso, do mesmo passo que a brandura com que em Portugal eram tratados atraía aqui judeus de regiões menos tolerantes, como, por exemplo, Castela, os quais afluíam ao nosso País em número cada vez maior. E entra-se então na segunda época das grandes perseguições, que se inicia nos princípios da dinastia de Avis e termina com a introdução da Inquisição em 1540.

«Os Israelitas multiplicavam-se com uma rapidez verdadeiramente bíblica, e o seu número, crescendo velozmente, aumentava a sua força e influência. Esse desenvolvimento também se tornava cada vez maior, por causa da penetração constante dos Judeus de Espanha, que, para escapar às perseguições que sofriam em Castela e Aragão, emigravam para Portugal. Pouco a pouco, os Hebreus, com as suas qualidades e os seus defeitos, acabariam por exercer um tal domínio no país, que transformariam a chamada questão dos Judeus num verdadeiro problema político e social» (pág. 326).

Mas a tolerância de D. João I não o fazia ignorar os males que, dentro das ideias do tempo e do fanatismo dominante, poderiam advir ao país, começando a aplicar providências coercivas, como a de 1406, pela qual os bens dos judeus que os não manifestassem por escrito seriam confiscados para o tesouro real, providência que hoje nos parece despótica, embora em nossos dias tenhamos visto actos muitíssimo mais violentos decretados em nome do bem comum.

«É possível — continua D. Manuel II — que esta medida fosse severa, mas os Judeus, tratados com tanta generosidade por D. João I, não só não deviam queixar-se, mas podiam dar graças ao Deus de Israel pela forma tão benévola como o Soberano se tinha havido com eles. O longo e brilhante reinado do fundador da dinastia de Avis foi, na verdade, uma época feliz para os Hebreus Portugueses; por desdita, os seus defeitos, que em grande parte eram a consequência das suas notáveis qualidades, não lhes deixaram ver as nuvens ameaçadoras que se levantavam no horizonte, nuvens vindas de Espanha, e que, juntas às que já pairavam em Portugal, iam desencadear sobre eles uma violenta tempestade» (pág. 327).

E continua: «A terrível chacina de Sevilha de 1391, e as que se lhe seguiram em diversas cidades de Castela e Aragão, deviam-lhes ter servido de doloroso exemplo, e mostrado o que se preparava em Espanha. Ao mesmo tempo, infelizmente para eles, não compreenderam que o influxo dos correligionários dos outros dois reinos não podia senão desenvolver o rancor que já havia profundamente arraigado no povo Português. Existiam, por consequência, motivos fundados para a malevolência dos Portugueses, que viam, com séria e justificada apreensão, a invasão, a invasão gradual dos Hebreus. A assimilação era impossível, porque os Judeus queriam — como sempre quiseram — manter uma nação sem território; em Portugal, essa situação era especialmente grave e perigosa, porque o capital monetário estava, quase inteiramente, nas mãos dos sectários do Judaísmo, incompatibilizados com o povo Português por inúmeras razões, religiosas, políticas, sociais e de interesses» (*loc. cit.*).

«Os Hebreus — acentua —, além dos seus muitos predicados, possuem uma qualidade que respeitamos — quase diríamos que invejamos — e que é uma das suas maiores forças: o seu admirável espírito de solidariedade, cujo exemplo não foi, nem é, desgraçadamente, seguido pelos outros povos! Para a situação em Portugal no século XV, essa qualidade era mais um perigo, e bem sério.»

E adiante: «No nosso país, a raça hebreia podia comparar-se a uma hera vigorosa, cujos ramos sarmentosos trepavam sempre, enroscando a árvore Portuguesa. Viçosa, a hera crescia depressa, às vezes, quando queria abraçar toda a rama da grande árvore, cortavam-lhe alguns rebentos, mas a seiva era tanta, que os renovos subiam rapidamente, enrolando-se aos ramos mais altos. Sem dúvida, ela sustentava alguns troncos que os anos tinham feito apodrecer; mas, pouco a pouco, a forte e tenaz trepadeira acabava por abafar completamente a árvore Portuguesa, e então sucederia o que se vê tão frequentemente na natureza: uma árvore, às vezes gigantesca, seca e ôca, mas recoberta da verdura fresca e viva de hera que a abraçou» (pág. 328).

No reinado de D. Afonso V — que D. Manuel II considera «o período áureo (...) do Judaísmo em Portugal durante a dinastia de Avis» (pág. 329), a brandura excessiva do Rei, «que, sempre em apuros de dinheiro, tratava os Hebreus com extrema benevolência, era a causa principal do poderio de que eles gozavam então».

E continua: «O luxo dos Judeus, sobretudo em Lisboa, era escandaloso, e a ostentação de tanta riqueza ofendia a população cristã, oprimida pelas exações dos cobradores dos impostos; andavam vestidos de sedas e veludos, cobertos de pedrarias; montavam soberbos cavalos das melhores raças, ou belas mulas resistentes, adereçadas com valiosos arreios: usavam à cinta espadas damasquinas cujos copos e bainhas eram finamente cinzeladas, ou cravadas de pedras preciosas. Contudo, o que mais revoltava a população, no meio de esse fausto excessivo, era que os Judeus já não traziam os distintivos que a lei — tantas vezes decretada e ainda mais vezes esquecida — os obrigava a usar. Arrogantes, faziam o que queriam, e viviam como e onde queriam, sem se importar com as restrições que lhes tinham sido impostas. Além disso, a sua decadência religiosa era profunda, como o confessam os historiadores correligionários (...); já não festejavam nem os sábados nem os dias de festa, e os rabinos calavam-se com medo dos Israelitas mais ricos. O orgulho, a ambição e o

luxo cegavam-nos; não viam, por consequência, que a sua atitude os levaria à ruína, e que, breve, nenhum dique poderia represar a onda do asco popular. Essa indignação lavrava especialmente contra a comuna israelita de Lisboa, a mais importante do país, e cujos grandes bens provinham do seu comércio de dinheiro e de mercadorias; além dos vexames e exacções, a população não esquecia nem perdoava a atitude dos sectários da lei de Moisés durante a regência de D. Leonor e as lutas e guerras pela independência de Portugal» (pág. 330).

Ao subir D. João II ao trono, o Monarca que «tinha — como Príncipe que faria honra a Maquiavelo — uma completa falta de escrúpulos (...), em vista da atitude que adoptou e seguiu, e das medidas que deliberadamente tomou acerca dos Judeus, tornou-se, como Soberano absoluto que era, o verdadeiro responsável dos resultados de essas medidas, e como efeito disso, de certas provisões que o seu sucessor se viu obrigado a promulgar — por causa das quais D. Manuel tem sido tão injustamente atacado — e que não foram senão a consequência lógica e inevitável da política do Príncipe Perfeito» (pág. 334).

O povo protestava contra os Judeus, mas o Rei, «se precisava do apoio do povo para a sua luta contra a nobreza, também carecia dos serviços e do dinheiro dos Judeus para muitos dos seus empreendimentos; por consequência não dava ouvidos às reclamações dos povos, que, não podendo compreender a sua política, continuaram, e com maior violência, a protestar contra os Judeus».

«Em 1490 a nobreza já estava abatida e humilhada, e nessa operação, muitas vezes cruel, o sangue tinha corrido tão abundantemente, que a classe dos grandes ficara esgotada e sem forças. O povo, tanta vez molestado pelos fidalgos, aprovara os actos do Monarca, especialmente porque, na sua lealdade, via que eles tinham sido necessários para o engrandecimento do poder real. Mas, mesmo se o povo era hostil à nobreza, esse sentimento, mais ou menos justificado, não se podia comparar ao rancor que sentia pelos Judeus. Os

grandes, nobres, ou fidalgos, não teriam senão vícios e defeitos; mas, ao menos, eram Portugueses e Cristãos que, desde a fundação da Monarquia, tinham sabido sacrificar-se pela causa sagrada da Pátria, enquanto que os Judeus eram a raça estranha que o povo, profunda e ingenuamente crente na fé de Cristo, e patriota até à medula dos ossos, odiava, não só porque escandalizava os seus mais íntimos sentimentos, mas porque o vexava e oprimia» (pág. 336).

Entretanto em Espanha a questão judaica atingira o seu auge com a expulsão dos Judeus, que, forçados a emigrar, optaram, em grande parte, pelo nosso país, considerado então ideal (*ein sehr glückliches Land*, chama-lhe o historiador hebreu Kayserling) para se viver sendo judeu.

«Em Portugal ninguém os queria, exceptuando D. João II, cuja atitude era devida exclusivamente a interesses financeiros. O povo, que o domínio dos Judeus exacerbava, e contra o qual protestara tão violentamente nas Cortes de 1490, deve ter estremecido de horror ao pensar que o reino ia ser invadido pelos Judeus de Espanha: os Cristãos de todas as classes, mesmo os menos fanáticos, não podiam ver sem sérias apreensões o influxo assustador que se preparava, dos sectários de uma religião *infidel*: os bons Portugueses deviam certamente reflectir nos perigos que semelhante enchente havia de acarretar para a nação e os seus habitantes, e na convulsão que seria causada pelo acréscimo súbito e desproporcionado, apesar de temporário, da população do reino — convulsão não só económica mas religiosa, visto que esse acréscimo ia ser produzido pela raça judaica. Os próprios Judeus Portugueses receavam a invasão dos correligionários dos reinos vizinhos, e pediam a D. João II que a não consentisse» (pág. 342).

«A política seguida pelo Príncipe Perfeito nessa ocasião, contra a opinião geral, é difícil de defender ou de explicar favoravelmente.

«Causa surpresa que, no momento em que os Reis Católicos queriam cimentar a unidade da Espanha, uniformizando a sua confissão religiosa, D. João acolhesse, a troco de

dinheiro, muitas dezenas de milhares de Judeus, o que vinha engrossar ainda mais a massa dos que já formavam em Portugal um apêndice exorbitante para o todo. Porém, quem sabe quais seriam os planos que D. João escondia ou dissimulava?» (pág. 343).

A despeito dos avisos prudentes do seu Conselho, que se pronunciou contra a admissão dos judeus expulsos de Espanha, D. João II autorizou-a, porque «queria o dinheiro dos desgraçados Israelitas para encher os seus cofres» (pág. 344).

«Se até então o povo já tinha manifestado por todas as formas o seu rancor aos sectários da lei de Moisés, calcula-se facilmente a indignação profunda que deve ter lavrado entre o vulgo, vendo as levas numerosas de Judeus estrangeiros que chegavam ao reino.

«A passagem dos desgraçados Hebreus banidos de Espanha pelas terras que atravessavam na sua dolorosa peregrinação, devia parecer como a de uma praga de gafanhotos. Miserável na sua maioria — pois, se havia os Judeus opulentos, havia também os Judeus pobres como Job — aquele imenso rebanho avançava; era uma caravana sem fim, que ao entrar no reino, devia pagar a peso de ouro a hospitalidade que D. João II lhes vendia! Temos a maior compaixão desses infelizes que eram fiéis à sua fé, mas temos igualmente um dó infinito das populações cristãs que viam a sua terra invadida por uma raça adventícia e odiada, que, além de outros males, trazia consigo a peste devastadora» (pág. 347).

Censura D. Manuel II a atitude do seu antepassado para com os Judeus imigrados, que, «além de ser nociva à nação, foi indubitavelmente cruel e desleal» (pág. 349), e, ao relatar a entrada em cena do seu homónimo, refere-se ao *Príncipe Perfeito*, nestes termos:

«A 25 de Outubro de 1495 falecia D. João II, e subia ao trono D. Manuel, Duque de Beja. Não há dúvida que este Monarca tem sido um dos mais atacados da nossa história; se quiséssemos transcrever aqui a ladainha de epítetos injuriosos e injustos que inúmeros escritores dedicaram ao

Venturoso, seriam necessários cadernos de papel. Alguns, sinceramente investiram com ele por não aprovarem o seu procedimento; mas muitos, professando por D. João II uma admiração nem sempre sentida, erguem ao alto a figura do Príncipe Perfeito, para poderem rebaixar a do sucessor. Na verdade, com mágua o dizemos, são numerosos os autores cujo entusiasmo por El-Rei D. João II não foi inspirado pelos seus relevantes serviços à Pátria, a sua reconstrução do reino, as suas admiráveis empresas, a sua política genial, mas pela «democracia» que lhe querem atribuir — mascarando a sua figura de Senhor absoluto por excelência — pela sua luta cruel contra a nobreza. Existem, infelizmente, pessoas para as quais o maior título de glória daquele grande Rei, é ter mandado degolar o Duque de Bragança em Évora, e ter apunhalado, por suas próprias mãos, o Duque de Viseu em Setúbal! Por isso, coroam de louros e aplaudem entusiasticamente o Soberano que derramou ou mandou derramar tanto sangue fidalgo, visto terem encontrado um pretexto para a divulgação de ideias deletérias e propagandas nocivas» (pág. 356).

E a seguir passa a justificar a atitude do *Venturoso* em relação aos Judeus:

«O novo Monarca recebia uma grande herança, mas difícil. Se D. Manuel ia colher os frutos da colossal sementeira de D. João, se podia aproveitar os resultados da política genial do Príncipe Perfeito, herdava também as consequências dos erros cometidos pelo seu antecessor, especialmente na questão dos Judeus. Pondo de lado o sentimentalismo — que passados quatro séculos de pouco serve — gostaríamos de saber o que teriam feito, se estivessem no lugar do Soberano, todos aqueles que escreveram resmas de papel para arremeter violentamente contra D. Manuel por ter decretado a expulsão dos Judeus.

«Um dos primeiros actos de D. Manuel — acto de humanidade e de justiça — foi libertar os Judeus que tinham sido cruelmente reduzidos à condição de escravos no reinado anterior (...).

«Mas a política tolerante e benévola de D. Manuel ia breve modificar-se completamente devido a circunstâncias e interesses tão graves para a nação, que não hesitamos em denominá-los razões de Estado.

«D. Manuel, ao subir ao trono, tinha diante de si três graves problemas, principalmente: o seu casamento — que, ao mesmo tempo, representasse uma aliança útil e proveitosa para o país — a continuidade dos descobrimentos, e a questão dos Judeus» (págs. 358-9).

Vale a pena transcrever a página em que D. Manuel II, com mal velado calor, defende, engenhosamente, a memória do seu antepassado e homónimo:

«Sem ser um génio como D. João II, D. Manuel era inteligente, muito culto, e conhecia bem história, sobretudo a de Portugal; além destes predicados, era, como diz Góis, 'muí prudente, de claro, & bõ juizo' (...). Por consequência — mesmo que D. João II nunca tivesse dado ao sucessor o inspirado conselho do casamento com D. Isabel — o Venturoso não podia deixar de realizar as enormes vantagens do matrimónio com a filha dos Reis Católicos. Para prosseguir com os descobrimentos, mantendo a política de sigilo absolutamente necessária à continuidade da empresa, D. Manuel precisava de estar em paz, paz sòlidamente firmada, com os vizinhos, sobretudo agora que a América tinha sido descoberta, e que Fernando e Isabel estavam triunfantes. O casamento com a filha, possível herdeira presuntiva, impunha-se ao 'muí prudente' D. Manuel. Uma curiosíssima carta de Gutierre Gomez de Fuensalida, Embaixador dos Reis Católicos junto do Imperador, escrita de Friburgo a Fernando e Isabel no dia 7 de Julho de 1498, prova que D. Manuel tivera poderosos e justificados motivos de casar com a Princesa Espanhola.

«Fuensalida conta uma conversa que teve com Maximiliano, na qual o Imperador lhe disse que ele era o legítimo herdeiro do reino de Portugal, visto que sua mãe era filha de D. Duarte, e que, em Portugal, não havendo directa descendência masculina, as filhas herdavam: ora tendo fale-

cido o Príncipe D. Afonso, disse que informara D. João II dos seus direitos ao reino de Portugal. Mas o Embaixador retorquiu que nem o Imperador nem os Reis que tinham reinado em Portugal desde o Mestre de Avis, tinham o mínimo direito à coroa Portuguesa, pois esse direito pertencia aos Reis Católicos, cujo bisavô D. João de Castela casara com D. Beatriz, filha única d'El-Rei D. Fernando.

«Porém Maximiliano não se convenceu, e insistiu que era o verdadeiro herdeiro, por ser filho de uma filha de um Rei de Portugal, enquanto D. Manuel era apenas o descendente de um ramo mais afastado. Por consequência, exigia que os Reis Católicos declarassem quem devia receber a sucessão do reino de Portugal no caso de D. Manuel só ter filhas, pois não consentiria, como desde já não consentia, que uma filha de D. Manuel herdasse a coroa, visto que a Imperatriz sua mãe tinha tido mais direitos ao trono de Portugal do que qualquer filha de D. Manuel pudesse vir a ter. Contudo o Imperador acrescentou que não se opunha aos direitos do Monarca Português ou dos filhos varões que viesse a ter, pois queria ser agradável aos Reis Católicos, de quem D. Manuel, pelo seu casamento, era filho» (...).

«As pretensões do Rei dos Romanos podiam facilmente ter-se transformado em sérios perigos, se Fernando e Isabel tivessem dado ouvidos, temporariamente que fosse, às suas extraordinárias reclamações. Certamente, os Reis de Espanha não pensavam naquele momento em conquistar Portugal, que, segundo Fuensalida, lhes pertencia; mas, podia-lhes ter convido, por inúmeros motivos, criar graves embaraços a D. Manuel.

«Muitos historiadores dizem que o casamento do Monarca com D. Isabel foi devido à sua paixão por essa Princesa. Não cremos, porque D. Manuel não era um apaixonado (...). O tal amor do Venturoso pela viúva do infeliz Príncipe D. Afonso teria sido uma coincidência notável, pois, habitualmente, as paixões reais não se harmonizam com os interesses do país. Hipóteses, como esta pres-

tam-se, sem dúvida, a frases muito belas, mas transtornam a história, e são a causa de conclusões erradas, ou injustas, sobretudo quando os escritores se deixam inspirar pelo sentimentalismo» (págs. 359-61).

Mas os Reis Católicos vêm ao encontro dos desejos de D. Manuel, oferecendo-lhe a mão da filha; simplesmente esta era D. Maria (com quem, aliás, D. Manuel casou mais tarde) e não D. Isabel, a viúva de D. Afonso, «a possível herdeira do trono de Castela; por isso, o Monarca, adoptando o plano seguido pelo Príncipe Perfeito, devia, como Rei de Portugal, empregar todos os meios para obter a mão de D. Isabel.

«Os Reis Católicos acederam ao desejo de D. Manuel, mas impondo duas condições: entrar numa liga contra a França, e expulsar os Judeus de Portugal» (pág. 361).

Quanto à liga, D. Manuel escusou-se, como mandava a boa política, embora prometendo auxiliar os RR. CC. se o Rei de França invadissem a Espanha. Pelo que diz respeito aos Judeus, o caso mudava de figura, pois a Princesa fez nisso finca-pé: só casaria, uma vez expulsos os Judeus do nosso País.

«Desde a morte do Príncipe D. Afonso, D. Isabel tinha vivido como uma religiosa, jejuando e submetendo-se a tantas penitências, que a sua saúde se havia ressentido desse excesso de mortificações (...). Sem demasiada imaginação, é lícito supor que os conselheiros da Princesa lhe mostraram que devia aceitar a coroa, mesmo se essa decisão representasse um grande sacrifício, porque, se exigisse, como condição essencial ao seu casamento com D. Manuel, a expulsão dos Judeus de Portugal, não só cumpria o 'serviço de Deus', mas completava a obra de seus pais, uniformizando a confissão religiosa na Península.

«Da parte de D. Isabel, essa imposição era certamente devida a um sentimento sinceramente religioso; contudo, parece-nos que a sua decisão não deixou de ser influenciada pelas ambições políticas dos Reis Católicos: ou aceitava a despiedosa condição e realizava o casamento que considerava

indispensável para Portugal, ou recusava, e então a aliança não tinha lugar. El-Rei, em vista dos argumentos que apresentámos, não podia hesitar: a razão de Estado impunha-lhe que acedesse — certamente com mágua — à exigência Espanhola. Reuniu o seu Conselho, e depois de ouvir os diversos pareceres, seguiu o voto dos que tinham opinado pela expulsão, e, em Dezembro de 1496, estando em Muge, decretou a saída do reino de todos os Judeus não convertidos» (págs. 361-2).

Mais adiante, escreve o Rei: «Muitos escritores têm sido injustos com D. Manuel, acusando-o de ter sacrificado o interesse do país e milhares de vidas à sua paixão (...). «O sentimentalismo meridional cegou, infelizmente, muita gente, e quando a não cegou, deu-lhe, o que às vezes é pior, uma visão inversa das coisas.

«Mas, mesmo que as circunstâncias especiais que relatámos não tivessem obrigado D. Manuel a decretar a saída dos Hebreus, existiam outras razões para justificar o seu procedimento, das quais a mais importante era a opinião pública, que o Monarca não podia nem devia ignorar. Sendo tão 'entêdido nas Chronicas dos Reis destes Regnos', D. Manuel conhecia, certamente, o que se havia passado acerca dos Judeus em Portugal, e sabia da malevolência crescente da população contra os sectários do Judaísmo, que medida autocrática de D. João II levara ao seu auge. O povo tinha sofrido muito e, com ou sem razão, considerava os Hebreus como os fautores de todos os males de que tinha padecido durante tantos e tantos anos.

«Se uma Princesa, sem dúvida influenciada pelo fanatismo, mas culta, filha dos Reis Católicos e nora de D. João II, podia considerar a morte do marido como uma punição de Deus pela protecção concedida aos sectários do Judaísmo, não causa surpresa que o povo, bom, mas bronco e exaltado, atribuísse todas as suas desditas aos Hebreus.

«Ignorante, a plebe não conhecia os serviços que eles tinham prestado ao país nas ciências, na literatura e nas artes (...).

«Nas classes acima do vulgo, e mesmo cultas, esses serviços — em alguns casos relevantes — eram esquecidos, e a grande maioria da população mostrava por todas as formas, o seu asco pela raça hebraica (...). D. Manuel não podia ignorar esse sentimento. Se, no tempo de D. Afonso V, o povo da capital se tinha revoltado contra o seu Soberano por ele ter mandado justicar os promotores do ataque à judiaria, o que faria agora, e ao menor pretexto, à população de Lisboa, cujo ódio à raça israelita tinha decuplicado com a invasão dos Judeus Espanhóis?»

«Apesar da expulsão e da conversão forçada, viram-se desgraçadamente, as terríveis consequências desse inveterado rancor em 1506. Se — como escreveu um ilustre autor com quem concordamos absolutamente — a introdução da Inquisição por D. João III foi uma medida *democrática*, no sentido de corresponder às aspirações populares (Carlos Malheiro Dias, *ob. cit.*, pág. 35), a expulsão dos Judeus por D. Manuel foi uma medida talvez ainda mais *democrática*, porque se seguia à decisão *autocrática* tomada por D. João II quando admitiu os Judeus Espanhóis.

«Ao mesmo tempo, se o aspecto religioso da questão dos Judeus já não era o motivo principal do rancor à raça d'Israel, o Venturoso 'mui católico christão', e 'muito inclinado á religião' (...), não esquecia que era Rei de uma nação cristã; expulsando os Judeus, satisfazia as aspirações populares, defendia a Fé em Portugal e uniformizava a crença religiosa do país. A estes sentimentos devem juntar-se as razões de ordem política, em grande parte criadas pela proscrição decretada por Fernando e Isabel.

«Os Judeus estavam banidos de toda a Península, exceptuando Portugal, e o Venturoso sabia que o povo era 'um aglomerado heterogéneo de religiões e raças'. Se D. Manuel não seguisse o exemplo de Fernando e Isabel, o reino de Portugal passaria a ser o reino d'Israel.

«Abraão Geiger (*Das Judentum und seine Geschichte*, pág. 282) escreveu que o Judeu era um elemento incapaz de se fundir completamente com os povos dos países onde

vivia; daí resultou entre as populações, primeiro o desejo de repudiar esse elemento estranho, e depois de o expulsar, seja por motivos religiosos ou de ódio, seja pelo acordar do instinto nacional que, pouco a pouco, se opunha ao predomínio estrangeiro» (págs. 367, 368-9).

«Como a data fixada para a partida dos Judeus se aproximava, muitos, seja nascidos em Portugal, seja emigrados de Espanha, converteram-se, mas um grande número preparou-se para sair do país. É possível que o Monarca tivesse pensado, que, com a ordem d'expulsão, conseguiria a conversão da grande maioria dos sectários da lei de Moisés, e evitaria os inconvenientes económicos que poderiam ser causados pelo êxito de milhares de Judeus estabelecidos havia tanto tempo no reino. Vendo, porém, que a maioria preferia a emigração ao baptismo, D. Manuel tomou uma resolução à qual somos obrigados a dar a denominação de cruel e desumana». Tal resolução foi a de mandar tirar aos Judeus os filhos menores de 14 anos para os doutrinarem no Cristianismo.

«Só podemos encontrar uma desculpa à decisão do Venturoso, cuja índole não era certamente violenta. Essa desculpa é que seguia, mais uma vez, as pisadas do Príncipe Perfeito, imitando, em grande, a medida tomada por D. João II em 1493. Como era também um Soberano absoluto, D. Manuel tomou uma decisão e mandou-a cumprir, adoptando a concepção política de D. João II, que entendia que a razão de Estado escusava os actos mais desumanos, quando os considerasse necessários ou convenientes à nação. A expulsão dos Judeus era uma necessidade criada por motivos nacionais e internacionais; era mesmo, como dissemos, uma medida *democrática*, mas que podia acarretar complicações para a economia do país, causadas pelo êxito de milhares de habitantes inteligentes e trabalhadores. D. Manuel, vendo que a maioria dos Hebreus não abjurava a sua crença religiosa, e que abandonaria o país, procurou, por um acto de verdadeiro autócrata — tal e qual D. João II — resolver o problema; ordenou a conversão

dos Judeus. Se na resolução arbitrária de D. Manuel se pode admitir que houve um desejo sincero de converter infiéis, não parece haver dúvida que o Soberano foi sobretudo movido por causas políticas» (págs. 366-71).

E, depois de descrever as cenas pouco edificantes que se seguiram à proclamação do edito relativo às crianças hebraicas, conclui: «O problema fora resolvido despoticamente; a raça Judaica tinha sido oficialmente incorporada na nação, e, ao mesmo tempo, alcançara-se — também oficialmente — a uniformização da crença religiosa do país» (pág. 373).

Como resumo ou corolário das suas ideias, o último Rei de Portugal — que sempre se mostrou tolerante e de espírito largo, certamente recordando o que a respeito de si próprio se disse e propalou em Portugal durante o seu reinado e nos primeiros anos seguintes ao seu exílio — escreve:

«A expulsão dos Judeus foi, sem dúvida, uma necessidade imposta a D. Manuel pela razão de Estado; a conversão forçada foi uma medida maquiavélica, digna de D. João II, que não podemos aprovar, mas que o intento explica e desculpa. A maioria dos escritores têm apontado D. Manuel como o algoz do povo de Israel em Portugal, e por esse motivo, o Venturoso tem sido injustamente atacado. Porém, os cronistas Hebreus, reconhecidos a D. Manuel, chamaram-no o *Pio Rei*, e em certas famílias Israelitas, o Soberano era conhecido pelo nome de *el Rey Judeo* (...).

«Em 1923, quando já tínhamos começado os nossos estudos sobre o reinado do Venturoso, pedimos certas informações à *Portugeesch-Israelietische Geemente* de Amsterdão acerca da atitude de D. Manuel para com os Judeus. A carta que possuímos, escrita pelo secretário da comunidade de Amsterdão ao secretário da *Spanish and Portuguese Synagogue* de Londres (...) diz nada existir a esse respeito nos seus arquivos, o que não espanta, visto os Judeus Portugueses só terem chegado a Amsterdão em 1593, quer dizer mais de setenta anos depois da morte do Venturoso. Contudo, há uma informação valiosa: que os Judeus que vieram para

Amsterdão conservavam com saudade e gratidão a memória do Monarca que cuidara do seu bem-estar. Vê-se, por consequência, que a má vontade dos escritores contra D. Manuel não foi inspirada por qualquer malevolência dos Judeus Portugueses».

E, a concluir: «Quatro séculos tinham passado sobre a expulsão dos Judeus de Portugal e a sua conversão forçada, quando um crime atroz e infame, que cobriu de vergonha a nação, fez subir ao trono de Portugal um novo D. Manuel, também Duque de Beja. Nessa dolorosa ocasião de luto, o Soberano recebeu, escrito em antigo Português, um comovido e veemente protesto dos Judeus Portugueses de Amsterdão contra o cobarde e hediondo atentado; na verdade, essa carta dos descendentes daqueles que tanto tinham sofrido foi uma consolação para um coração que sangrava: e quem a recebeu, jamais a esqueceu» (págs. 378-9).

(25) — Abraão Zacuto, o célebre médico e matemático judeu, que exerceu as suas funções junto de D. João II e de D. Manuel, autor do *Almanach Perpetuum*, editado em Leiria em 1496, de que D. Manuel II possuía um exemplar que descreveu no vol. I da sua obra, págs. 80-101.

José Vizinho, outro matemático judeu, discípulo de Zacuto e tradutor da sua obra para latim, e um dos matemáticos da célebre Junta de Matemáticos de D. João II.

(26) — João de Oliveira Saldanha e Daun, neto, por parte de sua mãe, do Marquês de Pombal, foi o 1.º Conde, 1.º Marquês e 1.º Duque de Saldanha, bem conhecido pelos seus feitos de bravura na Guerra Peninsular e na Guerra Civil de 1828-1834, e ainda pelas suas tergiversações políticas. Foi embaixador de Portugal em Roma, em Paris e em Londres, tendo morrido nesta cidade com 86 anos, depois da famosa revolta conhecida pela «Saldanhada».

(27) — A referência é ao falecido lusófilo Aubrey F. G. Bell, autor de numerosos livros acerca de escritores portugueses e de uma *Portuguese Literature*, traduzida pelos Profs. Agostinho de Campos e Barros e Cunha (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931). O artigo a que o Rei alude talvez seja

o que o citado Prof. Agostinho de Campos traduziu e publicou em 1924 com o título de *Alguns aspectos da Literatura Portuguesa*, publicado antes no número de Junho de 1922 da *Fortnightly Review*.

A outra referência é ao Prof. Charles Ralph Boxer, sucessor do Prof. Edgar Prestage na Cadeira de «Camões» e autor de numerosas obras, ensaios e artigos acerca da acção dos Portugueses no Oriente, onde viveu largos anos. O livro em referência deve ser *A Portuguese Embassy to Japan: 1644-1647*, editado em Reading em 1928.

- (28) — O estudo acerca das *Constitvicoens do Arcebispado de Lixboa*, editado por Germão Galharde em 1537, encontra-se no vol. I dos *Livros Antigos*, págs. 525-41.

Nele passa o autor em resumo a história eclesiástica da Capital e a alguns dos seus principais Prelados até ao século XVI, remetendo embora o leitor para a obra de Fortunato de Almeida, a quem cita frequentes vezes.

- (29) — O vol. I dos *Livros Antigos* foi editado em 1929, sendo, como os subsequentes, impresso nas oficinas da Imprensa da Universidade de Cambridge e editado pelos livreiros Maggs Bros., de Londres.

Algumas das obras mais importantes descritas neste volume: o MS. de Mateus de Pisano já citado; o *Perush Ha-Tora* e o *Sefer Abudrahim*, de Rabi Elieser Toledano (Lisboa, 1489); a *Vita Christi*, de Ludolfo de Saxónia (Lisboa, 1495); o *Almanach Perpetuum*, de Abraão Zacuto (Leiria, 1496); o *Marco paulo* (Lisboa, 1502); *Os autos dos Apostolos* (Lisboa, 1505); o *Boosco deleytoso* (Lisboa, 1515); o *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende (Almeirim, 1516); o *Espelho de Christina* (Lisboa, 1518); *Marco tulio ciceram de Amicicia*, traduzido por Duarte de Resende (Coimbra, 1531); o *Espelho de perfeçam*, de Fr. Brás de Barros (Coimbra, 1533); a *Oratio pro rostris pronunciata, in Olisiponensi academia*, de André de Resende (Lisboa, 1534); a *Antimoria*, de Aires Barbosa (Coimbra, 1536); o *Tratado da Sphera*, de Pedro Nunes (Lisboa, 1537); e a *Panagyrica oratio Ioanni*

tertio Lusitaniarum regi nuncupata, de António Luís (Lisboa, 1539).

- (30) — O estudo acerca do livro do P.^e Francisco Álvares, *Ho Preste Ioam das indias — Verdadera informaçam das terras do Preste Ioam*, encontra-se no vol. II, págs. 13-45.

A propósito do *Prólogo*, D. Manuel II diz «não compreender que ele tenha podido ser attribuído ao Padre Alvares», dado que as «referências feitas pelo autor do *Prólogo*, não sòmente a «estampas caratules de letras officiaes & outras cousas conuenientes a impressam» que foi buscar a Paris, mas ainda à «obra que tenho assentada nesta cidade», só podem dizer respeito — e a nosso ver de uma forma bem clara — à oficina tipográfica que o livreiro editor Luís Rodrigues estabelecera na capital» (pág. 16).

No seu estudo, D. Manuel II não procurou «esquadrinhar nestas simples notas a tão complicada questão do Preste João, da sua origem e do seu nome, das suas lendas sem número e da sua religião», pois isso, a fazer-se, «levar-nos-ia tão longe que, muito antes de chegarmos ao fim das nossas investigações, estaríamos irremediavelmente perdidos» (pág. 24).

Todavia faz um resumo, com certa extensão, do que se sabe acerca do misterioso personagem, do conhecimento que a seu respeito havia em Portugal antes da viagem do P.^e Álvares, das embaixadas do Preste João a Portugal, da viagem de Afonso de Paiva e de Pero da Covilhã, etc. D. Manuel II partilha as vistas do escritor Dr. Jaime Cortesão acerca da «política de sigilo» absoluto, crendo que em Portugal se tinham conhecimentos concretos da Abissínia e de seu Rei antes de os Portugueses ali chegarem no primeiro quartel do século XVI.

- (31) — D. Manuel II refere-se a esta edição do livro célebre de Góis no vol. II, págs. 760-77. Trata-se da famosa edição não censurada, a que o falecido Prof. se refere no artigo *Crítica contemporânea da «Crónica» de Damião de Góis* («Arquivo Histórico Português», vol. IX, pág. 345). Esta obra fora adquirida por El-rei D. Pedro V.

O ilustre conservador do Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, Dr. João de Figueiredo, informou-nos de que esta pré-primeira edição da primeira parte da obra de Góis, ali arquivada, traz, como a edição conjunta das quatro partes, a indicação de ter sido examinada por Frei Emanuel da Veiga, que nada nela achou de «cõtrairo à doutrina christã». Os cortes da edição de 1566, em sua opinião, seriam devidos a censura política.

A propósito do incidente da fuga do Duque de Bragança D. Jaime, a que Góis alude na edição *princeps*, D. Manuel II publica o facsímile de duas cartas do *Venturoso*, hoje nos Arquivos da Fundação da Casa de Bragança, ambas datadas de 4 de Junho de 1502, ambas com instruções para deterem, pela força se preciso, o fugitivo, cartas que esclarecem e corroboram o texto do cronista.

(32) — O estudo da obra de Samuel Usque, de que fizemos largas transcrições na nota (24), encontra-se no vol. II, págs. 302-379.

(33) — Oliveira Martins refere-se a D. Manuel I na *História de Portugal*, vol. II, Livro Quinto, cap. 1: *A corte de D. Manuel*. A propósito do edito de expulsão, escreveu:

«Um dia, o rei D. Manuel tomou para si o papel de Herodes, e como um sátrapa mandou arrancar aos pais e baptizar todos os filhos menores de catorze anos» (pág. 13). O grande escritor não esconde, de facto, a antipatia que nutria pelo *Venturoso*, nem perdia a oportunidade de a salientar. Assim, ao falar da acção dos Portugueses no Oriente, diz:

«Ocupado a calcular os lucros da sua fazenda da Índia, mercador e apaixonado pelas ricas alfaias preciosas, como um Médicis, D. Manuel tratava os seus capitães como feitores; e com um espírito acanhado de negociante, ouvia todas as intrigas e usava do seu poder de rei para satisfazer os seus caprichos. Injusto e ingrato, era pequeno e cruel» (pág. 18).

E, mais adiante: «D. Manuel era um ser medíocre para quem o mandar não passava de uma satisfação e de um gozo tão mesquinho e pouco nobre, como as delícias de

sibarita opulento cuja vida, sem ser uma orgia, era apenas um deleite, e o reinar, em vez de ofício espinhoso, um mole abandono aos gostos delicados» (pág. 19).

Braamcamp Freire fala de D. Manuel no *Livro Segundo dos Brasões da Sala de Cintra* (Lisboa, 1901), onde, ao tratar da linhagem dos Monises, escreve (pág. 234) :

«Encetou D. Manuel o seu reinado com um acto de clemência, que muito o honraria, se o não tivesse pouco depois anulado e por forma desumana. Foi o caso que, quando os reis Católicos expulsaram os judeus de Espanha, muitos deles se acolheram a Portugal mediante certas condições, as quais, não cumpridas, os obrigavam a cativo. Nele caíram muitos, e já de alguns, como seus escravos, tinha disposto o falecido rei, quando o duque de Beira, subindo ao trono, os libertou a todos.

«Mas o rei estava apaixonado, paixão a que também não seria estranha a ambição; e o objecto desse amor, a princesa D. Isabel de Castela viúva do nosso príncipe D. Afonso, punha por condição ao seu casamento a expulsão dos judeus de Portugal. Durante algum tempo a dignidade e o amor se contrabalançaram no ânimo do rei, até que o lado da afeição pesou mais, e os judeus foram condenados.

«Decidida a perseguição mandou no princípio da quaresma de 1497, como primeira providência, que no domingo de pascoela, isto é, a 2 de Abril, se tirassem aos judeus todas as crianças menores de quatorze anos, a fim de serem educadas na lei de Cristo. Apesar do segredo exigido, espalhou-se a notícia, e então, receoso de que os pais por qualquer forma pusessem os filhos a salvo, mandou logo executar a ordem.

«Esta bárbara determinação até sobressaltou aos próprios cristãos, que não puderam deixar de censurar tão desumana lei, e muitos trataram de a iludir recolhendo em suas casas a algumas crianças. Mas para os judeus é que ela foi horrível. Em muitos o desespero, a paixão excitada, os arrastou ao ponto de matarem os filhos (...). Pois para que um pai mate seu próprio filho; para que se decida a

fazer padecer o ente que é o seu enlevo, a sua esperança e consolação; para se sentir com ânimo de ver cerrados aqueles olhos, muda aquela boca, ermas de cor aquelas faces, inertes aqueles membros, é preciso que seja imensa a sua desesperação.

«Em outros a falta de ânimo levou-os ao suicídio.

«Que horroroso quadro!

«Entretanto o faustoso rei, na estreiteza das ideias do seu tempo, pensava com alegria, que mais próxima era a hora do seu apetecido enlace.

«Não parou aqui a perseguição. A nova ordem de expulsão estava dada, os judeus tinham três portos por onde podiam expatriar-se, e o prazo concedido ainda se protraía. Mas aquela gente era trabalhadora, económica, e, por meios mais ou menos lícitos, possuía avultadas riquezas. Como obstar a que estas saíssem do reino? Não era difícil. Primeiro, negando-se-lhes embarcações; depois, determinando-se-lhes para só de Lisboa partirem; e por último, com delongas, deixando-se passar o prazo (...).

«No Rossio, nos paços dos Estaus, estavam albergados mais de vinte mil judeus, que pelas condições do Estado ficavam, assim que passasse o prazo para a sua saída, e *ipso facto*, cativos. Neste aperto propuseram muitos a D. Manuel que se fariam cristãos mediante a restituição dos filhos, e a isenção de devassas durante os próximos vinte anos. Aceita a proposta, diz o cronista, que, aos que persistiram na sua lei, deu o monarca embarcação para África. Acho demasiada benignidade, e não creio que eles obtivessem a liberdade tão barata (...).

«Estavam entretanto satisfeitos os desejos da mística princesa, e já razão não havia para impedir a sua volta a este reino, como noiva do tio de seu primeiro marido».

Mendes dos Remédios foi, também, censor de D. Manuel I, quando tratou da situação dos Judeus em Portugal no vol. 1 d'*Os Judeus em Portugal* (Coimbra, 1895), cap. VII. Ali escreveu que «D. Manuel trocou o sossego de milhares de famílias pelo sorriso duma mulher»

(pág. 332) e que só ele «arriscou o bem-estar da sua pátria adoptando uma medida, cujas consequências não tardaram a fazer-se sentir» (pág. 336). E ainda: «O deslumbramento do ouro cegou-o. Para ele sobrava. Que lhe importavam os que depois viessem?» (pág. 338).

Pinheiro Chagas, que multiplica nas suas numerosas obras, históricas ou de fantasia, os ataques ao *Rei Venturoso*, concentra-os em especial na *História de Portugal*, vols. IV e V. Sumariando, no cap. VII do vol. V, o reinado de Manuel I, escreveu:

«Não era D. Manuel homem que inspirasse grandes simpatias, nem antipatias profundas, espírito medíocre, dotado, incontestavelmente, dum bom senso natural, que o impedia de cometer graves erros, excepto quando uma paixão mais viva lhe ofuscava a razão, era também incapaz de tomar uma iniciativa ousada, ou de compreender mesmo os pensamentos dos grandes homens que o serviam. Não era um tirano, mas era um egoísta. Encontrou tudo preparado para as grandes obras que durante o seu reinado se empreenderam; não pôs, pela sua imperícia, obstáculos à sua realização, mas também nada preparou para o futuro. O seu pensamento parecia ser, ainda que não chegasse nunca a reduzi-lo a uma fórmula favorita, o mesmo que ditava posteriormente a Luís XIV o célebre moto: *Après moi le déluge*. Por isso também foi o seu reinado o ponto culminante da nossa prosperidade, ponto a que havíamos de chegar, se assim o podemos dizer, pela velocidade adquirida, mas donde começámos logo a descer, sem que D. Manuel soubesse ou tentasse reter-nos no auge a que tínhamos subido».

E, a concluir: «Se uma ou outra vez nos inflamou a indignação, quando tivemos de narrar as suas grandes ingratidões, agora que lançámos um rápido e frio olhar para o panorama completo do seu governo, para os seus actos de rei ou de homem, procurámos formar um juízo seguro, sem nos cegarem as simpatias pelas vítimas do seu egoísmo! eis com efeito a palavra explicativa, quase sempre, do procedimento de D. Manuel, como é também a que explica quase

sempre o procedimento de Luís XIV, que tão pouco mereceu, como o nosso soberano, o epíteto de Grande, e com quem tem D. Manuel tantos pontos de contacto» (pág. 117).

Herculano alude em especial a D. Manuel na *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, tomo I (8.^a ed.), Livro II, onde aliás não emprega a linguagem indignada com que, no Livro III, pinta o filho de *Venturoso*.

Por sua vez, D. Manuel II escreveu, em defesa do seu antepassado e homónimo, o seguinte:

«D. Manuel foi o Rei Venturoso que colheu os frutos semeados durante outros reinados, mas o Senhor da Esfera pôde realizar essa abundantíssima colheita, porque manteve a continuidade da empresa, da mesma forma que os seus predecessores a haviam mantido. D. Manuel, no reinado de quem Portugal chegou ao ponto culminante do seu triunfo, foi um Príncipe da Renascença, mas de uma Renascença especial, ampliada pelos feitos Portugueses no Oriente. D. Manuel, cónscio do poderio Português, sabia, com grandeza, não só desempenhar o seu papel de Rei numa época de cultura e de desenvolvimento das letras e das artes, mas de Senhor de um Império colonial. A sua história está por fazer, pois para as que têm sido escritas — não falamos das *Crónicas* — usou-se mais de peçonha do que de tinta. A admiração — respeitabilíssima quando sincera — pelo Príncipe Perfeito tem cegado muitos autores na sua apreciação de D. Manuel. Não é nesta *Introdução* que faríamos — se pudéssemos — a história do Venturoso; mas estamos convencidos de que D. Manuel não só continuou a política de D. João II, mas foi um colaborador do Príncipe Perfeito, pois tudo nos leva a crer que o seu casamento com a Infanta D. Isabel, viúva do Príncipe D. Afonso, filho de D. João, deve ter sido projectado ainda em vida d'El-Rei D. João, para que o sonho dourado do *Homem* viesse a ser uma realidade. Mas a morte do Infante D. Miguel e de sua mãe D. Isabel — altos desígnios de Deus — inutilizou o ideal de D. João, adoptado e seguido por D. Manuel. Critica-se

também a ostentação do Venturoso, a sua pompa, as suas sumptuosas Embaixadas, o brilho da sua Corte; mas D. Manuel era um dos Reis mais poderosos do mundo, envolto no excepcional prestígio criado pelas façanhas Portuguesas. Era o Rei 'de tal gente', que levando a cabo a sublime Aventura, lhe alcançou o cognome de *Venturoso*. A par dessa glória, havia a riqueza, o ouro, as especiarias, os produtos do Oriente cubizado, e o seu luxo, que não podia deixar de influir na vida da nação. D. Manuel representava a Renascença Portuguesa, fortemente inspirada pelas vitórias no Oriente: o gosto da ostentação, se já existia nos países do Sul — talvez resto do domínio Árabe — deve ter aumentado após o estabelecimento das comunicações marítimas com o Oriente. E não vemos esse espírito de ostentação nas Cortes de Henrique VIII d'Inglaterra, de Francisco I de França, do Imperador Maximiliano e do Papa Leão X, que não tinham os mesmos motivos que D. Manuel para fazerem alarde da sua riqueza? O Venturoso conhecia os tempos em que vivia, e a sua célebre Embaixada a Leão X demonstrou a habilidade do Rei de Portugal, pois assombrou, não só a Cidade Eterna, mas a Europa inteira. Era a Embaixada de um Rei que tendo sulcado, sob a Cruz de Cristo, os 'mares nunca dantes navegados', se tornara Senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, e, com soberana grandeza, enviava ao Vigário de Cristo a obediência do seu Império! Leão X, João de Médicis, Príncipe da Renascença Italiana, deve ter avaliado o que era a Renascença Portuguesa.

«... D. Manuel, muito culto (temos o testemunho de Damião de Góis), seguindo as pisadas dos Reis e Príncipes da dinastia d'Avis, e 'mui entendido nas historias, & sobre tudo nas Chronicas dos Reis destes Regnos', foi como um Príncipe da Renascença, um protector das letras — às quais 'foi muito inclinado' — e das artes. D. Manuel reformou, pode dizer-se, toda a legislação do país, e durante o seu reinado, o progresso da cultura teve um desenvolvimento extraordinário, que foi poderosamente auxiliado pela ilustre

Rainha D. Leonor, irmã do Venturoso e viúva de D. João II. Se o Imperialismo e a Índia — como já dissemos — deviam arruinar a nação, a era que se seguiu à viagem de Vasco da Gama foi, sob todos os aspectos, a mais resplandecente da nossa história, porque todas as riquezas se reuniram em Portugal, coroadas pelas jóias da nossa literatura. Ao mesmo tempo, nesses anos felizes em que do Oriente nos chegavam o ouro — do qual eram cinzelados objectos como a Custódia dos Jerónimos — as pedrarias, os estofos preciosos e as especiarias, uma pléiada d'homens principiava a coligir um outro tesouro inestimável, os nossos livros.

«A imprensa, com os seus notáveis 'mestres da nobre arte impressória', teve também no reinado de D. Manuel — o seu período áureo, pois as obras estampadas então no nosso país são, certamente, as mais belas que saíram dos prelos Portugueses. Eram tempos de prosperidade; tudo indicava um profundo desenvolvimento, resultado da íntima aliança dos dois movimentos da Renascença Portuguesa, e a magnífica ostentação do Venturoso, manifestada por todas as formas, é perfeitamente compreensível. Como Português, diremos simplesmente: Bendita ostentação, pois hoje ainda, apesar das desgraças das guerras, dos terremotos, das invasões, os monumentos de todo o género deixados por D. Manuel são a prova evidente da grandeza dos tempos; D. Manuel, Rei de uma época de triunfos, tinha de ser um Rei triunfal, e soube sê-lo. Não escrevemos o panegírico do Venturoso; mas tendo sido — injustamente, a nosso ver — tão atacado, procuramos fazer-lhe justiça, apesar de não podermos deixar de censurar a ingratidão com que premiou servidores ilustres como Afonso de Albuquerque e Duarte Pacheco, obreiros eminentes da grandeza de Portugal; mas cremos confiadamente que essa atitude do Soberano terá sido devida a intrigas vis.

«Não era perfeito, mas o próprio *Príncipe Perfeito* também o não foi; cometeu erros, e teve culpas. É muito provável que o fulgor do ouro oriental o tenha cegado, não lhe permitindo ver claramente o problema do nosso imenso

Império, pois não bastava descobrir e conquistar; era necessário manter, fazendo face, não somente a todas as dificuldades, tanto humanas como materiais, mas às rivalidades e ambições de outras nações. Além disso, os gastos exorbitantes da sua administração embaraçaram as finanças do Estado, criando, sem dúvida, sérias dificuldades aos seus sucessores. Na sua política cometeu um erro grave; a insistência em querer reunir a Península debaixo do ceptro Português; mas tem uma desculpa, pois o seu procedimento, era, afinal, simplesmente a continuidade do plano de D. João II» (Vol. I, págs. XXVII-XXVIII, XXIX).

- (34) — Dos MSS. da Biblioteca Palha editaram-se as cartas de D. João III (*Letters of John III*, 2 vols., Cambridge, 1931 e 1932). Um 3.º vol. foi há pouco editado.
- (35) — As alusões deste passo são aos estudos seguintes, todos publicados no vol. II: *Liuro das obras de Garcia de Resende*, editado em Évora em 1554, por André de Burgos (págs. 407-421), fazendo-se numerosas transcrições da *Miscelânea*; a *Vrbis Olisiponis Descriptio*, de Damião de Góis, editada no mesmo ano pelo mesmo editor; e a anónima *Coronica do Condeestabre*, editada no mesmo ano em Lisboa por Germão Galharde.

A propósito das trovas de Resende

«Aas portuguesas hōradas
Vijmos por deshonra auer
no rostro & face pōer
& trazer auerdugadas...»

escreve:

«Que diria hoje Garcia de Resende? O 'peixe tamboril' ficaria, sem dúvida, pasmado, se 'visse' as caras caiadas ou cor de tijolo, os beiços como se estivessem em sangue, os olhos pintados, as sobrancelhas rapadas, os penteados d'homem, e as modas d'agora; e se tivesse assistido a qualquer 'cocktail party', é provável que a sua trova teria contido expressões mais apimentadas» (pág. 417).

O livro de Góis permite-lhe esboçar rapidamente a biografia do autor, por quem manifesta grande admiração,

sem, contudo, deixar de apontar falhas no homem que «nem sempre foi verídico», pois «o historiador contou falsidades acerca da maneira como o Venturoso recompensou os serviços de Duarte Pacheco». E continua: «Cavilosamente, Góis inventou a lenda da ingratidão de D. Manuel para com esse tão ilustre Português», lenda desfeita pelos documentos que Azevedo Basto apensou à sua edição do *Esmeraldo* (pág. 450).

A propósito da prisão do cronista, escreve:

«As causas da prisão e do processo do cronista, sobre as quais as opiniões variam, são ainda misteriosas. Foram devidas a vinganças de pessoas feridas por Góis? Ignoramos. Muitos autores, como já tem sucedido em outros casos, aproveitaram-se da grande figura de Damião de Góis, para rebaixar a do Infante D. Henrique, atacar a Companhia de Jesus e fazer do cronista uma vítima da Inquisição. Não há dúvida que foi uma vítima, mas em parte por sua própria culpa» (pág. 451).

E adiante conclui: «Damião de Góis foi uma grande figura que honrou a sua pátria, e se cometeu erros, pagou-os cruelmente; mas, não pode haver dúvidas que, durante a sua longa vida, prestou relevantes serviços ao país e soube tornar célebre no estrangeiro o nome de um Português ilustre» (pág. 453).

A *Coronica do Condeestabre* leva-o a abordar a debata questão da autoria, que modernamente o ilustre Aubrey Bell reivindicou para Fernão Lopes — «*Could there be two Fernam Lopez in one generation?*» —, mas que uma sólida argumentação, que encontrou no Prof. Hernâni Cidade o seu mais hábil definidor, obriga a pôr de remissa.

Aceita D. Manuel II a hipótese de a *Coronica* ter existido anónima antes de Fernão Lopes começar a escrever a *Crónica de D. João I*, e que o cronista, «talvez quando procurava documentos e provas para a composição das suas obras, tenha achado o manuscrito anónimo da vida de Nun'Álvares, e encontrando nele matéria útil para as suas

Crónicas, se servisse, depois de os ter polido, de alguns capítulos da 'estória'» (pág. 431).

E aludindo ao passo de Fernão Lopes, em que este censurou com aspereza as palavras do autor anónimo, escreve D. Manuel II:

«Seria natural que o patriarca da história de Portugal censurasse, e de uma forma irritada, uma obra que ele próprio tivesse escrito? Apesar de tudo ser possível neste mundo, parece-nos difícil de acreditar. Por isso, dizemos francamente que se os autores que mencionámos (...) tiveram sólidos fundamentos para crer que a *Coronica* tinha sido composta por Lopes, aqueles que não acreditam nessa autoria, têm fundamentos pelo menos tão sólidos para afirmar o contrário» (págs. 432-3).

(36) — O estudo acerca da *Historia da Antiguidade da Cidade de Euora* encontra-se no vol. II, págs. 381-93; o das *Constituições do Bispado de Euora* no mesmo volume, págs. 519-35. Em ambos eles alude à história da capital do Alentejo, referindo-se no segundo em particular à dos Prelados da cidade «tão Portuguesa, e capital do nosso querido Alentejo» (pág. 535).

(37) — O estudo acerca dos *Commentarios de Afonso Dalboquerque* figura no vol. II, págs. 497-509.

A pág. 502 escreve:

«Teríamos gostado de completar as nossas notas sobre os *Commentarios de Afonso Dalboquerque* com um estudo da vida do fundador do nosso Império no Oriente; mas isso, infelizmente, não é possível aqui, porque, se quiséssemos fazer justiça à sua tão nobre e bela figura, ser-nos-ia necessário escrever, pelo menos, um volume. De mais, muitos autores, tanto antigos como modernos, já estudaram, seja a vida de Albuquerque e a sua extraordinária personalidade, seja os seus feitos, e sua administração, os seus planos, as suas obras, as suas cartas. Albuquerque era um génio, e, como tal, não foi compreendido nem devidamente apreciado durante a sua vida: sabia os dons excepcionais de que era dotado, os serviços admiráveis que tinha prestado, e realizava, provável-

- mente como ninguém, a absoluta superioridade do seu próprio valor».
- (38) — Referência ao Pavilhão de Portugal na Exposição Colonial Internacional de Paris, que se levantava em Vincennes, inaugurado em fins de Maio de 1931. Um dos discursos de abertura do Pavilhão português foi proferido pelo ilustre Marechal Lyautey, que disse que «qualquer exposição colonial seria incompleta sem a presença de Portugal».
- (39) — «Depois desta assi temerosa fortuna e tempestade nam tardou outra sobre mi muito mayor, porque desejado este Rey achar algũa razoada ocasiã de auexarme, mandou saber se auia entrado mais gente no reino que aquellas das seis centas casas como fora o acordo, e como quer que a pressa com que de castella sahiam estes corridos filhos meus, nam lhe deu lugar a entrar por conto nem esperar algum asser o derradeiro, acharomse moor numero; todos estes que sobejarõ disse Elrey que lhe ficauam catiuos e escrauos seus, porque como a taes os podese magoar A sua vontade, e esecutar nelles sua maa tenção e nam bastando quererẽse resgatar pelo preço que os mais auiam entrado nem per outro algũ auẽdose por minha desventura descuberto naquelle tempo a ylha de san tome cujos moradores eram lagartos serpes e outras muito peçonhentas bichas e deserta de criaturas racionaes onde desterraua os malfeitores que A morte eram jãa obrigados per justiça, em sua companhia quis tambem que entrassem as ynoscẽtes criaturas de todos estes judeos, cujos paes parece que ante o juizo diuino eram condenados (...) finalmente chegados aquelles ynoscentes, ao lugar deserto de san thome que sua sepultura auia de ser tiraram os em terra, e aly despiadosamente deixando os foram dos grandes lagartos de que a ylha era pousada tragados quasi todos: e o resto que no ventre daquellas bichas nam entrou, A fome e desemparo se consumiram, somente algum que milagrosamente daquella temerosa fortuna foy escapado» (*Consolaçam ás tribulaçoens de Israel*, Coimbra, 1907, tom. III, págs. XXVIII-XXVIII).

- (40) — «Azevedo» é J. Lúcio de Azevedo que, na *História dos Cristãos Novos Portugueses* (Lisboa, -1922, pág. 24) escreveu:

«Uma dolorosa provação se lhes (aos Judeus) preparava entretanto, da qual não tinham sequer a mais remota ideia. No intuito de compelir os emigrados à conversão, ou de, pelo menos, trazer os ainda inocentes à fé cristã, ordenou D. João II que todas as crianças, de dois a dez anos fossem tiradas aos pais, e transportadas à ilha de S. Tomé, havia pouco descoberta. — «Ilha (diz Samuel Usque) cujos moradores eram lagartos, serpes e outros muito peçonhentos bichos, e deserta de criaturas racionais» — Por cruéis que fossem os costumes da época, o exagero é evidente.

«A impressão deixada pela narrativa é a de uma hecatombe herodiana. Bandos de crianças, algumas de colo, lançadas nas praias inóspitas da ilha: sucumbindo à fome, ou devoradas pelas feras. O caso, ainda sem isso seria condenável, foi todavia menos tétrico. Tendo recebido Álvaro de Caminha, em 1493, o senhorio da ilha, com o encargo de a povoar, há toda a razão de crer fossem as crianças entregues a colonos com família, como depois, no reinado de D. Manuel, se fez com outros menores, colocados nas povoações dos arredores de Lisboa, para serem educados no cristianismo. E assim sucedeu que, dos pequenos transportados, alguns chegaram a ser na ilha opulentos proprietários».

- (41) — Rui de Pina (*Cronica del-rei D. João II*, cap. LXV), depois de registar o discurso de oposição a D. João II por parte dos que não concordavam com a admissão dos Judeus em Portugal, escreveu:

«Mas ElRey pospostas estas contradicções, deu com tudo lugar, que todos los Judeus Estrangeiros, com emposiçã de certos cruzados por cabeça, podessem viir a estes Regnos, e nelles estar atee oito meses, dentro dos quaaes lhes mandaria dar por seus fretões embarcações abastantes pera quaaesquer partes do Mundo que quisessem. E lhes assinou logo portos nas Comarcas do Regno, per que entrassem; e pos Officiaes,

e Recebedores pera delles receberem per recadações a dicta imposiçam, e tributo. De que com quanto ElRey ouve muitas somas d'ouro, e prata, nom leixou de ser com muitos pramos do povoo contra elle, polo grande dano, perdas, e perygo, que o Regno todo por sua vinda recebeo. Porque co elles aalem d'outros males, entrou uma pestenença, por cuja causa em muitas partes morreo muita gente natural».

Por sua vez, Garcia de Resende (*Cronica d'El-Rei D. João II*, vol. III, cap. CLXIII), sem referir a opposição aos desejos do Rei, escreveu:

«E El-Rei porque seus desejos foram sempre passar em Africa, o que muito desejava, e não no podia fazer por estar sem dinheiro pelos muitos e grandes gastos que nas festas do casamento do Principe seu filho fizera, e assi em outras cousas que succederam, e por lhe parecer que com o dinheiro que dos ditos judeus houvesse poderia ordenar sua passagem a Africa, e fazer a Deus muito serviço, consentio nisso e lhe deu a licença, com tenção de passar com o dito dinheiro, como dito é, sem dar oppressão a seus povos, a que elle muito queria, e elles a elle, e isto com tal declaração que toçolos judeus que viessem entrassem por certos portos dos lugares do estremo logo assignados, e que pagassem tanto por cabeça, de que tirariam certidões e recadações dos officiaes d'El-Rei para isso ordenados, de como tinham pago o que eram obrigados, e que os que entrassem sem pagar e sem as taes recadações, e fossem achados, se perdessem, e ficassem captivos para El-Rei, e que d'esta maneira poderiam entrar e estar nestes reinos oito mezes, nos quaes lhes daria embarcações por seus dinheiros em certos portos do mar que lhes logo para isso mandou nomear, e os judeus das ditas condições foram contentes, e entraram nestes reinos, e dentro no termo lhes deu El-Rei a todos embarcações, e se foram fóra de seus reinos, e El-Rei houve uma grande soma de dinheiro, do qual nunca despendeu uma só peça, porque o tinha para a dita passagem, que com sua doença não pôde fazer, e por sua morte se achou todo o dinheiro junto assi como o houve, sem faltar nada».

- (42) — O Prof. Préstage, que dedicou grande parte da sua vida ao estudo da interessantíssima figura seiscentista que foi D. Francisco Manuel de Melo, publicou em 1931 (Imprensa da Universidade de Coimbra) uma edição anotada das *Epanáforas de Vária História* daquele escritor.
- (43) — O estudo acerca do *Compendio De Doctrina Christãa* de Fr. Luís de Granada, editado em Lisboa na oficina de João Blavio de Colónia em 1559, encontra-se no vol. II, págs. 551-7.

A referência à *Hystoria de Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro figura em págs. 537-49. A edição que D. Manuel II possuía é a de Colónia (3.^a), impressa por Arnold Birckman em 1559, volume que o Rei reputa «duplamente precioso pelo seu texto e pela sua raridade», acrescentando que, porém, para ele, a «edição de Évora (de 1557) da *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro tem um encanto especial, por causa do seu título tão expressivo — *Livro das Saudades*. A palavra *Saudade* — a mais linda da nossa língua — exprime inúmeros sentimentos; neste caso ela significa para nós o da natureza do torrão abençoado e querido, do qual desgraçadamente estamos longe!» (pág. 549).

- (44) — O estudo acerca da *Copilacam de todas obras de Gil Vicente* figura a págs. 609-43 do vol. citado.

A propósito das obras de Gil Vicente proibidas pelo *Rol dos livros defesos* de 1551, avança D. Manuel II uma hipótese muito plausível, que transcrevemos:

«Não há dúvida que algumas obras do genial poeta foram condenados em 1551. Porém, devemos pensar que um dos autos condenados em absoluto — o *Jubileu de amores* — que fora representado em Bruxelas a 21 de Dezembro de 1531, em casa do Embaixador de Portugal, D. Pedro de Mascarenhas, escandalizara profundamente os enviados do Papa Clemente VII junto de Carlos V, que assistiam à festa. Na sua carta de 26 de Dezembro do mesmo ano, dirigida a um certo Sanga, o Núncio Aleandro, indignado, queixa-se amargamente da manifesta sátira contra Roma, que acabava de ser representada debaixo dos tetos

do representante de D. João III; a sua indignação leva-o a advertir o Pontífice 'di quello che passa che forsi Sua Santita ne farà qualche paterna ammonitione' (...). Terá sido enviada de Roma, mesmo decorrido algum tempo, uma 'admoestação paterna', como sugeria Aleandro? É muito possível, e talvez durante as complicadas negociações para o estabelecimento da Inquisição em Portugal. Nessa época houve concessões mútuas entre Roma e Lisboa, sendo admissível que dali fosse indicada a conveniência — talvez como exemplo — da condenação do *Jubileu de amores*, que era conhecido em Roma, e de obras semelhantes, e que, por esse motivo, o *Jubileu* e outros seis autos tenham sido incluídos no curto *Rol dos liuros defesos* em linguagem de 1551» (págs. 619-20).

Impugnando com calor os dizeres de D. Carolina Michaëlis, que acusou o Cardeal D. Henrique de ser «efectivamente a alma danada da Mesa Censória», que condenou alguns dos autos de Gil Vicente, D. Manuel II escreve:

«Representam estas palavras da ilustre Professora a verdade dos factos? Não nos parece, bem pelo contrário. Qual foi o procedimento da 'Mesa Censória', e especialmente da sua «alma danada», para com as obras de Gil Vicente até 1580? Em 1551, quatorze ou quinze anos depois da morte do poeta, sete das suas obras foram incluídas no primeiro *Rol dos liuros defesos* impresso em Portugal por mandado do Cardeal Infante. Às inúmeras suposições que têm sido alvitradas — quase todas interrogativamente — para explicar os motivos dessa condenação, permitimo-nos acrescentar uma, que o decorrer dos acontecimentos torna admissível. A chamada *Razão de Estado* fez, muitas vezes, com que os Soberanos tomassem certas medidas que eram, ou que eles consideravam, necessárias: não faltam exemplos nos reinados de D. João II e de D. Manuel, especialmente na questão dos Judeus. Já procurámos mostrar (...) os motivos porque a Inquisição foi introduzida em Portugal pelo Estado, e não pela Igreja, que, com relutância, legalizou as suas

funções. Se houve — como as há — Razões de Estado que determinaram certas resoluções de alguns problemas da governação do país, é natural que esse novo estado criado dentro do Estado também tivesse 'razões' que o obrigassem a algumas medidas severas. Nessa época em que soprava um vento de insânia, em que ideias deletérias tinham progredido, e em que existia um espírito não só de crítica mas de revolta, era preciso um exemplo, que ao mesmo tempo servisse de aviso — exemplo e aviso muito possivelmente sugeridos ou indicados por Roma, pelos motivos que já expusemos. Os sete autos foram condenados, uns em absoluto, outros condicionalmente, porque as *Razões de Estado* de esse governo assim o requeriam; mas, não se dizia quem os tinha escrito, talvez para que o nome do trovador Mestre da Balança — o poeta tão Português protegido por D. Leonor e D. Manuel, D. João III e D. Caterina, e profundamente crente apesar das suas sátiras e irreverências — não fosse, mesmo depois de morto, atingido pela censura do Santo Ofício, tribunal religioso, mas também Português, e ao qual presidia o Inquisidor-Mor, que sendo Cardeal da Santa Igreja, era igualmente Infante de Portugal.

«Passado um decénio, a condenação foi — segundo D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — textualmente repetida no *Rol* de 1551: porém, no ano seguinte, saía dos prelos de João Alvares a *Copilacam*, vista 'polos deputados da sancta Inquiçam' — cujo exame começara certamente ainda em 1561 — na qual entravam, exceptuando três — e essas, mais do que provavelmente, pela simples razão de se terem perdido — as obras condenadas, e sem os cortes prescritos no *Rol* de 1551 e, conforme se diz, no de 1561. Não se podia mostrar maior benevolência (...). Dizer-se que quatro dos autos 'entraram na *Copilação* de 1562, apesar da proibição de D. Henrique e seu acólito' (Frei Jerónimo de Azambuja, que assinou o *Rol* de 1551), como escreve D. Carolina (*Notas Vicentinas*, 1, pág. 31), parece-nos, com o devido e sincero respeito que temos pela sua memória, um despropósito e uma injustiça. Não se pode

imaginar um só momento, que os deputados da Inquisição teriam permitido e aprovado a publicação de um livro contendo obras condenadas pelo Cardeal Infante, se o mesmo Eminentíssimo e muito poderoso Senhor lhes não houvesse dado uma expressa autorização para assim procederem. A censura, 'extraordinariamente benigna', foi, por consequência, autorizada pelo Inquisidor-Mor e talvez mesmo ordenada por ele.

«Como muitos outros, também dizemos: porquê? Se, como julgamos, a condenação de 1551 foi devida ao que intitulámos *Razões de Estado* do governo da Inquisição, é perfeitamente admissível que, passados dez ou onze anos, essas *razões* tivessem deixado de existir permitindo que a condenação fosse anulada. Os motivos podem, sem dúvida, ter sido inteiramente diferentes, não pretendemos haver encontrado a solução do problema; mas, o facto, esse evidente e indiscutível, é que em 1562 a condenação das obras de Gil Vicente foi revogada pela inclusão de quatro autos proibidos na *Copilacam*, e que, dois anos depois, a anulação da sentença foi oficialmente, apesar de tácitamente, confirmada, visto — como mostrámos — o *Rol dos Livros que neste Reyno se prohibem*, estampado em 1564, não conter o nome de nem uma só das obras de Gil Vicente que tinham sido condenadas em 1551. E esse *Rol* foi o último mandado publicar pelo Infante D. Henrique.

«Como se vê, o procedimento da Inquisição — a 'Mesa Censória' e a sua 'alma danada' — para com as obras de Gil Vicente não obedeceu a rigores fanáticos nem a perseguições injustas até 1580, isto é, enquanto Portugal manteve a sua independência. Mas depois, quando, para mal dos nossos pecados, ou antes para sua expiação, Filipe II passou a reinar em Portugal, a cena mudou de aspecto» (págs. 622-624).

Ao findar o seu extenso estudo, diz D. Manuel II: «As críticas de Gil Vicente, inspiradas pelo seu extraordinário espírito de observação, são magistrais, e admiramos a independência e coragem com que as expôs. Mas, seja-nos

lícito acrescentar, que admiramos igualmente a liberdade que havia nos tempos da monarquia absoluta, em que um homem como Gil Vicente podia dizer abertamente e diante dos seus Reis e dos mais altos personagens, tudo o que sentia e pensava. Não há dúvida que nesta época praticava-se mais a liberdade e falava-se menos nela; hoje é o contrário» (pág. 643).

- (45) — O vol. II, último aparecido em vida de D. Manuel II, foi editado em 1932.
- (46) — O papa então reinante era Pio XI, antigo bibliotecário da Biblioteca Ambrosiana de Milão e subdirector da Vaticana, ao qual D. Manuel II oferecera em 1930 o vol. I dos *Livros Antigos Portugueses*. Justifica-se assim que o Papa e o Rei pudessem falar de livros.
- (47) — A residência de Fulwell Park, situada na pequena cidade suburbana de Twickenham (condado de Middlesex), junto do Tamisa, fora então assaltada por gatunos desconhecidos, que levaram algumas preciosidades.
- (48) — A palavra *coronel* vem assim mesmo no texto, e portanto em português. Conjecturamos tratar-se da sua coroa de Duque de Bragança, que D. Manuel não especifica mais pelo facto de o Prof. Prestage já a ter visto em Fulwell Park, mas o sr. Dr. João de Figueiredo, conservador do Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, a quem consultámos, emite a hipótese de D. Manuel II designar abreviadamente por *coronel* o seu códice das Cartas de D. Luísa de Gusmão, onde ocorre por várias vezes o nome dum tal Agostinho Coronel Chacon, que ao tempo vivia em Londres e de lá propunha, em 1657, fornecer ao rei de Portugal cavalos, pólvora e balas. Designando o *continente* pelo *conteúdo parcial*, D. Manuel applicaria o nome ao livro das Cartas.

Pelo seu grande interesse sob vários aspectos, damos a seguir, na íntegra, a informação do Dr. João de Figueiredo:

«O Códice manuscrito da Biblioteca de El-rei D. Manuel II que vem mencionado nos «Livros de D. Manuel II» do Prof. Joaquim de Carvalho, é um

espesso volume com capa de pergaminho mole. Está encerrado num estojo de cartão que tem o rótulo: «Cartas de D. Luiza de Gusmão, Regente em nome de D. Affonso VI, a Francisco de Mello, Embaixador em Londres. 1657-1660». Tirado o volume desta caixa e folheado, vê-se que tem uma folha de ante-rosto com o desenho, a tinta preta, das armas reais portuguesas, enquadradas por um ornato de volutas, e, em baixo, um pelicano e a esfera armilar. Segue-se a folha com o título «Livro das Cartas que escreveu a Magestade de El Rey de Portugal D. Affonso VI a Francisco de Mello do seu Conselho de Guerra sendo Embayxador Extraordinário em Inglaterra nos annos de 1657, 658, 659 e 660».

«Até aqui tudo é do século XVIII manifestamente. Porém o volume em si mesmo é constituído pelas cartas autênticas. A caligrafia é incontestavelmente do século XVII e estão todas assinadas pela regente: «RAYNHA». Estas cartas estão numeradas constituindo no volume fólhos numerados nas páginas anteriores, de 1 a 217, mas que tem intercalados vários outros documentos, cópias de documentos que foram enviados com elas a Francisco de Melo, sobre negociações políticas com outros países, sobre a marcha dos acontecimentos militares, e outras não mencionadas. Muitas delas são *cifradas*, ou parcialmente *cifradas*, ou completamente. São umas quarenta as *cifradas*, todas de 1659 e 1660.

«Li todas as que não estão *cifradas* e tive a surpresa de encontrar logo na n.º 5 (27 de Setembro de 1657) (ou do fólho n.º 5) referência a um «Agostinho Coronel, morador na Corte de Londres», que por intermédio dum Gaspar Dias Ferreira oferecia pôr em Lisboa 500 cavalos, ou maior número, «pelo preço de quarenta mil reis cada hum». Outras cartas se referem ao mesmo Coronel, chamando-lhe *assentista*, pois propunha fornecer, além de cavalos, pólvora e balas (26 de Fevereiro de 1658). Numa cópia dum parecer da Junta dos Três Estados e do Tenente General da Artilharia Ruy Correa Lucas diz-se que o nome completo deste homem era Agostinho Coronel Chacon, e também na carta para Fran-

cisco de Melo, de 15 de Abril de 1658, se lhe dá este nome.

«Parece-me não poder haver dúvida de que descobrimos assim o *enigma* do «Coronel» da Carta de El-Rei D. Manuel ao Professor Prestage. O Rei designava por «Coronel» *este volume* das cartas a Francisco de Melo, o notável diplomata da Restauração.

«O Agostinho Coronel Chacon tinha, pois, um nome espanhol. Julgo que fosse judeu; e a sua *capacidade de negócios volumosos*, é a favor desta suposição. Não se diz claramente nas cartas se as suas propostas foram aceites, mas fiquei com a impressão de que o foram, pois ainda numa das últimas cartas deste volume, a de 10 de Julho de 1660, se diz a Francisco de Melo que Agostinho Coronel fez nova proposta, «acerca do *pao Brasil*». As negociações de Francisco de Melo com o Governo Inglês eram muito difíceis (diz-se nas cartas), ao princípio, pois governava Cromwell; as últimas são já do reinado de Carlos II. Não chegam, porém, as cartas às negociações do casamento da Infanta D. Catarina com este rei, feitas pelo hábil diplomata, que foi agraciado com o título de Conde.

«Há também na *Biblioteca de Livros Portugueses de El-Rei D. Manuel* um volume manuscrito de *Cartas de Francisco Coutinho*, o outro notável diplomata da Restauração, escritas a D. Luiza de Gusmão; mas estas não são autógrafas: são cópias do século XVIII.»

Mas a qualquer das duas hipóteses falta corroboração. De notar é finalmente que no Instituto Histórico do Rio de Janeiro está um dos livros da correspondência de Sande (Janeiro de 1569 a Julho de 1660) (Prestage, *Rel. Dipl.*, trad. port., pág. 157, n. 1).

Prof. Prestage. A 2 de Julho seguinte, vitimado por um edema na glote, D. Manuel II morria asfixiado, ao lado de sua Esposa, sem que os socorros médicos pudessem ao menos minorar-lhe o sofrimento angustioso.

A EDUCAÇÃO DE GOMES FREIRE

O acaso deparou-nos um dia, na Biblioteca Pública de Évora, um «Plano de Estudos», não datado mas de letra miudinha e em papel antigo, que copiámos por termo-lo achado curiosíssimo.

Está ele no Códice Ms. ^{CIX}₁₋₁₀, onde ocupa o documento n.º 38 e consta de duas folhas de 36 × 23^{cm}. Abaixo do título, em letra diferente, lê-se a seguinte nota sucinta: «*Este plano he de D. Izabel Fr.^e viuva de Ambrosio Pr.^a Fr.^e de Andr.^a Castro assistente em Viena de Austria em Alemanha, p.^a a educação de seu f.^o Gomes Pr.^a Fr.^e Andr.^a e Castro.*»

Quando procurámos identificar estas personagens ficámos radiantes pela descoberta que fizéramos. É que este Gomes Pereira Freire de Andrade e Castro fora o grande General Gomes Freire de Andrade, filho do Ministro Plenipotenciário de Portugal em Viena — Ambrósio Pereira Freire de Andrade e Castro — e de D. Isabel, de nobre linhagem da Boémia, herdeira dos Condes de Schaffgotsch.

Gomes Freire foi baptizado com o nome de Gomes José Joaquim António Francisco Xavier João Nepomuceno e nasceu em Viena a 28 de Janeiro de 1757.

Ficou órfão de pai em 1774 (portanto com 17 anos); continuou residindo na capital austríaca ⁽¹⁾ com uma irmã de nome Teresa Joana Antónia e com a mãe, até completar os estudos a que a Condessa de Schaffgotsch o mandara submeter. E não eram eles de molde a lhe deixarem tempo para divertimentos... pois além da língua materna — o alemão —, teria de aprender o português e o espanhol, o italiano e o inglês; e, mais do que as prendas exigidas a um nobre de estirpe — como o saber dançar, montar e esgrimir —, Gomes Freire estudou

(1) Veio para Portugal em Fevereiro de 1781.

a Filosofia, a Matemática, o Direito, a História e a Geografia, a Física Experimental, o Desenho e a Arquitectura Civil e Militar.

Publicamos aqui, na íntegra, o interessantíssimo e histórico documento a juntar à biografia da lamentável vítima da Conspiração de 1817.

Não era leve a tarefa dum nobre educado sob a vigilância duma mãe germânica, que queria fazer do filho alguém com personalidade e mérito...

Lisboa, Fevereiro de 1952.

MARIANA A. MACHADO SANTOS

DESPEZA NOS DOIS PRIMEIROS ANNOS

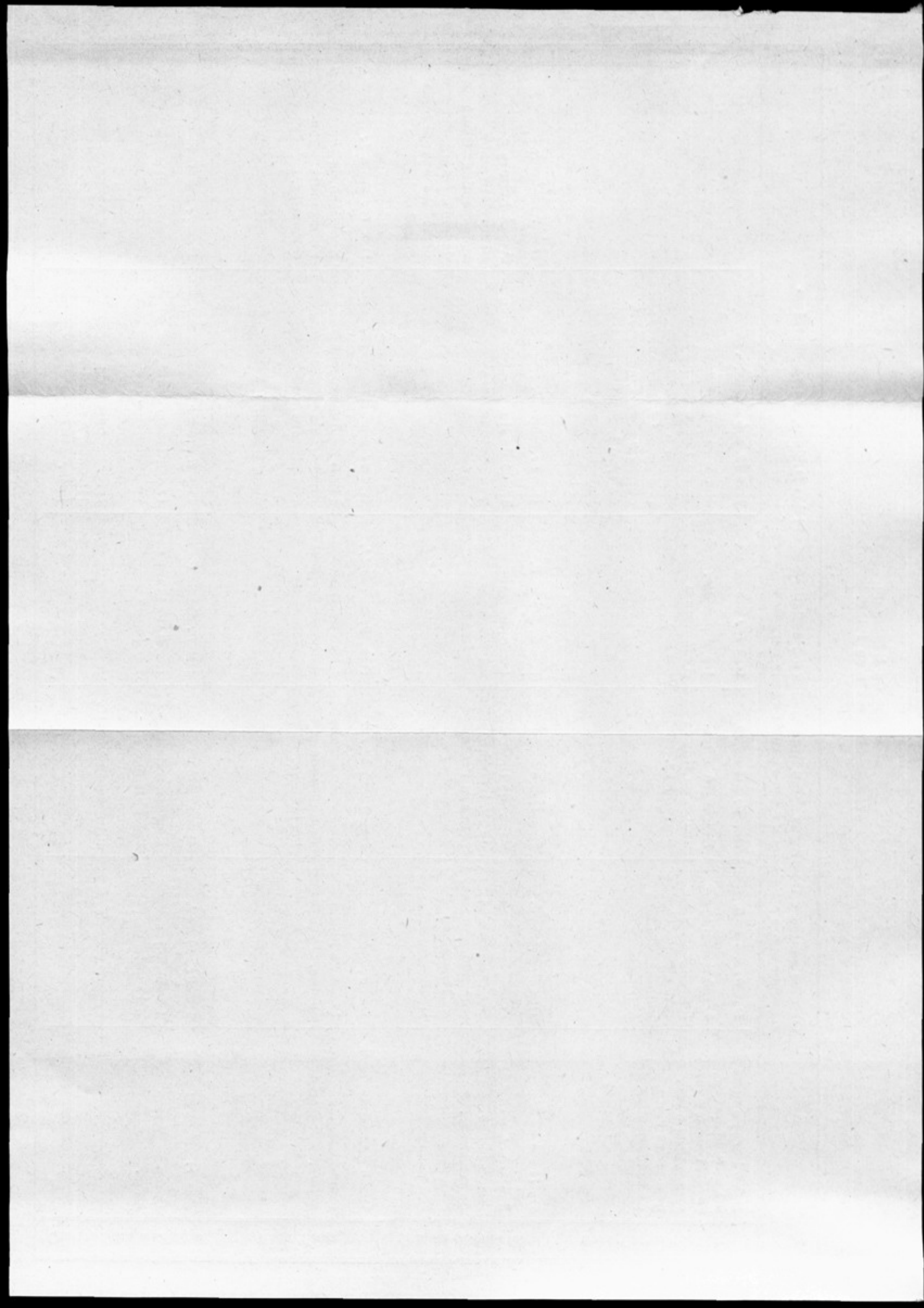
O Professor de Philosophia custa por mez	16 ^{r1} :56 *
o Mestre de Mathematica	12 :42
o Mestre de Dansa	12 :42
o Mestre de Debuxo	12 :42
o Mestre de florete	8 :28
Para aprender a montar a cavallo	16 :56
Total de cada mez	80 ^{r1} :12 *
vem a ser por anno	965 ^{r1} :12 *
Paga do Governador annual	700 :—
P. ^a o vestuario de meu filho	200 :—
Dinheiro p. ^a algibeira de meu filho p. ^a as suas galantarias	50 :—
Soma por anno	1.516 ^{r1} :—

DESPEZA NOS ULTIMOS TRES ANNOS

Ao Professor de Direito pagar-se-ha por mez	25 ^{r1} :24 *
Ao Mestre de Mathematica	12 :42
Ao Mestre das Diversas linguas	12 :42
Ao Mestre de Florete	8 :28
Por aprender a montar a cavallo	16 :56
Total cada mez	76 ^{r1} :24 *
Vem a ser por anno	914 ^{r1} :24 *
Paga do Governador	300 :—
Vestuario de meu filho	200 :—
Dinheiro p. ^a as suas galantarias	50 :48
Soma por anno	1.465 ^{r1} :12 *

Os dias santos, e Domingos seraõ impregados em assisttir aos officios Divinos, em receber Instruções sobre a Religiam, e em visitar os seus parentes.

Para Segunda Feira	Das 6 horas e meia até as 8, levantase, reza, almosa; e ouvirá missa; e esta he a regra geral p. ^a todos os dias.	Das 8: até as 9. Lisã de Philosophia por dois annos, e pelos tres seguintes estudarã o Direito.	Das 9: até as 10. Escreverã, e traduzirá na língua Portugueza.	Das 10: até as 12. Irá a picadia, e montará a cavallo.	Das 12. até a Huma. Repetirá em presença do Instructor a philosophia, a mathematica nos prim. ^{ros} dois annos; nos outros 3 seg. ^{tes} aprenderã no 1. ^o o Inglez: no 2. ^o o Italiano, e no 3. ^o o Espanhol.	
Quarta e Sexta feira	Da 1: até as 3: Jantarã, e terá um pouco de recreação.	Das 3: até as 4. O seu Instructor lhe explicará as diferentes partes da História, e Geographia.	Das 4: até as 5: Segunda lisã de Philosophia pelo seu Professor, ou Mestre.	Das 5: até as 6. Lisã de Dança.	Das 6: até as 7. Lisã da língua portugueza.	Das 7 até as 8. Averã Leitura util e relativa aos seus estudos. Cearã depois, rezará, e perto das nove e meia deitar-se ha.
Para Tercsa	Das 6 e meia até as 8: Como disemos acima.	Das 8: até as 9. Lisã de Philosophia.	Das 9: até as 10: Escrever, e traduzir na lingua Portugueza.	Das 10: até as 11. Lisã de Mathematica, e successivamente de Phisica Experimental.	Das 11 até as 12. Lisã de debuxo nos primeiros annos, e nos ultimos estudar a Architectura civil, e militar.	Das 12: até a 1: Repetisaõ da Philosophia, e mathematica.
Quarta feira e sábado	Das 1: até as 3: Como se dise asima.	Das 3: até as 4. Lisã de jogar o Florete.	Das 4: até as 5: Repetisaõ de Philosophia nos primeiros annos, e nos ultimos de Direito.	Das 5: até as 6. Lisã da Língua Portugueza.	Das 6 até as 7: O seu Governador, ou Instructor lhe explicará as diferentes partes da Historia, e Geographia.	Das 7: até as 8. Leitura util e delectosa: no verão o passeio; q. ^{to} ao mais, como se dise asima.



OS AÇORES (*)

SENHOR PRESIDENTE E ILUSTRES CONSÓCIOS
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES:

Propus-me tratar nesta famosa casa e nesta sala onde tão sábias e tão claras palavras se têm proferido, um tema para mim lisonjeiro e talvez para V. Ex.^{as} interessante, qual o das Ilhas dos Açores.

A lisonja está em que nasci ilhéu, ilhéu me criei e ilhéu conto morrer, na graça de Deus; quanto ao interesse, encarecê-lo me parece inútil — e já digo a V. Ex.^{as} porquê: Nada há, debaixo do céu que nos cobre, que não cativa a curiosidade humana, seja a cidade magnífica, a aldeia modesta, adormecida na paz do Senhor e do tempo, o enxame de abelhas bravas, que se alvoroçam da colmeia, o murmúrio bucólico das fontes a todas as horas entoando a sua canção de frescura.

Torrões de pedra, soltos, dispersos no mar inquieto, «bastiões marinhos de Portugal que adiantam no Atlântico a Alma da Pátria», como lhes chamou o requintado espírito de Afonso Lopes Vieira, os Açores estão sob a alçada do curioso e com tamanho jus a que deles nos ocupemos quão grande é o desfavor que os tem cercado por vezes.

São fracas as minhas posses de falador, mas, ricos — e valha-nos isso — meu amor àquelas Ilhas e minha constante vontade de as pregar.

O naturalista e etnógrafo Aubert de Rice (¹), falando dos Açores em *L'homme et les Îles*, e ao estudar as sociedades insulares, observa que o seu isolamento acaba por criar nelas um estado de espírito particular, que os continentais muito dificilmente compreendem, e aponta, entre os traços mais frequentes nos habitantes das ilhas, uma grande

(*) Conferência proferida no Instituto de Coimbra em 5 de Junho de 1952.

(¹) Dr. José Bruno Carreiro em *Autonomia Administrativa das Ilhas Adjacentes* — conferência (Ponta Delgada).

susceptibilidade, uma sensibilidade e um patriotismo desenvolvidos em extremo.

E acrescenta: «É um facto impressionante a afeição e o apego que os povos insulares manifestam pela sua pequena pátria, mesmo quando se trata das mais ingratas terras».

Esse apego, esse orgulho, não são mais, segundo o açoriano Victorino Nemésio, do que «um amor elementar que não conhece razões, mas, impulsos»; um «sentimento de herança étnica que se relaciona, intimamente, com a grandeza do mar, feito de solidão e singularidades tais que levava Antero a chamar aos portugueses da metrópole os seus quase patrícios» (1). E conclui: «Como as sereias, temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar...» (2).

Por isso, V. Ex.^{as} se moverão para mim com ânimo benigno de ouvir-me, perfeita vontade de perdoar-me, mas, empenho de não esquecer o que, porventura, disser aproveitável e atendível.

Mal toco, porém, nos muitos pontos que poderia profundar, tantos, tão interessantes e complexos eles são. Prefiro a florá-los, fazer uma ligeira corrida pelos motivos ilhéus, dar a V. Ex.^{as}, enfim, um relanceado panorama das nove Ilhas do Arquipélago.

Da pronúncia insular, tão variada, tão doce nas *Ilhas de baixo*, (os micalenses assim chamam à dos grupos central e ocidental) (3), onde o sotaque é uma cantiga, faço, talvez, o melhor desta palestra, pois, através dela — e não obstante os já numerosos anos de ausência — exemplifico a V. Ex.^{as} o sabor da fala micalense, nasalada como eu a pratico, sem emenda possível.

Tenham, pois, V. Ex.^{as} a bondade de ouvir.

*

Sob o nome de Flamengas, Afortunadas, Terceiras, Ilhas de S. Brandão ou da Fortuna e, finalmente, sob a designação ornitónica de Açores, foram conhecidas, desde trezentos, nove ilhas que um Por-

(1) Artigo em *Insula*, Ponta Delgada, 1932.

(2) *Idem*, *idem*.

(3) Assim as designa também o Dr. Gaspar Fructuoso no livro 6.º, caps. 1.º e 32.º das *Saudades da Terra*.

tolano medieval nomeava, especialmente, de: — *Insula Corvi Marini, Licombi, São Zorzi, insula de la ventura, una inominata, insula de Brasil e a ilota Cuprara ou Liorno.*

Doze anos depois — 1351 — são debuxadas as ilhas dos Açores no Atlas Mediceu (Portulano Laurenciano existente em Florença), com as designações de *Insulae de Cabrera, insulae Brazii, insulae de Ventura sive de Columbii e Insulae Corvis Marinis* (1), e, finalmente, ao expirar do 3.º quartel do século XIV — 1375-1377 — a Carta Catalã, de Abrahão Cresques, ostenta a hexínsula formada por «*Brasil, li Columbi, insula de la Ventura, San Zorzo, li Conigi, e insulae de Corvis Marinis*» (2).

Daqui podem V. Ex.^{as} deduzir que o conhecimento destas longínquas paragens era anterior ao Infante D. Henrique, e, a avaliar pela toponímia, tocado de lendário encanto e pitoresca incerteza.

Não me canso de fabular com tão agradáveis nomes, como são os que se encontram nesses roteiros sepultos no pó dos velhos arquivos e que representavam, em fiada, mudando-lhes ordem e número a talante, as freirinhas de véu pardo, que são as minhas Ilhas, sempre cobertas do que lá se chama *mormaço* e é uma indizível rede de nuvens a um tempo aflitiva e bonançosa.

Perdeu-se, quase, a memória do nome de S. Brandão, que nos traz a ideia dum facho de fé persistente e perfumosa. (Das espécies concatenadas da Livraria de D. Afonso V fazia parte um manuscrito que dele nos daria conta: falava nas ilhas da Fortuna).

Perderam-se, também, os nomes de S. Diniz, São Luiz, São Tomás e Santa Iria, (hoje Pico, Faial, Flores e Corvo), postos às ilhas mais ocidentais e verdadeiramente colonizadas depois da morte do Infante, que, assim as cognominara, a eles aludindo em seu testamento de 28 de Outubro de 1640 (3). (Os nomes actuais eram já conhecidos e

(1) Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda em *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932.

(2) Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda em *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932.

(3) A. Ferreira de Serpa, *Descobrimto do Arquipélago dos Açores*, pág. 70.

usados em 1507, como se infere da «Descrição das Ilhas Atlânticas» feita por Valentim Fernandes, alemão).

Mas, conservam-se intactos os nomes de S.^{ta} Maria, São Miguel e São Jorge. *Caprária*, passou a ilhéus das Cabras, na costa terceirense do sul e Brasil se chamou ao monte que vigia e protege a cidade de Angra do Heroísmo, rumoroso de *pinus marítimus* e pinca.

E eu, agora, com permissão do vosso escrúpulo, pregarei na Graciosa (há quem defenda o étimo Garçosa) a suave etiqueta de *Columbi*, pomba ou garça pousada na cisma das águas infinitas, como é cada uma e são todas, filhas do mesmo parto orogénico, gémeas irmanzinhas da minha saudade portuguesa; e por igual venturosas se têm conservado a par, longe do bulício de todas as babilónias do mundo, cristãs e primitivas na sua bondade, quase tão desconhecidas e apreciadas como no tempo dos Cartógrafos.

*

Mas, deixando a obscuridade dos roteiristas medievais, dirijamo-nos ao trato da descoberta definitiva realizada pelos portugueses — pois só essa teve valor prático, por se lhe seguir a colonização — em primeiro lugar observando a doutrina tradicional, que vem do quinhentista Fructuoso.

Gonçalo Velho Cabral, comendador do sítio fortificado de Almourol — Ribatejo — é encarregado por seu amo, o Infante D. Henrique, de demandar as terras do Ocidente, «em um lenho», a fim «de ver coisas vistas por olho».

Embarcado na vila de Sagres em 1431, ao termo da viagem topou, de norte para leste, com oito cachopos alinhados, que denominou Formigas, e que estanciam sete léguas ao norte da chamada Ponta do Castelo (Álvaro Pires?) da Ilha de Santa Maria. (Esta data é corroborada por Martim da Boémia no seu «Globo de Nuremberg»).

Escoroçoado, porém, com êxito tão fraco, pois «não havia por este mar outras terras senão aquelas duras pedras que nele sòmente acharam», ⁽¹⁾ se fez de vela ao Reino onde, sob incitamento do

(1) G. Fructuoso, Livro 3.º, capítulo 1.º, § 7.º

Infante, convicto e pertinaz, cobrou alento para segunda viagem, verificada no ano imediato.

Eram 15 de Agosto, dia de Santa Maria, quando Gonçalo Velho ancorou no porto da Ilha, que dedicou à Virgem.

Doze anos dobraram sobre o facto, ainda que incompletos, pois, a 8 de Maio de 1444, dia do aparecimento de S. Miguel, era descoberta a maior das Ilhas dos Açores, que recebeu o nome do Arcanjo.

Assim o narra, em parte baseada na tradição oral, o Dr. Gaspar Fructuoso, «a maior criação literária açoriana do século XVI» (1) no livro 3.º capítulo 2.º, § 1.º e no livro 4.º capítulo 1.º, § 8.º das *Saudades da Terra* que, com a devida vénia, passo a ler:

— Livro 3.º capítulo 2.º, § 1.º

«Como na alta mente do Infante estava posta e entendida outra coisa que os seus não entendiam nem cuidavam, recebendo-os ele com alegre rosto e fazendo as mercês costumadas a semelhantes serviços, confirmou mais o que cuidava de estar ali perto daquele baixo de penedia a Ilha que ele mandava buscar e sabendo mui bem quem porfia mata caça e a lebre que uma vez se esconde outro dia se descobre, determinou provar outra vez a ventura e aventurar o pouco que gastava pelo muito que disso esperava cobrar; e como foi tempo disposto para o descobrimento, no ano seguinte tornou com rogos e promessas (como alguns dizem) a mandar o mesmo Frei Gonçalo Velho a descobrir o que antes não achara, dando-lhe por regimento que passasse avante das Formigas. O qual Gonçalo Velho, tornando a fazer esta viagem como lhe era mandado, vindo com próspero tempo, querendo Deus já fazer esta tão alta mercê ao Infante e a ele, houve vista da lha em dia da Assunção de Nossa Senhora, quinze dias de Agosto do ano do Senhor, uns dizem do ano de 1430, outros de 1456; mas, isto não pode ser porque comumente se disse e afirmou sempre, e assim se acha em algumas lembranças de homens graves desta Ilha de S. Miguel, que foi achada depois

(1) Dr. Arruda, *idem*.

da Ilha de S.^{ta} Maria ser descoberta doze anos, e se achou na era de 1444, como depois direi tratando dela; pois se esta Ilha de S. Miguel se achou nesta era de 444 e a ilha de S.^{ta} Maria foi achada primeiro que ela doze anos, como todos dizem e nunca caiu isto da memória dos homens, quem de 1444 tira doze ficam 1432, que é o ano em que se achou a Ilha de S.^{ta} Maria.»

Vejamos, agora, o livro 4.^o capítulo 1.^o e § 8.^o:

Depois de tornado Frei Gonçalo Velho, capitão da Ilha de S.^{ta} Maria, da primeira viagem que fez por mandado do Infante ao descobrimento desta Ilha de S. Miguel, sem a poder achar nem ver, andando perto dela lavrando com muitos bordos o mar dentre ambas, pelo que o Infante sabia lhe respondeu: que andara entre o ilhéu que é a Ilha de S.^{ta} Maria, e a terra, que é esta de S. Miguel; e pelo que lhe disseram que a vira um negro fugido, tornou (como já disse) a mandar o mesmo Frei Gonçalo Velho a buscá-la, dando-lhe por regimento que puzesse a popa no ilhéu, que era a ilha de S.^{ta} Maria e ao norte navegasse, e dariam na ilha que ele mandava buscar. O que cumprindo o dito Gonçalo Velho e o piloto que trazia consigo, que se chamava João Vicente, natural do Algarve, cujo nome soube (sic) quase doze anos inteiros depois de ser descoberta a ilha de Santa Maria, aos oito dias do mez de maio da era de mil e quatrocentos e quarenta e quatro anos, por dia do aparecimento do arcanjo S. Miguel, príncipe da igreja, foi vista e descoberta por eles esta ilha; que por ser achada e aparecer em tal dia e festa do aparecimento do arcanjo, lhe foi posto nome de Ilha de S. Miguel, de felicissima sorte, governando o Reino o Infante D. Pedro, filho d'El-Rei D. João de Boa Memória, o primeiro de nome e o décimo de Portugal.»

Daqui em diante, quem pesquise a cronologia das descobertas e o elenco dos descobridores portugueses, de peito feito a esclarecer o que concerne aos Açores, naufraga, sem apelação nem agravo; tudo é bruma, cerrado nevoeiro histórico. É tudo, como lá se diz, um *mormaço*.

Continuando, porém, a aceitar esta hipótese, de que Gaspar Fructuoso se faz eco ou patrocina, teremos que a Ilha mais próxima das oci-

duas, em relação a S. Miguel, seria descoberta entre os anos de 1445-47, inferência esta da concessão da sua capitania donatária ao fidalgo Jácome de Bruges, natural do Condado da Flandres. (Consta de carta ducal, feita na cidade de Silves, por Pedro Lourenço a dois dias de Março de 1450) (1).

Alguns cronistas insulares sustentam que esta ilha foi descoberta no dia da Circuncisão do Senhor, pelo que se chamou de Jesus Cristo, antes de ser Terceira, e suas armas primitivas eram uma cruz em campo aberto; só mais tarde alternou o braço armado com um ingénuo passarinho em quartel.

Mas, a dúvida, a incerteza, persistem e, no emaranhado das opiniões e hipóteses, que os cronistas ou historiadores e navegadores dos séculos dos descobrimentos não conseguem dobar com acerto e precisão, mais se avolumam e obscurecem.

Porquê? Assim o tenta explicar o Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda — investigador açoriano e antigo sócio deste Instituto — na sua *Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores* (2):

«Parece que um excesso de segredo e cautela», que «uma necessidade imposta pela pequenez da Nação e grandeza da obra, obrigavam os detentores do poder e os seus dirigentes, a fechar todos os documentos, quer escritos, quer cartográficos, que em geral a estas navegações se referiam», e que «as notícias das viagens para ocidente, cautelosa e incobertamente feitas e que constituíam a chave da diplomacia, desde D. Henrique até D. João II e mesmo D. Manuel, pré e post tratado de Tordezi-lhas, foram propositadamente destruídas. Outra coisa se não poderá induzir do silêncio dos historiadores oficiais da época dos descobrimentos sobre os empreendimentos ocidentais.»

Assim o estranha, também, contradizendo-se, o próprio Gaspar Fructuoso ao tratar, no capítulo 1.º do Livro 6.º, do descobrimento

(1) Gaspar Fructuoso, idem, Livro 6.º, capítulo 1.º

(2) Pág. 56.

das ilhas centrais e «das opiniões diversas que há dos nomes e descobrimento da ilha Terceira», quando se refere ao «grande descuido dos antigos descobridores portugueses que não tiveram a curiosidade de o pôr em escritura, ou ao menos (como costumam algumas nações estrangeiras) não alevantaram um padrão de pedra no porto onde saíram, com letras esculpidas que declararam o dia, mês e ano em que estas ilhas foram achadas e nelas se desembarcaram».

Como admitir, entretanto, tão dilatados anos entre a descoberta destas ilhas, se quase todas, em dia bonançoso e claro, se lobrigam umas das outras, a olho nu, e se D. Afonso v, a 2 de Julho de 1439 e por autoridade do «senhor infante D. Pedro, seu tio, defensor por el dito senhor Rei Regedor», enviava ao Infante D. Henrique a seguinte carta: «A quantos esta carta virem fazemos saber, que o Infante Dom Henrique meu tio nos ãvyou dizer q̃ el mandara lançar ovelhas nas ssete Ilhas dos Açores, e que se nos aprouguese que as mandaria pobrar. E porque a nos dello praz lhe damos lugar e licença q̃ as mande pobrar...»⁽¹⁾ — licença esta que foi confirmada por carta posterior, com a data de 10 de Março de 1449, já depois de o Rei ter assumido a plenitude da sua autoridade real?

Como admitir que Gonçalo Velho, ao chegar às Formigas, não tenha lobrigado senão «aquelas duras pedras», se quem por ali passa, ido do continente, alcança, à vista desarmada, a ilha de Santa Maria, à esquerda, cuja costa para elas voltada, se eleva a 300 metros de altitude e, à direita, a de S. Miguel, ambas distantes das Formigas respectivamente 22 e 32 milhas?⁽²⁾

Como se compreende que algumas hajam sido descobertas depois de 1444, se os seus moradores foram isentos, por 5 anos, do pagamento de dízima, em carta pelo mesmo Rei assinada em 5 de Abril de 1443⁽³⁾, se a pertinácia e os conselhos do Infante, indicando o rumo a seguir — como refere o mesmo Fructuoso — demonstram antecipado, seguro conhecimento da existência e posição das terras que se buscavam?

(¹) Dr. Arruda, págs. 121 e 122.

(²) Ferreira de Serpa, págs. 35 e 36.

(³) Dr. Arruda, págs. 121 e 122.

Não se terão confundido as viagens do descobrimento com as da colonização, especialmente as que, com mais intensidade, se fariam nos anos de 1444 ou 45 e seguintes, no governo do Infante D. Pedro, atribuindo a estas a gloriosa prioridade daquelas? (1).

Não nos embrenhemos em meandros a que a luz tenta fugir e longe nos levariam. Deixemos em paz, desentendidos uns dos outros, ou descuidosos, Azurara e Diogo Gomes — únicos escritores coevos da descoberta e da colonização — bem como João de Barros e Valentim Fernandes, que, em boa verdade, nunca citaram o nome de Gonçalo Velho como descobridor.

Intuitivo será admitir-se, por mais razoável e lógica, a tese moderna, defendida pelo Professor Dr. Damião Peres e pelos investigadores açorianos Monteiro Arruda, Ferreira de Serpa e coronel Francisco Afonso de Chaves, que «descoberta que foi a ilha de Santa Maria, imediatamente se deve ter descoberto a de S. Miguel e, a seguir, as outras Ilhas até ao Faial, sem desprezar a teoria Fructusiana (2) — corroborada pelo *Globo* de Martim da Boémia e pela carta de Valsequa, de que nos anos de 1427, 1431 e 1432 as Ilhas foram descobertas, reconhecidas e ocupadas pelos marinheiros das caravelas do Infante, capitaneadas, embora, pelo navegador Gonçalo Velho que nelas foi lançar ovelhas... (3).

Esta opinião é, ainda, reforçada com a do sábio almirante Gago Coutinho, que pretende que os Açores foram vistos numa viagem de retorno da Costa Africana (4), opinião esta já alvitada por Fructuoso «com muita intuição e faro histórico».

Ferreira de Serpa, no seu folheto *O descobrimento do Arquipélago dos Açores* (5) afirma que não se sabe quem descobriu ou mesmo reconheceu o Arquipélago; que Azurara e Diogo Gomes, contemporâneos do Infante e de Frei Gonçalo, ignoram o nome do descobridor e, portanto, não o indicam nem declaram; que foi Gaspar Fructuoso quem primeiro lhe atribuiu um descobridor — sem citar qualquer documento

(1) Dr. Arruda, pág. 76.

(2) *Saudades da Terra*, Livro 6.º, capítulo 1.º

(3) Dr. Arruda, pág. 80.

(4) *Insula*, Ponta Delgada, 1932.

(5) Págs. 8 e 62.

ou autor em abono do seu acerto; que as Ilhas já estavam marcadas, desde 1351, em mapas ou cartas anteriores à pretensa descoberta, e que ao próprio Fructuoso constara que outro Capitão — antes de Gonçalo Velho — fora mandado pelo Infante reconhecer a ilha de Santa Maria e a encontrara (1).

Por seu turno o Professor Damião Peres em *Descobrimientos portugueses* (2), não só arreda, também, Gonçalo Velho do glorioso feito, como afirma: «Em resumo, o pouco que com suficiente segurança pode afirmar-se a respeito das primeiras navegações portuguesas nas águas açorianas consiste no seguinte: em 1427, um navio pilotado por Diogo de Silves, atingiu o Arquipélago Açoriano, de que em 1439 eram já conhecidas as sete ilhas que compõem os grupos oriental e central; entre essas duas datas enviou o Infante expedições de reconhecimento, que ali foram lançar animais domésticos. É ainda plausível que essas expedições tivessem tido lugar em 1431 e 1432 e que as comandasse Gonçalo Velho».

Estas, senhoras e senhores, as «sete Ilhas dos Açores», porquanto as Flores e o Corvo — que Cândido Lusitano (Padre Francisco José Freire) afirma, sem documento que o garanta, mas, talvez, vizinho da verdade, que foram descobertas antes de 1447 — não gozavam, nessa altura, da mesma designação genérica.

Ferreira de Serpa (3), ao abordar a descoberta destas duas Ilhas, contrapõe, garantindo que a Ilha do Corvo — *Corvi Marini*, figura já no Atlas Mediceu (1351), isto é, 80 anos antes do pretenso descobrimento das Formigas, ao passo que o Professor Damião Peres, no seu já citado e magistral trabalho (4) aceita «como muito plausível, que o referido descobrimento das ilhas ocidentais Açorianas foi feito por Diogo de Teive, em 1452, ou pouco antes», e o Dr. Monteiro Arruda, também valiosa fonte deste capítulo, assim o refere na sua *Colecção de Documentos* (5): «No reinado de D. Afonso V, os Açores serão só as sete primeiras ilhas indo do oriente para ocidente, como se

(1) Págs. 8 e 62.

(2) Pág. 68.

(3) *Idem*, págs. 73 e 88.

(4) Pág. 73.

(5) Págs. 81 e 82.

poderá ver no tratado celebrado por El-Rei D. Afonso V e o príncipe D. João, seu filho, com D. Fernando e D. Isabel, Reis de Castela e Aragão, em Toledo, a 6 de Março de 1480, onde se diz:—«qualesquier otras yslas, costas, tierras, descubiertas y por descubrir, faladas e por falar, yslas de la Madera, Puerto Sancto e Desierta, e las islas de los Açores e islas de las Flores, e asy las islas de Cabo Verde e todas las islas que agora tiene descubiertas...».

Estes, pois, os meus Açores, que Fructuoso classifica de «grande utilidade que alguns menos amigos das coisas do sentimento mais presam e estimam»⁽¹⁾; «ilhas de fantástica beleza, adormecidas ainda na serenidade do mistério inicial»⁽²⁾ que Branca de Conta Colaço exaltou nestes versos⁽³⁾:

E disse Deus:
— Caminhe mansamente
sobre as ondas, o sonho português,
rumo ao poente.
Coisa alguma o demova ou afugente
— e o milagre se fez...

No mar sem fim que as almas aterradas
Julgavam ser abismos infernais,
foram surgindo, em épicas jornadas,
as formas encantadas
das Ilhas ideais...

Flores, frutos, as aves, sem receios
vindo nas mãos pousar...
e mil fontes, correndo em mil gorgeios
a caminho do mar...

E tal doçura, uns longes tão risonhos
nos quietos arvoredos;
tamanhas maravilhas,
que se diria o céu naquelas ilhas
guardar os seus segredos.

(1) Livro 6.º, capítulo 1.º

(2) D. Maria Lamas, *Ilha Verde*, romance, pág. 8.

(3) *Insula*, Ponta Delgada, 1932.

E Portugal se coroou das rosas
 que no oceano encontrou.
 — Jóias preciosas
 que o sol guardava em brumas vaporosas,
 e Deus nos destinou...

Desvendadas pelo génio português, que aspecto apresentavam estas nove desoladas terras, de paradeiro atlântico, tão pequeninas e sós?

O de meditativos rochedos aonde o pombo bravo e a *sterna hirunda* — garajáu — descansavam dos voos.

À tarde, quando o vento é soturno, bandos de garças cinzentas iriam pousar nos penedos; grandes milhafres aduncos grasnariam tremendos, senhores do parreiral e, talvez, só os débeis canários da terra pusessem uma nota de leveza, um trilo doce, na desabitada mansão.

A flora, era já rica. Os três álamos — o alvo, o negro e o trémulo — engordavam de folhas, esguios; era sempre virente o buxo; o louro das Canárias, ou Cãfora, perfumava as espessuras; o louro índico, ou vinhático, frondejava; e, à beira mar, o tão delicado salgueiro — *salix fragilis* — punha a melancólica nota dos seus ramos curvados e húmidos, acenando à excelsa picónia.

Diz Frutuoso: «São muito bastecidas de carnes, pescados e criações de gados; há nelas muitas matas de cedros, loureiros e faias, e um pau branco e outro amarelo a que chamam sanguinho e outro vermelho, chamado teixo, que se estimam muito por serem secos e pouco húmidos para escritórios e obras marchetadas... (1).

Nem faltava ao concerto da floresta a espécie indígena, tão própria dali como o milhafre, a *laurea perseae azorica* de que, mais tarde, as folhas iriam à panela temperar o caldo de peixe.

E, agora que excursioniei pela culinária, referirei da fauna açoriana, um molusco cirrópude, de muito apreço à sobremesa e puxavante ao vinho de cheiro...

Perdoarão V. Ex.^{as} o excurso, mas, procedo como se estivesse nas Ilhas e me honrassem V. Ex.^{as} visitando-me. Na mesa de um

(1) Frutuoso, Livro 6.º, capítulo 1.º

ilhéu — sempre que possa ser — não pode faltar tal marisco. É um castelete calcário poliválvulo — o *balanus tintinabulum* de Lineu — a que lá chamamos, expressivamente *cráca*.

*

Não desejo falar, em pormenor, da colonização ou povoamento, autorizado por carta de D. Afonso V em 2 de Julho de 1439, porque me levaria longe, a não querer improvisar um quadro de tintas apagadas e de deficiente elucidação. Mas, não é razoável, também, deixar em branco este ponto, capital para o entendimento dos tipos e costumes de agora.

Pelo descuro a que tem sido votado o problema dos primeiros habitantes do Arquipélago, ou, talvez, pela fraca cópia de fontes, é que a etnografia açoriana é coisa inexistente ou de precária realidade.

Minhotos, alentejanos e algarvios, formaram o maior núcleo, da população primitiva; mas, também, não escassearam os generosos beirões e os rijos transmontanos. Eram dos arredores do Porto, da aldeia do Rego, os Baldaias da Terceira; e os Cuvos, de Borba, Pedro Barcelos, João Fernandes Lavrador, os Corte-Reais, Duarte Paim, de descendência inglesa⁽¹⁾, Vasco Gil Sodré, de Montemor-o-Velho⁽²⁾ por sua vez assentaram arraiais nas paragens insulares.

Já grandes dúvidas se oferecem quanto à participação substancial flamenga no povoamento. Que fossem da Flandres alguns donatários das ilhas, é ponto assente. Jácome, senhor da Terceira, era da cidade de Bruges⁽³⁾; Guilherme Van Der Haegen, de S. Jorge — que depois se chamou da Silveira, e Joz Duharter, ou Dutra, que se diz ter dado o nome à capital do Faial⁽⁴⁾ e Diogo de Teive, que descobriu as Flores e o Corvo⁽⁵⁾, flamengos eram.

Mas, de os acompanharem compatriotas na ocupação dos Açores, não reza a história, salvante um ou outro senhor como Fernão Dulmo.

O senhor Júlio Mees, que varejou os arquivos flandrios, pouco ou nada encontrou a este respeito. Todavia, existem vestígios de colo-

(1) e (2) Fructuoso, livro 6.º, caps. 7.º e 42.º

(3) Idem, capítulo 32.º

(4) Idem, capítulo 36.º

(5) Dr. Damião Peres, pág. 73.

nização flamenga, em grande ou pequena escala que fosse, na toponímia e na linguagem. O nome de Horta, da cidade capital do Faial, é derivante, como já o afirmei, de Duharter, apelido que se converteu em Dutra, do seu primeiro donatário, e nesta ilha existe uma aldeia interior com o nome de Flamengos.

Quanto à linguagem, as relíquias restringem-se à palavra *gueixo*, forma sinónima de novillo ou bezerro, aportuguesada do vocábulo *gueishe*.

(Em nota e parêntesis se acrescenta que na ilha de S. Miguel há, também, uma povoação chamada *Bretanha*, onde nasceu e reside Joaquim Capêto de Vasconcelos, presumido descendente de Luís XVI, o Capeto — (1) — e que, como testemunho da colonização portuguesa, devo apontar não só a existência duma povoação chamada *Algarvia*, mas, ainda, outros sinais evidentes dessa colonização, no campo das construções — edifícios da Câmara Velha de Ponta Delgada e da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que lembram Castelo Branco; nos trajes, como o capote e o capelo, oriundo, talvez, de Monsanto, da Beira Baixa; na pronúncia, etc. — que muito nos aproximam dalgumas terras da Beira Baixa e do Algarve).

Seja como for, desta cepa ubérrima e frondosa, é que descendem alguns dos grandes nomes nacionais, dos quais apontarei, apenas, os que transpuseram as acanhadas fronteiras do torrão natal e já descansam «na mão de Deus, na sua mão direita».

MULHERES NOTÁVEIS (2)

Como: *Brianda Pereira*, heroína da batalha da Salga, travada na Terceira, contra os castelhanos em 25 de Julho de 1581; *D. Violante do Canto*, que, com a sua fortuna pessoal, sustentou as tropas que, na Terceira, auxiliaram D. António, Prior do Crato; *D. Cata-*

(1) Artigo de Jean Buhler em *Eva do Natal* de 1950.

(2) São fontes deste capítulo: *Pátria Açoreana*, de Gervásio Lima; Ferreira de Serpa em artigo publicado no n.º 7 da revista *Os Açores* (Ponta Delgada, 1928) e Manuel Júlio Mendonça Torres em *O Distrito de Mossâmedes* (Lisboa, 1950).

rina de Cristo, virtuosa e sábia, convidada para dama do Paço, por D. Isabel, filha de D. Manuel I; a *beata Teresa da Anunciada* e *D. Margarida de Chaves*, a grande benemérita micaelense, etc.

MAREANTES E NAVEGADORES

Como: *João Vaz*, *Gaspar e Miguel Corte-Real*, *Pedro de Barcelos* e *João Fernandes Lavrador*, precursores de Colombo; *Diogo Pereira de Lacerda* e *Pedro de Ornelas*, companheiro leal de D. Francisco d'Almeida, Vice-Rei da Índia; *Manuel Fernandes*, piloto-mor do galeão S. Martinho, que conduziu a África D. Sebastião e descobriu a derrota de Portugal a Malaca, sem tocar na Índia; *Gaspar Gonçalves*; *Pedro Vaz*, que, embaixador de D. João III ao reino do Congo, descobriu o de Angola; *Capitão Manuel Azevedo Gomes* e *Capitão de fragata Raúl Correia de Bettencourt Furtado*, etc.

EXPLORADORES E COLONIZADORES

Como: *Bento de Goes*; *Diogo Pereira*, o grande amigo de S. Francisco Xavier e o primeiro português — a quem se refere Fernão Mendes Pinto — que negociou no Japão; *António da Silveira Peixoto* — o bandeirante e conquistador de Tibaji; *Roberto Ivens*; *Manuel Joaquim Torres*, que, com sua mulher Maria José da Costa Torres, também açoriana, ajudou a fundar a cidade de Moçâmedes; *Francisco do Canto*; *Miguel de Arriaga*, o *Pombal de Macau*, e os Casais que desbravaram o Brasil e implantaram, no ambiente estranho das Américas, a língua e as tradições portuguesas.

MISSIONÁRIOS E PREGADORES

Como: o *beato João Baptista Machado*, mártir do Japão; *Francisco Furtado de Mendonça* e *Duarte Tavares*; *Manuel Pinheiro*, embaixador de D. João Coutinho, e *António de Bettencourt*, evangelizadores da Índia; *Pedro Correia Spinoza*, que rejeitou a prelazia do

Rio de Janeiro; *Carlos da Silveira*, *Lázaro Nunes de Sousa*, martirizado pelos turcos em Chipre, em 1704; e *Frei António do Presépio Moniz*, etc.

PRELADOS

Como: Os Patriarcas das Índias e bispos de Macau *D. Frei Cristóvão da Silveira*, que foi reitor do Colégio de Coimbra, e *D. Manuel Bernardo de Azevedo Enes*; *D. António Taveira de Brum e Frias* e *D. António Ferreira da Neiva Brum da Silveira*, lentes da Universidade de Coimbra; *D. João Paulino de Azevedo e Castro*; *Afonso de Benevides*, bispo eleito de Meliapor; *D. Frei Bartolomeu do Pilar*, bispo do Grão-Pará; os bispos de Angra *D. Agostinho Ribeiro* e *D. Frei Alexandre da Sagrada Família*, tio e educador de Garrett; os bispos do Funchal *D. Cristóvão* e *D. Luís de Figueiredo*; *D. João Estácio*, lente de Salamanca, nomeado bispo de Los Angeles, etc.

ESTADISTAS

Como: *O Duque d'Ávila e Bolama*; *Francisco de Lemos Bettencourt*; *José Nunes da Silveira*; *Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro*; *Jacinto Cândido da Silva*; *Manuel de Arriaga*; *Amaro Justiniano de Azevedo Gomes*, etc.

MILITARES

Como: *O Conde de Suberra e Bemposta*, herói das campanhas da Rússia; *António de Figueiredo Utra*, «o terror dos Arábicos», almirante e general do estreito de Ormuz e do mar Roxo; *Sebastião José de Arriaga Brum*, que depois de combater vitoriosamente, Napoleão, morre governador da Torre de S. Julião da Barra; *Gaspar Vaz de Sousa*, herói contra os mouros nas hostes de Carlos V, *Manuel Corte-Real*, morto ao lado de D. Sebastião; *Jordão de Jácome Correia*, o «capitão Alexandre, como lhe chamou D. João de Áustria, nas lutas contra os turcos; *João Moniz Barreto do Couto*, *Luís Diogo Forjaz de Lacerda* e *António Silveira de Lacerda*; *D. José Manuel Gon-*

çalves Zarco da Câmara, veador da princesa D. Maria Benedicta; *D. José Rodrigo da Câmara*, 2.º Conde da Ribeira Grande, governador da Torre de Belém; *Francisco Maria da Cunha*, Ministro da Guerra em 1893; *Francisco Bernardo do Canto*, reputado mestre de táctica militar.

FIDALGOS E INVESTIGADORES

Como: O 1.º *Marquês da Praia e Monforte*; os Irmãos *Ernesto, Eugénio e José do Canto*; o *Marquês de Jácome Correia*; *Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda*; *António Ferreira de Serpa*; *Padre Ernesto Ferreira*; *Dr. Urbano de Mendonça Dias*; *Dr. João Teixeira Soares*; *Francisco Ferreira Drumond*, etc.

ESCRITORES E JORNALISTAS

Como: *Dr. Gaspar Fructuoso*; *Frei Agostinho de Mont' Alverne*; *Frei Diogo das Chagas e Frei Manuel das Chagas*; *Frei Mateus do Coração de Maria*; *Teófilo Braga*; *Padre Sena Freitas*; *Frei Bartolomeu do Quental*; *Câmara Lima*; *Alfredo de Mesquita*; *Augusto Ribeiro*; *António de Campos Júnior*; *Gervásio Lima*; *Florêncio Terra*; *Faustino da Fonseca*; *João Machado de Faria e Maia*; *Alberto Teles d'Utra Machado*; *Dr. José Manuel de Arriaga Brum*; *José de Torres*; *Armando da Silva*; *Gonçalo Vaz Coutinho*; os padres *António Fernandes Franco*, *António Bettencourt e João Pereira*; *Frei Manuel de S. Luís*; *António Maria de Freitas* — com o pseudónimo de *Nicolau Florentino*; e *Dr. Carlos de Mesquita*; *Dr. José de Lacerda*.

PROFESSORES E ERUDITOS

Como: *Padre Manuel Faria*, Professor da 1.ª Cadeira de retórica da Universidade de Coimbra, no século xvii; *Ruy Gonçalves*, lente de *Instituta* da Universidade em 1539; *Padre Gregório de Oliveira*, e *Frei José da Assunção*, que em 1640 ditou teologia no Colé-

gio de Coimbra; *Padre António Cordeiro*, professor de retórica, filosofia, teologia e moral, em Coimbra (séc. XVII); *Padre João Madeira*, lente de moral no Grande Pátio de S.^{to} Antão, de Lisboa; *Padre Joaquim Emiliano de Andrade*; os irmãos *Alfredo* e *Joaquim Bensaúde*; *Coronel Melo e Simas*, *Conselheiro Gaspar Teixeira de Queiroz*, etc.

CIENTISTAS E MÉDICOS

Como: *António Maria Barbosa*; *Filipe do Quental*; *Filomeno da Câmara*; *Sousa Júnior*; *Eduardo de Abreu*; *Anibal de Magalhães*, da doença do sono; *Augusto* e *Jorge Monjardino*; *Raúl Bensaude*; *Mário Moutinho*; *Luís Adão*; *Aníbal* e *Nicolau de Bettencourt*; *Hermano de Medeiros*; *Paula Borba*, cuja memória é venerada em Setúbal; *José Caetano de Lacerda*; *Bruno Tavares Carreiro*, amigo e correspondente do Dr. *Júlio Henriques*; *Azevedo Gomes* e *Azevedo Neves*; *Teófilo Ferreira*; *Armando Narciso*; *Teotónio Raposo Pimentel*; *Octávio do Rego Costa*; etc.

NATURALISTAS

Como: *Coronel Francisco Afonso de Chaves*, companheiro de trabalhos e pesquisas do nosso Rei D. Carlos e do Príncipe Alberto de Mónaco; *Arruda Furtado*; *Francisco de Paula e Oliveira*, antropólogo e geólogo; *João Carlos Machado*; etc.

POETAS

Como: *Roberto de Mesquita*; *Manuel António Lino*; *Duarte de Viveiros*; *Espínola de Mendonça*; *Manuel Augusto do Amaral*; *José Augusto da Costa Resende* — o Bocage açoriano; *Padre José Jacinto Botelho*; — o grande orador e pároco das Furnas; *João de Matos Bettencourt*, etc.

MÚSICOS

Como: *Francisco de Lacerda; Padre Tomás Borba; Dr. José Cristiano de Medeiros*, autor do Hino Académico de Coimbra; *Caetano José Pacheco do Rego*, cantor no «Scala» em 1832.

PINTORES

Como: *Alberto Carlos, José Júlio de Sousa Pinto, Marciano Henriques da Silva e Duarte Maia*, etc.

PARLAMENTARES E POLÍTICOS

Como: *Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt; Luís Poças Falcão; Drs. Arístides Moreira da Mota, Mont'Alverne de Sequeira e Conselheiro Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara*, paladinos da autonomia administrativa; *desembargador Roque Furtado de Melo; Aires e Raimundo Pórras da Gama Peters*, Governador de Damão (1799-1807); os advogados *Armelim Júnior; Joaquim Maria da Silva; Alexandre Meireles do Canto e Castro*, colaborador do Instituto; *João Cabral de Melo; Francisco Jerónimo da Silva*, etc.

ENGENHEIROS

Como: *José Cordeiro*, que em 1899 começou a iluminar a ilha de S. Miguel com energia hidroeléctrica; *Diniz Moreira da Mota; Adolfo Coutinho de Medeiros*, o primeiro português morto na Flandres, durante a guerra de 1914-18; *Artur do Canto Resende*, sacrificado, pela Pátria, quando da ocupação japonesa de Timor, etc.

E escultores e magistrados; beneméritos e diplomatas e ministros; dramaturgos, jornalistas e poetas, ontem, como hoje, como sempre, à

conta de Deus abundando, porque «nos pequeninos berços também se embalam gigantes» (1).

E os que foram antepassados do 1.º Marquês de Pombal; do Bispo-Conde D. Francisco de Lemos, reformador da Universidade (de pais faialenses); do general Silveira, 1.º Conde de Amarante; de Camilo que tinha ascendência picoense e de Garrett; dos almirantes Canto e Castro e Ivens Ferraz; de D. Francisco de S. Jerónimo, bispo do Rio de Janeiro em 1701, cujos pais eram de S.^{ta} Maria; da poetisa brasileira Cecília Meireles; do Dr. Curry Cabral, que passou a mocidade no Faial, terra de seus pais; do coronel Roma Machado de Faria e Maia, da Sociedade de Geografia; do actual Chefe de Estado, general Craveiro Lopes; dos que foram e são grandes no Brasil, nas Américas, nas Áfricas, nas cinco partes do mundo em que Portugal se projectou, engrandeceu e conhece.

E... mais um, senhoras e senhores, aquele que, propositadamente deixei para o fim: *Antero de Quental*, que nasceu em Ponta Delgada e ali dorme seu sono eterno em túmulo para o qual João de Deus escreveu este epitáfio:

Aqui jaz pó; eu não; eu sou quem fui:
raio animado dessa luz celeste
à qual a morte as almas restitue
restituindo à terra o pó que as veste...

Estes, senhoras e senhores, alguns dos mortos ilustres filhos dos Açores; quanto aos vivos, que Deus os conserve e aumente.

*

Vejamos agora, em pitoresco, o ambiente que recebeu os colonos, arquitetos das três cidades Renascença que ora se levantam buliçosas, com suas casas de muito pé direito, suas ruelas dum belo aspecto e sabor primitivos e seus relógios, ao topo de tudo, em torres simples, airo-sas, marcando o escoar dos tempos.

A paisagem açoriana não tem a majestade das serras, tão-pouco

(1) Gervásio Lima, *Pátria Açoriana*.

o calvo das planícies; é um misto de espinhas orográficas e vales de brando, suave declive.

Falta-lhe, nas alvoradas de Maio, o garrido andor de sol em que procissionam as Beiras; mingam-lhe os azues deslumbrantes da orla do continente, sobretudo os dessa tão fresca região de Aveiro e da Figueira, como não possui, também, o desolante aspecto da extensa planície alentejana, árido-fértil, mas, convidativo ao meditar.

Em compensação, goza de um indefinível meio termo panorâmico, religioso na luz velada do dia, claustral nas noites em que a lua alumbrava ao postigo do céu enublado. Ela é a prioreza do grande convento dos mares e em cada cela — cada ilha — a alma com ela se transporta ao seio piedoso de Deus.

O mar, mansinho ou bravo, toca nas furnas da rocha o cavo toque das almas; ouvem-no as tristes caldeiras, que são crateras extintas; e, se é a sazão do plenilúdio, cai como que uma neve apaziguadora nas coisas, nos mistérios — ou chãos de lava cinzenta — adormecendo em nós os maus instintos.

Hora redimida, a de certos luares das Ilhas dá-me a noção da graça e numa delas seria que o Açoriano Antero sonhou com a Virgem Mãe aquele «sonho todo feito de incerteza, de nocturna indizível ansiedade» (1).

As lindas mulheres dos Açores não têm «o vulgar brilho da beleza, nem o ardor banal da mocidade» (2) se casa com tamanha alvura celeste. Sob a noite, além da voz do mar, só a voz do Poeta, ungida de perdão, se ergue, dulcíssima no grande claustro branco, pedindo por nós com fervor:

Ó visão, visão triste e piedosa,
fita-me, assim calada, assim chorosa,
e deixa-me sonhar a vida inteira» (3).

Os mistérios, a que há pouco me referi, são, como de fugida expliquei, grandes massas de lava arrefecida, proveniente de remotas e sísmicas convulsões no seio das ilhas.

(1) Antero de Quental, *Sonetos*.

(2) e (3) Antero, *Sonetos*.

Estendem-se em manchas, no interior, cortadas, apenas, por uma ou outra fita de caminho e enquadradas, às vezes, por viçosos relvões. São os mistérios.

— Tenho uma cabra *no mistério*, diz o povo; por extensão, qualquer quantidade grande é um mistério: *mistério de dinheiro*, significa, nalgumas ilhas, ter muito dinheiro; ter *misterião* de inhames, ter muitos inhames.

E já que me referi a inhames, deles me ocuparei de relance: olhosos e terrosos, estes tubérculos são o desjejuadouro dos açorianos, comidos com ou sem açúcar de beterraba fabricado em S. Miguel.

Suponho que o inhame é raiz que se não conhece por cá ou que, pelo menos, se não come. E digo isto, porque uma vez, estando o grande escritor Eça de Queiroz no Porto, em casa de seu cunhado o Conde de Resende, recebeu do jornalista açoriano Câmara Lima, um cestinho dos preciosos comestíveis, que o deixou atónito.

Intrigado, Eça escreveu a Câmara Lima um bilhete: «mas, afinal, não me dirá o meu amigo a serventia de tão estranhas cepas?» — Então o obsequiante explicou que aquilo se cozia bem cozido, se descascava bem descascado e depois, às talhadas e ensopado em açúcar e canela, se embutia com bem espaçado mastigar... Eça ficou freguês.

*

A partir do século XV, as ilhas vêm progredindo, adaptando à sua vida singela as civilizações exteriores, mas, realizando em tal medida estes progressos que sucede, em uma mesma ilha — braça quadrada de terra — coexistiram o luxo das metrópoles e a ingenuidade dos sertões. A cidade insular é uma célula fabril, de produtos agrícolas e industriais tão ricos e abundantes e afamadas águas minerais, como Ponta Delgada, em S. Miguel, ou um palmo de burgo carvoeiro, como a Horta, no Faial, ambas escalas marítimas da América e da Europa, ou, finalmente, como Angra do Heroísmo, na Terceira, um aglomerado pacato e altivo, orgulhoso dos seus monumentos da Renascença, timbrando da Cruz episcopal e da capitania general de outros tempos.

É uma cidade moderna no traçado, vigiada por um belo castelo filipino, com sua porta especiosa e ponte de arcos. Das duas quadrelas

da fábrica se descortina o vale feraz, o verdoíço carnegão da Ribeirinha, os ilhéus das Cabras e, longe, os cachopos Fradinhos, embuçados.

Dos bastiões ocíduos, São Jorge se desvenda, ilha de pegureiros; não longe, a ilha Graciosa, que a pirataria apossava e, alto, muito alto, o cume do Pico, atravessando as nuvens.

Na cidadela intra-muros do Castelo, passeada da sombra de Afonso VI e guarda incorruptível do Gungunhana, uma povoação militar se movimenta, lembrando o heróico cerco da praça.

Farei um pouco de história sobre a velha metrópole açoriana. O Prior do Crato é aclamado, solenemente, do alto dos seus muros. Mau grado uma poderosa guarnição de Castela, apoiada pelo Castelo de S. Filipe — hoje de São João Baptista — D. João IV consegue fazer vingar aí os seus direitos.

Pelo fim da Dinastia Aviziense, os denodados filhos da Terceira desbaratam um escaler de desembarque da Invencível Armada, soltando contra os feros peões de Castela uma manada de toiros, enquanto o seu heróico governador — Ciprião de Figueiredo — respondia, assim, às ameaças intimativas que o Rei Castelhana lhe endereçara por mão de Gaspar Homem⁽¹⁾: «Nem a Vossa Majestade cabe querer que eu o sirva como vassalo, nem a mim convém obedecer como súbdito. Eu não sirvo a El-Rei D. António por interesse; mas, sirvo-o com a pureza da minha obrigação de que resulta não me moverem mercês prometidas, que foi o laço em que caiu Portugal; porque fora do que devo, nenhuma coisa me poderá mover a troco de vender a honra, a lealdade que não tem preço nem há nenhum que eu tanto estime».

E, certamente, ironizando que «esta lição esqueceu a muitos fidalgos», acrescentava: «Nem eu darei aos moradores desta ilha outro conselho; porque não perca minha alma, nem minha honra, que trocarei quantas vidas tivera e pudera possuir, por morrer leal a meu rei, que jurei; porque um morrer bem é viver perpétuamente; daqui me veio ter mais conta com perseverar até o fim da vida nesta lealdade, que temer os vossos apercebimentos de gente, navios e munições com que V. Majestade na sua me ameaça».

(1) Gervásio Lima, *A batalha da Salga*, Angra, 1925.

Finalmente, as sangrentas lutas civis da Sucessão, que fizeram o liberalismo, têm na Terceira o palco dramático por excelência.

Tem sede em Angra a célebre regência de Palmela que, a princípio, se conservara em Londres, e é no palácio Imperial da Miragaia, ao pé do Colégio dos Jesuítas, que Mousinho da Silveira, sob os bicudos telhados cheios de milho de canário, esboça a legislação constitucional.

Angra é, então, a cabeça do reino de Portugal. O Imperador habita-a; dança a *Gavota* com as suas fidalgas pudibundas, vai de fugida, ao Faial, em bergantim veleiro, e, embuçado, de capa e espada lesta, escala os jardins de um potentado e aparece, de súbito, na sala. É Morgado Terra, que festeja os anos da filha e se embevece a beijar a régia mão do romântico.

As morgadinhas do Faial, suspiram; as de Angra, desesperam. O Conde de Ficalho, estadeota por Angra sua prosápia de ajudante do Conde de Vila Flor, Duque da Terceira. E do leviano entusiasmo da população liberalista, só o assoar resmungão do miguelista Leonardo, aferidor da Câmara, destoa e espirra à parte.

É que nesse lenço encarnado e fulvo do tabaco, naquele simonte céptico, vivia a alma antiga dos Açores, escoroçoada das liberdades pátrias e saudosa dos tempos em que o senhor Rei D. Manuel nomeava, de livre alvedrio, para curar-lhe as chagas «ao cilorgião e físico Tomás Pires, idóneo e pertencente».

Anos atrás, o divino Garrett vivia em quinta da Terceira, entregue aos cuidados do Bispo D. Alexandre, seu tio, e ensaiando versos a Lília...

*

Tantas e belas coisas, tão variados motivos oferecem os Açores que eu, justamente, receio não referir os melhores nem tocar, sequer, os mais típicos.

Diante do meu tema, suponho-me, aturdido e encantado, em face de um belo trigal que não acaba nunca. À medida que me embrenho nele, a onda de seara avoluma-se; novas espigas de ouro dobram, além, sob o vento e a nota das papoulas é um chamariz vermelho, a tentação do pitoresco.

Papoulas chamo eu aos costumes, aos tipos dos Açores.

E, ora vinde, senhoras e senhores, de passeio comigo a um certo terreiro insular. É um largo poeirento onde se cruzam ruas ou canadas — os caminhos vicinais das Ilhas.

Não sabem, talvez, que é hoje o Pentecostes?

O próprio sol se reparte em línguas de fogo, às dúzias, mais fulvo e espiritual. Desde cedo, muito manhã ainda, vieram para o largo os carros de bois enfeitados de toda a freguesia.

Trazem sebes de toldo e chocalhos, os tamueiros reluzentes do unto e, sentadas, matronas das ilhas vêm vigiando as damizelas, frescas nas chitas novas.

Agora, os bois folgam, libertos da canga e os carros alinharam-se no terreiro, em vistoso arraial. É o dia do bodo. O mecanismo das festas do Espírito Santo é complicado na sua simplicidade rústica; tentarei, contudo, explicá-lo. De D. Diniz e da Rainha Santa ⁽¹⁾ derivam, muito provavelmente, as festas tributadas ao Divino Paráclito simbolizado na pomba que é o remate da coroa venerada nas Ilhas, desde os primórdios do povoamento.

É o jubileu, a exaltação dos humildes.

A princípio, era coroado um pobre no Pentecostes, em memória do edificante e voluntário abatimento do nosso Rei Lavrador. Mas, os tempos deram o ceptro e a coroa real às crianças que, vestidinhas de branco, floridas de graça e leveza, são as rainhas das festas açorianas.

Em cada cidade, em cada vila, em cada aldeia, nos bairros mais afastados e nas ruas que se desejam autónomas, é constituído um *império* ou irmandade do Espírito Santo, com sede num pequenino templo, de fábrica *sui generis*. Um cubo de madeira, desmontável e amovível, ou de muros, piramidalmente rematados, é o chamado *império* ou *teatro*, a que três ou quatro degraus dão acesso, pintado, neste caso, ingenuamente, de anjos e tronos garridos. Não raro, o fresco caldeia o amarelo torrado com o azul marinho e o vermelho zarcão com o verde garrafal revessante. O vermelho e o branco, de resto, são as cores

(1) Dr. Ernesto do Canto em *Arquivo dos Açores*, volume 1.º pág. 182; Padre Joseph Pereira Bayam em *Vida de S.^{ta} Isabel, Rainha de Portugal e Fernão Correia de Lacerda, bispo do Porto*, em *História da vida de S.^{ta} Isabel*.

litúrgicas festivas. Assim os descreve o etnógrafo micaelense Dr. Luís Bernardo Leite Ataíde, em artigo publicado no n.º 6 da Revista Ilustrada *Os Açores* de Julho de 1928:

«Na sua feição pitoresca, na rudeza das suas linhas, no desmantelado do aspecto e no exotismo da arquitetura, eles vão pondo notas de impressionante excentricidade pelos povoados, lendo-se nas suas colunas fendidas e nas pedras patinadas que os compõem, uma das mais interessantes páginas da nossa etnografia.»

Do *Teatro*, pois, ou da casa do Imperador, também chamado *dispenseiro*, conforme as ilhas, e na segunda-feira do Pentecostes, saem a coroa e o ceptro, emblemas do Divino, para o tugúrio imperial.

Piedosa instituição que ilude o pobre com uma majestade fictícia no espaço, mas, duradoura no tempo, pela caridade que a reveste.

Há tantos imperadores coroados duma coroa — as *domingas* são sorteadas no «Império» — quantos os domingos que medeiam a Páscoa e o Pentecostes. Insígnias dos cargos palatinos são as varas, duas da vereação da coroa e duas da bandeira, talhada em damasco vermelho e, galhardamente sustentada pelo senhor alferes. Este alto dignitário é, quase sempre, o lavrador que cria o bezerro das esmolas, quando não é — como em geral acontece — um menino de boa gente, para o efeito convidado.

Na 6.ª feira, é conduzido o *gueixo* — terras e irmandades há que, por muito prósperas e presunçosas, agrupam, às vezes, meia dúzia — ao som de fanhosas rabecas, de grunhidores, estridentes, clarinetes ou de *orquestras* — sinónimo, aqui, de filarmónica reduzida — e, à voz de repentistas desde o pascigo, onde esteve a engordar — até à casa do dono — o *Dispenseiro ou Imperador*.

Vai cheio de fitas e boninas, guizalhante. À porta do imperador, fazem ajoelhar a alimária, cruzam-lhe o ceptro no lombo, na testa, e, morto e esquartejado e benzido pelo senhor padre, é distribuído no sábado, em tabuleiros conduzidos por jovens dos dois sexos, com pão de trigo e *pão leve* (pão de ló), vinho e saborosos bolos ou grandes biscoitos (argolas) de *massa sovada*, pelo amor de Deus Homem.

Finalmente, no domingo, vai o Imperador, em préstito, a coroar. Ouvida a missa do dia, o celebrante impõe a coroa em loira cabeça de criança, à voz do *Veni Creator*. E, *laudate, pueri, Domini*, o cortejo recolhe ao som de filarmónica afamada — que por lá, também as há das melhores — que executa o Hino do Espírito Santo, do micaelense Padre Delgado — ou de folia resmungona, que são os bobos da corte — os foliões. —

É um trio — quando não é quarteto conforme as terras — o mais picaresco dos jograis. Seleccionados entre os pobres homens, três simplórios, de face cómica ou triste, cantam cantares absurdos. Um, rebate em seu tambor rotundo, ensarilhando as baquetas; outro, suporta um pandeiro ou uma rabeça resinguenta; terceiro, enfim, arvora um estandarte, que dá a beijar na pombinha. E os três, com becas de ramagens, três lenços nas toitas, ou três mitras, são, a um tempo, os arautos e os chefes do protocolo de todas as festas do género.

Por curiosa, anotarei aqui esta notícia inserta na *Insulana*, revista do Instituto Cultural de Ponta Delgada:

«A nomeação dos foliões chegou ao ponto de ser feita pelas câmaras municipais. A confirmar tal facto, conhecemos, por exemplo, uma deliberação da câmara municipal da Lagoa, datada de 18 de Junho de 1724, da qual consta o seguinte: que por não haver foliões nesta vila mais do que três e um deles estar doente e ser necessário haver seis nela para as funções das procissões de El-Rei, nomeavam mais três, que são Dionísio de Sousa, José de Medeiros e José Correia, filho de Manuel Correia Gaita e que estes se obrigariam por justiça» (1). Nos jantares de função, aos domingos, verdadeiros campeonatos da goela e da boca insulares, mandam buscar a alcatra, as grandes tijelas de sopas — condimentadas e cheirosas — os pratos imensos de carniça. E suas funções eram tão amplas e várias que, outrora, incríveis dansarinos bailavam na capela-mor da Sé de Angra. Mas, um prelado angrense — D. Jerónimo Teixeira da Cunha (2) —

(1) Artigo do Dr. Carreira da Costa, vol. 3.º, n.ºs 3 e 4, pág. 545.

(2) Gervásio Lima, *Festas do Espírito Santo*, Angra, 1932.

pôs cobro a este abuso que, em sua fúria, recorda os dansarinos do Padre Manuel Bernardes (1). — «Entrou a roda do ano, e eles sem saírem daquela dansa infernal».

Nem já tento, sequer, referir-me ou aproximar-me de outros aspectos e merecimentos que os Açores oferecem à nossa contemplação e estudo, como: a exuberância edénica dos seus jardins e lagoas; a policromia da sua vegetação luxuriante e o imprevisito das suas belezas panorâmicas; a riqueza das suas águas termais e da sua agricultura; o arrojo e multiplicidade das suas indústrias e a famosa expansão intercontinentes do seu comércio; a permanente ascensão do seu progresso material e económico e o elevado nível cultural e social que, de há muito, atingiram; a sua literatura, a sua poesia, a sua arte e o seu civismo; a amorosa tenacidade dos que os fizeram e ergueram e ilustraram, e o desamparo e a incompreensão injusta a que, por largos anos, foram votados; a justiça dos seus anseios e aspirações e a sua posição, enfim, no concerto da vida nacional.

Mas, entendo que não devo despedir-me sem fazer rápida digressão pelos costumes e folclore açoriano, já que, dada a sua multiplicidade de aspectos e a riqueza, por vezes, das suas manifestações, não é possível, por longo e exaustivo, tratá-los aqui em pormenor.

Portadores de requintada sensibilidade, que Webster já reconheceu em 1821, os povos insulares são, por atavismo, tradição, ou, talvez e ainda, pelo isolamento em que vivem — sempre rodeados do mar — naturalmente contemplativos e artistas.

E as provas da sua arte da mais elevada à mais ingénua e modesta, a cada passo se traduzem em espontâneas, curiosas, exteriorizações que, vindas de longe, se mantêm em arreigada continuidade.

São: as inúmeras filarmónicas, algumas de apreciável nível artístico, quase todas superiores ao médio; os lindos, pacientes e delicados trabalhos em miolo de figueira, de tradição faialense, e as flores de escamas de peixe ou os surpreendentes tapetes de flores e verdura, ao longo das ruas por onde passam, no mais devoto respeito, as suas procissões afamadas.

(1) Nova Floresta.

São os *Dramas*, as *Loas*, os *Arremedos*, o *Vilão*,⁽¹⁾ escritos em verso e que, encarados por etnógrafos micaelenses como reminiscências do Teatro Vicentino, são representados em pátios de casa nobre ou logradouro público.

São os *romeiros*, grupos de penitentes que, na época quaresmal, de manta ao ombro, lenço branco na cabeça e rosário na mão esquerda e bordão ferrado, na direita, percorrem a ilha, noite e dia, rezando, cantando a Ave-Maria e pedindo a Deus pelos sofrimentos próprios e alheios, pela fartura das colheitas, por vivos e mortos, por um mundo, afinal, que teima em não ser melhor...

São as cantadeiras e repentistas, inesgotáveis e invencíveis em suas pugnas poéticas; as Janeiras, os Reis Magos, o Pão por Deus, de todos os Santos, e os cantares pelas almas do Purgatório; os lindos presépios do Natal, nas igrejas e nas casas, renovando o prodígio do Deus Menino feito Homem.

São as *matracas* da semana Santa chamando os fiéis aos ofícios divinos, porque os sinos emudeceram de pesar, não se assobia nas ruas e todos trajam de luto; o doce, pachorrento embalar dos filhinhos, cantando, no ambiente, sempre limpo, dos seus lares modestos, arranjados e cristãos.

São os *balhos* ou dansas de roda, nas festas do Espírito Santo, nos *pregões do meio* ou nas bodas felizes dos seus esponsais; nas *adiafas*, — ou festas do último dia das vindimas, com grandes travessas de carne guizada, com foguetes — *roqueiras*, como lá se designam e conhecem — a estralejar alto e forte, e o *pèzinho* cantado e bem batido.

Porque não é nos campos, onde a mulher não trabalha, que o Açoriano expande ou entoa os seus cantares nostálgicos. Manejando a sua larga e pesada enxada de cabo curto — menos de um metro — curvado e absorto na faina rude das cavas ou na proveitosa recolha das novidades, que Deus criou em tão ubérrimo chão, só o trabalho o prende e interessa e domina.

Para distraí-lo, lá está o chiar alegre dos carros de bois, de sebes altas e pesados de seu precioso carregó, ou «uma montanha erguendo-se

(1) Segundo artigo do Dr. Humberto de Bettencourt no vol. 3.º, n.º 2 págs. 223 e seguintes da *Insulana*, são figurantes do *Vilão* o *Guia*, ou *Casco*, o *Réclamo*, ou *resposta*, e o *Velho*.

no espaço como hercúlea colina coríntia a suster a abóbada azulada do firmamento», ou ainda, e mais além, o mar «osculando as areias reluzentes das praias e arremessando a juba das suas ondas à penedia basáltica das costas» (1).

E neste formoso ambiente, os cantos populares dos Açores são outro motivo magnífico.

Eles são a síntese melódica dos sentimentos profundos, mas, comedidos e puros, tocados de um não sei quê que participa da graça e perdão divinos.

«Na nossa cantiga, escreveu o Padre Tomás Borba, terceirense (2), há sempre amargura e tristeza, amargura que lhe vem da saudade atávica, tristeza que lhe vem do mar das mil cores.»

«Mas, nos cantares açoreanos também há alegria, muita alegria por vezes.»

«A guitarra portuguesa, periforme, não se popularizou nas ilhas, nem a forma do fado que ela ampara» — embora tenha por lá cultores apreciados e exímios —. «Muito menos se podia adaptar ao nosso cancionero, nem sequer, infiltrar-se no folclore regional, porque as nossas melodias, em grande parte inspiradas no modo menor, por vezes, até, no doristi da herança greco-cristã, estão, *ipso facto*, incompatibilizadas com o inimigo da sua expansão magnífica» (3).

O instrumento açoriano, essencialmente popular, é a *Viola de Arame* ou *Viola da Terra*, «uma das peças etnográficas que mais intimamente convive com o nosso povo e é por ele muito estimada. Acompanha-o já nos passos de angústia da sua vida amorosa ou do seu expatriamento para países estrangeiros, já nos de maior alegria e despreocupação, por procissões, romarias, esponsais e *balhos* do Espírito Santo.

Por isso lhe destina um lugar de honra e de assinalado destaque no lar — bem a meio da cama, reclinando-a carinhosamente sobre a vistosa colcha caseira de ponto alto, ou a manta de retalhos, mais humilde» (4).

(1) Padre Ernesto Ferreira, *Revista Os Açores*, n.º 1, Ponta Delgada, Janeiro de 1928.

(2) e (3) Padre Tomás Borba, *Insula*, n.ºs 7 e 8 de Agosto de 1932 (Ponta Delgada).

(4) Dr. Luís Bernardó Leite Ataíde, *Insulana*, vol. 3.º, n.ºs 3 e 4, págs. 387 e seguintes.

Idêntica, no seu formato e afinação, ao instrumento a que os franceses chamam guitarra ⁽¹⁾, quem sabe, mesmo, se da família da *Viola de amor* pela afinação e duplicidade das cordas que — afirma-o Albert Lavignac ⁽²⁾, entram espontâneamente em vibração sob a influência das cordas superiores, a viola açoriana parece representar uma modalidade da viola braguesa, conhecida em Trás-os-Montes por *Viola do padeiro* ⁽³⁾.

Ora a viola de arame actual, que julgo manter as semelhanças com a do século XVIII, tem, além das peças essenciais, como — cabeça, 12 cravelhas, braço, escala e tampo harmónico, pestana superior e caixa de ressonância — os seguintes elementos ornamentais: espelho, incluído na cabeça; dois ouvidos, rasgados em forma de coração no tampo harmónico, a pestana inferior e ornatos e filetes, embutidos ⁽⁴⁾.

Quanto ao encordoamento — e daí, talvez, o seu pretenso parentesco com a viola de amor — a viola de arame tem cinco cordas assim distribuídas e afinadas:

Primeira (mi), duas cordas de aço branco, n.º 6; *segunda* (si), duas cordas de aço branco, n.º 10; *terceira* (sol) duas cordas de metal amarelo, n.º 6; *quarta* (ré) um bordão de requinta e duas cordas de metal amarelo, n.º 6; *quinta* (lá), um bordão de toeiras e duas cordas de metal amarelo, n.º 6 também.

Ela representa, pois, na vida do povo, nos seus sentimentos, na sua poesia, por vezes, até, na sua linguagem, um papel de indiscutível importância:

— Eu cá sinto duas vezes
na viola as minhas dores,
porque ela chora comigo
os males dos meus amores ⁽⁵⁾.

Por isso, quando amorosamente tangida pelo sentimental Açoriano, acompanhando-o nas suas canções predilectas — *Saudade, Cha-*

⁽¹⁾ e ⁽²⁾ Padre Tomás Borba, idem.

⁽³⁾ *La Musique et les Musiciens*, págs. 165 a 167.

⁽⁴⁾ Dr. Luís Bernardo Leite Ataíde, *Insulana*, vol. 3.º, n.ºs 3 e 4.

⁽⁵⁾ Do concioneiro popular.

marrita, Pèzinho, Charamba, Fofa, Sapateia, etc. — colabora naqueles estados de alma que são um madrigal tecido à bondosa Açoriana que guarda a paz do lar, enche a casa de conforto e meigos filhos dóceis e, na doença e na morte, é a companheira inseparável, de mãos jeitosas e branda voz embaladora.

Porque é ela que acende o círio bento e entoa a *Magnificat* contra os nordestes desabridos; na agonia do pai, murmura o ofício de defuntos e, à noite, quando o mar é brusco, ajoelha e reza pelos que andam em cima e ao sabor das ondas encapeladas.

A moda chamada *Saudade* vem requintar o expressionário. Compõe-se dos balidos dos rebanhos e das vozes salgadas do mar. Passa nas gorjas e nas violas como um lamento doce, eco de fonte ou vale adormecido; aparece nos *balhos*, quando as casas regorgitam de dansarinos e de luzes; anda na boca do povo — o seu poeta máximo; e nas tardes de céu nebuloso — quase todas — parece sair dum véu de cinza e tristeza, a lembrar os tremores da inquieta terra insulana.

SENHOR PRESIDENTE E ILUSTRES CONSÓCIOS
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES:

Se a leitura desta digressão pelas Ilhas da minha saudade infinita e do meu constante, filial amor, não correspondeu à antecipada expectativa que aqui vos trouxe ou à benévola atenção que me dispensastes, perdoai, que isso vos fica bem.

Disse

RAPOSO MARQUES

CIENCIA DE LA PRENSA, NO DEL PERIODISMO

Las críticas con que a través de los últimos seis años han sido acogidos mis textos de aplicación científica de tres disciplinas, la Psicología, la Moralética y la Sociología, a la Prensa, y una marcada tendencia de mis alumnos hacia la misma consideración interpretativa que yo considero viciosa, me impulsa a precisar conceptos a fin de que no se siga hablando por los profanos de una ciencia del periodismo sino, por el contrario, de una Ciencia de la Prensa.

Es necesario insistir, en efecto, porque es lo exacto, que en esta materia se trata de una ciencia de la *cosa* más que de la función. Una ciencia regida por leyes propias, la *Eigengesetzlichkeit* de los alemanes. Por eso Mirkiné Guetzévitch, ex-Director del Instituto de Ciencia de la Prensa de París (de su Universidad) la define como *une nouvelle méthode appliquée à l'observation du grand phénomène social*. Claro que ese método es, tiene que ser, *pluralista*. Porque la Ciencia de la Prensa — y sigo citando a tan eminente Profesor — no es solamente el derecho + la geografía + la historia + la economía + la psicología + la ética + la sociología, sino todo eso acoplado a la vez y hecho Prensa. La *colaboración* se impone pero se subordina. Verbigracia, es evidente que el autor de un estudio detallado de las relaciones internacionales no puede, tampoco, limitar su búsqueda ni constreñir su horizonte al dominio del derecho sino que tiene que recurrir a los juristas, a los geógrafos, a los historiadores, a los economistas, a los psicólogos, a los moralistas y a los sociólogos.

Ese pluralismo, otro grande de la ciencia de la Prensa, Marc Jaryc, lo concibe mediante el empleo de la valuación crítica de las fuentes para la historia, de las reglas de la descripción bibliográfica para el establecimiento de los reper-

torios, del examen comparativo de las particularidades tipográficas para la identificación de los «incunables» de la prensa de origen desconocido, de la técnica jurídica para la valoración de las relaciones entre la Prensa y el Estado, de la sociología colectiva para el estudio de la acción de la prensa sobre su medio y del medio sobre la prensa; de la psicología para el estudio experimental — aún en la infancia — de la influencia del periódico o más generalmente, del *impreso* y de la *imagen* sobre el individuo, y de la ética para el dominio y el perfeccionamiento de ese instrumento creador, depurador y orientador de la opinión pública. Varias disciplinas *asisten* a los que «hacemos» la Prensa y ellas dan origen a la ciencia objeto de estas líneas.

Esta ciencia de la Prensa comienza por asegurar su *identidad*, como cualquiera otra ciencia histórica, por el estudio y el conocimiento exacto de las *fuentes*, esto es, de los primitivos periódicos. Y que ya del planteamiento se ha pasado a la realidad — con lo que se aseguró el acta de nacimiento de aquélla, — lo tenemos en que en 1928, por iniciativa del historiador Malcom Carroll, el autor de *French Public Opinion and Foreign Affaire 1870-1871*, se fundó en el Comité Internacional de Ciencias Históricas una Comisión para establecer la Bibliografía de la Prensa, que ha rendido fructífero labor si se considera la magnitud de su empeño. Precisamente el aporte compatriota de Joaquín Llaverías con sus *Notas para la Historia de la Prensa en Cuba — Anterior a 1850* y de Fermín Peraza con sus *Indíces Periodísticos*, entre ellos el muy valioso de *El Aviso 1808-1810*, es lo que determina la presencia de ambos como cultores de ciencia de la Prensa entre nosotros.

Por supuesto, como Profesor de periodismo, debo hacer advertir que la formación profesional del periodista *no* es la ciencia de la Prensa, como tampoco la formación del químico es el laboratorio pero ella puede y debe fomentarla y auspiciarla. Por eso, desde mi cátedra de la Escuela Profesional de Periodismo de La Habana, vengo sugiriendo a los alumnos que se gradúan la conveniencia de constituir en

Cuba un «Centro de Estudios Científicos de la Prensa» a semejanza del que en París de Francia han organizado con igual denominación los maestros Léon Rollin y Georges Bourguin.

En una palabra, no es en el periodismo, como simple manifestación metódica, sino en la Prensa, como ente plural homogéneo, donde hay que indagar el contenido científico, la ciencia particular misma, provisto el investigador, como se ha dicho, de todos los recursos de la ciencia en general. Y así como hay muchos periodismos pero sólo una Prensa, la ciencia que lo interpreta puede nutrirse de todos los métodos para constituir una sola, autónoma.

Para concluir con esta divulgación, falta por determinar el objetivo de esta nueva Ciencia de la Prensa. Ese objetivo consiste en proporcionar un conocimiento más exacto de ella no solamente a los profanos sino también a los periodistas ignorantes de la trascendencia de la profesión. Se fantasea demasiado dentro y fuera de la Prensa sobre su naturaleza para que no sea necesario dotarla con un instrumento que haga de ella, que es el más sobresaliente de los hechos sociales modernos, una ciencia social por antonomasia, es decir, la Ciencia de la Prensa, surgida, como expresa Fernand Terrou, de una doble corriente, una inspirada por la utilidad, la otra por el gusto y la práctica de la búsqueda científica. EE. UU. de A. con motivo y en favor de la formación profesional de los periodistas y Alemania con los cursos de Koch (1895) en la Universidad de Heidelberg y de Karl Bücher (1902) en la de Leipzig, para indagar la *science du journal*, dieron cabida en su seno a ambas corrientes, provocando su integración.

La Habana, Agosto 7, 1951.

OCTAVIO DE LA SUARÉE

Director de la Escuela Profesional de Periodismo
de la República de Cuba

COROAÇÃO DO REI CONGO DO BRASIL

FESTA DE SÃO BENEDITO DE GUARATINGUETÁ

Em nossos estudos sobre o folclore paulista, temos dado maior atenção às festas. Não seria preciso recapitular aqui o interesse que as festas oferecem não só aos estudos propriamente de folclore, dada a riqueza de tradições, hábitos, crenças populares que nessas ocasiões encontram ampla e intensa manifestação, como também à sociologia e à antropologia social, para já não mencionar a economia e até mesmo a demografia social. Nesses estudos sobre as festas populares paulistas, dois problemas nos preocupam no momento. O primeiro é o da distribuição no tempo das festas, ou seja, o seu calendário. Uma observação que várias vezes nos tem ocorrido, nesse sentido, é que, entre nós, o calendário das festas parece dotado de uma possibilidade de alteração ou ajustamento que não é comumente apontada pelos estudiosos do problema em outros folclores. Cremos mesmo que, mais por um defeito de interpretação ou de colecta dos dados, tem havido uma tendência a descrever e interpretar o calendário das festas populares como algo rígido, inflexível, pré-estabelecido para sempre como é a ideia do tempo que hoje possuímos. Poderíamos, em desabono dessa concepção e para demonstrar o carácter mutável e flexível do calendário das festas populares paulistas, citar o caso da festa do Divino Espírito Santo.

Um factor que poderá dificultar o estudo das festas do passado em comparação com as do presente é a sensível diminuição delas, motivada pela condensação, fusão ou agrupamento em torno de uma só. Exemplifiquemos com a festa do Divino. Em torno dela gravitam agora festas que primeiramente eram realizadas em várias épocas do ano, mas às quais a passagem da «bandeira do Divino» dá oportunidade para que se processem nessa ocasião. As festanças com danças de cateretê, xiba, cururú, jongo, batuque, fandango, etc. são feitas nos «pousos da folia do Divino». Mesmo as «carpições» e mutirões para vários fins (roçada, colheita, etc.) são levadas a efeito aproveitando

a «visita da bandeira», «Carpição» e mutirões (e há os alegres com canto do Calango) sempre terminam com «função», bate-pé e festaria.

O ajustamento ao ciclo agrícola é outro factor de flexibilidade do calendário. Isto porque o calendário agrícola, também, não é rígido. As populações do campo estão em mudança, aceitam e abandonam novas lavouras e até novos géneros de vida, como é o caso de Cunha que está passando da agricultura de subsistência para o pastoreio, nalguns trechos do seu município.

Há também ligações do folclore com o género de vida. As festas que outrora ocupavam diversos meses do ano hoje se agrupam nos dois solstícios, havendo portanto dois ciclos distintos. No de verão o ciclo do Natal e no de inverno o ciclo de São João. Poderíamos mesmo agrupar no ciclo de Natal as de Carnaval e no de São João as do Divino. Nesta já assinalámos a condensação de várias outras, e por ser ela festa de consumo, é bem distinta da de São João em cujo ciclo a incluimos, devido à sua grande proximidade com a data do solstício de inverno.

O outro problema que nos preocupa é o da utilização do folclore pela Igreja. É um problema assás conhecido, como o é também a análise sociológica das festas para indicar o seu carácter de instrumento de acomodação social. Todavia, enquanto os sociólogos têm insistido em analisar sob este aspecto as festas populares, como se se tratasse a rigor de um fenómeno natural, acreditamos que seria melhor tentar a análise em termos mais reais, ou seja, como uma tentativa da Igreja de levar as populações a aceitarem um determinado padrão de valor cultural, usando e aproveitando determinados elementos do folclore local, introduzindo ou criando outros. Assim o que encontramos hoje e descrevemos como folclórico, se é em certo sentido natural, não o é senão como resultado da interacção entre a Igreja e as populações locais.

Chamamos a atenção para estes dois problemas com relação a uma das festas populares paulistas: a **COROAÇÃO DO REI CONGO DO BRASIL**, tal como a observamos em março de 1948, na cidade de Guaratinguetá.

A Igreja Católica Romana lançou mão do sincretismo como elemento da acomodação e assimilação e organizou sobre a civilização tradicional (ou arqueocivilização, como diz André Varagnac), uma nova, aproveitou os elementos existentes e os converteu em derimidores.

de atritos. Atritos existiam e muitos, causados pelas diferenças dos estoques tribais postos sob o mesmo tecto da senzala. As marcas raciais podem dificultar a assimilação, mas a política da igreja foi sábia procurando transformar elementos heterogéneos em homogéneos, fazendo-os partilhar de experiências comuns, incorporando-os a uma confraria religiosa. Eis o nascimento das irmandades de NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS, por todo o Brasil, logo que se iniciaram os choques entre escravos e senhores. Procurou-se desintegrar uma cultura sob o jugo ou pressão de outra, dando aos negros uma padroeira — Nossa Senhora do Rosário.

Colocou-se como padroeiro das confrarias um santo do hagiológico católico romano, mas para o escravo era mantido o carácter africano, Janaina, Yemanjá. Prestavam-lhe culto com a roupagem da liturgia da religião do branco, mas o fundo místico de sua adoração era religião negra e não cristã.

O culto de Nossa Senhora do Rosário era realizado primeiramente no mês de Outubro, com muitas festas, festanças e festarias. Embora Outubro seja o mês do Rosário, as comunidades rurais que temos estudado não o festejam mais. Antigamente sim. Nessa época podiam os negros folgar, pois estava de acordo com o calendário agrícola. A «vagante» terminara. O plantio foi iniciado no dia de Nossa Senhora das Brotas, 8 de Setembro. Em Outubro, depois da primeira «limpa», havia um hiato no trabalho dos latifundiários. (Há uma crença de que não se deve plantar mandioca em Outubro, porque ela só dará folhas com prejuízo das raízes). Aos pretos era concedido o dia de folga. Graças a esses dias é que o folclore negro se manteve, porque neles, o controle do senhor era frouxo e assim podiam manter suas ligações espirituais com as divindades do continente de origem. A data da festa era o 7 de Outubro. Só depois da libertação dos escravos é que se transpôs a festa da coroação para as da Semana Santa. O desamparo económico em que se viu lançado o negro recebeu o conforto moral da Igreja e sua festa conseguiu agrupar-se aos demais festejos da Semana Santa. Outro fenómeno que notamos é o facto de se aproximar a festa do solstício do inverno. Já não é mais a festa da Coroação do Rei Congo do Brasil, realizada no dia de Nossa Senhora do Rosário, mas a FESTA DE SÃO BENEDITO, nome aliás actualmente encontrado na cidade de Guaratinguetá.

Houve outra agregação de festas. O dia do «santo advogado dos negros — S. Benedito» — é 4 de Abril. Como geralmente a Semana Santa é nesse mês, de data fixa que era o da comemoração do santo negro, passaram a festejá-lo na segunda-feira após a Ressurreição. Consequentemente tal festa ficou com data móvel, elemento este que muito contribuirá para abreviar o seu desaparecimento. A adopção da segunda feira de páscoa como o dia de S. Benedito é constatada por nós em todas as comunidades do Vale do Paraíba do Sul, porque no vale do Tietê, é outra a data em que reverenciam o santo, coincidindo com a data da libertação que é o dia 13 de Maio. Esta diversidade de datas, para o mesmo santo, já é outro problema, interessante sem dúvida, mas que não estudaremos aqui.

Hoje São Benedito não é apenas o padroeiro dos negros, mas também dos brancos, sim, de todos os elementos que engrossam a classe dos destituídos. Felizmente no meio rural não há preconceitos raciais, não há «linha de cor», por isso os brancos aceitam-no como padroeiro.

A festa deixou de se chamar de **COROAÇÃO DO REI CONGO DO BRASIL** porque sua função precípua, derimidora de pendências entre brancos e negros, desapareceu e para tal muito contribuiu o evento da República, igualando a todos perante a lei. Igualdade que também contribuirá para o desaparecimento dessa cerimónia luso-afro-católica, porque, hoje, o rei já não é necessariamente um homem de cor, pode ser mulato e mesmo branco, caso tenha feito promessa. O próprio facto de ter a festa ficado no dia de São Benedito, mudou-lhe o nome, as cerimónias continuam mais ou menos as mesmas, pouco modificadas. A festa se vai caracterizando e, consequentemente, desaparecerá. O dia de Nossa Senhora do Rosário, antigamente tão festejado, já não é mais comemorado, passou a ser «dia santo dispensado».

Em Guaratinguetá, cidade de um passado histórico que remonta a três séculos, onde a agricultura tomou lugar de destaque, os filhos dos antigos latifundiários, que não conseguiram manter suas fortunas, passaram para a classe destituída, e não só os mulatos — e os há muitos — como os brancos participam da festa. Muitos procuram ser festeiros, e isso não nos admira porque sabemos que sob esse empenho não raro se esconde o desejo de ascensão social, e o «status» social do festeiro e sempre invejado — é Rei ainda na terceira República!

Na festa de coroação do Rei Congo do Brasil há um sincretismo luso-africano. Ela constitui mesmo um elemento simbólico da acomodação de duas estruturas sociais em conflito — a africana e a portuguesa. Foram elementos vindos de Portugal, da coroação do Imperador por ocasião das festas do Divino Espírito Santo, instituídas pela Rainha Isabel, que influíram também para a adopção, por parte dos pretos, dessa cerimónia, imitando os brancos. Só que o preto é REI de CONGO, e o branco é o IMPERADOR DO DIVINO. Ajunte-se a isso que, na África, as tribos tinham seus sobas. Cremos que muito mais do que a imitação teve papel importante na adopção dessa cerimónia a finalidade conciliadora e a importância que assumiu o Rei de Congo no desempenho de uma função apaziguadora entre seus irmãos de jugo.

A função do Rei de Congo não se limitava apenas ao recebimento de honrarias no dia da coroação, ia muito além, ele era o Rei sem trono e sem coroa (pois esta fica sempre guardada na Igreja) que intercedia pelo irmão de cor e por este era ouvido e respeitado. As confrarias eram organizações que tinham seus guias: o espiritual era o padre o tesoureiro era um branco, mas o Rei tinha uma função importante, era o Presidente. Atendia às questões entre os pretos e entre pretos e brancos, intercedendo sempre pelos seus. Por estes era respeitado e parece que viam nele traços sobrenaturais de realeza, meio divino, meio humano. Sem dúvida, no Brasil Colónia e Império foi um grande e inestimável auxílio à manutenção da ordem, por isso as cidades, vilas e freguesias escolhiam anualmente seu Rei Congo.

Na actualidade restam traços do fastígio dessa festa. Vejamos o seu programa, em linhas rápidas, para nos deter mais demoradamente na descrição da cerimónia da coroação.

No sábado de Aleluia, tem início o programa. Logo após o «rebentar da aleluia», saem quatro «caixeiros de São Benedito», batendo caixas surdas, fazendo o percurso tradicional, por onde, nos dias subsequentes, passarão cortejo real e procissão. À noite há leitões de prendas, quermesse que se prolongará até terça-feira.

No sábado, à tarde, 16 horas, sai a «Cavalaria de São Benedito», em que participam mais de 300 cavaleiros. De facto o nome é «Cavalaria» e não «Cavallhada» porque não possui a parte dramática que é a embaixada. Na «Cavalaria de São Benedito» há um

Chefe que tem como auxiliar imediato o «mantena», espécie de ajudante de ordens; além deste «mantena» dispõe de mais quatro ajudantes que são os «auxiliares do chefe». Todos trajam roupa branca, polainas pretas, boné branco com uma fita verde-amarela na pala. Outro distintivo que usam é a fita verde-amarela que prendem a tiracolo da direita para a esquerda.

Costumam dividir os grupos segundo a cor de seus animais: à frente os cavalos brancos, báios e tordilhos, um segundo grupo que vem atrás é composto de cavalos pretos, ruanos e pangarés. Fazem duas longas filas, filando mui próximas da calçada. Dão uma volta pela cidade e passam em frente ao cemitério para visitar os chefes mais antigos que ali estão sepultados. A festa serve como elemento simbólico de ligação entre a estrutura social actual e a passada. É uma reverência que fazem todos os anos aos que foram seus chefes na «Cavalaria de São Benedito». Esta é uma sociedade organizada, com pagamento de recibos.

Atrás da «cavalaria» vêm quatro tocadores de caixa, vestidos com a opa da irmandade de São Benedito, blusão branco com golas grandes, pretas e punhos da mesma cor. Na retaguarda dos «caixeiros de São Benedito» vem a Bandeira do santo, conduzida por oito moças pretas, virgens, algumas delas segurando firmemente a coroa que irá no topo do mastro. Pouco mais atrás vinte ou trinta pessoas (homens) conduzindo um mastro que tem dez ou doze metros de comprimento. Os carregadores do mastro revezam-se. Implica no recebimento de uma bênção o carregar o mastro. Muitos até fazem promessa para tal. Atrás dos carregadores do mastro, na procissão com ele pela cidade, vem a banda de música e a seguir o povo.

Após a volta pela cidade, atravessam o lendário Paraíba do Sul e se dirigem ao largo fronteiro à Igreja de São Benedito. Enquanto os homens levantam o mastro, a cavalaria noutra pequena praça lateral à igreja, exhibe-se executando voltas, fazendo algumas evoluções, como a «meia lua».

O Capitão do Mastro determinou o lugar de fincar o mastro. Para se fazer o buraco, de alguns palmos de profundidade, há muitos pedidos. Todos querem fazê-lo, porque tal trabalho implica no recebimento de bênçãos especiais dispensadas pelo santo. Precisa o Capitão do Mastro estar dirigindo, determinando a vez de cada um para

cavocar. Feito o buraco, colocada a bandeira pelo Alferes da Bandeira e a coroa pelo Tenente da Coroa no topo do mastro, todos querem levantá-lo. O mastro é erguido. A banda de música toca um dobrado festivo, disparam uma salva de 21 tiros, soltam foguetes, espouca a «bateria» de bombas, batem os sinos.

Finda assim a parte dos festejos do sábado, porém descem procissionalmente para levar às suas casas o Rei a Rainha e os Juizes. Agora, somente as caixas vem à frente, com suas batidas monótonas, porque na hora das procissões, quando a banda de música pára de tocar, os «caixeiros» iniciam o seu retaplan monótono.

Na festa de São Benedito, os personagens principais são: o Rei, a Rainha, o Juiz da Vara, a «Juiza» da Vara, o Juiz do Ramalhete, a «Juiza» do Ramalhete, o Capitão do Mastro, o Alferes da Bandeira e o Tenente da Coroa. Os pagens, sendo membros da irmandade, trajam-se com a opa. Ao finalizar a festa aparecerá um novo personagem, que é o REI NOVO, com os demais cortesãos.

O rei veste-se em geral de terno preto e uma faixa a tiracolo, sob o paletó. A rainha veste-se em geral de branco, rosa ou azul, um diadema na cabeça. Os juizes vestem-se de roupa comum, geralmente de escuro, porém, não levam faixas, carregam a Vara ou Ramalhete. O Capitão do Mastro, o Alferes da Bandeira, o Tenente da Coroa, vestem-se com roupas comuns, porém, caso o Alferes seja da irmandade, pode ir de opa. O Capitão nas procissões empunha como distintivo um bastão trabalhado, de madeira, de 50 centímetros de comprimento.

As coroas do Rei e Rainha são feitas de prata e ouro. A do Rei é bem maior do que a da Rainha, por isso é de prata. A da Rainha é menor, e de ouro. São conduzidas em salvas de prata portuguesa, implementos estes que pertencem à Igreja e estão em uso há mais de um século e meio.

Antes da festa, na última reunião da irmandade, que é presidida pelo pároco, director espiritual Rev.^{mo} P.^o Rodrigues de Araujo, é feito o sorteio do NOVO REI, que por sua vez escolhe os seus juizes, alferes, capitão, tenente e pagens, participantes de seu séquito real. O novo rei somente aparece no final dos festejos, cabendo ao rei que está em «exercício» realizar os festejos — é o festeiro, e a ele dão o nome singular de REI VELHO.

O «REI VELHO» com a Rainha fazem as Casas da Festa que, em geral, são cedidas por pessoas gradas da cidade para tal fim. Primeiramente uma só casa da festa, hoje dividem as despesas, havendo sempre três «Casas da Festa»: do Rei, da Rainha e da Coroa, esta cuidada pelos juizes.

Ao dealbar do domingo, há salva de 21 tiros, soltam foguetes e a banda de música percorre as ruas da cidade, fazendo alvorada. A «alvorada» consiste em toque de música da corporação musical que percorre o trajecto tradicional da cidade valeparaibana adormecida, acordando o povo com alegres e festivos dobrados.

Às 10 horas, realiza-se a missa solene da Ressurreição, à qual comparecem Rei, Rainha, Juizes, «Juizas», Capitão, Alferes, Tenente e todo o séquito real. Os juizes e «Juizas» da Vara e Ramalhete, Capitão do Mastro, Alferes da Bandeira, Tenente da Coroa e pagens vão à casa do Rei, juntamente com a banda que, há pouco, realizara a alvorada, para depois buscarem a Rainha e conduzirem-nos sumptuosamente à missa solene. Rei e Rainha possuem dois pagens cada, ao passo que juizes e «juizas» um só. Ao todo oito pagens. O séquito se organiza como uma procissão e a banda de música acompanha tocando dobrados e marchinhas. O Rei recebe esta homenagem de seus servidores tanto na hora da missa solene, à qual deve chegar dez minutos antes de começar, como também à tarde, na hora da procissão.

O cortejo atravessa a cidade desde a casa da Rainha até a Igreja. Ao chegar, à porta está o padre que os recebe e os abençoa com água benta, e os coroinhas com seus turibulos enchem do perfume do incenso a recepção do «REI VELHO». Benze o padre as coroas que estão nas salvas seguras pelo Rei e Rainha. Ao entrar no templo, quando estão próximos do altar, aos pagens são entregues pelo Rei e Rainha as suas coroas, e eles as depositam em uma mesa coberta com toalha de veludo de franja doirada, entre dois círios acesos. Acabada a missa, novamente os fâmulos retiram de cima da mesa as coroas e entregam-nas reverentemente aos seus amos.

Durante a missa o rei e cortesãos ficam ao lado direito da nave, e a irmandade fica assentada em duas fileiras no centro do templo com as tochas acesas. Estas são, após a missa, guardadas na sacristia, e toda irmandade acompanha o Rei e Rainha até a casa deste, onde almoçam. Há comidas e bebidas em abundância nas casas da Festa.

Para evitar invasão, há guardas, que são membros da irmandade, e se revezam durante os dias da festa, dando 10 a 8 horas diárias de «guardamento».

Chegando o séquito bem em frente à casa do Rei, a banda que o acompanha toca uma música alegre. Pára de tocar. Os pagens escancarram as portas e janelas da Casa da Festa, tomam as coroas, levam-nas a depositar sobre uma mesa recoberta por um dossel de enfeites doirados e prateados, entre duas velas acesas. Há também altares armados nas residências, onde está a imagem de S. Benedito. No dossel ou no altar ficam as coroas enquanto transcorre o almoço.

Nas casas dos juizes do Ramallete e Vara, também são oferecidos doces, bebidas e café ao povo. Eles não estão presentes em suas residências, pois estão almoçando com o Rei, mas os seus familiares servem aos amigos e visitantes.

Na segunda feira, DIA DE SÃO BENEDITO, há missa solene. Os juizes vão buscar o Rei e este a Rainha. A pagem da rainha é uma menina branca de família de elite de Guaratinguetá, que para servir fez promessas. O séquito real é acompanhado pelos membros da Cavalaria de São Benedito. Hoje, porém, estão todos a pé. No sábado era a «Cavalaria», agora a «Infantaria».

Hoje «Infantaria», porque os cavalos são cedidos por empréstimo somente para sábado. Há uma lenda corrente em Guaratinguetá: dos membros da cavalaria de São Benedito, a maioria não possui animais, então vai pedi-los de empréstimo aos fazendeiros. Nenhum fazendeiro se nega, porque, se o negasse, o cavalo morreria dentro de um ano.

O repique do sino também é um sinal avisando que se devem reunir para a procissão. Vão, porém, buscar o Rei e Rainha às suas casas, como fizeram por ocasião da missa, para lá seguem os Juizes, Capitão, Tenente, Alferes, pagens e banda de música. Nesse interim, o padre fica organizando a procissão.

O Rei chega com seus cortesãos, minutos antes de ter início a procissão. Esta sai tendo à frente o andor de São Benedito. Mais ou menos no meio vai Santa Cecília e, por último, Nossa Senhora do Rosário. Atrás deste último andor, vem o Rei, com seus criados, os juizes do Ramallete e Vara, Capitão do Mastro, Alferes da Bandeira, Tenente da Coroa, e atrás do séquito real vem o padre com o pálio

e Santo Lenho. A irmandade de N. S. do Rosário faz como que um cordão de isolamento desde o andor de N. S. do Rosário até ao padre, isolando, portanto, o Rei e cortesãos. Atrás do padre vem a banda de música e na retaguarda desta o povo. Na missa o REI NOVO não acompanha o REI VELHO, porém, na procissão o REI NOVO faz-lhe a corte. A procissão passa pelas principais ruas da cidade e dela participam milhares de pessoas. Há alguns fiéis que para cumprimento de promessa, acompanham a procissão descalços e outros vestem, por sobre a roupa comum, uma mortalha, acompanhando com uma vela na mão toda a cerimónia religiosa, em desfile pela cidade.

O melhor e mais bem comportado aluno do grupo escolar, menino de cor, é escolhido e vestido à moda de São Benedito, com o hábito religioso, levando no regaço um «Deus-Menino», imagem de louça. É impressionantemente barroco a passagem do «São Beneditinho».

A entrada da procissão na igreja, depois de ter passado pela cidade, é feita respeitosamente, e mesmo sendo grande a vontade de arranjar um bom lugar para ver a coroação, não há apertões. O REI VELHO encaminha-se e fica no mesmo lugar onde estivera por ocasião da missa. O padre faz um sermão sobre o Rosário e lança a bênção sobre os fiéis.

A Coroação do Rei Novo então é realizada. REI VELHO e REI NOVO ao mesmo tempo ajoelham-se numa almofada em frente ao padre. O sacerdote oficia o acto solene com cânticos e orações apropriados. Os turibulos são balançados e a especiaria multiseccular do incenso envolve o altar. Tem início o «Magnificat» e o oficiante aproxima-se do REI VELHO. No momento em que são cantados os versículos da liturgia católica-romana: — «Deposuit potentes de sede et exaltavit humiles» (depôs os poderosos do trono e aos humildes exaltou), o sacerdote retira a coroa do REI VELHO e a coloca sobre a cabeça do REI NOVO. A mesma cerimónia se desenrola com as rainhas. A seguir, aproxima-se o Juiz da Vara que se ajoelha em frente ao padre e entrega ao novo Juiz da Vara, a vara que traz em sua mão direita. O mesmo faz a «Juíza» da vara, Juiz e «Juíza» do Ramalhete. O bastião do Capitão do Mastro é entregue pelo REI NOVO.

A concentração, na pessoa do sacerdote, de funções tão fundamentais à estrutura objectiva e mística da festa, nos sugere a persis-

tência de um elemento histórico, o conferimento simbólico de poder terreno à dominância de elementos místicos, religiosos. O dia em que um padre estrangeiro se negar à realização desta cerimônia, decretará certamente o desaparecimento da festa da coroação, como aconteceu na vizinha cidade de Cunha.

Terminadas as cerimônias, o REI VELHO acompanha o séquito de REI NOVO até a casa deste. O séquito depois ruma para a casa do REI VELHO, pois esta é a derradeira homenagem que lhe prestam. Deixam o REI VELHO em sua casa, e voltam para a casa do REI NOVO, agora sem a banda de música, para a festa da Recepção da Coroa. A festança prossegue noite a dentro.

ALCEU MAYNARD ARAÚJO

MUSEU-BIBLIOTECA DO PAÇO DUCAL
DE VILA VIÇOSA

MEDALHAS DEDICADAS A D. CATARINA
DE BRAGANÇA — RAINHA DE INGLATERRA

A série de medalhas referentes a D. Catarina de Bragança, 3.^a filha de D. João IV, nascida em Vila Viçosa a 25 de Novembro de 1638, dia de S.^{ta} Catarina — razão pela qual lhe foi dado esse nome — são pouco vulgares e, algumas, até da mais alta raridade, o que explica o número muito restrito dessas medalhas nas diferentes colecções.

Vejamos exemplos comprovativos desta afirmação:

- *Van-Loon*, descreve apenas *quatro*;
- No livro *Medallic Illustrations*, citam-se *vinte e oito*;
- *Lopes Fernandes*, (Lisboa 1861) faz referência a *quatro* que se encontram estampadas na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* — Tom. IV. Tab. FF. N.^{os} 1, 2, 3 e 4 — e que também vêm reproduzidas na obra — «*Numismata. A. Discourse of Medals, by J. Eveting. — Êsq. S. R. S., London, 1697*;
- *Santos Leitão* (Porto 1897) descreve, na sua colecção, *três*;
- Na colecção de *Cyro Augusto de Carvalho*, que foi vendida em Amsterdão por J. Schulman, em 1905, citavam-se cinco e na que pertenceu a *Joaquim José dos Santos*, igualmente vendida por Schulman, em 1906, apenas se fazia referência a *uma* medalha;
- *Artur Lamas*, que publicou, em 1906, uma interessante monografia, intitulada *Medalhas dedicadas à Infanta D. Catarina de Bragança*, estudo baseado nas medalhas que tinham pertencido à colecção organizada por seu

- pai, José Lamas, descreve sete medalhas. (Separata de *O Archeologo Português*, x, N.ºs 10 a 12 de 1905);
- Na colecção que pertenceu a *Álvaro de Araújo Ramos*, da Bahia, vendida por Schulman em 1909, existiam quatro;
 - Na *História de Portugal* dirigida pelo Prof. Dr. Damião Peres, vol. VI, Capítulo V, Organização da Vitória, da autoria do Prof. Dr. Ângelo Ribeiro, faz-se a reprodução de duas medalhas referentes ao casamento de D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, que pertencem ao *Museu Municipal do Porto*;
 - No *Museu Numismático Português* estão expostas quatro medalhas que pertenceram à colecção de *El-Rei D. Luiz* que, por efeito do Decreto N.º 9:730, de 26 de Maio de 1924, publicado no *Diário do Governo* n.º 116, 1.ª Série, (Art. 1.º), foram transferidas do Palácio Nacional da Ajuda para a Casa da Moeda. (Vejam-se documentos apensos a esta nota descritiva).
 - A melhor e mais numerosa colecção, conhecida até hoje, era a que pertenceu a *Jules Meili de Zurich* que contava nada menos de trinta e duas medalhas, dedicadas ou com referência a D. Catarina de Bragança. Esta colecção, vendida por Schulman, em Amsterdam, a 10 de Outubro de 1910, foi, como é fácil de calcular, completamente fragmentada.

*

* *

A maioria destas medalhas foram cunhadas em Londres, por ocasião do casamento de D. Catarina com o rei Carlos II de Inglaterra, existindo no Museu Britânico, alguns desses cunhos.

D. João IV, no intuito de fortalecer a sua soberania e a independência da Pátria, fez alianças com nações estrangeiras e, para isso, procurou que seus filhos se casassem com princesas e príncipes das famílias reinantes da Europa.

Para D. Theodosio, herdeiro da coroa, pensou D. João, auxiliado pelo célebre orador sagrado, António Vieira, vários enlances que não se chegaram a efectivar.

Quanto a sua filha D. Catarina, foram, igualmente, projectados vários matrimónios. Pinheiro Chagas conta-nos a esse respeito, o seguinte:

«Não tinha Catharina ainda oito anos, e já se tratava de lhe dar para marido D. João de Austria, o bastardo de Filipe IV de Hespanha, união que parece ter sido proposta pela côrte de Madrid mas àcerca da qual não há mais notícias.»

«Depois quando tratou de se ajustar o casamento do príncipe D. Theodosio com a duquesa de Montpensier, sobrinha de Luiz XIII, ofereceu-se como compensação d'êsse enlace, que era muito vantajoso para Portugal, a mão de D. Catharina ao duque de Beaufort, neto de Henrique IV por bastardia, mas todas essas negociações ficaram sem resultado e por isso em 1665 se começou a preparar novo casamento e d'esta vez com o rei de França Luiz XIV.»

«Ou fosse este enlace lembrado por Portugal ou como parece mais natural proposto pelo Cardeal Mazarino para obrigar a Hespanha a fazer a paz com a França é certo que ainda em vida de D. João IV se tratou d'êste assunto e que depois, se activaram mais negociações, indo fr. Domingos do Rosario a Paris para êsse fim e sendo êsse um dos pontos marcados nas instruções com que veio a Lisboa o embaixador francez conde de Cominges.»

«Ao fim de quatro anos conheceu Portugal claramente a perfídia do cardeal Mazarino, que servindo-se do engodo da promessa de casamento de Luiz XIV com a infanta D. Catharina nos trouxe sempre iludidos para afinal nos abandonar traiçoeiramente assinando a paz com a Hespanha e o contracto de casamento do rei com a infanta hespanhola D. Maria Thereza.»

«Rotas estas negociações começaram depois outras com a Inglaterra sendo o conde da Ponte, Francisco de Mello, quem n'elas teve maior parte e resultando finalmente d'aí o consórcio da nossa infanta com o rei Carlos II de Inglaterra, não sem que

aparecessem depois de ajustado o casamento, dificuldades e obstáculos, que anulariam por certo o contrato se não fôsse a intervenção de Luiz XIV de França que levou o monarca inglês a cumprir a promessa que havia feito ao nosso embaixador.»

«O contrato foi por fim assinado em 23 de Junho de 1661 e no mez seguinte o conde da Ponte partiu de Londres para Portugal onde foi recebido pelo regente com grande contentamento, não sentindo porém o povo a mesma alegria com êsse consórcio porque uma das cláusulas estipuladas era a cedência à Inglaterra das nossas praças de Tânger e Bombaim.» (Veja-se *Dicionário Popular*).

A Infanta foi recebida a bordo da nau «Great Charles», um dos vinte navios da esquadra inglesa que chegara ao Tejo a 10 de Março de 1662 e que trouxera o embaixador conde de Sandwich, encarregado especial para conduzir D. Catarina a Inglaterra. Esta esquadra foi juntar-se perto de Portsmouth com uma outra que conduzia o duque de York, irmão de Carlos II. Depois dos cumprimentos do estilo, as duas esquadras fundearam em Portsmouth, tendo-se efectuado o desembarque da Infanta-Rainha com pompa e muito cerimonial.

Por motivo de doença da Infanta, o casamento só se pôde celebrar em 31 de Maio de 1662. A Rainha foi apresentada a toda a nobreza pelo bispo, Gilberto Sheldon.

A 3 de Setembro de 1662, os reis faziam a sua entrada em Londres e foi, justamente, por essa ocasião que se cunharam algumas medalhas comemorativas do casamento de D. Catarina com Carlos II.



Vejam os agora a descrição de algumas dessas medalhas, alusivas a esse acto e que fazem parte da *nossa colecção*:

N.º 1

S. d.



DEDICADA A D. CATARINA DE BRAGANÇA:

Anverso: Legenda junto à orla: CAROLVS. II. D. G. MAG. BR. FRA. ET. HIB. REX. Busto de Carlos II, voltado à direita, com coroa de louro na cabeça, grande cabeleira, armadura e manto.

Abaixo do corte do ombro: G. BOWER F.

Reverso: Legenda: CATHARINA. D. G. MAG. BR. FRA. ET HIB. REG. Busto de D. Catarina, voltado à esquerda. No pescoço, colar de pérolas.

Diâmetro 61 mm. AR *Muito rara*

Referências:

Colecção de El-Rei D. Luiz.

Meili — N.º 2784.

Medallic Illustration, 1 vol., pág. 491 — N.º 115.

Santos Leitão — N.º 14.

N.º 2

DEDICADA À D. CATARINA DE BRAGANÇA:

Exemplar idêntico ao do N.º 1 com o mesmo módulo, mas em AE.

À parte superior, um orifício.

Esta medalha mostra vestígios de se ter partido o cunho.

É da mais alta raridade.

Não encontrei referências em nenhuma das colecções citadas.

N.º 3

1662



CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA COM CARLOS II DE INGLATERRA:

Anverso: Junto à orla, a legenda, antecedida de roseta e compreendida entre dois círculos. Esta legenda começa em cima à direita: CAROLVS. II. ET. CATHARINA. D. G. MAG. BRIT.

FRAN. ET HIB. REX. ET REGINA. Bustos de frente; à esquerda o rei, com coroa de louro na cabeça, grande cabeleira e armadura. No ombro direito está gravada uma cabeça de leão. À direita, a rainha, tendo na cabeça uma coroa de louro e outra de cinco pontas. Sobre o pescoço, caem-lhe três caracóis, um à direita e dois à esquerda.

Reverso: Na orla a legenda que começa à esquerda e em baixo: DIGNVM. ANNO. 1662. QVANTVM. SAT. BRIT. HIS. DICERE. Entre cada uma das palavras da legenda, uma roseta; no campo, sobre um pequeno outeiro, uma figura de mulher alada, de pé, de frente e tocando uma trombeta. Na mão esquerda, ostenta um ramo de louro. No outeiro, e à esquerda, as iniciais G. B. (GEORGE BOWER).

Diâmetro: 52 mm. AR *Muito rara*

Referências:

Medallic Illustration — 1 vol., N.º 90.

Meili — N.º 2776.

N.º 4

S. d.



CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA:

Medalha denominada pelo poeta Waller *Medalha Aurea*.

Anverso: Legenda: CAROLVS. II. DEI. G. MAG. BRI. FRAN. ET. HIB. REX. Busto de Carlos II, à direita, com grande cabeleira e coroa de louro, vestido com armadura, tendo um manto que está preso no ombro, onde está gravada, uma cabeça de leão.

Reverso: CATHARINA. D. G. MAG. BRI. FRAN. ET HIBER. REGINA. Busto de D. Catarina, voltado à direita, com a cabeça adornada de pérolas. Sobre o vestido, um manto que se prende no ombro direito.

Diâmetro: 43 mm. AR. *Muito rara*

Referências:

Colecção de El-Rei D. Luiz.

Lamas (monografia) — N.º 2.

Medallic Illustration, pág. 489, N.º 3.

Museu municipal do Porto.

Van-Loon — Vol. 11, N.º 1.

A propósito desta medalha, diz Lamas:

«Segundo o livro *Medallic Illustration*, loc. cit., esta medalha foi feita por John Roettier, por ocasião do casamento de D. Catarina, e é talvez o célebre Golden medal, visto ter-se cunhado em ouro, comemorando em verso por Waller. Os cunhos estão no Museu Britânico.»

N.º 5

S. d.



DEDICADA À INFANTA D. CATARINA DE BRAGANÇA
RAINHA DE INGLATERRA:

Anverso: CAROLVS. II. ET CATHARINA. DG. MAG-BRIT. FR. ET. HIB. REX. ET REGINA. Bustos conjugados, voltados à direita, estando o rei no 1.º plano.

Reverso: MAIESTAS ET AMOR. Espessa nuvem na qual estão sentados: do lado esquerdo, Venus, nua e com o Cupido às costas,

e do lado direito, Júpiter, nu da cintura para cima, com barbas e cabelos compridos e a segurar um feixe de raios com a mão esquerda, a qual está apoiada numa águia. Cada uma das figuras estende à outra a mão direita.

Diâmetro: 27 mm. AR. Rara

Referências:

Colecção de El-Rei D. Luís.

Lamas (Monografia) — N.º 5.

Medallic Illustrations — pág. 481 do vol. 1 — N.º 92.

Meili — N.º 2779.

Esta medalha também foi feita por ocasião do casamento (1662) e, segundo se diz, gravada por GEORGE BOWER.

A legenda do verso foi extraída de uns versos de Ovídio *Metamorphose*, livro II, pág. 847 v.:

Non bene conveniunt, nec in una sede morantur.
Maiestas et amor).

N.º 6

S. d.



DEDICADA À INFANTAD. CATARINA DE BRAGANÇA
RAINHA DE INGLATERRA:

Anverso: PACE TRIVMPHANS. Busto de Carlos II, voltado à esquerda, com coroa real, manto e colar da Ordem da Jarreteira. No campo lado esquerdo, a letra C (Carolus) e do lado direito, R (Rex), ambas encimadas por coroas reais. Em volta da orla, cercadura ornamental.

Reverso: FVTVRI. SPES. Busto de D. Catarina, voltado à esquerda. Na cabeça, coroa de cinco pontas, e no campo, em frente do busto, uma coroa real. Em volta da orla, cercadura ornamental. Vestígios de suporte.

Oval: 31-27 mm. AR. *Bastante rara*

Esta medalha é comemorativa do casamento de D. Catarina.

Referências:

Lamas (Monografia) — N.º 6.

Medallic Illustrations — Vol. 1, pág. 483, n.º 96. Diz que estas medalhas eram vendidas nas ruas, por ocasião do casamento.

Meili — N.º 2787 (Variante de modelo).

N.º 7

S. d.



OUTRA MEDALHA COMEMORATIVA DO CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA:

Anverso: Legenda: CAROLVS. II. D. G. MAG. — BRIT. FRAN. ET. HIB. REX. Busto do rei, voltado à direita, grande cabeleira e coroa de louro. No exergo, as iniciais de gravador: J. R. (JOHN ROETTIER).

Reverso: Legenda: CATHER. D. G. MAG. BRIT. — FRAN. ET. HIB. REGINA. Busto da rainha, voltado à direita, com vestido decotado, vendo-se no ombro direito um broche. Cabelo atado atrás, caindo-lhe dois caracóis para as costas.

Diâmetro: 35 mm. AR. *Muito rara*

Referências:

Colecção de El-Rei D. Luiz.

Lamas (Monografia) — N.º 4.

Lopes Fernandes — N.º 20.

Medallic Illustrations — N.º 110, vol. 1, pág. 489.

Meili — N.º 2792.

Santos Leitão — N.º 14.

Van-Loon — N.º 2, Tomo II, pág. 471.

N.º 8

S. d.



DEDICADA À INFANTA D. CATARINA DE BRAGANÇA
(COMEMORATIVA DO SEU CASAMENTO):

Anverso: CAROLVS II. D. G. MAG. BRIT. FRAN. ET HIB. REX. Busto de Carlos II, coroado, voltado à direita, com armadura e grande cabeleira.

Reverso: CATHARINA D. G. MAG. BRIT. FRAN. ET HIB. REGINA. Busto da rainha D. Catarina, voltado à esquerda. Na cabeça, coroa de cinco pontas. Caindo-lhe sobre o pescoço, três caracóis.

À parte superior, orifício tapado.

Diâmetro: oval 42-35 AR. *Extremamente rara*

Referências:

Medallic Illustrations — N.º 95, pág. 483.

Meili — N.º 2785.

*

*

*

A medalha que passo a descrever, citada em quase todos os catálogos como comemorativa do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra, é, quanto a mim, pela alusão simbólica do martírio, uma nota discreta da vida da rainha.

Com efeito, poucos foram os dias de tranquilidade, que D. Catarina gozou, porque os desvarios constantes e os escândalos amorosos, provados por seu marido, agravavam, dia a dia, as discórdias matrimoniais.

Carlos II de Inglaterra chegou ao impudor de nomear, miss Palmer, sua amante, para dama da companhia da rainha, elevando-a à categoria da duquesa de Cleveland!

A reacção, por parte da rainha, e que era natural de supor, trouxe como consequência o rompimento absoluto das relações entre os dois cônjuges.

N.º 9

S. d.



ALUSIVA AO NASCIMENTO E MARTÍRIO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA, RAINHA DE INGLATERRA:

Anverso: Legenda: CATHARINA. D. G. BRI. FRAN. ET. HIBER. REGINA. Busto de D. Catarina, voltado à direita, com a cabeça ornada de pérolas. Sobre o vestido, um manto que se prende no ombro direito.

Reverso: PIETATE — INSIGNIS. Imagem de Santa Catarina, de frente e de pé, segurando com a mão esquerda os copos de uma espada e com a direita uma palma. Sobre a cabeça, raios de luz rompendo entre nuvens. Aos pés, a roda quebrada, símbolo do seu martírio, e à esquerda desta, um tronco velho e um arbusto. Ao fundo, do lado direito, uma montanha vendo-se no cume uma ermida.

Diâmetro: 43 mm. AR. *Muito rara*

Referências:

His. Gen. tábua FF (estampa).

Lamas (Monografia) — N.º 3.

Lopes Fernandes — N.º 18.

Medallic Illustrations — N.º 113, pág. 490.

*

* *

Pelo tratado de 23 de Junho de 1661, em que se ajustou o casamento de D. Catarina com Carlos II de Inglaterra e se estabeleceu o tratado de aliança entre os dois países, garantia-se a D. Catarina o livre exercício do culto católico, comprometendo-se a Inglaterra a defender os interesses de Portugal e dos seus domínios.

A Inglaterra «enviaria a Portugal dois regimentos de 500 cavalos cada um e dois tércos de 1000 homens cada um, armados e equipados à sua custa, devendo preencher todas as vagas que nêles se fôssem dando, de modo a conservarem-se sempre completos aquêles quadros. Poria à disposição de Portugal dez boas naus de guerra, sempre que o Paiz fôsse atacado, e três ou quatro naus, guarnecidas e aprovisionadas para oito meses, toda a vez que as costas portuguezas fossem infestadas de piratas. Prometia ainda enviar os navios britânicos que se encontrassem no Mediterrâneo ou no pôrto de Tânger, quando Portugal se visse nalgum lance mais difícil. Obrigava-se a não fazer paz com Castela, quando esta porventura lhe quisesse impedir a liberdade de auxiliar Portugal».

«Pelo seu lado, o rei de Portugal dotava a infanta sua irmã com dois milhões de cruzados, devendo metade desta quantia

entrar na armada antes da infanta embarcar, e a outra metade ser paga dentro de um ano. Cedia à Inglaterra a cidade e fortaleza de Tânger, e para que o aliado *estivesse em condições de defender os portugueses na Índia*, o pôrto e ilha de Bombaim, com os territórios anexos. Concedia aos comerciantes ingleses em Goa, Cochim, Diu, Baia, Pernambuco, Rio de Janeiro, os mesmos privilégios de que gozavam os portugueses. Cedia ainda ao rei da Grã-Bretanha as praças e fortalezas que, tendo pertencido aos portugueses, os ingleses viessem a conquistar à Holanda. Concertava-se igualmente que, se algum dia a ilha de Ceilão voltasse à posse do rei de Portugal, entregaria êste à Grã-Bretanha o pôrto e praça de Gale, reservando para si o pôrto e praça de Colombo». («A organização da Vitória» — Estudo pelo Prof. Dr. Ângelo Ribeiro, capítulo v do vol. VI da *História de Portugal* dirigida pelo Prof. Dr. Damião Peres).

A medalha que se segue é *Alusiva à Expansão Colonial da Inglaterra*, para a qual contribuiu, em parte, como já ficou dito, o dote de D. Catarina.

N.º 10

1670



Anverso: Legenda que começa em baixo, do lado esquerdo e é interrompida no exerço: CAROLVS. ET. CATHARINA. REX. ET. REGINA. Bustos conjugados dos dois monarcas, voltados à direita, ficando o do rei no 1.º plano.

Reverso: DIFFVSVS. IN. ORBE. BRITANNVS. 1670.
Globo terrestre.

Diâmetro: 43 mm. AR. Pouco vulgar

Referências:

Lamas (Monografia) — N.º 7.

Lopes Fernandes — N.º 19.

Medallic Illustrations — N.º 203, vol. 1, pág. 546.

Meilie — N.º 2801.

Santos Leitão — N.º 13.

Esta medalha foi gravada por JOHN ROETTIER.

*
* * *

N.º 11

S. d.



COMEMORATIVA DA PAZ DE BREDA:

Anverso: Legenda que começa em baixo e do lado esquerdo: CAROLVS. ET. CATHARINA. REX. ET. REGINA. Bustos conjugados, voltados à direita, estando Carlos II no primeiro plano. Por baixo dos bustos, o monograma do gravador J. R. (JOHN ROETTIER).

Reverso: Na parte superior da orla e um pouco para a esquerda a legenda: FAVENTE — DEO. Entre as duas palavras o sol raiado. No campo, a figura simbólica de «Britania», sentada à esquerda com lança e escudo, olhando para o mar onde navegava a esquadra. No exergo, que está separado por um friso, a palavra: BRITANNIA.

Diâmetro: 44 AR. *Muito rara*

Referências:

Meili — N.º 2803

Pax In Nummis — N.º 274

Van-Loon — N.º 534.

«Breda foi erigida em cidades em 1252. Era uma baronia que entrou pelo lado das mulheres na família de Nassau. Fortificada em 1534, caiu por estratagem nas mãos dos soldados do príncipe de Nassau em 1590, foi retomada por Spinola em 1625, e tomada de novo aos hespanhoses por Frederico Henrique em 1637. Enfim, Dumouriez apoderou-se d'ella em 1793. Vários tratados foram assinados em Breda: o de 1575 entre as Provincias e a Hspanha, e o de 1467 que levou à paz chamada de Breda, e terminou a guerra entre Inglaterra d'uma parte, os Paizes-Baixos, a França e a Dinamarca da outra. Em 1566, os nobres, reclamando uma certa tolerância religiosa e a abolição da Inquisição, assinaram o compromisso de Breda.»

«RENDIÇÃO DE BREDA ou AS LANÇAS. Quadro de Velasquez, no museu real de Madrid. Esta obra-prima representa o marquez Ambrosio Spinola, general genovez ao serviço da Hespanha, recebendo, na presença das tropas hespanholas e holandesas, as chaves de Breda, que lhe entrega o príncipe Justino de Nassau, governador da cidade. Por detraz dos oficiais estão alinhados os soldados hespanhoses, armados de compridas lanças, que se destacam no fundo azul do céu, o que faz denominar esta composição o *Quadro de las Lanzas*. ... «Na extremadireita está, como à parte, um jovem oficial, que passa por ser o retrato do próprio Velasquez.» (Veja-se *Encyclopedia Portuguesa Ilustrada* de Maximiliano Lemos).

*

* *

Afigura-se-me acto de toda a justiça, que as medalhas de D. Catarina de Bragança, que pertenceram à colecção de El-Rei D. Luís e que do palácio da Ajuda, foram para o Museu Numismático Português, transitem para o Museu-Biblioteca do Palácio Ducal de Vila Viçosa, a fim de engrandecer a colecção hoje ali existente tornando-a melhor e a mais rica do país.

De resto, não seriam somente essas quatro medalhas que deveriam estar em Vila Viçosa, mas, sim, toda a colecção, hoje património do Estado sem a opposição de El-Rei D. Manuel II, neto do Rei que em Portugal e no estrangeiro tanto contribuiu para engrandecer a Numismática.

Em 31 de Outubro de 1838, 1.º centenário do nascimento de El-Rei D. Luís, disse o erudito Dr. Pedro Batalha Reis, meu muito querido Amigo, na homenagem que prestou a esse Rei.:

...«El-Rei D. Luiz dedicou-se ao estudo das moedas antigas, avivando e enriquecendo o antigo monetário do Paço da Ajuda a ponto de fazer dele a primeira colecção do País.»

«Isto bastaria para nos tornar credores de reconhecimento; mas a sua benéfica acção foi bem mais longe, por haver chamado alguém para se ocupar do seu precioso medalheiro: e essa escolha recaiu no conceituado médico militar e ilustre numismático Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, a quem ele deu todos os meios de se poder dedicar de corpo e alma ao estudo e organização do numofilácio régio. Por isso tudo quanto fez Teixeira de Aragão, se deve primeiramente ao Rei Numismata — e a obras daquele são ainda hoje o melhor e mais seguro guia da nossa História Monetária, não obstante haver decorrido já mais de meio século...»

Transcrevo ainda da brilhantíssima Oração do Dr. Batalha Reis, os seguintes passos:

«Por ocasião da Exposição Universal de Paris de 1867, fora conferido a El-Rei de Portugal a «GRANDE MEDALHA DE OIRO», pela sua brilhantíssima acção nesse certame em prol da Numismática. Ali foram expostas as peças mais representativas da

colecção real, o que despertou um dos maiores interesses da representação portuguesa; acerca da qual nos diz o *Rapport du Jury International*: «De toutes les nations qui ont pris part à l'Exposition Internationale de l'Histoire du Travail, il en peu dont le succès ait dépassé celui qu'a obtenu la section portugaise; ce succès, dû à la magnificence de quelques-unes des oeuvres exposées et à leur classement peut être aussi, à juste titre, attribué pour une bonne part aux efforts poursuivis par la commission royale, encouragée et soutenue par l'initiative personnelle d'un souverain ami des arts, grand collectionneur lui-même, et qui n'a pas hésité, pour les envoyer aux galeries du Champ-de-Mars...»

«Esta representação de Portugal deu o conhecimento, nos círculos científicos da época, de que o Conservador do Gabinete Real em breve empreenderia a publicação da *Descrição Geral e Histórica das moedas conhadadas em nome dos Reis, Regentes e Conservadores de Portugal...*»

«Antes mesmo do aparecimento daquela Obra, publicara Teixeira de Aragão a *Descrição histórica das Moedas Romanas existentes no Gabinete Numismático de S. M. El-Rei o senhor D. Luiz I*, trabalho que ainda hoje é o melhor guia que temos em português para o estudo da numismática romana.»

Pelas afirmações transcritas que têm o mérito de vir donde vêm, e ainda por ser justíssima homenagem à memória de El-Rei D. Manuel II, doador da preciosa colecção, o Conselho de Administração da «Fundação da Casa de Bragança, na pessoa do seu prestigioso presidente, Dr. António Luís Gomes, um dos nossos maiores valores sociais, certamente diligenciará, no sentido de que passe para o Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, um património que é muito dele.

Lisboa, 1 de Julho de 1952.

ARY DOS SANTOS

APÊNDICE

LEGISLAÇÃO RELATIVA À COLEÇÃO NUMISMÁTICA DE EL-REI D. LUÍS I

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DIRECÇÃO-GERAL DA FAZENDA PÚBLICA

DECRETO N.º 9:730

Considerando que o Gabinete de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda tem estado encerrado desde a implantação da República por conveniência do arrolamento dos bens que constituem o recheio do mesmo Palácio;

Considerando que, pelo Decreto n.º 9:342, de 7 de Janeiro último, o Palácio Nacional da Ajuda deixou de continuar no estado de arrolamento, e portanto não se justifica que o referido Gabinete de Numismática permaneça fechado, mas

Considerando que o citado Palácio está situado em local onde, por falta de meios de transporte e pela sua grande distância do centro da cidade, se torna difícil e incómodo o acesso;

Considerando que, dada a importância e a reputação do mesmo Gabinete de Numismática, natural e até imperioso é que as espécies que o constituem sejam colocadas, como um todo, tal qual o têm sido até agora, em outro edifício do Estado que, dando, pelo menos, iguais garantias de segurança, tenha sobre aquele a vantagem do seu fácil acesso aos estudiosos e admiradores de numismática;

Considerando que, pela natureza especial dos seus serviços pela segurança que oferece e ainda pela comodidade do local onde está situado, o edifício da Casa da Moeda e Valores Selados é o naturalmente indicado para receber as espécies que compõem o Gabinete de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda:

Hei por bem, no uso da faculdade que me confere o n.º 3 do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É transferido do Palácio Nacional da Ajuda para a Casa da Moeda e Valores Selados o Gabinete de Numismática do mesmo Palácio.

Art. 2.º Na Casa da Moeda e Valores Selados será reconstituída a colecção numismática daquele Gabinete, de forma a poder ser exibida tal como se encontrava em 1910, quando foi ordenado o arrolamento judicial dos bens do Palácio Nacional da Ajuda.

Art. 3.º As espécies que constituíam e continuam a constituir o Gabinete de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda serão dispostas na Casa da Moeda e Valores Selados de maneira que formem um todo e inconfundível, não podendo portanto, em nenhum caso, nem por qualquer fundamento ou pretexto, ser alguma delas deslocada do lugar que lhe compete, segundo a organização determinada no artigo anterior, para completar qualquer das colecções que de outra proveniência já existem na referida Casa da Moeda ou para outro fim, seja ele qual for.

Art. 4.º O Gabinete de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda, depois da sua remoção para a Casa da Moeda e Valores Selados, fica sob a vigilância da Administração-Geral deste estabelecimento do Estado e sujeito à superior inspecção do Ministro das Finanças por intermédio da Direcção-Geral da Fazenda Pública, onde se conservarão depositadas as chaves dos respectivos mostradores e demais móveis e toda a documentação relativa ao mesmo Gabinete.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 26 de Maio de 1924. — *Manuel Teixeira Gomes* — *Álvaro Xavier de Castro*.

Diário do Governo, n.º 116, 1.ª série, de 26 de Maio de 1924.

Nova publicação, *Diário do Governo*, n.º 130, 1.ª série, de 12 de Junho de 1924.

Portaria n.º 4:091 — Determina que passem a estar expostos ao público, às quintas-feiras, o Museu de Numismática da Casa da Moeda e Valores Selados e o Gabinete especial de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda, instalado no edifício da mesma Casa da Moeda.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO-GERAL DA FAZENDA PÚBLICA
4.^a REPARTIÇÃO (PATRIMÓNIO)

PORTARIA N.º 4:091

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, que o Museu de Numismática da Casa da Moeda e Valores Selados e o gabinete especial de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda, actualmente instalado no edifício da mesma Casa da Moeda, passem a estar expostos ao público às quintas-feiras, das doze às dezasseis horas, excepto quando nestes dias recaia algum feriado nacional ou o da cidade.

Para este efeito a Administração-Geral da Casa da Moeda e Valores Selados tomará as providências necessárias, especialmente as que respeitem à guarda e vigilância do Museu e do gabinete referidos.

Paços do Governo da República, 16 de Junho de 1924. —
O Ministro das Finanças, Álvaro Xavier de Castro.

Decreto n.º 21:448 — Determina que as espécies que constituíram o gabinete numismático do Palácio da Ajuda passem para a inteira responsabilidade da Administração Geral da Casa da Moeda e Valores Selados, formando uma secção especial do seu museu numismático e filatélico sob a denominação de «Secção numismática D. Luís I» — Manda inscrever provisoriamente no quadro do pessoal contratado um lugar de conservador do museu e abate um lugar de praticante no referido quadro.

ADMINISTRAÇÃO-GERAL DA CASA DA MOEDA
E VALORES SELADOS

DECRETO N.º 21:448

O museu numismático e filatélico da Casa da Moeda e Valores Selados foi enriquecido em Maio de 1924 com a colecção de moedas e medalhas que constituíam o gabinete numismático do palácio da

ajuda. Compete à Casa da Moeda e Valores Selados a conservação e segurança das espécies que formavam aquele gabinete, que se encontram ainda na situação jurídica provisória em que se achavam ao serem transferidos para este estabelecimento, sendo certo porém que àquela conservação não tem sido possível prever por não existir na Casa da Moeda funcionário que para tal esteja preparado.

Atendendo a que deste facto resultou já a perda de algumas espécies;

Considerando que o mal tende a agravar-se, podendo originar o desaparecimento total de moedas e medalhas de alto valor da mais valiosa colecção numismática portuguesa;

Considerando haver imperiosa necessidade de encarregar pessoa de competência reconhecida da conservação das referidas espécies confiadas à guarda da Casa da Moeda e Valores Selados;

Considerando que só provisoriamente poderá neste momento ser resolvido o assunto por não estar definida juridicamente a questão relativa ao mencionado gabinete numismático do Palácio da Ajuda;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do Decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As espécies que constituíam o gabinete numismático do Palácio da Ajuda passam para a inteira responsabilidade da Administração-Geral da Casa da Moeda e Valores Selados, formando uma secção especial do seu museu numismático e filatélico sob a denominação de «Secção numismática D. Luiz 1», devendo continuar na mesma situação jurídica em que se encontram.

Art. 2.º Quando for definitivamente instalada a Administração-Geral da Casa da Moeda e Valores Selados em novo edifício próprio, deverão ingressar no seu museu todas as colecções de numismáticos que se encontram em poder de outros organismos do Estado.

Art. 3.º É provisoriamente inscrito no quadro do pessoal contratado da Casa da Moeda e Valores Selados um lugar de conservador do museu, com a retribuição mensal de 600\$00 ficando a Administração daquele estabelecimento autorizada a contratar para o desempenho do mesmo lugar um indivíduo especializado, ao qual serão

aplicáveis as disposições dos artigos 23.º e seguintes do Decreto n.º 17:126, de 18 de Julho de 1929.

Art. 4.º É abatido um lugar de praticante, actualmente vago no quadro do pessoal contratado da Casa da Moeda e Valores Selados.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 4 de Julho de 1932. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luís António de Magalhães Correia* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Decreto-Lei n.º 22:682 — Cria, como Museu Nacional de Numismática, o Museu Numismático Português.

ADMINISTRAÇÃO-GERAL DA CASA DA MOEDA E VALORES SELADOS

Tendo em vista os subsídios de estudo que a numismática presta à história, à geografia, à cronologia, à etnografia, à hierologia, à linguística, à economia política, à arte, à indústria, etc.;

Considerando a vantagem que para o seu estudo adviria da formação de uma colecção nacional, devidamente organizada;

Considerando que já foi esse o espírito do artigo 2.º do Decreto n.º 21:448, de 4 de Julho de 1932, que mandava recolher ao Museu da Casa da Moeda todas as colecções de numismática que se encontrassem em outros organismos do Estado;

Considerando que a Casa da Moeda é o estabelecimento junto do qual deve funcionar o Museu Numismático, quer pela íntima e constante relação que entre eles existe — mormente com o Arquivo

Histórico daquela — quer pela maior segurança que aí podem ter as colecções;

Considerando ainda o estado de abandono em que se encontram alguns numofilácios existentes em organismos do Estado;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado, como Museu Nacional de Numismática, o Museu Numismático Português.

Art. 2.º Este Museu ficará administrativamente subordinado à Administração-Geral da Casa da Moeda e Valores Selados e será organizado em instalações próprias no edifício dessa Administração-Geral.

Art. 3.º O Museu Numismático Português será formado pelas colecções que hoje constituem e o Museu da Casa da Moeda e por todas as demais que se encontrem em outros organismos do Estado.

§ 1.º A antiga colecção de moedas e medalhas do Palácio da Ajuda, actualmente no Museu da Casa da Moeda, fará igualmente parte do Museu Numismático Português, constituindo porém secção especial, que se denominará Secção Numismática de D. Luís I.

§ 2.º No referido Museu haverá uma Secção de Filatelia, onde se guardarão todas as chapas de galvano-plastia, gravuras e outras de selos e de quaisquer outros trabalhos executados nas oficinas da Casa da Moeda.

Art. 4.º Todos os estabelecimentos do Estado que possuam colecções numismáticas devem fazer a entrega das mesmas, por meio de inventário, ao Museu Numismático Português, ficando os referidos estabelecimentos fiéis depositários, no todo ou em parte, dos seus numofilácios até que dos mesmos se faça a passagem definitiva para o Museu Numismático Português.

§ 1.º A Administração-Geral da Casa da Moeda e Valores Selados, à medida que possa dispor de instalações convenientes para o Museu Numismático Português, fará entrar nele as colecções ou exemplares a que se alude no corpo deste artigo, sendo punidos disciplinarmente quaisquer funcionários responsáveis pelo não cumprimento desta disposição.

Art. 5.º O Museu Numismático Português é obrigado a fornecer aos estabelecimentos que assim o requeiram ao Ministro das Finanças colecções modelo e tipo devidamente classificados e catalogados, para efeitos de estudo nos cursos desses estabelecimentos em que as mesmas se tornem necessárias.

Art. 6.º A Administração-Geral da Casa da Moeda e Valores Selados elaborará o regulamento do Museu Numismático Português.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Junho de 1933. —
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luis Alberto de Oliveira* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

INSCRIÇÕES PORTUGUESAS DA VILA DE OLIVENÇA

(Extracto do Relatório apresentado à 2.^a Subsecção
da 6.^a Secção da Junta Nacional de Educação)

Por envaidecedora proposta do Ex.^{mo} Vice-Presidente da subsecção de Antiguidades, Escavações e Numismática da Junta Nacional de Educação, e subsidiado pelo Instituto de Alta Cultura, recebi o encargo de copiar as inscrições lapidares portuguesas da vila de Olivença, hoje integrada na Estremadura espanhola.

Olivença fora doada à Ordem do Templo, muito embora contra os pretendidos direitos tanto do seu povo como do Bispo, «que uno pleiteaba por su aldea y otro por su iglesia», até que Sancho IV, por carta datada de Toledo, a 24 de Abril de 1284, entregou o espiritual à Sé de Badajoz, cujo Bispo tomou posse da igreja numa sexta-feira dia 19 de Maio desse ano (1).

E assim se manteve até que, ao reajustar-se em 1297 o casamento da pequenina Infante D. Constança, filha do Rei D. Denis, com Fernando IV de Castela, seis anos mais velho, passou Olivença com as vilas de Campo Maior, Ouguela, e San Felices de los Gallegos, para a posse de Portugal, continuando porém no eclesiástico dependente dos Bispos de Badajoz.

Olivença, no dizer do autor da *História Eclesiástica de la Ciudad y Obispado de Badajoz*, «muchos hombres ilustres á tenido en Paz y en guerra, y sus iglesias estan llenas de sepulcros, inscripciones y memorias de fidalgos de calidad y puestos».

Não terei porém de traçar a história dessa nossa antiga praça. A história de Olivença está feita. Todo o seu passado foi descrito pelo erudito académico Sr. Gustavo de Matos Sequeira, com o rigor histórico a que juntou o encanto do seu estilo literário (2).

(1) Don Juan Solano de Figueiroa y Altamirano, *Hist. Ecles. de la Ciudad y Obisp. de Badajoz*.

(2) *Olivença*. Texto de Matos Sequeira e Rocha Júnior, ilustrações de Alberto Sousa. Lisboa, 1924.

*
* * *

As inscrições lapidares conservadas nas muralhas das antigas vilas e castelos, nos pavimentos das igrejas, nos claustros silenciosos dos mosteiros, ou nas paredes desaprumadas de velhas casas solarengas, constituem, no dizer do douto académico e meu velho amigo Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, «um dos mais interessantes capítulos e elucidativos subsídios não somente para o estudo biográfico das personalidades que na terra e nos cargos da sua governança tiveram uma situação de relevo em dada época, como também para a história das suas instituições e estabelecimentos, dos seus usos e costumes, das suas artes e ofícios, das suas festas e diversões, em fim dos múltiplos e variados aspectos da sua vida social (1).

Em Olivença podemos limitar o nosso *corpus*, às duas igrejas da vila, além da inscrição dionisiana do castelo, dada a dificuldade de transporte aos arredores da povoação, onde aliás, os poucos letrados existentes foram já publicados (2).

1

O castelo dionisiano de Olivença sucedeu ao modesto castelo levantado na primeira metade do século XIII pelos cavaleiros templários, senhores de extenso território conquistado à moirama naquelas cercanias. Começaram a construí-lo a 29 de Setembro, dia do Arcanjo São Miguel, do ano da graça de 1306, a crer no que nos conta esta inscrição outrora existente numa das portas da cerca e hoje colocada na parede da escadaria do «Ayuntamiento», que ocupa o descaracterizado palácio dos Duques do Cadaval:

A PRIMEIRA PEDRA:
DESTE CASTELO: FOI:
POSTA: EN DIA DE SA
N. MIGEL: E POSS AI: PE

(1) *Revista de Arqueologia*, vol. 1, pág. 194.

(2) Matos Sequeira, *ob. cit.*

RO: LORENDO DO REGO
 EN TENPO: DO REI: D
 ON: DENIS: ERA: DE MI
 L: E TRESSENTOS E QU
 ARENTA E QUATRO
 ANOS:

Está gravada em metade de uma pedra rectangular, com caracteres unciais entre pauta. Na outra metade, à esquerda do observador, vê-se um escudo com as Quinas do Reino, e outro um pouco menor com uma banda. Entre os dois escudos viceja uma oliveira de emaranhadas e esguias ramadas.

Por baixo da inscrição, uma figura de frente e rosto glabro, vestida com amplo chiole, está sentada num escano.

Quem representará essa enigmática figura? Pero Lourenço do Rego, que aí nos deixasse o seu retrato? Que o diga quem souber.

IGREJA DE SANTA MARIA MADALENA

A igreja quinhentista da Madalena está situada fora da cerca dionisiana. Foi edificada à custa do Bispo, do Alcaide-mor, do Comendador, e do Povo que para tal pediu para pagar certa contribuição sobre a carne, o vinho, e o peixe salgado⁽¹⁾. D. Manuel deixou-lhe «cinquenta mil réis para obras e reparos que houvessem de fazer-se pelo tempo fora»⁽²⁾.

A porta principal, de delicado estilo do Renascimento, está metida no vão da porta primitiva, cujos colunelos com seus capitéis e as primeiras aduelas do arco são bem visíveis.

Transposta esta entrada fica-nos à esquerda a porta de acesso à torre. É um dos mais exuberantes exemplares que tenho visto do estilo manuelino.

O corpo da igreja é impressionante pela sua surpreendente beleza. São três naves de elevada abóbada arcezonada divididas por arcos de volta perfeita apoiados em elegantes colunas torcidas que lembram as

(1) Matos Sequeira, *ob. cit.*

(2) *Idem.*

da igreja conventual de Jesus em Setúbal, e recebem luz por frestas rasgadas no alto das paredes.

O arco triunfal é formosíssimo, e o altar-mor de boa talha seiscentista. Nos muros laterais do corpo da igreja, amparados exteriormente por altos botareus, há duas portas manuelinas de arco trilobado, com marcas de canteiro nas ombreiras e aduelas. Uma dessas portas está entapada.

2

(AQUI I) AZ AL . . . O A . . .
 FRAD(E)
 CAUALLEIRO D
 FYDALGO. DA. . . DELR . . .
 E

Caracteres góticos minúsculos em relevo mas muito gastos e de difícil leitura.

É evidente que esta formosa campá não ocupa o seu primitivo lugar. Acha-se junto aos degraus da capela-mor, mas de través. Tenho a impressão de que todo o pavimento da igreja foi alterado e as campas deslocadas, porventura ao serem postas as vigas para assentamento dos estrados na nave central, alterando-se o chão das naves laterais, pois não somente as bases das colunas divisórias estão enteradas, como quase todas as lápidas foram cortadas para se lhes dar aproximadamente as dimensões do restante lagedo.

Quanto à ossada que esta loisa cobriu outrora, deve ter razão Matos Sequeira, na sua suposição. Esta campá será daquele Álvaro Afonso Frade, a quem Afonso V, estando em Sintra a 8 de Novembro do ano de 1471, e querendo recompensar-lhe os «muytos, continuados, e estremados serviços» que dele recebera não só no Reino, como na conquista das praças africanas de Alcácer em 23 de Outubro de 1458, de Arzila em 24 de Agosto de 1471, e de Tânger quatro dias passados, onde o fidalgo oliventino estivera, e se batera, à frente dos seus «homeês darmas, beesteyros, e outra jente»; concedeu armas novas, autorizando-o a ostentá-las «em batalhas, torneos, cercos de villas, combates de castellos, arroydos, bamdos, e escaramuças» (1).

(1) Vide doc. in fine.

Nas primeiras tentativas da leitura desta inscrição pareceu-me ler *Afonso Alurez Frade*, mas pelo gótico minúsculo dos caracteres não pode ser anterior à época de D. João I. E o velho fronteiro de Olivença viveu em dias do Rei D. Afonso IV.

Isto a não se dar o caso pouco provável de algum dos seus descendentes lhe ter mandado fazer a sepultura.

Os sinais de separação, visíveis entre a palavra *fydalgo*, *da*, e a palavra que se segue, têm a forma de SS latinos.

3

AQVI. IAZ. HO. BISPO. DE. CEITA.
DOM. ANRIQVE. FALLECEO A 74
DE. SETEMBRO. DE. 1S3Z. ANS

Na capela de Nossa Senhora da Piedade. Inscrição gravada na face de um pequeno túmulo colocado sob um arcosólio. Na parede fundeira vê-se um brasão de armas com um cordeiro e em volta o cordão franciscano. Cercando o brasão está uma fita com a seguinte legenda:

LVCERNA. EIVS. EST. AGNVS

É o sepulcro do Bispo D. frei Henrique de Coimbra, que foi Desembargador da Casa da Suplicação, e no dizer de frei Fernando da Soledade (1), eminente teólogo, e varão insigne. Nasceria em Coimbra, e professara no convento de Alenquer, da Ordem de S. Francisco. Era sobrinho de frei António de Coimbra (2).

Embarcou na armada de Pedro Álvares Cabral, e ao ser descoberto o Brasil, foi o primeiro religioso que ali pregou um sermão. Depois seguindo na viagem, pregou em Moçambique aos negros, «com risco da própria vida» (3), e em Quiloa, Melinde, Calecut, e em Cochim onde o cronista da Ordem diz que fez conversões. Aí fundou um hospital para onde transportava os enfermos às costas.

(1) *Hist. Seráfica*, tomo 4.º, cap. 11.º

(2) *Idem*.

(3) *Idem*.

Voltando ao Reino, D. Manuel o nomeou seu confessor, como já o fora de D. João II, e em 1507 Bispo de Ceuta. Mais tarde o Cardial-Infante D. Afonso, «tendo respeito à sua virtude e letras», encarregou-o do governo do arcebispado olisiponense.

Uma nota triste há na sua vida: feito Inquisidor, foi «o primeiro que em Portugal reduziu a cinzas os apóstatas da Fé» (1).

Trocando a sua vila de Valença pela de Olivença, da qual tomou posse em 20 do mês de Setembro de 1512, fez ali edificar o Paço Episcopal, o Tribunal, e o Aljube (2), vindo a falecer de morte súbita (3), e «cõ opinião de santidade» (4), a 24 de Setembro do ano de 1532. «Foi sepultado na capela-mor, da parte do Evangelho» (5), mas em 1720 o Bispo de Elvas, D. João de Sousa de Castelo-Branco, transferio-lhe a ossada para a capela onde hoje está (6).

4

DE ANDRE. LOPS
DO CAMPO ERS
HOIE HE. DE CEV
QVARTO NETO NV
NO DA GAMA LO
BO COELHO E DE
SEVS ERDEIROS

1740

André Lopes do Campo teve um filho Bento Lopes do Campo que casou com D. Isabel Mexia, filha de João Rodrigues Mexia, e deste casal nasceram: Bento Lopes do Campo, como o pai, que foi marido de D. Isabel de Brito, filha de Braz Lobo de Chaves e de D. Brites da Gama; e D. Maria da Gama, mulher de João Lobo Mendes que jaz, como veremos, em Santa Maria do Castelo.

(1) *Idem.*

(2) Matos Sequeira, *ob. cit.*

(3) Herculano, citado por Matos Sequeira.

(4) *Hist. Seráfica.*

(5) Matos Sequeira, *ob. cit.*

(6) *Idem.*

Nuno da Gama Lobo Coelho, aqui sepultado com seu quarto avô, não sei de qual dos netos deste descende.

5

SA DE A^o DALMA
DA FRADE. E. S.
ERDOS

Campa no pavimento do cruzeiro. Ignoro quem seja este Frade. A família, uma das mais antigas da vila, estava muito ramificada.

6

S. D. DIOGO
DARVELOS

Como disse, creio que o pavimento desta igreja foi em tempos passados alterado, e muitas campas cortadas com o fim de regularizar o lageamento do transepto e das naves laterais, pelo que se encontram algumas com as inscrições invertidas. Esta foi posta com as suas duas linhas paralelas ao eixo da nave, e tem junta outra pedra brasonada com o elmo, isto é: a cabeceira, para o lado da capela-mor, o que leva a crer que uma e outra não pertencem à mesma sepultura.

7

SA DE I^o ROIZ FI . . .
F^o BENTO ROIZ . . .
EERDOS

No pavimento do transepto.

8

AQVI (IAZ) MEXIA . . .
. . . MEXIA V
. DM A DO
AQVI IAS.FR^{co} DE MA
TOS MEXIA VLTIMO PE
SVIDOR DO MORGADO

Na 3.^a linha o O está incluso no D, e na 4.^a o D e o E estão geminados.

Estes Matos ligaram-se com os Mexias pelo casamento de Manuel de Matos, que vivia em Olivença em tempos do Rei D. João III, com D. Leonor Mexia.

O morgado de que Francisco de Matos Mexia se declara último possuidor, fora instituído por D. Leonor de Matos Mexia.

9

SA DE BERNARDO . . . E
 IO O PIRM^o. IVIZ . . . VE
 A SA. SANTA.LVZIA E . . . I
 DOR DESTA.S.IRMANDADE
 E DE SEVS.ERDOS.

«O primeiro juiz que teve»?

Supõe Matos Sequeira ⁽¹⁾ que esta sepultura seja a de Bernardo Vieira Rijo, «da família de Paulo Vieira Rijo, valente capitão das campanhas da Aclamação».

As últimas duas letras da 4.^a linha são geminadas.

10

SA.DE.IO LO CCARNI
 QVAS E SVA M
 OLHER MA TA P
 E. S. ERDOS

Informa o mesmo autor ⁽²⁾ que João Lourenço Carnicas, «foi um dos defensores da vila em 1641».

Carnicas, porventura, Carniças, será alcunha posta a um certo Pero Vaz, filho de João Vaz, natural da vila espanhola de Albuquerque, ou Alburquerque como lá se escreve e se diz, cujo neto

(1) *Ob. cit.*, pág. 96, nota 1.

(2) *Idem, id.*, nota 2.

Bartolomeu Carnicas, casou com D. Leonor Mexia, e está soterrado nesta igreja.

11

.....
LVIS ME
DES LOBO
E BRIATIS
LOBA

Lembro-me de três com este nome: Luís Mendes Lobo da Gama, filho de Mem Rodrigues Lobo, e casado com D. Leonor Carregueiro; um seu neto casado com D. Brites Lobo da Gama; e outro, neto deste, marido de D. Isabel Lobo. Deve porém ser o segundo por assim o indicar o seu casamento com a Briatiz Loba.

12

. DE.LVIS MĒD
ES LOBO

Qual deles? O marido de D. Leonor Carregueiro, ou o seu trineto casado com D. Isabel Lobo, de quem não deixou geração? Pela época dos caracteres do seu epitáfio inclino-me a que seja esse último.

13

SA . DE . LOPO . SOARES
PEGADO . DE . CATERINA
PEGADA . DE . S . DESEN
DENTES

Campa brasonada com as armas dos Pegados. No pavimento da nave do Evangelho. Diz Matos Sequeira ⁽¹⁾ que esteve na capela «que é hoje do Santíssimo».

Os *NT* da última palavra são geminados.

(¹) *Ob. cit.*, pág. 98.

SA DE IO . ALVRES
COREA . DE CA
MOIS . E D . S . RDOS

Os *DE* e *ED* nesta inscrição estão geminados.

Quem fosse este João Álvares Correia de Camões, não sei, mas não foi o único deste apelido em Olivença.

Os Camões pertenciam à nobreza alentejana. Vasco Pires de Camões, fidalgo galego que viera para Portugal em tempos del Rei D. Fernando (1), o que se alçou com Alenquer contra o Mestre de Aviz naquela véspera de S. Vicente de 1385, e depois veio a ficar prisioneiro em Aljubarrota (2) por acompanhar a hoste do Rei de Castela, tinha terras em Estremoz, Cabeço de Vide, Santa Vitória do Ameixial, etc.; seu filho Gonçalo Vaz de Camões nasceu em Évora e vivia em Aviz (3); uma sua bisneta, D. Aldonça Anes de Camões, foi casada com o alcaide dessa vila; um seu quarto neto, Lopo Vaz de Camões, o dos óculos, como lhe chamavam, casou com uma dama eborense, filha de João Preto que aí tinha sepultura na igreja conventual de S. Francisco; e um irmão desse, Luís Gonçalves de Camões, instituiu lá um morgado que mais tarde passou para um primo, Duarte de Camões da Câmara, marido de D. Isabel Lobo. Outro Camões, Lopo Carnicas de Camões, nado e criado em Olivença, foi o marido de D. Leonor Mexia, filha de João Lourenço de Matos.

Lobos, Carnicas, Mexias, Matos, tudo gente nossa conhecida. Estes Camões estavam ligados com as principais famílias oliventinas.

Lembra-me o meu Ex.^{mo} amigo e distinto genealogista Sr. Manuel Rosado de Camões e Vasconcelos, que este João Álvares Correia de Camões poderá ser João Álvares de Camões, filho do primeiro dos três casamentos de Rodrigo Álvares de Camões, e neto de outro João Álvares de Camões que em 1565 possuía umas casas nobres em Lisboa na rua do Poço-do-Chão.

(1) Mário Saa, *Camões no Maranhão*.

(2) Fernão Lopes, *Cron. del Rei D. João I*, P. 2.º, cap. 45.

(3) Felgueiras Caio, *Famílias de Portugal*.

15

IACOBVS . MEN
 DEZ . MEDICV
 INSIGNIS . M . S.
 EST . QBIIT . AN
 NO XHS I
 CALI . S . MARTII

Quem terá sido este médico cuja fama justificaria o qualificativo de insigne?

Pelo nome é de crer que fosse judeu ou cristão-novo, e está a parecer-me que era sujeito que não deixava a sua reputação por mãos alheias, como no-lo insinua o pretencioso epitáfio latino, porventura da sua autoria.

Se não me engana o meu fraco latim, este bom homem, ou quem lhe fez a sepultura, ao pretender dar um aspecto erudito ao epitáfio, mais se preocupou com a ideia de deixar aos vindouros a lembrança de que fora insigne pelo seu mérito, «merito suo»; do que com uma correcta redacção do mesmo.

Embora não possa considerar-se errónia a fórmula XHS, pois o X pode interpretar-se como a inicial de *Christus* (1), a forma corrente dessa abreviatura seria IHS. No entanto a que era empregada, pelo menos desde o século VIII, é XPO, ou XPI neste caso.

CALIS é a abreviatura de *calendis*. O insigne médico oliventino deve pois ter passado a melhor vida entre 14 e 27 de Fevereiro, que era quando se contavam as calendas de Março (2).

Estranha maneira essa de datar, indicando a era cristã para o ano do passamento, e o calendário romano para o dia do mês.

16

SA DO CAPPAM DOS
 MENDES RAMOS
 ESPECIAL DEVOTO

(1) Cappelli, *Dizionario di Abbreviature*.

(2) J. M. Cordeiro de Sousa, *Apontamentos de epigrafia*.

DO SNOR S.VICTE
FRA CVIA CAPELA
MANDOV FAZER
A SVA CVSTA
E DE SEVS HERDOS

Quem terá sido este bom homem que não encontrou entre as qualidades que haviam de perpetuar-lhe a memória outra mais acomodada à sua de capitão, do que a de «especial devoto do Senhor São Vicente Ferrer», a que chama Ferreira?

17

S. D. RVI MEDE
... SANBAN ...

Campa na nave do Evangelho.

Rui Mendes Lobo? Era nome vulgar nesta gente. Recordo-me vagamente de ter visto na tabuleta de um estabelecimento comercial em Olivença o apelido Zambrana. Haverá qualquer relação?

Um Rodrigo de Zambrana, sargento-mor, estava sepultado na igreja de Santa Maria no castelo de Palmela.

18

SA DE GO MENDEZ
CAVALEIRO

No cruzeiro. Cavaleiro de apelido ou categoria?

19

S DE MEL GOMEZ
E. S. MOLHER
ERDOS

20

S DE SIMAM GO
MES E DE SEV
S ERDOS

21

SA DE FRAN (CISC)O VR DO
 PRADO Gº DA PRAÇA DE
 IVROMENHA E DE SVA MER
 D. THEREZA DE ALMDA E BRI
 TO E DE SEVS ERDOS ANNO
 DE 1733

Campa brasonada. Diz com razão Matos Sequeira que «deve ser Francisco Vieira do Prado» (1).

Juromenha foi muito martirizada durante as campanhas da Restauração, até que em 1659 uma terrível explosão do paiol da pólvora lhe arruinou as muralhas e grande parte da vila, com a perda de muitas vidas.

22

DE IOÃ ROIZ MIXIA
 DE SEVS . EROS
 HOIE . HE . DE SEV
 SOBRINHO . NV
 NO DA GAMA
 LOBO COELHO .
 E DE SEVS . ROS . ANNO
 D. 1743

Confesso que não sei quem fossem tio e sobrinho. Deixo esse trabalho aos genealogistas para quem o problema é certamente de fácil resolução.

Recordo-me de um João Rodrigues Mexia, cuja filha Isabel Mexia casou com Bento Lopes do Campo.

23

S DE BERTOLA
 MEV . . . ASC . . .
 RM . . . AS. E DE
 SEVS. ERDOS

(1) *Ob. cit.*, pág. 102 nota.

24

SA . D . LOPO VA
E . DS . ERDOS

Lopo Vaz? É possível.

25

S . DO PADRE FRAN
MIZ . CAPELÃO DE
NOSA SNORA DA
CONSEIÇÃO
COMISARIO DO
SANTO OFFICIO
E R^{OS}

Nossa Senhora da Conceição é a invocação moderna da capela de Santa Quitéria.

26

. . . . CIADO D . S
DO CASTELO
ERDOS

No pavimento da nave da Epístola. É a sepultura de um Beneficiado da igreja de Santa Maria do Castelo.

27

SA DE FE LIZ
E DE FRA
E DE S DESDEN
DENTES.

28

(S) . ERDOS
(T)IAGO . E . D .
(S) . D . 1^o AIRES

29

S . D . ESTE
VÃO . FRZ PE
DRº . ERDOS

Estêvão Fernandes Pedroso? Não tenho deparado com esta abreviatura, mas não creio que seja a sepultura de um modesto alarife.

30

Aº MIZ ADE
.....

Ao menos práticos nestas velharias devo esclarecer que as duas abreviaturas, aliás vulgaríssimas, correspondem a *Afonso Martinz*.

31

FRkAM
MIZ

À entrada da porta travessa.

32

SA . DE ANTO MIZ
SANTOS . DE S Mº
BREATRIS MENDES
E . D . S . RDOS

Parece que esta *Breatis* não seria pessoa de muitas letras, se acaso foi ela quem redigiu este epitáfio.

IGREJA DE SANTA MARIA DO CASTELO

A igreja quinhentista de Santa Maria, que possivelmente ocupará o local da que fora construída pelos cavaleiros do Templo, é do tipo da maioria das igrejas manuelinas: três naves, a central de maior altura,

divididas por altas colunas em que se apoiam arcos de volta perfeita, e uma capela no topo de cada nave.

A talha da capela-mor é do século XVII, bem como os dois quadros de azulejos que ornaram as paredes laterais.

No pavimento conservam-se bastantes campas, algumas armoriadas, com as seguintes inscrições:

33

AUE VIRGUO G
LA . DO CEO . GL
MOSA . MAIS .
(A)QUI . IAZ . MA
FRADE . ERA . DE

(R)ACIOSA . ESTRE
(O)RYOSA . FRE
(Q)UE A ROSA .
NOEL ALUARIZ
16XIII ANOS

Lage oblonga no pavimento da banda do Evangelho. Caracteres góticos minúsculos. Tem a meio um escudo de armas.

Diz, e com razão, Matos Sequeira que esta lápida «é curiosíssima, não só pela antiguidade, senão pelo hino versificado erguido à Virgem, que recorda vagamente, no estilo e na composição, alguns dos versos das *obras de devoção* de Gil Vicente (1).

A sua leitura é:

*Ave, Virgo Graciosa,
Estrela do Ceu Gloriosa,
Formosa mais que a rosa.*

*Aqui jaz Manuel Alvares Frade.
Era de mil quinhentos e treze anos.*

Na data o milhar é representado por um I com um traço, ou til; o *b* que deveria ter em expoente um *c* que pode ter desaparecido gasto pela passagem sobre a loisa, ou mesmo não ter existido, lê-se 500; depois segue-se o X e III.

Foi nos afastados dias do bravo Rei D. Afonso IV. que estes Frades vieram para Olivença, aliando-se no decorrer dos séculos com as principais famílias da vila.

(1) *Ob. cit.*, pág. 75.

34

AQVI IAZ RVI
 MENDES LOBO
 SA . DE . IOÃO LOBO
 MENDES . DE . S . RDOS

Campa brasonada com as armas dos Gamas e dos Lobos.

Rui Mendes Lobo foi casado com D. Isabel Álvares, de quem não deixou filhos. Seu irmão Francisco Lobo, que foi casado com D. Catarina Álvares Lobo, filha de seu parente Rui Lobo e de D. Isabel Pires Fradessa, é que teve dois filhos: Rui Lobo Frade, marido de D. Inês Restolho, e João Lobo Mendes, que aqui jaz com o tio, e foi casado com D. Maria da Gama, que era filha de Bento Lopes do Campo e de sua mulher D. Isabel Mexia.

Na 3.^a e 4.^a linhas os DE são geminados como também o ME de *Mendes* nessa última linha.

35

DE FERNÃO MENDES
 LOBO E DOS PERT
 ÉDENTES DO SEV
 MORGADO
 DIGO PESVIDORS

Campa brasonada existente junto à capela-mor. A última linha desta inscrição terá talvez sido insculpida posteriormente pelos que não concordaram com o apodo.

Fernão Mendes Lobo será o filho de Afonso Mendes Lobo, e marido de sua parente D. Maria, filha de João Lobo e de D. Catarina Vaz Fradessa. Um seu neto e omónimo foi casado com D. Brites da Gama.

Embora eu não encontrasse esta campá, viu-a e copiou-a Matos Sequeira (1).

(1) *Ob. cit.*, pág. 78.

36

S . D . LOPO DA GAMA E SVA
MOLHER CA DE FONSECA E
ERS

Campa brasonada com as armas dos Gamas.

Este Lopo da Gama, deve ser Lopo da Gama Lobo, casado com sua prima D. Catarina de Afonseca Lobo da Gama, filha de João da Gama Lobo. Estes Lobos da Gama e Gamas Lobos eram todos aparentados.

Foram filhos deste casal: Lourenço Lobo da Gama, também casado com uma prima D. Catarina da Gama, filha de Afonso Pestana da Gama Lobo; e João Lobo da Gama.

Conta-nos Matos Sequeira que «este Lopo da Gama foi o primeiro que levantou voz em Olivença pelo Duque de Bragança» (1). Da legenda de um dos sinos da igreja consta que Lopo da Gama Lobo era em 1640 o «vereador mais velho» (2).

37

AQVI . IAS . RVI LOBO DE
CHAVES E SVA MOLHE
R DONA BRITES DA TO
RE . E SEVS . ERDEIROS

Campa brasonada.

Rui Lobo de Chaves adoptou o apelido da mãe, que transmitiu aos filhos: Bento Lobo de Chaves, Fernão Braz de Chaves, e D. Maria de Chaves. Era filho de Bento Lobo e de D. Catarina de Chaves, e bisneto do morgado de Val-Moreno Tomé Lobo que foi casado com D. Leonor da Gama.

(1) *Idem*, pág. 71, nota 1.

(2) *Idem*, pág. 70.

38

SA DE AIRES VAS
QVES . LOBO . E DE
. S . DESCENDENTES

Campa armoriada.

Aires Vasques Lobo era filho de um espanhol natural de Alconchel, chamado Alonso del Soto, e de D. Isabel Lobo, filha de Rui Lobo. Era neta do morgado do Val-Moreno, bisneta da morgada de Chamorro, e além disso era bisneta e trineta de dois alcaides-mores da vila.

É claro que o bom do Aires Vasques adoptou o apelido materno, assim como seus irmãos: Rui Lobo da Gama, João Mendes Lobo, e Francisco Lobo que foi cavaleiro de Malta. Uma sua neta D. Catarina Lobo, foi casada com o general Alexandre de Albuquerque Ribafria.

Ambas as preposições são geminadas.

39

DE VASCO COELHO
LOBO E RDOS

Campa brasonada com as armas dos Coelhos, dos Gamas, dos Encerrabodes, e dos Lobos.

Este Vasco Coelho Lobo foi Meirinho de Olivença, e casou com D. Catarina Mendes Ferreira de quem teve: Gomes Coelho Lobo, que lhe herdou o cargo; Gaspar Rodrigues Coelho, e D. Isabel Caldeira Lobo, mulher de um Mateus Justo.

Seu neto João Coelho Lobo, foi Procurador em Cortes por Olivença.

Era filho de Gomes Coelho Lobo e de D. Isabel Caldeira Lobo. Neto materno de Gaspar Encerrabodes, com cujas armas ornou o seu brasão, e paterno de Vasco Coelho, que era licenciado pela Universidade de Salamanca.

40

S . DE IOAM . CABE
ÇA . E D S . RDOS
... YA DE ALTA
MIRANO

Campa com as complicadas armas dos Cabeças.

Recordo-me de certo João Cabeça, filho de Gomes Cabeça, e marido de Maria Fradessa que era filha de Manuel Frade Lobo e de Catarina Martins.

Esse Manuel Frade Lobo era bisneto daquele Álvaro Afonso Frade que esteve nas tomadas das praças africanas e veio a ser soterrado em Santa Maria Madalena.

Outro João Cabeça, neto daquele, marido de D. Maria del Pozo, tinha o apelido, talvez pela parte da mãe, de Altamirano. A mãe chamava-se D. Maria del Castilho. Seria também Altamirano?

Os DE desta inscrição, como em quase todas as desta igreja, são geminados.

41

ERDOS
DIAS E D . SEVS
S . DE LOPO PRIV

Lopo Privado? Privado era um apelido que vinha de antigos tempos. Mas será Privado?

42

SA DO DTOR IACOME VELHO
DE GONDIM . E . SEVS ERDOS

Na 2.^a linha está incluso o O de *erdos*. Campa brasonada.

Pertencia certamente à nobreza da vila pois os apelidos são bons. Os Godins parece que são originários de França.

43

S . DE . MA . ROIZ . DE
SE^O . SEBASTIA^O MI
.....

44

SA DE BEMTO ROIZ
MIGES E DE SEVS
ERDOS

Os DE geminados.

Estes Migueis não me são estranhos. Uma D. Catarina Álvares Migueis foi a primeira mulher de um João Lourenço de Matos, filho de Manuel de Matos Mexia, e neto de João Lourenço de Matos que casou três vezes: a primeira com D. Margarida Nobre, a 2.^a com D. Maria Fernandes, e a 3.^a com D. Isabel Fradessa Lobo. Esta 3.^a esposa era filha de Manuel Frade Lobo e de D. Guiomar Martins a quem talvez pelo seu génio irritável chamavam *a velha assumada*.

A mãe deste João Lourenço de Matos era D. Leonor Migueis Mexia. Vê-se que os Migueis eram antigos em Olivença.

45

S . DE . M T IZ .
BAROQVINHO
DE S . M ANA . . . IS
E DE . S RDOS

Não me parece fácil identificar este Barouquinho, pessoa certamente de origem humilde.

46

SA DE LVIS PZI
SEP (?) GVEIRO . E
SEVS . RDOS

47

SA DE IOAM RAS
 TOLHO FELIPE
 E DE SVA M . IZA
 BEL DIAS E DE
 S . RDOS ANO
 DE

Não encontrei esta lápida que Matos Sequeira transcreve e anota (1), e por tanto é evidente que lá está. Diz-nos ele que «este João Rastolho Felipe teve dois filhos: Gonçalo Esteves Felipe, capitão de ordenança em 1638, e Manuel Felipe Rastolho, capitão de cavalos-courças na guerra da Aclamação», e que «este casou com D. Catarina de Matos, filha de João Lourenço de Matos (que rejeitou ao Duque de San Germano a vara de Juiz em 1657) e de sua mulher Maria de Matos Cabeça».

48

. S . DE BERTOLAME
 V . ROIZ GIL E DE
 . S . ERÓS

Esta campa está no pavimento ao topo da nave do Evangelho. Não sei quem terá sido este Bartolomeu Rodrigues Gil.

49

S . DE DOMIGOS
 FRZ . ERDOS

Campa próximo à capela-mor. Domingos Fernandes é um nome tão vulgar...

50

S . DANRIQUE LO
 PES E . D . RDOS

(1) *Ob. cit.*, pág. 73.

No pavimento próximo à capela-mor. Fernandes, Lopes, devem ser homens dos mesteres da vila.

51

SA DE FRCO CARDOZO A
 IVDANTE DE SARGTO M
 AIOR DA ORDENANSA
 DESTA VA . E SEV TERMO
 E DE SUA MOLHER ANNA
 DO O FRADEÇA E DE SE-
 VS ER DEIROS

Na 5.^a linha há geminações em *DE* e *HE*, na 6.^a em *DE* da palavra *Fradeça*, e na 7.^a em *DE* de *erdeiros*.

Talvez no Arquivo Histórico Militar se encontrem os dados biográficos deste ajudante de sargento-mor da Ordenança da vila de Olivença.

Sua esposa D. Ana do Ó, pertencia à antiga família oliventina dos Frades.

52

SA D IOAM VIEIRA MEN
 DES CAVALO P.FESSO DA O
 RDEM.D.XPÕ.E ME.D.CAMP
 O DO TERCO DA.GVARNIC
 AO DESTA VA.E.D.LOPO VIE
 IRA MIGVENS CAVALLRO P.
 FESSO DA ORDEM.D.X
 PÕ.E CAPAM.D.CAVALLO
 S. ENTRETIDO.E.DE
 SEOS HERDEIROS

Campa armoriada. No pavimento da nave da banda do Evangelho.

Destes cavaleiros de Cristo não lobriguei rasto nos processos de habilitação para a entrada na Ordem. Diz Matos Sequeira ⁽¹⁾ que

(1) *Ob. cit.*, pág. 77, nota 1.

este João Vieira Mendes era filho de Domingos Vieira e de Leonor Mendes Restolho, e fora casado com Leonor de Torres Graça. O outro não sei, mas pressinto que o Mestre de Campo e o Capitão de Cavalos seriam próximos parentes, porventura íntimos amigos e companheiros de armas nas lutas da Restauração e por isso os terão sepultado na mesma cova.

53

S DE DRIG ...
..... AS
E D S ERDOS

Na última palavra dá-se a inclusão do O.

54

..... O
..... IOHAM (?)
E DE SVA M(OLHER)
M D..... E DE
S RDOS ANO
DE.....

55

SA . DO PE IGNACIO
.....
.....
.....
.....
.....
P . N . A E . M

Pobre Padre Inácio, de quem apenas nos chegou o último pedido. Que lho satisfaça a piedade dos leitores.

56

ESTA S HE DE BA
LTIZAR LOPES ME
TRE E DE SUA MU

LHE INES MA
 RIA E DE IECUS E DE
 SEUS DESE
 DEN TES

1762 (?)

Campa. Algumas linhas desta inscrição ultrapassam os sulcos laterais da moldura.

Eram muitas as famílias ilustres que outrora residiam ou tinham casa em Olivença. Tantas que, como nos conta Matos Sequeira, em 1580 D. Pedro de Velasco prometia em nome de Felipe II, aceitar anualmente para moços-fidalgos nada menos do que vinte e quatro mancebos nobres da vila (1).

De entre essas famílias destacaremos a dos Lobos, não só pelas suas alianças com as dos Gamas, dos Mexias, dos Frades, dos Chaves, dos Coelhoos, dos Melos, etc.; como pelas numerosas inscrições lapidares que nos deixou nas igrejas da terra em que tantos dos seus membros tiveram situação preponderante, praticaram feitos, ou exerceram cargos de governança.

Entre eles houve fronteiros, alcaides-mores, e meirinhos, provedores da Misericórdia, e vedores das obras reais, procuradores às Cortes, cavaleiros das Ordens de Cristo e de Malta, padres, doutores, e não faltaram heróis.

Por ser, como disse, esta gente a que mais vestígios deixou nas lages sepulcrais das igrejas oliventinas, pareceu-me curioso juntar aqui umas tábuas genealógicas onde constam, entre a fidalga parentela, os nomes que essas lages teimam em recordar.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

(1) *Olivença*, pág. 35.

Rui Gonçalves
Lobo

Gonçalo Roiz Lobo
Alcaide de Olivença,
c. c. D. Mecia da
Gama (f. de Lopo
da Gama)

Mem Roiz Lobo

Vid. Tábua II

D. Gracia Lobo

Nuno Roiz Lobo

D. Mor Lobo, c. c.
Lourenço Afonso
Lobo

Rui Gonçalves
Lobo
Alcaide de Olivença,
c. c. D. Inês
Chamorro
Senhora do morgado
de Chamorro

Diogo Glz Lobo
Corregedor de Lisboa,
c. c. D. Elvira de Olivares

Cristóvão Glz.
Lobo

D. Leonor

D. Teresa

Tomé Lobo
Morgado de Valmoreno,
c. c. D. Leonor da
Gama (f. de Alvaro
da Gama)

Nuno Roiz Lobo
Pagem da toalha do Rei D. Afonso V

Vid. Tábua III

Lopo da Gama
Lobo
Alcaide de Montemor,
c. 1.º c. D. ...
Juzarte, c. 2.º c.
D. Luiza de Lemos

João da Gama
Lobo

Gonçalo Lobo

Rui Lobo
c. 1.º c. D. Luiza
Godinho, c. 2.º c.
D. Felipa Botelho

Francisco de Brito

D. Brites Lobo da
Gama, c. c. Antão
Cabrera

António Lobo
c. c. D. Ana Lopes
de Avila (sobrinha
do Bispo de Ceuta)

Tomé Lobo
c. 1.º c. D. Catarina
Vasconcelos, c. 2.º
c. D. Catarina da
Gama

Bento Lobo
c. c. D. Catarina de
Chaves

Vid. Tábua IV

João Mendes Lobo
c. c. D. Isabel Coelho

D. Brites Lobo
c. c. Rui Mendes
Lobo

D. Isabel Lobo
c. c. Alonso del
Soto

Vid. Tábua V

Rui Lobo
c. c. D. Isabel da
Gama

Manuel Lobo
c. c. D. Marta Con-
treiras

D. Leonor da Gama
c. c. Gonçalo Lobo

D. Francisca Lobo
c. 1.º c. Manuel de
Vasconcelos c. 2.º
c. Estêvão da Gama

D. Maria da Gama
c. c. Rui Gago

D. Ana Lobo da
Gama
morgada de Valmoreno,
c. c. Diogo de Senabria

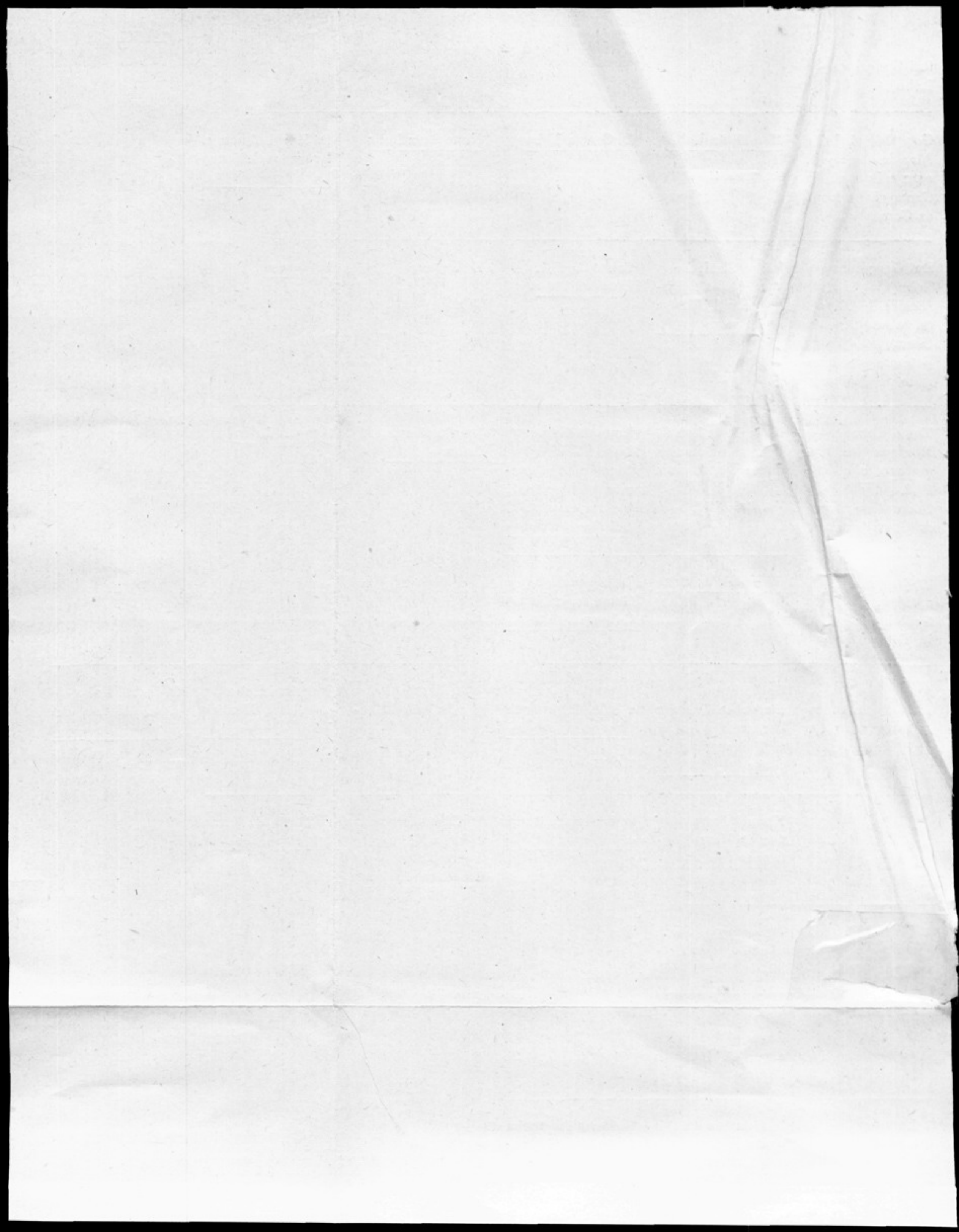
D. Leonor da Gama
c. c. Belchior Pestana

Afonso Pestana da
Gama
c. c. D. Inês de
Lemos

D. Leonor
(que foi freira)

D. Catarina da
Gama
c. c. Lourenço
Lobo da Gama

D. Maria da Rocha
c. c. Afonso Mendes
Lobo



Mem Roiz Lobo

Luiz Mendes Lobo c. c. D. Leonor Carregueiro	João Mendes Lobo c. c. D. Catarina Vaz Pereira	Afonso Mendes Lobo	Alvaro Mendes Lobo	Jorge Mendes Lobo
--	--	-----------------------	-----------------------	----------------------

Vid. Tábua VI

Rui Mendes Lobo Morgado dos Car- regueiros, c. 1.º c. D. Isabel Caldeira c. 2.º c. D. Isabel Bordala	D. Isabel Lobo
---	----------------

Luiz Mendes Lobo c. c. D. Brites Lobo da Gama	D. Leonor Lobo c. c. Vasco Coelho
---	--------------------------------------

Vid. Tábua VII

(Inscrição n.º 11)

Rui Lobo	Tomé Lobo c. c. D. Leonor Mendes	Lourenço Lobo da Gama c. c. D. Inês Lobo da Gama (f. de Lopo da Gama Lobo)	D. Isabel Lobo c. c. Rui Lobo Frade	D. Leonor da Gama c. c. Manuel Mexia	D. Maria q. foi freira	D. Catarina Lobo
----------	--	---	---	---	---------------------------	---------------------

Luiz Mendes c. c. D. Isabel Lobo	Lopo da Gama Lobo c. c. D. Catarina de Afonseca Lobo da Gama (f. de seu tio João da Gama Lobo)	Rui Lobo c. c. D. Isabel de Solis	Fernão Lobo da Gama c. c. D. Brites Alz	D. Brites da Gama c. 1.º c. Estêvão da Gama, c. 2.º c. João Mendes Mexia
-------------------------------------	--	---	---	---

(Inscrição
n.º 12?)

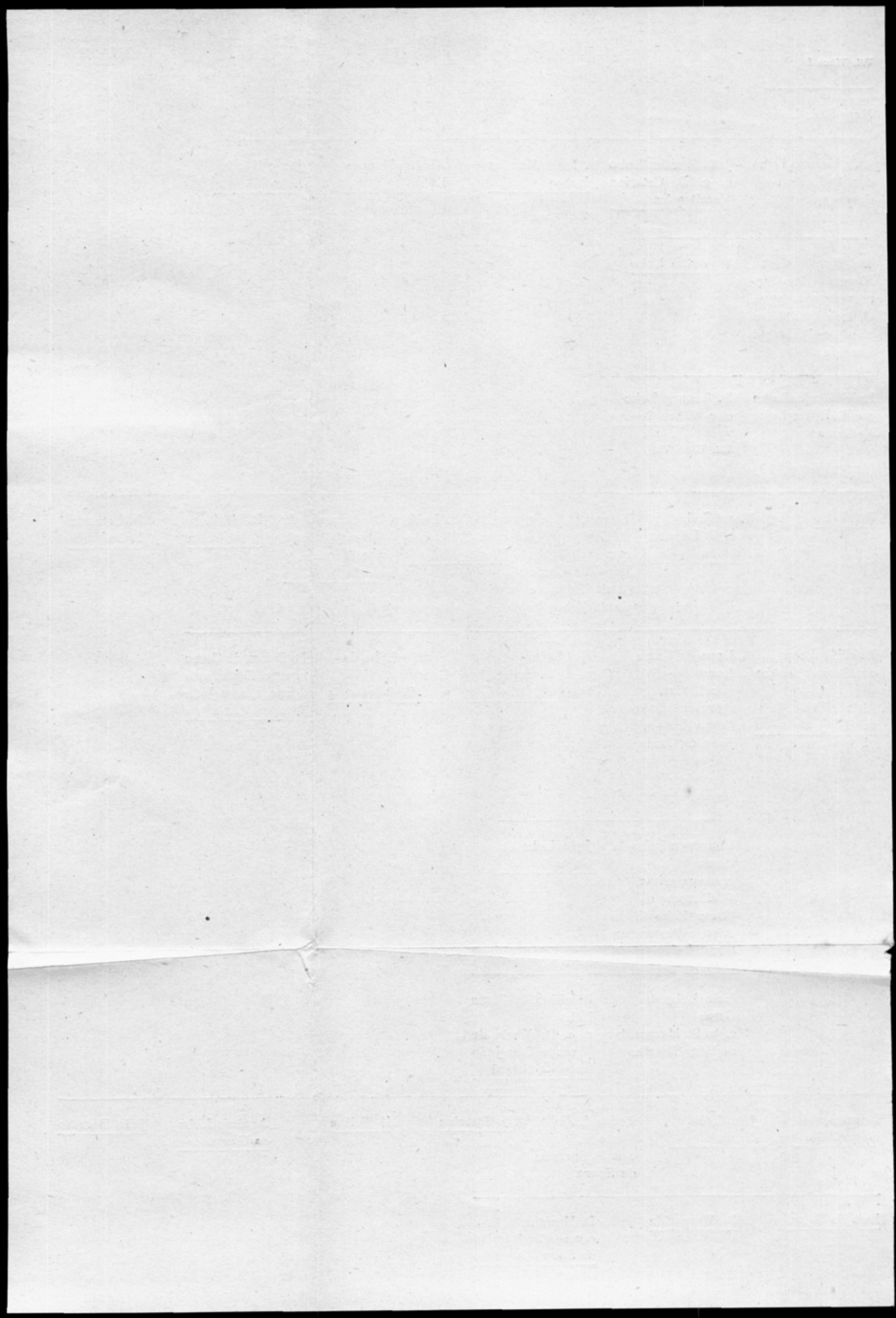
(Inscrição n.º 36)

Lourenço Lobo da Gama c. c. sua prima D. Catarina da Gama Lobo (f. de Afonso Pestana da Gama Lobo)	João Lobo da Gama
--	----------------------

Luiz Lobo da Gama c. c. D. Margarida de Brito Botelho	Belchior da Gama Lobo c. c. D. Maria de Miranda (f. de João Lobo da Gama)
--	---

Lourenço da Gama Lobo	João Lobo da Gama	Pedro Lobo da Gama c. c. D. Serafina de Sousa	D. Catarina	D. Felipa	António Lobo da Gama	João Botelho
--------------------------	----------------------	--	-------------	-----------	-------------------------	--------------

Luiz da Gama	D. Margarida	D. Mariana c. c. seu tio Damião de Sousa Carvalho
--------------	--------------	---



Nuno Rodrigues
Lobo
Pagem da toalha do
Rei D. Afonso v
c. c. D. ...

Rui Lobo
c. 1.º c. D. Brites
de Sequeira, c. 2.º
c. D. Maria Mendes
Coelho

João Lobo

D. Inês Lobo
c. c. João da Gama
de Sequeira

D. Teresa Dias
Lobo
c. c. João Alvares
Pericoto

D. Isabel Lobo

D. Catarina Lobo

D. Gracia

Rui Mendes Lobo
c. c. D. Isabel Al-
vares

Inscrição n.º 34

Francisco Lobo
c. c. D. Catarina
Alvares Lobo (f. de
Rui Lobo e de
D. Inês Pires Fra-
dessa)

Rui Lobo Frade
c. c. D. Inês Res-
tolho (f. de Barto-
lomeu Vaz Resto-
lho)

João Lobo Mendes
c. c. D. Maria da
Gama (f. de D. Isa-
bel Mexia e Bento
Lopes do Campo)

Inscrição n.º 34

Francisco Lobo da
Gama
c. c. D. Isabel de
Sande

Bento Lopes do
Campo

João Lobo do
Campo

Bento Lopes do
Campo

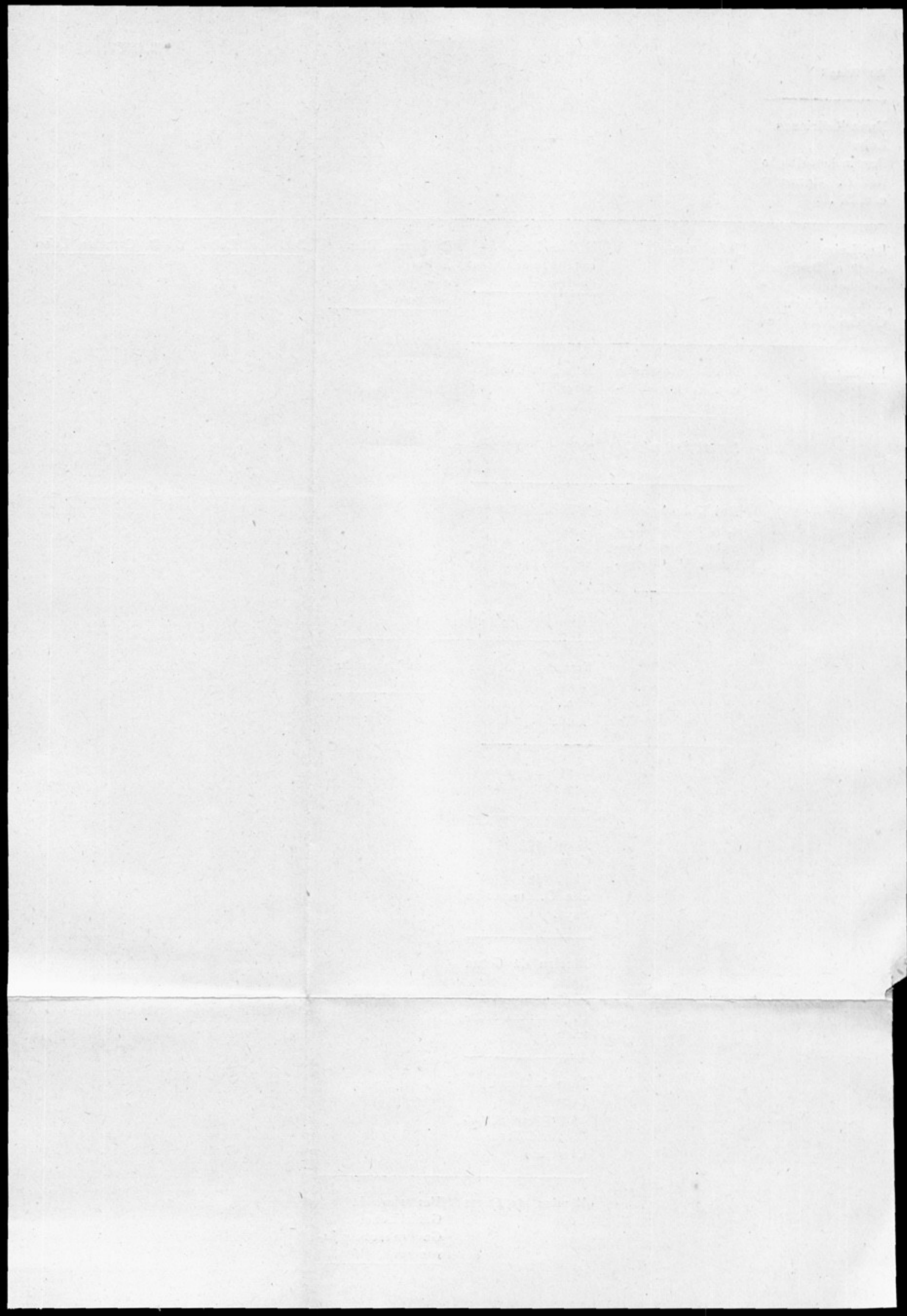
João Lobo da
Gama
(Bastardo)
c. c. D. Leonor do
Sayal

Nicolau da Gama
Lobo
Sargento-mor, c. c.
D. Jerónima Mon-
teiro

João da Gama
Lobo
Sargento-mor, c. c.
D. Maria Teresa
Correia

Nicolau da Gama
Lobo

Veríssimo da
Gama Lobo
Governador de Ju-
romenha



TÁBUA IV

Vid. Tábua I

Bento Lobo
c. c. D. Catarina de
Chaves

Rui Lobo de Cha-
ves
c. c. D. Brites de la
Torre

Bartolomeu Lobo
de Chaves

D. Maria
(que foi freira)

Inscrição n.º 37

Bento Lobo de
Chaves
c. 1.º c. D. Maria
Magro, c. 2.º c.
D. Maria Ferrão

Fernão Braz de
Chaves

D. Maria de Chaves
c. c. João Vieira do
Amaral

Rui Lobo

D. Brites Lobo c.
c. Manuel Cabreira
da Gama

TÁBUA V

Vid. Tábua I

D. Isabel Lobo
c. c. Alonso del
Soto

Aires Vasques
Lobo
c. c. D. Catarina
Lopes Murota

Rui Lobo da Gama

João Mendes Lobo
c. c. D. Isabel Lobo

Francisco Lobo
(Maltês)

Inscrição n.º 38

Alvaro Vasques
del Soto
c. em Elvas c.
D. Joana de Brito
de Azevedo

Pedro Vasques
Lobo
(q. foi clérigo)

D. Maria Lobo
c. c. Francisco de
Mascarenhas.

D. Catarina Lobo
c. c. o General Ale-
xandre de Albu-
querque Ribafria

Vid. Tábua II

Afonso Mendes
Lobo
c. c. . . .

Fernão Mendes
Lobo
c. c. D. Maria Lobo
(f. de João Lobo e
D. Catarina Vaz
Fradessa

Inscrição n.º 35

Afonso Mendes
Lobo
c. c. D. Brites Al-
vares

João Lobo
(q. foi clérigo)

Vasco Freire Lobo

Rui Lobo Mendes

D. Catarina Lobo

D. Isabel Lobo
c. c. Garcia Gomes

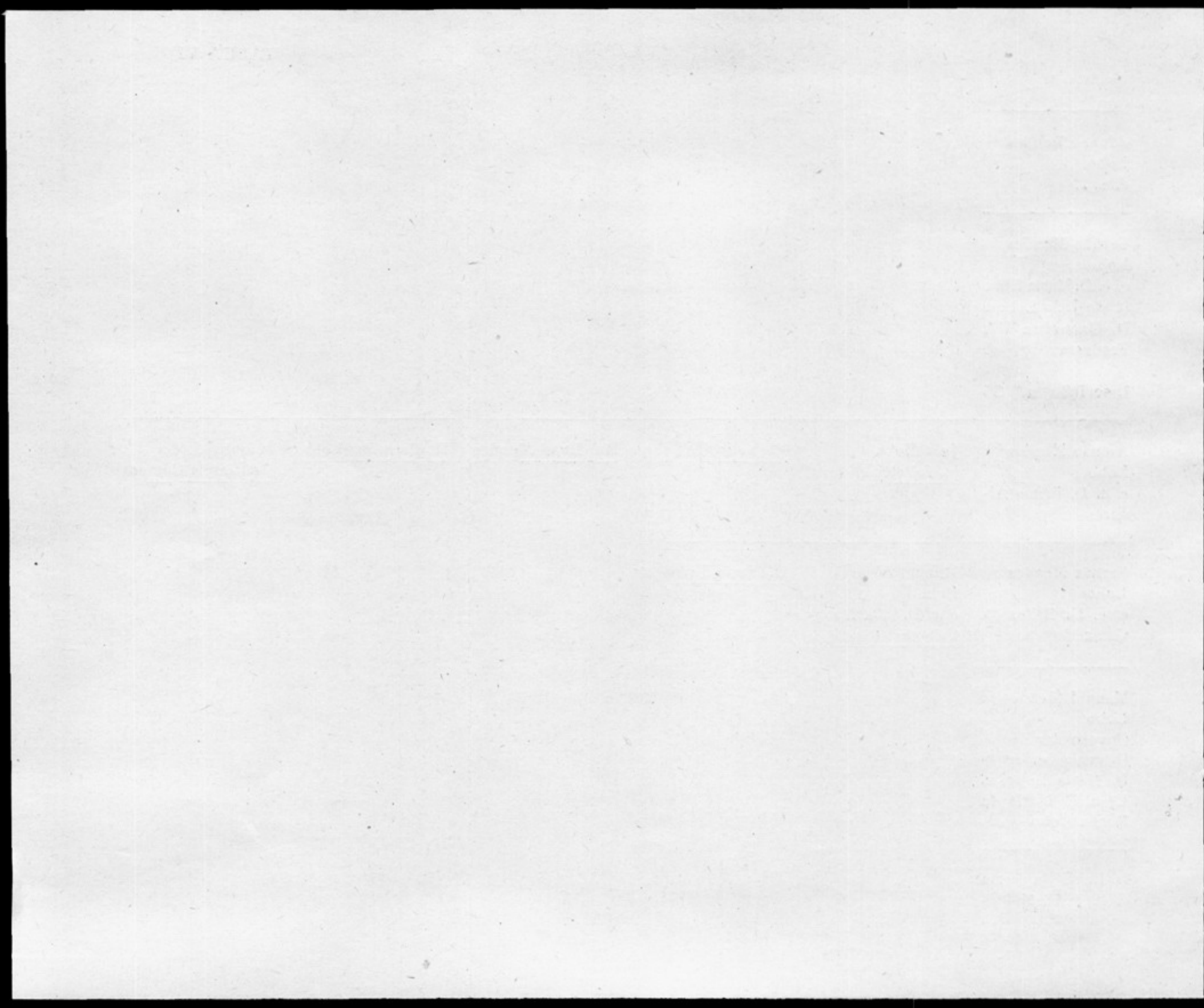
Fernão Mendes
Lobo
c. c. D. Brites da
Gama

Manuel Alvares
Lobo
c. c. D. Catarina
Cabeça

D. Mecia Lobo

Manuel Mendes
Lobo
Governador de
Olivença, c. 1.º c.
D. Maria Lobo, c.
2.º c. D. Maria da
Rocha Lobo

D. Brites da Gama
c. c. João Maldo-
nado



TÁBUA VII

Vid. Tábua II

D. Leonor
Machado Lobo
c. c. Vasco Coelho
(Licenciado pela
Universidade de
Salamanca)

Gomes Coelho
Lobo
c. c. D. Isabel Cal-
deira Lobo (f. de
Gaspar Encerrabo-
des)

D. Catarina Lobo
c. c. Fernão de
Mascarenhas

D. Isabel Lobo
c. c. Luiz Madu-
reira

Vasco Coelho
Lobo
Meirinho de Oli-
vença, c. c. D. Ca-
tarina Mendes Fer-
reira

Inscrição n.º 39

Gomes Coelho
Lobo
Meirinho de Oli-
vença, c. c. D. Bri-
tes de Matos Mexia

Gaspar Rodrigues
Coelho
c. c. D. Inês Lobo

D. Isabel Caldeira-
Lobo
c. c. Mateus Justo-

João Coelho Lobo
Procurador em
Cortes por Oli-
vença c. 1.º c.
D. Maria de Matos,
c. 2.º c. D. Eufrazia
da Gama

DOCUMENTO

Alvaro Affonso Frade. Carta per que lhe foy dado huñ escudo darmas novas pera elle e seus filhos e desçendentes.

Dom Affonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que comsyramdo nós nos muytos continuados e estremados serviços que rrecebidos temos Dalvaro Afonso Frade, escudeyro nosso vassalo, morador na nossa villa Dolivemça, assy nos nossos rregnos daquem mar como aalem mar nas partes Dafrica, a saber: nas tomadas da nossa villa Dalcaçer e da nossa villa Darzilla e da nossa çidade de Tamjer, que com a graça de nosso Señor filhamos aos mouros, sendo sempre com nosco per pessoa e com homeês darmas, beesteyros, e outra jemte, homde muy bem e lealmente nos serviu.

E comsyramdo em sua bomdade, industria, e descriçom, e no boõ desejo e vomtade com que sempre continuou em nosso serviço, assy nos fectos das guerras como em todollos outros a nosso serviço tocâtes; e querehdlhe esto gualardoar como a nós cabe fazer aaquelles que bem e fielmente nos servem, e por lhe fazermos graça e merçee, temos por bem e de nosso moto proprio querer, vomtade, e poder absoluto, queremos e nos praz, lhe darmos huñ escudo darmas novas, a saber: o escudo em quarteyroões do quall ho campo do primeyro quartell he de celeste ou de çafira a huñ pesamte bramco ou dargamte, e do segundo quartell ho campo he do pesamte em çelle, e nelle huña estrella de purpura ou amatista. Sobre tudo huña cruz de gollas ou de rroby sobre huña pomta homdada do primeyro quartell, seguũdo aquy nesta nossa carta patemte sam pytadas e blasonadas, as quaaes estabelleçemos e queremos que desde agora e sempre que o dito Alvaro Afonso possa trazer e teer, e dellas per custume dos outros que as tem, husar e gouvyr em batalhas, torneos, cercos de villas, combates de castellos, arroydos, bamdos, escaramuças. E em firmaaes, ances, e synetes, e em quaaes quer outros lugares, assy de guerra como de paz, como per quall quer outro modo que lhe aprouver, sem outro embargo que lhe sobre ello seja posto.

E yssso mesmo queremos que seos filhos e desçendentes que delle desçenderem per legitimo matrimonio ajam as ditas armas e dellas possam gouvyr, como sobre dito he.

E porem mandamos ao nosso primeyro rey darmas e officiaaes dellas que assy ho proviquem, em seus livros rregistem, por que assy he nossa merçee e vomtade.

E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta patemte por lēbrança e memoria dello, assynada por nós e asseellada do nosso sello do chumbo.

Dada em a nossa villa de Symtra VIII dias de Novembro. Amtam Gomçallvez a fez. Anno de nosso Señor Jesu Cristo de mill e iiij^c Lxxj.

Torre do Tombo, liv. 3 de Misticos, fol. 12.

DURANTE O OSTRACISMO

(Continuado do vol. 113.º, pág. 223)

Alcaides do Castelo de Outeiro

Fernando Afonso. Por carta de 24 de Março de 1387 D. João I doou-lhe o «lugar que jaz a par» do Castelo do Outeiro de Miranda «com todollos seus direitos e pertenças, rendas e foros» (1) e por carta de 26 de Dezembro do mesmo ano foram-lhe também doadas «as rendas e direitos das aldeas de Pinjdello e d Argusello e de Santilham».

Martim Goncalvez de Macedo. Por carta de 27 de Dezembro de 1400 foi-lhe feita «doaçam de todallas dizimas dos panos que veem de Castella ao lugar d Outeiro de Miranda e de todollos outros direitos que o dicto senhor no dicto lugar ha» (2).

D. Abade de Castro de Avellãs. Deste alcaide diz D. João I na carta de 26 de Julho de 1414: «fiando nos de dom abade de Crasto de Avellãs alcaide do dicto Castello por esta carta lhe damos poder e lhe mandamos que elle possa dar e de os chãaos de dentro da dicta cerca aos do dicto lugar e de fora d'elle que hi quizerem fazer casas e morar e pobrar em ellas repartindo lhes os chãaos segundo vyr que cada hũu merece e que as casas sejam feitas em boa hordenança pera as ruas vijrem bem feitas e que estes chãaos de aos que assy quizerem morar e pobrar em o dicto lugar pera sempre pera elles e pera todos seus herdeiros e descendentes que depes elles vierem sem pagando a nos e aos reis que depois de nos vierem nehũa cousa das dictas casas e cada hũu aia do dicto abade carta ou aluara assignado per sua mão do chãao

(1) *O Instituto*, vol. 111.º, pág. 390.

(2) *Idem*, idem, pág. 391.

que lhe der e outrossy o trellado desta nossa carta pera ao diante seer sabudo como lhe foe dado e teer pera sua guarda» (1).

Desde as instruções para o alinhamento das ruas até às garantias da propriedade e isenção de impostos, tudo respira admiração em documento de há séculos e já tão sábio!

Diogo Guttierrez, o Rombo, era alcaide do Castelo da vila do Outeiro de Miranda em 15 de Março de 1421, como consta da carta desta data, pela qual esta vila foi feita Couto de homiziados (2).

João de Macedo era alcaide da vila de Outeiro em 30 de Outubro de 1496, como consta dum instrumento judicial feito nesta data «à ponte de Parada» e em que aquele alcaide e sua mulher confirmaram a venda feita à cidade de Bragança da sua Quinta de Campo Redondo (3).

Como diz Viterbo, o cargo de alcaide «não se dava senão a pessoas de muita satisfação, honra e sangue».

No ano de 1646 diz um historiador: «Juntaram-se os mestres de campo D. Francisco de Castro, que assistia em Puebla da Senábria, e D. Francisco Geldres, corregedor e governador de Zamora, e com 6.000 infantes, 400 cavalos e três peças de artilharia entraram pelo termo da vila de Outeiro, pouco distante de Bragança. E, assolando sem piedade o que encontravam sem defesa, receberam o maior dano os lugares de Riofrio e Paçó e passaram à vila de Outeiro, que também destruíram, achando-a despovoada, porque os moradores se recolheram ao castelo que fica separado em lugar muito defensável.

«Rodrigo de Figueiredo, com as primeiras notícias de que o inimigo juntava gente, passou a Bragança e, não podendo resultar da diligência que fez, pela contumácia dos povos, unir mais que 700 infantes e 110 cavalos, saiu de Bragança e adiantando-se com duas tropas o comissário geral Tamericout, francês que serviu muitos anos neste reino com merecida opinião de

(1) *O Instituto*, vol. III.º, pág. 392.

(2) *Idem*, *idem*, págs. 398 e 399.

(3) *Memórias Arq.-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo XI, pág. 236.

valeroso, sustentou uma escaramuça algumas horas junto ao castelo de Outeiro, de que as tropas inimigas receberam dano ⁽¹⁾.

Ao sul do Castelo ficava o sítio, por onde se subia para a vila — chamado *Matança* — que deve ter tomado este nome, ou da destruição da vila seguida da escaramuça aí havida depois de Setembro de 1646, ou da sua última destruição em 1762. No livro dos Óbitos de Outeiro desde 1779 a 1838 encontra-se, na folha 25.^a, o testamento com que faleceu em 29 de Dezembro de 1786 João Afonso que «deixou a sua filha Maria a metade da cortinha da *Matança*». Depois da última destruição é que a vila de Outeiro se estabeleceu definitivamente no sopé da elevação e para o poente, seu local actual. Também a folhas 7.^a, v., e 9.^a daquele livro se encontra um testamento doutro João Afonso, falecido no dia 5 de Setembro de 1781, de que consta que deixava a sua mulher «o que directamente lhe pertencia na cortinha que está sita em Val de Parada e com o que lhe pertencia nas casas que estão pegadas à mesma cortinha». A vila já se estendia, pois, até à saída para Parada.

Para este trabalho consultei livros e documentos existentes em Bragança, na Biblioteca Municipal do Porto e, em Lisboa, na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo. E sobre Outeiro que com outras terras fronteiriças teve de estar ao lado de Castela durante a guerra que com esta tivemos no fim da 1.^a dinastia, até que D. João I o doou por carta de 24 de Fevereiro de 1387 ⁽²⁾, devem existir em Espanha documentos, pelo menos, de lhe terem sido dadas por termo as aldeias de Argoselo, Pinelo e Santulhão, como fica dito, e, possivelmente, o Outeiro de Muas; como também os deve haver nos arquivos da *Sereníssima Casa de Bragança* desde que foi doado ao respectivo duque. Na impossibilidade de os poder consultar, continuarei a publicação dos elementos colhidos noutras fontes.

Na pág. 124 do tomo I das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, por Francisco Manuel Alves,

(1) *História de Portugal Restaurado*, pelo Conde de Ericeira, vol. II, págs. 186 e 187.

(2) *O Instituto*, vol. III.^o, pág. 390.

afirma-se que Outeiro foi tomado pelos castelhanos durante a *Guerra dos Sete Anos* e em nota da pág. 25 dos *Escarços Trasmontanos*, pelo Dr. Ferreira Deusdado (natural de Riofrio, termo de Outeiro), «que Moraes Buíça, governador do Castelo de Outeiro, acha-se sepultado na capela grande da Confraria do Santo Cristo, como se vê do epitáfio que cobre a sepultura, colocado anteriormente a 1762, data em que aquele castelo foi destruído por tropas espanholas, talvez em Maio desse ano».

Não encontrei noutros historiadores, incluindo o espanhol D. Modesto Lafuente, referências à destruição do castelo e vila de Outeiro; mas antes do ano de 1762 eram frequentes nos livros do registo paroquial da vila de Outeiro as referências a governadores do seu castelo e a outros oficiais da guarnição — referências que não aparecem depois daquela data — e isto vem confirmar a destruição das suas muralhas. E a destruição da *Igreja de Nossa Senhora da Assunção* é também confirmada pelos enterramentos feitos — uns dentro da *Capela do Santo Cristo* e outros dentro da *Igreja Matriz* (como mais tarde se fizeram na capela de S. Roque por não haver no cemitério lugar para todos os cadáveres), a qual certamente já era a do Outeiro de Muas e ainda pela inquirição de testemunhas, feita na capela da *Senhora do Pranto*, para a habilitação *de genere* de João Manuel Sarmiento e irmãos no dia 18 do mês de Maio de 1787 — inquirição que, sendo serviço paroquial, se realizaria de preferência na *Igreja de Nossa Senhora da Assunção*, se esta ainda existisse.

O nome da capela da *Senhora do Pranto da vila de Outeiro* — sita portanto no primitivo local desta vila — deixa ver que proveio como o de *Matança* das sangrentas lutas travadas à sua volta e ambos traduzem a dor e o luto por estas causadas. E aqueles habilitandos pertenciam à nobre família dos Buíças que, perdendo o seu antigo solar, tiveram de construir novo palácio no actual local de Outeiro não longe do Pelourinho e dos Paços do Concelho. Finalmente, aquelas afirmações continuam a ser comprovadas pela peça de artilharia e pelos restos de muralhas que ainda existem.

NOTÁVEIS DO EXTINTO CONCELHO DE OUTEIRO

É bem reduzida a documentação que pude consultar sobre a existência do antigo concelho de Outeiro e, à míngua de documentação especial, abalancei-me a colher na consulta do seu registo paroquial — disperso e incompleto como quase todos — os possíveis elementos sobre a sua administração militar, judicial e concelhia. E por essa consulta averigui:

O alcaide-mor e capitão-mor do seu Castelo, Nicolau de Sequeira Freire, foi testemunha de casamento e serviu de padrinho de baptizados nos anos de 1643 e 1646;
dos seus *governadores*:

Inácio Gil da Guerra serviu de padrinho nos anos de 1665 e 1666;

António Gomes Mena foi-o no ano de 1684;

Pedro Ferreira de Sá Sarmiento, de Vimioso, foi-o em 1705, 1706 e 1707;

José Sarmiento foi padrinho ou testemunha desde 1707 até 1741. Era natural de Miranda, fidalgo e foi sepultado no Santo Cristo de Outeiro no dia 8 de Setembro de 1742;

Manuel de Moraes Farias foi padrinho em 1745;
dos seus *capitães-mores*:

Manuel Salgado foi padrinho nos anos de 1650 e 1651;

Jorge de Gouveia no ano de 1653;

André de Moraes Sarmiento no ano de 1654;

Vicente Barbosa de Vasconcelos no ano de 1657;

João Machado Antas, de Outeiro, desde 1715 até 1746;

Martinho Carlos de Miranda, de Riofrio, foi padrinho de casamento em 1782, testamenteiro em 1793 e procurador de padrinhos em Março de 1800.

e dos seus sargentos-mores:

António Mendes Antas era-o em Março de 1695; e *Francisco António Machado Antas*, de Outeiro, foi padrinho em 1811, 1812 e 1833, sendo então major, e faleceu no dia 13 de Janeiro de 1845.

*

Juízes dos órfãos:

João da Silva de Sampaio foi padrinho em Março de 1633; e *Filipe Preto* testemunha ou padrinho em 1643, 1644, 1645 e 1654.

Juízes de fora:

L.^{do} Francisco Nabo de Alcáçova foi padrinho em 1653 e 1665;

L.^{do} Francisco de Moraes foi-o em 1655;

Pantalião Sequeira Ramires, natural do Porto, era-o em 8 de Junho de 1698, em que lhe nasceu um filho;

D.^{or} João Botelho de Lucena foi padrinho em Abril e Junho de 1704;

D.^{or} António Moreira da Cunha foi testemunha de casamento em Junho de 1708;

D.^{or} António Nunes da Costa foi testemunha em 1718;

D.^{or} António dos Reis Pereira foi-o em Dezembro de 1724;

D.^{or} Bento António dos Reis Pereira, de Vila do Conde, foi-o em 1727;

D.^{or} José Cabeiro de Azevedo, de Miranda, em 1729;

D.^{or} José Sarmiento de Figueiredo em 1738;

D.^{or} Manuel Caetano Homem de Macedo, em 1740;

D.^{or} José Ferreira da Silva, em 1744;

D.^{or} Joaquim José Correia de Sande em 1751;

D.^{or} Alexandre Nunes Leal em 1755;

D.^{or} Belchior de Almeida Caiado em 1772;

D.^{or} Francisco Pinto foi testemunha em 1780;

D.^{or} Caetano Inocência de Gouveia e Costa, de Lisboa, foi padrinho em 1782, 1783 e 1785;

D.^{or} Luís de Melo, em 1787;

D.^{or} Luís Fernandes Barreiros, da vila de Castelo Novo, faleceu no dia 22 de Fevereiro de 1793, deixando para testamenteiro o capitão-mor Martinho Carlos de Miranda;

D.^{or} João de Melo Cogominho Lacerda, de Lisboa, foi padrinho em 1802; e

D.^{or} João de Sousa Faria Teixeira Lobo, do concelho de Mesão-frio, foi-o em 1824, 1825 e 1826.

Bacharel Firmino João Lopes. Filho de Joaquim José Lopes, natural de Argoselo, e de Maria Rita Nogueiro, natural de Outeiro, nasceu nesta vila no dia 5 de Maio de 1825; matriculou-se em Direito em 1842 e formou-se em 1848. E viveu ainda na sua terra natal antes de ser extinto o seu concelho, como se vê do assento de baptismo de Ália Francisca, sua filha e de sua mulher, D. Francisca Teresa de Mesquita, a qual nasceu no dia 1.^o de Junho de 1850; seguiu depois a magistratura, chegando a ser juiz do Supremo Tribunal de Justiça; militou no partido regenerador que o fez deputado pelo distrito de Bragança em várias legislaturas e seu governador civil por despacho de 16 de Janeiro de 1890, de que tomou posse no dia dois de Fevereiro seguinte e foi exonerado, a seu pedido, por despacho de 30 de Julho do mesmo ano em que se declara ter exercido o lugar «com zelo e inteligência».

Durante a sua, embora curta, administração distrital redobraram as violências políticas. E assim é que, efectuando-se no dia 14 de Abril de 1890 no edifício da Câmara Municipal ainda instalada na rua Direita uma assembleia de apuramento eleitoral, a discussão entre governamentais e opositores foi tão acalorada e agitada, que o chefe progressista e um categorizado correligionário seu foram presos pelo administrador do concelho. No percurso para a cadeia os presos foram acompanhados por muita gente e pela academia do liceu, de que eu fazia parte. Foi uma imponente manifestação de protesto contra as violências perpetradas que foi coroada pela levantada atitude do carcereiro que recolheu os presos na parte da cadeia destinada à sua habitação que não na destinada aos criminosos!

Eis como ele narra o acontecimento:

«Entrou na cadeia civil desta cidade por ordem do Ex.^{mo} Sr. administrador do concelho José António de Sá o preso

Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Eduardo José Coelho, ministro secretário do Estado, juiz de direito da segunda vara cível da comarca de Lisboa, deputado eleito pelo círculo plurinominal n.º 20 de Bragança, filho de Silvestre José Coelho e D. Ana Gomes de Moraes: Sinais característicos: altura um metro e 63; rosto redondo; cor natural; cabelo preto; olhos castanhos; nariz e boca regulares; barba cerrada; vestuário — casaco de pana e colete e calça de casemira; diz ter de idade 52 anos, estado casado, ocupação acima indicada; diz ser preso por motivo que ignora; diz saber escrever por isso igualmente vai commigo assinar.

Eu que este fiz e assino dia 14 de Abril de 1890.

a) Eduardo José Coelho

O carcereiro Rufino de Jesus» —

— (Ao lado) — «Foi solto o Ex.^{mo} Sr. Eduardo no dia 14 de Abril de 1890 por ordem do Ex.^{mo} Sr. D.^{or} Juiz direito desta comarca por não haver motivo para continuar preso o car.^o Rufino de Jesus.»

Também entrou na cadeia no mesmo dia e foi solto depois de afiançado Camilo de Mendonça, de Abreiro, filho de José Maria Mendonça Machado de Araújo e de D. Maria Augusta Teixeira.

O irmão deste, Dr. Álvaro de Mendonça Machado de Araújo, conhecedor profundo do direito administrativo, foi violentamente transferido como secretário geral do Governo Civil de Bragança para o da Horta, para onde também o foi o 1.º official José Benedito de Almeida Pessanha que, por isso, publicou o folheto intitulado *Firminices e Charuladas* que, no dizer do Sr. Abade de Baçal, «é uma carga no governador civil deste distrito Firmino João Lopes e seu substituto João José Pereira Charula».

Eis como o seu autor conta a violência de que foi vítima:

«No dia primeiro do corrente, estando eu servindo de secretário geral, tomou posse do cargo de governador civil d'este distrito o sr. Firmino João Lopes e pouco depois d'esse acto o sr. João José Pereira Charula, governador civil substituto, pediu-me que lhe deixasse vêr o recenseamento político do conselho d'Alfandega da Fé. Confiei-lhe o documento, mas infor-

mado de que me não era restituído e estava fechado n'um envelope dirigido para o administrador d'Alfandega, dei d'isso conhecimento ao sr. Firmino, ponderando-lhe que estando o archivo sob a minha guarda eu não deixaria d'elle sahir quaesquer papeis. Aventurei até a ideia, com que s. ex.^a se conformou, de que o melhor era extrahir-se uma copia, se o administrador tinha interesse em havel-a.

«Succeheu, porém, que então o sr. Charula, em attitude desabrida, impoz a sua vontade, declarando terminantemente que a copia archivada havia de ir para Alfandega n'esse mesmo dia e que se não fosse eu seria suspenso. A' sua ameaça brutal respondi que não consentiria na remessa e voltando á secretaria tirei do maço já sobscriptado a copia do recenseamento e de novo a arrecadei.

«Informado o sr. Charula do meu procedimento, irritou-se, talvez, e, sem pensar que achando-se o governador civil effectivo em exercicio não podia elle dar-me ordens, por escripto me determinou que enviasse para Alfandega o recenseamento. A' sua ordem respondi de maneira a deixar vêr que não reconhecia em quem a assignava competencia para a dar, já porque não estava em exercicio das funcções, já porque a lei não dá attribuições ao governador civil para dispôr do archivo a seu talante e a responsabilidade é toda do secretario geral.

«Depois de varias peripecias, mais ou menos edificantes, fui pelo sr. Firmino suspenso arbitrariamente e com manifesta violencia da lei.

«A suspensão foi communicada ao governo, que, querendo cobrir a arbitrariedade com apparencias embora tardias de legalidade, ordenou que eu fosse ouvido. Pelo sr. Firmino me foi enviado então um officio, para que respondesse ás arguições contra mim formuladas, e devo dizer que n'esse documento s. ex.^a, com intuito evidente de prejudicar-me, faltou á verdade asseverando que na occasião do conflicto originado pelo sr. Charula este estava em exercicio como governador substituto e eu me recusára obedecer-lhe.

«Evitando entrar em exprobações virulentas, que esse acto de s. ex.^a e tudo mais que se passou me provocariam, não quero

alongar-me em commentarios. Adeante, devidamente alfinetado com annotações entre acres e picarescas, vae o officio originalissimo que s. ex.^a me dirigiu, seguido d'aquelle com que tive a honra de replicar-lhe.

«O leitor atendendo um pouco no que n'elles se diz ficará sufficientemente elucidado e devo crêr que também indignado com o que se me fez.

«A minha grande consolação consiste em pouco: é que ninguem de consciencia sã e bom senso deixará de applaudir-me, concordando em que soube cumprir com os seus deveres de burocrata e de cavalheiro.

Bragança, 25 de fevereiro de 1890.

José Benedicto d'Almeida Pessanha.»

*

Argoselo

P.^o João Martins Amado que nasceu nesta povoação no dia 26 de Junho de 1770 e foi baptizado no dia 23 do mesmo mês, sendo seus padrinhos o Dr. João de Carvalho e sua mulher Cecília Fernandes, da vila de Outeiro, exerceu o ensino particular em virtude de provisão régia, passada nos termos da Lei de 11 de Janeiro de 1760 depois de aprovado em «exame perante dois professores régios de gramática latina», como o prova esta sua certidão:

«Certifico eu João Martins Amado, do lugar de Argoselo, em como ensinando gramática latina no mesmo lugar, com Provisão de Sua Majestade, Francisco Roiz Paradinha, do mesmo lugar, frequentou a minha aula com bastante adiantamento e boa conduta e p.^a que conste aonde lhe convier, fáço esta que assino hoje, Bragança, 19 de Fevereiro de 1796. João Martins Amado», a qual consta do processo de ordenação daquelle leccionado.

Como succedeu comigo, este membro da minha família começou a ensinar latim, quando ainda era estudante. E a tradição ainda aponta como casa em que ele ministrava o ensino,

a situada ao norte da capela de Santo Amaro, próximo da sua habitação e hoje pertencente a pessoa de minha família.

Como disse no meu último livro, foi depois cura de Argoselo, por várias vezes; de Nogueira, da Sarzeda, de Santulhão, por duas vezes, e de Quintanilha. E hoje posso acrescentar que também o foi da vila de Outeiro desde Junho de 1807 a Julho de 1803 e, como tal, rubricou o livro dos baptizados de 1803 a 1819 por comissão do visitador, dada em 31 de Maio de 1803. E, como se vê do codicelo que a mãe mandou fazer em 30 de Outubro de 1816 ao notário de Outeiro, igualmente o foi de Sancerir, por quanto nele declara a testadora que «todas as compras que aquele seu filho tinha feito de móveis, de bens de raiz e de crias, compradas em Sancerir e Outeiro, bem como as benfeitorias feitas na casa nova de morada, haviam sido pagas com dinheiro dele, não devendo ser dadas por isso à partilha».

Como se vê, o P.^o João Martins Amado dedicou quase toda a sua vida ao ensino, à pastoriação de almas e à prédica.

E, para terminar, repetirei o que já foi publicado: «Mas se acerca do seu saber falam alto os seus livros e os seus sermões, do reconhecimento do seu renome e dos seus invulgares dotes e recursos oratórios também fala bem eloquentemente uma carta de um colega que, sabendo que ele tinha de pregar em Argoselo num determinado domingo, lhe pediu num dos dias da semana anterior que no mesmo domingo fosse pregar também em Outeiro, para o substituir» (*O meu Apelido e a minha Terra*, pág. 18.^a). E foi.

João António Amado, sobrinho do antecedente e também natural de Argoselo, mereceu ser nomeado recebedor de concelho pelo seguinte decreto publicado no *Diário do Governo*, n.^o 184, de 7 de Agosto de 1850:

«Manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, comunicar ao Delegado do Tesouro no Distrito de Bragança, para seu conhecimento e necessários efeitos, que conformando-Me com a sua proposta, Houve por bem demitir Rafael Tiago de recebedor do concelho de Outeiro, por não apparecerem relacionadas e dadas na Tabela n.^o 12 algumas verbas de sisas, que aliás se mostrou haverem sido pagas; e nomear para o substi

tuir no mesmo emprego a João António Amado, que o exercera provisòriamente em quanto não apresentar na respectiva Repartição a fiança que a lei prescreve, a qual se lhe deverá exigir com a maior urgência. Paço de Cintra, em 5 de Agosto de 1850 — *António José de Ávila*».

A fiança, que era da quantia de 120:000 réis, foi prestada pelo próprio nomeado e mulher que para isso hipotecaram por escritura de 11 de Novembro de 1850 na nota do tabelião Beça, de Outeiro, os seus bens em geral e em especial uma vinha sita em Lama Carvalha e uma terra em Vale de Milhos que valiam mais do que a dita quantia. E ainda o P.^o José Raimundo Martins Amado abanou o irmão, hipotecando também todos os seus bens que poderiam ser executados na falta dos do nomeado.

Refere-se à fiança o requerimento de meu avô, autuado no dia 16 de Janeiro de 1852, para justificar que ele «era senhor e possuidor duma vinha no sítio de Lama Carvalha e duma terra no sítio de Vale de Milhos que herdara de seu pai, hipotecadas como fiança à Fazenda Nacional para o justificante poder servir o lugar de recebedor». A justificação foi julgada verificada por sentença de 17 de Fevereiro de 1852, não querendo «nenhuma das pessoas contempladas na sua conta receber o que lhes foi contado, porque todas disseram gratis». Isto continua a confirmar a honorabilidade deste recebedor de concelho — que sucedera a outro, «demitido por não aparecerem relacionadas e dadas na Tabela n.^o 12 algumas verbás de sisas, que aliás se mostrou haverem sido pagas» —, como se diz na sua nomeação atrás transcrita, e que, extinto o concelho de Outeiro por Decreto de 22 de Junho de 1853, não teve dúvidas nem dificuldades em fazer entrega, no dia 1 de Agosto seguinte, de parte da Recebedoria em Vimioso e de parte em Bragança — prova de que trazia direitas as suas contas. É que segundo o citado decreto foram incorporadas no concelho de Vimioso as freguesias de Avelanoso, Angueira, Carção, Argoselo e Santulhão e no de Bragança as de Outeiro e Paradinha, Quintanilha e Veigas, Paçó, Riofrio e Milhão.

Bacharel Raimundo André de Quina, que nasceu em Argoselo no dia 30 de Agosto de 1776, matriculou-se em leis em 1794,

bacharelou-se em 1798 e formou-se em 1799 e, em 1802, era advogado na Casa da Suplicação em Lisboa.

Foi depois eleito deputado às cortes ordinárias de 1822 a 1823 pela divisão de Bragança, sendo-lhe aprovado o diploma a 18 e prestando juramento a 20 de Novembro de 1822, como consta da página 740.^a do tomo 1.^o dos *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*.

E exerceu ainda o cargo de administrador do concelho de Outeiro.

Paçó de Outeiro

Inocência António de Miranda, abade de Medrões, é dado como nascido em Paçó de Outeiro no ano de 1758 e como filho de Inocência Gonçalves de Miranda e de D. Maria da Veiga, ambos daquela povoação, na pág. 313.^a do tomo VII das *Memórias Arqueológico-Histórica do Distrito de Bragança*, onde se afirma ainda que alguns escritores o dão como nascido em 1761. Não têm razão nem quanto à data do nascimento nem quanto à naturalidade da mãe. É que, ao contrário do que também se afirma na página citada, de um livro de baptismos da freguesia de Paçó de Outeiro consta que «*Ignocencio Antonio, filho de Ignocencio Gonçalves, natural de Paçó, e de Maria da Veiga, de Talhinhãs, neto paterno de Manuel Gonçalves e de Maria Miranda, ambos de Paçó, e materno de Antonio Dias e de Maria da Veiga, de Talhinhãs, nasceu aos 20 de Março de 1760*».

Em requerimento de 1783 para ascender à ordem de subsidiácono Inocência António de Miranda diz-se, como sempre, natural de Paçó, mas então assistente em Algosó, onde ensinava gramática, e filho do L.^{do} Inocência Gonçalves de Miranda que se formou em cânones no ano de 1740; vivia em 1742 na vila de Algosó onde lhe nasceu uma filha e em 1745 na de Torre de D. Chama onde lhe nasceu a filha Maria José.

Tendo vivido o Dr. Gonçalves de Miranda em Algosó e em D. Chama — talvez por causa do exercício da sua profissão — é de admitir que tenha vivido também em Bragança com o mesmo fim, explicando-se a afirmação do filho: «nasci parede em meio

das casas de habitação do bispo que eram um nobre palácio junto à praça da Sé, em Bragança», não por ter nascido nesta cidade, mas por ter vivido nela com a família durante a infância.

Por procuração, datada de Medrões em 5 de Fevereiro de 1820, o abade Inocêncio António de Miranda deu poderes ao Rev.^{do} Inácio de Miranda Monteiro, cônego-abade da Sé de Bragança, para «assistir e assinar uma escritura de doação de todo o seu património, que tinha no lugar de Paçó de Outeiro, a favor de seu afilhado Inocêncio António Rodrigues, filho de José Rodrigues e de Maria José Gonçalves, com a cláusula de que a doação não valeria se o doado se não ordenasse *in sacris*».

Os bens doados no valor de 325:000 réis foram; uma costinha, metade duma horta e dum lameiro e «as casas antigas com seu sobrado, sitas no bairro da Igreja, com todas as suas entradas e servidões», pág. 48.^a do livro n.º 395 do Cartório Notarial. Estas casas foram deixadas depois pelo doado «para residência do pároco de Paçó com obrigação de dizerem uma missa anual por alma dos pais do testador e por sua tenção no dia de S. Vicente, órago da igreja ou no seguinte e outra em louvor do santo do nome do testador; no caso porém de o pároco não residir nas ditas casas o juiz da igreja ou o mordomo do Santíssimo as arrendará a quem mais der, para despesas da igreja e reparo das mesmas em benefício das almas do purgatório e da intenção do testador», pág. 190.^a, v., do livro n.º 228 do Cart.º Not.^{al}.

Quando eu exercia o cargo de presidente da comissão administrativa dos bens eclesiásticos do concelho, fui solicitado para alienar aquelas casas. Não acedi ao pedido por o julgar ilegal; mas do auto de arrolamento dos prédios do passal do pároco da freguesia de Riofrio, feito no dia 26 de Abril de 1929, consta: «Esta casa de residência foi trocada por um lameiro». E assim deixou de se respeitar a última vontade do testador, quando era presidente da comissão administrativa dos bens eclesiásticos o Prof. Manuel Gonçalves Miranda, seu parente!

Como publicista e como deputado *vintista*, o abade de Medrões manifestou-se sempre um liberal, notabilizando-se pelo desassombro com que criticou principalmente o celibato eclesiástico e a obrigação de alguns dias santos prejudiciais à Igreja e

à economia nacional. E por isso o retrógrado e odioso miguelismo o perseguiu, fazendo-o prender no dia 30 (e não no dia 3 como foi publicado) de Dezembro de 1832 pelo brigadeiro e capitão-mor de Outeiro, Luís Carlos de Ordaz, na sua terra natal, donde foi conduzido para a cadeia de Bragança pelos respectivos oficiais do juízo da correição. No dia 13 de Janeiro de 1833 levantou-se «auto de prisão, hábito e tonsura na pessoa do preso que respondeu: que era abade de Medrões na comarca de Vila Real, natural do lugar de Paçó de Outeiro e que residia há anos no lugar de Grijó de Vale Benfeito; que tinha de idade 75 anos; e era filho de Inocência Gonçalves de Miranda e de D. Maria da Veiga, ambos do lugar de Paçó de Outeiro; é o mesmo de estatura ordinária, rosto redondo, cor trigueira, cabelo ruço, olhos castanhos, barba cerrada; *estava o mesmo em uma cama sem se poder levantar com os pés inchados de mal de gota*».

A declaração de ter então 75 anos de idade levou o Abade de Baçal a concluir que ele devia ter nascido no ano de 1758; mas a verdade é que ia fazer no dia 20 de Março seguinte 73 anos.

Afirmando-se no auto que o abade de Medrões «estava em uma cama sem se poder levantar com os pés inchados de mal de gota», tem que se entender que ele estava impossibilitado de se levantar da cama na própria cadeia e não 14 dias antes, quando fora aprisionado em Paçó, donde o seu captor «o remeteu para Bragança, apesar do ataque de gota de que estava sofrendo», como se diz nas *Memórias de Bragança*.

Se, quando foi preso, já estava sofrendo de ataque de gota, este não era decerto da violência do que teve na prisão e que o impossibilitava de se levantar da cama. A viagem feita sem meios adequados, sob angustiada depressão moral, durante a estação invernal e por caminhos acidentados é que deve ter provocado aquele ataque a um velho de quase 73 anos de idade!

Paradinha de Outeiro. Doutor Francisco Geraldês Pavão que nasceu neste lugar no dia 14 de Novembro de 1692, foi filho de Inocência Geraldês e de sua mulher Catarina Roiz e afilhado do Dr. Domingos Pires Pavão, mestre-escola da Sé de Miranda.

No processo de nomeação de coadjutor com futura sucessão no canonicato magistral do cónego Jerónimo Preto e Lemos, o Doutor Fr. Geraldês Pavão, depondo no dia 29 de Abril de 1734, declarou ser «doutor em filosofia e bacharel formado nos sagrados cânones» — o que é confirmado pela anteposição à sua assinatura do *Doutor* em acórdãos do Cabido da Sé de Miranda e pelos registos da Universidade, de que consta haver-se formado em 6 de Julho de 1723.

Terminou também a sua vida oficial com a resignação do canonicato a favor do sobrinho, Dr. Manuel de Miranda, natural de Riofrio, que se formou em cânones em 18 de Novembro de 1756 e entrou em exercício como coadjutor no dia 1.º de Julho de 1758, depois de o tio haver sido dispensado por Breve Apostólico de «residir localmente».

O *Dr. Manuel Gonçalves de Miranda*, sobrinho do precedente e tio do cónego M.º Miranda, foi filho legítimo de Domingos Miranda e de Isabel Gonçalves, da Paradinha de Outeiro, neto paterno de Miguel Miranda e de Maria Pires, ambos moradores e naturais de Riofrio, e materno de Domingos Gonçalves, das Veigas, e de Inês Geraldês, da Paradinha, nasceu neste lugar no dia 7 de Outubro de 1705 e casou no dia 7 de Agosto de 1732 com Catarina Luísa Geraldês de Miranda, filho de Inocência Geraldês, da Paradinha, e de Catarina Roiz, de Coelhoso, neta paterna de Miguel Geraldês, da Paradinha, e de Isabel Gonçalves, das Veigas, e materno de João Roiz, de Coelhoso, e de Maria Pires, de Parada. Os contraentes foram dispensados em 3.º e 4.º graus de consanguinidade por duas partes e o Rev.º Domingos Gonçalves Campesinho, reitor de Paçó de Vinhais, recebeu a contraente por procuração que tinha de seu irmão Manuel de Miranda.

O Dr. Manuel Gonçalves de Miranda formou-se no dia 15 de Maio de 1725 e foi administrador dos bens vinculados pelos sogros, a que se refere esta parte do seu testamento transcrita no final de um dos livros do registo paroquial da Paradinha de Outeiro pelo cura João Lopes Ferreira no dia 28 de Agosto de 1742:

«Inocência Giraldês e sua mulher Catarina Rodrigues fizeram testamento na nota do tabalião Manuel Sarmiento, da vila

de Outeiro, em que deixaram uma verba que diz que eles vinculavam a terça de seus bens de raiz a saber: metade das casas da morada, as casas novas que ficam para a parte do poente e partem como o P.^o Francisco Lopes e Domingos Miranda; metade da casa que serve de adega com metade da costinha com suas árvores; uma costinha cerrada de parede no Vale com duas terras pegadas e seu horto que partem com João Lourenço no fundo e no cimo com João Lopes; um lameiro aonde chamam a Barreirinha, cerrado de parede com sua terra da parte de fora; outra à Veiga a que chamam a Sarreirinha que parte com João Giraldes; outra terra da outra banda do Vale; um lameiro na Veiga com sua cortinha pegada que parte com Francisco Miranda e com o campo e caminho do concelho; uma vinha aonde chamam a Fonte Miguel; metade de outra vinha; um lameiro em Vale de Lamas e metade dum lameiro na Paradinha Velha, bens que eles testadores querem que andem sempre unidos e que não sejam em tempo algum partidos, traçados nem alienados por nenhum modo que seja; mas, sim, vão andando sempre nesta forma pelos seus possuidores com a obrigação de mandarem dizer uma missa em cada um ano a São Bertolomeu para todo o sempre. Esta obrigação tem hoje o D.^{or} Manuel de Miranda, genro dos testadores por estar casado com sua filha Catarina Giraldes.»

Na pág. 373.^a do tomo VI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* afirma-se que «Manuel Gonçalves de Miranda fundou em 1779 um vínculo de morgadio em Paradinha de Outeiro e Rio Torto e, por não ter filhos, nomeou administrador deste morgadio seu sobrinho Martinho Carlos de Miranda».

Pela transcrição testamentária atrás feita prova-se que quem, inicialmente, instituiu ou fundou o morgadio da Paradinha de Outeiro foram Inocência Geraldês e sua mulher Catarina Rodrigues, sogros do Dr. Manuel Gonçalves de Miranda, que designaram o genro para seu administrador. Este pode ter aumentado o morgadio, mas não o instituiu.

À margem do assento de baptismo de Manuel Gonçalves de Miranda encontra-se esta declaração: «Passei certidão a requeri-

mento do cônego Manuel de Miranda em 8 de Julho de 1780. Pires».

Aproximando as datas, designação do herdeiro e o requerente da certidão de idade, vê-se que o testador deve ter falecido pouco antes de 8 de Julho de 1780 e que a certidão seria pedida por causa da herança.

Ainda segundo as *Memórias* citadas o Dr. Manuel Gonçalves de Miranda «foi nomeado em 27 de Junho de 1747 intendente dos linhos cânhamos da comarca de Moncorvo; mais tarde corregedor da comarca de Coimbra e auditor da província de Trás-os-Montes; desembargador da Relação do Porto em 1758, da Casa da Suplicação em 1766 e, neste mesmo ano, Intendente Geral da Polícia».

Do assento de baptismo de Manuel José, filho de Manuel José Fernandes e de Sebastiana Luís, realizado no dia 12 de Dezembro de 1765, consta porém que foi seu padrinho «o D.^{or} Maneu Gonçalves de Miranda, natural da Paradinha, e *Desembargador actual da Casa da Suplicação da cidade de Lisboa* por procuração que fez a seu sobrinho, o D.^{or} Manuel de Miranda, cônego magistral na Sé de Miranda, e madrinha, a Snr.^a D. Catarina Luísa Caetana, mulher do dito D.^{or} Desembargador». Já em 1765 era, pois, desembargador da Casa da Suplicação e continuava a sê-lo em Julho de 1768, como se vê do assento de baptismo de um irmão daquele seu afilhado, o grande válido do Marquês de Pombal, que por carta de 3 de Dezembro de 1731 foi nomeado juiz de fora de Bragança, cargo que exerceu até 12 de Outubro de 1737.

Riofrio de Outeiro

Martinho Carlos de Miranda. No tomo VIII das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* foi publicado nas págs. 85.^a e seguintes um extracto duma cópia, tirada por um bispo de Lamego, da *Genealogia Trasmontana*, em que na pág. 88.^a se diz: «D. Catarina de Bandos, depois de viúva de Domingos Pires Pavão, houve um filho de Manuel de Miranda, cônego da Sé de Miranda, de quem foi herdeiro este seu filho, chamado

Martinho Carlos de Miranda». O autor daquelas *Memórias* diz, por sua vez, que «a tradição popular ainda hoje refere que o zorro foi arranjado durante a constância do matrimónio» e, como já o havia dito filho de D. Catarina Martins, para evitar o absurdo de se atribuírem ao mesmo indivíduo duas mães e para poder harmonizar a afirmação da cópia episcopal com a sua — que só não é verdadeira na anteposição do *dom* ao nome de Catarina Martins — quis ver em D. Catarina de Bandos e Catarina Martins — de apelidos bem diferentes — uma só pessoa. São pessoas diferentes e a segunda é que é a verdadeira mãe de Martinho Carlos de Miranda. É que do assento de casamento deste, realizado no dia 22 de Julho de 1778 na Paradinha de Outeiro, consta ser o nubente filho legítimo (ilegítimo é que quereria dizer-se) do Rev.^{do} Cónego Manuel de Miranda e de Catarina Martins, solteira, do lugar de Riofrio»; do assento de nascimento de seu filho, José António de Miranda, consta ser este neto paterno do «Rev.^{do} Cónego doutoral Manuel de Miranda e de Catarina Martins, e do processo de habilitação *de genere* deste consta ainda, segundo os depoimentos das testemunhas, que esta sua avó «era lavradora sem outro trato algum». São, pois, vários documentos autênticos a testemunharem que a mãe de Martinho Carlos de Miranda foi Catarina Martins, de Riofrio, solteira, lavradora, a qual de forma nenhuma se pode confundir com D. Catarina de Bandos, filha de Vicente de Bandos Pegado e de D. Maria Felícia de Sampaio, que nasceu em Alvites a 17 de Novembro de 1725 e casou com Domingos Pires Pavão de Sousa, de Parada, de quem teve a filha D. Catarina, nascida em Parada no dia 6 de Novembro de 1746, o filho Amaro Vicente, nascido em Alvites a 22 de Agosto de 1748 e o filho Domingos Manuel, nascido em Parada no dia 29 de Dezembro de 1751. E D. Catarina Maria de Bandos continuava a viver em Parada, onde serviu de madrinha em Março, Maio e Dezembro de 1747; em Fevereiro e em Novembro de 1748; em Maio de 1750; em Outubro de 1752; em Novembro e em Dezembro de 1756; em Fevereiro de 1757; em Agosto, em Setembro e em Novembro de 1760; em Janeiro, em Novembro e Dezembro de 1761; em Janeiro de 1764; em Fevereiro e em Maio de 1765; em Maio, em Julho, em Novembro e em

Dezembro de 1766; em Outubro de 1767; em Julho de 1768; em Dezembro de 1769; em 11 de Agosto de 1770, sendo dada então como viúva; em Março de 1771; em Abril e em Agosto de 1773; em Abril, em Maio, em Julho e em Novembro de 1776; em Setembro de 1779; em Janeiro e em Maio de 1780; em Março de 1782; em Dezembro de 1783; em Fevereiro de 1786; em Fevereiro de 1780; em Junho de 1790; em Dezembro de 1791; em Outubro de 1793; em Julho de 1801 e, finalmente, em Março de 1804.

E não aponto as vezes repetidas em que foi madrinha no mesmo mês e foi-o tantas vezes, sendo padrinho ou um irmão, ou o marido ou um dos filhos.

Em 29 de Outubro de 1795 é dada como residente em Vinhas, onde era abade o filho Domingos Manuel Pavão de Sousa, apresentando então a mãe «uma provisão da Rainha, de 7 de Julho de 1794, em que concedia licença para vender os bens do vínculo sitos em Miranda. Em virtude dessa autorização vendera seu marido Domingos Pinto Pavão de Sousa a quinta de Val de Miro e outras fazendas», afirma-se na pág. 363.^a do tomo VI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Ora aqui há erro de data, visto que o marido, tendo morrido antes de 11 de Agosto de 1770, não podia fazer contratos 14 anos depois.

D. Maria de Bandos faleceu na rua do Espírito Santo da freguesia da Sé de Bragança no dia 2 de Outubro de 1806, sendo sepultada na igreja do convento de Santa Clara.

Ora enquanto esta senhora, como casada e viúva, viveu continuamente em Parada e Vinhas, o cónego Manuel de Miranda que entrou em exercício do cargo no dia 1.º de Julho de 1758 como coadjutor, passou desde então a viver por dever do benefício em Miranda do Douro até que a sede do bispado foi transferida desta cidade para a de Bragança onde, a partir de 20 de Abril de 1789, continuou a exercer o cargo, pelo menos, até ao dia 4 de Março de 1795, — data do último acórdão do cabido por ele assinado.

Foi padrinho e testemunha por vezes em Riofrio, terra da sua naturalidade, e na Paradinha de Outeiro foi-o, além de outros, dos netos, sendo madrinha a irmã D. Sebastiana Luísa, religiosa

em S. Bento, e da neta Antónia Josefa Agostinha, que nasceu em 20 de Outubro de 1792, a avó Catarina Martins. Não encontrei assento algum em que o fosse em Parada.

Tendo vivido em lugares afastados e nas circunstâncias expostas e sendo prima do marido de D. Catarina de Bandos; não é crível que o cônego Manuel de Miranda tivesse filhos dela; mas é absolutamente certo que Martinho Carlos de Miranda que foi baptisado em Paredes — onde não aparece o respectivo registo — e deve ter nascido em Riofrio antes do dia 22 de Julho de 1743 porque, tendo casado no dia 22 de Julho de 1778 por procuração, esta só podia ser passada para o efeito, tendo o nubente 25 anos de idade — foi filho daquele cônego e de Catarina Martins que não daquela fidalga, como erradamente se afirmou. E foi neto paterno de Miguel Fernandes, de Riofrio, e de Maria Gonçalves, da Paradinha de Outeiro, os quais depois de dispensados no 4.º grau de consanguinidade casaram nesta povoação no dia 14 de Março de 1722, e bisneto de Manuel Fernandes e de Isabel Lopes, de Riofrio, e de Domingos Miranda e de Isabel Gonçalves, da Paradinha.

Solenizou o casamento de Martinho Carlos de Miranda com D. Perpétua Maria Girdes o Rev.^{do} José Manuel de Miranda, abade de Genísio, que também pertencia à família. É que era primo do nubente por ser filho ilegítimo daquele seu tio, já então professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Offício, e de Domingas Roiz, de Carsagosa, como consta do seu processo *de genere* feito em 1754.

O casamento foi feito por procuração, porque Martinho Carlos de Miranda estava em Lisboa naturalmente a continuar os estudos que o deviam habilitar a exercer funções públicas. E exercendo-as primeiramente em Outeiro, onde foi capitão-mor e no ano de 1812 official da Câmara, sendo já então cavaleiro professo na ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real; nos anos de 1834 e 1835 as de subprefeito da comarca de Bragança, depois de 25 de Agosto de 1840 as de administrador interino e em 1841 as de juiz ordinário de Outeiro.

Da perseguição que sofreu por ser liberal, dá-nos ele conta no requerimento que fez, quando era subprefeito, para ir fazer

tratamento de banhos a Ledesma, na Espanha, dizendo que «havia muitos anos que padecia de gota e reumatismo, cujas queixas se lhe agravaram mais pela grande perseguição que sofreu no tempo da usurpação, sendo-lhe preciso depois de estar um ano preso em sua casa com uma escolta de veteranos à vista, vendo-se obrigado depois, por o quererem transportar para a cadeia de Braga, a fugir para a Espanha, aonde esteve 5 anos e meio oculto, passando muitos incómodos, trabalhos e até privações», f.^a 146.^a, v., do copiadador dos *Avulsos* de 1834 a 1835. Bem mereceu, por isso, que os liberais, quando vitoriosos, o galardoassem com o principal lugar administrativo de Bragança na ocasião!

Este liberal, que foi o tronco dos viscondes da Paradinha de Outeiro, faleceu nesta povoação no dia 22 de Março de 1842, sendo sepultado dentro da capela da sua casa porque, como se diz no assento de óbito, só depois de estar sepultado, apareceu o testamento em que dizia «querer ser enterrado no cemitério da freguesia onde morresse».

Buíças. De um assento do registo paroquial da vila de Outeiro consta que «Ma fa de João Alves Sendas e de sua molher Ines machada naceo a desanove de fvr.^o da era de mil e seis centos e trinta e oito anos forão seus padrinhos gas de buica m.^{or} em Riofrio»...

Do mesmo livro também consta que «Ant.^o filho de Gaspar de Buissa he de sua molher Clara roiz nasceo aos sete dias do mes de Junho do anno de mil e seis centos he quarenta e tres» e, ainda, que Gaspar de Buíça foi padrinho por várias vezes, sendo-o do Gaspar filho de António Teixeira e de sua mulher Ana de Buíça, nascido no dia 21 de Março de 1655. E Gaspar de Buíça continuou a ser padrinho em baptizados e testemunha em casamentos; mas a partir de 26 de Agosto de 1673 encontra-se a exercer simultaneamente tais funções Gaspar de Buíça Morais ou Gaspar de Morais Buíça.

A qual deles se refere esta inscrição duma pedra de granito existente no pavimento do majestoso templo do Santo Cristo de Outeiro?

«*Sepultura de Gaspar de Morais Buissa, para si e seus successores Faleceu em 8 de Maio de 1715.*»

A resposta tem de ser: refere-se ao segundo Gaspar. Justifiquemo-la, no entanto. Como se vê de assentos de baptismo de netos seus, o nome completo do pai deste Gaspar era António Teixeira de Moraes. Juntando-se o apelido paterno de *Moraes* e o materno de *Buíça*, ficou a chamar-se o filho *Gaspar de Moraes Buíça*. Além disto o primeiro *Gaspar de Buíça* faleceu no dia 17 de Março de 1669, deixando por testamenteiro a seu genro António Teixeira, e a sua viúva Clara Roiz no dia 26 de Setembro de 1676. E assim provado fica que se trata só do segundo *Gaspar Buíça*, depois do falecimento do outro que foi seu tio e padrinho.

E o mesmo se deu com Bernardo, filho de Gaspar de Moraes e de sua mulher Ângela Ferreira Sarmento, que nasceu no dia 19 de Fevereiro de 1695, começou a ser padrinho no dia 28 de Agosto de 1701 com o nome de *Bernardo de Buíço* (f.º de Gaspar de Buíça) e foi-o depois com o nome de *Bernardo Buíça Sarmento*, com o de *Bernardo Buíça Moraes*, com o de *Bernardo de Buíça e Moraes Sarmento* e com o de *Bernardo de Moraes Sarmento Buíça*. E está por ele assinado um assento de casamento no dia 20 de Fevereiro de 1756 e outro dum baptizado em 7 de Abril de 1748 com o nome de *Bernardo de Moraes Buíça Sarmento*.

Casou com D. Maria Xaviela de Moraes Madureira, natural de Sobreiró de Baixo, concelho de Vinhais, da qual teve vários filhos:

Do assento de baptismo do filho Domingos José, que nasceu no dia 27 de Maio de 1781, consta terem sido padrinhos do baptizado seus irmãos João de Moraes Buíça Sarmento e Manuel José Bernardo de Moraes Buíça Sarmento, de que não encontrei assentos de baptismo. Embora o último apareça depois só com o nome de Manuel Bernardo Buíça Sarmento, não pode haver dúvida de que se trata da mesma pessoa em face destas declarações feitas no seu testamento de 19 de Abril de 1837: «disse que seu corpo seja sepultado na capela do Santo Cristo desta vila e na sepultura em que seus antecessores foram sepultados, a qual se acha paga pelos mesmos e, caso as autoridades o proibam, seja então sepultado no cemitério desta freguesia, colocando-se em sua sepultura uma pedra de cantaria, não sendo de sua vontade que mais nenhum corpo seja ali sepultado e é de sua

vontade se satisfaça a quantia de 3.600 réis para aplicação que a governança da vila determinar» e as referentes a suas irmãs D. Maria e Josefa e aos filhos desta, aos quais legou os bens que possuía em Sobreiró de Baixo. E, como se vê do livro dos *Acordãos da Camera da villa de Outeiro* existente no *Arquivo Distrital de Bragança*, é com o nome de *Manuel Bernardo Buíça Sarmiento* que ele assina bastantes actos camarários durante o ano de 1813, em que também tomou parte Martinho Carlos de Miranda, a que continuaremos a referir-nos.

Faleceu no dia 25 de Abril de 1837 e, segundo o seu desejo, foi sepultado dentro da capela do Santo Cristo de Outeiro.

Desde o Gaspar Buíça que em 1581 representou Miranda do Douro nas cortes de Tomar para o juramento do usurpador Filipe II de Espanha, até ao regicida Manuel dos Reis da Silva Buíça, a numerosa família dos Buíças, ramificando-se por Trás-os-Montes, chegou à própria capital portuguesa!

DESCENDENTES DE AMADOS

A Marquesa de Alorna que era descendente de Amados, possuía no concelho de Bragança a comenda de Vila Meão e França, de que nos anos de 1826 e 1827 foi administrador João de Sá Carneiro Vargas, a quem em officio do dia 16 de Março de 1836 dizia o governador civil do distrito de Bragança: «faz-se necessário que apresente na Secretaria deste Governo Civil uma conta do rendimento desses anos acompanhada dos rois da cobrança e quaisquer outros documentos que façam certeza de qual foi o mesmo rendimento, declarando também e verificando quais os encargos que se satisfizeram. Finalmente fazendo conhecer se a comenda tem alguns rendimentos não provenientes de dízimos e quais. O que exige brevidade a bem do interesse da Marquesa» (L.^o 2.^a Repartição — Câmaras — f.^a 65.^a, v.).

Antes deste pedido de prestação de contas já havia sido feito, pelo menos, o arrendamento a que se refere esta procuração:

«Dona Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marquesa de Alorna, condessa de Assomar e de Onynhansen, dona da Cruz estrelada do império da Alemanha, dona de honor de sua Majestade Fidelíssima, administradora da comenda de S. João de Vila Meão e França, etc. Pelo presente alvará de procuração por mim assinado e selado com o selo das minhas armas constituo por meu bastante procurador ao sr. Mateus António Pereira, pagador das tropas na cidade de Bragança, para que por mim e em meu nome assinar uma escritura de arrendamento que faço da comenda de S. João de Vila Meão e França ao sr. Francisco José Garcia, da mesma cidade, cujo arrendamento tem principio em 24 de Junho de 1833 pela renda anual

de 125:000 reis, livres para mim de toda e qualquer despesa ou décima e posta em minha casa por conta nisso dele rendeiro; aceitando por fiador deste contrato ao sr. João Gonçalves, proprietário na dita cidade de Bragança. Lisboa 5 de Dezembro de 1831. Marquesa de Alorna — Lugar do selo das armas» (Cartório Notarial, livro v. 101, f.^a 49.^a, v.).

O capítulo de *O meu Apelido e a minha Terra*, intitulado *Amados*, terminou por uma transcrição da pág. 45.^a do tomo vi das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, em que se diz que a casa da família de João Ferreira Sarmiento de Lousada «deve ser o palacete da rua da Amargura (aliás, da rua da Alfândega), decorado com três brasões, dois em cada esquina deve ser *um* em cada esquina) e outro no tecto de uma das salas com as armas dos Ferreiras, Sarmientos, Lousadas e Morais».

A coincidência de as armas dos seus três apelidos estarem representadas naqueles escudos levou naturalmente a conjecturar que o mencionado palacete fosse pertença daquele fidalgo; mas as aparências enganam às vezes.

Afirmando-se também nas citadas *Memórias* que dois filhos do mesmo fidalgo nasceram na freguesia da Sé de Bragança; que o pai com estes e outros filhos e com a esposa «obtivera, em 1801, licença para *oratória* particular nas suas casas de moradia» e que Francisco José Sarmiento de Lousada também «obtivera, em 1726, licença para *oratório* particular nas suas casas de moradia (págs. 45.^a e 44.^a do tomo citado), argumentei assim: se aquele João Ferreira Sarmiento de Lousada teve filhos que nasceram na freguesia da Sé, é porque ele devia viver no palácio dos seus antepassados, sito na *Praça do Colégio da Companhia de Jesus*, hoje chamada *Praça da Sé*, e não no palacete da rua da Alfândega, sito na freguesia de Santa Maria, em que deveria ter vivido Francisco José Sarmiento de Lousada: e, se este tinha obtido licença para ter oratório na sua casa de moradia, em 1726, aquele representante da nobre família dos Ferreiras, se vivesse nela, não precisaria de pedir em 1801 nova licença para a criação de novo oratório. E foi para poder comprovar as conclusões desta argumentação que me impus a trabalhosa e

difícil tarefa de consultar livros notariais e paroquiais e processos judiciais dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.

Na árvore genealógica de *Amados*, inserta em *O meu Apellido e a minha Terra*, ocupa o décimo-sétimo lugar Dona Inácia Maria de Vasconcelos casada com João Ferreira Sarmiento Pimentel, fidalgo da casa de Sua Majestade e morador em Bragança, que por escritura de Dezembro de 1722, feita nas casas de sua morada emprazou por três vidas completas e acabadas a Francisco Pires e sua mulher, Sebastiana Fernandes, umas casas terreiras, sitas na rua do Paço, da parte da sombra, — que partem com Manuel de Figueiredo Sarmiento e pertencem ao morgado de Santo António do Vale das Flores (Arquivo Judicial, maço n.º 1 do 3.º ofício, e livro n.º 1 sem indicação de folhas por ter desaparecido o canto superior do lado direito).

Instituição do morgado de Santo António do Vale de Flores

«Em nome de Deus amem. A quantos virem, seja notória esta instituição de morgado de nomeação com obrigação de missas para sempre té o fim do mundo, como no ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1646 aos 8 dias do mês de Agosto do dito ano na Quinta de Vale de Flores, termo da cidade de Bragança, perante mim tabalião e testemunhas ao deante nomeadas pareceu presente Francisco de Moraes Sarmiento, cidadão e morador na dita cidade, senhor da dita quinta, e por ele foi dito que com ajuda de Deus queria instituir e instituiu com efeito nesta presente escritura um morgado de nomeação com obrigação de missas para bem das almas que deixaram a fazenda e dos possuidores e sucessores do dito morgado e dele instituinte e para conservação das famílias e apelidos adeante declarados: primeiramente disse e pedia com muita instância aos sucessores do dito morgado cumpram as condições dele. Disse mais que instituía este morgado de bens livres porquanto não tinha filhos nem herdeiros forçosos e era viúvo por falecimento de Dona Juliana de Saa que Deus tem, sua única mulher, prima e senhora com quem sòmente fora casado e de ela ficar a fazenda que neste

morgado avincula com mais as benfeitorias que houver, como abaixo era declarado; e por ele instituidor foi mais dito que ele e a dita sua mulher e senhora fizeram ambos isentamente um testamento cerrado e aprovado por Brás de Figueiredo, tabelião, assinado por ambos por ela saber escrever, feito no ano de 639 (1639) no mês de Setembro em que foi Deus servido levar para si a testadora, no qual testamento deixavam avinculadas as casas da morada de Bragança e os foros de Grijó e Negreda com obrigação de 6 missas cada ano e 2 mais por obrigação que deixou a senhora Dona Ângela Ferreira, sua tia, na escritura que lhe fez de sua fazenda que está tirada do cartório de Inácio Machado, e 4 missas mais pela alma de Aires Ferreira e da senhora D. Isabel, sua mulher que Deus tem, avó da testadora, os quais deixaram em seus testamentos que estão em poder dele instituinte e a elas obrigavam as casas que foram de João Fernandes em que viveu Catarina Fernandes, a Picheleira, como tudo relatavam os testamentos que quer se cumpram e guardem e porque também no dito testamento que ele e sua mulher e senhora fizeram nomeação a seu irmão Baltasar Sarmento Ferreira e á senhora Dona Joana de Saa, sua mulher e irmã da testadora, e no dito morgado o fazem denominação nele tudo quer que se cumpra com as condições do dito testamento e desta instituição de morgado com mais a fazenda aumentada e acrescentada nele e disse ele instituidor que era contente que o dito testamento se cumpra e de novo o ratificava e nomeava os sobreditos neste morgado, assi na fazenda nomeada no dito testamento como na mais acrescentada por sua morte, ao dito seu irmão, Baltasar Sarmento Ferreira e á dita senhora, sua mulher, D. Joana de Saa pelas muitas obrigações que lhe tinha de parentesco e boas obras, e por seguir a tenção da dita sua mulher e senhora e por morte dos nomeados acima nomeava seu sobrinho, João Ferreira, filho dos sobreditos, com as condições do testamento que não casará com pessoa que tenha raça de judeu, mouro ou gentio ou fama d'isto; antes casará com licença dele testador e de seus pais e o dito João Ferreira, tendo filhos, nomeará nos machos o que melhor lhe parecer e em defeito dos machos nomeará nas fêmeas a que lhe parecer mais suficiente para conservar honra e fazenda

e aplicará a melhor que entender a casar com parente mais chegado e entendido e os mais filhos e filhas podendo porá no estudo e que sejam religiosas para servir a Deus e, tendo algum filho clérigo, o poderá nomear no dito morgado com a condição do testamento que aplique o património a ele ou, sendo beneficiado, cem mil réis, e que seus filhos ou netos não sucedam nele, salvo sendo de legítimo matrimónio, e sendo caso que o dito João Ferreira morra antes de casar ou não tenha filhos legítimos, porque bastardos naturais não é sua tenção erdarem, em tal caso nomeava a António Sarmento Pimentel, seu sobrinho e afillhado, e por sua morte a seu filho Manuel Ferreira e afillhado e morrendo ele e não deixando erdeiros poderá o dito António Sarmento nomear outro macho que lhe parecer, tendo-o, e em defeito nomeará fêmea conforme atrás vai declarado na instituição de seu irmão e não tendo erdeiros, ou tendo-os e casando-se com a reprovação que atrás fica dito, sucederá Francisco Ferreira, seu irmão, ainda que seja clérigo e por sua morte ou morrendo antes de erdar nomeio a meu sobrinho Aires Ferreira, filho de João Ferreira e D. Clara, minha irmã, e faltando ele ou não tendo herdeiros herdarão seus irmãos, logo o mais velho de voz em voz conforme nomearem na forma que acima vai declarado e consigno e avinculo para sempre ao dito morgado a fazenda seguinte: — Primeiramente esta quinta de Vale de Flores com todo o pertencente a ela — a saber: a ermida do bem-aventurado Santo António, casas, moinho, pombal, terras, soutos, montes, árvores, vinhas, prados e tudo o mais que se achar do pontão do rio de Fonte Arcada té Meixedo, té o rio Sabor e té a estrada de Carregosa que me pertença de presente ou adquirido depois e juntamente as terras junto ao moinho da banda do rio, indo para Bragança, e por morte minha todo o móvel que se achar na dita quinta ficará ao sucessor e assi será aodiante de voz em voz nos sucessores, e assi mais avinculo ao dito morgado todo o direito que tenho na granja por ser prazo de vidas de nomeação e a primeira ser Aires Ferreira e a senhora D. Isabel, sua mulher, e em seus testamentos nomearam para segunda vida D. Ângela Ferreira, sua filha, e por não nomear pertencer-me a terceira vida conforme o direito por estar o prazo em três vidas e se pagar

aos frades de S. Martinho de Seabra 16 almudes de vinho e orar eu provisão de sua Majestade para mostrar como me pertence e não a outra pessoa algũa. Avinculo mais as casas da morada que estão na Praça do Colégio com casas traseiras, e poço e o quintal se juntou que foi da casa em que viveu António Gomes, e ora vive o Picheleiro, as quais partem por cima águas correntes com Isidoro de São Martim e o quintal para a parte de baixo com Francisco de Almeida, a qual casa já está avinculada no testamento dele instituidor e de sua mulher e assi avinculo a casa que foi do dito João Fernandes que está pegado das de cima, a qual a senhora D. Isabel, mulher do senhor Aires Ferreira, deixou obrigada a 4 missas por ela e por o dito seu marido, como consta do testamento que está em poder dele instituinte; e asi avinculo mais a casinha que está por baixo desta; e assi mais a casa em que agora está a Veiga que parte com casa que traz a viúva de Baltasar Roiz e assi mais a vinha de Sam Bertolomeu que leva 70 homens de cava assi como a possuía Pedro Álvares Pereira e assi a vinha de Fonte Arcada com seu lameiro que leva 40 homens de cava que parte com caminho que vai para Carragosa e vinha de Domingos Gonçalves cabeça de Torgo e assi a terra de Agieiro no termo de Alfaião que leva 80 alqueires de semente assi como a possuía Pedro Álvares Pereira e os foros e propriedades do lugar de Negreda que se acharem à morte dele instituidor assi no dito lugar como em Selas e Moz e assi o casal de Grijó de Parada e assi a casa do palheiro com outra que está junto a ela caída que parte com Pascoal de Frias e Campo do Sapato assi a casa que foi dos Lafaias que está por cima das casas que foram de Pedro Álvares Pereira que partem com o Ribata e a terra de Vale de Álvaro que parte com campo do concelho e estrada que vai para a Fonte Arcada e assi mais a casa em que vive o Malvado que está fora das trincheiras indo para o Loreto e, faltando sucessão nos acima nomeados, sempre neste morgado sucederá o parente mais chegado ao último possuidor pela linha dos Ferreiras; se o último não nomear, sendo dois ou mais em igual grau, precederá sempre o macho à fêmea e, sendo macho em igual grau, sucederá o mais velho, não sendo notoriamente reprovado de algũa infâmia de direito, porque em tal caso passará

a outro mais chegado em grau e neste morgado se não cumprirá encargo algum mais que o que nesta instituição vai declarado, a saber: se dirão 6 missas pela alma de D. Juliana que Deus tem e pela minha na forma dos testamentos de ambos; 2 ao Espírito Santo e 2 às Cinco Chagas e 2 a Nossa Senhora do Rosário e 2 mais se dirão pela alma da Sr.^a D. Ângela, nossa tia, na forma da escritura e assi mais 2 se dirão pela alma de meu pai, o Sr. Cristóvão Ferreira, e de minha mãe, a Senhora D. Maior Sarmiento de Premano e do Sr. Brás Ferreira e da Senhora D. Maria, sua mulher, meus tios, que por todas fazem 10 missas cada ano e porque no testamento se declara que sou contente e mando que as ditas missas se digam na ermida de Santo António nesta quinta ou no mesmo dia ou no seu outavário e dando de comer aos clérigos se pagarão por meio tostão e não comendo se paguem a quatro vinténs pelo trabalho do caminho e haverá missa cantada que se paga a seis vinténs, não dando de comer, e as missas que então se disserem, serão levadas em conta das 10 que mando se digam e dirão um responso cantado pela alma dos defuntos que estiverem na dita ermida enterrados e pela minha e de D. Juliana e podendo dar de comer aos clérigos que se acharem no oitavário do dito santo o façam mas não o ponho de preceito. As 4 missas mais que o Sr. Aires Ferreira e a Sr.^a D. Isabel, sua mulher, avós da dita D. Juliana que Deus tem e da dita D. Joana deixaram em seus testamentos que estão em meu poder, obrigando a isso a casa que foi de João Fernandes como relato em meu testamento, mando se digam péla dita casa e faltando se digam pela mais fazenda avinculada a este morgado e se digam nesta ermida onde foi enterrado o dito Sr. Aires Ferreira ou onde parecer aos sucessores e cada ano tirarão certidão de como a dita obrigação se disse para mostrar ao sucessor vindouro e não deixo mais obrigações para que estas pensões se cumpram inteiramente por não fazer carga aos sucessores e as missas que mandava dizer pelo oitavário do Natal se digam pelo oitavário de Santo António e visto não derrogo o testamento que, quando se fez, não tínhamos a tal ermida e porque esta quinta a inovou e fabricou o Sr. Lopo Ferreira, bisavô de meu pai, e João Ferreira há mais de 150 anos quando veio da quinta dos Cavaleiros casado

com D. Violante de Saa, irmã de João Roiz de Saa, senhor de Matosinhos, o qual era descendente dos senhores de Ampuria e Pedraça que hoje gozam grandes de Espanha quero que um apelido principal dos sucessores deste morgado seja Ferreiras e não ponham sobre eles Saa que suposto ser grave apelido não correram mais com os Ferreiras a respeito do casamento nem tão pouco ponham Moraes porquanto meu avoo Francisco de Moraes, sendo chefe deles, vendeu sem necessidade os vassallos do couto de Mormentelos em Galiza que herdou com minha avó D. Francisca de Lousada; ponham Sarmentos que é o apelido que herdamos por Dom Pedro Sarmento, nosso quinto avô, senhor de Fuentes, descendente do conde de Santa Marta que herdou o marquês de Astorga; ou ponham Lousadas por meu bisavô Bernardo de Lousada, senhor de Mormentelos, irmão de Dom Rodrigo, conde de Lamas, descendente da casa do rei Negro, cabeça dos Lousadas; ou ponham Pimentel por a Senhora D. Francisca, a velha, bisavô de minha mãe, a senhora D. Maior, sobrinha do conde de Benavente erdar o tal apelido; ou ponham Orrilhanos por minha bisavó, a senhora D. Maior Sarmento de Orrilhano descender da casa do marquês de Aguilar, cabeça deles; ou ponham Valçares por descendermos de Men Roiz de Valçares, adiantado-mor do reino de Galiza, donde descende a casa de Lemos Ribada via Bragança e outras; e não ponham no dito morgado outros apelidos: e logo pareceu o dito Baltasar Sarmento Ferreira e a dita Senhora D. Joana e o dito João Ferreira e disseram que eles aceitavam o dito morgado com as condições em ele declaradas e disseram mais que por quanto por mercê dele instituidor tinham direito em algũa fazenda nele avinculada de toda ela desistiam e eram contentes que ficasse toda a que lhe pertencesse avinculada ao dito morgado para conservação da dita família para o que obrigavam seus bens e tornou a dizer o instituidor que as cláusulas se cumpram como nele se contém e que assi o pede e roga e que por nenhuma cláusula posta nele não a cumprindo se não por que o dito morgado salvo por casarem mal como atrás fica dito e deixando de dizer as missas em dois anos conforme ao testamento que eu e D. Juliana que Deus tem, fizemos e mando que a cada herdeiro se dê seu

treslado desta instituição, pedindo-o, e se ponha um na livraria dos padres da companhia para resguardo e outro se ponha em um livro que sempre terá o sucessor e pedirá conta dele aos herdeiros do morto sob pena de não herdar a fazenda. Em testemunho da verdade assi o outorgaram e mandaram fazer esta nota que todos assinaram e eu tabalião como pessoa pública e estipulante e aceitante estipulei e aceitei em nome de quem tocar possa, sendo testemunhas presentes Miguel mir, morador nos bairros de Vinhais, e João Gonçalves, m.^{or} em Nunes, termo desta cidade de Bragança, que todos assinaram. Gaspar Vaz Teixeira, tabalião, o escrevi. = Francisco de Morais Sarmiento = = João Ferreira Sarmiento = Baltasar Sarmiento Ferreira = = Dona Joana de Saa = Miguel Mir t.^a = João Gonçalves t.^a».

Esta pública-forma consta de folhas 46.^a a 52.^a do processo de execução requerida, em 7 de Novembro de 1811, por Manuel Alves Teixeira contra João Alves Ferreira Sarmiento, arquivado no maço n.º 45 do 3.º ofício da comarca de Bragança. Foi apresentada para fundamentar embargos postos contra a penhora feita numa terra sita em Fonte Arcada e pertencente à quinta do morgado de Santo António de Vale de Flores. Os embargos foram recebidos e a penhora anulada por pertencer a terra ao mencionado morgado desde a sua instituição.

E também por documentos posteriores, a que se irá fazendo referência, se mostra que as casas terreiras da rua do Paço, emprazadas em Dezembro de 1722 por João Ferreira Sarmiento Pimentel, igualmente pertenciam ao mesmo morgado.

Ora desde que documentalmente se prova que não só este João Ferreira Sarmiento Pimentel, mas também sucessores e homónimos seus foram, ininterruptamente, administradores do morgado de Vale de Flores, é forçoso concluir que todos eles provêm, não do instituidor do morgado que não teve filhos, mas de seu irmão, Baltasar Sarmiento Ferreira, e do filho deste, João Ferreira, que o instituidor nomeou para lhe suceder.

E, segundo a árvore genealógica publicada no tomo VI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito* nas págs. 63.^a e seguintes, este Baltasar Sarmiento Ferreira foi filho de Cristóvão Ferreira de Sá, filho de D. Maria de Sá, filha de D. Isabel

de Sá, filha de Aires Ferreira de Sá, filho de D. Genebra Ferreira de Sá, filha de Lopo Ferreira, que, no dizer da instituição transcrita, «inovou e fabricou» a quinta de Vale de Flores e era bisavô do pai do instituidor do morgado, sendo porém, segundo aquela árvore genealógica, 4.º avô. E também há discordância quanto ao instituidor do morgado.

Há, porém, concordância quando se afirma que Aires Ferreira e sua mulher, D. Isabel, eram avós de D. Juliana, mulher do instituidor.

No livro mais antigo do arquivo da freguesia de Santa Maria, relativo aos anos de 1558 a 1575, verifiquei que D. Isabel, mulher de Aires Ferreira, foi madrinha dum baptizado no dia 27 de Dezembro de 1559 e de outro no dia 8 de Abril de 1561, e que no dia 14 de Outubro de 1560 foi baptizada a sua filha Ângela, de que foi padrinho Rodrigo de Moraes, da vila de Vinhais, e madrinha Luzia de Queiroz, mulher de Amador de Moraes, morador na vila de Vimioso.

E foi esta filha aquela que os pais nomearam para segunda vida dum prazo, como se diz na instituição do morgado de Vale de Flores.

E Aires Ferreira foi padrinho dum baptizado no dia 26 de Janeiro de 1575. Então o baptizado tinha, geralmente, dois padrinhos e duas madrinhas.

Consta também do mesmo livro que nos anos de 1565 e 1566 pertenciam à freguesia de Santa Maria de Bragança as seguintes praças e ruas: *Praça de S. Vicente, Praça do Pelourinho, de Ilena Gracia, rua Larga, do Hospital velho, Eiras do Arcebispo, Costa do Rio, à Cisterna, dos Muros a dentro, junto do Colégio de Jesus, à Cruz de Pedra da freguesia de S. João, Praça de S. João, do Espírito Santo, Poço da Nogueira, Santo António, Travessa adiante de S. Vicente, rua Direita que vai da Praça de S. João para Terreiro da Porta da Vila, Porta das Açongues, de Quebra-cus da Costa, de Roçavales, da Cadeia, ao Castelo, da Moreirola, de Rabosinho dentro dos Muros, Bairro das Penas ou Vinhas, de S. Francisco, dos Almireses, de Mesquita, da Porta de Santo António, à Fonte do Rei, dos Carriones, da Costa de Quebra-cus, da Amargura que chamam de Roçavales por outro nome antigo, da Porta do Sol,*

rua *Larga ao Mosteiro novo do Colégio de Jesus*, da *Costa do Rio de Quebra-cus* e de *Adam junto a Nossa Senhora*.

Tem de ficar por aqui a lista, visto que só um cura é que nos deixou elementos sobre o assunto. No entanto pelos que pude colher, se vê que na segunda metade do século XVI pertenciam à freguesia de Santa Maria, que se estendia por quase toda a área da cidade, a rua do *Espírito Santo*, *Eiras do Arcebispo*, *Cruz de Pedra*, a rua junto do *Colégio de Jesus* e a rua *Larga ao Mosteiro Novo do Colégio de Jesus*. Ora na causa cível do Cabido da Sé contra os padres do Colégio da Companhia de Jesus sobre «uma cortinha ou chão que estava no limite de Bragança, à *Cruz de Pedra*, aonde chamam as *Eiras do Arcebispo*, que parte duma parte com as ditas *Eiras* e campos delas e da outra com as ruas públicas», julgada no dia 9 de Dezembro de 1595, afirma-se que «na dita cortinha estava então edificado o mosteiro do Colégio dos padres da Companhia de Bragança (tomo III das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito*, págs. 229.^a e seguintes).

E é bem sabido que o edifício do Colégio da Companhia de Jesus foi parte daquele em que está actualmente instalado o liceu e, embora com o fazer e desfazer de obras esteja hoje completamente transformado, continua a testemunhar a sua origem a pedra de armas conservada numa das suas fachadas. Uma das ruas que lhe ficavam próximas, era a chamada rua *Larga*, cuja designação deixa ver que foi ela que foi transformada na *Praça do Colégio*, em que está situada a casa do morgado de Santo António de Vale de Flores, como se diz na sua instituição datada de 1646. E assim se explica que possuidores seus — tanto anteriores como posteriores à instituição do morgado — fossem fregueses de Santa Maria, como se viu com Aires Ferreira e se vai ver com descendentes seus. É que nesses tempos, como se afirma na Provisão episcopal de 8 de Agosto de 1789 — copiada no competente livro dos Acórdãos do Cabido, — a págs. 161, v., e seguintes — a abadia de S. João Baptista — que com a transferência da diocese de Miranda para Bragança foi mudada da sua antiga igreja para a do «Colégio que foi dos extintos jesuítas» — transformada então em Sé Catedral — «achava-se situada no território e distrito da paróquia da Colegiada de Santa Maria».

Administradores do morgado de Santo António de Vale de Flores. Conhecida a instituição deste morgado, passamos a enumerar os seus administradores, baseando-nos em elementos colhidos nos registos paroquiais, em escrituras e em processos judiciais.

1.º Francisco de Moraes Sarmiento, seu instituidor, que o administrou desde o dia 8 de Agosto de 1646 — data da sua instituição — até ao dia 7 de Dezembro de 1648 em que morreu, sendo sepultado na igreja-de Santa Maria. Deixou por seu testamenteiro a seu irmão e sucessor, Baltasar Sarmiento Ferreira, com a «obrigação de mandar dizer 6 missas que sempre se disse-ram, acrescentando em seu testamento que se dissessem na sua quinta de Vale de Flores na ermida de Santo António e, não se dizendo aí, se hão-de dizer na igreja de Santa Maria». Consta isto, como o que vai dizer-se dos seus imediatos sucessores, dos respectivos livros de defuntos e de baptizados da igreja de Santa Maria — o que mostra que nesses tempos o palácio — cabeça do morgado de Santo António de Vale de Flores, sito na Praça do Colégio, continuava a pertencer à freguesia de Santa Maria, vindo a pertencer mais tarde à de S. João Baptista.

2.º Baltasar Sarmiento Ferreira que foi seu administrador desde o dia 7 de Dezembro de 1648, em que faleceu o seu antecessor, até o dia 2 de Janeiro de 1649 — dia do seu falecimento. Foi enterrado na igreja de Santa Maria «com seu irmão Francisco de Moraes Sarmiento» e deixou por testamenteira sua mulher, D. Joana, que morreu no dia 15 de Setembro de 1660 e deixou por seus testamenteiros seus filhos, Francisco Ferreira, abade de S. João, João Ferreira e António Sarmiento, e foi sepultada na capela de Nossa Senhora da Consolação da igreja de S. João, naturalmente por ser um dos filhos abade desta freguesia.

3.º João Ferreira que havia assinado juntamente com o pai, seu antecessor, a instituição do morgado que administrou desde 2 de Janeiro de 1649. É também conhecido por João Ferreira Sarmiento e de sua mulher, D. Ana Sarmiento, teve os seguintes filhos: Joana que nasceu em 11 de Outubro de 1650 e de que foi padrinho o D.ºr Francisco Correia, ouvidor na comarca; Baltasar que nasceu em 14 de Outubro de 1652; Cris-

tóvão em 5 de Agosto de 1654; Juliana em 20 de Outubro de 1656; Pedro em 28 de Junho de 1658; Brás em 3 de Fevereiro de 1661, de que foi padrinho Domingos da Ponte Galego, tenente-general da cavalaria da província e comendador de Baçal, e João em 14 de Março de 1663, de que foram padrinhos António Sarmiento e D. Deroteia, filha de Domingos da Ponte Galego. D. Ana Sarmiento faleceu no dia 15 de Julho de 1666 e deixou por testamenteiro seu marido, João Ferreira.

4.º Baltasar Ferreira que de sua mulher, D. Ana, teve o filho João, que nasceu no dia 26 de Maio de 1676 e de que foi padrinho seu avô, João Ferreira Sarmiento, e madrinha sua tia, D. Isabel de Sá, e que foi crismado juntamente com o irmão, que mudou de Francisco o nome para Baltasar, como consta do assento feito em 11 de Agosto de 1678 pelo cura de Santa Maria. Morreu no dia 7 de Fevereiro de 1678, sobrevivendo-lhe o pai, João Ferreira Sarmiento, que em Dezembro de 1681 serviu de padrinho dum baptizado na igreja de Santa Maria. Incluo-o, porém, na lista dos administradores do morgado de Santo António de Vale de Flores não só porque à morte do pai lhe pertenceria a sua administração, mas também porque a pode ter exercido na ausência ou impedimento do pai.

5.º João Ferreira Sarmiento Pimentel que tinha dois anos incompletos, quando lhe morreu o pai. A administração do morgadio continuaria, porém, a exercê-la o avô; mas pela escritura atrás citada se vê que em Dezembro de 1722 já a exercia o neto.

Este João Ferreira Sarmiento Pimentel casou em primeiras núpcias com D. Inácia Maria de Vasconcelos, da Torre de Moncorvo e descendente de Amados, de quem teve os seguintes filhos: Baltasar que nasceu em 29 de Janeiro de 1697 e foi baptizado pelo Rev.º João Ferreira Sarmiento, abade de Quintela de Lampças, sendo seus padrinhos o Rev.º Manuel de Gouveia Vasconcelos, abade de Chacim, e D. Ana de Sá Pereira do Lago, avó do baptizado, e Francisca Xaviela que nasceu em 15 de Março de 1700 e de quem foram padrinhos Manuel Botelho de Vasconcelos e Bárbara Sarmiento, tios da baptizada. No assento desta declara-se expressamente que os pais são fregueses da igreja de Santa Maria de Bragança, mas a sua filha Antónia Bernarda

foi baptizada no dia 8 de Outubro de 1705 na igreja paroquial da Torre de Moncorvo, como consta da certidão de idade junto ao processo por que foi autorizada a professar no convento de S. Bento por despacho episcopal de 6 de Junho de 1722. E também deve ter sido baptizado fora de Brangança, embora se diga sempre natural desta cidade, o filho João Ferreira Sarmiento de Lousada que, depois do falecimento de seu irmão Baltasar, ocorrido em 27 de Setembro de 1727, lhe sucedeu nos morgadios e, nomeadamente, no da Tarrincha da Torre de Moncorvo que fora instituído pelo D.^{or} Miguel Ferreira Leitão que o transmitiu ao filho, Luís Ferreira Leitão, passando depois deste para a filha, D. Luísa Ferreira de Sá, a quem sucedeu a filha, D. Maria de Madureira e a esta a filha, D. Inácia Maria de Vasconcelos, mãe do dito João Ferreira Sarmiento de Lousada (*Memórias citadas*, tomo VI, págs. 293.^a e 294.^a).

D. Inácia Maria de Vasconcelos deve ter morrido entre 1705 e 1710. É que o marido, João Ferreira Sarmiento Pimentel, teve de D. Maria de Bandos, viúva, a filha Inácia que nasceu em 8 de Abril de 1710 e de quem foi padrinho Baltasar Ferreira Sarmiento Pimentel, solteiro e irmão da baptizada por parte do pai. Também neste assento se declara serem fregueses da igreja de Santa Maria os pais que casaram em 16 de Julho de 1711 «nas casas do nubente, depois de dispensados por Sua Santidade em 2.^o e 4.^o grau de afinidade, sendo testemunhas presentes António de Figueiredo Sarmiento, governador desta praça, e Joseph de Moraes Madureira e Domingos de Moraes, mestre de campo». A nubente era natural da vila da Alfândega, como tudo consta do respectivo livro de casados da freguesia de Santa Maria.

Em 18 de Outubro de 1711 nasceu-lhes o filho António que foi baptizado pelo Rev.^{do} Bento da Ponte, beneficiado da Colegiada da igreja de Santa Maria, sendo padrinhos Baltasar Ferreira Sarmiento Pimentel e D. Bárbara de Sá, viúva.

Capela de Santa Rita

Falando-se do beneficiado Bento da Ponte, não devo perder a oportunidade de transcrever do assento da sua morte, ocorrida no dia 24 de Junho de 1724, o seguinte: «Fez testamento na

nota do tabalião António Mendes Madureira, no qual deixou ao P.^o Pedro Homem 40:000 réis e os rendimentos das casas do seu património da Costa Pequena e instituiu por herdeiro de seus bens a seu primo António da Ponte, reitor de Salsas, como também da administração da sua quinta de Santa Rita no limite de Cabeça Boa com obrigação de fabricar a dita capela e de 5 missas em dia da Senhora da Conceição, sendo uma cantada, outras 5 dia de Santa Rita, uma cantada, outras 5 dia de S. João Baptista e outras 5 dia de Santo António e outras 5 dia de S. Bento, sendo em cada um destes dias uma missa cantada e as outras rezadas pagas pela esmola de 200 réis cada uma delas e que por morte do dito seu primo administrador quere que passe a seu herdeiro mais chegado com as mesmas obrigações e no caso que não accitem a quinta com estes encargos quere se venda com as mesmas obrigações e o que restar seja para umas órfãs donzelas de boa vida e costumes, dando a cada uma 50\$000 réis, e se sobejar algum dinheiro que não chegue a 50\$000 réis, quere se dê de esmola á Senhora do Sardão desta cidade. — Deixou por seus testamenteiros a seu primo António da Ponte, reitor de Salsas, António de Moraes Pinto e ao Doutor Salvador de Prada e foi sepultado na igreja do Santo Cristo de S. Vicente».

D. Maria de Bandos «faleceu de vida presente» no dia 15 de Janeiro de 1712, deixando viúvo pela segunda vez seu marido, João Ferreira Sarmiento Pimentel, que no dia 20 de Dezembro de 1725 casou novamente com D. Inês Francisca de Mariz Sarmiento, viúva de Francisco de Moraes Prestrelo, juiz dos órfãos. O respectivo assento já consta do arquivo da freguesia de S. João, — o que mostra que nesta altura já a Praça do Colégio da Companhia de Jesus havia deixado de pertencer à freguesia de Santa Maria.

E dele consta também o assento de óbito de Baltasar Ferreira Sarmiento, solteiro, filho de João Ferreira Sarmiento, a quem elegeu por testamenteiro. Morreu no dia 27 de Setembro de 1727 e foi sepultado na capela-mor da Sé, de que pagou a sepultura.

João Ferreira Sarmiento aparece com o apelido de Pimentel no assento de nascimento dum preto, seu escravo, baptizado no dia 25 de Setembro de 1727 com o nome de Boaventura e de que

foi padrinho e madrinha sua filha D. Antónia Bernarda, religiosa no mosteiro de S. Bento, onde se fez o baptizado. O assento consta, porém, do arquivo da freguesia da Sé, onde em 6 de Outubro de 1730 se realizou também o baptizado de António Ferreira, filho de Domingos Ferreira de Mariz e de sua mulher, Maria de Mariz Ferreira, escravos de João Ferreira Sarmiento Pimentel. E foram padrinhos o filho deste, João Ferreira Sarmiento de Lousada, e a madre Catarina Baptista, religiosa no convento de Santa Clara por procuração com que assistiu António Douzel de Almeida.

É de notar como aos escravos era dado o apelido dos donos — no caso o de Ferreira do dono e o de Mariz da mulher deste — e a solenidade com que revestiam os seus baptizados, assistindo a eles pessoas de tão subida categoria social!

Continuava a viver em Bragança João Ferreira Sarmiento Pimentel, como continuam a prová-lo documentos autênticos. E assim é que no dia 2 de Outubro de 1736 foi feita na sua casa de morada uma escritura de destrate que foi assinada por ele e pela sua terceira mulher; em 22 de Setembro de 1737 interveio numa escritura como irmão da mesa da Misericórdia e em 1 de Junho de 1749 noutra como procurador do tenente-coronel José Pinto de Meireles (Arquivo Judicial, maço 1, 3.º ofício, livro de notas n.º 1, f.ºs 142.ª, v., e 143.ª; livro de notas n.º 6, f.ºs 74.ª e 75.ª; livro de notas n.º 11, f.ºs 82.ª, v., e 83.ª).

Pela simples inspecção vê-se bem que em todas estas escrituras é da mesma pessoa a assinatura de João Ferreira Sarmiento Pimentel, fidalgo da casa de sua Majestade, que faleceu na sua casa da Praça do Colégio no dia 11 de Janeiro de 1757, sendo porém enterrado, como os seus antepassados, na igreja de Santa Maria em sepultura própria. Fez testamento «por mão privada do D.ºr Filipe Delgado de Albuquerque», em que deixa a sua mulher, D. Inês Francisca de Mariz Sarmiento, as jóias de uso e «todas as benfeitorias pertencentes a ele em o moinho de Pouca Roupa em o rio Fervença e o seixo que para ele tem mandado vir»; à filha D. Francisca Ferreira 200:000 réis para ajuda dos seus alimentos; ao neto António Ferreira 48:000 réis para o que ele quiser; à filha D. Inácia, secular em S. Bento, 30:000 réis para

seus alimentos e por herdeiros a seus filhos e por testamenteira sua mulher.

Morreu com 81 anos de idade e deve ter administrado o morgado de Santo António de Vale de Flores durante 56 anos, ou seja, desde que atingiu a maioridade até ao seu falecimento.

6.º João Ferreira Sarmiento de Lousada, filho do antecedente e de sua primeira mulher, D. Inácia Maria de Vasconcelos, natural da Torre de Moncorvo, é dado como nascido em Bragança e casou com D. Maria Leonor de Vasconcelos, natural de Sanhoane, concelho de Penaguião, de quem teve os seguintes filhos, nascidos em S. Fins da Castanheira: Francisco, que nasceu no dia 25 de Fevereiro de 1738 e deve ter morrido de tenra idade, visto aparecer depois um irmão com o mesmo nome; Baltasar que nasceu no dia 3 de Maio de 1739; Inácia Maria que nasceu em 29 de Maio de 1741 e faleceu no dia 17 de Setembro de 1748; Ana Francisca que nasceu em 17 de Setembro de 1742 e Francisco em 26 de Abril de 1744. E tiveram o filho António Ferreira que devia ser o mais velho não só porque o avô, como fica dito, lhe deixou em testamento a quantia de 48:000 réis «para o que ele quisesse»; mas também porque em 21 de Abril de 1757 lhe nasceu a filha Francisca Antónia que foi baptizada na freguesia da Sé de Bragança, e o filho João que se diz sempre natural de S. Fins da Castanheira e que deve ter nascido depois de Novembro de 1748 — data em que termina o livro de baptizados de que constam os baptizados daqueles cinco primeiros irmãos.

Falecendo-lhe o pai no dia 11 de Janeiro de 1757, é de crer que João Ferreira Sarmiento de Lousada viesse então para Bragança a administrar o morgado de Santo António de Vale de Flores, fazendo meses depois o testamento a que se faz referência neste passo da pág. 700.ª do tomo VI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*:

«António Ferreira Sarmiento Pimentel, fidalgo da casa real, requereu em 1797 certidão do testamento de seu pai, João Ferreira Sarmiento de Lousada, fidalgo da casa real, casado com D. Maria Leonor de Vasconcelos. O testamento foi feito em Junho de 1757. Era senhor do morgado de Vale de Flores, termo de Bragança, que deixa a sua mulher; e dos da Castanheira, Torre (de

D. Chama?) e Aguiéiras, que deixa a seu filho, António Ferreira Sarmiento Pimentel».

Esta transcrição levou-me a afirmar na pág. 111.^a de *O meu Apelido e a minha Terra*: «Estas datas deixam ver que o testador deve ter morrido em 1797 e que o filho nasceu antes de 1757». É que a certidão do testamento foi certamente pedida por causa da herança que só podia passar para os herdeiros depois da morte do testador e, por isso, lógica era a conclusão de o testador haver morrido no ano da data do requerimento da certidão, bem como a do filho-herdeiro ter nascido antes de feito o testamento.

Investigações posteriores vieram-me provar, como vai ver-se, que o testador, João Ferreira Sarmiento de Lousada, faleceu antes de Junho de 1766 e que o filho requerente da certidão faleceu em S. Fins da Castanheira no ano de 1790, isto é, sete anos antes da data em que se disse ter requerido a certidão!

A Torre a que se refere a transcrição, não é a *Torre de D. Chama*; mas, sim, a *Torre de Moncorvo*, donde era natural a mãe do testador que herdou desta o denominado morgadio da *Torre*. Nos respectivos assentos de baptizados os curas de S. Fins da Castanheira, referindo-se àquela vila, chamavam-lhe *Torre de Moncorvo* e os pais dos baptizados de certo assim lhe chamavam também ou, simplesmente, *Torre*. É que em artigo intitulado: *Recordar é viver... — Tipos moncorvenses*, publicado em *O Primeiro de Janeiro*, de 22 de Setembro de 1942, diz o seu ilustre autor, o Ex.^{mo} General Adriano de Sá: «A vila da Torre de Moncorvo, como é o seu chamadouro oficial, é vulgarmente chamada Moncorvo. Nos tempos remotos em que por lá andei, menino e moço, a gente das aldeias do concelho, chamava-lhe simplesmente: a *Torre*. Era vulgar ouvir-lhe dizer: «Vou hoje à *Torre*»; ou: «Andava há muito para vir à *Torre*». Era, parece-me, uma designação carinhosa que me consta já não perdura». Em tempos remotos era, pois, corrente chamar-se à *Torre de Moncorvo* simplesmente *Torre*, como hoje se lhe chama só *Moncorvo*.

Por procuração feita na Castanheira em 6 de Fevereiro de 1739 o testador João Ferreira Sarmiento de Lousada e sua

mulher, D. Maria Leonor de Vasconcelos, deram poderes a seu primo José Luís de Vasconcelos para se fazer a troca de um olival e terra no sítio de Vale do Porco, *sendo esta do morgado que tinham na vila da Torre de Moncorvo*, e em projectos de arrendamentos anteriores das fazendas que tinham em Moncorvo e limites, «exceptuavam as casas que estão de trás do Castelo ao cotovelo com suas amoreiras e quintal», escritura feita no dia 10 de Fevereiro de 1739, f.^{as} 21.^a, v., do livro n.º 16 e projectos de escrituras de 9 de Março de 1738 e de 10 de Abril do mesmo ano, livros notariais de Moncorvo, existentes no *Arquivo Distrital de Bragança*. E o herdeiro António Ferreira Sarmiento Pimentel casou no dia 26 de Março de 1760 na vila da Torre de Moncorvo com D. Vicência Angélica de Vasconcelos, filha de Cristóvão José de Gouveia e Vasconcelos e de D. Catarina Caetana de Sá Moraes, e na Torre, como soia então dizer-se, continuavam a morar pois que em Dezembro de 1760 e em Outubro de 1761 lá serviram de padrinhos, estando os respectivos assentos assinados pelo marido. E por escritura de 14 de Agosto de 1766 feita na vila da Torre de Moncorvo para «satisfação dos alimentos de seu irmão e cunhado, Francisco Ferreira Sarmiento, arrendaram os seus olivais da capela tanto os de dentro como os de fora com todas as suas pertenças e terras de pão, *com a assistência do immediato successor seu irmão* — o que não deixa dúvidas de que se tratava de um morgadio.

Aqueles fidalgos viviam, pois, ora na Torre de Moncorvo, ora em S. Fins da Castanheira, administrando os seus morgadios — herdados do pai e sogro — ora em Bragança administrando o do irmão e cunhado.

E para confirmação de que a família Ferreira Pimentel, de Bragança, possuiu propriedades em Moncorvo, farei mais adiante referência a uma terra pertencente ao morgadio da quinta de Vale de Flores.

7.º João Ferreira Sarmiento Pimentel de Lousada, filho do antecedente e seu successor por virtude do testamento que não cheguei a encontrar; mas, se nele se contém o legado do morgadio de Vale de Flores à mulher, é isso contrário à letra da sua instituição que não permite que a administração dele vá ter a pessoas

estranhas à geração dos primeiros administradores e só permite que as fêmeas sucedam na falta de machos. E que assim é provam-no a escritura de empraçamento dum a «casa junto às portas do cabo em a Caleja da rua do Paço», feito em 7 de Junho de 1766; a escritura de empraçamento doutra «casa sita na rua do Paço», feito em 8 de Julho de 1766, e a escritura também de prazo dum a «casas que são pertencentes ao morgado de seu filho», feito em 3 de Dezembro de 1767, por «D. Maria Leonor de Vasconcelos, dona viúva que ficou de João Ferreira Sarmiento de Lousada», «como administradora de seu filho», João Ferreira Sarmiento Pimentel de Lousada, e «por este como administrador do morgado» (Cartório Notarial, livro n.º 271.º, f.ªs 115.ª, v., e 116.ª e f.ªs 117.ª, v., e 118.ª; e livro n.º 309, f.ª 100.ª).

Quer dizer: a mãe interveio naquelas escrituras, não porque fosse senhora do morgado de Vale de Flores, mas por ser tutora do filho menor; e o filho, embora menor, interveio nelas por ser senhor desse morgado. D. Maria Leonor de Vasconcelos, moradora na Praça do Colégio, morreu no dia 10 de Maio de 1770 e foi sepultada na igreja de S. Francisco, onde os Ferreiras tinham uma capela, e por isso no empraçamento «dumas casas sitas na rua do Paço», feito em 13 de Outubro de 1770, e no da quinta de Vale de Flores, feito em 2 de Dezembro de 1771, já só interveio o filho que se diz «senhor e possuidor» dela, mas que ainda era menor. É que na escritura de 13 de Fevereiro de 1776 interveio João Ferreira Sarmiento de Lousada, solteiro, e seu irmão António Ferreira Sarmiento Pimentel por si e como procurador de sua mulher, D. Vicência Angélica de Vasconcelos, então moradora em S. Fins da Castanheira, dizendo que «entre as mais pertenças do morgado de Santo António de Vale de Flores, de que o mesmo João Ferreira Sarmiento de Lousada é legítimo sucessor e presentemente o administra o dito seu irmão, António Ferreira Sarmiento Pimentel, por cessão, renunciação e trespasse que nele fez o mesmo sucessor, lhe pertenceu um quintal, uma casa térrea que está dentro do mesmo quintal e mais duas moradinhas de casas também térreas e contíguas com o dito quintal — propriedades estas que costumavam sempre trazer empraçadas os outros possuidores do dito morgado — e da mesma sorte as

traziam os emprazados e como o último emprazamento havia sido feito pelo dito João Ferreira Sarmiento de Lousada, *estando na maioridade* e, ainda que precedeu licença do juiz dos órfãos, sempre veio em dúvida se fora, ou não, válido o dito emprazamento, por transacção e amigável composição fizeram nova escritura de prazo».

Na escritura de 19 de Novembro de 1777 intervêm também António Ferreira Sarmiento Pimentel e sua mulher, D. Vicência Angélica de Vasconcelos, — desta vez em sua própria pessoa — e seu irmão e cunhado João Ferreira Sarmiento de Lousada, dizendo «os primeiros que são senhores e possuidores dumas casas térreas sitas na rua dos Oleiros, confrontantes com outras de Henrique Novais pelo nascente e pelo poente com Manuel Geraldês, — casas que são comprehendidas no vínculo e morgado de Santo António de Vale de Flores que eles possuem e administram por cessão que fez neles o dito João Ferreira Sarmiento de Lousada, seu irmão e cunhado, *administrador que foi do mesmo morgado por nomeação que nele fez o último administrador João Ferreira Sarmiento de Lousada, não obstante ser filho mais novo por assim lho permitir a sua instituição*».

Daqui se vê sem sombra de dúvida que este João Ferreira Sarmiento de Lousada — o primeiro descendente de Amados e Ferreiras, de Bragança, nomeou para lhe suceder na administração do morgado de Santo António de Vale de Flores o filho que tinha o seu nome e que não era o primogénito. Tudo isto dentro das disposições da instituição do morgado — atrás transcrita — e em virtude delas não podia legá-lo à mulher.

«E considerando, continua a dizer-se na última escritura, a pouca utilidade que provinha ao dito morgado da referida propriedade de casas que somente costumavam servir para palheiro e não rendiam mais de 2:000 réis cada ano se haviam acordado por melhor conveniência e proveito do morgado subrogar as ditas casas por outras de maior rendimento, como são umas que possuem o dito Manuel Geraldês e sua mulher sitas por trás da rua do Cabo, confrontantes com Manuel da Veiga e Sebastiana Pires, por serem de sobrado e renderem 3:200 réis em cada ano». E a subrogação foi feita em virtude da Provisão Régia de 21

de Outubro de 1777, impretada por António Ferreira Sarmiento Pimentel que administrava o morgado de Vale de Flores como cessionário por virtude da escritura de «cessão e desistimento», celebrada no dia 25 de Setembro de 1774 e ratificada pela escritura de 2 de Novembro de 1778 com «a reforma e declaração: que os cessionários António Ferreira Sarmiento Pimentel e sua mulher serão tão-sòmente obrigados a dar ao desistente João Ferreira Sarmiento de Lousada, seu irmão e cunhado e cadete no regimento de cavalaria, 4:800 réis em cada um mês e pano para uma farda de uniforme, calção, veste e casaco no fim de cada dois anos».

Como atrás se viu, pôs-se em dúvida a validade dum emprazamento da quinta de Vale de Flores por ser feito pelo seu administrador, quando estava ainda na menoridade, e por isso se fez novo emprazamento por escritura de 13 de Fevereiro de 1776; agora os mesmos outorgantes ratificam também uma escritura de 25 de Setembro de 1774, reformando e estipulando novas cláusulas, mas já se não faz nela referência alguma à menoridade, o que autoriza a concluir que em 25 de Setembro de 1774 João Ferreira de Sarmiento de Lousada já não era menor. E, como no seu tempo a maioridade só se atingia aos 25 anos, este deve ter nascido em 1749.

Os dois irmãos intervieram ainda como senhor do Morgado de Santo António de Vale de Flores um e como administrador outro, no emprazamento dumas casas telhadas e sobradadas e com quintal sitas na rua do Loreto em 10 de Janeiro de 1778; no trespasse do prazo dumas casas sitas no Loreto em 20 de Dezembro de 1780; no emprazamento doutras sitas na rua do Paço em 22 de Novembro de 1781, no de umas em 30 do mesmo mês e de outras; na consignação da renda «das suas casas grandes sitas na Praça do Colégio, em que vivia de renda o coronel-brigadeiro de cavalaria, de que pagava 16 moedas de ouro livres de décima», para pagamento duma dívida do administrador, feita em 16 de Outubro de 1782; e, finalmente, no emprazamento dumas casas térreas sitas na rua do Paço em 21 de Junho de 1788, fazendo-se representar todos por procuradores e sendo a procuração de António Ferreira Sarmiento Pimentel e da esposa datada da Castanheira, 21 de Junho de 1788; a de João Ferreira

Sarmento de Lousada, alferes de cavalaria de Bragança, de 5 de Maio de 1788 e a da esposa deste, D. Guiomar Luísa de Figueiredo Antas, de Freixo de Espada à Cinta. E isto mostra que o primeiro deve ter sido administrador do morgado de Vale de Flores desde 1774 até Junho de 1788. Depois desta data não encontrei documento relativo à administração do morgado de Santo António de Vale de Flores em que ele interviesse (Cartório Notarial, livro n.º 181, f.ª 79.ª; livro n.º 73, f.ªs 26.ª, v., e 27.ª; livro n.º 201, f.ªs 48.ª, v., e 49.ª; livro n.º 218, f.ªs 73.ª e 74.ª; livro n.º 218, f.ªs 130.ª e 131.ª; livro n.º 185, f.ª 109.ª; livro n.º 37, f.ª 2.ª; livro n.º 219, f.ª 50.ª; livro n.º 189, f.ªs 26.ª, v., e 27.ª e 66.ª e 67.ª; e livro n.º 265, f.ªs 134.ª, v., e 135.ª).

*

Aos 31 dias do mês de Julho de 1783, em Vale de Lamas e casas de D. Josefa Maria Luísa de Figueiredo Antas, foi feita escritura de contrato antenupcial em que o monteiro-mor José António Pinto de Moraes Botelho, da vila de Freixo de Espada à Cinta, disse haver «contratado casar sua filha legítima, D. Guiomar Luísa de Figueiredo Antas, com o alferes da cavalaria do regimento da praça de Bragança, João Ferreira Sarmento de Lousada, fidalgo da casa de sua majestade e natural da mesma cidade, cujo contrato havia feito com as condições seguintes: que tendo efeito o casamento e acontecendo falecer qualquer dos contraentes, se levantará o que ficar, e os herdeiros do falecido, com o que cada um tiver entrado para o matrimónio, isto é não havendo filhos entre ambos: e que no caso de que ele dito João Ferreira Sarmento de Lousada faleça primeiro, sem sucessão, todos os bens herdados que sejam livres do morgado e que adquirir durante o matrimónio, ficarão a título de arras para a dita sua mulher, D. Guiomar Luísa de Figueiredo Antas, sem que a eles tenham direito algum os herdeiros que ficarem dele dito João Ferreira Sarmento de Lousada, por princípio nenhum. E que sucedendo falecer a mesma sua mulher sem sucessão, ele dito João Ferreira não levantará mais do que aquele com que tiver entrado para o matrimónio, e metade do que, constante ele, se

adquirir, deixando o mais livre para os herdeiros da referida sua mulher; e que nesta forma e com estas condições é que ele dito José António Pinto de Moraes Botelho havia contratado e aprovava o dito casamento». E estas condições foram aceites pelo nubente.

Mas porque se foi fazer a escritura a Vale de Lamas e se não fez em Bragança?

É que a identidade de apelidos entre a nubente, D. Guiomar Luísa de Figueiredo Antas e D. Josefa Maria Luísa de Figueiredo Antas, em casa de quem foi lavrada a escritura, deixa ver que elas eram parentas; é que a mãe da primeira, D. Joana Luísa de Figueiredo Antas, não só tinha os mesmos apelidos, mas era também natural de Vale de Lamas; é que D. Josefa Maria Luísa de Figueiredo Antas, dona viúva que ficara do tenente de infantaria Caetano Luís de Moraes», fez em 5 de Outubro de 1777 escritura de cessão dos serviços de seu falecido marido em seu genro e filhas e então era «assistente no lugar de Vale de Lamas, subúrbios de Bragança». E tudo isto permite concluir que esta dona viúva era tia da nubente D. Guiomar, motivo por que se escolheu a sua casa para se fazer a escritura antenupcial da sobrinha.

João Ferreira Sarmiento de Lousada e sua mulher, D. Guiomar Luísa de Figueiredo Antas, intervieram como administradores do morgado de Santo António de Vale de Flores na escritura de 27 de Março de 1795, pela qual desistiram de duas demandas pendentes na Relação do Porto sobre o emprazamento deste morgado aos enfiteutas António M.^{el} de Moraes Antas e sua mulher D. Antónia Josefa de Moraes; no trespasse do prazo dumas casas e quintal sitas na rua do Loreto, feito em 31 de Março de 1795; no emprazamento dumas casas sitas na rua do Loreto feito em 5 de Março de 1796; na escritura de confissão da dívida de 136:000 réis a Manuel Pinto, de Bragança, «procedidos de empréstimo e de efeitos que lhe deviam da sua loja», para cujo pagamento lhe cinsignavam a renda dum soto nos baixos da casa de sua morada e a das casas da rua dos Oleiros, feita em 16 de Fevereiro de 1797 e na da confissão da dívida de 143:520 réis ao mesmo credor, também «procedida de empréstimo e de efeitos.

que lhe deu fiados da sua loja» e feita em 24 de Janeiro de 1800 e para cujo pagamento lhe consignavam, além daquelas rendas, os soldos de alguns meses. O devedor era à data das duas últimas escrituras «governador da vila de Freixo de Espada à Cinta» e vendeu, sem a intervenção da esposa, «a água da ribeira de Fonte Arcada do seu lameiro da quinta de Vale de Flores» por escritura de 29 de Maio de 1795 e deu de meias esta quinta por escritura de 20 de Janeiro de 1801, de que consta ser então ele «capitão de cavalaria reformado com exercício de governador de Freixo de Espada à Cinta» (Cartório Notarial, livro n.º 273, f.ª 9.ª; livro n.º 190, f.ª 15.ª; livro n.º 279, f.ª (?); livro n.º 158, f.ªs 191.ª e seguintes; livro n.º 280, f.ª 26.ª; livro n.º 275, f.ª 76.ª; livro n.º 221, f.ªs 10.ª, v., e 11.ª; livro n.º 279, f.ª 76.ª; e livro n.º 90, f.ª 75.ª).

«João Ferreira Sarmiento de Lousada, sua mulher, D. Guiomar Luísa de Figueiredo, e seus filhos D. Maria Isabel Ferreira Pimentel, D. Francisca Rosa, D. Joana Luísa, D. Mariana Antónia, D. Rita Ferreira, João Ferreira Sarmiento Pimentel de Lousada, Francisco Ferreira e José Ferreira, pessoas que viviam a lei da nobreza no bispado de Bragança», desejando «fazer celebrar missa nas casas onde moravam ou morassem tanto na cidade, vila ou campo do dito bispado, suplicaram e obtiveram o Breve Apostólico de 3 de Outubro de 1801, por que lhes foi concedida a graça pedida.

A referência a casas de morada na cidade, no campo e na vila era certamente às que esta família possuía em Bragança, na quinta de Santo António de Vale de Flores e em Freixo de Espada à Cinta, donde era natural a esposa e mãe e a tia desta, D. Isabel de Moraes Pinto Botelho, que, estando recolhida no convento de Santa Clara, fez testamento no dia 1 de Julho de 1799 em que, depois de deixar lembranças individuais à mencionada sobrinha e a seus filhos, «instituiu no remanescente de seus bens a suas sobrinhas D. Maria Isabel, D. Francisca Rosa, D. Joana Luísa e D. Mariana Antónia, sendo esta instituição somente por vida de cada uma porque por morte dumas passará, diz o testamento, para as que superviverem e nem umas nem outras os poderão vender nem desfrutar, casando-se, e os da

que se casar, passarão para as solteiras e que, havendo alguma de tomar estado de religiosas, então os poderão desfrutar e por morte das sobreditas passarão a seus sobrinhos Francisco e José e o último que sobreviver, será senhor de tudo que passará aos seus herdeiros». Na herança não foi incluída D. Rita Ferreira naturalmente por ainda não ser nascida à data do testamento e dele foi excluído o primogénito João Ferreira Sarmiento Pimentel de Lousada, certamente por ser o herdeiro do morgado de Vale de Flores. A testadora faleceu no dia 5 de Março de 1805 em casa do II.^{mo} João Ferreira Sarmiento de Lousada, seu sobrinho, e foi sepultada na igreja de S. Francisco.

Sobre a administração do pai deste encontrei ainda a escritura de 13 de Abril de 1810 de arrendamento do sótão da casa de morada e a de 28 de Janeiro de 1811 de confissão da dívida de 57:600 réis, «procedidos de fazenda que Daniel José Dias lhe havia fiado da sua loja para vestir seu filho, quando sentou praça de cadete, e para a mais família de sua casa e por lhos não ter satisfeito arrendava ao dito credor os seus foros nos lugares de Freixedelo e Grijó de Parada que são 45 alqueires de pão por tempo de dois anos que poderá o mesmo credor cobrar dos foreiros» (Cartório Notarial, livro n.º 199, f.^{as} 76.^a, v., e 77.^a; livro n.º 214, f.^{as} 29.^a, v., e 30.^a e livro n.º 175^a f.^a 88.^a).

É a este que uma sua bisneta se refere, quando nas págs. 702.^a e 703.^a do tomo VI, das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito*, diz «que crê chamar-se João Afonso» este seu bisavô, sendo «pelo menos, durante muito tempo, este nome dado aos primogénitos da Casa dos Calainhos de Bragança. Foi casado com uma senhora de Freixo de Espada à Cinta, creio da família Taborda. Era morgado e com bom morgadio; mas o marido, que era um grande estroina à moda do seu tempo, mandava cortar as oliveiras para obter licença de vender as propriedades, alegando que tinham rendimento insignificante. A pobre esposa, depois de muito sofrer, entrou no convento de Santa Clara com as filhas e aí morreu. Chamava-se Guiomar».

Estas informações, colhidas certamente na tradição da família — fonte histórica nem sempre segura — e daí dizer-se: *Quem conta um conto acrescenta um ponto*, não estão totalmente de

acordo com a verdade colhida em muitos e velhos documentos autênticos, que consultei. Em nome da verdade histórica permita-me, pois, a memória da ilustre informadora que eu faça algumas rectificações à transcrição feita.

Dos nove administradores do morgado de Santo António de Vale de Flores seis tiveram o nome de *João*, mas nenhum destes teve o de *João Afonso*.

É que o primeiro chamou-se *João Ferreira*, como consta da instituição do morgado e da assinatura no fim desta aposta com o acréscimo de *Sarmento*; o segundo *João Ferreira Sarmento Pimentel* que assim assinou em quatro escrituras citadas; o terceiro *João Ferreira Sarmento Pimentel de Lousada*, do qual não encontrei assinaturas, mas a ele se refere a viúva e o filho em três escrituras, chamando-lhe em duas *João Ferreira Sarmento de Lousada* e numa *João Ferreira Sarmento Pimentel*; o quarto *João Ferreira Sarmento Pimentel de Lousada*, de quem encontrei 27 assinaturas, assinando umas vezes *João Ferreira*, outras *João Ferreira Sarmento*, outra *João Ferreira Sarmento Pimentel* e as mais das vezes *João Ferreira Sarmento de Lousada*; o quinto *João Ferreira Sarmento de Lousada Pimentel* que assina ora o nome completo, ora *João Ferreira Sarmento de Lousada*, ora *João Ferreira Sarmento Calainho*; e o sexto *João Ferreira Sarmento de Lousada Pimentel* que, tanto no inventário a que se procedeu por falecimento de sua mulher, como no seu testamento se disse e assinou somente *João Ferreira Sarmento*. Foi o pai da senhora informadora.

Vê-se, pois, que nenhum deles se chamava *João Afonso*, e prova-se que dois não foram os primogénitos e que o apelido de *Calainho* só o começou a usar o penúltimo, quando em 1837 foi administrador do concelho de Bragança.

Calainho deve provir de *Calais* que, lido à portuguesa, se formaria com a junção do sufixo *inho* depois de, para facilitar a pronúncia, se suprimir o *s*. E assim se formou *Mariquinhas* de *Maricas*, *Gertrudinhas* de *Gertrudes*, *mãezinhas* de *mães*, *coraçõezinhos* de *corações*, etc.

E o povo formou ainda o apelido *Calaiá* que deu ao arrendatário que viveu durante dezenas de anos na quinta de Vale de Flores, onde têm continuado a viver descendentes seus.

O apelido de *Calainho* foi formado antes de 20 de Agosto de 1827, pois que nesta data D. Maria Benedita de Figueiredo Sarmiento fez testamento em que deixou «os seus lençóis caseados e o travesseiro e uma toalha de guarnição às senhoras *Calainhas* (Cartório Notarial, livro n.º 78, f.ªs 28.ª, e. e 29.ª); mas só foi adoptado por *João Ferreira Sarmiento de Lousada Pimentel* que, embora tenha sido nomeado administrador do concelho de Bragança e empossado com este nome em 8 de Abril de 1837 (Livro dos Acórdãos da Câmara Municipal, f.ª 42.ª), como administrador usou o de *João Ferreira Sarmiento Calainho* e a rubrica *Calainho* (Cartório Notarial, livro n.º 243, f.ªs 33.ª, 40.ª e 60.ª, v. e livro n.º 247, f.ª 12.ª, v., e 15.ª, meses de Agosto e Outubro de 1837).

Foi sempre de confiança política o cargo de administrador de concelho e não podia deixar de o ser principalmente no início do regime liberal e por isso no *setembrista* que restabelecera em Setembro de 1836 a Constituição de 1822 que João Ferreira Sarmiento Lousada, sendo tenente-coronel de cavalaria, jurou nos Paços do Concelho da Câmara Municipal no dia 19 de referido mês (f.ª 32.ª do livro citado). E foi administrador do concelho nesta situação política desde Abril de 1837 até Janeiro do ano seguinte em que faleceu. E isto faz supor que ele tenha tomado parte na revolução liberal de 1820 que produziu a Constituição de 1822 que jurou e serviu como magistrado administrativo. E, possivelmente, os movimentos revolucionários que se seguiram, obrigaram-no a emigrar e viveria então em *Calais*, de que resultou o apelido de *Calainho* que, sendo originado em motivos políticos, só adoptou quando exerceu um cargo essencialmente político. O certo é que ele é enumerado entre os bravos do Mindelo.

E também é de admitir a hipótese de seu tio, Francisco Ferreira Sarmiento Pimentel, ter estado em *Calais*. É que na escritura de confirmação de contratos feitos pelos irmãos, celebrada em 10 de Maio de 1777, diz «que *em razão de ter andado ausente desta cidade, como é bem notório*, e não ter a certeza dos contratos que haviam feito seus irmãos João Ferreira Sarmiento Pimentel e António Ferreira Sarmiento Pimentel com várias pessoas de diversos bens pertencentes ao morgado de Santo António de Vale

de Flores de que ele vem a ser legítimo sucessor na falta daqueles irmãos», certificado de que entre os bens emprazados havia umas casas, cujo emprazamento vinha do tempo em que nelas não havia as benfeitorias então existentes, «confirma, ratifica e aprova» tal emprazamento (Cartório Notarial, livro n.º 185, f.ªs 78.ª, v., e 79.ª).

Disto vê-se que a ausência foi prolongada e o «como é bem notório» e o desaparecimento do *terror pombalino*, ocorrido dois meses antes, deixam supor poder ser ela devida a perseguição política. (Documentos oficiais dos anos de 1785 e 1786, há pouco publicados, mostram porém que Fr. J.º Ferreira Sarmento Pimentel foi tenente do regimento de cavalaria de Miranda do Douro).

Adoptado o apelido *Calainho*, pelo próprio — tio ou sobrinho —, passaram os outros a aplicar-lho também, como o testemunham documentos da época. E assim é que no inventário a que se procedeu no ano de 1839, vem o nome de *João Ferreira Sarmento Calainho* e, descrevendo-se as confrontações duma casa sita na Praça do Colégio, em 26 de Fevereiro de 1839, diz-se que confronta com herdeiros de *João Ferreira Calainho* (Cartório Notarial, livro n.º 247, f.ª 53.ª) e a viúva deste era também conhecida por *D. Ana Calainho*.

Como fica documentalmente provado, a mãe do primeiro *Calainho*, D. Guiomar Luísa de Figueiredo Antas, pertencia pelo lado paterno à família de Moraes Botelho, de Freixo de Espada à Cinta, e pelo materno à de Figueiredo Antas, de Vale de Lamas. Não era, pois, da família Taborda. Quanto à administração, por parte do marido, da sua fortuna, só nos processos de inventário, que devem ter existido, se poderiam encontrar elementos elucidativos. A avaliar, porém, pela que fez do morgado de Vale de Flores, não repugna acreditar a acusação que pela bisneta lhe é feita. Na verdade as escrituras de confissão de dívidas e de hipoteca de rendimentos, incluindo os próprios saldos, mostram bem que a sua administração deixava muito a desejar. E assim continuou até à sua morte, como o comprova o processo instaurado em 13 de Novembro de 1807 contra ele por uma dívida, proveniente de empréstimo do custo de munições. Foi condenado, mas não pagou, sendo-lhe por isso instaurado processo de execução

da sentença. Depois requereu lhe fosse permitido dar bens à penhora, nomeando então o pão centeio que tinha semeado na quinta de Santo António de Vale de Flores»; mas o exequente requereu, por sua vez, alegando que o pão fora avaliado em 30 alqueires e que não renderia 30\$000 réis, quando a dívida com as custas devia subir a 70:000 réis, e foi atendido. Foram nomeadas então «as rendas dos baixos das casas» de morada; mas em virtude de novo requerimento do exequente verificou-se que as rendas nomeadas já haviam sido pagas adiantadamente. Nesta altura o exequente, para não esperar durante anos pelas rendas futuras, desistiu da penhora feita nelas e nomeou uma terra do executado, sita em Fonte Arcada e que pertencia ao morgado de Vale de Flores.

Intervém então o filho do executado como futuro sucessor na administração do morgado, pondo embargos de terceiro e juntando a pública-forma da instituição do morgado — atrás transcrita — para os fundamentar (f.^{as} 3.^a, v., 4.^a, 13.^a, 19.^a e v., 21.^a, v., 30.^a, 31.^a, 41.^a, 46.^a e seguintes do processo em que foi exequente M.^{el} Alves Teixeira e executado João Ferreira Sarmiento de Lousada, maço n.º 45, 3.º ofício).

João Ferreira Sarmiento Pimentel de Lousada morreu de repente, na sua casa da Praça do Colégio no dia 10 de Janeiro de 1815, «caindo da sua varanda e foi sepultado na igreja de S. Francisco em sepultura própria».

8.º João Ferreira Sarmiento de Lousada Pimentel Calainho, que assentou praça de cadete antes de 28 de Janeiro de 1811, era alferes do regimento de cavalaria n.º 12 em 4 de Dezembro de 1812 e tenente em 4 de Abril de 1815, fidalgo da casa real, e administrava já em 12 de Maio de 1815, por haver falecido seu pai, o morgado de Santo António de Vale de Flores (f.^{as} 41.^a, 62.^a e 58.^a do processo atrás citado).

E foi como administrador do morgado que por escritura de 13 de Dezembro de 1815 se obrigou «a dar mensalmente a seu irmão Francisco Ferreira Sarmiento de Lousada a quantia de 12:000 réis, para que o mesmo se possa reconhecer por cadete e com o dito rendimento sustentar-se decentemente e, para segurança do mesmo rendimento, hipotecou os sótãos das suas casas

sitas na Praça do Colégio, que andavam arrendadas pela quantia de 170:000 réis anuais»; que por escritura de 5 de Fevereiro de 1817 desistiu do direito de «requerer a propriedade do officio de escrivão do almoxarifado desta cidade», mercê concedida pelos reis a seus antepassados, a favor dum seu parente; que por escritura de 2 de Setembro de 1820 se obrigou a dar a sua irmã, D. Joana Ferreira Sarmiento de Lousada, para alimentos a quantia de 28:800 réis em cada ano que cobraria da mão do arrendatário dum sótão das casas da morada; que por escritura de 24 de Julho de 1821 se comprometeu a dar a sua irmã, D. Maria Isabel de Lousada, para alimentos o rendimento do sótão das mesmas casas — «o primeiro vindo da rua de Trás para cima, para a Praça» — que receberá, mensal ou anualmente, da mão do arrendatário e, finalmente, da escritura de 1 de Maio de 1826 consta ser ele já capitão de cavalaria n.º 9 e ter autorizado o trespassse do prazo dumas casas sitas ao Loreto (Cartório Notarial, livro n.º 304, f.ªs 9.ª e 10.ª; livro n.º 252, f.ªs 11.ª, v., e 12.ª; livro n.º 296, f.ª 42.ª, v., livro n.º 297, f.ªs 17.ª, v., e 18.ª; livro n.º 153, f.ª 20.ª).

O mencionado irmão, Francisco Ferreira Sarmiento Pimentel, morreu solteiro e sendo alferes do regimento de cavalaria n.º 12 no dia 17 de Janeiro de 1823.

*

Encontram-se nos arquivos de Bragança referências às lutas políticas da época, como o testemunham a escritura de 12 de Maio de 1829, pela qual o bacharel Agostinho José da Fonseca, professor proprietário da cadeira régia de filosofia e advogado de Bragança, comprou um lameiro na ribeira de Vila Nova que «já em Junho de 1825 a outorgante com seu defunto marido haviam tratado de vender» àquele advogado; mas, como este «emigrara para Espanha por causa dos *acontecimentos políticos que tiveram lugar em Portugal no fim de Julho de 1826*», só mais tarde se fez a respectiva escritura (Cartório Notarial, livro n.º 299, f.ªs 39.ª e 40.ª); e a audiência de 18 de Maio de 1827, em que «o bacharel Moraes como procurador de José António Afonso, de Grandais, disse que, havendo meses que não tinham continuado os termos

de seu livramento, requeria que o escrivão informasse o motivo da tardança». E o escrivão informou que «antes da entrada das tropas rebeldes nesta cidade os tinha feito conclusos para deferir sobre uns embargos de lançamento e que até o presente lhe não tinham sido entregues e que perguntando pelos ditos autos ao réu, na ocasião em que *ainda se aqui achavam as mesmas tropas, segundo sua lembrança em Janeiro ou Fevereiro deste ano*, lhe respondeu que ele réu sabia perfeitamente onde se achavam os ditos autos e que, quando lhe fizesse conta, eles apareceriam» (Livro para o Protocolo do Escrivão Moreira, n.º 3, f.ª 18.ª).

Daqui se vê que nos primeiros meses do ano de 1827 Bragança estava sob o jugo das tropas rebeldes, ou sejam miguelistas, e que em 18 de Maio do mesmo ano dominavam nela as tropas liberais do comando do conde de Vila Flor que do seu «Quartel General de Argoselo» enviou um ofício ao Ministro da Guerra, datado de 8 de Março de 1827 e em que prometia ir ocupar Bragança no dia seguinte (*O meu Apelido e a minha Terra*, f.ªs 124.ª e 125.ª).

Cinco meses depois, em 22 de Outubro de 1827 «nas casas do Ilustríssimo João Ferreira Sarmiento de Lousada, capitão do regimento de cavalaria 9, fez testamento a Ex.ª D. Maria Isabel Ferreira Sarmiento de Lousada, irmã do sobredito», em que «chamou por sua universal herdeira e também por sua testamenteira» a sua irmã D. Joana Luísa Ferreira Sarmiento de Lousada. Vivendo em casa do irmão — que lhe dava uma pensão para alimentos — era natural que a testadora o «chamasse por seu testamenteiro» (Cartório Notarial, livro n.º 153, f.ª 66.ª). O facto de o não chamar, chamando uma senhora, pode explicar-se, pois, por motivos políticos. É que o irmão foi um político liberal e, sendo militar, certamente se envolveu nas lutas políticas e militares que se deram na sua terra natal, em que vivia. Na ocasião da feitura do testamento ou já não estava em Bragança ou havia a certeza de em breve ter de a abandonar. E, na verdade, os regimentos de cavalaria n.ºs 9 e 12, a que havia pertencido, emigravam no dia 3 de Julho de 1828 do Porto para o exílio e certamente ia com eles o seu capitão João Ferreira Sarmiento que no dia 22 de Junho de 1829 desembarcou com o Conde de Vila Flor na ilha Terceira,

onde serviu na repartição do Ajudante General e, em 14 de Janeiro de 1831, foi nomeado durante a ausência do Ministro e Secretário de Estado, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, secretário da Regência para o expediente da repartição da Guerra (*Crónica de D. Maria II*, por Fr. Duarte de Almeida e Araújo, pág. 379.^a, vol. 2.^o, e págs. 25.^a e 57.^a do vol. 3.^o).

E depois da vitória do regime liberal, para que tanto contribuíra, foi eleito deputado pela província de Trás-os-Montes na legislatura de 1834-1836 e na de 1837 com o nome de João Ferreira Sarmiento Pimentel e vogal membro do Concelho do Distrito.

A testadora disse que «queria que o seu corpo fosse envolto em hábito preto e enterrado na igreja de São Francisco e na sepultura onde foram enterrados seus pais». Mas nem do assento de óbito de D. Guiomar Luísa de Figueiredo Antas, ocorrido no dia 4 de Março de 1820 e constante do arquivo paroquial da Sé, nem de tantos outros documentos consultados consta coisa alguma sobre a sua estada com as filhas em qualquer convento e muito menos da sua morte nele que, a ter-se dado lá, constaria do seu registo especial.

Todos eles mostram, pelo contrário, que tanto a mãe como as filhas depois da morte do marido e pai continuaram a viver na casa de morada do morgadio de Santo António de Vale de Flores. Se os pais, como depois veio afirmar uma bisneta, chegaram a andar tão desavindos que «a pobre esposa, depois de muito sofrer, entrou no convento de Santa Clara com as filhas e aí morreu», ficaram depois para todo o sempre unidos na mesma sepultura!

*

9.^o João Ferreira Sarmiento de Lousada Pimentel, filho do precedente e de D. Ana Amália Ferreira Sarmiento que no dia 12 de Junho de 1839 declarou perante o juiz de paz que seu marido havia falecido no dia 2 de Janeiro de 1838 e fora sepultado na igreja de S. Francisco e que do seu matrimónio lhe ficaram as filhas seguintes:

D. Guilhermina Augusta, de 14 anos; João Ferreira Sarmiento, de 7 anos, e António Maria de 6 anos; e, finalmente, que

os bens sitos em Bragança eram vinculados e que os alodiais já os havia dado no juízo de par dos Possaços. Ao vínculo pertenciam as seguintes casas: as da praça com seus altos e baixos, servidões e mais pertenças, avaliadas em 1:800\$000 réis; as situadas na rua dos Oleiros, ao Ribeirinho e no Loreto; uns palheiros também no Loreto e um forno no Tombeirinho.

Na reunião do conselho de família, realizada no dia 23 de Setembro de 1850, D. Ana Amália Ferreira Sarmento disse que «na qualidade de mãe e tutora não podia continuar não só porque seus filhos não lhe obedeciam nem a tratavam com respeito, mas até porque os rendimentos da casa não eram suficientes para satisfazer aos caprichos e apetites dos ditos seus filhos, por isso requeria se lhes nomeasse novo tutor», em virtude do que o conselho de família deliberou escusar a requerente da tutela e «nomear para tutor a António Ferreira Sarmento, tenente-coronel de cavalaria 7, por ser o único tio dos menores da linha paterna».

No requerimento de 23 de Novembro de 1855 diz João Ferreira Sarmento ter completado 21 anos de idade e ser alferes de cavalaria, devendo por isso à face da lei ser declarado emancipado e foi-o por despacho do dia imediato (Inventário a que se procedeu por falecimento de João Ferreira Sarmento Calainho, maço n.º 3, 3.º ofício, f.ªs 6.ª, v., 7.ª, 8.ª, 107.ª e as duas últimas do processo não numeradas).

E ainda continuava a ser alferes em 13 de Dezembro de 1862 em que se iniciou o inventário por falecimento de sua mulher, Ex.ª D. Alexandrina Augusta de Macedo Gouveia Vasconcelos Sarmento, sendo-lhe dado como inventariante o nome de *João Ferreira Sarmento de Lousada Pimentel* e como cabeça-de-casal o de *João Ferreira Sarmento Lousada Pimentel Calainho*, mas continuando a dizer-se e a assinar só o de *João Ferreira Sarmento*.

Em 20 de Janeiro de 1863 declarou em juízo que de sua falecida mulher lhe ficaram as seguintes filhas;

- 1.ª D. Alexandrina Augusta, de idade de 6 anos;
- 2.ª Joana Adelaide, de 4 anos;
- 3.ª D. Guilhermina Amália de 2 anos.

E não descreveu os bens de raiz sitos em Bragança, porque como vinculados não são «partíveis nem comunicáveis». Fora

de Bragança foi inventariado o casal de Algosó no valor de 5:920\$200 réis.

Este João Ferreira Sarmiento morreu em Algosó no dia 13 de Setembro de 1904 com 70 anos de idade, segundo consta da respectiva certidão de óbito. Sendo exacta a idade com que faleceu, nasceu em 1834 — o que está de acordo com a afirmação por ele feita em requerimento de Novembro de 1855 de ter então 21 anos completos e com o afirmado nas *Memórias do Distrito*, tomo VI, pág. 702.^a; mas está em desacordo com a declaração da mãe no inventário, dizendo em 1839 que tinha 7 anos de idade, e neste caso teria nascido em 1832. E também há desacordo, quanto à terra da sua naturalidade e ao dia do seu falecimento. É que no citado passo das *Memórias* afirma-se ter nascido no Porto e falecido no dia 4 de Setembro, quando no seu testamento é o próprio testador que se diz natural de Fornos de Pinhal, concelho de Valpaços, e no assento de óbito o pároco de Algosó lhe dá a mesma naturalidade — que era a da mãe — e o diz falecido — não no dia 4 — mas no dia 13 de Setembro. No Porto, rua da Boa-Vista, n.º 3, residia ele, quando em 18 de Agosto de 1899 fez o seu testamento cerrado e quando em 15 de Abril de 1903 fez o seu codicilo.

Legou a sua filha mais velha o terço dos seus bens e, como esta se não entendeu na partilha com as irmãs, requereu inventário de maiores que não chegou ao fim por haverem feito antes partilha amigável, pela qual passou para uma das herdeiras a quinta e algumas casas do morgado e para outra a casa de morada, situada na Praça da Sé. E assim terminou, de facto e de direito, um morgado com quase três séculos de existência! (Inventário a que se procedeu por falecimento da Ex.^{ma} D. Alexandrina A. de Macedo G. V. Sarmiento, maço n.º 9, 2.º ofício, f.^{as} 1.^a, 3.^a, 9.^a, 13.^a, v., e inventário de maiores apenso, f.^{as} 3.^a, 17.^a, 18.^a, 19.^a e 25.^a).

É de notar que nos documentos citados verifiquei que os descendentes de João Ferreira Sarmiento de Lousada Pimentel Calainho, administrador do concelho no tempo do *Setembrismo*, não usaram o apelido, de *Calainho*, embora o público continuasse a dar-lho. Veio a usá-lo, porém, mais tarde o seu bisneto, António Carlos Sarmiento Calainho de Azevedo.

E também não encontrei provas de que o último administrador do morgado de Santo António de Vale de Flores se intitulasse ou o intitulassem fidalgo da casa real como os seus antepassados. Nascido e criado na vigência do regime liberal, ele que provinha de antiquíssima fidalguia e foi general do exército, ou não quis ou não conseguiu ser da nova e última fidalguia.

Do exposto vê-se que os bens de raiz, que esta nobre família possuía em Bragança, eram bens vinculados; e pela instituição do vínculo e pelas numerosas escrituras de emprazamentos, feitas durante séculos, mostra-se que possuía casas na Praça do Colégio, nas ruas dos Oleiros, Paço, Tombeirinho e do Loreto; mas nunca teve casa alguma na rua da Alfândega — o que prova que a casa brasonada desta rua, mencionada no começo deste capítulo, nunca lhe pertenceu. A quem pertenceu, pois?

É o que se vai mostrar no capítulo seguinte.

(Continua)

ADRIÃO MARTINS AMADO

TRÊS MÉDICOS CIENTISTAS NATURAIS DE CASTELO DE VIDE

GARCIA D'ORTA

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Uma comissão de médicos deste concelho composta pelos srs. Drs. João Augusto Mimoso Rolo, Amadeu Ferreira Canário, João António Transmontano, Manuel Ricardo Chaves Costa, Manuel Gregório Lopes e Adolfo João Lahmeyer Bugalho teve a louvável, patriótica e agora renovada iniciativa, com o patrocínio e a colaboração da Câmara Municipal e por subscrição pública, de mandar erigir um singelo, mas expressivo monumento, que perpetuasse a memória dos três famosos médicos cientistas naturais de Castelo de Vide — Garcia d'Orta, Francisco Morato Roma e José António Serrano —.

Para colaborar nesta iniciativa foi depois nomeada uma Comissão de Honra composta dos srs. Prof. Dr. António Pereira Flores, Prof. Dr. Joaquim Antunes de Azevedo, Dr. José Manuel da Costa, Dr. João Augusto Mimoso Rolo e Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho.

Iniciativa digna de todo o aplauso esta de exaltar as glórias de Castelo de Vide na pessoa dos seus mais ilustres e preclaros filhos; permita-se-me, porém, formular o desejo de que em futuro, mais ou menos próximo, se não deixem no olvido alguns insignes castelovidenses que enaltecera e honraram também a sua terra e a fizeram prosperar em outros sectores das ciências e das letras, em outras actividades sociais e políticas. Seja-me lícito nomear, como acto de provada justiça — Mousinho da Silveira e o Dr. José Frederico Laranjo —.

Quis a comissão promotora desta homenagem dar-me a honra de me convidar para vir aqui, em três sessões solenes, proferir algumas palavras acerca destas figuras que bem a merecidamente se podem considerar verdadeiras glórias de Castelo de Vide, glórias que pela intensa luz que projectaram, pela irradiação científica que tiveram as

suas obras, se podem considerar não somente nacionais como também, principalmente pelo que respeita a um desses cientistas, Garcia d'Orta, com irradiação além das fronteiras da Pátria.

Digo renovada iniciativa porque já no mês de Julho de 1944 o corpo clínico do Concelho, de que então fazia também parte o falecido médico Dr. Domingos Correia de Carvalho, além dos já mencionados, se reunira em comissão e resolvera prestar, a estes três cientistas, a justa homenagem que só agora se pode levar a efeito.

Apesar de reconhecer que o encargo em que tão benévola e confiadamente me investiram os ilustres médicos, constituídos em comissão para realizar esta justa homenagem, era de delicada responsabilidade e demasiadamente pesado para os meus ombros frágeis, para a modéstia do meu valimento, eu não podia, sem desprimor, recusá-lo. Sim; eu não podia, nem devia recusar essa honra, porque como filho desta terra que me orgulho de ser, os deveres que nos impõe o seu culto, a atracção, a irresistível sedução e encanto que tantas vezes têm posto o meu espírito em contacto com os documentos do seu passado, com as tradições da sua vida histórica, tudo isto constituía e constitui para mim um destes imperativos aliás comum a todos nós; é este bairrismo, como soi dizer-se agora, que a todos nos liga à terra onde nascemos; é o sentimento de solidariedade, de continuidade no organismo social do nosso burgo, igual ao sentimento de solidariedade, de continuidade no organismo da nossa família. A nossa terra é, na verdade, o prolongamento da nossa família. Ora perante esta festa da família Castelovidense eu não podia, pois, recusar o meu desvalioso concurso, a colaboração que tão confiadamente me foi pedida. Saúdo pois em primeiro lugar a nossa Terra, através da sua Câmara Municipal, guarda e defensora dos seus interesses materiais, morais e culturais, composta, como dizia Renan, e como todas as pátrias — de corpo e alma — alma formada pelas recordações do seu passado, pelas vibrações da sua vida histórica, pelas lições e exemplos dos seus homens de prol, pelo facho luminoso da inteligência dos seus cientistas, dos seus filhos ilustres, finalmente pelas tristezas, dores e alegrias das gerações extintas, pelas esperanças e anseios do seu futuro; mas que a recordação das tradições que tornaram famosa e notável a nossa Terra não seja somente motivo para nos imobilizarmos na contemplação estática desse passado que a fez grande e próspera, mas sim

e também para que nessas recordações possamos todos ir procurar, bem unidos para mais fortes, aqueles vigorosos estímulos de molde a resolver os seus problemas do presente e efectivar as suas aspirações de um futuro cada vez mais próspero.

Para vermos e bem apreciarmos este abençoado canto onde nascemos que a natureza dotou de tantas graças e louçanias, para que este lindo rincão da terra portuguesa se possa apreciar em todos os quadros sugestivos que a sua paisagem desdobra à nossa vista, é preciso realmente vê-lo através da sua alma, observá-lo, como dizia alguém ⁽¹⁾, com duas espécies de sentidos: os do corpo e os do espírito; com os do corpo percebem-se as coisas que os nossos olhos se costumaram a ver desde a infância; com os olhos do espírito descobrimos mais alguma coisa: aprendemos a interpretar a beleza da nossa terra, desta vila que se estende graciosa, na alvura do seu casario, à sombra do seu vetusto e altaneiro castelo; aprendemos a interpretar, num misterioso e divino instinto, o encanto desta paisagem que a circunda, que mais se ama quanto mais velho se vai sendo, que mais se admira quanto mais longe se vive dela, como se a distância, em lugar de lhe apagar e sumir os contornos, mais os vincasse, porventura, mais os aproximasse dos olhos nostálgicos e saudosos do nosso espírito. Pode alguém, que nesta terra tenha nascido, divorciar-se dela, amuar-se, incompatibilizar-se mesmo com ela, e já isso tem acontecido, mas há um momento da vida em que os olhos do espírito se voltam para a terra onde nascemos, como os olhos de um filho se voltam enternecidos para os olhos, para as feições de sua mãe e os braços de um e de outra se unissem e entrelaçassem em carinhoso e demorado abraço de reconciliada ternura, de íntima e comovida emoção.

Não estranheis pois que eu me encontre aqui, eu que vejo a nossa Terra com estes dois sentidos. Eu que tantas vezes tenho procurado auscultar a voz do passado da nossa vila, ressuscitar, através de velhos e amarelecidos pergaminhos, de poeirentos códices, alguns aspectos da história desta abençoada, desta privilegiada região, não podia, em verdade, furtar-me a colaborar no alto pensamento que inspirou a bela iniciativa dos médicos de Castelo de Vide.

(¹) Antero de Figueiredo, *Jornadas de Portugal*, 1918.

Eis, pois, a razão porque, sem outros méritos, me encontro neste lugar. Lamento, porém, que tenha que reduzir aos limites de um rápido e fugitivo panegírico a extensão da vida, a vastidão e importância da obra dos três cientistas:

«Porque de feitos tais, por mais que diga
Mais me ha de ficar inda por dizer.»

(*Lusíadas*, canto III, est.^a V)

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Para evocar a memória do médico cientista que hoje vimos homenagear e de que vou tentar fazer breve mas expressivo panegírico, permiti que eu desde já invoque o testemunho autorizado, o depoimento pormenorizado e sugestivo de um médico também professor cientista, felizmente ainda vivo: quero referir-me ao professor Dr. Augusto da Silva Carvalho, a quem se deve, como já em tempos tive ensejo de dizer ao publicar a sua bio-bibliografia, o conhecimento e divulgação de novas e decisivas fontes de informação sobre a vida e obra do grande naturalista (1). Não quis tomar o encargo de vir hoje aqui proferir esta conferência sem me avistar primeiro com o sr. Dr. Augusto da Silva Carvalho, a quem em sua casa, onde fui benèvolamente recebido, lhe manifestei, por mim e em nome da Comissão promotora desta homenagem, o empenho que todos tínhamos de o ver hoje aqui. O sr. Dr. Silva Carvalho, alegando que o seu estado de saúde lhe não permitiria comparecer nesta sessão, quis dar-me a honra de ser o portador de um exemplar para a biblioteca municipal da sua exaustiva obra sobre «Garcia d'Orta» e de oferecer à Câmara Municipal um retrato seu que oportunamente será colocado na sala da sua biblioteca, que está a organizar-se e aguardando condigna instalação (2).

Impõe-se-me pois, o grato dever de prestar, antes de tudo, as minhas homenagens ao sr. Dr. Silva Carvalho.

(1) *O Castelovidense*, Ano 2.^o, n.^o 42, 18 de Março de 1934.

(2) Este retrato foi também projectado na tela, no fim da sessão, com outras elucidativas gravuras.

Escassas eram as notícias que havia sobre a família de Garcia d'Orta; quase tudo eram, pelo que respeita a alguns passos da sua vida e da sua família, interrogadas hipóteses, problemas insolúveis, charadas indicifráveis, mistérios; com os elementos que o Dr. Silva Carvalho recolheu, já pela análise dos *Coloquios*, em vários dos seus diálogos, já pela valiosíssima e inédita documentação que compulsou e se guarda principalmente na Torre do Tombo, ficou, de uma forma incontroversa, estabelecida a nacionalidade portuguesa de Garcia d'Orta, como a sua naturalidade nesta vila de Castelo de Vide. Estudando os *Coloquios*, essa obra consagrada universalmente de Garcia d'Orta, por cujas páginas já tinham passado os olhos atentos de alguns estudiosos, especialmente do proficiente Conde de Ficalho, «o mais sábio dos fidalgos e o mais fidalgo dos sábios», como dizia alguém, o sr. Dr. Silva Carvalho, com aquela acuidade que distingue a sua investigação, pôde verificar que havia em certos passos dos *Coloquios* locuções e modos de dizer reveladores de uma origem castelhana da sua linguagem cuja filiação o levou a ligar, porventura, Garcia d'Orta aos judeus castelhanos da fronteira da nação vizinha, os quais, perseguidos por ódios de raça e depois pela Inquisição, se tinham visto obrigados a procurar refúgio nas terras próximas e fronteiriças de Portugal, ao norte do Alentejo. Esta feliz presunção foi o motivo principal que levou o sr. Dr. Silva Carvalho à paciente consulta dos maços da Inquisição de Évora que se guardam na Torre do Tombo, núcleos documentais que percorreu em todas as letras da sua catalogação. Deste convívio e proveitoso contacto com tais processos e documentos resultou poder travar conhecimento com nomes da família Orta, nomeadamente com o nome de um tal Dr. Francisco de Orta, natural de Elvas, o qual, levado perante a Inquisição, faz curiosas declarações respeitantes à sua filiação e genealogia; essa árvore genealógica de Garcia d'Orta e dos seus colaterais pode ver-se, com larga minúcia, no livro que publicou a propósito da comemoração do quarto centenário da sua partida para a Índia em 12 de Março de 1934 (1).

(1) Augusto da Silva Carvalho, *Garcia d'Orta*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934. (Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XII, n.º 1).

Foi, pois, este o filão que havia de conduzir o espírito sagaz de Silva Carvalho à mina inexplorada do rico tesouro de notícias e informações sobre Garcia d'Orta nos vários passos da sua vida, quer dentro, quer fora da família, pormenores não somente interessantes para o retrato biográfico do notável médico e naturalista, amigo e companheiro na Índia do nosso grande e imortal épico, Luís de Camões, como também para a história, nos seus múltiplos aspectos, das mais importantes povoações do nosso longínquo e dilatado domínio na Ásia.

Junte-se a tudo isto uma copiosa e exaustiva bibliografia de quase tudo o que se tem publicado sobre os *Coloquios*, em latim, espanhol, francês, italiano e inglês, como o sr. Dr. Silva Carvalho teve o feliz ensejo de mostrar na interessante exposição que organizou com as mais raras espécies existentes entre nós, e ver-se-á como é vastíssimo o material que o eminente académico pode reunir e aproveitar para erigir, com a sua obra, o mais culto monumento ao famoso naturalista do século XVI inscrevendo-o no livro de ouro da notável vila de Castelo de Vide.

Ficou assim rebatida a informação que acerca de Garcia d'Orta nos dá o douto abade de Santo Adrião do Sever, Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, considerando-o como tendo o berço em Elvas, acrescentando, porém, que parece que na obscuridade do nascimento e da morte, a Providência quis fazer Garcia d'Orta semelhante a outros grandes homens. Nesta informação e na existência em Elvas de pessoas com o apelido desta família se baseou o laborioso e diligente investigador elvense A. Thomaz Pires para o dar também como natural de Elvas, seguido, neste ponto, pelo Conde de Ficalho (1).

Foi pois um alto serviço e uma valiosa contribuição para a ciência portuguesa que o sr. Dr. Silva Carvalho prestou, um serviço digno da gratidão de nós todos, castelovidenses, que assim e de uma forma incontroversa nos restitui uma das nossas mais lídimas glórias.

O erudito e laborioso investigador da história da medicina

(1) A. Thomaz Pires, *Estudos e notas elvenses* — VIII — *Garcia da Orta* (2.^a edição), Elvas. Editor: António José Torres de Carvalho.

baseando-se num curioso documento que publiquei no meu trabalho *Terras de Odiana*, que benèvolmente cita e em parte transcreve, pôde verificar que muitos dos judeus expulsos de Castela passaram pela fronteira de Marvão vindo estabelecer-se no Alto-Alentejo (1).

O Conde de Ficalho, no livro que consagrou ao famoso naturalista sob o título *Garcia da Orta e o seu tempo* opina que tendo morrido em 1570 sendo provàvelmente de 80 anos, como se deve concluir de lhe chamarem muito velho, devia ter nascido cerca de 1490.

O Dr. Silva Carvalho, porém, alvitra que tudo leva a crer que Orta terminasse os estudos nas Universidades de Salamanca e Alcalá de Henares e regressasse à sua terra cerca de 1523, tivesse começado a estudar próximo de 1515, e nascesse nos primeiros anos do século XVI.

Confirma estes cálculos o facto de ser Orta o primogénito, a que se seguiu Violante e depois Catarina e esta ter nascido em 1511 ou 1513, como declarou no processo perante a Inquisição, não sendo pois nada provável, acrescenta o erudito investigador, que o nascimento de seu irmão distasse mais de dez anos dos das duas irmãs. Em confirmação vem ainda o saber-se que foi no princípio do século que o pai de Orta se casou, portanto não podia ter um filho dessa união dez anos antes.

Passada a sua infância e adolescência nesta sua vila natal de Castelo de Vide foi Garcia d'Orta frequentar os estudos das famosas Universidades de Salamanca e Alcalá de Henares.

Em Salamanca conheceria Garcia d'Orta portugueses que depois foram notáveis: o matemático Pedro Nunes, mais tarde mestre do grande navegador Martim Afonso de Sousa, ambos protectores de Garcia d'Orta em horas sombrias e amargas da sua vida; o cronista André de Resende; o bispo D. Jerónimo Osório, célebre historiador d'el-rei D. Manuel, Amato Lusitano, Aires Barbosa, de Aveiro, um dos primeiros humanistas do seu tempo e um dos que mais concorreram para divulgar em Portugal o amor pelas boas letras clássicas; Luís de Lemos, natural de Fronteira, que escreveu um comentário sobre «Galeno». Havia pois em Salamanca uma representação brilhante

(1) P. M. Laranjo, *Terras de Odiana*. (Subsídios para a sua história documentada). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

na cátedra e nos bancos escolares de muitos portugueses que ali honravam a sua pátria.

Dos seus estudos universitários, além dos próprios e necessários à sua formação de médico (físico), trouxe também uma cultura humanística e já acentuada tendência manifestada desde logo para os estudos de botânica, expressa pela alcunha de *o ervas* figurada depois num exemplar e na lombada dos *Coloquios*, que existia na biblioteca do bibliófilo elvense, António José Torres de Carvalho. Acabados os seus estudos fixou-se nesta sua terra, Castelo de Vide, para fazer clínica, não tendo já encontrado seu pai, que falecera em 1521.

Para obter a carta permitindo-lhe o exercício da medicina e a licença para andar em mula ou faca Garcia d'Orta teve que ir a Lisboa em 1526 para fazer o respectivo exame perante o físico-mor do reino, licenças que lhe foram concedidas em data de 5 de Abril e carta de 10 do mesmo mês (1).

A proibição de usar de mula ou faca era uma providência para que não diminuísse no país a quantidade de cavalos necessários para a guerra. Permitiu-se depois aos magistrados e eclesiásticos se servissem de muares de sela.

Temos, pois, na primavera do ano de 1526, diz o seu biógrafo Conde de Ficalho, o nosso jovem físico, munido das autorizações necessárias para curar livremente de sua ciência, e montar a sua faca ou mula.

Estava, como vimos, estabelecido em Castelo de Vide, a bonita e fresca vila, assente nas vertentes do prolongamento setentrional da serra de S. Mamede, regada pela ribeira de Vide, e dominando as extensas charnecas que vão do Crato a Alpalhão e a Nisa. Por ali ficou alguns anos, levando a vida monótona de um médico de província, relendo os seus livrecos, conversando às tardes na botica, e percorrendo as estradas da serra ou da charneca, montado no seu cavaleiro. Desta modesta fase da sua vida não ficaram naturalmente vestígios, e só tornámos a ter notícias suas, passados seis anos, quando vem reger a cadeira de *summulas* na Universidade de Lisboa (2).

(1) Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III*, liv. 25, fl. 8.

(2) *Garcia da Orta e o seu tempo*, pág. 39.

Nesse tempo vivia em Castelo de Vide Mestre Jorge, judeu, e que deu nome a uma das ruas próximas ou fazendo também parte do bairro da Judiaria, examinado em 12 de Janeiro de 1545 pelo físico-mor com aprovação, depois de se mostrar que pelas curas feitas e suas experiências estava apto a «*Curar de fisico em Castelo de Vide*».

Garcia d'Orta sai pois de Castelo de Vide e fixa-se em Lisboa não somente levado pela ambição e o anseio de se celebrizar, como também por se julgar ali mais seguro; na capital tinha uma tia chamada Violante Gomes, casada com o físico Bernardes, morador às Pedras Negras, contando talvez com a protecção e o seguro abrigo da casa de Martim Afonso de Sousa, também alentejano, natural de Vila Viçosa.

Com o desejo de ilustrar-se entra, a 31 de Outubro de 1530, no concurso por opposição à cadeira de *Sumulas*, para que é eleito. A 5 de Novembro de 1530 é encarregado por um ano de reger a cadeira de Filosofia Natural e na segunda e terceira terça de 1531-32 foi encarregado de reger interinamente a cadeira de Filosofia Moral, vaga pela saída de Pedro Nunes (1).

Muito lhe valeram, no seu labor universitário e profissional, a protecção de vários portugueses, que, como acima disse, professavam em Salamanca ou eram ali escolares, entre os quais devemos também mencionar o erudito teólogo, seu mestre naquela célebre Universidade, Pedro Margalho, natural de Elvas e que D. João III chamou a Portugal para lhe confiar a regência da cadeira de prima na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra; Pedro Nunes, natural de Alcácer do Sal e Martim Afonso de Sousa; graças a esta protecção Garcia d'Orta consegue estar em Lisboa desde 1530 a 1534; mas nem mesmo na corte se achava em segurança conquanto tivesse conseguido ser nomeado físico de D. João III; já com receio dos seus perseguidores, já também pelo espírito de aventura, pela curiosidade científica, pela fascinação do Oriente, Garcia d'Orta, qual judeu errante que era, parte para a Índia na armada de 12 de Março de 1534, do comando do referido fidalgo seu protector Martim

(1) Joaquim M. Teixeira de Carvalho, *Homens de Outros Tempos*, Coimbra, 1914.

Afonso de Sousa, chegando à barra de Goa em Setembro, deste ano, onde desembarcou.

Contaria então 34 ou 35 anos segundo a hipótese e as razões apontadas pelo Dr. Silva Carvalho (1).

O Conde de Ficalho diz que o arrastavam para ali o seu natural preguiçoso e os fumos da Índia, Silva Carvalho, porém, alvitra judiciosamente que era, porém, o horror das fogueiras para que se estava acarretando lenha (2).

O que é certo é que Garcia d'Orta é forçado a deixar Lisboa e a abandonar a posição elevada que soubera conquistar com o seu talento e trabalho e de que auferia o sustento com que ali se mantinha. Ao passo que outros que foram também para a Índia levavam já de ante-mão algum emprego, Garcia d'Orta desembarcava ali com as mãos a abanar, no apropriado comentário do seu citado biógrafo; mas que fazer, se a perseguição contra os judeus se manifestava de tal ordem e tão encarniçada em Lisboa, como aliás em toda a metrópole, onde os judeus eram, por assim dizer, caçados, como acontecera com o caso de Cascais que desembarcando alguns marinheiros à procura de um médico levaram o primeiro que encontraram para não mais voltar. Não nos deve causar admiração que o piedoso rei D. João III, o introdutor da Inquisição em Portugal, tivesse por físico (médico), um judeu, Garcia d'Orta, pois é certo que todos os seus outros médicos e cirurgiões eram de origem hebraica, como: Mestre Dionísio, ainda médico de D. Manuel I, e que passou depois ao serviço do seu sucessor D. João III e da Rainha. Conseguiu, mais tarde, fugir de Portugal e exerceu clínica em Londres e Veneza, cidades onde retomou a sua antiga religião; Diogo Lopes, também judeu, nomeado físico-mor do rei em 10 de Novembro de 1520 (3); Diogo Álvaro que substituiu o seu colega Diogo Lopes, como físico-mor do rei, foi nomeado para este cargo por alvará de 9 de Julho de 1528 (4), e morreu em 1554, sendo substituído em 4 de Maio do mesmo ano.

(1) *Ibid., id.*, pág. 14.

(2) *Ibid., id.*, pág. 21.

(3) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Místicos*, L.º 6, fl. 13 v.

(4) *Idem, Chancelaria de D. João III*, L.º 5, fl. 110.

por Leonardo Nunes (1). Da grande afinidade e inclinação dos cristãos novos pela ciência médica é prova também a lista dum grande número de físicos, cirurgiões e boticários que foram presos pela Inquisição, além de outros que fugiram, e que confessaram por sua culpa terem morto muitos cristãos velhos por medicina (2).

Alguns parentes de Garcia d'Orta foram também médicos e cirurgiões, judeus apanhados nas malhas da Inquisição e de cujos processos nos dá boa notícia Silva Carvalho, tais como: Gabriel Luís, cirurgião em Elvas, casado com Beatriz de Orta, filha de Jorge de Orta, ciseiro, irmão do famoso naturalista, ambos presos pelo Santo Ofício, o que levou o médico filho de Jorge de Orta, Francisco de Orta, a fugir para Portalegre e depois para Olivença, donde vinha a ocultar-se àquela cidade para ver a mulher e os filhos que ali deixara. Acabou por ser preso a 25 de Abril de 1561. Não confessou as culpas de heresia e judaísmo, nem mesmo levado e tormento em 1563. Depois de muitos incidentes de apelações e agravos o processo foi trazido à Inquisição de Lisboa tendo saído o réu reconciliado no auto de fé que se fez em Évora a 12 de Setembro e, depois de curta penitência que cumpriu no convento do Carmo, teve licença para voltar para a sua terra.

Supõe Silva Carvalho que a benignidade e excepcional tolerância dos Inquisidores para com este médico Francisco de Orta, já reveladas nos processos de suas primas Catarina e Isabel, irmãs de Garcia d'Orta, fora devida à intervenção de Luís de Orta, cirurgião do hospital de Ormuz, pelo valimento de seu irmão Tomás de Orta, que foi médico da casa de D. João III, encarregado de acompanhar a Castela a princesa D. Maria, que ali fora a 15 de Novembro de 1543 casar com Filipe I, voltando para Portugal provavelmente logo depois da morte desta em trabalho de parto, a 12 de Julho de 1545 (3). De resto desde a fundação da monarquia portuguesa ocuparam junto dos primeiros reis de Portugal os postos de cirurgiões e físicos-mores do reino, na sua quase totalidade, muitos judeus.

(1) Idem, idem, L.º 58, fl. 55 v.

(2) J. Lúcio de Azevedo, lista publicada na *História dos Christãos Novos Portugueses*, apêndice II, cap. 2.º, págs. 466 e segs.

(3) *Ibid.*, id., pág. 39.

Citamos alguns nomes:

Rabi Guedalia ibn Iahia, médico-mor do rei D. Dinis.

Salomon ben Moses Salomon, fisico de D. Fernando e de D. João I.

Rabi Mosseh ibn Navarro, médico de D. João I, em 1391, e Grande-Rabino dos judeus portugueses. Mestre Guadalia ben Salomon ibn Iahia, médico de D. Duarte, e de D. Afonso V. Depois da morte deste monarca emigrou, em 1487, para Constantinopla.

O rei D. João II tinha a seu serviço diferentes médicos e cirurgiões judeus, a saber: Mestre Leão, Diogo Mendes Becinho, Diogo Rodrigues Zacuto, os astrónomos José Vizinho, Mestre Rodrigo e o cirurgião Mestre António, ao qual o rei serviu de padrinho de baptismo.

D. Manuel I, autor da lei de expulsão dos judeus de 1496, tinha como médico e astrólogo o grande sábio judeu, Abraham ben Samuel Zacuto, professor da Universidade de Salamanca, que já havia exercido idêntico cargo no reinado de D. João II, e que pela sua obra prima, *Almanach perpetuum* (Leiria, 1946), pode ser considerado a alma das grandes descobertas marítimas portuguesas (1).

A par da falange de médicos de grande nomeada, dentro do país, seja-nos permitido citar também alguns nomes de eminentes médicos cristãos novos portugueses, que tendo conseguido escapar-se das garras da Inquisição, atingiram, no estrangeiro, nomes mundiais, a saber:

Amatus Luzitano (1511-1568), originário de Castelo Branco.

Zacuto Luzitano (1575-1642), natural de Lisboa.

Phillipe de Montalto, médico da rainha de França, Maria de Médices. Alguns autores o presumem ser irmão de Amatus. Manuel Bocarro Francês (1588-1662), também conhecido pelo nome de Jacob Rozales, que adoptou depois que voltou oficialmente ao seio do judaísmo; António Nunes de Ribeiro Sanches (1699-1783), natural de Penamacor, que, fora da medicina, escreveu muitas e valiosas obras em diversos outros ramos do saber humano.

(1) Samuel Schwarz, *Os Cristãos Novos em Portugal no século XX* in *Arqueologia e História*, vol. IV. (Publicações da Associação dos Arqueólogos Portugueses).

Os cristãos novos portugueses também contribuíram altamente para o desenvolvimento de outros ramos da ciência, bastando-nos citar os gloriosos nomes de Baruch de Spinoza, Uriel da Costa, Leone Ebreo (filho do eminente sábio e ministro de D. João II, Isaac Abarbenel), opulento prestamista do Estado, conselheiro de D. Afonso V; como é sabido os judeus, movidos pela ambição de acumular riquezas e subir na escada social, aliam-se com famílias fidalgas, sendo dos primeiros médicos, homens de leis, astrónomos, navegadores, banqueiros e prestamistas, arrematantes de impostos e exactores da fazenda, administradores de muitas casas e até de institutos religiosos⁽¹⁾; além destes não se devem esquecer os nomes do genial matemático português André de Avellar, e dos eminentes juriconsultos Tomé Vaz e Francisco Vaz de Gouvêa, estes três últimos, presos e torturados pela Inquisição (entre 1618 e 1631), bem como do eminente lente de Cânones da Universidade de Coimbra, António Homem, que foi queimado pela Inquisição em 1624.

Não podemos terminar esta enumeração de sábios cristãos novos sem mencionar o insigne dramaturgo português António José da Silva, que o imortal Camilo glorificou na sua obra prima *O Judeu*, e que morreu queimado pela Inquisição, na idade de 34 anos, no auto-de-fé de Lisboa de 1 de Outubro de 1739.

Como acima disse um dos mais desvelados protectores de Garcia d'Orta foi Martim Afonso de Sousa, fidalgo que havia sido indigitado e escolhido para desempenhar o alto cargo de capitão-mor do mar da Índia, para o qual foi nomeado por carta régia de 19 de Dezembro de 1533⁽²⁾. A capitania da frota, que constituía uma poderosa armada com luzida companhia de muitos fidalgos, era a nau *Rainha*, do comando do próprio capitão-mor, que levava na sua companhia e como seu médico particular o famoso Dr. Garcia d'Orta, de cuja família este era doméstico, ou seja familiar e pessoa da intimidade da casa, que nela habitava ou nela tinha entrada. As outras naus que compunham esta armada eram: *Santa Maria*, capitão Diogo Lopes de Sousa; *Santo António*, capitão Tristão Gomes da Gran (ou da

(¹) Joaquim de Carvalho, *Uma epístola de Isaac Abarbanel*. (Separata da *Revista de Estudos Hebraicos*); A. da Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 10.

(²) Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III*, L.^o 20, fl. 45 v.

Mina); *Graça*, capitão Simão Guedes de Sousa; *S. Miguel*, capitão António de Brito.

Quando anos depois, em fins de 1538, Martim Afonso de Sousa, descontente com o procedimento que para ele teve o vice-rei D. Garcia de Noronha resolve voltar para o reino, Garcia d'Orta não o acompanha, entre vários motivos apontam-se os seguintes: o desejo de angariar fortuna o que conseguira, em parte, pelo negócio rendoso que desde logo começara a fazer com o pau Brasil, aplicado à cura da sífilis; outro motivo que o retinha na Índia era desenvolver os seus estudos de história natural a que se vinha consagrando com grande aplicação e entusiasmo, estudos que mais tarde tão célebre o haviam de tornar com a publicação da sua notável obra *Coloquios dos Simples*, em 1563; a todas estas razões e sobrelevando a todas elas devemos acrescentar os justificados receios de voltar para a metrópole depois de lhe ter chegado a notícia de que o pontífice Paulo III, após porfiadas negociações e instâncias, expedira a bula *Cum ad nihil magis*, de 23 de Maio de 1536, para o efectivo estabelecimento da Inquisição em Portugal. Teria também Garcia d'Orta conhecimento do que se estava passando na sua terra natal e da atmosfera de ódios e suspeições em que nesse tempo se vivia em Castelo de Vide, exacerbadas pelas rivalidades raciais e que fazem recrudescer a actividade dos esbirros inquisitoriais que levam aos cárceres do Santo Ofício vários cristãos novos da vila, de ambos os sexos; estes episódios e cenas dramáticas podem reconstituir-se através dos processos que me passaram pelas mãos e que extratei, alguns com bem trágicos e sanguinolentos epílogos. Tais perseguições e fundados receios obrigam a fugir para a Índia as irmãs de Garcia d'Orta, uma das quais, Catarina, casada com Leonel Gonçalves, mesmo em Goa foi apanhada nas malhas do Santo Ofício e ali queimada por judia impenitente, a 25 de Outubro de 1569 (1).

Garcia d'Orta não se atreveu, pois, a voltar mais a Portugal, todavia eram grandes as saudades que tinha da sua terra. Ouçamos o que a respeito do estado do seu espírito nesta altura da sua vida escreve o seu citado biógrafo.

(1) O seu processo pode ver-se, com todos os seus dramáticos pormenores no citado livro de Silva Carvalho, págs. 132 a 165.

«Nos *Colloquios* uma vez é Ruano, isto é, Dimas Bosque que se refere como coisa decidida do seu regresso à sua terra; Orta quando fala desta repatriação do seu amigo, fá-lo pungido de saudades e com a certeza que, por um lado os perigos de deixar Goa onde era respeitado e querido vindo a Portugal sujeitar-se a provável perseguição do Santo Officio, por outro lado o facto de estar acorrentado à Índia pela numerosa família que ali tinha e pelos interesses desta que não podia abandonar nem trair, lhe cortavam para sempre o caminho da volta, único remédio das saudades que carpia. Assim veio encontrá-lo o crepúsculo do seu dia, viúvo da esperança e vergado ao peso de desgostos e apreensões» (1).

Garcia d'Orta casara em Goa, no fim do ano de 1541, ou princípio do seguinte, com Brianda de Solis, pertencente à poderosa e rica família de Solis, de origem portuguesa e espanhola, o ramo português de proveniência de Alter do Chão. Este casamento foi pouco feliz pelas discórdias que sempre acompanharam a vida do casal. Era a mulher avarenta e miserável e tão incompatível se tornou o viver em comum com o marido que em breve Garcia d'Orta passava a viver com a mãe e paredes meias das irmãs, cujas brigas com a cunhada Brianda eram frequentes.

Que a mãe do famoso naturalista, Leonor Gomes, como disse, fora também para a Índia e ali vivia prova-o o facto de Garcia d'Orta aludir a ela quando nos *Diálogos* invoca o testemunho da dita sua mãe sobre o uso e propriedades de certas ervas. Vivia pois Garcia d'Orta em grande desconforto doméstico, conquanto fossem desfogados os seus meios de fortuna pelos fortes rendimentos da sua clínica e das terras que adquirira, sem falar na fortuna da mulher. A clínica e o alto prestígio de que na Índia gozava Garcia d'Orta devia ser uma fonte de abundantes rendimentos pois como observa o seu citado biógrafo, era o médico preferido e mesmo íntimo amigo de poderosos reis e magnates daqueles estados indianos. Na corte de alguns destes reis e magnates reuniam-se verdadeiras Academias, como a do mussulmano Buhran que vivia sem sombra de fanatismo, antes dotado de muita tolerância, protegendo as letras e as ciências, fazendo-se

(1) *Ibid., id.,* pág. 63.

rodear dos homens mais notáveis de todas as raças. Para a corte desses reis e magnates vinham do Egito muitos judeus com os quais Garcia d'Orta vinha encontrar-se para deles saber coisas e tirar assim do seu convívio o maior proveito; as visitas do notável médico e naturalista à corte de Nizamaluco permitiam-lhe passar por Bombaim, centro da civilização oriental onde chegavam os progressos do velho mundo, para onde Garcia d'Orta fora aborrecido com as suas discórdias caseiras e para fugir à mulher, na fundamentada opinião de Silva Carvalho, em refutação dos dizeres do Conde de Ficalho que considerava Orta muito feliz.

Na Índia, durante a sua vida de solteiro, teve como criada a velha Antónia, a quem confiava as chaves, que muito bem conhecia as árvores da horta e era perita na arte da cozinha. Teve ali como comensal, amigo e admirador, o nosso imortal épico Luís de Camões, que fez o elogio da ciência do grande naturalista na ode VIII que escreveu e dirigiu ao Conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, vice-rei daquele estado, pedindo-lhe que favorecesse o doente e velho mestre (1).

No dizer do erudito bibliófilo Ismael Gracias, esta ode é a primeira poesia impressa, antes de todos os inspirados versos do príncipe dos poetas portugueses (2).

Vale a pena fazer aqui a sua leitura:

ODE VIII

Aquelle unico exemplo
Da fortaleza heroica e ousadia,
Que mereceo no templo
Da Fama eterna ter perpétuo dia;
O grão filho de Thetis, que dez anos
Flagello foi dos miseros Troianos;

Não menos ensinado
Foi nas hervas e Medica policia,
Que destro e costumado

(1) Conde de Ficalho, *ob. cit.*

(2) *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 46.ª, 1928, n.ºs 7-8 (Julho-Agosto).

No soberbo exercicio da Milicia:
 Assi que as mãos que a tantos morte derão,
 Tambem a muitos vida dar puderão.

E não se desprezou
 Aquelle fero e indomito mancebo,
 Das Artes qu'ensinou
 Para o languido corpo o intonso Phebo;
 Que se o temido Heitor matar podia,
 Tambem chagas mortaes curar sabia.

Taes Artes aprendeo
 Do semiviro Mestre e docto velho,
 Onde tanto cresceo
 Em virtude, e em sciencia e em conselho,
 Que Telepho, por elle vulnerado,
 Só d'elle pôde ser depois curado.

Pois vós, ó excellente
 E illustrissimo Conde, do Ceo dado
 Para fazer presente
 D'altos Heroes o seculo passado;
 E em quem bem trasladada está a memoria
 De vossos ascendentes a honra e glória:

Postoque o pensamento
 Occupado tenhais na guerra infesta,
 Ou co'o sanguinolento
 Taprobano, ou Achem, que o mar molesta,
 Ou co'o Cambaico, occulto imigo nosso;
 Que qualquer delles teme o nome vosso:

Favorecei a antiga
 Sciencia que já Achilles estimou;
 Olhae que vos obriga
 O vêr qu'em vosso tempo rebentou
 O fructo daquell' Orta onde florecem
 Plantas novas, que os doctos não conhecem.

Olhae qu'em vossos anos
 Huma Orta produzê várias hervas
 Nos campos Indianos,

As quaes aquellas doctas e protervas,
Medêa e Circe, nunca conhecerão,
Postoque a lei da Magica excederão.

E vêde carregado
D'annos e traz a vária experiencia
Hum velho, qu' ensinado
Das Gangeticas Musas na sciencia
Podaliria subtil, e arte sylvestre,
Vence ao velho Chiron, d'Achilles mestre.

O qual está pedindo
Vosso favor e amparo ao grão volume,
Qu' impresso á luz sahindo,
Dará da Medicina um vivo lume;
E descobrir-nos-ha segredos certos,
A todos os Antiguos encobertos.

Assi que não podeis
Negar a que vos pede benigna aura:
Que se muito valeis
Na sanguinosa guerra Turca e Maura,
Ajudae quem ajuda contra a morte;
E sereis semelhante ao Grego forte.

Na Índia, se lá encontrou poucos parentes, em compensação topou com alguns patrícios, que ocuparam posição de destaque na melhor sociedade da Índia portuguesa e entre eles António de Matos, que para lá foram com Afonso de Albuquerque, Gaspar e João Rodrigues Mousinho e Pedro Fernandes Barba, todos oriundos de Castelo de Vide, que pelas armas se tornaram notados e foram aproveitados em muitas missões de importância. Destes receberia naturalmente agasalho e protecção no início da sua estada em Goa ⁽¹⁾.

Estes quatro mencionados conterrâneos de Garcia d'Orta pertenciam às mais nobres e prestigiosas famílias de Castelo de Vide nesse tempo.

A família dos Matos era já muito antiga na heráldica portuguesa e as armas de que usavam registam-se da forma seguinte: de vermelho,

(1) Augusto da Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 23.

pinheiro verde, arrancado de prata, entre dois leões assaltantes de ouro, armados e lampassados de azul. Timbre: leão nascente de ouro, armado e lampassado de azul, segurando na garra direita um ramo de pinheiro, de verde.

Na padieira ou verga do portal de uma casa na rua Direita, no recinto do castelo, antigo e primitivo burgo medieval, pode ver-se esculpido, no granito desse portal, o escudo de armas desta família que bracejou em Castelo de Vide e se ligou a outras famílias da primeira governança da terra; na parte posterior desta casa ou da contígua, para o lado do norte, também se pode ver, já desvanecida pela *patine* do tempo, sobrepujando uma janela na altura do primeiro andar, um delicado e bem esculpido ornato, no qual figuram duas cabeças, uma de homem outra de mulher, e um cavaleiro rompante de lança em riste ⁽¹⁾.

Alguns castelovidenses com apelidos desta família dos Matos figuram com honrosos registos na história da Índia portuguesa e na governança e beneficência da sua terra; assim é que num mandado de Afonso de Albuquerque, o grande fundador do nosso império indiano, datado de 12 de Janeiro de 1511, para Francisco Corvinelo, feitor em Goa, manda dar a vários capitães de suas naus, entre os quais figura António de Matos, um fardo de açúcar grande e um fardo pequeno para mantimentos de sua pessoa e mesa.

Numa carta de Afonso de Albuquerque para el-rei D. Manuel, escrita de Cochim a 20 de Agosto de 1512, indica-se como capitão do navio S. Cristóvão a António de Matos.

Já anteriormente, em outra carta de Afonso de Albuquerque para o mesmo rei, também escrita de Cochim a 11 de Janeiro de 1506, se faziam referências ao mesmo António de Matos dizendo acerca dele o grande vice-rei que havia entrado num combate contra os Índios e que tinha servido bem ⁽²⁾.

(1) Devo ao sr. Dr. Adolfo Lahmeyer Bugalho a amabilidade de ir fazer *in loco* o desenho deste ornato.

(2) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, seguidas de Documentos que as elucidam, publicadas de Ordem da Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas-Letras da Academia das Ciências de Lisboa, tomo v, pág. 21, e tomo 1, págs. 66 e 68.

Um membro desta família, Gaspar de Matos, casado com sua prima Brites de Matos, como do seu casal não houvesse descendência, resolveram edificar um convento, onde actualmente se acha instalado o Asilo de Cegos, para o qual dotarão a quinta que esse casal possuía na Conceição, quinta assim chamada por uma capelinha que se erguia dentro da referida propriedade composta de um souto e terreno bastante amplo para a fábrica do convento em projecto. A primeira pedra para esta piedosa fundação foi lançada a 20 de Maio do ano de 1585 com a assistência do licenciado, Frei António de Santa Maria, religioso recoleto da Ordem de S. Francisco da Província dos Algarves, com ordem e representação do seu Provincial e respectivo Breve do Pontífice. Os fundadores deste convento foram sepultados dentro do cruzeiro da sua vasta igreja, onde tiveram também a sua última jazida Gaspar e João Rodrigues Mousinho, presumivelmente os conterrâneos com quem na Índia privara Garcia d'Orta e António Rodrigues Mousinho, Ana de Matos e outros castelovidenses (1).

O outro conterrâneo que Garcia d'Orta encontrou em Goa, Pedro Fernandes Barba, pertencente também a uma família nobre e da velha governança de Castelo de Vide, suponho que foi sepultado junto da capela-mor da igreja da Misericórdia e que é a este cavaleiro fidalgo, servidor na Índia, que se refere a inscrição na pedra mármore da sua sepultura, onde se lê que falecera no ano de 1578 (2).

A morte de Garcia d'Orta foi envolvida em grande mistério. Acerca da doença que vitimou o famoso naturalista, da sua morte, e dos episódios que, após ela, se passaram com os seus restos mortais, é interessante e sugestivo o quadro que nos pinta Silva Carvalho e cuja narração, tão elucidativa, vou fazer e seguir para satisfazer a vossa natural curiosidade. Disse-se que a morte de Garcia d'Orta

(1) Torre do Tombo, *Memórias da Santa Província dos Algarves*, dispostas pelo Padre Frei Jeronymo de Belem. Manuscrito da Livraria n.º 1911; Diogo Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, vol. IV, regista o nome de um António Rodrigues Mousinho de Matos como autor de umas: *Memórias Históricas de Castelo de Vide e Marvão*, *Memórias Históricas da Villa das Meadas*, *Memória Histórica de Norba Cesarea*.

(2) P. M. Laranjo Coelho, *Inscrições Lapidares de Castelo de Vide* in *Revista de Arqueologia*, dirigida por J. M. Cordeiro de Sousa, fascículo VII.

tivera lugar em 1570, mas a verdade é que no princípio de 1568 Orta estava de cama com doença demorada, sabendo apenas «que se sujava muito» o que permite supor que, ou teria sido atacado de desintéria que na Índia grassava tantas vezes, ou de qualquer insulto apoplético que lhe determinasse incontinência de urina e feses. Ignora-se a data da sua morte, sabendo-se apenas que sua irmã Catarina, em Outubro do mesmo ano, se referia, no seu depoimento perante a Inquisição, a vários acontecimentos depois de ele ter falecido. É lícito pois supor que o desenlace fatal se deu no primeiro semestre de 1568, não devendo ele contar ainda 70 anos, apesar de parecer muito velho por doenças. Logo que expirou, segundo o rito judaico, mudaram o cadáver para outra casa, onde o estenderam sobre alcatifa no chão. Ali estavam, a viúva, e a filha Beatriz, Catarina Orta, sua irmã Isabel Orta e Isabel Martins, cristã velha.

Orta não estava ainda tido como judeu praticante, de modo que é lícito supor que o seu cadáver fosse com pompa levado para o lado da sepultura de sua mãe, que era dentro da Sé, próximo do púlpito (1).

Observa Silva Carvalho que Garcia de Orta mantivera sempre com os religiosos de Goa, especialmente com os jesuítas e franciscanos as melhores relações. Com estes monges, os primeiros que se haviam estabelecido em Goa, em 1517, as relações eram tão amistosas que deles recebia cestos de rosas de uma cerca (2).

As missões dos jesuítas na China e no Japão foram facilitadas aos padres portugueses pela importância que lhes davam os seus conhecimentos em Medicina e Astronomia, principais títulos que os consagravam embaixadores duma civilização superior (3).

No colégio de S. Paulo o Novo ou colégio de Santa Fé, fundado em 1546, dirigiram os padres da Companhia de Jesus estudos de língua portuguesa, de filosofia, de teologia, de matemática e astronomia, com bem recheada livraria e aqui se celebraram acade-

(1) Silva Carvalho, *ibid.*, *id.*, pág. 64.

(2) *Ibid.*, *id.*, pág. 57.

(3) P.^o George Schurhamer, *S. Francisco Saverio apostollo dell'India e dell Giappone*. São interessantes fontes de informação a este respeito as cartas dos Jesuítas: *A neu's account of East India and Persia*, por Dr. John Fruer, citado por Silva Carvalho, *ibid.*, *id.*, pág. 58.

mias literárias e científicas. A academia médica era presidida por Dimas Bosque, na sua qualidade de físico-mor, que decerto foi a primeira em terras de Portugal e nela tomaria parte Garcia d'Orta mostrando a sua enorme erudição⁽¹⁾.

A ida de S. Francisco Xavier para a Índia onde lavrava grande desmoralização nos costumes, advogando o estabelecimento da Inquisição para combater a heresia e impiedade acirraram de tal forma os ânimos contra os judeus que aumentaram os perigos e receios de Garcia d'Orta, que ainda assim consegue salvar-se em vida das perseguições inquisitoriais.

Depois da morte de Orta, Isabel Orta veio para o Reino; a negra Joana que amortalhara o cadáver foi liberta e fizeram-na embarcar para Benguela, certamente para afastar a testemunha mais perigosa.

Vêm depois as denúncias e a prisão de vários membros da família cujos processos se guardam na Torre do Tombo em número de 3.800, pelo que respeita à Inquisição de Goa.

A prisão da irmã Catarina, a 28 de Outubro de 1568, já em Lisboa, que denuncia a família e muitas pessoas de Castelo de Vide, explica toda a tragédia e foi queimada a 25 de Outubro de 1569, como impenitente e relapsa. Este e outros processos que se instauraram e seguiram estão cheios de curiosos, mas trágicos episódios que seria longo aqui relatar.

De todo este drama em que figura quase toda a família resultou organizar-se o processo contra Garcia d'Orta e dada a sentença profanou-se a sua cova, desenterraram-se os ossos do condenado, que numa caixa eram levados por um homem que caminhava ao lado do que conduzia a efígie daquele a quem pertenciam e pelas mesmas ruas, onde com pompa passara seu enterro, se fazia passar o cortejo que os conduzia ao auto de fé, onde eram lançados na fogueira. Saía o préstito do palácio da Inquisição, construído no local onde fora o serralho do Hidalcão, palácio que os nativos designavam por Orllem Gor, que queria dizer, Casa Grande, e ao som do dobrar a finados dos sinos da Sé, seguia pela rua Nova, passava ao lado do arco dos

(1) Silva Carvalho, *ibid.*, *id.*, pág. 59.

visoreis, em frente do Hospital del Rei, rua adjacente à Ribeira, capela de Santa Catarina e igreja de S. Francisco, cujo altar-mor armado de cremes era ladeado pelas altas cadeiras destinadas ao visoreis e aos inquisidores (1).

Liam-se as sentenças e o rol dos condenados, o provincial dos Agostinhos ou outro religioso de categoria prégava o sermão e só restava descer até à beira do rio onde se acendiam as fogueiras que haviam de consumir as vítimas. E o sino da Sé continuava a dobrar.

Assim se procedeu com os restos do grande homem, que sendo inquisidor Bartolomeu da Fonseca, por ter servido só até ao fim de 1571 já não presidiu a este processo; Aleixo Dias Falcão foi quem presidiu ao auto de fé realizado na Sé a 4 de Dezembro de 1580, relativamente ao qual se lê no Reportório geral já citado, pág. 515 ou fls. 360 v. da numeração nova:

«Garcia dorta doutor xpão nouo portugues defunto morador q̄ foi nesta cidade por judeu entregue seus ossos a justiça secular. Relaxado.»

Era da praxe que ao lado de cada condenado fosse a pessoa que lhe servia de padrinho, a ossada do grande homem não deve ter encontrado padrinho (2).

O silêncio que seguia este acto foi tão profundo que até nos seus descendentes obliterou ou alterou muito a clara memória deste acontecimento, visto que por exemplo o sobrinho neto do grande naturalista, Diogo de Orta (3), declarava em 1596, que Garcia d'Orta fora preso pela Inquisição em Goa. O que é bem diferente da verdade. E assim se explica como desde tempos antigos se não encontrasse na Índia um único exemplar dos *Colloquios* com grande espanto dos que notaram esta carência, Lima Leitão (4), Rivara e outros. A raridade do precioso livro explica em parte o facto que, parece impossível, ainda não impressionou ninguém, do seu desconhecimento

(1) Segundo Miguel Vicente de Abreu na *Narração da Inquisição de Goa*, tradução da obra de C. Dellon, pág. 150.

(2) Silva Carvalho, *ibid.*, *id.*, págs. 78 e 79.

(3) Um seu irmão chamado Garcia de Orta nascido cerca de 1556 estava na Índia no fim do século XVI. Silva Carvalho, *ibid.*, *id.*

(4) *O Esculapio*, de 1854, págs. 1049 e 1050.

por quase todos os autores médicos dos séculos XVI, XVII e XVIII, como nota Silva Carvalho. O ilustre investigador acrescenta que esta ignorância devia ser simulada. Os contemporâneos de Orta que escreveram sobre medicina em Portugal devem ter ocultado o seu nome, principalmente para se não tornarem suspeitos à Inquisição, o que se comprova por que muitos dos portugueses que escreveram fora de Portugal, como Zacuto por exemplo, o mencionarem nas suas obras. Algum tempo depois, a 6 de Setembro de 1597, outro clínico de Goa, Mestre Ambrósio, cristão novo, filho do alfaiate João Henriques e Brites, cirurgião naquela cidade, era queimado pela Inquisição (1).

Faz notar e contou-me Silva Carvalho na longa conversa que com ele tive em Julho passado, que uns ingleses que haviam ido à Índia à procura de um exemplar dos *Colloquios* não encontraram um único. Outro inglês, recomendado por Fidelino de Figueiredo, veio também a Portugal para investigar em Arquivos e Bibliotecas mais notícias do famoso naturalista, nada encontrando, além das escassas informações do Conde de Ficalho. O trabalho de Silva Carvalho havia de vir preencher depois esta lacuna. Ele foi, por isso, apreciado em cartas que lhe foram dirigidas e que o douto investigador teve a benévola amabilidade de me mostrar e ler, pelos mais altos valores e cotados professores da *História da Medicina*, tais como: Prof. Castiglione, da Universidade Americana de Yale, Prof. E. Jeanselm, de Paris, Prof. N. R. Parkrad, de Berlim, Prof. Pietro Capponi, de Pisa, Prof. Cecil Roth e Prof. Diepgen, ambos de Berlim.

A obra de Garcia d'Orta tem na sua primeira edição o título seguinte:

(1) *Reportorio Geral* de João Delgado Figueiredo, pág. 819 da numeração antiga.

*Coloquios dos simples, e
 drogas he coufas medicinais da India, e
 afsi dalgũas frutas achadas nella onde se
 tratam algũas coufas tocantes a medicina,
 pratica, e outras coufas boas, pera faber
 cõpostos pello Doutor garçia dorta: fifico
 del Rey noffo fenhor, viftos pello muyto
 Reuerendo fenhor, ho liçençado
 Alexos diaz: falcam defenbar-
 gador da casa da fupricaça
 inquifidor neftas
 partes.*

Com priuilegio do Conde vifo Rey

*Impreffo em Goa, por Ioannes
 de endem as x. dias de
 Abril de 1563. annos.*

(Fac-símile do rosto dos *Colloquios*)

Esta obra notável de Garcia d'Orta foi consagrada, em todos os tempos, por nacionais e estrangeiros. A comprová-lo está a tradução que essa obra tem tido em quase todas as línguas e a situação de alto relevo que ela ocupa na cultura portuguesa. Recolhamos ainda e ouçamos o autorizado depoimento de alguns biógrafos e professores, nossos contemporâneos:

«Quando buscamos as boas tradições do espírito português, na literatura, como na ciência, temos de subir até aos homens do XVI século, robustos e originais, que, de espada ou pena na mão, criaram e escreveram uma epopeia.» (1)

(1) Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

Com efeito, diz com igual e expressiva propriedade o Prof. Hernâni Cidade, «convergiam no mesmo sentido os esforços dos homens de acção, de vistas estreitamente utilitárias, com as pesquisas dos homens de ciência, estimulados pelo anelo desinteressado do saber com o ardor apostólico dos missionários abrasados de proselitismo. As descobertas portuguesas não consistiram somente nos achados de novos oceanos e terras, mas descobriu-se o que eles continham — seres, coisas, movimentos que os nossos cientistas estudavam e descreveram — (1).

Foram notáveis e curiosos os informes que Garcia d'Orta prestou à cultura da ciência geográfica do seu tempo e à contribuição que os portugueses deram ao desenvolvimento daquele ramo de ciência que resume nas seguintes palavras: « a redondeza nunca foy tam sabida como ao presente, em especial dos Portugueses Digo que se sabe mais hum dia agora pellos Portugueses, do que se sabia ha 100 annos pellos Romanos». (*Colóquios dos Simples*, xv).

Os diamantes são mencionados no *Colóquio II*, que desfaz erros antigos, como esclareceu o seu erudito e magistral comentador Conde de Ficalho; o comércio das pérolas e as suas pescarias no Oriente merecem-lhe também especiais referências e a sua obra dá-nos também informes zoológicos do Oriente. A Botânica, em Portugal, pode dizer-se nascida com Amato Lusitano e Garcia d'Orta.

A matéria médica enriqueceu-se extraordinariamente, em particular com drogas orientais. Belo observador, filósofo e prático famigerado, não só se afanou em Botânica médica, mas em Patologia exótica, descrevendo, antes de outro médico, a *cólera asiática* (mor-dexi).

O Dr. Bernardino António Gomes, representante de Portugal no congresso sanitário celebrado em Constantinopla em 1867 reivindicou para Garcia d'Orta a glória de ter sido o primeiro a estudar o *cholera asiatica*, de que o defraudara um médico holandês, Bontius,

(1) Hernâni Cidade, *A Contribuição Portuguesa para A Mundividência de Quinhentos*, Lisboa, 1951. (Separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XVII, 2.ª série, n.º 1).

que no século XVII o voltou a estudar ⁽¹⁾. A este facto se refere o Prof. Ricardo Jorge, dizendo:

«Orta não só dá a conhecer os símplices da Ásia, fundando a farmacologia exótica, mas descreve a moléstia reinante em Goa, o *mordexi*, primeira nosografia de cólera e primeira contribuição trazida à patologia tropical. Desprendido dos grilhões que prendiam os homens de estudo à autoridade dos mestres consagrados, exclamava — «não me contradigam textos de autores aquilo que eu vi com os meus olhos» — acto de fé no método experimental, que restaurou no grande século a ciência médica.» ⁽²⁾

O seu livro *Colóquios dos Simples*, é uma das mais brilhantes produções do Renascimento. Garcia d'Orta também nos dá informes sobre medicina oriental — indu —. No *Colóquio II* informa que os médicos da Pérsia, da Arábia e Turquia sabiam de cor Avicena e outros, conhecendo as obras de Platão, Aristóteles, Hipócrates e Galeno ⁽³⁾.

Garcia d'Orta e Diogo do Couto descreveram as maravilhas dos pagodes subterrâneos de Kanheri, tempos dos budistas na ilha de Salcete de Bombaim. Garcia d'Orta assegura que um daqueles pagodes, que fica debaixo de um monte, é tão grande como a nossa fortaleza de Diu e que pode ser comparado a uma cidade de Portugal, contendo cerca de 400 casas dos joques, e tudo isto cortado na pedra ⁽⁴⁾.

A propósito das viagens nos Estados do Decão, diz o professor Mariano Saldanha, «podemos ainda mencionar o afamado Garcia d'Orta, médico do vice-rei, que durante a sua estada de uns 30 anos em Goa, teve ocasião de visitar alguns Estados do interior, especialmente a do seu amigo, o sultão Nizamaluco, de Ahmednagar, que muito o considerava. Visita e hóspede frequente do sultão, Garcia

⁽¹⁾ M. Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, 3.^a ed., vol. 4.^o, pág. 117.

⁽²⁾ *A Renascença Médica em Portugal in Lusitânia*. (Revista de Estudos Portugueses, fasc. 11, Lisboa, Março de 1924).

⁽³⁾ Prof. Luís de Pina, in *História de Portugal* dirigida pelo Prof. Damião Peres, vol. VI, págs. 495 e 511.

⁽⁴⁾ M. Alves Correia, in *História da Expansão portuguesa no Mundo*, pág. 187.

d'Orta ensinou português ao príncipe herdeiro e pôde visitar várias cidades daquele Estado. Foi naquela corte que não só prestou serviços profissionais, fazendo conhecer a medicina europeia, mas ele próprio, por meio de discussões com médicos da Índia, Pérsia e Arábia, aprendeu a origem e as virtudes das drogas indígenas, de que trata nos seus *Colóquios dos simples e drogas* (Goa, 1563), onde descreve também os reis da Índia e os seus títulos, a mais acertada informação de todas as que nos são dadas pelos escritores portugueses do século XVI» (1).

Por tudo o que vos tenho exposto sob a base incontroversa de tão fundamentados depoimentos, de tão autorizados testemunhos, não será de mais afirmar que Garcia d'Orta com a sua obra de projecção universal pertence, de direito, a esse famoso grupo de cientistas portugueses da Renascença.

Castelo de Vide tem pois a legítima ufania de o lembrar e de inscrever o seu nome glorioso na galeria dos seus filhos mais ilustres.

(1) Mariano Saldanha, in *História da Expansão portuguesa no Mundo*, pág. 203; Miss Ethel Pope, *India in Portug. Literature*, pág. 116.

FRANCISCO MORATO - ROMA

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Começarei por formular algumas perguntas acerca do nosso homenageado de hoje, às quais vou procurar responder da forma mais breve possível para não fatigar muito a vossa benévola atenção, mas sem que essa brevidade e concisão prejudique, porventura, o que é devido e necessário saber-se acerca deste nosso ilustre conterrâneo.

Os apelidos Morato e Roma em Castelo de Vide

Quem era Francisco Morato Roma? A que família pertencia? Que obras deixou e quais os factos mais salientes da sua passagem pela vida para merecer as honras da posteridade? Teve descendentes?

Escassas e vagas notícias registam as *Enciclopédias e Dicionários Bibliográficos* acerca da família e da infância deste notável médico e cientista que nasceu em Castelo de Vide e cuja memória hoje, por isso, também homenageamos. Parece-me, seja-me perdoada a imodéstia, ter sido mais feliz que os seus biógrafos devido ao facto de poder acrescentar, pelo que respeita à sua família, mais alguns subsídios, mais alguns curiosos pormenores ainda inéditos, acerca da biografia do ilustre castelovidense. Entre as colecções do nosso primeiro arquivo, que compulsei, há um núcleo de documentos que me forneceram interessantes elementos de reconstituição histórica das famílias nobres e da governança da nossa terra no recuado período dos séculos XV a XVIII.

Quero referir-me aos processos de habilitação instaurados, em diferentes épocas, a requerimento de várias pessoas da nossa vila, que se julgavam merecedoras de obter a cubiçada e vantajosa carta de familiar do Santo Ofício.

Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra guarda-se um manuscrito com notícias geneológicas de famílias do Alentejo, códice que me forneceu também curiosas e inéditas informações sobre a família

e biografia de Francisco Morato Roma. Pela importância destas fontes de informação para a história das famílias de Castelo de Vide, principalmente pelos informes e dados biográficos que nos oferece sobre a família e sobre o nosso ilustre conterrâneo de que hoje vou ocupar-me, julgo interessante e necessário dar-vos já sumária mas elucidativa notícia e fazer-vos acerca deste, para o nosso caso precioso documento, mais algumas pormenorizadas considerações ⁽¹⁾.

Entretanto prosseguirei na análise sumária do processo que se instaurou a seu requerimento, usando ainda só o nome de Francisco Morato, e indicando já a qualidade de médico de S. Magestade, D. João IV, processo que se guarda, na Torre do Tombo, na coleção *Habilitações para Familiares do Santo Ofício, maço 136 dos Franciscos* —, diligência n.º 2.043.

A respectiva inquirição de testemunhas para este efeito realizou-se na igreja de Santa Maria de Castelo de Vide, perante o seu respectivo vigário, o licenciado João Vivas Barba, no dia 24 de Março de 1642. Nesse inquérito depuseram as seguintes doze testemunhas, pessoas nobres da terra, ou da sua governança, cristãos velhos, naturais da vila e nela moradores:

Simão Taleigo, pessoa nobre, João Carrilho, João Vaz, clérigo de missa, João Tarouco Frausto, Manuel Fernandes, Manuel Dias Barrento, pessoa nobre, Lourenço Mendes, Domingos Fernandes, Francisco Lopes, Padre Manuel Gonçalves, Rodrigo Vicente, Gonçalo Fernandes, pessoa nobre.

Neste inquérito — *de género* —, as referidas testemunhas foram unânimes em declarar que o dito Francisco Morato era natural de Castelo de Vide, onde nascera a 4 de Outubro de 1588, filho legítimo de João Morato, mercador, que vivia de sua fazenda, e de Maria Calado; neto paterno de Pedro Afonso Neves e de Inês Álvares, neto materno de Gonçalo Fernandes e de Filipa Mendes Roma, todos naturais e moradores em Castelo de Vide, pessoas nobres da vila, de boa vida e costumes.

(1) Benévola indicação do nosso amigo e confrade António Machado de Faria, de que nos foi oferecida cópia na íntegra que o ilustre 1.º bibliotecário daquela Biblioteca, sr. Dr. César Pegado, pronta e amavelmente se dignou fazer. Aqui lhes consigno os meus agradecimentos.

Por estes depoimentos se vê e mostra que o apelido de «Roma», que o nosso biografado depois juntou ao apelido de «Morato», lhe proveio da sua ascendência materna. Também se mostra por outros documentos que instruem o referido processo de habilitação que Francisco Morato fora casado duas vezes: em primeiras núpcias com Isabel Gomes, natural de Alpalhão, a respeito de cuja limpeza de sangue se fez em Portalegre, no mesmo ano, a respectiva inquirição, pela qual se mostra ser esta senhora, a dita Isabel Gomes, filha de Bartolomeu Dias e de Inês Dias, naturais e moradores em Alpalhão, ambos cristãos velhos. Entre as cinco testemunhas inquiridas figura Afonso Dias Loução, homem nobre, natural e morador em Alpalhão, de 50 anos de idade.

O casamento do médico Francisco Morato em segundas núpcias foi com Maria de Andrade do Vale, filha natural de Marcos de Andrade e de Ana Fernandes, neta paterna de António Fernandes do Vale e de Antónia de Andrade, todos naturais e moradores em Guimarães. Consta ter-se realizado este casamento no ano de 1634 (1).

Procedeu-se, por isso, nesta então vila de Guimarães, na igreja de S. Sebastião, à costumada inquirição de testemunhas, em cujos depoimentos se não averigua nada a respeito dos avós maternos.

A razão desta lacuna é dada à margem do depoimento da última testemunha inquirida em cuja folha se lê o seguinte:

«— Como a may da habilitada era moça de servir e não natural de Guimarães parece que esta foi a razão porque se não deu noticia de seus pais, avós da habilitada —».

Ora é este inquérito feito em Guimarães que nos abre uma grande clareira a respeito da vida, em certo período, do nosso ilustre conterrâneo. Nessa inquirição figura, como principal testemunha, Domingos Soares, homem nobre, cristão velho, do termo de Guimarães, que declarou que Marcos de Andrade, sogro do Dr. Francisco Morato, por ser pai, como se mostra, de sua segunda mulher Maria do Vale,

(1) Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *Memorias de Villa Viçosa*.

exercia em Guimarães o cargo de distribuidor e contador na dita vila e que fora depois para o serviço, nos paços do duque de Bragança nessa vila, da duquesa D. Catarina.

Depois de todas as inquirições feitas no processo a que aludi, o promotor desse processo, em vista das diligências feitas a respeito do Dr. Francisco Morato e de suas mulheres, não se encontrando culpas contra eles, foi de parecer que o habilitado podia servir no Santo Ofício, parecer que depois os juizes sancionaram no seu acórdão.

Assim, o nosso ilustre conterrâneo obtém, finalmente, a desejada carta de familiar do Santo Ofício, em 25 de Fevereiro de 1642. Neste mesmo ano, em 9 de Agosto, por provisão assinada na Torre de Belém, era provido médico da Câmara Real.

É também muito curioso e indispensável subsídio para a biografia de Morato Roma o Manuscrito da Livraria da Torre do Tombo, n.º 168, fl. 335, também inédito e com a seguinte epígrafe: *Memoria dos Médicos que trouxe El-Rei D. João IV do Alentejo, quando foi aclamado, e aos quais fez Médicos da Camara, não os tendo havido com este titulo, no tempo do governo de Castella.*

O texto é o seguinte:

«No tempo dos Reis de Castela, não havia em Portugal médicos da Camara, senão do numero. Veo o sr. Rei Dom João o 4.º que Deus haja a ser restituído ao seu Reino, trouxe de Vila Viçosa quatro médicos: os Doutores André António de Castro, António de Castro, Francisco Morato e Braz Nunes Manhães; a André António de Castro fez fisico mor, e aos outros tres fez medicos de sua Camara; e logo fez tambem da sua Camara ao Doutor António da Matta Falcão, e ao Doutor Duarte Madeira Arraes, e vinhão a ser cinco os médicos da Camara alem do fisico mor e sirurgião mor Francisco Borges, que então era, e nesta forma se cõtinuaram sempre os cinco médicos da Camara; por morte de André António entrou no seu lugar de fisico mor António de Castro, e no seu lugar o Doutor Crespim do Rego. Neste tempo se auzentou Braz Nunes Manhães, por hũas pendencias, esteve fora alguns annos, e o seu lugar se não proveu continuando só os quatro que ficaram da Camara com os dous mores, até que S. Magestade os restituiu ao seu lugar, e sempre continuaram os cinco medicos da Camara até sua auzencia a Inglaterra. E por morte do Doutor Duarte Madeira entrou o Doutor Fernão Sardinha para fazer

o numero dos cinco, e por morte de Francisco Borges d'Azevedo entrou o Doutor António da Motta em cirurgião mor e em seu lugar na Camara o Doutor António Ferreira; do que bem se prova que sempre forão cinco os médicos da Camara, e que Braz Nunes Manhães nunca foi supernumerario e estar por sua ausencia o seu lugar vago.» (1).

Foi pois o Dr. Francisco Morato Roma médico do Duque D. João II, depois rei D. João IV de nome, como já o havia sido de seu pai, D. Teodósio II, como o foi também de D. Afonso VI.

Nas citadas *Memórias de Villa Viçosa*, do Padre Joaquim José da Rocha Espanca, obra manuscrita em 5 volumes, original precioso que se guarda na Biblioteca Municipal daquela vila, onde a consultei na visita que fiz àquela histórica e graciosa vila no mês de Maio último, 1951, diz-se, no tomo V desta obra e no capítulo respeitante às pessoas notáveis desta vila ducal, que Francisco Morato Roma fora médico no tempo do duque D. João II, futuro rei D. João IV, a cujo casamento assistira em 1633, que se realizara com grande pompa na matriz de Elvas. A noiva, D. Luísa de Gusmão, da casa dos Duques de Medina Sidónia, com 26 anos de idade, ele contando 29 anos (2).

Quem deseje fazer ideia da sumptuosidade e magnificência dessa cerimónia do casamento do futuro rei restaurador poderá vê-la descrita, em todos os seus sugestivos pormenores, no tomo VI da *História Geneológica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa.

A noiva, a julgar pelo seu retrato, pintura da época, no Museu Nacional dos Coches, em Lisboa, não era feia e muito a devia embelezar a indumentária com que se apresentou nesse acto solene: «vestida de uma cota inteira de quatro mangas, as caidas das pontas cortadas quasi a triangulo, abertas e forradas de taby de prata de flores, em lugares tomadas com uma joia de diamantes. Era a cota verde bordada de uma nova invenção de laços de flores, e ramos de prata, e ouro tão tecidos, que apenas se suspendia uma banda da própria cor, tecida

(1) O Dr. Brás Nunes Manhães tinha acompanhado a infanta D. Catarina, rainha de Inglaterra, por ter casado com o rei Carlos II.

(2) Agradeço ao sr. Presidente da Câmara Municipal daquela vila, e ao sr. Chefe da secretaria o acolhimento benévolo e as facilidades que me dispensaram facultando-me confiadamente a entrada na Biblioteca Municipal.

de ouro e prata, com uma grande joia de diamantes de grande valor, e alça-cuello á Castelhana; os cabelos toucados de rosas verdes com pontilhas de ouro e prata, ao hombro um boheme como a cota, chapeu branco de largas pontas de renda de ouro e plumas brancas».

A dar crédito e ser verdadeira a informação que nos dá o sr. Dr. César Videira, o Dr. Francisco Morato Roma foi casado com D. Leonor Delicado, viúva do Dr. António Mousinho Galeano, afirmando o autor que vira o registo do casamento efectuado a 26 de Junho de 1669 (1).

Esta sr.^a D. Leonor era também natural de Alpalhão e do seu casamento com o Dr. António Mousinho Galeano, que instituiu uma capela na igreja de Nossa Senhora da Vitória de Castelo de Vide, não houve filhos, pelo que este vínculo passou aos Mousinhos (2).

O sr. Dr. César Videira diz que não se lhe afigura este facto muito natural, visto contar o ilustre médico a essa data 81 anos, acrescentando, porém, que não era lícito duvidar do registo desse casamento, pertencente à freguesia de Santa Maria, não tendo encontrado o registo do nascimento pelo mau estado de conservação do livro referente aos assentos dos baptismos.

Com efeito, não é lícito duvidar do registo desse casamento, realizado não a 26 do mês de Junho, como leu o autor da *Memória Histórica da muito notável villa de Castello de Vide*, mas sim a 22 desse mês. Podemos ler o registo desse acto extraído do respectivo livro de casados da freguesia de Santa Maria da Devesa de Castelo de Vide, abrangendo os anos de 1649-1670, e o registo de óbito da mesma D. Leonor Delicado, cujas cópias me foram benèvolmente fornecidas pelo meu parente e amigo sr. António Vicente Raposo Repenicado, conservador do registo civil neste concelho e que são do teor seguinte:

À margem: o dor Fr.^o mourato com leonor delicado — «Aos vinte e dous dias do mes de iunho de seiscentos e sessenta nove annos recebeo em face da igr.^a com minha licença o Rev.^o P.^o Diogo Affonso taroucoo ao dor. fr.^o mourato Roma com dona lianor delicado todos

(1) *Memória Histórica da notável villa de Castello de Vide*, Lisboa, 1908, pág. 361.

(2) Cit.^o Ms. da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

desta digo viuva do dor. Ant.^o mousinho galiano todos desta villa.
— Ant.^o Gil Sarzedas».

Livro dos defuntos de Santa Maria da Devesa de 1663 a 1684, folhas 58 v. À margem: D. Leonor Delicado mull^{er} do dor. franc.^o Morato — «Aos vinte e hum dias do mes de iulho de seiscentos e sessenta e nove annos falleceo Leanor delicado mull^{er} do doutor frac.^o mourato Roma, recebeo os S.^{tos} Sacramentos excepto o da extrema unção por não avisarem a tempo está sepultada na sua ermida da Snr.^a da victoria nella se disse por sua alma hum officio inteiro q. foi offertado com des alq.^{res} de Trigo seis queijos dous almudes de vinho e hum carneiro.

fez testament.^o e assinei.»

Antonio Gil Sarzedas.

Tendo nascido o Dr. Francisco Morato Roma a 3 ou 4 do mês de Outubro de 1588 e tendo falecido em 11 de Janeiro de 1670, como adiante se verá, teria pois 82 anos de idade quando se casou pela terceira vez.

Verifica-se por estas certidões que um mês depois do casamento falecia o proveto noivo.

Francisco Morato Roma formou-se em filosofia na Universidade de Évora e depois fez a sua formatura em medicina na Universidade de Coimbra.

Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, informa-nos que estas duas famosas Academias foram espectadoras do seu vivo engenho e admirável talento. Concluídos os seus cursos universitários veio exercer clínica na sua vila natal grangeando em breve grande simpatia e reputação na sua terra e em outras do Alto Alentejo, não sòmente pelos seus merecimentos e fama de bom clínico, como também pelo agrado e pela índole alegre que manifestava e com que acolhia os seus doentes. Essa boa reputação e a eficácia e bom resultado das curas que fazia e das doenças de que tratava atraíram a atenção do Duque de Bragança D. Teodósio, que o chamou, e em 1619 o nomeava médico de sua casa no paço ducal de Vila Viçosa, onde conheceria sua segunda mulher. O filho e sucessor de D. Teodósio, o futuro rei D. João IV, o Restaurador, confirma neste cargo o Dr. Francisco Morato Roma e quando o movimento libertador de l

de Dezembro de 1640 leva D. João IV vitorioso a tomar conta do reino em Lisboa, Morato Roma acompanha o soberano, já então nomeado médico da real câmara, que muito o estimava (1).

Uma das curas que lhe deu grande celebridade foi a que fez no soberano conseguindo salvá-lo quase miraculosamente, como então se disse e é tradição. O rei estava em Salvaterra quando ali foi atacado gravemente por essa doença que o diagnóstico clínico classificou de *supressão superior* retenção de urinas. Morato Roma fez imprimir em 1655 a descrição clínica da doença que ia vitimando D. João IV sob o título de *Observação do achaque que sua magestade teve em Salvaterra e de que livrou milagrosamente. Em linguagem, para que asi como todos grandes e pequenos tiverão o devido sentimento no manifesto perigo, tenham o gosto de ver o milagroso e felice successo.*

Com todas as licenças e pareceres, um dos quais é assinado pelo físico-mor António de Castro, com datas do ano de 1655 (2).

D. João nascera a 18 de Março de 1604 e faleceu no ano de 1656, a 6 de Novembro, apenas com 52 anos. O Dr. Morato Roma continuou a ser médico da Câmara Real.

Morreu novo o rei restaurador que devia ser pouco cuidadoso da sua saúde. Parco na bebida, e frugal quanto à delicadeza das

(1) João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, tomo II, pág. 357; Francisco António Martins Bastos, *Nobiliarchia Médica*.

(2) Examinei um bem conservado exemplar deste opúsculo, encadernado em marroquim azul, no arquivo do palácio ducal de Vila Viçosa, na visita que ali fiz em 20 e 21 de Maio último, a convite do ilustre Presidente da Fundação da Casa de Bragança, sr. Dr. António Luís Gomes, secretário geral do Ministério das Finanças. Acompanhado nessa visita ao palácio, arquivo, biblioteca e demais dependências da vasta e histórica residência dos duques de Bragança, pelo seu ilustre e erudito conservador, sr. Dr. João de Figueiredo, tive o feliz e agradável ensejo de ver e apreciar a notável colecção de livros raros e de manuscritos que o falecido e malogrado rei D. Manuel II deixou, no seu testamento, ao seu País. Para aquilatar do seu alto valor bastará dizer que um dos mais famosos livreiros de Londres avaliava essa colecção de preciosos livros em mais 100 mil contos de moeda portuguesa. Pude também constatar, nessa inolvidável visita, a actividade que o digno presidente do conselho de administração de Casa de Bragança tem desenvolvido, de molde a tornar o palácio ducal, quer por obras materiais, quer culturais e artísticas, um museu digno das tradições daquela casa e altamente honroso para o País, abrindo-o e tornando-o acessível à curiosidade dos estudiosos.

iguarias, absorvia enormes quantidades de alimento demorando-se largo tempo à mesa, arruinando assim a saúde e apressando a morte. Era grosso, de estatura mediana, um pouco begigoso, de olhos azuis e barba loira (1).

Na chamada *Colecção de S. Vicente*, que se guarda na Torre do Tombo, vol. XXIII, fl. 78 v, lê-se o curioso rol dos médicos que trataram D. João IV na sua última doença e os seus respectivos vencimentos:

«Rol dos Médicos q̄ assistirão a doença de S. Mag.º q. D.º tem: O Físico Mor, 40\$; O Cirurgião Mor, 40\$; António da Malta, 40\$; Francisco Morato, 40\$; Crespim do Rego, 40\$; Ferrão Sardinha, 40\$; Braz Nunez Manhaz, 40\$.

Cirurgioenz, Francisco Nunez, 20\$; Francisco Guilherme, 20\$; B.ºr Teixeira, 20\$; Manuel Lopes Boticario, 20\$; Hum homem de q. q Camar.º mor dará o nome q. preparou os banhos, e assistiu com gr.ºe trab.º em todo o tempo, 20\$.» (2)

O Dr. Júlio Dantas, num artigo em *O Comércio do Porto*, diz que a morte do rei tivera como causa uma nefrite aguda no decurso de um processo de nefrite crónica, ou gotosa, baseando-se para tal diagnóstico no que escreve um dos médicos do monarca — Francisco Morato Roma.

O Dr. Eduardo Brasão informa-nos de que a viúva sua mulher, a rainha D. Luísa de Gusmão, escrevendo ao residente da Suécia, dizia-lhe que a supressão de urinas que vitimara seu marido durara apenas nove dias (3).

Rebello da Silva descreve o duque como tendo sido pessoa pouco estudiosa e de letras muito superficiais; repartia os dias entre exercícios venatórios, a administração de suas vastas propriedades, e a música

(1) M. Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. 5.º (3.ª edição).

(2) Publicado na *Revista dos Centenários*, Dezembro de 1939.

(3) Publicado na *Revista dos Centenários*, Dezembro de 1939.

religiosa, de que sempre se mostrou tão apaixonado que aplicava nesse passa-tempo duas horas, desde as 5 até às 7 da manhã. A caça e os espectáculos ocupavam o melhor do tempo, especialmente nos primeiros anos de casado. Criar touros e alanceá-los no campo era para ele um prazer. O sol de estio, as neves, o frio, e as chuvas de inverno não o tolhiam a bater as coutadas velando noites inteiras encostado aos troncos de árvores (1).

Tudo isto, com os excessos de alimentação, a que já aludi, deviam contribuir para lhe arruinar a saúde e encurtar a vida.

Era este o doente, ducal e depois real, a quem o médico nosso conterrâneo, Morato Roma, prestou a sua assistência clínica durante muitos anos.

Neste ano de 1656, a 30 de Janeiro, havia sido agraciado o velho médico da Câmara Real com o alvará de cavaleiro da Ordem de Cristo, com o alvará de profissão, e carta de hábito da mesma Ordem e ainda com o padrão de 40\$000 reis de tença em um dos almoxarifados do reino, com o hábito; este último padrão foi-lhe concedido por carta de 1 de Abril desse ano (2).

Eis como o Dr. Augusto da Silva Carvalho aprecia o distinto médico castelovidense em dois passos do seu erudito trabalho sobre *A Medicina Portuguesa no século XVII*, 1941, págs. 68-69 e 38 e 39, separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, que, com a devida vénia, aqui citamos e transcrevemos pela autoridade da pessoa que escreve essas elucidativas páginas:

Em 1640 no Alentejo manifestou-se uma epistolia grave, o mormo, que se comunicou à Badajoz.

Para se ter uma ideia de como se fazia a clínica médica e cirurgia neste tempo, oiçam-se os depoimentos dos contemporâneos sobre a actuação dos facultativos parasitas, agravada por serem pouco numerosos os médicos que havia nas cidades e principais vilas e no norte do País eram os únicos, que se ocupavam na assistência médica principalmente exercida por curandeiros.

(1) Cit.ª *História de Portugal*, tomo IV, pág. 102.

(2) Torre do Tombo, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 42, fl. 53, 52 v. e fl. 119 v.

Um contemporâneo autorizado referindo-se a Morato Roma, contava (1):

«Estamos em tempo que osurgiões barbeiros & emprasteiros curam publicamente, os quais nem conhecem a virtude do medicamento, nem a origem do achaque, nem a quantidade, tempo e hora, em que se deve aplicar o medicamento: e com toda a ousadia curam e aplicam os remédios maiores, que os científicos muitas vezes não ousam aplicar, sem consulta de mais médicos. Miséria grande e o peor é que os magistrados os defendem e consentem que andem forasteiros curando, ou roubando e matando com minerais quimicos, pós de antimonio e de mercurio, com tanto prejuizo do povo, como cada dia vemos, uns e outros tomando o pulso, com tanta ousadia, como tem de ignorancia os que lhes dão e fiam delles, a sua vida e saude... Dos circunforaneos embusteiros, que andam pelo reino vendendo e apregoando nas praças publicas e em particular remedios para todas as doenças, não há que fiar, porque mal poderão remediar os achaques, não sabendo a origem donde nascem, dando a todos o mesmo medicamento de mercurio, ou antimonio, medicamentos venenosos, enganando não só ao povo, mas aos magnates, que os consentem e abonam. E o peor é, que os de profissão teologos e sacerdotes, deixam de curar as almas, applicando-se á cura dos corpos, cousas tão alheias da sua profissão. Porque sendo medicos não podem curar sem serem dispensados os sacerdotes. Promittunt Medici, tractant fabrilia fabri. Maledictus homo qui ad opus Domini avocatus, medicinam fraudulenter facit.» (2)

Este livro do médico Morato Roma, *Luz da Medicina*, teve várias edições. Ano de 1664, Lisboa; ano de 1672, Lisboa, ano de 1686, Coimbra; ano de 1700, Coimbra; ano de 1753, Coimbra. Do ano acima referido de 1686 há uma edição impressa em Lisboa na officina de Domingos Carneyro que possui a Faculdade de Medicina do Porto. Nos anos de 1727 e 1753 aquele título foi acrescentado com: *Summario de Remédios Para Poder Acodir E remediar os achaques do corpo humano, começando do mais alto da Cabeça, e descendo athe o mais baixo das plantas dos pés; Obra Muito Util.*

(1) Morato Roma, *Luz da Medicina*, págs. 123 e 155.

(2) Silva Carvalho, *Os Cirurgiões urologistas ambulantes em Portugal e Espanha*. Do mesmo: *Dentes, dentistas e odontólogos*.

*E Necessaria, Não Só Para os Professores da Arte de Medicina, e Cirurgia, mas também para todo o Pay de familias; De q̄ se poderão aproveitar pobres, e ricos na falta de Medicos doutos, Composto pelo Doutor Francisco Morato Roma, Medico da Camara de Sua Magestade, e do Santo Officio da Inquisição, Cavalleiro professo da Ordem de Christo. Acrescentado nesta última impressão Com o Tratado Unico das Tersans Perniciozas e Malignas, e Compendio de varios Remedios de Cirurgia, recopilado do Thesouro dos Pobres, e outros Autores, Por Gonçalo Rodrigues de Cabreyra. — Coimbra: Na Officina de Francisco de Oliveyra, 1753, 4.º». A seguir à pág. 354 vem em rosto próprio a parte devida a Gonçalo Rodrigues de Cabreira, que reproduz o que acima se lê, mas anunciando também *hum tratado de preservar o mal da peste.**

O receituário, que tem muitas novidades relativamente à primeira publicação deste autor e que merece ser consultado principalmente pelo que diz respeito ao tratamento da sífilis, vai até à pág. 442, a seguir à qual traz: *Tratado, E Remedios preservativos, e curativos para todo o tempo da Peste, de que Deos nos livre.*

Na pág. 456 começa *Tratado Unico das Tersans Perniciosas e Malignas*, que vai até à pág. 480.

Pode tomar-se Morato Roma como tipo dos grandes clínicos do seu tempo e pelos seus escritos avaliar o que sabiam e o que ignoravam, as louváveis práticas que empregavam e os erros e superstições em que persistiam e se reflectiam no exercício da sua profissão. Mas no seu activo há de novo e para louvar as suas crenças de que a ventilação é dos melhores meios preservativos da podridão e malignidade do ar, da utilidade do leite como alimento e dos banhos como tratamento nas febres, que no seu tempo se chamavam pobres, da vantagem de nos casos de doença leve, deixar a cura à natureza, de reconhecer utilidade em várias doenças febris na produção de abcessos e de aconselhar nas mesmas a administração da água fria em abundância e reprovar o abuso das sangrias.

Regista também algumas práticas úteis da medicina popular, como por exemplo a cauterização feita por traz das orelhas nos casos de ciática (¹).

(¹) *Ibid., id.*

O Dr. Francisco Morato Roma deveria ter feito parte da junta de médicos, chamados pelo rei D. João IV, para examinarem a infanta D. Joana, sua filha, que morreu com 17 anos. O Dr. Júlio Dantas considera-a uma infantezinha histérica, que sofria também, segundo todas as probabilidades, de uma entero-colite muco-membranosa, e cujos estigmas somáticos de degenerescência, se acusam numa miniatura em cobre existente na biblioteca de Évora, na mesma vitrine onde se encontra o admirável tríptico de Limoges. Os médicos esclareceram o caso clínico da pobre infanta afirmando que ela sucumbira a um padecimento intestinal grave complicado de acidentes histéricos e que as hemoptises verificadas nos últimos meses da doença eram hemorragias de carácter suplementar atribuíveis à amenorreia da infanta, que, nos seus estiolados 17 anos, não revelara ainda os sinais fisiológicos da puberdade (1).

O que é muito curioso é o retrato que o citado académico e ilustre Presidente da Academia das Ciências faz de D. João IV e da atitude que tomara e que não fugimos à tentação de aqui reproduzir:

«D. João IV, embrulhado num luto de baeta negra de cem fios, a guedelha loira a lambar a Holanda azulada do mantéu, ouviu-os longamente, [aos médicos da referida junta] levantou-se de repelão sem os deixar acabar, e farto de palavras bárbaras cujo sentido não entendia, deu ordem ao secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, para receber dos médicos palatinos um relatório completo e circunstanciado acerca da doença e morte da princesa, no qual fossem suficientemente esclarecidos todos os vocábulos gregos e latinos. D. João IV, cuja cultura médica se limitava á arte de preparar certo óleo de enxofre para a «infermidade do sesso saído de fora» (Curvo Semedo, *Polian-téa*, 725), desconfiava manifestamente da sciência dos seus arquiатras de palácio. A ordem foi cumprida, e o fisico-mor Antonio de Castro apresentou, em 26 de novembro de 1653, o respectivo relatório médico.»

O Dr. Francisco Morato assistiu também à doença que vitimou a rainha viúva D. Leonor de Gusmão que desde 1665 começara a

(1) Júlio Dantas, *Outros Tempos*, Lisboa, 2.ª ed., Liv. Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1916, pág. 135.

ser molestada por complexa enfermidade que se manifestava por úlceras num braço, depois na mão e no pé do mesmo lado. Pelas indicações da terapêutica contemporânea os médicos passaram a tratar a Rainha com drásticos e sangrias, mas os edemas não cessavam de aparecer em diversas partes do corpo. Na terminologia clínica da época a enfermidade era a *opilação a originar a hidropisia*. Como diriam os médicos de hoje um estado cordio-renal, que ir-se-ia agravando até à verdadeira nefrite. A 25 de Fevereiro de 1666, em dia de quinta-feira, pelas cinco horas da tarde, sobreveio à doença uma crise de sufocação, que a obrigou a deitar-se na cama. Chamado o Dr. Francisco Morato, médico da sua Câmara, facilmente reconheceu a gravidade da doença, com a certeza de que a morte se aproximava. Apesar disso, não deixaram de ser convocados ainda outros clínicos para uma junta no dia seguinte. Na noite de 27 de Fevereiro de 1666, a Rainha entregava a sua grande alma a Deus (1).

O Padre António dos Reis e Diogo Barbosa Machado atribuem ao médico de D. João IV os *Sentimentos de D. Ignez de Castro*, impressos na *Fenix Renascida*, opinião combatida por Inocêncio alegando que os versos foram depois publicados com o nome umas vezes de D. Maria de Lara e Meneses, outras com o nome de Manuel de Azevedo (2).

O Dr. Francisco Morato Roma faleceu a 11 de Janeiro de 1670, pretendendo alguns biógrafos erradamente marcar a data da sua morte em 1668; no epitáfio da sua sepultura, na igreja de Alpalhão, claramente se lê e mostra ter falecido a 11 de Janeiro de 1670, portanto com a idade de 82 anos. Esta sepultura em chão raso, coberta por pedra mármore, encontra-se na igreja matriz desta vila, orago de Nossa Senhora da Graça, à esquerda da nave, fora do cruzeiro, lado portanto do evangelho, entre os altares de Nossa Senhora das Candeias e de Nossa Senhora do Rosário.

(1) Júlio Dantas, in *O Primeiro de Janeiro*, de 9 de Dezembro de 1939; A morte da rainha Luísa de Gusmão, citação de Hipólito Raposo in *D. Luísa de Gusmão*, Lisboa, MCMXLII.

(2) *Fenix Renascida* — colectânea de poesias, publicadas de 1716 a 1728, reeditada em 1746, os três primeiros volumes por um editor, os dois últimos por outros.

Sobre a pedra desta sepultura lê-se a inscrição seguinte que já em tempos me havia copiado e oferecido o rev. vigário de Alpalhão P.^o João Melita Roma e cuja leitura confirmei na visita que ali fiz no dia 24 de Julho de 1951, em companhia do meu amigo Dr. Adolfo Lamayer Bugalho:

«S. D. ODOR FR.^{co} MORATO ROMA CAVLER, DA ORDM DXPO E MEDICO DA CAZA REAL E DO SANTO OFICIO D LX. E D SEUS EDROS FALECEO AIIDIANR^o D 1670»

O termo de óbito do Dr. Francisco Morato Roma vem transcrito no opúsculo que em 1940 publicou o sr. professor primário, hoje aposentado, Carlos E. Lopes Subtil ⁽¹⁾ cujo teor é o seguinte:

Aos onze dias do mês de Janeiro de mil seiscentos setenta anos faleceu o D^{rt.} Fr.^o Morato Roma Medico de Sua Mag.^{de} e irmão do Rev.^o Vig.^o que foi desta Igr.^a, o Ld.^o, fr. G.^o Fer-Roma ambos naturais de Villa de Castello Vide.

Recebeo todos os sacram.^{tos} e esta sepultado ou depositado em huma sepultura dentro na Igrej^a te se fazer huma Cap.^a que deixa anexa todas as faz.^{das} que tem por estas partes. São testament.^{ss} e R.^{do} Vigário de Ares, o Licenciado fr. Fr.^{co} Morato Roma seu sobr.^o e R.^o Morato Roma e por verdade fis e assinei este termo.

O Vig.^o, fr. F.^o Carrilho Panasco.

E para constar fiz estas clarezas. Alpalhão 29 de Setembro de 1864.

O Vigário encomendado
João António da Silva.

⁽¹⁾ *Alpalhão — Fonte de Luz e a grande pléiade dos seus filhos. Comemoração dos Centenários da Fundação e Restauração da Nacionalidade Portuguesa, 1140-1940, Tip. Casaca, Portalegre.*

No citado opúsculo publicam-se também a inscrição lapidar e o registo de óbito do irmão do Dr. Francisco Morato Roma, vigário da matriz de Alpalhão, dos seguintes teores.

Sepultura do Vigário Frei Gonçalo Fernandes Roma que começou a servir a Igreja de Nossa Senhora da Graça da Vila de Alpalhão em Agosto de mil seiscentos e um e faleceu em vinte e nove de Outubro de mil seiscentos e cinquenta e nove. Tem cinco missas.

O assento de óbito do dito Vigário Frei Gonçalo Fernandes Roma é o seguinte:

Em os vinte e nove dias do mês de Outubro de 1659 faleceo o Vg. da Igreja desta villa frei G.^o Frn.^{es} Roma. Recebeo os Sacramentos, da confissão, comunhão, e extrema unção, fes testamento e esta sepultado na igreja de Nossa Sn^a. da Graça na Capela mór.

E por verdade fis, assinei este termo — João da Rosa.

Examinando agora o citado manuscrito da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra verifica-se, por essa fonte de informação que tão preciosos elementos nos fornece para o conhecimento dos *Moratos* de Castelo de Vide, que esta família, como aliás acima já mostrei, é muito antiga na vila e na região. Com efeito, o título de *Morato*, que significa o mesmo que mouro pequeno, é já muito antigo e nobre no reino e dá-se à família que usou este apelido como solar a vila de Castelo de Vide, existente ao pé da Torre antiga [presumivelmente a de homenagem, que se ergue no recinto medieval do castelo], e por isso é que, para distinção da sua nobreza, chamavam ao ramo principal desta família — *os Moratos ou Mouratos do pé da Torre* —. Reza a tradição que o chefe deles veio de Castela, depois da última expulsão dos mouros, em memória do que se chamaram alguns com o apelido acastelhanado de *Moratos*, diminutivo da palavra *Moro* que naquele idioma significa e tem como equivalente na nossa língua a palavra *Mouro*. As armas de que usava esta nobre família são

descritas na heráldica da forma seguinte: em campo de prata uma faixa vermelha entre dois dragões de verde, armados de vermelho, Timbre: um dos dragões nascente.

Dá-se como chefe e primeiro membro desta família em Portugal Gonçalo Morato, meirinho mor do reino de Leão, que pelos anos de 1420, em tempo de D. João II de Castela, se fixou no nosso país. Miguel Gonçalves Morato, filho deste Gonçalo Morato, foi um dos fidalgos que seguiram a parcialidade da rainha D. Joana, «a excelente Senhora» denominada pela maledicência *la Beltraneja*, por se atribuir a sua paternidade a Beltran de la Cueva, fidalgo e cortesão do rei Henrique IV de Castela. Casou este monarca com a princesa chamada também D. Joana, filha de D. Duarte, rei de Portugal. Como é sabido o casamento de D. Joana com seu tio, o nosso monarca D. Afonso V, em segundas núpcias, por ser já viúvo de sua prima D. Isabel, filha de seu tio D. Pedro, o regente, casamento efectuado com a ambição do rei de Portugal cingir também a coroa de Castela, por morte do seu rei Henrique IV, deu origem a uma guerra entre os dois países vizinhos, dispendiosa e nociva para nós, que terminou com a indecisa mas ruínosa batalha de Toro. Os magnates de Castela preferiram a pretendente D. Isabel, casada com Fernando II de Aragão, os denominados Reis Católicos.

O referido Miguel Gonçalves Morato fixou a sua residência em Castelo de Vide sabendo-se que teve como sucessor Gonçalo Morato, que usou o mesmo nome e apelido de seu avô paterno, também fidalgo e cortesão como os seus ascendentes. Foi cavaleiro da guarda del-rei D. Manuel, por alvará de 12 de Junho de 1519, o melhor foro que então havia, *mercê que consta de uma justificação* que fizera o seu sexto neto João Vaz Barradas Muito Pão e Morato Gonçalves da Silva, em 1726, e da carta de brasão que se lhe passou com as armas de Barradas, Silveiras, Gonçalves e Moratos, em 22 de Fevereiro de 1727 e com todos estes apelidos se tratava ⁽¹⁾. Este Gonçalo Morato, que também viveu em Castelo de Vide, teve os filhos seguintes: Maria Morato, que casou com Gaspar Fernandes Barradas Muito Pão, irmão de Álvaro Fernandes Barradas, alcaide-

(1) Manuscrito citado.

-mor da cidade de Portalegre, ambos filhos de Fernando Barradas, natural da cidade de Beja.

Outro filho deste Gonçalo Morato, que viveu também em Castelo de Vide, foi Manuel Morato, que teve um filho de nome João Morato que, por sua vez, deixou a seguinte descendência:

Gonçalo Morato que serviu na Índia onde foi grande capitão, embaixador daquele Estado e General de Ceilão, sabendo-se que casara na Índia mas ignorando-se se teve ou não sucessão.

João Morato que faleceu sem descendência e deixou grande parte da sua fortuna à Casa da Misericórdia de Castelo de Vide, com obrigação de várias missas e de um ofício todos os anos.

Inês Álvares Morato, que casou com Pedro Afonso Neves e que se diz ter dado origem ao ramo dos Moratos Romas.

Do casamento desta Inês Álvares Morato com Pedro Afonso Neves nasceu um filho de nome João Morato, que viveu em Castelo de Vide, onde casou com Maria Calado Roma, irmã de Bartolomeu Mendes Roma e filha de Gonçalo Fernandes e de Filipa Mendes Roma, pertencentes a uma família deste apelido muito antiga na vila.

Deste casamento de João Morato com Maria Calado Roma provieram os filhos seguintes: Francisco Morato, o nosso homenageado de hoje, que nasceu em Castelo de Vide a 4 de Outubro de 1588 e seu irmão Frei Gonçalo Fernandes Roma, vigário da igreja matriz de Alpalhão, cuja igreja paroquiou durante mais de 50 anos e onde os dois irmãos estão sepultados, como acima se disse.

O Dr. Francisco Morato Roma deixou os filhos seguintes: João Morato Roma e D. Maria Calado Roma, dos quais respectivamente vou ocupar-me.

Quanto ao primeiro, João Morato Roma, informa-nos o manuscrito a que já aludi que foi criado, isto é, da intimidade e educado na casa do rei D. João IV, de quem seu pai foi médico e amigo, em tal consideração era seu pai tido na corte que o filho, além da criação que teve no paço, aparece-nos honrado com diferentes mercês. Assim, é feito cavaleiro da Ordem de Cristo e escrivão da mesa grande da alfândega de Lisboa; quando D. Catarina, filha de D. João IV, parte para Inglaterra, rainha desta nação pelo seu casamento com Carlos II, João Morato acompanha a infanta portuguesa como seu guarda-jóias e com ela novamente regressa a Portugal quando a rainha

D. Catarina enviuvou. Continua a servir na corte e na regência e governo do príncipe D. Pedro, o futuro rei D. Pedro II, que o tinha em grande apreço, é nomeado tesoureiro da embaixada que o Duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, mestre de campo general, junto à pessoa de sua alteza, levou à corte de Turim por ocasião do tratado de casamento da princesa D. Isabel com o Duque de Saboia; esta princesa era filha do referido monarca e de sua primeira mulher e cunhada D. Maria Francisca Isabel de Saboia, mulher que tinha sido de seu irmão el-rei D. Afonso VI e cujo matrimónio se havia juridicamente anulado por sentença de 24 de Março de 1668. Saiu esta luzida embaixada do porto de Lisboa a 23 de Maio de 1682 em uma armada que se compunha de oito naus grandes, com todos os oficiais de guerra, fidalgos e todos os mais officios de que se compunha uma casa real. Este referido João Morato morreu muito velho na sua quinta da Azinhaga, junto a Santarém; casou com D. Maria Lobo da Franca, filha de João Pinto Lobo, cavaleiro fidalgo, e de sua mulher Maria Franca, moradora em Lisboa na freguesia de São Vicente e já viúva do Dr. Baltasar de Figueiredo da Fonseca, provedor da comarca de Torres Vedras (1). Deste matrimónio provieram os filhos seguintes:

Francisco Morato Roma, que usou o mesmo nome de seu avô, acompanhou seu pai a Inglaterra e foi também agraciado com a mercê de cavaleiro da Ordem de Cristo e proprietário do cargo de escrivão da mesa grande da alfândega de Lisboa. Era também dotado, como seu avô, de particular graça, que o tornou muito estimado na corte. Casou com D. Maria de Sande e Sousa, filha de Rodrigo de Moraes de Campos, e de sua mulher D. Isabel de Sousa Tavares, que depois de viúva faleceu no palácio real sendo dama de câmara da rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia. Deste matrimónio provieram os filhos seguintes:

Francisco Morato Roma, que faleceu sem casar deixando um

(1) No *Index das Notas de Vários Tabeliães de Lisboa* (Séculos XVI-XVIII), tomo 3.º, págs. 175 e 266, publicados pela Biblioteca Nacional em 1642, encontram-se os registos de duas escrituras de foro, respectivamente outorgadas pelos referidos João Morato e um seu descendente, o médico Dr. Francisco Morato, pelas quais se mostra que a morada a que se alude era em casas na rua direita de S. Vicente, que o primeiro adquirira em 1642.

filho natural de nome Francisco de Sousa Morato Roma, havido de Isabel Maria, filha de António Francisco e de sua mulher Mariana Pereira.

Fernando de Sousa Morato, que sucedeu na casa de seu pai e na propriedade do ofício de escrivão da mesa grande da alfândega de Lisboa. Casou com D. Antónia Francisca de Vasconcelos, filha de João Coronel, superintendente das ferrarias de Tomar, e de sua mulher D. Josefa de Vasconcelos, irmã de João de Lima Pereira, tesoureiro das terças. Deste matrimónio veio um filho, Francisco Manuel Morato Roma, que se dá como nascido num sábado, véspera de Nossa Senhora das Mercês, do ano de 1724. Ainda vivia em 1736 residindo com sua mãe, já viúva, na sua quinta denominada de «Roma», por detrás do convento de Santos.

Além destes mencionados filhos de João Morato, netos, portanto, do insigne castelovidense que homenageamos, teve ainda outro de nome Frei João dos Prazeres, religioso de São Francisco da Província de Portugal e que foi comissário dos Terceiros da Ponte de Coimbra.

Resta-nos agora falar da filha do Dr. Francisco Morato Roma e da descendência que deixou, filha que, como acima disse, se chamava Maria Calado Roma, que foi acafata do príncipe D. Teodósio, enquanto menino, filho do monarca restaurador, a qual casou com Francisco Leitão de Sousa, fidalgo da casa real e cavaleiro da Ordem de Cristo.

Viveu este fidalgo em Coimbra, onde era ali das pessoas principais e em cuja cidade servira os mais altos cargos da sua governança. Deste casamento vieram os filhos seguintes:

Nicolau Leitão de Sousa que seguiu a carreira das letras e tomou ordens menores;

António Leitão de Sousa que herdou de sua mulher, cujo nome se ignora, um morgado na Beira Baixa, serra da Estrela, e de cujo matrimónio vieram os filhos seguintes:

João Francisco Leitão que no ano de 1742 vivia solteiro, com sua mãe e irmã, na quinta de Cinde ou S. João de Areias.

Joaquim Leitão, doutorado na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, que andara ausente por umas pancadas que havia dado no pátio da Universidade a um estudante do Alentejo e

de cujo crime obtivera perdão. Além destes filhos teve ainda este casal três filhas, uma delas solteira, de nome Paula, que em 1742 vivia com a sua mãe e seu irmão João, acima referido, e mais duas filhas, ambas freiras no convento de Sant'Ana, de Coimbra.

Outras fontes de informação que tive ensejo de consultar trouxeram ainda ao meu conhecimento mais alguns nomes de pessoas ligadas, pelos seus apelidos, à família do insigne médico castelovidense Francisco Morato Roma. Assim um religioso de S. Bernardo aludindo a uma justificação para uso de seu brasão de armas declara que um tal Tomé de Freitas se dizia pertencer à família dos Moratos de Castelo de Vide.

Em 1649 Bernardino Viegas, no processo de habilitação para familiar do Santo Ofício, dá como testemunha a Mateus Morato Roma, que no auto de inquirição realizado em Castelo de Vide, em 6 do referido ano, declara ser natural e morador na dita vila, mercador, de 77 anos de idade (1).

O mesmo Mateus Morato Roma e Bartolomeu Mendes Roma, tio do nosso homenageado de hoje por ser irmão de sua mãe, figuram no processo de habilitação para familiar do Santo Ofício, requerido em 1639 por Francisco Gonçalves Mena, de Castelo de Vide (2).

Em Dezembro de 1597, em processo de igual natureza requerido pelo castelovidense António Cardoso de Matos, figura como testemunha Miguel Morato, cristão velho, natural e morador na vila, de 63 anos de idade (3).

Em idêntico processo requerido por Francisco Fernandes Abelho, em Janeiro de 1618, figura também uma testemunha, de nome Manuel Morato, também natural e morador na vila, de 75 anos de idade (4).

Em processo da mesma natureza, requerido em Março de 1671 por Manuel Leitão, natural e morador em Castelo de Vide, declara pretender casar com Maria Mendes Roma, também natural da mesma vila, filha de Manuel Dias Aldonço e de Isabel Mendes Roma, neta paterna de Francisco Dias Aldonço, natural e morador na mesma vila,

(1) Torre do Tombo, maço 1.º, Bernardino, n.º 1.

(2) Torre do Tombo, maço 6, Francisco, n.º 237.

(3) Ibid., maço 1, Francisco, n.º 7.

(4) Ibid., maço 3, António, n.º 124.

familiar do Santo Ofício, e de Margarida Vaz, de Portalegre, neta materna de Gonçalo Mendes Roma e de Maria Álvares, ambos naturais e moradores em Castelo de Vide.

O dito requerente Manuel Leitão obteve, em Setembro do referido ano, a desejada carta de familiar do Santo Ofício (1).

Em 1659 vivia em Castelo de Vide o capitão João Morato Roma e em 1762 vivia na mesma vila Maria Morato Roma, mãe do Dr. Manuel Álvares Leitão, morador na Judiaria.

O Padre José Morato Roma, filho de João Morato Roma, de Castelo de Vide, foi prior de Nossa Senhora da Graça da Vila da Rainha, bispado de Coimbra; teve este sacerdote de uma manceba, de nome Filipa Mendes, uma filha chamada Francisca Xavier Calado Roma, que casou com Mateus de Freitas e Oliveira, de cujo casal nasceu Félix Tomé de Freitas Morato Roma, natural e morador em Laris, bispado de Coimbra, o qual casou em Castelo Branco com uma senhora de nome Rita.

Um João Morato Roma que viveu em Castelo de Vide tinha um sobrinho em Lisboa, de nome Manuel Morato, morador nas «Carnicarias», que casou com uma mulher de apelido Rosado e de cujo casal vieram os filhos seguintes:

José Morato, Francisco Morato, que embarcou para o Brasil, e Maria Morato que casou em Castelo de Vide com Pedro Álvares Leitão.

Em 1734 já esta família dos Moratos de Castelo de Vide se havia ramificado por algumas terras do norte do distrito, nomeadamente por Marvão. Nesta vila viveu, no agitado período das lutas liberais, o Padre João Estácio Morato, prior da igreja matriz daquela vila, uma das principais e mais prestigiosas pessoas do partido miguelista naquela histórica vila e altaneira fortaleza. Deixou ali o prior Estácio Morato memória de homem íntegro, corajoso, de nobre procedimento e a fama de reconhecidas virtudes e generosa bondade. Estas qualidades de nada, porém, lhe valeram perante a brava intransigência em que se debatiam as duas facções políticas da época; após o triunfo

(1) *Ibid.*, maço 9, Manuel, n.º 286.

da causa liberal o prior foi, com outros prisioneiros políticos, internado na cadeia do Limoeiro, em Lisboa, onde morreu (1).

Em 1747 vivia ainda um músico muito distinto, natural de Portalegre, onde nasceu a 30 de Abril de 1689, chamado João Vaz Barradas Muito Pão e Morato, ligado à família dos Moratos Romas de Castelo de Vide.

Frequentou o seminário de Vila Viçosa, onde havia uma notável escola de música sacra a que D. João IV se dedicara, deixando uma preciosa colecção de obras hoje catalogadas, tradição que no paço ducal vinha já do tempo do duque D. Teodósio. O jovem seminarista portalegrense veio depois para Lisboa e ali ocupou os lugares de mestre da capela da igreja de S. Nicolau e mestre de música na Sé. Publicou várias obras de música didáctica.

À família do médico e cientista castelovidense Dr. Francisco Morato Roma veio depois ligar-se a distinta e prestigiosa família de Carlos Morato Roma, do Conselho de El-Rei, antigo director da contadoria do Tribunal do Tesouro Público, deputado e eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1861. Nasceu em 1797 e faleceu a 6 de Julho de 1862. Entregou-se ao estudo das questões económicas. Publicou duas memórias: *Opinião sobre as finanças de Portugal* e *Obras Públicas de Portugal*, além de vários artigos sobre o *Orçamento do Estado* e a *Questão da Moeda*.

À família deste ilustre economista se ligou também depois, pelo casamento com sua filha D. Teresa Morato Roma, o professor José Vicente Barbosa du Bocage, parente ainda do célebre poeta deste apelido, político, médico, zoólogo, professor da Escola Politécnica e Ministro dos Estrangeiros.

Um filho deste, de nome Carlos Roma du Bocage, foi também notável político e distinto engenheiro militar, que chegou a atingir o posto de general de divisão. De 14 de Maio a 22 de Dezembro fez parte, como Ministro dos Estrangeiros, do Ministério presidido por Wenceslau de Lima.

Além de um notável trabalho que apresentou na Comissão de

(1) Dei noticia desta figura da governança e história de Marvão, in *Terras de Odiana*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

defesa de Lisboa publicou, em 1918, de colaboração com Edgar Prestage, a obra — *Primeira Embaixada d'El-Rei D. João IV, relação da Embaixada a França em 1641 por João Franco Barreto, reimpressa com notícias e documentos* —. Para o *Diário de Notícias*, de 1906-1907, escreveu *Crônicas Internacionais*, que reuniu e publicou em 1914.

Informou-me o meu ilustre amigo e distinto confrade, Conselheiro Caetano Gonçalves, antigo Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, casado que foi com uma parenta deste referido engenheiro, a sr.^a D. Maria Antonina Bessane Basto, cujo pai pertencia à família do Conselheiro José Vicente Barbosa du Bocage, que do casamento deste com a referida sua mulher D. Teresa Morato Roma, haviam nascido três filhos: D. Emília, casada com o Dr. António Maria Cardoso, D. Maria Carolina, solteira, e D. Paulina casada com o Dr. José Inácio Machado de Faria e Maia Júnior, pai dos srs. José Roma Machado e Carlos Roma Machado, autor do livro: *Memórias da Villa Roma* (1).

É hoje representante da família do insigne médico de Castelo de Vide, Francisco Morato Roma, o sr. capitão de artilharia Francisco Carlos Roma Machado Cardoso Salgado.

(1) Moses Bemsabat Amzalak, *Carlos Roma Machado e os seus estudos económicos e financeiros*, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV, 1946, pág. 325.

JOSÉ ANTÓNIO SERRANO

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Não é em nome e com a autoridade da ciência que ele professou que eu venho hoje aqui falar do Dr. José António Serrano, diante de tão ilustres professores, elevados e doutos cultores da ciência de que ele foi tão insigne Mestre, mas como filho desta terra e em obediência a um convite da comissão de médicos deste concelho promotora da homenagem aos três cientistas naturais de Castelo de Vide, com o patrocínio e a colaboração da Câmara Municipal desta vila. Eu não podia, sem desprimor, recusar esse convite, porque, como filho desta terra, os deveres que nos impõe o seu culto, como já tive ensejo de dizer aqui quando tive a honra de proferir a primeira conferência deste ciclo de comemorações, a atracção, a irresistível sedução e encanto que tantas vezes têm posto o meu espírito em contacto com os documentos do seu passado, com as tradições da sua vida histórica, todo este conjunto de circunstâncias, sobrelevando a todas as minhas hesitações e à modéstia dos meus merecimentos, me levaram a não recusar o desvalioso concurso, a colaboração que tão confiadamente me foi pedida e que, mais uma vez, desvanecido agradeço.

O elogio do Prof. José António Serrano está feito. É tão completa a bio-bibliografia do nosso eminente conterrâneo, é já tão minuciosa, em conhecidos e divulgados pormenores, a trajectória da sua vida, aliás tão curta e efémera, que pouco ou nada, em verdade, poderei acrescentar de novo aos escritos e depoimentos já recolhidos e arquivados sobre os passos do glorioso caminho que ele percorreu.

Há um depoimento, há um estudo sobre o grande professor, que por exaustivo e pela autoridade do nome que o fez e subscreve, merece, sobre todos, sem desprimor para os outros, ser posto aqui em relevo.

Todos os aspectos biográficos, bibliográficos, iconográficos e até humorísticos e anedóticos de Serrano foram larga, carinhosa e profusamente tratados e recolhidos nesse belo trabalho. Quero referir-me ao estudo do douto professor e eminente académico aqui

presente Dr. Henrique de Vilhena, sucessor de Serrano na cadeira de Anatomia, seu devotado admirador, seu discípulo laureado, seu continuador nesse conjunto de qualidades que, ou Serrano lhe transmitiu, ou o Prof. Vilhena tão completa e superiormente soube seguir e imitar.

Dir-se-ia que um feliz acaso reunira no sucessor os traços mais vincados do labor docente e da figura moral do grande anatómico: a mesma integridade de carácter, a mesma proficiência, a mesma dignidade no ensino; ambos até com certas afinidades no gosto pelas belas-letas, na forma de bem escrever português castiço, na vernaculidade da prosa, conceituosa, de elegante recorte e sabor literário. Dizia-se que Sousa Martins era, no seu tempo, a mais eloquente palavra da Escola Médica, como Serrano era a sua melhor pena. Pois, Meus Senhores, a pena de Serrano não se imobilizou, passou para as mãos do seu sucessor que muito a tem honrado em trabalhos de curioso interesse e originalidade, como: *A Expressão da Colera na Litteratura*, Lisboa, 1909; *Sobre a expressão corporal das emoções conforme os géneros literários*, Lisboa, 1939; *Em Memória* (de vários médicos, um dos quais Serrano), Lisboa, 1940; *Mais Escritos*, Lisboa, 1947; Afonso Lopes Vieira, *Gentil Homem* (In Memoriam do poeta), Liv.^a Sá da Costa, Lisboa, 1947. O seu recente trabalho *Estudos de História e Deontologia da Medicina* todos estes e outros escritos revelam profundos conhecimentos das obras primas de literatura universal, de anatomia, de antropologia e medicina. Eu creio, servindo-me e glosando as próprias expressões do Prof. Vilhena, que uma das maiores compensações que um professor pode ter, depois de tantas canseiras e não poucas agruras da vida de professor, do mestre que faz do ensino, da educação dos estudantes, um sacerdócio, é sentir-se apreciado pelos seus alunos. Pois bem; grande e desvanecida consolação seria para Serrano se lá da eterna mansão de onde se não volta fosse possível o milagre de ver, cá na terra, como o seu discípulo e sucessor nas funções docentes cuidou, tão carinhosamente do seu espólio literário e científico, traçou, tão meticulosamente, a sua biografia e honrou a sua memória. Com efeito, o Prof. Vilhena recolheu e arquivou tão copiosas fontes de informes e documentos a respeito de Serrano... que nada deixou para os outros, que quase nada, por isso, ficou para mim.

Não faltaram mesmo nessa rica colectânea de informações muitas cartas íntimas e afectivas, a correspondência com vários amigos, fonte subsidiária de grande e elucidativa importância para se conhecerem e apreciarem certos aspectos do carácter e da actividade científica do nosso ilustre conterrâneo.

Foi também da iniciativa do sr. Prof. Vilhena uma curiosa exposição de desenhos sobre assuntos de anatomia descritiva e de anatomia topográfica, na sua maior parte trabalhos de D. Henrique Bourbon de Meneses, Saavedra Machado, Albuquerque Bettencourt e de outros artistas, num total de 448 quadros, exposição que se realizou, em 7 de Junho de 1946, no salão da Biblioteca da Faculdade de Medicina, a propósito da comemoração do cinquentenário da publicação do famoso *Tratado de Osteologia*, do grande anatómico Serrano, cujo busto em bronze, a sua máscara mortuária em gesso, bem como o seu livro e a caneta com que o escreveu foram também ali expostos.

Já em outro lugar ⁽¹⁾ tive ocasião de me referir às valiosas contribuições que a correspondência dos grandes homens, as suas cartas íntimas nos podem fornecer; a esse respeito permitam-me que mais uma vez eu cite aqui os expressivos dizeres do grande Castilho: «Elas são e quasi sempre constituem um repositório de curiosos e instrutivos ensinamentos porque as noticias que ali se respigavam eram muitas vezes mais aprasiveis que as achadas dos antigos monumentos públicos, semelhantemente ao desenterro fortuito de uma antiga vivenda particular ou casa rústica, onde os vasos e utensis do viver quotidiano vêm logo suscitar na fantasia os costumes, o trato, e o viver intimo da gente que ali houve» ⁽²⁾.

Com efeito, a correspondência dos grandes homens com a sua semelhança animada pela estenografia de uma íntima conversação, por estes pequenos nada que revelam e retratam uma personalidade, são documentos indispensáveis, traços os mais expressivos para uma biografia.

⁽¹⁾ *A Correspondência de Possidónio da Silva*. (Separata de *Arqueologia e História*, vol. VII, Lisboa, 1930).

⁽²⁾ *Presbyterio da Montanha*, vol. 1.º, pág. 14. Edição da Empresa da História de Portugal.

Com tal cópia de informes e documentos, com tal amontoado de despojos pôde o Prof. Vilhena, e podemos nós também à maneira de Michelet, corporisar Serrano, insuflar-lhe vida, fazer o milagre de ressuscitar o grande Mestre. Quem se encontrar, como eu, no cominado encargo em que um grupo de amigos confiadamente me investiu e que desprimoroso seria recusar, terá pois que forragear no rico alfoz, na opulenta seara de informações que o Prof. Vilhena laboriosamente semeou. Eu serei, portanto, neste lugar, um simples introdutor, à moda antiga, junto do povo da minha terra, menos familiarizado com escritos e trabalhos eruditos, um vulgarizador dos traços de mais saliente relevo da biografia de Serrano; digamos, um modesto e desataviado pintor que para esboçar a figura do nosso ilustré conterrâneo e para que ela fique e seja, quanto possível, fiel e aproximada do original, procure imitar, nas suas diferentes perspectivas, nas suas sugestivas tonalidades, nas suas verdadeiras tintas e cores, os bons e expressivos modelos.

Perdoai-me pois a imperfeição do desenho pela boa intenção que o inspirou.

Outros biógrafos retrataram Serrano com igual carinho em curiosos aspectos da sua infância, nos primeiros alvares da sua inteligência, nos primeiros passos da sua vida social nesta terra; seria injusto não mencionar especialmente o Dr. José Frederico Laranjo, seu dilecto companheiro de mocidade, como que o seu irmão mais velho, e o Dr. César Videira, ambos seus conterrâneos.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

No dia 6 de Outubro de 1851 nascia, numa casa da rua do Mercado, desta vila, à direita, para quem sobe, o Dr. José António Serrano, filho único de José Pedro Serrano e de Ana Catarina Serrano, de humilde condição, mas tendo alguns bens, parte herdados de um tio paterno, parte adquiridos com trabalho e com uma administração hábil e rigorosamente económica.

Erradamente se deu até ao presente a data de 1 de Outubro como sendo a do nascimento do Dr. Serrano; o sr. António Vicente Raposo Repenicado, conservador do Registo Civil desta vila, deu-se, porém, ao trabalho de percorrer o livro, à sua guarda, de baptismo

da freguesia de Santa Maria da Devesa, deste concelho, começado em 1845 e concluído em 1852, verificando, como também tive ensejo de ver, que a folhas 172 verso do referido livro, a data do nascimento era a 6 do referido mês e não no dia 1, como até então se julgava. Eis a cópia do termo do baptismo do grande anatómico:

«CÓPIA do termo do baptismo do Dr. José António Serrano, lavrado a folhas 172 verso do livro de baptismo da freguesia de Santa Maria da Devesa, deste concelho de Castelo de Vide, começado em 1845 e concluído em 1852

JOSÉ, filho legitimo do primeiro Matrimonio de José Pedro Serrano e Ana Catharina, neto paterno de José Martins Serrano e Theresa de Jesus e materno de Antonio Lourenço Tardão e Maria Eugenia, todos desta Vila: nasceu em seis de Outubro de mil oitocentos cinquenta e um, e foi solenemente baptisado por mim abaixo assinado em doze do mesmo mês, sendo padrinho o Avô paterno José Martins Serrano e tocou, com a Coroa da Senhora d'Alegria o Avô materno António Lourenço Tardão, testemunhas o thesoureiro António José Largo e Manuel Portugal. O Vig.^o José Joaquim dos St.^{os} Pinheiro. Manoel Portugal, António José Largo.

Castelo de Vide, 23 de Julho de 1951

(a) *António Vicente Raposo Repenicado*»

O Dr. José Frederico Laranjo e minha mãe, sua única irmã, lembravam-se de ter conhecido ainda nesta casa da rua do Mercado uma tia de Serrano, casa que, como alvitrava meu tio, era preciso procurá-la e marcá-la, não se deixando perder a memória dela.

São contraditórias as versões acerca da casa onde teria nascido, pretendendo alguns homens velhos da terra localizar essa casa na rua do Mestre Jorge, n.^{os} 17-19.

O Dr. Laranjo, ao agradecer a deliberação que a Câmara desta vila tomara, em 24 de Fevereiro de 1905, de dar a um dos seus largos o seu nome, como homenagem de apreço e reconhecimento pelos seus relevantíssimos serviços ao respectivo concelho e como prova da subida consideração em que eram tidos os seus incontes-

táveis merecimentos de estadista, lembra, nesse agradecimento, que seria justo também sinalar com uma lápide a casa em que nasceu o Dr. Serrano, numa pequena casa na rua do Mercado, à direita de quem sobe, e que tem actualmente os n.ºs 16 e 18.

Quando a mãe de Serrano faleceu, sendo o filho ainda muito criança, já a família morava na casa da rua Cega, que hoje tem o nome do grande professor, homenagem prestada ao ilustre castelovicense na sessão da Câmara Municipal de 24 de Agosto de 1903, por proposta do seu presidente sr. Ramiro César Murta, aprovada por unanimidade.

Ficou pois o filho confiado aos cuidados do pai, que lhe serviu de mãe e com tão inexcedível carinho, com tal dedicação e desvanecimento a substituiu, que mau grado o seu génio austero e rude encheu a infância do filho de extremos de carícias, de mimos, de desveladas ternuras e cuidados, procurando dar ao filho uma selecta e esmerada educação. Por seu lado a veneração do filho por seu pai era extrema.

Ainda assim, observa o Dr. Laranjo, a mãe fez-lhe falta; na intimidade única do pai aprendeu a encarar a vida como uma rude luta, em que os amigos são poucos, os contrários muitos e os indiferentes ainda mais. Esta rudeza, esta falta de optimismo, a falta dessa nuvem doirada de ilusão que lhe fazia ver demais o âmago das coisas, havia de deixar sempre vinco no seu carácter.

Sobre a infância do Dr. Serrano eu não encontro melhor e mais expressivo depoimento do que foi feito por meu tio, e pelo que sua irmã, minha mãe, tantas vezes avivava na sua feliz memória; órfãos de mãe, desde tenra idade, ambos se acolheram à sombra protectora e amiga da casa, no largo da Fonte da Vila, dos seus padrinhos de baptismo Padre José Joaquim Mimoso Videira, que ali vivia com seu irmão Joaquim António Mimoso Videira e duas irmãs, Isabel e Libânia, esta última madrinha de minha mãe.

A oficina do pai de Serrano era então na vizinhança desta casa, ao fundo da rua Nova, segunda porta à direita de quem sobe, hoje n.º 51; esta oficina instalou-se depois na rua de Santo Amaro, hoje a loja sob o n.º 5; quando meu tio ia para a escola encontrava ali a brincar no patim da casa fronteira à que foi de José Baptista Carvalho «*aquele rapazinho de frente larga e de olhar vivo a fazer igrejas*;

eu, ou ainda tinha, ou acabava de deixar as minhas, tornei-me desde então seu irmão mais velho».

Esta vizinhança fez, pois, amigos, quase irmãos, os que mais tarde haviam de ser filhos tão ilustres de Castelo de Vide.

Passada a adolescência cada um destes dois amigos seguiu o seu destino; meu tio para o Seminário de Portalegre, dali para o Seminário de Coimbra e depois, abandonada a carreira eclesiástica, para a Universidade; Serrano, depois de rápida passagem por Portalegre, foi para Lisboa para o Colégio Europeu, ao Conde Barão, onde fez os preparatórios para a Escola Politécnica, matriculando-se na Escola Médica, em 30 de Setembro de 1870.

São deste período certas cartas interessantes de Serrano através das quais se vê que mau grado a índole árida e seca do seu modo de ser, a que já anteriormente fizemos referência, esse feitio em nada fazia diminuir a sua amizade que era vivíssima e que se estendia a poucos amigos, um deles, como já disse, José Frederico Laranjo, companheiros inseparáveis que passavam juntos as férias grandes e aos quais depois se juntou outro estudante de Castelo de Vide que foi também frequentar a Universidade de Coimbra, César Augusto de Faria Videira. A prová-lo estão outras cartas publicadas também pelo Prof. Vilhena, copiadas ou dos originais ou seus rascunhos.

Os dois amigos, porém, Laranjo e Serrano, nunca a distância os separou porque em coração e em espírito sempre ficaram unidos, como se verá pela interessante e amiudada correspondência que entre si trocavam. Seja-me lícito ler-vos alguns passos de uma carta, provavelmente de 1870, em que o espírito de Serrano se compraz em se voltar, saudoso, para a sua terra, da qual mais tarde se havia de afastar, desgostoso e maguado por alguns sucessos e contrariedades de que mais adiante muito rapidamente vos darei notícia. A carta é dirigida ao seu amigo Laranjo; eis alguns dos seus mais interessantes passos:

«Meu caro Am.º

Eis-me em Lisboa; d'esta vez porem não sinto opprimir-se o peito taciturna melancolia, antes com semblante risonho e conformado apresento os pulsos a estas ferreas algemas que se chamão - - as lides do estudo.

Pungem-me comtudo ainda as saudades da nossa boa terra... da nossa boa terra porque não?... Eu vejo-a ainda sorrir-me meiga e affavel, como sóe á tardinha sorrir o horisonte apoz o proximo desaparecimento do sol. Não poucas dezenas de léguas me teem apartado d'ella; em vão procuro enxergar-lhes escabrozidades menos agradaveis, sombras que a afeiem; a distancia tudo apaga e tudo consome os amigos, como se deparam a todos os momentos, indifferentes e levianos, parecem-me de cá leaes e dedicados, e os inimigos (se os tivesse) olhal-os-hia ainda assim como patricios. Bem diz o grande Walter Scott que «a distancia produz sobre as ideias o mesmo que na perspectiva real e que assim como n'esta pule os objectos e os arredonda tornando-os duplicadamente graciosos, assim desaparecem as asperezas do genio, as irrregularidades ordinarias de character e só nos ferem a imaginação os traços mais tocantes e os que indicam mais sublimidade, mais graça e formosura» (1).

Permitam-me que leia ainda alguns passos de outra carta que em 21 de Janeiro de 1870 dirige a César Videira:

«A amizade que nos liga, é uma cadeia maravilhosa, que se accomoda ás distancias que temos de permeio, que rompe os obstáculos que se interpõem a nós, mas que tudo rompe sem damno, a tudo se accomoda sem ruido, e que sobre isto ainda é invisivel como todas as cousas maravilhosas. Esta cadeia singular feita d'uma substancia que os olhos humanos jamais poderão descobrir, mas que tem do diamante a rigidez e transparencia, do iman o poder attractivo, e a cor e a suavidade do ceu em dia limpido de primavera, o cheiro odorifero da violeta pendida á beira da estrada e a pureza sem mancha da açucena; esta cadeia, digo, tem sobre todas a extranha propriedade de transmitir e comunicar (como faz a electricidade ao cobre) d'um para outro dos seus polos, n'este ou n'aquelle sentido, tristezas, gosos, jubilos e dores» (2).

Mais alguns exemplos poderíamos oferecer em confirmação de que, por detrás do seu aspecto severo, rude e seco, estava afinal um coração humano, sensível aos mais puros enternecimentos e affectos. Permita-se-me oferecer ainda à vossa curiosidade alguns passos da

(1) *Archivo de Anatomia e de Anthropologia*, IX, 1924-1925, pág. 592.

(2) *Arquivo de Anatomia e Anthropologia*, vol. XII, 1928.

correspondência que trocou com uma honestíssima senhora, a primeira que fez pulsar de amor o seu coração. Esta correspondência que durou aproximadamente um ano, de Dezembro de 1870, (tinha Serrano 19 anos e frequentava o 1.º de Medicina), a Dezembro de 1871, tem o fino sabor da romântica juventude, do sentimento do seu coração moço, do estilo, já vernáculo e primoroso, do futuro mestre:

«Minha Senhora

O primeiro amor de mancebo assemelha-se bem ao botão que primeiro desponta n'uma roseira de tenra idade. E que outra coisa é o amor de que uma rosa? É rosa no perfume suavissimo que de si lança — reflexo de quanto encerra de celeste e divino; são suas sépelas o recato e honestidade que resguardam a donzella que ama; o pudor e a innocencia, emfim, constituem o colorido purpereo d'essa mimosa flor. Córastes acaso ao receber esta carta? são as rosas do amor que vos assomaram ás faces. Quer V. Ex.^a. ser o primeiro botão que há de enflorar a minha pobre roseira? —»

Permitam-me ler ainda mais um passo de outra carta, datada de Lisboa em 19 de Janeiro de 1871, traço interessante e também elucidativo da personalidade e carácter do nosso biografado:

«Nada logra melhor abalar uma resolução pertinaz, domar e amollecere um genio rispido e intratavel do que uns olhos femeninos, lindos e apaixonados, humedecidos ligeiramente pelo pranto. Eis o grande poder do amor! eis, sobretudo, o poder irresistivel da mulher! A mulher! esta formosissima metade do genero humano, esta plantinha a mais debil, a mais franzina, a mais delicada e ao mesmo tempo a mais forte do vasto jardim do universo.»

Em outra de 26 de Janeiro de 1871:

«— Fita-se muitas vezes o sol e perde-se a vista; uma luz intensissima não alumia — cega Porque tu és cega, B, porque tu és surda, porque tu nunca me amaste! Não ha amor sem fé, como não há fogo sem luz; onde está pois a luz do teu fogo? onde está a fé do teu amor?» (1)

(1) In *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, citada revista, vol. XII, págs. 331-349.

Pelos exemplos que acabo de vos oferecer se confirma pois que a severidade e a rudeza de Serrano se diminuía e que a vida sentida e vivida através da amizade dos seus amigos e dos eflúvios românticos do seu jovem e amoroso coração era vista pelo prisma do mais belo e humano optimismo.

Costumavam reunir-se os três estudantes em amenas e despreocupadas conversas literárias, nas longas tardes das suas férias de verão, em casa do primeiro e mais velho destes estudantes, no largo desta terra que então se chamava da Fonte da Vila e que, em sua homenagem, tem hoje o nome de largo do Dr. José Frederico Laranjo por ficar em frente da casa solarenga que, após o seu casamento, foi depois a sua habitação nesta terra.

«Era ele que presidia a esses colóquios e os estimulava, não só pela qualidade de dono da casa e pelo privilégio da idade e da iniciativa, como também porque a sua já vasta e sólida erudição, o seu apurado senso crítico, as suas altas classificações universitárias o colocavam acima dos seus companheiros, autoridade aliás que por eles era com admiração reconhecida e unânimemente acatada.»

Assim o comprovam estas palavras e as que mais tarde o terceiro desses estudantes havia de escrever ao traçar a biografia do seu companheiro e contemporâneo na Universidade, José Frederico Laranjo, dizendo dele o seguinte:

«Não se abandonava ao repouso, envolvendo-se nas diversões da mocidade do seu tempo: estudava sempre. Alternava o estudo dos clássicos com o dos mais árduos problemas sociológicos. Saint Simon e Fourier prendiam de preferência a sua atenção. Com o cérebro em fogo, sempre repleto de ideias altruistas, ele sonhava com os exércitos industriais e os falanstérios, que antevia em acção para a felicidade do operariado com a resolução do problema económico, na qual se julgava, na ingénua ilusão dos poucos anos, um cooperador valioso do futuro.» (1)

Das palestras literárias dos três estudantes castelovidenses, como acima vinha dizendo, no modesto e improvisado cenáculo da casa da Fonte da Vila, nasceu a ideia de fundarem na sua terra uma associação

(1) César Videira, *Memoria Historica da Muito Notavel Villa de Castello de Vide*, Lisboa, 1908, pág. 448.

cujo fim fosse concorrer simultaneamente para a ilustração dos que a formassem e para a educação do povo. Estudar e ensinar era o lema, a atraente e insinuante divisa que traduzia as nobres aspirações dos três estudantes, filhos, na calorosa expressão do mais velho, de uma terra viçosa e fértil, risonha como uma donzela de quinze anos, fecunda como uma mulher do povo, terra que eles sonhavam fazer rica e próspera pela cultura da inteligência e pela instrução dos seus habitantes. Para estudar formar-se-ia pois uma biblioteca e para ensinar organizar-se-iam saraus literários escolhendo-se assuntos que fossem úteis ao povo, como dar-lhes lições profícuas de higiene, demonstrar-lhe a utilidade dos montepios e ensinar-lhe a amar os dons da civilização. Com o mesmo útil e alevantado propósito abrir-se-iam escolas, editar-se-iam livros, bibliotecas e escolas que seriam entregues ao município para que este as vigiasse com zelo e solicitude e procurasse defender com a sua autoridade.

Uma das realizações práticas mais urgentemente recomendadas era a instituição de uma escola nocturna em que o povo pudesse com proveito gastar as primeiras horas da noite lendo e instruindo-se.

A sociedade que com estes intuitos se criou e instalou na rua da Espinhosa foi depois eficazmente ajudada por mais dois conterrâneos: um deles, o Padre José Baptista Duarte, sacerdote ilustrado e bom latinista, que desempenhou o cargo de seu primeiro tesoureiro; o outro, o médico Dr. João Augusto de Carvalho, que frequentara também a Universidade de Coimbra. O nome primitivamente escolhido para a designar foi o da *Associação dos Amigos do Estudo de Castello de Vide*, publicando-se em 30 de Agosto de 1866 os seus estatutos, reforma das primeiras deliberações por que se havia regulado a Associação, que andavam dispersas no livro das actas e se tinha julgado serem deficientes. Quatro anos depois a Associação dos Amigos do Estudo de Castello de Vide transformava-se no *Grémio Ilustração Popular de Castello de Vide*, tendo proferido o discurso inaugural, numa sessão solene nos Paços do Concelho, o sócio fundador José Frederico Laranjo, discurso que foi publicado em 1870 (1).

(1) Grémio Ilustração Popular em Castello de Vide. Discurso de inauguração por José Frederico Laranjo, Coimbra, Imprensa Literária, 1870.

A sociedade, agora com um novo título, ampliada no seu programa e no horizonte altruista das suas nobres aspirações, inicia a série de palestras e conferências, algumas das quais também foram publicadas, nomeadamente as do Dr. José Frederico Laranjo e a que em 10 de Setembro de 1871 fizera o Dr. Serrano nos mesmos Paços do Concelho da sua terra natal, inserta no vol. 15.º de *O Instituto*, págs. 169 a 195, sob o título *A instrução em Portugal*. O Dr. Serrano, fazendo a história da instrução popular em diversos países e especialmente entre nós, refere-se aos benefícios da iniciativa individual nos países mais adiantados em civilização, como a Inglaterra, e às tentativas que neste sentido haviam feito alguns beneméritos e várias colectividades, proferindo acerca da sociedade que nesse acto se inaugurava as seguintes palavras:

«A associação a que hoje lançamos a primeira pedra, não toma enfatuadamente a peito fazer chispar luz até aos covis mais reconditos, onde a ignorancia se aninha; não promete ser farol esplendoroso em paragens tão incertas, e em regiões tão temerosas. Instituição puramente local, e tendo de repartir parcamente as suas forças por dois pontos distantes, mirando ao mesmo tempo a instruir-se e a instruir, será, senhores, o navio que voga, e não o farol que alumia. Aquelles a quem uma fé robusta fortaleça e edifique, aquelles a quem sobeje ânimo aguerrido e audacioso, sigam-nos neste caminho pouco trilhado, ou sejam-nos guia nesta simpática peregrinação.»

Além do calor da ideia que o animava, repare-se no estilo e na fluência da prosa deixando já adivinhar o futuro literato.

A par destas conferências e de outros trabalhos abriu o Grémio a escola nocturna a que acima aludimos, para crianças e adultos, a qual se manteve por bastante tempo aberta e regida pelo Padre Henrique do Carmo Gonçalves, sacerdote também natural de Castelo de Vide, espírito liberal e de viva intelligência, bom orador sagrado, impulsivo e às vezes brusco nas suas maneiras sacudidas e desenhadas, mas belo e excelente carácter e um dos mais dedicados amigos de Serrano.

O primeiro núcleo de livros da biblioteca foi constituído pelas obras que os seus três fundadores conseguiram arranjar, comprando, com o pouco dinheiro de que dispunham, na frase de um deles, os livros dos melhores escritores portuguezes, ou adquirindo-os por oferta

de pessoas das suas relações, umas que já eram, outras que haviam de ser depois valores dos mais cotados na política, na ciência e na literatura.

Têm pois algumas obras da biblioteca, além do seu merecimento intrínseco, o valor estimativo dos autógrafos dos seus distintos oferentes.

São curiosas a este respeito as cartas que publicámos do Dr. José António Serrano, dirigidas ao seu amigo e companheiro de infância Dr. José Frederico Laranjo, pelas quais se poderá ver como se ia formando o primeiro núcleo da biblioteca e através das quais se discortina a desvelada solicitude que lhe merecia a Associação que com os seus companheiros de mocidade havia fundado. Estas cartas constituem, pois, além de interessantes traços da biografia do grande anatómico, valiosos subsídios para a história da pequena livraria que assim ia medrando e crescendo mercê das solícitas dedicações, tão raras e dignas de serem imitadas, dos seus entusiastas impulsores. Mais completas e valorizadas elas ficarão com os indispensáveis e tão interessantes comentários que o Dr. José Frederico Laranjo fez a algumas dessas cartas em 1904 a propósito do falecimento do seu amigo Serrano e no comovido necrológio que nessa ocasião publicou em *O Distrito de Portalegre*, jornal que o Dr. Laranjo dirigia então como chefe nesse distrito do antigo partido progressista.

Conta-nos o Dr. José Frederico Laranjo que numa dessas férias o estudante Serrano que todas as tardes costumava ir a sua casa, não lhe aparecera durante algumas. «Oíça lá, perguntei eu ao pae, encontrando-o, o que é feito do seu filho, que não aparece? «Elle está fazendo uma coisa que parece um romance.»

«Fui procurá-lo, prossegue escrevendo o Dr. Laranjo, para ouvir o que teria escripto o imberbe moço de treze a quatorze annos; elle condescendeu em ler; eu fui acompanhando a leitura, de quando em quando, com impiedosas criticas; de repente vi que lhe saltavam as lágrimas dos olhos.

Vejo que sem querer lhe estou fazendo mal; perdoe-me; eu não queria molestal-o; eram apenas observações da minha amisade.

Observações que eu lhe peço que continue a fazer, respondeu elle, porque reconheço a justiça das que já fez, eu não choro pelo que me diz; choro por ver que não posso fazer nada bem.

É impossivel fazer romances bem na sua mesmo na minha idade; falta a experiencia da vida, falta ainda tudo; mas com o seu engenho e com a sua sêde de gloria vae-se longe; creia que ha-de ser um illustre filho da nossa terra e illustre no paiz.

A Prophecia não era difficil de fazer e foi exacta; simplesmente as circunstâncias da vida desviaram o Dr. Serrano, não de todo, da litteratura, e levaram-no para a ciência.»

Com efeito as lições e estímulos do Dr. Laranjo em assuntos de litteratura e de crítica literária em que, deste novo, foi abalissado mestre, haviam de frutificar a tal ponto no espirito intelligente e curioso de Serrano que, no trato e convívio dos bons livros, conseguiu adquirir um grande apuro no estilo e manifesta predilecção pelas belas letras; este gosto pela litteratura deu-lhe a arte de escrever bem, a perfeição da forma nos escritos e até nas suas cartas.

É particularmente interessante a respeito do gosto que ia manifestando pelos assuntos literários, mercê do convívio com o seu amigo José Frederico Laranjo, já então humanista distinto, a carta que lhe escreve em 25 de Janeiro de 1870, pedindo-lhe licença para entrar no recinto sagrado da litteratura; diz ele: — «recinto deliciosissimo pelos longes esplendidos que nos offerece — horisontes dilatados, campos estendidos e verdejantes, varzeas perpetuamente floridas, por onde os olhos se vão com summo deleite, pascendo sofregos e irrequietos; tornemos novamente emfim ao nosso assumpto dilecto, ao nosso assumpto mais querido. E porque é agora occasião opportuna vou ler em voz baixa e timida como de discípulo a mestre (mestre excellente para tão apoucado discipulo), aventurar duas palavras... etc....»

Seguem-se referências a Fr. Luís de Sousa, Camões, Vieira, Flinto e outros, concluindo por dizer que a língua andava barbarizada com a turba de galicismos. Pede licença, com graciosa ironia, para passar rêspeitosamente pelos filósofos: Proudhon, Sócrates, Aristóteles, Longino, Kant, Hegel, em que o espirito do seu amigo Laranjo andava mergulhado. Por último, com arrebatamento e extremos de grande affecto e admiração, manifesta sentido júbilo pelos êxitos que o seu amigo José Frederico Laranjo ia obtendo no seu curso universitário.

Foi pois assim que Serrano havia de grangear mais tarde a justa fama de ser a melhor e mais vernácula pena na Escola Médica, como Sousa Martins era a sua melhor e mais eloquente palavra, como já dissemos.

Nas férias de 1873 inaugurou-se, numa festa deslumbrante, a estátua de D. Pedro V, cujo elogio histórico foi feito pelo Dr. José Frederico Laranjo que se imprimiu em 1874 (1); Serrano foi secretário da comissão promotora da elevação do monumento e foi dele o plano e o trabalho de uma parte das iluminações.

Foi principalmente obra dele a fantástica iluminação do Rocio, hoje Praça de D. Pedro V, que parecia, na descrição que dela nos faz o seu amigo Frederico Laranjo, (*O Distrito de Portalegre*, n.º 906, de 5 de Janeiro de 1902), uma fadaria das *Mil e uma Noite*. Festa tão brilhante, de tão íntima união de todos os corações dos habitantes desta risonha terra, que a recordação dela manteve por muitos anos na alma de todos um rasto inextinguível de luz e um frémito sempre vibrante de alegria. Essa festa tivera também o condão de fazer desaparecer o cansaço de espírito daqueles que andavam fatigados, e as rivalidades daqueles que as tinham, congregando todas as almas numa elevação de júbilo cuja lembrança o Dr. Laranjo dizia fazer bem e ser salutar recordar depois passados tantos anos.

Em 1875 completavam o curso o Dr. José Frederico Laranjo, o Dr. José António Serrano e o médico Dr. João Augusto de Carvalho (2); a terra recebeu-os festivamente e propôs aos três patrícios que se acabavam de formar um plano de união e de mútuo auxílio, plano em breve desfeito com as rivalidades e as invejas que logo surgiram.

O Dr. César atribui este ambiente pouco favorável à influência de interesses profissionias estabelecidos e que então se manifestavam

(1) *Elogio historico de D. Pedro V*, Porto, Typ. Central, 1874.

(2) O Dr. João Augusto de Carvalho, clínico hábil, foi durante alguns anos médico municipal de Castelo de Vide e Marvão; ambos os partidos deixou, ficando apenas com clínica particular, que era bastante e larga; essa mesma abandonou tratando apenas algumas pessoas de amizade e gastando os seus dias vigiando a cultura das suas propriedades. Na eleição municipal de 1877 ficou no campo oposto ao dos seus dois amigos. (*O Distrito de Portalegre*, n.º 756, de 17 de Fevereiro de 1899). Faleceu no dia 11 de Fevereiro de 1899.

ao novo facultativo timorato e agressivo. Não foi bem assim. Eis como outro seu amigo e conterrâneo, o Dr. Laranjo, comenta o caso:

«A primeira guerra foi feita ao Dr. Serrano no Hospital da Misericórdia; ele substituiu ali durante uma temporada de banhos o sr. Dr. Alves de Sousa; o enfermeiro mor não lhe cumpria as ordens, alterando as dietas e não nos lembramos se também o receituário; o Serrano sentiu-se e queixou-se; confiado na influência que tinha adquirido na povoação, e desejando desagruar o Dr. Serrano, eu mandei avisar o enfermeiro de que, se lhe renovasse a desconsideração, o faria exonerar; ele repetiu-a, e eu pude fazer cumprir o aviso; mas os dirigentes da Misericórdia, que a tomaram d'aforamento perpetuo, tão perpetuo que se julgavam os donos d'ella, começaram a olhar com receio para aquelles rapazes, que tinham vindo das escolas superiores do país carregados de distincções e que não se deixavam pizar; resolveram então cortar-lhes as azas, pelo menos, para se confirmar, mais uma vez, o velho proverbio de que «santos de casa não fazem milagres».

«— Estava eu para Coimbra e o Dr. Serrano meteu requerimento para ser irmão da Misericórdia; elle queria ver aquilo por dentro, porque tinha que ver. Era claro que o Dr. Serrano podia prestar ao hospital e á Misericórdia altissimos serviços; mas não era isso que importava aos seus dirigentes; a meza admitiu o Dr. Serrano como irmão numa sessão, porque o requerimento apparecera d'improviso e não tinha havido tempo de se concertarem; mas esperava-o n'outra sessão, sob o pretexto de que ele ainda não tinha os 25 anos do compromisso! Aquelles phariseus da legalidade esqueciam-se de que a idade legal tinha passado dos 25 para os 21 anos, e de que um dos mezarios, o thesoureiro, não tinha tambem a idade que requeriam.»

O Dr. Serrano desforçou-se em duros, acres, mas justos artigos de jornais ⁽¹⁾.

(1) O sr. Prof. Vilhena possui os autógrafos dos cinco primeiros artigos publicados sob o título *A Misericórdia de Castelo de Vide*, em *A Luz do Alentejo*, semanário de Elvas, de 1876.

Neste período da sua mocidade e relativos a Castelo de Vide publicou Serrano os seguintes artigos:

A estátua de D. Pedro V em Castelo de Vide, artigos publicados no *Jornal do Commercio de Lisboa*, de 1 de Outubro de 1870.

A instrução popular. Conferência feita em 10 de Setembro de 1871 na

O seu amigo Laranjo aprecia este caso no *Distrito de Portalegre*, na forma seguinte:

«Da iniqua e vergonhosa decisão da Misericórdia recorreu-se para o concelho do districto, mas no concelho de districto predominavam os amigos do provedor e mezarios, que tinham praticado o indigno acto, e não foi possível conseguir, como já aqui contámos n'outro número, nem sequer que não decidiram nada, para se não recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo! Era uma denegação formal de justiça, mas que custou cara aos seus auctores.»

Mas agora que passou toda essa fumarada, nós, mais uma vez, podemos dizer que há males que vêm para bem. Todas essas contrariedades que lançaram para fora da sua terra o novo médico devemos hoje bendizê-las e até estimá-las porque se elas não tivessem obstruído a vida calma de Serrano nesta terra a velha e abalisada Escola Médica Cirúrgica de Lisboa ficaria assim privada de um dos seus mais ilustres professores, de um dos seus mais insignes ornamentos e valores.

O seu amigo Laranjo relendo, anos depois, para satisfazer saudades, a correspondência que trocara com Serrano descreve-o nada melancólico como supunham o homem, nada áspero, como a vida o tornou; mas alegre e sereno e entregue a tudo o que a vida tem de salubre e atraente. Até representava no teatro do velho Castelo, numa sala ao rés-do-chão onde fazia belos papéis de rapariga jovial e elegante.

Serrano alude a uma dessas representações na carta que escreve a Laranjo, sem data mas provavelmente de 1886 ou 1887, tinha Serrano 15 ou 16 anos.

São os seguintes os seus curiosos termos:

«— Como sabe fui a férias.

Casa da Câmara de Castelo de Vide, no acto da inauguração do *Grémio Ilustração Popular*. Publicada em *O Instituto* de Coimbra.

As eleições municipais de Castelo de Vide. No periódico *O Progresso* de Lisboa. (Do partido progressista), n.ºs 282 e 283, de 14 e 15 de Dezembro de 1877.

As festas da reabertura da Igreja Matriz e da inauguração da Estátua de D. Pedro V em Castelo de Vide, 1873.

O sr. Prof. Vilhena possui o autógrafo sem data e julga ter sido publicado este escrito num jornal *O País*, em Outubro ou Novembro.

Diverti-me muito; ri melhor e dormi muito melhor.

Mas, afinal, como iam de cá já prevenidos tencionámos representar. Pedimos ao Caldeira (1) que nos ensiasse e no dia 25 pelas 8 horas e tanto pizamos nós o palco para divertir aquella gente com tres libras (Ceos!!! porque não desabaes?) no cofre e uma grande massada no corpo.

Mas... alto! tivemos enchentes; agora, lembro-me eu de que ou entrou muita gente pelo tecto (!) ou o fundo do cofre estava roto (no chão não caiu nada, não).

Levámos á scena: *As Pragas do Capitão*, comédia n'um acto para duas pessoas (eu e o Gordo); *O diabo atraz da porta*, comédia n'um acto (entravamos eu, o Gordo, o Carlos Pereira, Francisco Pereira, Severiano, Caldeira); *Os effeitos do vinho novo*, scena cómica pelo Gordo. *O meu amigo Banana*, idem pelo Gordo. *Amor aos bofetões*, comédia num acto (entravamos eu, o Gordo e o Severiano).

E o pequenito do Caldeira n'um entreacto foi cantar uma cançoneta hespanhola.

No dia 28 repetimos, sendo as duas scenas-cómicas do Gordo substituidas por duas tambem por elle:

Confissões d'uma pessoa sincera. *Zé Chalaça*.

E o pequeno do Caldeira recitou duas poesias.

Agora, despindo toda a capa da modestia e cobrindo o rosto com as mãos, digo-lhe aqui muito baixinho... muito baixinho... para que nos ouça alguém... que não andamos mal.

O Serrano passou mais tarde a fazer papeis d'homem e foi o protagonista no drama — *O Segredo d'Uma Familia*. Era o pintor que cegava em scena. —»

Numa outra carta que mais tarde (1875 ou 1876) dirige ao seu amigo Laranjo o estado de espirito de Serrano já nos aparece nublado, estoico, desalentado e pessimista; nela lhe participa não poder vir a Castelo de Vide passar as férias, acrescentando: — «a sciencia que parece devia conduzir o homem á *suprema felicidade*, é justa-

(1) José Joaquim Pinto Caldeira, que fora amanuense do Tribunal de Contas e dali fora transferido como Sub-Chefe e Fiscal do Distrito da alfândega de Portalegre.

mente quem com mão de ferro me teve arrastado até fazer-me debruçar á beira d'esse abysmo escurissimo e medonho que se chama o materialismo —.

A visita a Castelo de Vide ser-me-hia do mais salutifero effeito...

A contemplação do panorama dos campos seria elixir maravilhoso para fazer fenecer este desalento e esta descrença que de mim se ha apoderado... Peço-lhe pois que se não esqueça de mim e que dos thesouros inestimaveis das suas crenças me envie um pequeno obulo com que conforto —.

*o seu Amigo
J. A. Serrano»*

Como era diferente nesta época o estado do seu espirito daquele que quatro ou cinco anos antes o inspirava a dizer para a sua namorada as seguintes palavras:

«— Por isso «Deus e o Amor» são o meu credo unico e esse credo toda a minha religião. —»

Várias nuvens sombrias, de diferentes procedências e origens, começaram a acastelar-se no céu da sua tranquila juventude. Assim era, com effeito e infelizmente.

Como se vê os primeiros anos de clínica do Dr. Serrano em Castelo de Vide oferecem alguma paridade com os episódios que se deram na primeira fase da vida de Garcia de Orta na sua terra; este, forçado a abandoná-la, para a ela nunca mais voltar, por ódios raciais, como já mostrámos; aquelle, desgostoso pelas intrigas, pelas rivalidades e invejas, por ditinhos e pequenas misérias de família que tanto relavam o pai e filho, a tal ponto que o incompatibilizaram com a sua terra, aonde só muito mais tarde havia de voltar. Esses desgostos faziam-no escrever, em carta que dirige a seu pai, traço nobilissimo do seu grande carácter, os seguintes amargurados dizeres:

«Meu querido Pae. Relativamente a esses ditinhos e essas pequenas misérias de familia que tanto o ralam e atormentam meu Pae, digo que o melhor lado que podiam ter, era o da mesquinhez mas lá no fundo enxerga-se a inveja e essa havemos nós de apagar

e esmagar com o desprezo. Peço a êsses Srs. mais 4 anos e meio e se Deus quizer e nos ajudar teremos dado ambos um grande exemplo á Sociedade e sobretudo ás nobrezas Castelovidenses. Ser-lhes-ha mostrado o meu Pae que um homem a quem a sorte deu baixos principios pode ser tão ilustrado na cabeça e mais nobre no coração, do que esses grandes homens — *se é que os ha na nossa terra* — a quem a fortuna bafejou desde o berço com os resplendores da riqueza e com as luzes de uma educação esmerada. Quanto a mim, espero em Deus que não me será difficil provar-lhes, que o filho de um sapa-teiro, pode, firmado no braço de um pae animoso e dedicadissimo, ascender pelos seus esforços aos primeiros logares da Sociedade. Emprazo-os para o futuro e lá, na sua completa humilhação, acharemos nós a mais completa e atroz vingança.

O que sobretudo muito me penaliza, é vêr os parentes mais proximos, que deveriam ser os nossos amigos mais afeiçoados, empenhando-se *coitados!*..... em desmoronar o belo edificio que ha quasi 8 anos o meu Pae forcêja, com a sua boa vontade de ferro, por levantar sobre alicerces firmes e inabaláveis. Esses, se não fossem invejosos, teriam por desculpa a ignorancia, mas são, alem de ignorantes, falsos e maus, e isso não se desculpa mas, na ocasião propria, castiga-se e pune-se; enquanto porem se espera a ocasião, que não pode vir longe vota-se ao desprezo e ao escárneo. Conheço que Deus me dotou de um coração rico de bons sentimentos, mas receio bem que á força de perder uma por uma das illusões da mocidade, venha a tornar-me mau com os maus e egoista com os egoistas e mesquinhos.» (1)

É caso para abençoar o destino que fez sair da sua terra estes dois homens que tão illustres e eminentes se tornaram depois.

Nesta conjectura o Dr. Serrano vem para Lisboa, para onde o illustre professor Manuel Bento de Sousa constantemente o chamava, e por Decreto de 12 de Março de 1878 é nomeado, precedendo concurso, preparador e conservador do museu de anatomia; já em 13 de Janeiro de 1877 havia sido eleito sócio titular ou efectivo

(1) Publicada na revista *Médicos Portugueses*, vol. 1.º, n.º 1, Julho de 1925, pág. 37 — Lisboa.

da «Sociedade das Sciencias Médicas». Em 13 de Maio de 1880 é nomeado demonstrador da secção cirúrgica da Escola Médica; a 24 de Abril de 1881 é nomeado cirurgião interino do Hospital de S. José; nesta mesma data e ano Serrano é nomeado para a secção médica da expedição científica à Serra da Estrela, chefiada por Sousa Martins.

No ano lectivo de 1882-1883 principia a reger a cadeira de anatomia descritiva; em 1884 o Governo convidou o Dr. Serrano para ir, numa qualquer comissão científica, à Índia, que não aceitou; a 2 de Julho de 1885 é nomeado professor de anatomia artística da Escola de Belas Artes de Lisboa; em 16 de Junho de 1886 é nomeado definitivamente cirurgião do Banco do Hospital de S. José. De 1886 a 1891 dirige a Casa de Saúde Lisbonense; em 30 de Março de 1895 é nomeado director da enfermaria de S. Fernando no Hospital do Desterro; em 2 de Julho de 1895 é eleito vice-presidente da Sociedade das Ciências Médicas; em 28 de Julho de 1898, secretário e bibliotecário da Escola Médica; em 18 de Setembro de 1901 director da Repartição de Estatística do Hospital de S. José; sócio efectivo da Academia das Ciências, presidente da Assembleia Geral da Associação dos Médicos Portugueses e da Caixa de Socorros a Estudantes Pobres; sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto de Coimbra, membro da Academia Etrusca de Cortona, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo e da Academia Nacional de Medicina e Cirurgia de Cadiz. Era sócio da Assistência Nacional aos Tuberculosos e da Liga Nacional contra a Tuberculose (presidente da comissão de legislação).

À sua terra natal não vinha, aquelas intrigas e pequenas misérias que, como já dissemos, o haviam levado a abandonar a terra incompatibilizando-o, por longos anos, com ela, tinham deixado no seu carácter um vinco amargo de despeito; ele não tinha aquela jocosa e prazenteira filosofia do nosso eminente polígrafo do século XVII, Francisco Manuel de Melo, quando dizia em uma das suas cartas:

«— Para os criticos (maldizentes) me deu Nosso Senhor excelente coração, porque sempre vou a ganhar com eles: se me murmuram, me rio, se me emendam, me aproveito; e no cabo,

não sou tão tonto que não distinga o que é zelo do que é enveja.» (1)

O pai é que ia passar com ele temporadas à Casa de Saúde e, depois que ela acabou, à casa da Travessa do Fala Só, n.º 16, na babilónia de Lisboa uma Tebaida, no dizer do seu íntimo amigo e patrício Padre Henrique do Carmo Gonçalves, Tebaida que o Dr. Laranjo dizia não ser consagrada à penitência, mas à ciência. Nela se refugiava Serrano concentrado, melancólico, passando a vida com pequenas paragens entre a livraria Rodrigues e a cervejaria «Gelo» no Rocio.

Este modo de viver de Serrano no estreito e recolhido horizonte da sua casa e dos seus estudos tornavam-no ainda mais seco e duro do que já era por índole do seu carácter; o Dr. Serrano não era pois popular e muito menos o era na sua terra, onde, como disse, muito raras vezes vinha e só muito de fugida visitava. O seu companheiro de infância e de juventude, Dr. Laranjo, aproveitava, porém, todos os ensejos, todas as oportunidades para ensinar a população da vila a respeitá-lo e a considerá-lo com simpatia que se foi pouco a pouco acentuando.

Além do amor à Escola Médica por cuja dignidade ele velava com vivíssimo afecto, e do seu labor profissional, Serrano não tinha outras distrações senão as que lhe proporcionava a conversa com um pequeno círculo de amigos.

Amava a sua Escola com verdadeira idolatria, o que faria dizer ao seu amigo Dr. José Frederico Laranjo que era «o Geraldo sem pavor da Escola Médica»; não consentia nada que lhe pudesse menoscabar ou melindrar a dignidade, nenhuma infracção de lei, nada de favoritismo; os governos contavam com isso e ainda os mais arbitrários recuaram diante daquele franzino e débil ser, grande pela inteligência e pela riqueza de carácter (2).

(1) D. Francisco Manuel de Melo, *Cartas Familiares*, pág. 11. (Edição Sá da Costa).

(2) Discurso proferido à beira da sepultura provisória de Serrano, em Lisboa. Pub. in *O Distrito de Portalegre*, de 28 de Dezembro de 1904.

Amava os seus alunos, conquanto fosse para eles um professor austero e tantas vezes rude no trato; como dizia o seu companheiro de infância e de juventude, Dr. Laranjo, ele não tinha a tolerância que conduz ao abuso, nem a brandura cómoda que leva ao desleixo, mas a ciência e a justiça que são uma necessidade absoluta em quem se destina a esse nobre mister.

Pretende aludir o Dr. Laranjo, possivelmente, à intransigência do professor Serrano perante uma portaria do governo que mandava admitir na Escola certo aluno, o qual, por fim, teve de ir para o Porto.

O espírito intransigente de Serrano perante favoritismos da política mostra-se nas palavras cáusticas que acerca dela pronuncia no elogio de Sousa Martins (1).

Eis as palavras, que aqui reproduzo:

«— rendeu á sua patria o prestantissimo serviço de nunca pôr pé nessa feira — da ladra das consciências, onde a ciganagem trataria de maquinar a troca baldroca de um médico insigne por um ambicioso a mais —.

Já em Sousa Martins a clinica prejudicou o homem de sciencia; a esqualida marafona da politica indigena, se chega a enroscar-se-lhe, emporcalhava-o a ambos, em breve os arrastaria até ao monturo das podridões corruptas. Tal não succedeu, exultemos por isso. Poderíamos, se a cousa consentira chistes, e não profanásemos a majestade de suas cinzas, appor-lhe este epitaphio: — Aqui jaz um orador que nunca se propoz a ministro.»

Sentindo-se morrer dizia para o seu íntimo amigo, o médico Dr. Gregório Fernandes: «— Lego á escola o que mais estimo — os meus livros —. N'isto imito os meus mestres queridos. Amei-a como mãe carinhosa...»

Os seus discípulos eram até aos últimos momentos a sua preocupação constante, observa o Prof. Belo de Moraes, também alentejano, como Serrano, da vizinha vila do Crato, acrescentando que os seus exames, longos, pesados e serenos, salpicados por vezes de espirituosos epigramas, davam ao resultado tal clareza, tal jus-

(1) *In Memoriam*, pág. 535.

tiça, que o condenado só se queixava da sua ignorância ou desleixo (1).

Nos últimos anos da sua vida foi o nosso saudoso amigo Cónego José da Cruz Caldeira um dos seus mais íntimos amigos. Conseguira este, no ano anterior do seu falecimento, levá-lo no verão a uma digressão pelo norte do país, mas dela regressava em breve aborrecido, por um precalço que lhe sucedeu, cansado, fatigado, ansioso sempre pelo sossego da sua Tebaida. Esse precalço consta da carta dirigida ao seu amigo Laranjo, publicada no *Castelovidense*, de 3 de Julho de 1949:

«Meu caro Laranjo

O conego e eu estamos já em Lisboa desde 5^a feira passada, porque a nossa jornada ao norte foi partida ao meio por um acidente imprevisto: roubaram-me a carteira no Porto.

Foi o caso que na madrugada de 4, estando deitados e a dormir no Grande Hotel do Porto, um gatuno entrou subtilmente no nosso quarto e da algibeira interior de um casaco que eu deixara sobre as costas de uma cadeira, aos pés da cama, furtou-me a carteira com todo o dinheiro em papel que eu levava — cerca de 140\$000 rs, bem como uma bolsa de couro com alguns vintens em cobre que tinha numa das algibeiras das calças, também sobre as costas da mesma cadeira.

Por muito favor, deixou-me o que tinha nas algibeiras do colete, pendurado esse á cabeceira da cama: — o relógio e uma bolsa de prata com 5\$200 rs. Ao amigo conego nada roubaram — felizmente — e pudemos pagar a conta do hotel e retroceder para Lisboa, em vez de seguirmos para Braga, como tencionavamos.

De saude, bem e é o que mais importa. Até ao dia 19 em que contamos chegar ai de tarde.

Am.º velho

José António Serrano

12 de Setembro de 1902.»

(1) Alocução proferida no liceu de Mousinho da Silveira, em Portalegre, em Junho de 1930. Pub.º in *Medicina Contemporânea*, n.º 25, XLVIII, reproduzida in *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, vol. XIII, pág. 743.

Depois do falecimento de seu pai no dia 21 de Setembro de 1899 por quem sempre teve um vivíssimo sentimento de veneração, vinha todos os anos nesse dia a Castello de Vide visitar-lhe o túmulo e suffragar-lhes a alma; mas pouco se demorava, nunca sendo possível retê-lo por mais de dois dias. É muito curioso e interessante o necrológio que o Dr. Laranjo faz do pai do seu amigo, cujos traços de carácter descreve:

José Pedro Serrano

«Falleceu em Castello de Vide na quinta feira passada, dia 21 de setembro, cerca das 2 horas da tarde, o nosso amigo e correligionario, sr. José Pedro Serrano, pae do illustre professor da escola medica de Lisboa, Dr. José António Serrano.

O fallecido, que ha já tempos soffria d'uma paralyisia parcial, produzida por ataque apopletico, ia fazer no mez de Janeiro 76 annos.

Desde o começo da doença vivia sempre em Lisboa na companhia de seu filho, mas punham-no de quando em quando as saudades da sua terra natal e da sua casa, os cuidados das suas fazendas e das rendas a receber ou dos contractos e renovar, e conseguiu que o filho, na primavera e no verão, lhe deixasse satisfazer estas naturaes aspirações de quem nos extremos da vida a terra que mais ama é a que teve por berço, a que primeiro viram os olhos incantados da infancia, aquella em que a natureza e a mocidade trocaram, e enlaçaram, como dois namorados os seus suavissimos e ineffaveis sorrisos. Ia a férias, mas opprimido pela doença, alquebrado, e ultimamente irritado e desejando morrer.

Foi n'esta triste disposição de espirito que o vimos a ultima vez que lhe fallámos — no dia de S. Roque; via a procissão que passava junto dum banco na praça de D. Pedro v.

No domingo, dia 17, deu-lhe outro ataque, que logo o prostrou; quando, na madrugada seguinte, seu filho chegava de Lisboa, jazia no leito em estado comatoso, não podendo receber senão o sacramento da extrema unção, e prolongando-se-lhe a agonia até ao dia 21, sepultando-se no dia 22 em um coval reservado, donde será transportado para o jazigo de familia que projecta mandar construir. Acompanharam o enterro as irmandades a que o finado pertencia

— a da Misericórdia e a do Coração de Jesus; pegaram ás borlas do caixão, se bem nos lembramos: os srs. José da Assumpção Mimoso, António Luciano Farinha Pereira e seu irmão Francisco, e António José Repenicado; fechou o caixão o sr. Dr. Laranjo.

De condição humilde, o finado soube pelo seu genio trabalhador, pelo seu character probo, rude, e austero, pela sua intelligencia da classe em que nasceu adquirir os meios necessarios para lançar o filho numa classe mais elevada ainda; foi um modelo inexcedivel d'amor paternal. A esposa fallecera-lhe muito cedo: o filho unico, ficara muito pequeno; a elle se dedicou todo numa idade em que as paixões são ainda vivas; áquella creança se prendeu aquelle coração, e porque a creança sahiu viva e bem inclinada, porque no caminho do estudo não teve nunca nem desfallecimentos, nem hesitações, porque, a intelligencia era de luz o character d'ouro e d'aço, ahi, onde se prendeu, ahi ficou sempre enrolado, não vendo outra coisa, não tendo um outro norte, nem outras paixões. Quantas vezes, quando o filho era ainda incipiente estudante de preparatórios no collegio Europeu, não levou horas a fallar d'elle comnosco! Com que ternura, com que embevecimento! «Lembra-nos um episodio d'este tempo. «E o José António? perguntavamos-lhe nós um dia de férias, em que o filho não apparecera de tarde em minha casa, defronte da fonte da Villa, para conversarmos de litteratura, como era costume. — Olhe respondeu-nos, está adoentado, passou mal a noite; começou a tremer com muito frio; bradou por mim, levei-o para a minha cama e consegui aquecel-o. Está melhor, está quasi bom; mas não o deixei sahir. «— Era uma natureza aspera, tinha alguma coisa da dureza das rochas, mas rocha que se fendia e d'onde brotava um manancial nunca exausto de affagos quando se tratava do filho.

Reflectiram-se em fortes alegrias no pae os triumphos do filho nas escholas superiores, e quando terminado o curso, foi para a terra natal, e ahi o despeito e a inveja se lhe levantaram, feitas serpentes, a sybillar desconsiderações e intrigas, e a imaginarem que lhe enredavam e difficultavam a vida com tropeços e obstaculos, que a pobre gente que os arranja não comprehende que se arrojam para longe com um pontapé, o pae teve accessos de desespero e impetos de combate e de lucta que a natureza das coisas difficilmente moderava. Divorciou-se então com o filho d'uma boa parte da povoação, esten-

dendo a muitos o divorcio que só podiam merecer alguns. Elle estranhava que nem todos fizessem o mesmo. «O sr. dizia-nos elle um dia, meio irritado, deu em juiz de paz».

A inveja e a injustiça têm ás vezes o singular condão de serem a causa occasional d'um esforço que atira os que ellas perseguem para eminencias que não se attingiriam d'outro modo; foi o que aconteceu com o Dr. Serrano; no meio das mesquinherias da sua terra elle attendeu os convites dos seus mestres que o convidavam para ser seu collega, o que talvez não aconteceria, se na patria todos fossem amigos ou pelo menos todos os procedimentos fossem correctos e leaes.

Na nova posição do filho o pae serenou; mas o perdão é filho do esquecimento e elle tinha a memória tenaz; nenhum dos agravos, nenhum dos obsequios que tinham sido feitos ao filho se lhe desluziu do espirito, e a tenacidade das recordações d'um fortificava a do outro; todavia se algum doente lhe pedia uma carta de recomendação para o filho, a carta não era recusada.

Por fim passava parte do anno em Lisboa, parte em Castello de Vide; quando aqui estava e eu estava em férias regressavam as longas conversações ácerca do filho. Um desgosto o pungia; era que o filho não contrahisse familia; sentir-se-hia remoçar no meio dos filhos de seu filho, e o seu coração enrolava-se cheio d'affeição ao que lhe parecia que poderia ser uma esposa e uma filha ideaes.

O Dr. Serrano tem razão para chorar por longo tempo a morte de seu pai; «Foi um grande pae» diziam, fazendo-lhe o elogio, os nossos patricios, no dia do seu fallecimento.

«Agora, diziam outros, o Dr. Serrano não volta mais á terra.»

Voltará; as lágrimas que se choram pelos que nos morrem amollecem-nos, e ao irmão de tantas luctas e de tantos ideaes, ao amigo desde infancia, dizemos-lhe d'aqui o que lhe dissémos, abraçando-o, ao entregarmos-lhe a chave do caixão de seu pae: «Quebrou-se o mais forte braço que o prendia á patria; ficam outros, e embora tenues, espero que tambem o liguem a ella e que o tumulo de sua mãe e de seu pae lhe tornem a nossa terra sagrada e querida.

a) *José Frederico Laranjo* (1)

(1) In *O Distrito de Portalegre*, n.º 788, de 28 de Setembro de 1899.

Deu-se mais tarde um facto que pareceu reconciliá-lo com a sua terra.

Foi o seguinte:

Resolveu a direcção da Sociedade Artística Popular, colocar o seu retrato na sala nobre ao lado do retrato do Dr. José Frederico Laranjo (1). A festa efectuou-se no 1.º de Janeiro de 1902, em uma das salas da Sociedade convenientemente decorada com colchas de seda amarelas, cor da Faculdade de Medicina. A filarmónica popular, postada ao lado de cima da casa, com muito povo, aguardam a chegada do Dr. José Frederico Laranjo que tomou a presidência da sessão: declarando-a aberta, convidou os srs. António Luciano Farinha Pereira e Padre Henrique do Carmo Gonçalves, como amigos particulares do Dr. Serrano, a descerrarem o seu retrato que, aparecendo, foi saudado com uma prolongada salva de palmas, com vivas e com os sons festivos da música.

Falaram o Dr. José Frederico Laranjo que, depois de se referir à nobre e simpática orientação de inteligência e de sentimento da festa traçou, com grande elevação e carinho, a biografia de Serrano, falando também a seguir o sr. Padre Henrique do Carmo Gonçalves, o professor João António da Silva e permitindo-me eu proferir também umas palavras exaltando a figura de Serrano e a lição e alto significado moral da festa.

Seja-me permitido ler aqui, apesar de as ter já publicado (2), duas cartas de agradecimento do Dr. Serrano, uma que dirigiu à direcção da Sociedade Artística Popular, em cujas salas, como disse, se havia colocado o seu retrato, outra que a mim me foi dirigida pela colaboração que tomara nessa festa. Terei assim ensejo de vos

(1) Esta ideia havia sido já sugerida pelo seu amigo Dr. Laranjo no agradecimento que dirigira à Sociedade Artística Popular pela eleição unânime de seu presidente honorário e colocação do seu retrato em uma das salas da mesma Sociedade, no dia 1 de Janeiro de 1896. Nesse agradecimento pedia o Dr. Laranjo um companheiro para o seu retrato, o do Dr. Serrano (*O Distrito de Portalegre*, n.º 596, de 8 de Janeiro de 1896).

(2) *A Biblioteca Municipal de Castelo de Vide*. (História de uma Livraria). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927. (Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade*, vol. VIII, n.ºs 1-6).

mostrar, mais uma vez, especialmente àqueles de vós que ainda não conhecem esses verdadeiros modelos de prosa vernácula, conceituosa e de primoroso estilo:

«Senhores presidente e vogais da direcção da Sociedade Artistica Popular de Castello de Vide:

Tinheis de ha muito, nas salas das sessões da vossa sociedade, a induzir-vos do alto á admiracão do bello, ao exercicio do util e á pratica do bem, o retrato do nosso grande patricio o doutor Laranjo, em quem se alliam no mais formoso conjuncto, raramente atingido, saber e entendimento, alma aberta só a impulsos nobres, coração amplissimo no prodigalisar com mão larga serviços e beneficios ao paiz e á nossa terra. Elle é sem duvida, no tempo presente, a mais legitima gloria de Castello de Vide; e não conheço, nem existe, em qualquer tempo, senão um que o exceda e nenhum mais que o eguale, dos filhos da aprazivel Cintra transtagana. Faço referencia a esse singular velho, desataviado e excentrico — grande pensador, grande demolidor e grande reformador — que tem nome na historia de Portugal moderno: Mousinho da Silveira.

Esse deverá ser, que não eu, o companheiro de Laranjo na nossa sala de honra. Porque, quereis que vos diga, com sinceridade e lisura, o pouco a que monta o meu unico merito? Vereis que não vale as saudações que me endereçastes. Eu vol'o digo.

Na machina social do paiz que é o nosso, machina com caldeiras, fornalhas, rodas, embolos e tubos, onde há eixos, alavancas, molas e rodizios, que tem peças singelas, mas tem aparelhos complicados, exercito funcções de simples parafuso, escondido algures na junta de duas chapas. Ora medito comigo: «é preciso que a machina trabalhe bem, e tudo está n'isto — cumpra cada peça segundo sua serventia; pertence-me apertar, aperto». E não curo de saber se há embolos que emperram, eixos que se torcem, rodas que não giram e caldeiras que não vedam.

Sendo tão somente um parafuso da machina, procuro que seja firme, quanto posso e sei.

Tão pouco não basta para merecer as homenagens, demasiadas, excessivas, com que me distinguistes, primeiro inaugurando, em 1 de

Janeiro, o meu retrato com festiva pompa, depois conferindo-me no seguinte dia o diploma de vice-presidente honorário da vossa sociedade — que minha fica sendo, também, d'ora avante.

Tudo agradeço, com afincado extremo; e dignae-vos transmittir a todos os nossos consocios este meu sentir de verdadeiro reconhecimento.

Lisboa, 30 de Janeiro de 1902.

Senhores presidente e vogaes da Direcção da Sociedade Artistica Popular de Castello de Vide. — Vosso patricio e grato amigo — José António Serrano.»

Permitam-me que leia também, como já referi, uma carta que por ele me foi dirigida, em agradecimento da parte que tomei nessa festa inolvidável e que ainda hoje me comove ao recordá-la; não a leio por abusiva imodéstia, mas como grato imperativo, que juntamente com o honroso convite do corpo clínico deste concelho, me faz hoje vir aqui oferecer à memória do grande Mestre as flores da minha imarcessível saudade:

«Meu amigo e patricio. — Foi-lhe sem duvida transmittido, de herança, com um dos appellidos do seu nome, o bem querer com que me distingue, de que é signal manifesto — assim devo comprehende-l'o — o ardor com que cumulou de immerecidos louvores a minha personalidade, nessa honrosa festa dos artistas da nossa terra.

Ora, de quantos tiveram mais larga partilha em tal solemnidade, acabrunham-me e pesam-me, na medida em que elle proprio tanto se me vantaja em entendimento e coração, mas confesso que me commovem as saudações dos outros, mórmente dos novos como o meu amigo, se a par de melhores modelos de homens de bem — e só n'isso convenio — me enfileiram a mim.

Abraça-o com effusão, exorando-lhe que continue, como encargo de familia, a amizade de seu tio por este seu desvalioso patricio e e amigo agradecido. — José António Serrano.

S. C. — 8 Janeiro — 1902 — nesta.»

A morte de seu pai por quem tinha, como já disse, extrema veneração e a morte do seu grande amigo Prof. Sousa Martins agravaram a bronquite crónica e o aneurisma de que vinha sofrendo enfraquecendo o seu débil e franzino organismo. Teve Serrano os pressentimentos fúnebres da sua morte e assim o deciarava ao seu

amigo de infância José Frederico Laranjo quando lhe dizia, com serena e estoica resignação, estar convencido de que duraria pouco. Sob a influência deste obstinado pressentimento procura um dia o seu amigo para o consultar sob a redacção do seu testamento pedindo-lhe pressa da resposta à consulta porque podia desaparecer de um momento para o outro dia. Esse testamento, aprovado em Março de 1903, todos nós o conhecemos nas suas linhas gerais.

Deixava um legado para um edifício de escola nesta terra e parte da sua biblioteca, a literária, numa soma aproximada de 3.147 escolhidos e selectos volumes, à Câmara de Castelo de Vide; à Escola Médica deixava os seus livros de medicina e o exemplar da sua obra *Manual synoptico de anatomia descriptiva*, emendado para o caso de uma nova edição (informação do Prof. Vilhena). À Academia Real das Ciências de Lisboa, de que era sócio efectivo, deixou um exemplar do *Tratado de Osteologia Humana* também com rectificações para fim idêntico, tratado que o sr. Prof. Vilhena considera uma obra prima, perfeita na ciência anatómica da sua época, modelar, fechando *magestosamente* a cúpula do velho edifício da anatomia (1).

Finalmente, na madrugada de 7 de Dezembro de 1904, apenas com 53 anos de idade, deixava de bater o coração de José António Serrano. Que mágua não teriam os seus médicos assistentes Dr. Gregório Fernandes, Alfredo Campos e Cupertino Ribeiro de verem que eram inúteis todos os seus esforços para o salvarem. Era cedo para morrer, dizia maguado e compungido o seu companheiro, o seu como que irmão mais velho, José Frederico Laranjo nas comovidias palavras de necrológio que publicou em dois números do *Distrito de Portalegre*. Assim apagava o destino cruel tão curta vida, mas que tão longa nos parece se a medirmos e avaliarmos pela vasta obra que deixou.

No dia 24 de Setembro do ano seguinte, 1905, fez-se em Lisboa, do cemitério dos Prazeres, a trasladação do seu cadáver para o seu jazigo e de seu pai no desta vila, e no dia seguinte, dia 25, seguiu o féretro, em carro de luto coberto de coroas, da estação de Castelo de Vide para a igreja matriz, onde às 11 horas rezou missa de corpo presente o seu amigo padre Henrique do Carmo Gonçalves; finda

(1) *Em Memória*, Lisboa, 1942, pág. 42.

a missa organizou-se o cortejo, que foi imponentíssimo, incorporando-se nele corporações religiosas com os seus pendões, atrás a Câmara Municipal, as autoridades de todas as ordens, os asilos, as escolas, as músicas, o povo.

À beira do jazigo falaram os srs. Correia Guedes, em nome dos alunos do Dr. Serrano, Álvaro Bossa, em nome dos estudantes da Escola Médica de Lisboa, Dr. Eugénio de Moura Pinheiro, presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide; finalmente, num longo e comovido discurso, o Dr. Laranjo, seu companheiro de infância e de juventude, seu grande e dedicado amigo, dava o último adeus a José António Serrano (1).

Ali repousa o ilustre castelovidense no seu jazigo, ao lado dos restos de seu pai e no solo a pele do seu fiel e magnífico cão Paris; a cabeça que se conserva inteira está como que a guardar seu dono. Em uma das prateleiras do jazigo guarda-se o berço de Serrano e algumas fotografias suas em diversas idades e outra de seu pai.

O ilustre castelovidense que parecia divorciado da sua terra manifestava no seu testamento a vontade de ter na terra que lhe foi berço a sua última morada. Assim se cumpriu a sua vontade de ficarem os seus restos mortais nesta terra encantada da pátria, cujo ar faz parte da primeira respiração da vida, como dizia o seu amigo Laranjo, onde primeiro chorámos ao contacto rude das coisas; onde primeiro sorrímos ao contacto surpreendente da natureza; terra encantada da pátria cheia de tão poderosos atractivos que mesmo os de tèmpera, mais fria, mais rívida para ti se voltam na hora extrema.

Se quiserdes saber e acompanhar o seu fecundo labor científico o Prof. Vilhena que vo-lo mostre com a sua autoridade, com a carinhosa devoção e minúcia com que elaborou a sua bibliografia. Nada menos de 83 trabalhos, produto da iniciativa e da actividade intellectual do grande anatómico, o Prof. Vilhena registou e desenvolveu pela ordem cronológica da sua publicação (2).

Ali figura também um curioso e muito interessante documentário iconográfico de José António Serrano e algumas notas e anedotas

(1) *O Districto de Portalegre*, n.º 1293, de 1 de Outubro de 1905.

(2) Revista citada *Médicos Portugueses*, vol. 1.º, n.º 1, Julho de 1925 e no livro *Em Memória*, [de vários médicos, um dos quais J. A. Serrano].

formando uma interessante colectânea elaborada pelo ilustre conservador da Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa, sr. Ramiro Barros e Silva.

A sua obra principal intitula-se *Tratado de Osteologia humana, Morphologia, physiologia ontogenia*. Precedida da notícia documentada e crítica dos professores de anatomia que exerceram em Lisboa desde o século XVI até à actualidade. Tomo I — *Tronco*, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1895. Tomo II — *Membros*, id., 1897.

O Prof. Vilhena observa que Serrano levou a notícia dos professores de anatomia até somente a Pedro Dufau.

O manuscrito original desta famosa obra guarda-se no cofre da secretaria da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Permita-se-me ler aqui também algumas palavras que um antigo discípulo de Serrano, o Dr. Júlio Dantas, ilustre presidente da Academia das Ciências de Lisboa, escreveu a seu respeito, brilhantíssimo perfil do grande anatómico e insigne castelovidense:

«Corpo meão de alentejano, alma rasgada, largo saber, vontade educada em compridos annos de victórias sobre si proprio, o professor Serrano é uma das mais interessantes figuras do corpo cathedratico da escola medica de Lisboa. O seu *Tratado de osteologia humana* é a um tempo, a afirmação da mais solida sciencia e da mais rica litteratura.

Por aquellas paginas, atauxiadas de vez em quando da palavra obsoleta, a riqueza do vocabulo corre a par com a sobriedade tersa do dizer.

É inimitável. Mas o que mais nos espanta, n'esse precioso livro, é o poder pictoral, o poder de discriptivo com que nos dá, sem o recurso de figurações ou de schemas, o conhecimento minucioso dos mais complicados ossos humanos. E depois, que bem faz ao coração da gente vêr um livro de sciencia escripto em verdadeira linguagem portugueza, — tão vezados estamos á algaravia barbaramente forjada em que tropeçou entre nós a litteratura medica! (1)

(1) In *Novidades Medico-Pharmaceuticas*, publicação mensal do Porto e artigo transcrito no jornal de Portalegre *A Plebe*, de 29 de Abril de 1900.

Eis a traços largos a biografia de Serrano, tão pequeno e franzino de corpo mas grande, na verdade, pelo talento e pela imensidade do seu fecundo trabalho.

Quando dizia ao pai naquela amargurada carta que é o mais belo documento do carácter nobre de Serrano «— que esperava em Deus que pelos seus esforços e firmado no braço de um pae animoso e dedicadissimo havia de ascender aos primeiros logares da sociedade —» não se enganava!

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Agradecendo a benévola atenção com que me escutaram vou terminar fazendo minhas as conceituosas e expressivas palavras proferidas pelo Prof. Belo de Moraes na sua já citada alocução:

«Serrano, com a sua frente larga, os seus olhos pequeninos e vivos, a sua boca de lábios finos e irónicos e as barbichas ralas de mefistófles... quiz ser homem e foi realmente um homem. «Ser homem é ser como ele».

P. M. LARANJO COELHO

UM HUMANISTA PORTUGUÊS NO CÍRCULO LITERÁRIO DE HENRI DE MESMES

Com a aurora da Renascença e o cultivo aturado dos temas literários renova-se, no ambiente intelectual da França, a colorida tradição dos *puy*s medievais, começando a surgir então várias sociedades de eruditos e de devotos das belas letras onde os espíritos banhados pelo novo humanismo aspiravam ao modelar traçado de produções literárias segundo os cânones clássicos. Sobretudo, pela aura que envolveu o nome dos seus principais mentores, tornaram-se celebrados, adentro dos gloriosos dias do Quinhentismo, os círculos literários de Tiraqueau e o do mosteiro de Fontaine-le-Comte, onde o génio de François Rabelais exerceu magnífico pontificado⁽¹⁾ e o cenáculo de humanistas que na cidade de Toulouse, entre os anos de 1533 e de 1538, se constituiu em torno do jurisconsulto Jean de Boyssoné e de que se conserva ainda precioso testemunho nas duas centenas de cartas que este Doutor tolosano trocou com as principais figuras do humanismo da época⁽²⁾.

Outro círculo literário, este na própria capital francesa, se tornou de igual modo bastante famoso nos primeiros anos da segunda metade do século XVI. Referimo-nos ao cenáculo que rodeou o jurisconsulto e diplomata Henri de Mesmes, e para cujo prestígio muito devia ter concorrido a circunstância de os mais eminentes letrados do tempo aí aparecerem em número elevado e de mãos dadas com personagens do mundo político e, até mesmo, com figuras professoras da Reforma francesa.

(1) Vide Janet Espiner-Scott, 'Note sur le cercle de Henri de Mesmes et sur son influence', in «Mélanges offerts à M. Abel Lefranc», Paris, 1936, pág. 354.

(2) Guarda-se a cópia desta volumosa correspondência na Biblioteca Municipal de Toulouse, Mss. 834, f.ºs 1, 199, e a ela fizemos já breve referência no nosso estudo 'O Humanista António de Gouveia em Tolosa', in «Revista Portuguesa de Filosofia», t. VIII, f. II, Braga, 1952.

Entre que datas se torna possível localizar a existência deste círculo intelectual? — Só o conhecimento, ainda que em traçado sumário, dos marcos biográficos de Henri de Mesmes nos poderá habilitar para uma resposta ampla à interrogação formulada. De resto, a análise desta matéria interessa particularmente a história do humanismo lusitano dado que um dos colaboradores do referido cenáculo foi o jurisconsulto António de Gouveia, em nosso entender, o pensador mais eminente e de mais sonora repercussão da Cultura portuguesa de Quinhentos.

Nascido em 1532, na cidade de Paris, Henri de Mesmes, senhor de Roissy e de Malassisse, desempenhou, ao longo de uma laboriosa existência de 64 anos de idade, importantes cargos adentro da política francesa do seu tempo. Diplomata em Itália, magistrado na Corte parlamentar parisiense, chanceler do rei de Navarra e da rainha Luísa de Lorena, conselheiro de Estado — a par desta actividade política, que o absorveu durante um período de mais de três décadas, teve ainda Henri de Mesmes o culto apaixonado das belas letras, convivendo com figuras destacadas do mundo intelectual e promovendo a reunião, na sua riquíssima Biblioteca, de sábios humanistas como Adrien Turnebe, do poeta e matemático Pierre de Montdoré, do prelado valentino Jean de Montluc, do chanceler Michel de l'Hospital, do bispo de Orléans Germain de Guélis, de Deniz Lambin, do jurista Hotmann e de outros vultos que se distinguiram no domínio intelectual do mesmo século. A sua autobiografia — *Les Mémoires de Henri de Mesmes, seigneur de Roissy et de Malassisse* (1) — onde a doçura do estilo vive paredes meias com a sabedoria dos conceitos expressos constitui uma das mais límpidas memórias do seu tempo, e apresenta-se revestida de tão pujante autoridade, como fonte de carácter histórico, que nos permite contactar fielmente com o ambiente político e intelectual da França durante um longo período do século XVI.

Neste relatório autobiográfico, que Edouard Frémy apelida de «*tout à la fois le journal d'un magistrat, d'un diplomate et d'un lettré qui ne prit la plume, il y a trois siècles, que pour léguer à son fils le*

(1) Vide a publicação deste trabalho, com um estudo introdutório de Edouard Frémy, Paris, s. d., 242 págs.

fruit de son expérience» (1), a uma singela e concisa eloquência, própria de um espírito dotado superiormente, corresponde a mais fidedigna descrição dos acontecimentos e o sentido permanente duma ampla objectividade, que nos permite apreender, para além do contacto pessoal com uma existência vivida, os marcos definidores de uma época histórica. As *Memórias* de Henri de Mesmes possuem ainda o atributo de constituírem uma obra de fundo pedagógico, uma verdadeira e instrutiva lição onde se desfolha a nobre experiência de uma vida que fora norteadada por uma aspiração superior. E esse, ao que julgamos crer, é ainda o maior mérito de tão instrutivo trabalho.

Henri de Mesmes constituiu um dos exemplos de mais extraordinária precocidade que a história da sua época regista. Tendo tido como preceptor o humanista Maludan (2) fez o seu curso elementar no colégio de Bourgoigne, para onde entrou com a idade de 11 anos, aí se conservando, sujeito ao austero regime escolar então imposto aos estudantes, durante um ano e meio. Ele próprio nos confia as impressões da vida de colegial: «*Je trouve que ces dix huict mois du Collège me firent assez de bien. J'appris à répéter, disputer et haranguer en public, pris cognoissance d'honnestes enfants dont aucuns vivent aujourd'huy, appris la vie frugale de la scolarité et à régler mes heures; tellement que, sortant de là, je récitay en public quelques oraisons latines et grecques de ma composition et présentay plusieurs vers et deux mil vers grecs faicts selon l'aage, récitay Homère par coeur d'un bout à l'autre*» (3).

Quando só contava 13 anos de idade, em Setembro de 1545, o pai de jovem de Mesmes, que era jurista afamado e íntimo do célebre

(1) Edouard Frémy, *ibid.*, pág. 7.

(2) Henri de Mesmes refere-se nos termos mais elogiosos a este humanista: «*Homme sçavant, choisy pour sa vie innocente, et d'aage convenable à conduire ma jeunesse jusques à temps que je me sceusse gouverner moy mesme*», *Mémoires de Henri de Mesmes*, ob. cit., pág. 135. Interessa apontar este nome porque Maludin foi amigo dilecto de António de Gouveia, e seu companheiro na Escola de Cahors, em 1549. Cf. *Epistolae clarorum virorum a Michaele Bruto comprehensae*, ps. 354, 355, apud Luís de Matos, *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, 1950, pág. 113, nota 1.

(3) *Ibid.*, págs. 136-137.

legista Alciato, enviou-o para a cidade de Toulouse, onde os estudos jurídicos se encontravam então numa fase de grande esplendor graças ao celebrado magistério que vinha de ser professado por Arnaud du Ferrier e Jean de Coras (1). Durante três anos devotados a um trabalho escolar intenso, Henri de Mesmes frequentou os cursos do *Studium Juridicum*, e com tal aproveitamento que ao cabo de dois anos e meio — quando ainda não contava 16 anos — já desempenhava as funções de «hallebardier», que o mesmo é dizer, o magistério de certos cursos privados, admitido em Toulouse para todos os estudantes notáveis que aspiravam à cátedra universitária (2). Quando seis anos eram decorridos sobre a sua chegada a Toulouse já defendia, com extraordinário brilhantismo, provas públicas em Direito civil e canónico, assombrando o meio tolosano pela magnífica e invulgar bagagem dos seus conhecimentos. Página de límpida descrição — além de «retrato» fidedigno da pedagogia da sua época — é essa, em que Henri de Mesmes se refere ao seu aplicado labor como escolar de Leis tolosano: «L'an 1545 au mois de septembre, je fu envoyé à Tholose pour estudier ès loix... A Tholose, nous fusmes trois ans auditeurs en plus estroicte vie et pénibles travaux que ceulx de maintenant ne voudroient supporter. Nous estions debout à quatre heures et, ayant prié Dieu, alions à cinq heures aux estudes, nos gros livres sous les bras, nos escriptoires et nos chandeliers à la main. Nous oyons toutes les lectures jusques à dix heures sonées, sans intermission; puy venions disner, après avoir, en haste, conféré demie heure ce qu'avions escrit des lectures. Après disner nous lisions, par forme de jeu, Sophoclès ou Aristophanès ou Euripidès et quelquefois de Démosthènes, Cicero, Virgilius ou Horatius. A une heure, aux estudes; à cinq au logis, à répéter et voir dans les livres les lieux allégués jusqu'après six. Lors nous soupions puy lisions en grec ou en latin. Les festes à la grande messe et vespres; au reste du jour un peu de musique et de promenoir.

(1) Vide Joaquim Veríssimo Serrão, 'António de Gouveia e a prioridade do método cujaciano de Direito', in «Boletim da Faculdade de Direito», Coimbra, vol. XXVIII, 1952.

(2) «Hallebardiers sont ceux qui n'étant point professeurs regentoient en droit pour s'exercer», Ménage, *Anti-Baillet*, apud Baillet, 'Oeuvres', t. VII, 1725, pág. 193.

Quelques fois nous allions disner chez nos amis paternels, qui nous invitoient plus souvent qu'on ne nous y vouloit mener. Le reste du jour aux livres; et avions ordinaire avec nous Hadrianus Turnebus Dionisyus Lambinus Honoratus Castellanus, depuis médecin du Roy, Simon Thomas lors très-sçavant médecin; aussy nous voyons souvent Petrus Bunellus et son Vidus Faber. Au bout des deux ans et demy, nous leumes en public demy an à l'Eschole des Institutes, puy nous eumes nos heures pour lire aux grandes Escholes et leumes les autres trois ans entiers pendant lesquels nous fréquentions aux festes les disputes publiques. Et je n'en laissois guère passer sans quelqu'essay de mes debiles forces. En fin de six ans nous tinmes conclusions publiques par deux fois: la première, estions une après disnée avec le président Cathédran, la deuxième, trois jours entiers et seuls avec une grande célébrité, encore que mon aage me déffendist d'y apporter autant de suffisance que de confidence. En ce mesme temps lisoient à Tholose Messieurs Corras et Du Ferrier...» (1).

Com a idade de 18 anos Henri de Mesmes deslumbra as camadas intelectuais pelo brilho da sua precocidade. No Estudo de Avinhão, e na presença do célebre Emilio Ferreti — pai espiritual de António Gouveia e um dos mais eminentes juristas do seu século — encanta os auditores pela sua já famosa eloquência, o mesmo se verificando ao passar pela Escola de Orleans. No dia 8 de Novembro de 1551, em Paris, disputava públicamente, na presença de toda a Corte parlamentar, por uma cátedra de decretista e três dias depois escolhia os pontos «pour desbattre une régence en droict canon et répétay ou leus publicquement un an ou environ» (2). Porém, o pai do jovem Mesmes preferiu que o filho seguisse a carreira parlamentar pois em virtude da pouca idade de Henri não era fácil a obtenção de uma cátedra universitária. Até Novembro de 1556 desempenhou o cargo de «Maitre des requêtes» no Parlamento de Paris (3) e, naquela data, o rei Henrique II nomeou-o para o desempenho de uma delicada missão diplo-

(1) 'Mémoires de Henri de Mesmes', págs. 138-143.

(2) *Ibid.*, pág. 147.

(3) Cf. Édouard Maugis, 'Histoire du Parlement de Paris de l'avènement des rois Valois à la mort d'Henri IV', Paris, t. I, 1914, t. II, 1915, t. III, 191, *passim*.

mática em Itália, tendo só regressado a França nos fins de 1558. Com a morte do monarca francês, em Julho de 1559, Henri de Mesmes resolve retirar-se para uma existência quase privada, como ele próprio nos revela, pois «*je trouvais qu'il valoit mieux me tenir à mes livres et à mon office*» (1).

Nasce então a grande amizade que uniu o magistrado ao chanceler Michel de l'Hospital, «*homme de grandes lettres et que traicloit de la justice du royaume avec beaucoup de louange*» (2). É muito provável que, antes da sua viagem a Itália, já Henri de Mesmes mantivesse o seu círculo intelectual, mas que este só passasse a ser frequentado por um maior número de humanistas desde 1560 e nos anos que se ecolam até 1569, data em que Mesmes, por imposição de Catarina de Médicis, volta a ser chamado para o desempenho de funções públicas. A vida do cenáculo de Henri de Mesmes deve pois situar-se entre os anos de 1551 e 1556 e, após o regresso do seu patrono, durante um período de 9 anos a partir de 1560.

Se, comprovando a existência do círculo de Mesmes, chegaram aos nossos dias variadas produções poéticas, rareiam, no entanto, os elementos informativos que nos permitam traçar a história dessa magnífica sociedade de humanistas. O que se torna importante frisar, na esteira de J. Espiner-Scott, é que se a maior parte dos colaboradores do cenáculo residia com permanência em Paris, outros humanistas havia que, pelas condições da sua vida profissional, não podiam frequentar a Biblioteca de Henri de Mesmes. E nesse número tem de se incluir o nome de António de Gouveia.

Desde o seu abandono de Paris, em fins de 1544, até à data da sua morte, em Março de 1566, sob o céu de Turin, os documentos referentes a António de Gouveia mencionam uma só viagem realizada pelo jurisconsulto à cidade de Paris. Possuímos a confirmação de que em Julho de 1554 o sábio português se encontrava então na capital da França, por uma carta do prelado valentino Jean de Montluc o qual, em 21 de Agosto daquele ano, comunicava aos cônsules da sua vila que Gouveia gostosamente iria exercer o magistério para Valença do

(1) *Mémoires de Henri de Mesmes*, pág. 162.

(2) *Ibid.*, pág. 165.

Delfinado (1). Da missiva do prelado conclui-se que António de Gouveia fora à Corte para tentar obter um contrato com a Universidade de Bourges, pois o regente desta Faculdade jurídica, François Duaren, estava prestes a transferir-se para Valença, partida que afinal não teve realização. O bispo conseguiu então contratar o eminente Gouveia e, na carta referida, dispensa-lhe os termos mais elogiosos: «*Il est homme de tel sçavoir que je suis seur qu'avec le temps vostre université sera heureuse de l'avoir recouvert; et cela je le veulx prendre sur moy, tant pour l'avoir cogneu que pour le bon et louable tesmoignage que font de luy les plus sçavantz de France... La sousfizance dudict de Govéa est telle et le nombre de ceux qui pour le jourd'hui enseignent bien le droit est si petit, que ne devez pour chose du monde laisser le retirer à vostre Université*» (2).

Durante a sua permanência na capital francesa, António de Gouveia teria frequentado o cenáculo de Henri de Mesmes? — É muito possível, mas o seu contacto com esse centro literário devia ter sido bem fugaz pois nos fins de Setembro de 1554 já o jurisconsulto regressara à cidade de Cahors (3). Mas, como membro não-permanente, é ponto incontroverso que Gouveia não deixou de manter fortes relações intelectuais com aquele círculo. Comprova-o a dedicatória do seu trabalho, *Antonius Goveanus ad Titulum ad legem Falcidiam ad Michaelem Hospitalium Galliae cancellarium* (4), e as várias poesias com que colabora no *Diversorum poetarum lusus*, compilação que em 1564 foi oferecida ao chanceler Hospital (5). De resto, não é

(1) Vide Marcel Fournier, 'Notes et documents sur les professeurs de Droit en France', in «Nouvelle Revue Historique du Droit Français et Étranger», t. XIX, 1895, pág. 179. Sobre a estadia de António de Gouveia em Valença do Delfinado, vid. o nosso recente estudo, *Le Jurisconsulte Antoine de Gouveia à l'Université de Valence en Dauphiné (1554-1555)*, in «Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal», Lisboa, 1953.

(2) Fournier, *ibid.*

(3) Fournier, *ibid.*, pág. 183.

(4) Este trabalho vem incluído na compilação de Jacob Van Vaassen. '*Antonii Goveani Opera Juridica, Philologica, Philosophica*', Roterdão, 1766, págs. 225 e 324.

(5) Guarda-se cópia destas poesias na Biblioteca Nacional de Paris, Mss. latino 8139, f.º 90 e segs. As composições com que António de Gouveia aí

temerário supor que os colaboradores da referida miscelânea poética frequentassem o círculo de Henri de Mesmes ou mantivessem contactos epistolares frequentes ⁽²⁾. Sendo assim, aceita-se sem dificuldade que durante o seu professorado na Escola de Grenoble, de 1555 a 1562, e já nos seus derradeiros anos, em Mondovy e Turin, o mais ilustre jurisconsulto do século XVI depois de Jacques Cujas nunca tivesse deixado de travar salutar contacto com os humanistas parisienses do cenáculo de Henri de Mesmes. O seu afastamento nunca implicou, para António de Gouveia, o corte de tão fecundas relações intelectuais que ele soube manter com os espíritos mais belos do humanismo francês.

Estagirita acérrimo na luta antiramista; jurisconsulto que caminhou na vanguarda de Cujas para a renovação do Direito romano da Renascença; poeta inspirado que paira em domínios não arredios dos de Ronsard; cultor apurado dos idiomas clássicos — bem pode afirmar-se de António de Gouveia, na esteira do Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, que de todos os humanistas portugueses «*ele é porventura aquele que mais integralmente representa o movimento humanista no seu aspecto universal*» ⁽³⁾.

Ainda que de traçado incompleto, a estas linhas anima-as o mesmo propósito de concorrer para a glorificação do génio goveano e da sua mensagem de «*homo universallis*» à luz radiosa do humanismo quinhentista.

Toulouse, XII-952.

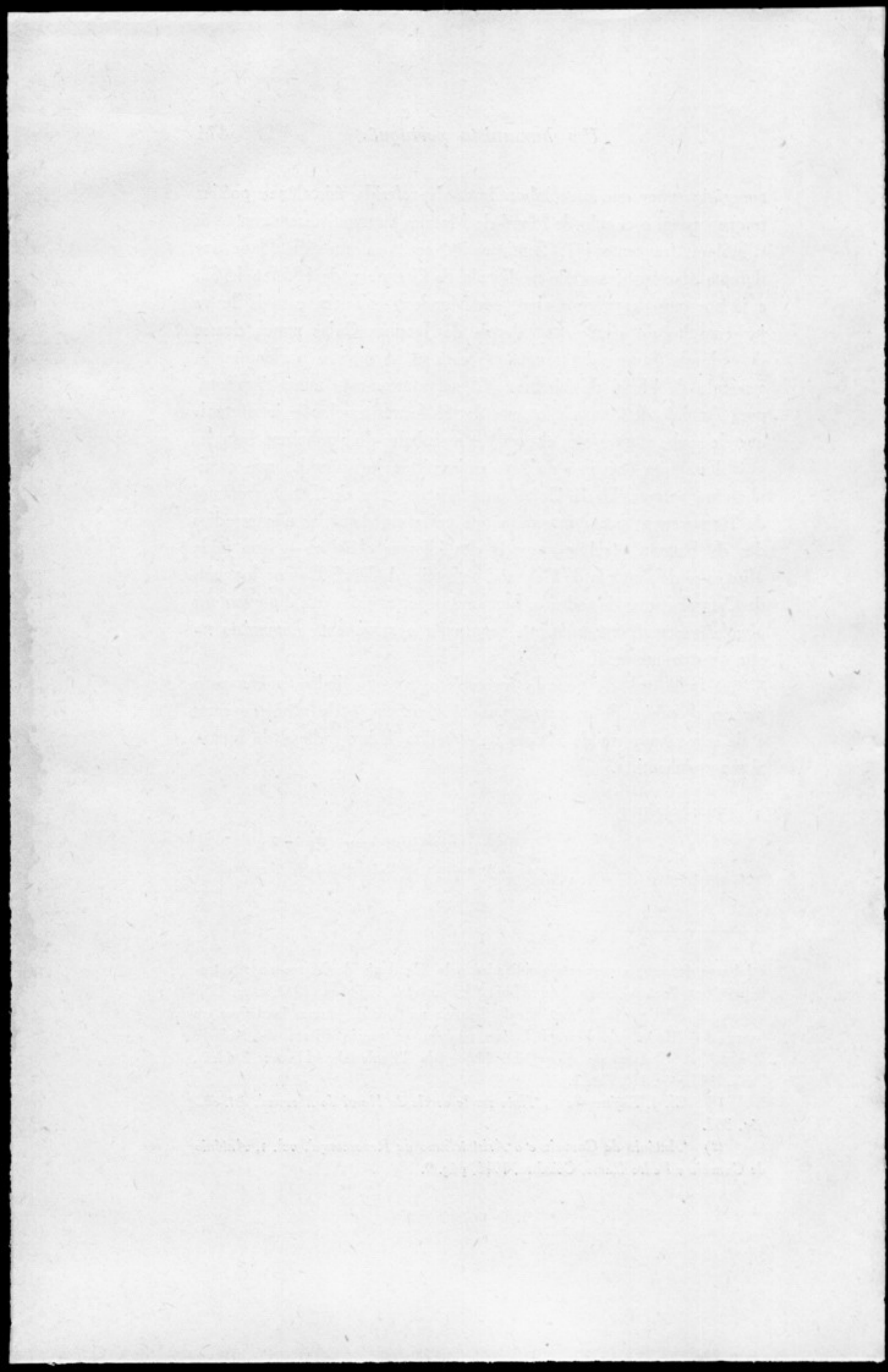
JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

Leitor de Português na Universidade de Toulouse

colaborou foram recentemente publicadas pelo Dr. Luís de Matos no seu trabalho *Les Portugaises en France au XVI^e siècle*, Coimbra, 1952, págs. 335 e segs. À colaboração de António de Gouveia no livro de poemas laudativos em honra de Michel de l'Hospital, faz também referência Pierre de Nolhac, *Ronsard et l'humanisme*, in «*Bibliothèque de l'École des Hautes Études*», Paris, 1921, pág. 178, nota 2.

⁽¹⁾ Cf. J. Espiner-Scott, *Note sur le cercle de Henri de Mesmes*, art. cit., pág. 357.

⁽²⁾ *António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença*, vol. I, António de Gouveia e Pedro Ramo, Coimbra, 1916, pág. 9.



ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
ADRIÃO MARTINS AMADO — <i>Durante o ostracismo</i>	318
ALCEU MAYNARD ARAÚJO — <i>Coroação do Rei Congo do Brasil.</i> <i>Festa de São Benedito de Guaratinguetá</i>	252
ANTÔNIO ÁLVARO DÓRIA — <i>Cartas de el-rei D. Manuel II ao</i> <i>prof. Edgar Prestage</i>	112
ARY DOS SANTOS — <i>Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila</i> <i>Viçosa. Medalhas dedicadas a D. Catarina de Bragança</i> <i>— Rainha de Inglaterra</i>	263
J. M. CORDEIRO DE SOUSA — <i>Inscrições portuguesas da vila de</i> <i>Oliveira</i>	288
JOAQUIM VERÍSSIMO SERFÃO — <i>Um humanista português no cír-</i> <i>culo literário de Henri de Mesmes</i>	464
MARIANA A. MACHADO SANTOS — <i>A educação de Gomes Freire.</i>	214
OCTAVIO DE LA SUARÉE — <i>Ciência de la prensa no del perio-</i> <i>dismo</i>	249
P. M. LARANJO COELHO — <i>Uma data notável nos anais de Por-</i> <i>talegre</i>	1
— <i>Três médicos cientistas naturais de Castelo de Vide.</i>	378
RAPOSO MARQUES — <i>Os Açores</i>	217
SIMION SANCHEZ — <i>De sesenta ciclos a las superfrecuencias</i>	98
W. BLADERGROEN — <i>Physique et Biologie</i>	82

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>A educação de Gomes Freire</i> , por MARIANA A. MACHADO SANTOS	214
<i>Cartas de el-rei D. Manuel II ao prof. Edgar Prestage</i> , por ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA	112
<i>Ciência de la prensa no del periodismo</i> , por OCTAVIO DE LA SUARÉE	249
<i>Coroação do Rei Congo do Brasil. Festa de São Benedito de Guaratinguetá</i> , por ALCEU MAYNARD ARAÚJO	252
<i>De sesenta ciclos a las superfrecuencias</i> , por SIMION SANCHEZ	98
<i>Durante o ostracismo</i> , por ADRIÃO MARTINS AMADO	318
<i>Inscrições portuguesas da vila de Olivença</i> , por J. M. CORDEIRO DE SOUSA	288
<i>Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa. Medalhas dedicadas a D. Catarina de Bragança — Rainha da Inglaterra</i> , por ARY DOS SANTOS	263
<i>Os Açores</i> , por RAPOSO MARQUES	217
<i>Physique et Biologie</i> , por W. BLADERGROEN	82
<i>Três médicos cientistas naturais de Castelo de Vide</i> , por P. M. LARANJO COELHO	378
<i>Um humanista português no círculo literário de Henri de Mesmes</i> , por JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO	464
<i>Uma data notável nos anais de Portalegre</i> , por P. M. LARANJO COELHO	1



